



Escravos lavam minérios diamantíferos em Cerro Frio. Um deles, de pé, levanta na mão a pedra encontrada. (John Mawe)

.....

HISTÓRIA ECONÔMICA
DO BRASIL
1500-1820



Mesa Diretora
Biênio 2005/2006

Senador Renan Calheiros
Presidente

Senador Tião Viana
1º Vice-Presidente

Senador Antero Paes de Barros
2º Vice-Presidente

Senador Efraim Morais
1º Secretário

Senador João Alberto Souza
2º Secretário

Senador Paulo Octávio
3º Secretário

Senador Eduardo Siqueira Campos
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senadora Serys Slhessarenko
Senador Álvaro Dias

Senador Papaleo Paes
Senador Aelton Freitas

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 34

HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

1500-1820

Roberto C. Simonsen

Curso professado na
Escola Livre de Sociologia
e Política de São Paulo
4ª edição



Brasília – 2005

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 34

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2004

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – Brasília – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm](http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm)

.....

Simonsen, Roberto C.

História econômica do Brasil: 1500-1820/Roberto C.
Simonsen. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial,
2005

589 p. – (Edições do Senado Federal; v. 34)

1. História econômica, Brasil. 2. Condições econômicas,
Brasil. 3. Período colonial (1500-1822), Brasil. I.Título. II.
Série.

CDD 330.981

.....

.....

Sumário

APRESENTAÇÃO

Senador Renan Calheiros

pág. 15

Programa da cadeira de História Econômica do Brasil, da Escola

Livre de Sociologia e Política de São Paulo

pág. 19

PREFÁCIO

por Afrânio Peixoto

pág. 23

INTRODUÇÃO

pág. 33

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO. ANTECEDENTES

Conceito de história econômica. A evolução econômica nos tempos medievais e nos tempos modernos. A revolução agrícola. A revolução comercial. O mercantilismo. A revolução industrial. O capitalismo e a formação dos países agrícolas. História econômica da América. História econômica do Brasil.

pág. 37

CAPÍTULO II

FASES ECONÔMICAS DE PORTUGAL E ESPANHA

Fases econômicas de Portugal e Espanha, correlatas com os primeiros tempos do Brasil. Grandeza e decadência de Espanha e Portugal. A marcha da civilização e os meios de transportes. A evolução dos transportes marítimos e a sua influência na evolução das colônias americanas. O papel de Portugal na história da navegação. O custo dos transportes. Trabalho, natureza e capitais no século XVI. Valor das terras brasileiras.

Pág. 51

CAPÍTULO III

APROVEITAMENTO ECONÔMICO DAS TERRAS DE SANTA CRUZ

Primeiro ciclo econômico brasileiro. A indústria extrativa. Riqueza do comércio português com a Ásia em face das perspectivas econômicas das terras de Santa Cruz. Os produtos naturais utilizados na tinturaria. As plantas tintoriais. O valor do pau-brasil no século XVI e a sua exploração no continente americano. A concorrência dos franceses e o seu fundamento econômico. A “costa do pau-brasil” e a “costa do ouro e prata”. Os valores exportados. A renda auferida pela Coroa com a exploração do lenho tintorial. A destruição das florestas ao longo da costa brasileira. O que o meio social brasileiro lucrou com o ciclo das indústrias extrativas. Moedas, câmbio e poder aquisitivo no Brasil colonial.

Pág. 67

CAPÍTULO IV

POLÍTICAS COLONIAIS

As políticas coloniais dos povos europeus. Feitorias e colonização. O plano de ocupação portuguesa e a colaboração de D. Diogo de Gouveia. A escolha entre o aumento territorial de Santa Cruz e a posse das Molucas. A fixação definitiva do europeu no Brasil. Não é o feudalismo que caracteriza o sistema das donatárias, mas sim a inversão capitalista que ele traduz. O regime financeiro e fiscal. O regime comercial. A atuação dos donatários. A instituição do Governo-Geral. O balanço econômico das donatárias. Capitais dos donatários, dos colonos e dos negociantes portugueses. Sua rentabilidade. Os rendimentos da Coroa. Os valores exportados em 1570 pela América portuguesa e espanhola.

Pág. 98

CAPÍTULO V

O CICLO DO AÇÚCAR

O primeiro açúcar americano; o primeiro produto brasileiro. A evolução dos engenhos. O açúcar, o maior artigo do comércio marítimo mundial no século XVII. A idade de ouro do produto. Valor da produção e da exportação do Brasil no período colonial. O fundamento econômico da ocupação holandesa. Quanto o comércio holandês desviou da produção brasileira. Valores comparativos dos ciclos do açúcar e da mineração. A influência do açúcar sobre o câmbio português. O declínio dos preços e da exportação no século XVIII. A influência da indústria açucareira sobre a formação brasileira. Conseqüências econômicas e financeiras.

Pág. 118

CAPÍTULO VI A MÃO-DE-OBRA SERVIL NO PERÍODO COLONIAL

A mão-de-obra servil no período colonial. A noção do trabalho no passado e no presente. O imperativo econômico do trabalho forçado na colonização do Brasil. A escravidão vermelha. A escravidão negra. O trabalho no continente americano. O maior emprego do braço indígena, na América espanhola. A preferência ao braço negro no Brasil. O tráfico africano. Número de escravos utilizados no país. A servidão no continente europeu. O trabalho na América setentrional. Números e comparações.

Pág. 162

CAPÍTULO VII OUTROS FATORES ECONÔMICOS DA OCUPAÇÃO DA TERRA. A PECUÁRIA

Revolução comercial. Trabalho livre. Costa e sertão. Criação de gado. Os característicos da revolução comercial nos séculos XVI e XVII; sua repercussão no Brasil. O fundamento econômico da expulsão dos holandeses, franceses e ingleses da costa americana. As cinco “condições de gente livre” no período colonial. O sertão e as quatro bases econômicas da sua ocupação: a criação do gado; a caça ao gentio; a mineração; a extração de especiarias, produtos silvestres e plantas medicinais. As fazendas de criar, primeira retaguarda econômica dos engenhos de açúcar. A necessidade da separação das zonas de cultura e de criação; a ausência da cerca de arame; os criadores na zona do açúcar; os vales do São Francisco, do Parnaíba, do Itapicuru, Mearim e outros; os sertões da Bahia e Pernambuco; o vaqueiro e a organização econômica da fazenda de criar, época do couro no Norte. O surto minerador e o grande consumo de gado nas regiões mineradoras. A expansão criadora em Minas, Goiás e Mato Grosso. O fluxo do gado no Sul. A predominância sulina, dentro do ciclo da pecuária, a partir do século XVIII.

Pág. 190

CAPÍTULO VIII AINDA A PECUÁRIA. SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO UNITÁRIA DO BRASIL

Raças, pastos e climas; preços de gado no período colonial. Números e valores. Época do couro no Sul. O comércio do couro. A importância excepcional do artigo no século XVIII. Processos de preparo, tipos de exportação e preços. A concorrência argentina. A fundação da Colônia de Sacramento estimulada pelo comércio do couro. A pecuária e a sua influência no traçado das

fronteiras meridionais. O gado cavalar e muar. Hostilidades régias contra o emprego do gado muar. Tropas, tropeiros e sua acentuada atuação na formação econômica do interior do país. As feiras de gado. A feira de Sorocaba. O sal. A possível influência de sua distribuição geográfica na expansão da pecuária. O estanco, a carência do sal e suas repercussões econômicas e sociais. A pecuária na formação econômica brasileira. A existência no *binterland* de intensas correntes comerciais de gado. Sua contribuição para a criação de uma infra-estrutura econômica unitária. A interferência dos paulistas.

Pág. 214

CAPÍTULO IX OS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DA EXPANSÃO PAULISTA

Aspectos que se apresentam nas migrações para os continentes novos. Os colonos dispõem de capitais para os seus cometimentos. Encontram indústrias extrativas de assinalado valor, que suprem deficiências de capitais. Caso de migrações, com reduzidos capitais, para zonas pobres. A formação das capitanias paulistas. O açúcar em São Vicente e o seu rápido declínio. O clima do planalto e a pobreza, para a época, de suas condições naturais. A influência da orientação jesuítica na fundação de Piratininga. Fase fixadora e defensiva. Fase expansionista em busca de melhores condições de subsistência. As bandeiras sob o ponto de vista econômico. Ciclo despovoador dos sertões: expedições exploradoras, punitivas e de caça aos índios. Ciclo repovoador: bandeiras de mineração e colonização. A evolução econômica dos núcleos paulistas. Séculos XVI e XVII. A pequena lavoura e o ciclo do ouro de lavagem. A pobreza das capitanias do Sul em confronto com a riqueza do Nordeste. A moeda no Brasil e os motins da moeda em São Paulo. O grande surto minerador. Viação e meios de transportes. Caminhos, estradas e roteiros no Brasil Colonial. O *mozing frontier*. As fronteiras econômicas e as fronteiras políticas. A máxima expansão das capitanias paulistas. Emigrações e desmembramentos territoriais. A inferioridade demográfica das primitivas populações do Sul, em face das novas correntes imigratórias. O predomínio econômico do Sul. Seu declínio com o arrefecimento minerador. A pobreza paulista em fins do século XVIII. O papel de São Paulo na formação da unidade econômica brasileira.

Pág. 259

CAPÍTULO X CICLO DA MINERAÇÃO (1ª PARTE)

As moedas metálicas. Razão de seu uso. Os estoques metálicos nos primeiros tempos da idade moderna. A mineração na Europa. Portugal e

o ouro africano. Os primeiros metais americanos. Os tesouros de Montezuma e Atualpa. A mineração da prata no México e no Peru. As produções de prata e ouro nas colônias espanholas e no Brasil. Dados comparativos. A relação dos valores entre os dois metais. O império da prata nos séculos XVI, XVII e XVIII. A mineração da prata, fundamento da colonização espanhola na América. Potosi e Guanajuato. O ouro do Brasil no século XVIII. O bimetalismo. O império do ouro. Dados e estatísticas. Condições do trabalho humano na mineração da prata e na mineração do ouro. Os metais preciosos e os níveis de preços. Insuficiência dos metais preciosos como base dos sistemas monetários. A mineração brasileira. Os rendimentos da Coroa. As prodigalidades de D. João V. O tratado de Methuen. A influência do ouro brasileiro na economia internacional e na evolução econômica e social da Inglaterra.

A sua atuação na formação brasileira.

Pág. 313

CAPÍTULO XI CICLO DA MINERAÇÃO (2ª PARTE)

A influência da mineração nas economias nacionais. Casos em que produz saldos reais, outros em que se torna deficitária. Os descobertos brasileiros: Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Bahia. Os estudos de Pandiá Calógeras. Ouro aluvional, ouro eluvial, ouro de veieiro. Os preços e as qualidades do ouro produzido. A deficiência de processos técnicos, de aparelhamento mecânico, de meios de transportes e de subsistência. Os xistos da fome. A administração fiscal, sistemas tributários e legislação mineira. O trabalho escravo, as grandes obras hidráulicas, canais e escavações executados nas zonas exploradas. As jazidas diamantíferas, as pedras coradas e os minérios metálicos. Valores produzidos. Números e estatísticas. O declínio da mineração e a crise sulina de reajustamento. As exportações do Sul e do Norte no século XVIII.

As zonas empobrecidas nas antigas regiões mineradoras.

Pág. 314

CAPÍTULO XII OS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DA OCUPAÇÃO DO AMAZONAS

O expansionismo dos “conquistadores” espanhóis no século XVI; o ouro e a prata como fundamentos de sua atuação. Tentativas espanholas de ocupação do vale do Amazonas, de oeste para leste. As lendas do “El Dorado”. O livro de Sir Walter Raleigh. As entradas portuguesas de leste para oeste. A ocupação da costa do Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Pará. A expedição de Pedro Teixeira. Os portugueses e os índios na bacia amazônica. O ciclo

da caça ao índio. A fase dos “descimentos”. O período das “reduções”. As missões religiosas auxiliando Portugal a ocupar a bacia do Amazonas, dominando e fixando as populações indígenas. A estrutura econômica das “reduções”. As especiarias, as plantas medicinais, a pesca e a manteiga de tartaruga. O comércio dos produtos do Amazonas no século XVIII e as intervenções do governo português para o seu desenvolvimento. O consumo das especiarias e de plantas medicinais no continente europeu. As primeiras comunicações entre as minas de Mato Grosso e a bacia do Amazonas. A navegação pelo Tocantins, Madeira e Guaporé. As negociações para o Tratado de Madri, em 1750 registram o vale do Amazonas ocupado por intenso comércio com Portugal. O *uti possidetis* nas regiões do Norte. Os esforços de Pombal para o desenvolvimento econômico do Estado do Maranhão. A liberdade dos índios e a desorganização das missões. A evolução econômica do Estado do Maranhão. O declínio do comércio do Amazonas.

Pág. 387

CAPÍTULO XIII O COMÉRCIO DO BRASIL NA ERA COLONIAL

Aspectos gerais. As companhias privilegiadas. Frotas de comércio. O comércio luso-brasileiro. O monopólio e a liberdade de comércio. Os sistemas coloniais de Portugal e de Espanha. Os rendimentos das Américas, portuguesa e espanhola. Várias atividades no Brasil: o tabaco, o algodão, o anil, a pesca da baleia, o café, a mandioca e as especiarias. As indústrias. Pombal e o Brasil. As regiões econômicas. Dados estatísticos. O valor das exportações na época colonial.

Pág. 450

CAPÍTULO XIV DOM JOÃO VI NO BRASIL

A situação econômica luso-brasileira em fins do século XVIII. As exportações do Brasil e as exportações de Portugal para o estrangeiro. Os portos portugueses como entrepostos de distribuição dos produtos brasileiros. O conceito de economia colonial. A mudança da sede da monarquia portuguesa para o Brasil. Valores trazidos por D. João VI. Valores que retirou em seu regresso. Saldo contra Portugal. A abertura dos portos brasileiros ao comércio estrangeiro acentuando a nossa autonomia econômica. Tratados de 1810. Circunstâncias políticas atuando contra o desenvolvimento dos interesses econômicos portugueses. Período em que os tratados foram benéficos ao Brasil; fase em que foram prejudiciais. O meio circulante; a circulação fiduciária e a fundação do primeiro Banco do Brasil. O sistema tributário. A imigração. Receitas e despesas entre 1808 e 1822. Os recursos criados

pelo Erário Régio para fazer face às despesas crescentes da administração no Brasil. As rendas provinciais. As rendas aduaneiras. A inflação.

Pág. 496

CAPÍTULO XV AUTONOMIA ECONÔMICA E SOBERANIA POLÍTICA

Produção e comércio nos últimos tempos coloniais. O período de renovação em Portugal. Os estadistas e os homens de ciência. O fomento econômico. O comércio luso-brasileiro com saldos a favor da colônia. Valores da exportação brasileira em princípios do século XIX, antes e depois da independência da economia brasileira. A influência da política aduaneira. Evolução da economia brasileira em face da norte-americana. As grandes iniciativas da Corte portuguesa em favor do desenvolvimento econômico do Brasil. Vias de comunicação e transportes. A navegação de cabotagem e para o exterior. Os estaleiros navais. A mineração. A criação da siderurgia no Brasil. Varnhagen e Eschwege. A população e sua distribuição. A administração portuguesa no Rio de Janeiro. A influência dos fatores políticos na correção da crise econômica do Sul. A unidade política influenciando na formação da unidade econômica. A evolução da soberania econômica influenciando na criação da soberania política. Independência.

Pág. 545

Quadro geral das principais medidas e moedas utilizadas nos últimos tempos do Brasil colonial

pág. 585

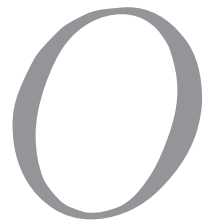
Teses para os exames da cadeira de História Econômica do Brasil

pág. 588

.....

Apresentação

RENAN CALHEIROS



SENADO FEDERAL tem orgulho em reeditar a História Econômica do Brasil, clássico de autoria do Senador Roberto Cochrane Simonsen. O autor foi um intelectual que se imiscuiu na vida prática, ligado à produção industrial, líder e organizador de sua classe. Foi um ideólogo consistente da industrialização brasileira. Além disso, fundou e dirigiu várias grandes empresas em setores tão distintos como o de frigoríficos e de produtos cerâmicos. Como líder empresarial, foi membro da primeira diretoria do Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP), em 1928. Em 1935, assumiu a presidência da Confederação Industrial do Brasil (CIB), posteriormente rebatizada como Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em 1937, assumiu a presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Roberto Simonsen foi um homem que Antonio Gramsci classificaria como um intelectual orgânico da burguesia industrial.

Simonsen também teve uma atuação política destacada. Em 1933, elegeu-se para a Assembléia Nacional Constituinte como deputado classista, representando as entidades sindicais do empresariado e atu-

ando em importantes comissões de caráter econômico. Em 1934, após a conclusão dos trabalhos constituintes, obteve novo mandato de deputado classista, agora para a legislatura ordinária, que se iniciou em maio de 1935. Em 1947, o Partido Social Democrático de São Paulo apresentou seu nome para o Senado e sua vitória foi expressiva. No Senado Federal, continuou a se preocupar com os assuntos de natureza econômica. Ao falecer, em 1948, aos 59 anos, Roberto Simonsen era, além de Senador da República, presidente da Companhia Construtora de São Paulo, presidente da Cerâmica São Caetano S.A., presidente da Companhia Paulista de Mineração, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria e vice-presidente do Conselho Superior da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), da qual foi fundador.

Engenheiro civil pela Escola Politécnica da capital paulista, Roberto Simonsen assumiu a cadeira de História da Economia Nacional na ELSP. De seus ensinamentos e pesquisas naquela instituição resultou o livro História Econômica do Brasil. O livro foi escrito em uma época – sua primeira edição é de 1937 – em que o Brasil passava por importantes mudanças sociais e econômicas e discutia seu futuro e a sua forma de inserção internacional em um mundo que havia passado por mudanças decorrentes da I Guerra Mundial e da Crise de 1929. A sociedade brasileira era levada a pensar-se, sendo que, para pensar o novo, a história é fundamental. É nesse quadro que deve ser compreendida uma obra da estatura da História Econômica do Brasil. Em seu livro, Roberto Simonsen identifica a natureza do processo de colonização brasileira, sua estrutura e como esse processo moldou o presente e as possibilidades futuras da economia do país. Para a tarefa a que se propunha o autor, História Econômica do Brasil é uma obra seminal. Simonsen identifica ao longo do livro a natureza de cada ciclo econômico, do pau-brasil ao café, e sua contribuição para a formação da unidade política e econômica brasileira.

O autor também analisa os fatores externos que influenciaram a formação econômica e política do Brasil, como a expansão ultramarina européia. Até o advento da História Econômica do Brasil, o país

era interpretado como um corpo autônomo, sem nenhuma vinculação com o mundo ou mesmo com o restante da América. Nem mesmo a relação com a história de Portugal recebia a devida atenção. Isso muda na obra de Simonsen. As relações do Brasil com outros países são consideradas para o entendimento da evolução de nossa economia, para a compreensão de cada um dos ciclos pelos quais passamos.

Cinco fatores citados por Roberto Simonsen caracterizavam a formação colonial da economia brasileira: 1- a dependência da exportação de produtos aurículas e extrativistas; 2- produtos pouco elaborados e sujeitos à concorrência de outros países; 3- insuficiência de capitais; 4- exportação e distribuição nas mãos estranhas à produção; e 5- inferioridade de aparelhamento teórico, econômico e financeiro para a defesa da produção, em relação aos demais países, em cujos mercados efetuam-se as permutas. Em várias manifestações na década de 1930, Roberto Simonsen afirmava que esses fatores ainda estavam presentes na economia brasileira, denunciando o seu caráter colonial em pleno século XX, e identificava-os como entraves ao desenvolvimento. Era preciso, então, superá-los por meio do fortalecimento do mercado interno e da industrialização.

Veja-se, então, a riqueza da obra de Roberto Simonsen. Ele analisou nossos ciclos econômicos desde o descobrimento, identificou as suas principais características e concluiu que estas ainda estavam presentes na economia brasileira no século XX, sendo entraves ao desenvolvimento econômico, que ele associava ao crescimento do mercado interno e à industrialização. Esse raciocínio é original, extremamente elaborado para a época em que Simonsen escreveu seu livro. Efetivamente, História Econômica do Brasil foi um trabalho pioneiro.

O livro e o pensamento de Roberto Simonsen continuam atuais. Pelo conjunto de sua obra e de suas ações, ele pode ser incluído no grupo daqueles intelectuais que, na década de 1930, pensaram e conceberam um projeto de modernização do Brasil pela via da industrialização. Esta traria o progresso material e a solução das mazelas nacionais. Para isso, Simonsen julgava fundamentais a participação do Estado, inclusive como produtor industrial, e o planejamento. Ele criticava o liberalismo e aque-

les que julgavam possuir o mercado capacidade para resolver os problemas sociais e econômicos do país. O debate nacional, hoje, tem como um de seus pontos mais importantes as relações entre a sociedade e o Estado, o papel deste na economia e a forma de inserção do Brasil em um cenário de reorganização da economia mundial. Todos esses temas, tão atuais, estavam presentes nas preocupações de Roberto Simonsen.

É mister retomar o desenvolvimento econômico. É necessário conhecer quais são os obstáculos para essa retomada. Para isso, conhecer o passado, como foram formados os entraves que obstruíram e obstruem o desenvolvimento do país, é fundamental. O estudo dos fatores que contribuíram para nossa formação e de sua permanência no tempo é o cerne da análise que o Senador Roberto Simonsen fez do passado brasileiro. Nesse sentido, a leitura da História Econômica do Brasil é mais do que oportuna. Ela nos ajudará a entender melhor os problemas e as possibilidades de um país tão grande, rico e heterogêneo como o Brasil.

.....

*Programa da Cadeira de História Econômica do Brasil da
Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo*

INTRODUÇÃO

Conceito de história econômica. Fatores econômicos na formação das nações americanas. Fases da economia portuguesa. O valor das terras brasileiras na época do seu descobrimento. Contribuições relativas do trabalho, capital e recursos naturais na produção do século XVI. Natureza e custo dos transportes.

1)

*O APROVEITAMENTO econômico das terras brasileiras.
Fase das indústrias extrativas; o pau-brasil.*

2) Feitorias comerciais e colonização. A colonização como empreendimento econômico. As dificuldades de mão-de-obra e as soluções adotadas. A escravidão vermelha e a escravidão negra. Valor econômico e aspectos morais e sociais. Resultados econômicos das primeiras tentativas de colonização. Ciclo do açúcar.

3) Repercussão das guerras e lutas políticas na economia colonial. A evolução econômica do Norte, Centro e Sul no século XVI.

4) Fase do açúcar, fumo, gado e especiarias. A preponderância do Brasil na produção mundial do açúcar. O problema do sal e sua influência na localização da pecuária. A predominância econômica do Norte.

5) A situação econômica do Brasil em fins do século XVII. Os monopólios da Coroa. A atuação dos jesuítas. A penetração dos

paulistas, as origens das Bandeiras, seus reflexos econômicos e sociais. Ciclo do ouro e dos diamantes.

6) *A mineração e sua repercussão na economia portuguesa e mundial. A contribuição do Brasil para a evolução do capitalismo no século XVIII. O declínio da mineração e a crise daí resultante. Fase de reajustamento.*

7) *O comércio e as companhias privilegiadas. Várias atividades econômicas. O açúcar. Primórdios do café. Os couros. A pesca da baleia. O algodão, o arroz, o anil e outros produtos. A situação econômica em fins do século XVIII. A independência econômica do Brasil em face de Portugal. Repercussão econômica da mudança da Corte portuguesa. Os serviços prestados pelas administrações portuguesas ao Brasil. D. João VI.*

8) *O Brasil independente. Política comercial, rendas públicas e orçamentos. O seu aparelhamento econômico em princípios do século XIX. O tráfico africano.*

9) *Evolução econômica comparada dos povos americanos até princípios do século XIX.*

10) *Fatos econômicos do primeiro Império. Fatos econômicos da Regência. Guerras, revoluções, crises. Política financeira. Política comercial. Evolução do progresso econômico. Fim da fase de reajustamento.*

11) *O segundo Império. Surto econômico de 1850. Ciclo de Mauá. A guerra do Paraguai e suas repercussões econômicas na América do Sul.*

12) *A evolução econômica em meados do século XIX. O Norte, o Centro e o Sul. Ciclo do café. A predominância econômica do Sul.*

13) *As crises e a sua influência na vida econômica do país. Últimos dias do Império. O problema da mão-de-obra.*

14) *As instituições republicanas e a sua repercussão na economia nacional. A situação econômica em fins do século XIX.*

15) *A época do café e da borracha. Fase agro-pecu-industrial no século XX. A declínio da borracha.*

16) *A política do café. Sua contribuição para o enriquecimento do país. As valorizações, suas causas e conseqüências. Razões econômicas da monocultura. A policultura.*

17) *A política monetária. Os meios de pagamento, as instituições de crédito e o comércio.*

18) *A política financeira. Sistema tributário e orçamentos.*

19) *A política comercial. Os tratados.*

20) *Os capitais nacionais e estrangeiros. Os empréstimos públicos.*

21) *Imigração e colonização. O quadro social e as condições de vida no país. A eficiência econômica do brasileiro. A política do trabalho.*

22) *O aparelhamento econômico do país em face de sua produção e da concorrência mundial. Transportes terrestres e marítimos. Índices de enriquecimento. Liberalismo e intervencionismo de Estado.*

23) *As zonas econômicas do Brasil. As fronteiras econômicas. Federação política e federação econômica. Autonomia política e unidade econômica. A interdependência econômica dentro da federação política. Os problemas financeiros dentro da federação.*

24) *A evolução econômica dos países americanos; razões da sua diferenciação.*

25) *O Brasil em face da economia mundial. São Paulo na Federação.*

.....

Prefácio

AFRÂNIO PEIXOTO

NÃO FOI POR GOSTO, ou recreio, que o Dr. Roberto Cochrane Simonsen chegou a escrever história do Brasil. Tendo entre os de sua gente a Lorde Cochrane, Marquês do Maranhão, que fez história do Brasil, bem se dispensaria de tratá-la. Mas teve razão mais grave.

Em 1932 o Brasil acumulou injustiças sobre São Paulo, que reclamava uma Constituição. O Brasil venceu São Paulo, mas teve de conceder-nos a Constituição reclamada. É a sorte do mártir. Também Floriano venceu a Revolta, mas teve de entregar o poder, que não quisera abandonar, causa dessa revolta... As idéias nunca são vencidas: ou vencem, ou levam o inimigo a transigir. Nunca é vão o sacrifício. Mas a um brasileiro de inteligência e coração não escaparia a causa desses cismos políticos. É a falta de cultura. Quem se apossa do poder não o quer deixar, melhor se discriçãoário. Para que liberdades públicas e Constituição?

O que é preciso é educação, educação política. Roberto Simonsen partiu daí para, agremiando outros iguais, criar a nossa primeira Escola de Sociologia e Política, escola livre, importados professores ingleses e norte-americanos, para se reunirem a nacionais, tentando uma “elite” que, de São Paulo, daria exemplo ao Brasil. Que acertou, se viu logo: nas Universidades de São Paulo e do Distrito Federal, escolas superiores

de economia política e ciências econômicas vieram de seguida. Uma matéria porém era inédita, virgem, original: era a História Econômica do Brasil... Quem a versaria? Como todos se escusassem, e ele, grande industrial e perito financeiro, houvesse o mais – conhecimentos econômicos indispensáveis – lançou-se ao menos, que devia ser a história “econômica” do Brasil.

Mas não havia nada. Só havia história política e administrativa do Brasil. Ainda não tiveram tempo os nossos historiadores.

* * *

O mais divulgado dos historiadores argentinos, Vicente Fidel López começa sua História Argentina, como devia ser, do começo: “Del comercio antes del descubrimiento del Nuevo Mundo”, vindo da natureza psicológica do comércio até as Cruzadas. Depois são as explorações dos portugueses, o advento de Colombo, e, no Cap. VIII, chega ao descobrimento e exploração do Rio da Prata... Num livro secundário, de história geral. A nossa sempre começou da partida de Cabral, as calmarias africanas ou o propósito, Porto Seguro, 1500, aborígenes, donatários, governadores-gerais... e vai por aí, administração, administração, às vezes um pouco de política. E é tudo. Parece, à nossa incultura, que meter aí economia, sociologia, será rebaixar os coturnos da história política sacerdotal, de reis, batalhas, vice-reis, guerrilhas, proclamações... Roberto Simonsen, graças a esse desprestígio, pôde assumir a responsabilidade de um curso de história da economia brasileira que, realizado, pela repercussão que logo foi tendo imitação, concorrência, contradição, se transformou em verdadeira “história econômica do Brasil”.

* * *

Para isso não lhe valeram só os incomparáveis estudos anteriores de economia, finanças, sociologia, mas principalmente os seus “olhos novos”, não acostumados ainda à penumbra dos especialistas. Os brasileiros estão cansados de ver, todos os dias, as nossas montanhas de Guanabara: é preciso um Darwin chegar para, um quarto de hora depois, notar o

vêu de gaze azul que as veste, de imprecisão e mistério, vêu de umidade que lhes dá o esfuminho celeste... Nossos olhos “velhos” não viram... Nina Rodrigues anda pela medicina clínica, até que uma reforma de ensino o obriga à medicina legal: descobre logo um mundo, que os médicos-legistas profissionais não viram, não podiam ver sem olhos “novos”. Os de Roberto Simonsen viram logo na História do Brasil a infra-estrutura decisiva e fundamental, de nossas historietas mal contadas, político-administrativas, que se esboçam, tabelioamente, nos compêndios, sem explicação... Tudo se ilumina à explicação. Não quisemos ver o fato econômico irreduzível, imprescindível, não compreendemos nada... Deciframos hieróglifos sem chave... Poesia. Ficção. Agora, com a chave, é que vem a interpretação exata...

O acolhimento que lhe deram os nossos mais consagrados historiadores, Afonso de Taunay e Rodolfo Garcia, faz fé. O primeiro, que não desdenha a “brasilidade”, nem nas imagens, lhe diz: “Continue, Simonsen, a sua picada, pela mataria desse Brasil inexplorado: outros farão, dessa trilha difícil, uma estrada real”... O outro, lembrando-se de intuições de seu mestre, o grande Capistrano, tem-se por feliz quando lhe dá uma indicação, lhe descobre um documento, ou uma estatística, num velho livro...

A história “econômica”, assim recebida, vai ficar em moda. O historiador noviço já não será anatematizado, se tem as bênçãos de dois grandes mestres, dos maiores que temos tido. O mau é que vão os imitadores fazê-la, sem estatísticas, nem documentos.

Tal “história do Brasil”, vista a esta luz “natural” porque a outra, parece, agora, feita à luz artificial de fastidiosa enumeração administrativa e talvez política — tem conexão com o todo, a história universal ou da civilização. Porque nossa história tradicional, a que estudamos até agora, é um corpo isolado, autônomo, sem nenhuma dependência com o resto, a história da América ou a do mundo. Nem mesmo tem quase relação com a história de Portugal. Pode-se saber uma ou outra, ignorando completamente esta ou aquela. Agora, não: à luz natural da economia, o fato precípua, vêem-se as dependências, a infra-estrutura fundamental, é um todo coeso a história da civilização. Influi sobre nós e nós influímos

sobre outrem. Não somos tão pequenos assim, se os grandes nos devem alguma coisa. Simonsen nos restitui um pequeno orgulho, que não existia, não tinha razão de ser. Por exemplo, não é alguma coisa saber que a América do Sul foi, economicamente, pelas suas trocas comerciais, superior à América do Norte? Não é muita coisa avaliar que, muito de sua grandeza, nos seus primórdios, nos deve a soberba Inglaterra? O ouro do Brasil, num tempo em que era considerável ao mundo, graças ao tratado de Methuen, passou apenas pelo Reino, para a Inglaterra, em troca de manufaturas... O açúcar no século XVII é uma tão bela história “universal”, como é, nos séculos XIX e XX, o café. Nós demos ao mundo dois prazeres novos que o confortaram, pelo gosto e pelo estímulo, duas riquezas que foram alguma coisa na balança das trocas. (Não contando o tabaco... a volúpia nova...) O nosso ouro, em trânsito embora, foi um capítulo do capitalismo universal. Nós não sabíamos nada disso. Só se sabia, internamente, a lista dos donatários, o bispo comido pelos índios, umas revoluçõeszinhas sem razões de ser... A razão aparece agora, para tudo. Este livro, esta história econômica nos dá nexos, à história do Brasil.

* * *

Como, felizmente, não sou especialista naquela história do Brasil, esta me dá tantas “novidades”, que fui, com a leitura, alinhando o mais interessante e aqui tem um rol, submetido à consideração dos interessados. (Serão, amanhã, outros tantos “ovos de Colombo”...) Nem o citarão, a Simonsen, amanhã...

- I – Valor comparativo entre o comércio português com a Índia e o relativo às indústrias extrativas do Brasil no século XVI.*
- II – O verdadeiro valor do ciclo do pau-brasil.*
- III – Tabelas de conversão das moedas usadas nos tempos coloniais ao poder aquisitivo do mil-réis brasileiro atual.*
- IV – O caráter capitalista do plano de colonização de Dom João III.*
- V – Balanços econômicos das donatarias.*

- VI – *Fundamentos econômicos de fixação definitiva do europeu no Brasil.*
- VII – *O valor do ciclo do açúcar e gráfico de sua exportação nos tempos coloniais.*
- VIII – *As condições de trabalho do Brasil colonial, em comparação com os regimes de trabalho americano e europeu nos períodos correspondentes.*
- IX – *Avaliação da importação dos escravos africanos, baseada em sua utilização na produção colonial. Tal critério demonstra que essa importação foi inferior a 4 milhões, destruindo de vez os conceitos existentes que chegavam a atribuir-lhe 15 milhões. Somos menos “pretos” do que nos disseram...*
- X – *Os quatro fundamentos econômicos da ocupação do sertão brasileiro e da formação social do Brasil.*
- XI – *Estudo conjunto de toda a formação pecuária do Brasil na época colonial com mapa de sua expansão. O gado em função do açúcar; o sertão ao serviço do litoral ou o litoral obrigando a ocupação do sertão..*
- XII – *Demonstração da influência do comércio de couros na criação da Colônia do Sacramento. Enfim! uma explicação do que importou a tal Colônia tão falada e tão inexplicável...*
- XIII – *Os motivos da primeira expansão da pecuária no Nordeste, como retaguarda econômica dos engenhos e a necessidade de seu afastamento das zonas de cultura.*
- XIV – *Influência da pecuária na formação econômica e unitária do Brasil. As tropas e os tropeiros.*
- XV – *Os fundamentos econômicos da expansão paulista.*
- XVI – *A formação do núcleo piratiningano e sua classificação em fase fixadora e definitiva, ciclo despovoador e ciclo repovoador.*
- XVII – *Primeiro mapa geral das estradas e roteiros do Brasil nos tempos coloniais.*
- XVIII – *Estudos comparativos e numéricos entre a expansão do Norte e do Sul, na época colonial.*

- XIX – *O problema de mineração no Brasil em confronto com a mineração no continente americano e a situação dos metais preciosos no mundo.*
- XX – *A importância da prata como fundamento econômico da colonização espanhola na América.*
- XXI – *A contribuição do ouro do Brasil para a economia portuguesa e para o enriquecimento e evolução social da Inglaterra.*
- XXII – *A contribuição da mineração para a evolução econômica do Brasil na era colonial.*
- XXIII – *Estudo de conjunto dos processos de comércio luso-brasileiro na era colonial, até 1822.*
- XXIV – *A influência das missões religiosas na formação econômica do Brasil.*
- XXV – *A grande crise econômica do Sul, de reajustamento do trabalho de mineração para o trabalho agrícola, dentro do qual se processou a fixação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro e a independência política do Brasil.*
- XXVI – *Valores trazidos por Dom João VI ao Brasil e os que daqui retirou. A contribuição de Dom João VI para a formação econômica brasileira.*
- XXVII – *Crítica da administração financeira de D. João VI, diante de documentos; repercussão desse seu governo sobre a economia do país.*
- XXVIII – *Importância da metrópole portuguesa como mercado garantido para a produção brasileira.*
- XXIX – *Quando da independência, com o retraimento português, crise da economia brasileira, principalmente ao norte do país, decaído pela perda do mercado metropolitano.*

* * *

Relativamente à economia em geral, ou à economia aplicada ao estudo de nossa evolução, quisera também acentuar esses outros assuntos que, pelos novos aspectos sob os quais foram encarados, constituem de

fato outras “novidades”, que serão amanhã lugares-comuns, sequer sem citação, como convém à originalidade alheia:

XXX – *Apreciação sobre a política colonial adotada por Portugal e Espanha e adotada por outras nações européias, a partir de Cromwell e Colbert.*

XXXI – *As companhias privilegiadas e sua influência na colonização e no estabelecimento do comércio internacional.*

XXXII – *Conceito e definição de trabalho em diferentes épocas paralelas à formação do Brasil.*

XXXIII – *Conceito da criação de riquezas em países novos; imigração com ou sem capitais próprios; riquezas naturais e capitais invertidos.*

XXXIV – *O conceito da moeda, o império da prata, o império do ouro. A influência recíproca entre os metais preciosos e os preços.*

XXXV – *Moeda circulante, a primeira circulação fiduciária no Brasil e em Portugal.*

XXXVI – *As características de uma economia colonial. Relações recíprocas entre os fatores “econômicos” e “políticos”. Os tratados de comércio vigentes durante o Brasil colonial.*

* * *

Não sou demasiado. Creio que fui muitas vezes omissos. Por este rol quis apenas mostrar as “novidades” dessa história, impossíveis de serem achadas pela história tradicional, apenas documental e que não sabe procurar a razão das coisas senão pelo critério ideológico das inferências. E, daí, tantos historiadores, quantas interpretações. Gosto, palpito. Agora, não. Reduzido a um denominador comum – o fato econômico iniludível – já não haverá variações. Basta ver Dom João VI. Não há um, há muitos, tantos Dom João VI, quantos historiadores.... Depois de Simonsen só haverá um, o mais benemérito dos soberanos ao serviço do Brasil!

* * *

Essa história do Brasil, feita por um Paulista e em São Paulo, nos explica muita coisa. É de São Paulo que partem as bandeiras despovoadoras, tirando o índio de suas recuadas florestas, levando as fronteiras da pátria até além, muito além das divisas dos tratados políticos. Quando estes paulistas encontram minas, é o Brasil inteiro que aflui para elas, que se locupleta com elas, e até a Coroa colabora na injustiça, amputando sucessivamente a Capitania de São Paulo... Sic vos non vobis. E mais, se lutam, com os Emboabas, são vencidos pelo número: José é espoliado de suas vestes, e vendido pelos irmãos... Ele é um, embora José, o melhor, mas os outros são tantos!... A história se repete outras vezes: 1932 teve precursores; mesmo na paz, um milhão de contos, da “mesada” do Brasil, é de São Paulo, que vem a ser protetor do pai e da família...

Entretanto, essa história não é “paulista”, é brasileira. É sempre o Brasil que vence, afinal. O bandeirante despovoador vai até onde pode ir arredondando a periferia do Brasil. Com as minas achadas, é esse bandeirante o repovoador do deserto, com as cidades que se levantam em torno das catas. A pecuária fora a segunda linba do açúcar litorâneo: torna-se a subsistência indispensável das minas sertanejas. As tropas e tropeiros, de todas as proveniências, para todas as direções, são os vasos e nervos que comunicam os órgãos brasileiros entre si. A economia desparticularizou o Brasil: deu ao todo fracionado pela extensão, pela servidão, pelas necessidades, pelos interesses, uma unidade, malgrado dos homens transitórios, às vezes injustos, maus, reprováveis... Páginas como esta, entre tantas, de Simonsen, dão confiança no Brasil:

“Foi o gado o elemento de comércio por excelência em toda a hinterlândia brasileira, na maior parte da fase colonial. Indústria mais pobre, relativamente, que a do açúcar, apresentava, porém, uma feição caracteristicamente local, formadora de gente livre e com capitais próprios. A indústria açucareira, com outra organização social, funcionava, em grande parte, com capitais da metrópole, aos quais eram atribuídos os maiores proventos. A produção da pecuária e o seu rendi-

mento ficavam incorporados ao país. As suas feiras, entre as quais avultava a de Sorocaba, exerceram uma função inconfundível na formação da nossa infra-estrutura econômica unitária, antes da independência.

Se a indústria mineradora originou o rápido crescimento da população e a construção das cidades no interior do país, foi por intermédio da pecuária e dos laços criados pelo comércio do gado bovino e cavalariço, pelos transportes organizados pelas grandes tropas muaras, que se estabeleceram elos indestrutíveis na unidade econômica brasileira.

A pecuária goza da faculdade peculiar de ocupar grandes áreas com pequena população; é uma indústria extensiva por excelência. Desaparecido o interesse da caça ao bugre, e extinta praticamente a mineração, foi a pecuária que consolidou economicamente a ocupação de vastíssimas regiões do país, as quais, sem ela, teriam sido, talvez, condenadas ao abandono. Foi ela igualmente que amparou as populações do Sul entre o fim da mineração e o advento do café.

Alargadas as fronteiras econômicas, ocupadas as vastas regiões dos sertões brasileiros, as economias e os capitais nacionais estavam representados, em fins do período colonial, nos engenhos, na escravaria e na pecuária. Foi a acumulação destes dois elementos, pela mineração, que facilitou a rápida expansão da cultura cafeeira, cultura esta que, pela sua natureza especial, exigiria fartos braços e amplos meios de transportes. Não se houvessem acumulado no centro-sul brasileiro essas massas da gente e de gado e não teríamos os elementos suficientes ao desenvolvimento de outras atividades, à expansão da cultura cafeeira e ao reerguimento econômico do país...”

Assim se fecha o ciclo: açúcar, pecuária, ocupação do sertão, distensão das fronteiras, minas, cidades do interior, tropas, gado ainda e

sempre, café finalmente ... E não acabou. Os interesses se misturam de sul a norte, de leste a oeste, periferia e centro, e eles criaram, criam, criarão, uma unidade econômica, preliminar à unidade política, e à futura unidade sentimental. A raça, a língua, a religião, a cultura, ajudarão aos mútuos interesses...

A História Econômica do Brasil, como nos conta e nos documenta Roberto Cochrane Simonsen, neste grande livro, que outros anunciam, de imensa benemerência, tem outro mérito, ainda maior que esse todo, incomensurável, do passado... É a confiança que nos dá no futuro... São ineducados os nossos homens públicos, não sabem nada (perdoai-lhes, Senhor, eles não sabem o que "fazer"...), governam ao deus-dará, apenas nomeações, demissões, promoções... Simonsen nos leva a crer que eles não têm sequer capacidade de fazer mal ao Brasil. Dizem os números da História Econômica. Graças a Deus!

.....

Introdução

ROBERTO SIMONSEN

E

História Econômica

M PRINCÍPIOS de 1933, numa atribulada fase da vida paulista, considerável plêiade de intelectuais lançava, nesta cidade, um manifesto, que se há de tornar memorável com o correr dos tempos. Nesse documento, demonstravam que não tendo podido ver triunfante pela força das armas o seu ponto de vista, compreendiam, mais do que nunca, a profunda desarmonia existente entre as nossas aspirações e a realidade político-econômico-social do país. Pregavam a urgente necessidade de se criarem escolas de formação de “elites”, em que se divulgassem as noções de política, sociologia e economia, despertando e criando uma consciência nacional, capaz de orientar a administração pública, de acordo, com a realidade do nosso meio, concorrendo, assim, para fazer cessar, dentro do Brasil, a incompreensão reinante, de que São Paulo era, e é, a vítima principal.

O quadro já é agora bem diferente. Reconquistada a nossa autonomia, reintegrado o país no regime da lei, pode o governo de São Paulo tomar várias iniciativas no sentido de melhorar as nossas condições culturais, aplicando, com esse objetivo, consideráveis recursos.

A Escola de Sociologia e Política

Nascida daquele manifesto, não descurou também a nossa Escola de desenvolver honestamente o programa que se traçara, e já aí

estão colhidos ponderáveis frutos da sua atuação, em sondagens sociais, na elucidação de alguns de nossos problemas, no aproveitamento eficiente de vários elementos de sua organização, e na divulgação de utilísimos conhecimentos que o abnegado corpo de seus professores tem difundido. Considerada com simpatia pelos homens de boa vontade, acentua-se cada vez mais a tendência para se manter a Escola como um núcleo independente, em perfeita harmonia de ação com os demais centros culturais, tendo, por essa forma, uma liberdade de movimentos que se pode tornar, em determinadas circunstâncias, de real vantagem.

Iniciado o terceiro ano letivo, fazia parte do seu programa o curso de História da Economia Nacional. Com a mesma surpresa com que nos vimos compelidos a pronunciar o discurso oficial da sua fundação, vimo-nos na contingência de aceitar o lançamento desta cadeira, nova ainda no meio brasileiro. De início, devemos lisamente confessar que não nos julgamos aptos para tão alto cometimento. Não pode, a Escola, por vários motivos, obter que outros, mais doutos, professassem a matéria e, assim, malgrado as nossas deficiências, não nos pudemos furtar a esse pesado encargo.

* * *

Realizada a primeira parte do curso, não nos abalancaríamos a publicar a série de conferências que fizemos, se não fosse a emulação amiga recebida de Afrânio Peixoto e o interesse que em vários pontos do país despertou a matéria estudada.

Não existe, no Brasil, campo de atividade cultural que não tenha recebido o influxo benéfico do espírito profundamente douto e patriótico de Afrânio Peixoto. Muito devemos aos seus sábios conselhos.

Tivemos, na elaboração deste curso, que recorrer a uma soma enorme de publicações e documentos, assim como às luzes de numerosos escritores, principalmente brasileiros e portugueses.

Referindo-nos apenas aos mortos, desejamos prestar nossas homenagens, dentre outros, a Calógeras, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima e João Lúcio de Azevedo.

Queremos ainda registrar nossos agradecimentos aos Drs. Afonso d'Escragnolle Taunay, Rodolfo Garcia e Comandante Eugênio de Castro, pelos conselhos e indicações que nunca nos negaram.

Ao Sr. Coronel Jaguaribe de Matos, o antigo e erudito chefe do escritório técnico da comissão do eminente General Rondon, devemos os mapas mais exatos do Brasil e várias indicações geográficas de valor.

Não fazemos agradecimento especial a Afrânio Peixoto; ele participa, conosco, do sucesso ou insucesso desta tentativa, pelos estímulos com que nos animou. Da generosidade de seu prefácio não deixa de repontar o sentimento dessa sua responsabilidade.

Devemos, finalmente, observar que não procuramos nos cingir a sistematizações doutrinárias ou a conceitos metodológicos. Procuramos ser objetivistas, realistas, examinando os fatos econômicos, tais como se apresentaram na formação do Brasil, comentando-os ou os comparando com os que se processaram concomitantemente em outros povos, esforçando-nos, à luz das realidades econômicas, saber dos "porquês" dos acontecimentos verificados.

Ninguém, mais do que nós, reconhece a insuficiência do que conseguimos fazer. Mas as contribuições que hão de vir, de outros e muitos, mais doutos que nós, permitirão, com o tempo, que se estratifique um conceito mais exato de nossa evolução, da nossa ecologia, verificada através da história, e então surgirá uma sociogenia brasileira. Esta facilitará aos nossos elementos de direção impregnar a grande massa da "consciência nacional" — que daí difluirá, e de que tanto carecemos, para que possamos ser realmente ativos — na elaboração de nosso progresso, tirando todo o partido de nosso "possibilismo", ao invés de nos subordinarmos, em grande parte, aos determinismos do meio.

A observação de nosso passado já oferece, nesse sentido, farta messe de ensinamentos.

São Paulo, julho de 1937.

.....

Capítulo I

INTRODUÇÃO. ANTECEDENTES

CONCEITO DE HISTÓRIA ECONÔMICA. A EVOLUÇÃO ECONÔMICA NOS TEMPOS MEDIEVAIS E NOS TEMPOS MODERNOS. A REVOLUÇÃO AGRÍCOLA. A REVOLUÇÃO COMERCIAL. O MERCANTILISMO. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL. O CAPITALISMO E A FORMAÇÃO DOS PAÍSES AGRÍCOLAS. HISTÓRIA ECONÔMICA DA AMÉRICA. HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL.

A

A história econômica

HISTÓRIA do Brasil é ainda muito recente. País que encontra suas origens não em migrações provenientes de zonas superpovoadas, mas como simples colônia de exploração de um povo bravo, mas pouco numeroso, apresenta a sua história econômica aspectos que lhe são peculiaríssimos. Sua divulgação se torna cada vez mais necessária, para que possamos aproveitar os ensinamentos que as reações do meio vêm oferecendo à atuação do homem, na porfiada luta em que, há 400 anos, se vem empenhando pela formação de um organismo social forte, capaz de desfrutar as mais favoráveis condições de vida. Do aperfeiçoamento dessas condições, resultará o fortalecimento do Estado, numa linha ascendente de progresso, e a segurança de uma posição respeitável, econômica e politicamente, no concerto das demais nações.

Sem irmos ao exagero de tudo atribuir a motivos de ordem econômica, não podemos deixar de reconhecer sua crescente importância na evolução dos povos. Se é verdade que em determinados períodos históricos constatamos a influência de fatores religiosos, culturais e políticos, afetando profundamente o desenvolvimento dos povos, o característico fundamental dos tempos modernos, iniciados contemporaneamente com a descoberta do Brasil, é a preponderância do fator econômico. Daí, alguns historiadores atribuírem à história política e militar a simples exposição descritiva dos fatos históricos, reservando para a história econômica a investigação do “porquê” desses fatos.

Não obstante o valor de que se reveste, não deve causar surpresa a ausência desta cadeira nas Faculdades superiores do Brasil. Na Inglaterra, a grande criadora das principais instituições econômicas, só em 1910 se criou, em Manchester, uma cadeira de História Econômica, que logo desapareceu com a morte de Unwin, seu primeiro regedor. Cambridge adotou-a em 1928, Oxford em 1931. Nos Estados Unidos, se a Universidade de Harvard instituiu a cadeira de História da Economia Americana, no último quartel do século passado, foram poucas as universidades que seguiram o seu exemplo e assim mesmo em época muito recente.

Eram, até há pouco tempo, relativamente raros os historiadores que se ocupavam de tal assunto. No Brasil, para só falar dos mortos, possuímos eruditos estudos feitos por Varnhagen, Capistrano de Abreu, Vieira Souto, Amaro Cavalcanti, Calógeras e alguns outros. A Calógeras, cuja memória cada vez mais veneramos, e sob cujas inspirações gostaríamos de poder lançar esta cadeira, devemos, entre outros, os notáveis trabalhos sobre a política monetária, as minas do Brasil e a política exterior do Império.

O campo da História Econômica é vastíssimo e não nos cansaremos de chamar para o seu estudo a atenção dos brasileiros, com o propósito de uma efetiva sistematização, de que deverão resultar reais e incontestáveis proveitos para o país. Mesmo no estrangeiro, são relativamente recentes os historiadores e os economistas que se ocupam do assunto. No século passado, Cunningham, na Inglaterra, Schmoller e Knapp, na Alemanha, Fustel de Coulanges, na França, já acentuavam a inter-relação existente entre a História Econômica e a História Política.

Carl Marx, em suas apaixonadas críticas sobre o capitalismo via em todos os acontecimentos políticos, gerando-os e explicando-os o substrato econômico. Daí em diante, historiadores e economistas interessaram-se cada vez mais pela investigação das origens do capitalismo, sistema econômico, cuja predominância acentuadamente se firmou nos tempos modernos. Mas a fase culminante e contemporânea desses estudos cabe a Sombart, em 1902, com sua notável obra sobre o capitalismo moderno.

O alimento, o vestuário e a habitação são os elementos fundamentais da subsistência humana; uma vez assegurados, as sobras vão constituindo os fatores do progresso. Este se traduz numa ascendente melhoria do padrão de vida, criando continuamente necessidades que se multiplicam. Em qualquer núcleo social, o primeiro passo para o progresso foi sempre caracterizado pela permuta dessas sobras. Não cabe aqui me estender sobre este tema, nem discorrer sobre a evolução da economia da troca, economia da moeda e economia do crédito. A outros cursos compete essa matéria, cujo conhecimento é básico para o de História Econômica.

O nosso programa

A simples leitura do programa que elaboramos demonstra o maior desenvolvimento que procuramos dar às fases de nossa economia, nos últimos cinquenta anos.

Constatando, porém, ter sido na era colonial que se formou a trama social, asseguradora da estrutura unitária do país, impusemo-nos a fixação dos fatores econômicos que contribuíram para essa formação.

Para melhor conhecimento do que somos, devemos, ainda, determinar os fatores externos que influenciaram os nossos períodos embrionários, que tiveram ação e que continuam a atuar na modelagem de nossa formação econômica.

De fato, o Brasil iniciou-se à sombra da civilização ocidental, assim chamada em contraposição à asiática. A orientação da sua formação foi a européia, por meio dos elementos que para aqui vieram dirigi-la. Natural, por isso, que fixemos, em rápidos traços, os aspectos daquela civilização, do ponto de vista econômico, à data do nosso descobrimento e, contemporaneamente, com o curso da nossa evolução.

Tempos medievais

É conhecida na História a importância comercial que sempre teve a bacia do Mediterrâneo. São épicas as lutas travadas para o seu domínio, avultando, na Idade Média, as lutas entre Cristãos e Muçulmanos. Veneza, durante um milênio, aí manteve a sua hegemonia comercial; Gênova, Florença e Milão tiveram também sua idade de ouro, na época medieval e na Renascença.

Na Europa, o regime político do feudalismo era um entrave à expansão econômica. Os feudos quase que se bastavam a si próprios e era numa limitada agricultura que se concentrava quase toda na atividade econômica. Era relativamente escasso o uso da moeda, como instrumento de troca. Com a insuficiência dos meios de transporte, com a falta de garantias então existente e com o atraso dos processos de cultura, a produção era feita quase que para consumo imediato. Às feiras, periodicamente realizadas em pontos determinados, transportavam-se os excessos das produções por cujas trocas se compensavam as escassas necessidades recíprocas.

Sobre as preocupações mercantis, predominavam, na Europa, os interesses religiosos e militares. Constituíam exceções as repúblicas italianas, que, por isso, se enriqueceram, principalmente com o comércio do Oriente. De fato, os mercadores italianos iam buscar nos portos do Levante e do Egito as especiarias que vinham da longínqua Ásia, em transportes marítimos, através do Oceano Índico e Mar Vermelho, e por caravanas que atravessavam regiões inóspitas e difíceis da Ásia.

O gosto da alimentação fortemente estimulante, que predominava na Idade Média, deu vultoso incremento à importação da pimenta, do gengibre, da noz-moscada, do açafrão e outras especiarias orientais.¹ Panos e pedrarias do Oriente, açúcar e outros artigos medicinais, cuja introdução na Europa remontava aos Cruzados, completavam o quadro de mercadorias, objeto do comércio veneziano. De Veneza, a sua frota as redistribuía aos demais portos do Mediterrâneo. Pelos Alpes, a linha

1 No capítulo XII esclarecemos os motivos da grande valia das especiarias nessa época.

Veneza-Augsburgo-Brugges era o eixo de distribuição para a Europa Central. Ao norte, a frota hanseática mantinha comércio, intenso para a época, entre o Mar do Norte e o Báltico.

Não nos impressionemos, porém, com as descrições de então; toda a capacidade da frota hanseática, que por séculos dominou o comércio do norte da Europa, com apoio nas cidades livres da costa do Báltico e do Mar do Norte, caberia dentro do porão de dois ou três cargueiros de hoje; era inferior a 50 toneladas a média da capacidade de cada barco... Dois trens de mercadorias, atravessando o São Gotardo conduzem, hoje, volume superior ao que as caravanas transportavam em um ano. E só se carregavam mercadorias de grande valor em pequeno peso.

Numa época em que os preços eram em sua grande maioria regulamentados, a relação abaixo, tirada do Édito de Afonso III,² em 1253, e que durante largo tempo vigorou em Portugal, dá uma idéia da natureza desse comércio:

Escarlata inglesa: . . .	70 soldos o côvado, ou seja, hoje cerca de 600\$000 o metro
Pimenta:	15 libras por arroba, ou seja, hoje cerca de 108\$000 o quilo
Cobre e estanho: . . .	12 libras por quintal, ou seja, hoje cerca de 22\$000

Isso, quanto a artigos importados; nos produtos portugueses, encontramos a vara de burel, de que se vestia a pobreza, valendo dois soldos, ou sejam 10\$000 o metro; o pano de linho, três soldos, ou sejam 15\$000 o metro e o bragal comum, um soldo, ou sejam 5\$000 o metro, moeda de hoje.

Nas cidades pouco populosas da Idade Média, imperava o regime corporativo, em que os preços eram regulamentados e a produção limitada às necessidades do consumo. Aí se concentravam os mercadores e

2 João Lúcio de Azevedo – *Épocas de Portugal Económico*.

os pequenos industriais. Logo se acentuaram as lutas entre os barões feudais e as cidades livres, que então se formavam.

Os monopólios eram vigorosamente defendidos. Nas cidades italianas, castigavam-se com pena de morte os artesãos que traíam seus segredos. Com a insuficiência da produção, limitada pela carência de processos técnicos e pela mentalidade econômica vigente, adstrita ao indispensável, proibiam-se em certos lugares, e sob penas severas, a exportação de cereais.

Tempos modernos

Era escassa a circulação de metais preciosos, sendo estimado em menos de 50 milhões de libras o valor da moeda em giro na Europa em fins do século XV. As primeiras massas de moedas foram-se acumulando em mãos de banqueiros italianos e alemães, que iniciaram a aplicação de capitais em operações de finanças públicas e de comércio.

Esse estado geral de estagnação da produção e no comércio da Europa sofreu uma alteração violenta, a partir do século XV. Deram-se, simultaneamente, verdadeiras revoluções na ordem econômica, política e social. O espírito guerreiro-religioso foi-se substituindo pelo espírito mercantil. O enriquecimento das cidades italianas provocou um surto de cultura, do qual proveio, *magna pars*, a Renascença, movimento de que resultou geral emulação na Europa. A descoberta da imprensa, coincidindo com a reforma religiosa, acarretou uma intensa troca de idéias entre os povos europeus.

A evolução natural do sistema político reinante na Idade Média traduziu-se na formação de grandes Estados, em que o Poder Absoluto absorveu os feudos e os governos das cidades. As descobertas marítimas constituíram novo e mais acentuado motivo de emulação entre os grandes Estados, que passaram a compreender a importância de uma economia nacional forte para garantir uma potência militar fortalecida.

O afluxo de metais preciosos, cuja existência na Europa estava adstrita à pequena produção das suas minas, da Áustria e da Boêmia e à contribuição portuguesa provinda da África, viu-se de repente acrescido pela inundação de ouro e prata, que a Espanha trouxe do México e do Peru.

No século XVI, a produção de ouro e prata no mundo já se elevava à importância de 250 milhões de libras; no XVII, a mais de 300 milhões. Esta invasão de metais, ocorrendo juntamente com a formação dos grandes Estados, com as descobertas marítimas, com as invenções técnicas e com a conseqüente intensificação das relações comerciais, provocou uma profunda mudança na mentalidade européia e na organização social e política, caracterizando uma época que os historiadores classificam de Revolução Comercial. Coincidiu o seu início com o descobrimento do Brasil.

*A revolução comercial*³

De fato, a preocupação mercantil se acentuou, passando a ser considerada o meio mais rápido de enriquecimento e, portanto, de fortalecimento do poder dos povos. A navegação deixou de ter o caráter costeiro e passou a ser oceânica, alargando-se, em conseqüência, brusca e consideravelmente, o campo de atividade das nações. O continente europeu, que, ainda em fins do século XV, sofria a sua última invasão, a dos turcos, transformou-se em dominador do mundo, num crescente progresso, sem paralelo em toda a História.

Portugal, pioneiro do movimento navegador, após curto reinado, cedeu à Espanha o cetro dos mares; esta à Holanda que, mais tarde, teve que o passar às mãos da Inglaterra. A competição e a rivalidade comercial entre a Holanda, a França e a Inglaterra foram um dos característicos da revolução comercial.

A intensificação do comércio, o barateamento dos produtos e o crescimento das populações trouxeram um aumento no consumo, o que, por sua vez, de tal forma estimulou a produção industrial, que em fins do século XVIII assistimos ao surto do seguinte período da época capitalista – a Revolução Industrial, com as suas profundas repercussões no campo econômico-social e a formação do capitalismo industrial.

Os capitais, que se concentravam quase que exclusivamente em empreendimentos comerciais e alguns cometimentos financeiros, passaram a se interessar pela indústria, originando a criação das grandes

3 Knight, Barners and Flugel – *Economic History of Europe*, 1928.

divisões de trabalho, gerando os notáveis aperfeiçoamentos, resultantes, também, do emprego sempre crescente da maquinaria.

A progressiva acumulação de capitais, cuja remuneração em forma de juro, na aurora dos tempos modernos, pela reação calvinista, tinha deixado de ser um crime, criou outra feição do capitalismo. Surgiram os grandes sistemas bancários, as bolsas, a especulação de títulos e moedas, a expansão do crédito e o predomínio incontestável das entidades financeiras na orientação dos negócios.

O mercantilismo

O aparecimento dos grandes Estados veio facilitar a intensificação das correntes de comércio dentro de suas fronteiras, pela supressão de muitos entraves e pelas garantias de segurança que passaram a oferecer. Mas, absorvendo as cidades mercadorias medievais, compreenderam que não podiam desorganizar a sua produção especializada, seus monopólios comerciais, adotando, de chofre, uma liberdade de circulação, de que pudesse resultar o seu esmagamento, na concorrência com outros núcleos exteriores, porventura melhor organizados.

Com o advento da mentalidade mercantil, numa época em que a produção, pela ausência de maquinaria e aperfeiçoamentos técnicos, hoje tão vulgarizados, era limitada e adstrita à área de seus solos, foram os Estados também compreendendo a necessidade de saldos favoráveis na balança do comércio. De fato, na liquidação das trocas, entre os particulares, como entre as nações, os que sabiam conservar os maiores saldos eram os que mais enriqueciam.

Desde que se pronunciasse uma falta de metais monetários dentro de um país, caíam imediatamente os preços de seus produtos. E os Estados, com essa desvalorização, sentiam um rápido empobrecimento, porque não estava em suas mãos o aumento de sua capacidade produtora...

Daí a política de se procurar a atração dos metais preciosos, que não só indicavam, com a sua presença, que os saldos comerciais lhes tinham sido favoráveis, como também representavam a segurança de poderem melhor agir nos casos de guerra, tão freqüentes na época.

Essa orientação da política econômica promoveu o surto progressista em países, como a Inglaterra, que, não tendo metais preciosos, empreendiam, alargando sua produção industrial, atrair a importação do ouro que, de outra forma, lhes escassearia.

Nos primeiros tempos da Idade Moderna, não obstante as novas correntes de metais preciosos, sentiu-se, por mais de uma vez, a falta de numerário em relação ao volume das transações, que se iam desenvolvendo.

O comércio com a Ásia, da qual se importavam pimenta, penas de avestruz e marfim, drogas, gomas, óleos, anil em grandes quantidades, cochonilha, tinta da China, curcuma, laca e goma-laca, leques, tapetes, canela, cravo, noz-moscada, gengibre, sagu, açúcar, chá, arroz, café, madreperolas, salitre, araca, algodão, seda crua, musselinas, ébano, sândalo, cetim, porcelanas, peles de tigre e pedras preciosas, provocava um considerável êxodo monetário para aquele continente. Essa drenagem só podia ser compensada pela exportação de produtos manufaturados da Europa ou pelo afluxo de massas de metais, como posteriormente se verificou com as frotas do México e do Peru, entre os séculos XVI e XVIII, com o ouro do Brasil, no século XVIII, e com as novas minas da América do Norte e da África do Sul, nos séculos XIX e XX.

Somente após a revolução industrial, em que os volumes de produção e consumo se tornaram muito elevados em relação ao meio circulante, e a economia do crédito atingiu sua grande expansão, é que desapareceram, em grande parte, certas preocupações das chamadas escolas mercantilistas, tornadas então desnecessárias.

A aplicação de novas doutrinas, as dos economistas do século XVIII, só se tornou possível quando o ambiente econômico-social o permitiu. Estas doutrinas surgiram, pois, antes como efeitos do que como causas, na evolução dos fenômenos econômicos. Numa recíproca relação de causa e efeito, a aplicação sistematizada das novas idéias produziu, porém, posteriormente, um novo surto do capitalismo, cujo ciclo terminou com a Grande Guerra mundial.

Verifica-se, dessa forma, como é insuficiente a apreciação de fenômenos econômicos vistos sob o prisma exclusivo da doutrina da Economia ou da Política. À História Econômica compete uma interpretação mais objetiva desses fatos.

O capitalismo e a formação dos países agrícolas

Todas essas circunstâncias não escaparam à fina argúcia de Sombart, quando, analisando-as, bem acentuou as diferenças profundas da mentalidade econômica moderna, em face das eras pré-capitalistas. Enquanto na Idade Média a preocupação foi a de produzir para consumo imediato e para as necessidades mínimas do homem, que se achava principalmente absorvido por atividades religiosas, políticas e sociais, o pensamento dominante na era capitalista já é o do aumento, sempre ascendente, da posse de riquezas. E a produção, o comércio e o crédito foram se tornando impessoais.

Para que tal sistema econômico pudesse prosseguir na sua fase evolutiva, tornou-se necessária a mais ampla liberdade individual, quanto à locomoção, à política e à aquisição da propriedade. Dessa liberdade, resultou a emulação e o espírito de competição que alcançaram, já em nossos tempos, tão grande acuidade. E o progresso desenvolveu-se com seus aspectos multiformes.

A população da Europa, que era de 50 milhões de habitantes no começo do século XVI, passou a 150 em fins do século XVII e a 450 milhões em princípios do século XX. A progressão deste aumento correu paralela com as etapas do capitalismo.

O padrão de vida dos povos foi-se alterando rapidamente. Com o barateamento do algodão e do linho, passaram-se a usar tipos mais confortáveis de roupas. O emprego do algodão proveniente da Ásia e da América começou a ser vulgarizado.

Roupa de baixo e roupa de cama, raramente utilizadas em épocas anteriores, passaram a ser artigos de uso comum, nos séculos XVII e XVIII.

A intensificação do comércio e os novos consumos podem ser bem focalizados com o café, artigo ainda pouco consumido na Europa antes do século XVIII. O seu consumo dobrou entre 1710 e 1720. Entre 1720 e 1730, época em que vieram as primeiras sementes para o Brasil, duplicou de novo. Mas entre 1730 e 1735, triplicou!

A produção de metais preciosos, tão avolumada nos dois primeiros séculos dos tempos modernos, principalmente com referência à prata, pela contribuição espanhola, foi acelerada e alterada, no século

XVIII, pela cooperação do Brasil. Neste século, o ouro brasileiro elevou em muito o valor da produção deste metal, fornecendo novos elementos à revolução industrial, como teremos oportunidade de esclarecer. Posteriormente, já no século XIX, essa situação foi muitas vezes ultrapassada pela descoberta das grandes minas norte-americanas e africanas.

Toda essa riqueza metálica deu ainda exagerado impulso à evolução capitalista, ao grande surto industrial da Europa e da Norte América e a uma acentuada diferenciação e divisão do trabalho, com a conseqüente criação dos grandes países agrícolas.

É fruto também desse sistema econômico a adoção, pelos grandes Estados, de definidas políticas coloniais, cuja interferência sofremos no passado e que ainda hoje atuam de modo inequívoco em nossa evolução, devido, principalmente, à natureza tropical da maioria de nossas produções.

Como complemento deste estudo introdutório, impõe-se o exame das épocas econômicas correlatas de Portugal e Espanha, os países iniciadores da fase colonizadora dos tempos modernos e a que estivemos ligados em tão largos períodos de nossa existência.

Tal apreciação, completada com uma análise do crescimento da navegação oceânica, que também nasceu na mesma década que o Brasil, constituirá o objeto do capítulo seguinte.

História brasileira

Mas ficam esboçadas, em largas pinceladas, as grandes tendências econômicas que se verificaram em épocas imediatamente anteriores e contemporâneas com as da existência do Brasil. O rápido enriquecimento decorrente do comércio com o Oriente foi o detonador de uma revolução econômico-político-social, a maior de todos os tempos. Contrapondo-se ao sistemático programa de governo adotado por Portugal e aí seguido durante 80 anos – a descoberta de um acesso à Índia pelo périplo africano –, os espanhóis, por espírito aventureiro, procuraram, com Colombo, alcançar o Oriente pelo Ocidente, descobrindo as Antilhas.

Mais tarde, ingleses, holandeses e franceses, objetivando a mesma via pelo norte, para a conquista dos mercados asiáticos, descobriram as regiões setentrionais do continente americano. A preocupação

mercantil de lucro já se traduz na mensagem de Colombo, quando, comunicando à Corte espanhola a sua descoberta, propõe, com aquele propósito, a escravização e o tráfico dos autóctones.

As primeiras expedições portuguesas da Ásia voltaram enriquecidas com produtos resultantes das trocas ali efetuadas, acrescidos, em grande parte, de frutos do saque e dos tributos impostos. Era a mentalidade da época.

Os saques aos tesouros das antigas civilizações americanas dos incas e dos astecas despertaram a atenção de todo o mundo para o continente colombiano, promovendo a ação político-colonial da Espanha e as investidas das nações rivais.

No Brasil, onde só constava, de início, a existência de pau-brasil, bugios e papagaios, não se justificava uma larga exploração mercantil à moda do tempo.

Que o espírito religioso já não era o dominante e cedia lugar ao mercantil, prova-o o próprio nome dado à nossa terra que, de Vera Cruz ou Santa Cruz, como fora oficialmente batizada, teve esse nome alterado para o da riqueza que então se supunha principal. João de Barros, em sua acrisolada fé cristã, já clamava que “por artes diabólicas se mudava o nome de Santa Cruz, tão pio e devoto, para o de um pau de tingir panos”.

A Europa, ainda pouco povoada, não tinha necessidade, por motivos demográficos, de promover emigrações. A ambição dos grandes Estados absolutos norteava-se para um maior enriquecimento, do qual derivaria o poder militar. Foram, pois, principalmente de ordem econômica, os fatores dominantes, no início da exploração da América.

No estudo que vamos empreender, procuraremos fazer trabalho sinceramente objetivo, visando focalizar os fatos ligados às atividades econômicas do homem em nossa terra, desde a sua descoberta, analisando a formação econômica que acompanhou a da sociedade brasileira.

De partida, devemos assinalar que são profundas as diferenças das condições em que se processou a nossa economia, comparativamente com as das demais nações, cujas vidas principiaram contemporaneamente com a nossa. A fase inicial das colônias espanholas se assinala com a exploração dos metais ricos, pelo aproveitamento do trabalho servil das populações autóctones. Apesar de serem aventureiros os pri-

meiros exploradores, houve mais tarde a preocupação, por parte dos espanhóis, da seleção dos elementos que partiram para prosseguir a colonização branca. Posteriormente, quando se passou à fase de exploração de produtos tropicais, foi bastante intensa a remessa do escravo africano para as Índias de Castela.

Nos Estados Unidos, a colonização foi iniciada um século depois da nossa e em condições excepcionais. De fato, os colonos europeus que para ali seguiram, eram constituídos em grande parte de elementos escolhidos que se retiravam da terra natal, principalmente por motivos religiosos. Encontraram no solo americano um ambiente igual ou superior ao que tinham deixado, quanto ao clima, produtividade e riquezas naturais. A zona temperada e fria da América do Norte é excepcionalmente favorável ao imigrante europeu, cuja evolução biológica melhorou, mesmo sem cruzamento, conforme tem sido verificado nos estudos ali realizados. O meio físico em tudo facilitava ao novo imigrante o acesso ao interior.⁴

No Brasil, sem encontrar, a princípio, os metais preciosos, compelidos, por circunstâncias que teremos oportunidade de analisar a ocupar efetivamente a terra, foram os portugueses forçados a recorrer à agricultura, a fim de assegurar a base e o rendimento da nova colônia. Deparando um meio pouco atraente ao elemento europeu, e adstrito a produções tropicais, para aqui trouxeram uma grande massa de população africana, que se reuniu à população autóctone, povo primitivo, ainda na idade da pedra polida. Com tais elementos, o diminuto contingente de brancos formou uma civilização inteiramente nova, em ambiente reconhecidamente difícil.

Mera colônia de exploração, a princípio, colônia mista de povoamento e de exploração mais tarde, é interessante acompanhar ainda que sinteticamente a evolução das atividades econômicas – aqui exercidas pelos primeiros habitantes, a formação dos núcleos sociais, o nascimento do espírito de autonomia econômica e política, as aplicações de instituições econômicas européias numa grande massa em que avultavam povos incultos daqui e da África num meio inteiramente novo e pouco conhecido.

Focalizados os característicos de nossa evolução econômica, procuraremos projetá-la sobre os acontecimentos que se processavam

4 Faulkner – *American Economic History*.

na Europa e contra o plano de evolução dos demais países americanos que, contemporaneamente conosco, se fizeram e cresceram.

Neste estudo evolutivo e comparativo, envidaremos explicar a razão das etapas de nosso processo econômico, nas diferentes épocas e no momento atual. Estudando a História Econômica do Brasil verificaremos os períodos em que a colônia, em seus primeiros passos, foi deficitária à Coroa portuguesa. Apontaremos as fases em que determinadas zonas econômicas deram saldo real em sua exploração, enquanto outras se apresentavam em situação deficitária.

Procuraremos determinar, pela evolução comparativa entre os povos, a razão do atraso de nossas atividades econômicas em determinadas épocas e para determinadas regiões. Investigaremos a evolução de nossas instituições econômicas, muitas tomadas de empréstimo a outros povos, de diferentes estados de cultura, e que, por isso, não se adaptaram com vantagem e eficientemente às nossas realidades. Esforçar-nos-emos, enfim, por indagar a origem dos muitos entraves que dificultaram, e dificultam, a nossa evolução progressista.

A um estudioso sincero de nossas questões econômicas uma conclusão, porém, desde logo se impõe: os povos que hoje se contam na vanguarda do progresso e da civilização libertaram-se, nos tempos modernos, de uma desorganização que os estiolava; e a primeira manifestação de sua força foi a fixação de uma consciência nacional de suas próprias aspirações e necessidades, permitindo-lhes rotas políticas que lhes facilitaram uma mais rápida evolução econômica.

No Brasil, apesar dos esforços dos nossos maiores e do quanto já realizamos, em face dos múltiplos fatores adversos, que se nos deparam, ainda não chegamos, no entanto, à inteira formação dessa consciência. Daí o programa da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, com este relevante objetivo. Se as explicações e as críticas que fizermos concorrerem, de alguma forma, para esse propósito, dar-nos-emos por pagos dos nossos esforços e das nossas penas.

Foi esta a primeira lição dada na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 8 de abril de 1936, e, como as outras, resumida na imprensa e mimeografada para uso dos alunos e de interessados.

.....

Capítulo II

FASES ECONÔMICAS DE PORTUGAL E ESPANHA

FASES ECONÔMICAS DE PORTUGAL E ESPANHA, CORRELATAS COM OS PRIMEIROS TEMPOS DO BRASIL. GRANDEZA E DECADÊNCIA DE ESPANHA E PORTUGAL. A MARCHA DA CIVILIZAÇÃO E OS MEIOS DE TRANSPORTES. A EVOLUÇÃO DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS E A SUA INFLUÊNCIA NA EVOLUÇÃO DAS COLÔNIAS AMERICANAS. O PAPEL DE PORTUGAL NA HISTÓRIA DA NAVEGAÇÃO. O CUSTO DOS TRANSPORTES. TRABALHO, NATUREZA E CAPITAIS NO SÉCULO XVI. VALOR DAS TERRAS BRASILEIRAS.

A

HISTÓRIA econômica do Brasil se processa por meio da formação evolutiva de um organismo social em ambiente inteiramente novo, permitindo que se percebam, nitidamente, as reações recíprocas do homem e do meio, no desenvolvimento das atividades econômicas.

É natural que, no limiar de sua crítica, seja desde logo dispensada especial atenção às condições de Portugal na época do descobrimento e ao tempo em que tivemos ligados os respectivos destinos.

Nascida na segunda metade da Idade Média, a monarquia portuguesa se mostrou desde logo com uma forte organização de go-

verno central, pois que foi deste que os barões feudais receberam terra e poder.

Logo de início, puderam os soberanos portugueses assegurar à Coroa a maior soma de terras e de riquezas. Poucados e ricos foram os primeiros reis. A economia naturista predominava, recebendo os monarcas de seus foreiros e rendeiros 50% do vinho, 1/3 do trigo e diferentes prestações em outros gêneros em trabalho e em serviço militar. Os feudos, unidades econômicas, quase que se bastavam a si próprios, com poucas deficiências. Havia equilíbrio entre a produção e o consumo, e nas feiras as suas faltas ou sobras reciprocamente se compensavam. O ouro das arcas reais provinha, principalmente, dos tributos e presas de guerra.

Comprimido entre o mar e os reinos que mais tarde vieram a constituir a Espanha, era natural a tendência expansionista pela via marítima, que, desde os primeiros tempos, se foi esboçando no comércio português. *Foi portuguesa a primeira feira estrangeira estabelecida em Brugges*. Na Inglaterra, ao tempo de João-sem-Terra, registraram-se muitas licenças para a entrada de mercadores portugueses, que, em pagamentos de vinhos, azeite, cortiça, cereais, pescarias, mel e peles, dali retornavam com panos e metais.

Nos pequenos centros urbanos em formação, as corporações de ofício controlavam os preços e respectivas fabricações, que se produziam quase que exclusivamente para consumo imediato. Os preços das mercadorias e dos serviços eram praticamente estáveis e tabelados.

Não perdurou, porém, na monarquia agrária portuguesa, a seqüência de reis econômicos e, com o tempo, se foi acentuando o desequilíbrio financeiro do erário real. Os reis passaram, então, a estimular a criação de vilas e conselhos, de que poderiam auferir novas contribuições, fomentando, destarte, a independência dos municípios, em face aos senhores feudais. Por essas e outras causas, verificou-se uma crise de braços no campo e um êxodo das populações para as vilas e cidades, com grave prejuízo para a agricultura. O comércio interno, numa época em que não havia estradas, veículos de transportes e segurança para o tráfego, era precário e diminuto. Como nos demais povos da Europa, era baixíssimo o padrão de vida. Facilitada pela política das ordens religiosas, a vagabundagem cresceu e contra ela não se instituiu, como na Inglaterra, o trabalho forçado.

A pescaria e o comércio marítimo evoluíam lentamente. *D. Diniz, em 1293, instituiu a marinha do Estado para a sua proteção.* As populações urbana, central e da costa, formavam o traço de união entre o campo e o mar. “À beira-mar”, comenta Lúcio de Azevedo, “a extensa costa proporcionava à vista largos horizontes, desvendando-os, ainda mais vastos à imaginação; ali não se deparavam a empatar o caminhante os matagais ínvios, os íngremes cerros, os rios sem pontes, ladrões do ermo, e a cada passo as peagens, quando não as exações do fidalgo salteador. Para qualquer se lançar à estrada, pelo mundo afora, requer-se alguma indústria e certa soma de audácia. Nenhum dos requisitos faltava à gente do país. As pescarias foram para este, como em toda a parte, a primeira escola náutica. À proporção que de norte a sul retirava o agareno, ensaiar-se-ia a navegação costeira. E não seria sem efeito a vinda dos cruzados, suscitando pelos exemplos o apetite dos rumos distantes. É provável terem eles ministrado aos portugueses conhecimentos da arte da construção, assim como da arte de navegar em mar alto; talvez, igualmente, noções de geografia comercial.”

O infante D. Henrique

Gonzalo de Reparaz, em sua *Historia de la Colonización*, refere: “No final do século XIV, havia já em Portugal uma classe mercantil cosmopolita, rica e influente, com gostos e interesses opostos aos dos barões feudais. Embarcadores e comerciantes, unidos aos povos das cidades marítimas, fizeram a revolução de 1383 a 1385, recusando-se a reconhecer D. João de Castela, casado com a filha de D. Fernando, proclamando rei D. João de Avis, filho bastardo de D. Pedro. Com o rei de Castela, estavam os magnatas e os grandes proprietários de terras. Em Aljubarrota triunfaram os negociantes e embarcadores, o litoral e a política oceânica e de transporte, ao dominador dos campos; venceu o mar à terra.”

Com a vitória do Mestre de Avis, houve, em Portugal, uma redistribuição de propriedades e honrarias. Não se tendo extinguido o prurido guerreiro, derivou-o D. João I para a conquista de Ceuta, rica cidade em que os mouros se apoiavam para a prática da pirataria, que muito dificultava a incipiente navegação portuguesa nos mares do estreito. Começou, assim, em 1415, a jornada africana.

O Infante D. Henrique, que fez parte da expedição contra Ceuta, procurou inteirar-se dos mistérios da África, ali se orientando com os mercadores viajados. Regressando, fundou o que se chamou a “Escola de Sagres”, reunião de marujos experimentados e homens de ciência de várias nacionalidades, todos, enfim, quantos lhe pudessem esclarecer sobre a arte da navegação e sobre as possibilidades em terras desconhecidas.

Iniciou-se, então, a expansão marítima portuguesa; foram descobertas e ocupadas as Ilhas Açorianas e as da costa africana. Foi de D. Henrique o plano que, seguido com pertinácia, conduziu a monarquia portuguesa a procurar, pelo périplo africano, o acesso às longínquas terras da Ásia, de onde vinham as especiarias, as maiores fontes de enriquecimento comercial. Essa política não resultou de uma necessidade emigratória, escassamente povoado como era o país por pouco mais de um milhão de habitantes. Era um plano de governo, que visava, a um só tempo, a conquista de riquezas, a expansão da fé e a oportunidade de satisfazer uma nobreza irrequieta e turbulenta. A ocupação das ilhas e as descobertas da costa africana proporcionariam o estabelecimento de senhores, os transportes de colonos, lutas, guerras, trabalhos e saques.

Pioneiros da navegação em alto-mar, orientavam-se pela bússola e determinavam, pelo astrolábio, a sua posição no oceano. Mas à medida que se distanciavam para o sul, eram forçados a abandonar a estrela polar e a se guiarem pela altura do sol. E dada a contínua variação da declinação, eram os navegantes obrigados a fazer cálculos de correção, bem difíceis para a época.

Foram os portugueses que, pela primeira vez, fizeram uso duplo da vela quadrada e da vela latina, dispositivo que permitiu o aproveitamento dos ventos alísios para a navegação a barlavento, invenção que um recente escritor espanhol considera, para a época, quase que tão importante como a da imprensa.

As descobertas ao longo da costa ofereceram oportunidades para o comércio com os indígenas, e assim é que foram buscar ao sul do Saara a pimenta-malagueta, ameaçando o monopólio veneziano, o marfim, o ouro e escravos. O braço escravo se tornava cada vez mais necessário em Portugal, dada a carência da mão-de-obra nas cidades e nos campos. A emulação que as riquezas italianas produziam e o espírito aventureiro que se apossou de Portugal com a chegada dos carregamentos

de malagueta, ouro, marfim e escravos, foram consolidando a política marítima traçada pelo Infante D. Henrique.

Como empreendimento econômico, se muitas das expedições resultaram frutíferas, outras foram deficitárias, e as dificuldades de toda a sorte se foram avolumando pelas guerras contínuas que os portugueses eram obrigados a manter para garantir as suas feitorias e a respectiva ocupação. Mas o avanço para o sul e a posse da costa africana iam tornando cada vez melhor orientado o governo português na arte da navegação e na possibilidade do contorno do continente africano.

O caminho das Índias

Quando o erário público lutava com enormes dificuldades para manter a política que a Coroa se traçara – de encontrar um caminho para as Índias – Vasco da Gama conseguiu, em 1497, alcançar esse objetivo. Com as especiarias, tributos e presas de guerra que trouxe, pagou a expedição muitas vezes o seu custo; a segunda expedição para as Índias, a de Pedro Álvares Cabral, cobriu o seu custo duas vezes, computada, neste, a perda de quatro barcos.

Com tais resultados, não é difícil prever a expansão marítima que, na época, teve o pequeno reino e a mentalidade que ali se criou. Organizaram-se sucessivas expedições, que vinham peçadas de produtos orientais e de presas de guerra. O comércio da pimenta da Índia, que constituía a mais rica especiaria do tempo, e que era monopólio de Veneza, passou para as mãos dos portugueses. Seu custo, na Índia, seria de menos de 3 cruzados por quintal – pouco mais de 20 réis por quilo, ou sejam mais de 13\$000, em moeda de poder aquisitivo de hoje, – alcançando no mercado de Antuérpia acima de 20 vezes o seu custo no país de origem. Alterou-se profundamente a velha monarquia agrária portuguesa; toda a atenção se concentrou na exploração de suas novas descobertas, que proporcionavam fartos lucros e rápidas riquezas.

Foi criado o Vice-Reinado da Índia e as conquistas, com a vitória naval de Diu, no mar de Omã, se estenderam até o mar Vermelho, no propósito de impedir, de vez, a remessa de artigos pelos roteiros primitivos, e garantir, de fato, o monopólio português. Com o objetivo de assegurar o predomínio lusitano, em tão vastas zonas, foram usados, como

armas, a conquista e o terror, meios que então pareceram os mais eficazes.

A navegação oferecia ainda riscos sem conta aos navegantes e guerreiros. Adotou, então, o monarca o critério de pagar regimento os chefes de expedições e os prepostos de responsabilidade nas Índias, limitando a três anos a duração do exercício de seus cargos, para que um grande número tivesse oportunidade de correr os mesmos riscos e obter as mesmas vantagens.

As tripulações dos barcos eram todas interessadas nos transportes de suas cargas. O governo, grande negociante atacadista, adquiria na Índia a pimenta, que vinha em fardos de 60 quilos aproximadamente. À tripulação era atribuído o direito das “quintaladas”, variáveis e proporcionais aos postos. Houve Vice-Reis na Índia que ganharam milhares de contos anuais, frutos de seus vencimentos, e privilégios de carregamentos.

Permitia também, o governo, que se carregassem nas expedições algumas mercadorias de negociantes particulares. Mas toda a pimenta era vendida pela Casa da Índia, a fim de que a eventualidade de um afluxo de ofertas não determinasse a baixa dos preços. Orçavam por 2.000 toneladas anuais as importações de especiarias orientais.

Repercussões econômico-sociais

Foram profundamente nocivas as repercussões sociais de uma tal revolução econômica. O reino foi se despovoando, pois que, dos que dali partiam, pouco mais de 10% regressavam. São assustadoras as estatísticas de viúvas, que as publicações da época mencionavam nas regiões de onde seguiam os homens válidos. Os campos foram em boa parte abandonados e não possuindo Portugal indústria, nem artigos de maior procura para permutas na Índia, era de fora que vinha a maioria dos produtos para a exportação do Reino. As lutas religiosas e a expulsão dos judeus, que representavam uma grande classe, rica e eficiente, agravaram a situação interna. De Flandres vinha o cobre, um dos principais artigos de comércio com a Índia. E Portugal passou a importar até artigos de alimentação...

Nos primeiros tempos foram lucrativas as importações asiáticas, mercê, principalmente, dos tributos e das presas de guerra, que se junta-

vam aos lucros das especiarias. Com o tempo, porém, foi-se verificando que o comércio normal, com a administração pesada que se havia organizado, tornara-se um monopólio deficitário para a Coroa, e surgiram as crises que eram sanadas pelos empréstimos contraídos em Antuérpia e nas feiras da Europa Central. No reinado de D. João III, a dívida externa alcançava cerca de 3 milhões de cruzados, ou seja, mais de 500 mil contos de hoje; as receitas e proventos da Coroa alcançariam 200 mil contos anuais. Internamente, lançava mão o Governo dos padrões de juros para enfrentar as dificuldades financeiras. Com o desastre de Alcaerquibir e a conseqüente reunião do trono de Portugal ao de Espanha, agravou-se a situação nas Índias.

Em 1588, com a derrota da Invencível Armada, quebrou-se o poderio marítimo da Espanha. A Holanda proclamava a sua independência e, em guerra com a Espanha, impedida, assim, de mandar seus navios a Lisboa, procurou buscar diretamente as especiarias com cujo comércio de distribuição pelo norte da Europa, de há muito se vinha enriquecendo.¹

Ocupando a Cidade do Cabo e várias colônias portuguesas, cortou de vez o monopólio lusitano. E o ciclo da pimenta, que caracterizou a grandeza do comércio português no século anterior, findou-se, praticamente, nos primeiros anos do século XVII. Portugal e Espanha, que tão grandes empreendimentos levaram a efeito, não puderam tirar deles o devido partido. De começo, eram os próprios navios portugueses que levavam as especiarias para Antuérpia; mais tarde, o porto de Lisboa foi-se coalhando de navios de várias nacionalidades, que ali as iam buscar, levando outros artigos que serviam a Portugal para manter no Oriente as suas permutas.

Lisboa trocava produtos do Oriente pelos que as outras nações, mais industriosas, fabricavam, ganhando apenas a diferença nos preços de compra e venda e no que arrecadava em tributos e presas. Enorme era a desorganização econômica interna e custosa demais a manutenção de tão grande império. Épocas houve em que, da conquista, o

1 Davi Lopes, *n'A Expansão da Língua Portuguesa no Oriente nos Séculos XVI, XVII e XVIII*, Barcelos, 1936, estuda, numa erudita síntese, a luta que se processou entre os portugueses e outros povos da Europa para a conquista dos mercados asiáticos.

reino nadava em dinheiro. Mas, na realidade, a guerra e outros fatores concorreram para absorver os lucros e ultrapassá-los. Verificou-se, mais tarde, que ao menos em relação ao Governo português, os lucros comerciais não davam para o custeio da exploração.

Outros ciclos econômicos

Lúcio de Azevedo, em suas *Épocas de Portugal Econômico*, mostra os ciclos sucessivos em que gravitou, daí por diante, a economia portuguesa. O ciclo do açúcar, em que Portugal pôde tomar novo alento, baseado na produção brasileira que, no século XVII, dominou o mundo; o ciclo do ouro e dos diamantes no século XVIII, em que o Brasil produziu tanto quanto o ouro dos demais países, nos dois séculos precedentes; a reação nacionalista, de Pombal, e, finalmente, as atribuições provindas das guerras napoleônicas que por tanto tempo desorganizaram o velho Portugal.

Essas fases serão examinadas em conjunto com as etapas correspondentes da economia brasileira. Teremos, então, oportunidade de melhor salientar as épocas em que a colônia produziu saldos, e em que foi deficitária para a metrópole, assim como os proveitos que, ambas, souberam tirar desses tempos de nosso passado comum, quando o mundo estava empolgado pela revolução capitalista.

Portugal e Espanha

Nascemos e crescemos acompanhados de perto, na metrópole e no continente americano, pela vizinhança espanhola.

Já no século IX constituía a Espanha, sob a influência da civilização mourisca, uma das regiões mais adiantadas da época. Guerras religiosas, competições de raça dividiam os povos ibéricos. Conseguida a unificação, no século XV, pela atuação de Fernando e Isabel, viveu então a Espanha os tempos áureos de sua grandeza. A agricultura, em que se empregavam processos de irrigação, introduzidos pelos mouros, produzia trigo, frutas, laranjas, cana-de-açúcar e o azeite das oliveiras; eram afaçadas as manufaturas de couro de Córdoba, as armas, lãs e sedas de Toledo, as luvas de Ocana, os panos de Saragoça, Barcelona e Valença. Por intermédio de pintores e escritores célebres, aí se manifestou a Renascença.

Ao contrário do que acontecera em Portugal, onde a expansão marítima obedeceu a um plano preconcebido e maduramente refletido, a Espanha entrou para a grande navegação por acaso. Quando resolveu custear a descoberta, pelo Ocidente, de um roteiro para o Oriente, Isabel de Castela cedeu às reiteradas instâncias de Cristóvão Colombo. Sempre a mesma preocupação mercantil: a procura de um acesso mais fácil à posse das especiarias, em cujo comércio Veneza tanto enriquecera.

Era de grandeza

Descoberta a América, somente depois do saque aos tesouros dos incas e dos astecas pelos aventureiros espanhóis é que a Espanha se ocupou seriamente de sua política colonial. E este povo, de 7 milhões de almas, dividido por fortes rivalidades locais, mas politicamente unido, pôde, em curto prazo, tornar-se a maior potência marítima do mundo. Em princípios do século XVI, a Espanha possuía cerca de 1.000 navios. Portugal lutava à mão armada contra as antigas civilizações asiáticas para manter a sua supremacia e o monopólio de seu comércio no Oriente, *ao passo que a Espanha, lidando com povos mais atrasados*, ou civilizações menos aguerridas, teve maiores facilidades nos proveitos alcançados. Verificada a existência de metais preciosos, organizou a sua mineração no México e no Peru; depois de 1541 recebia anualmente, de suas colônias, cerca de 300 toneladas de prata.

A ascensão tinha sido por demais rápida; e a Espanha foi dominada por um verdadeiro delírio de grandezas. Tinha-se tornado, quase que repentinamente, o maior império colonial do mundo, onde o sol nunca se deitava. Sem embargo, a sua metrópole não se constituíra, por uma adequada evolução, uma sólida base política econômica e social, reclamada por tal império. Daí a causa fundamental da transitoriedade do seu poderio.

A decadência

Da crítica econômico-social da ascensão e decadência do império espanhol, ressaltam claras as causas de ordem econômica, moral e política que apressaram a sua ruína:

1º) Sofria a Espanha, como Portugal, a concorrência de nações vizinhas, mais bem organizadas e mais ativas, a Holanda, a Inglaterra e a

França. Estavam esses países mais próximos dos centros de maior riqueza e de populações mais densas da Europa, e eram mais experimentados nas porfias comerciais.

2º) Dominava a Espanha um despotismo religioso sem paralelo. As ordens religiosas absorviam nos conventos 1/30 de sua população. O trabalho era grandemente afetado pela influência religiosa. A riqueza afluía em magna parte para as igrejas. A Inquisição espanhola era perseguidora e inexorável. A censura exercida na imprensa e nos livros dificultava a livre expansão das idéias. A expulsão dos mouros, que constituíam uma parte laboriosíssima da população ibérica, alcançou alargismos que desorganizaram a produção industrial e agrícola. A expulsão dos judeus, que também atingira cifras elevadíssimas, levou para a França e para a Holanda capitais e apreciáveis atividades. Finalmente, a guerra religiosa contra a Inglaterra e contra os calvinistas e luteranos, nos Países-Baixos, provocou, nesses países, principalmente no último, vivíssimas reações contra o império espanhol. A derrota da Invencível Armada, mandada contra a Inglaterra protestante, em 1588, marca o início da decadência do seu poderio.

3º) Ao mesmo tempo que se expulsavam classes laboriosas, integradas na economia do país, crescia assombrosamente a casta dos nobres, que, não trabalhando por princípio, constituía onerosíssimo parasita social. No século XVIII, aí se contavam mais de 600.000 nobres.²

4º) O regime de monopólio, estabelecido para o comércio com as suas possessões, que se operava por meio da “casa de contratación”, estabelecida em Sevilha, dificultava sua expansão e incrementava o contrabando.

5º) A exagerada fiscalidade da legislação, e uma errada política monetária, concorriam para a anarquia financeira do país.

6º) O espírito de grandeza e de aventuras, de que se viu possuída a população, desviou-a por completo dos afazeres produtivos.

2 Os mouros expulsos teriam atingido cerca de 400.000, os judeus também banidos, 100.000; os indivíduos reclusos em conventos 250.000. Acrescentando-se a esses os 600.000 nobres, que não trabalhavam, verifica-se o elevadíssimo desfalque que deveria ter sofrido a população produtiva na Espanha, que contaria, em fins do século XV, cerca de 7.000.000 de habitantes.

7º) Os empréstimos, contraídos com banqueiros italianos e alemães, para cobertura dos déficits do erário, os grandes gastos com a armada, com o exército e com as guerras, a invasão de produtos estrangeiros e o curso impiedoso que se exercia contra o comércio espanhol, acabaram a obra de destruição de tão poderoso império.

Os metais preciosos que afluíam à Espanha serviram apenas para o fomento das indústrias de outros países que, de fato, trabalhavam para o suprimento das colônias espanholas, diretamente, ou por intermédio da própria metrópole.

A repartição pela Europa inteira dos benefícios das descobertas marítimas, apesar dos esforços monopolizadores de Portugal e Espanha constituiu fato incontestável. Essas nações não eram suficientemente produtoras para assegurar o comércio com suas próprias colônias; não conseguiram fazer retornar seus navios carregados com seus próprios produtos, nem estavam em situação de exercer o papel ativo que devia caber às metrópoles no pacto colonial.

A descoberta de um acesso mais fácil às grandes riquezas do Oriente, e os metais americanos, provocaram uma forte emulação entre as demais nações européias, cuja política exterior se orientou para a apropriação da máxima parte dos lucros desse comércio. Daí, um dos aspectos da política mercantilista, visando à obtenção dos metais preciosos pela venda de outros produtos, já que essas nações não podiam extraí-los, diretamente, das minas descobertas. Daí, ainda, a ânsia de encontrar outro caminho para o Ocidente através da América setentrional, e a luta em que, para isso, se empenharam a Inglaterra, a Holanda e a França.

Os acontecimentos lhes iam demonstrando que seria mais fácil a obtenção dos proventos, agindo diretamente contra o próprio império espanhol, que, senhor de tão grandes riquezas, não tinha a capacidade suficiente para conservá-las e defendê-las. Iniciaram-se, então, os corsos e os ataques diretos contra os seus galeões que conduziam metais preciosos e especiarias. Mais tarde, por via diplomática, alcançaram situações favoráveis no comércio espanhol, como se verifica dos tratados que lhe foram impostos e da luta entre essas nações para a conquista de monopólios para o tráfico africano, os célebres “assientos”. O contrabando, exercido em larga escala, proporcionava também vastos lucros

ao comércio e aos embarcadores nas nações setentrionais, em detrimento dos monopólios espanhóis.³

Portugal, com sua diminuta população, fora das rotas comerciais da Idade Média, não estava preparado, assim como a Espanha, para a manutenção de seus domínios coloniais, por falta de uma base sólida com estrutura econômica apropriada às suas novas condições. E ao passo que a Espanha perdia, praticamente, todas as suas possessões, Portugal, apesar de todas as vicissitudes por que passou, ainda conserva um notável império colonial. Isso se explica, porque, entre outras causas que oportunamente examinaremos, as suas conquistas, feitas mediante pertinaz esforço de mais de um século, geraram uma tradição e um espírito de continuidade, que constituíram fortes elementos de unidade e defesa.

Os transportes marítimos

À medida que a civilização progride, diminui a estreita dependência do homem ao meio geográfico.

Os rios, antes que se utilizassem as primeiras jangadas, constituíam obstáculos, e não vias de transporte. O mar, a dilatada estrada de hoje, de cujo domínio resulta o império do mundo, era a barreira intransponível, que separava os continentes.

A marcha da colonização civilizadora se manifesta nos meios de transportes: primitivamente, é o próprio homem que se desloca; utiliza-se, posteriormente, dos animais domésticos; e, finalmente, do barco e do veículo motorizado. A cada um desses avanços, corresponderam estágios distintos da civilização. A própria época da navegação marítima se subdivide em etapas de progresso: navegação costeira, penetração do Atlântico e navegação interoceânica. Nada melhor traduz a revolução comercial nos tempos modernos do que o seu desenvolvimento da Idade Média até nossos dias. É do seu exame que se pode aferir o pequeno vulto do comércio medieval e dos primeiros tempos da era marítima, em relação à importância que hoje alcança.

O progresso da navegação está ligado à profunda alteração realizada na vida econômica dos povos, à mudança radical nos costumes, no

3 Arthur Percival Newton – *The European Nations in the Indies*.

padrão de vida, à completa transformação dos sistemas de produção, alargamento dos mercados, divisão de trabalho, e aumento acelerado das populações. De sua história, ressalta o extraordinário serviço prestado ao mundo pelo pequeno Portugal, o pioneiro incontestável da grande navegação.

Antes da expansão portuguesa, eram os barcos de modestíssima capacidade, feitos para a navegação costeira e mares fechados. A célebre esquadra da Confederação Hanseática, que, nos tempos medievais, mantinha um intenso comércio no mar Báltico e no mar do Norte, tinha uma capacidade total talvez inferior a 15.000 toneladas. As galés genovesas e venezianas, impulsionadas por um sistema misto de velas e remos, e que por tanto tempo dominaram no Mediterrâneo, alcançavam um comprimento de 41 metros e apenas 6 metros de largura.

Os portugueses

O atraso na arte náutica não se verificava somente quanto à construção, mas por igual com referência aos processos de navegação. Portugal, formando a célebre ... “escola” de pilotos, em Sagres, foi acumulando conhecimentos náuticos, que lhe permitiram, em tenaz continuidade de esforços, um notável aperfeiçoamento naquela arte.

Até Bartolomeu Dias, as viagens eram feitas em três tipos de navios. Gil Eanes dobrou o Cabo do Bojador em uma “barcha” de cerca de 25 toneladas, coberta somente em parte, levando 14 homens de tripulação e dotada de um mastro e duas velas. Na expedição seguinte, Gil Eanes voltou em sua “barcha” acompanhado por Afonso Baldaya, já no barinel, navio de vela, maior que a “barcha” com dois mastros, providos de velas redondas e cestos de gávea. O barinel, se bem que equipado com velas, podia ser propulsionado com remos, tal como a galé. Mas se tais dispositivos permitiam melhor marcha, demandava o seu emprego tripulação maior.⁴

As caravelas, usadas pela primeira vez em 1400, já representavam grande progresso; eram barcos de mais de 50 toneladas, medindo 20 a 30 metros de comprimento e seis a oito de boca, com três mastros, castelo na popa, possuindo um sistema de duplo velame; velas quadradas para os ventos de popa e velas latinas para o barlaventear. Foi uma grande invenção portuguesa.

4 Edgar Prestage – *The Portuguese Pioneers* – Londres, 1933.

“Na forma e proporções das caravelas foram certamente felizes os portugueses, pois que, opondo menor resistência à deriva, maior facilidade tinham em virar, como se se tratasse de navios de remo.”⁵

Passou a caravela a ser a rainha da navegação, por curto período, é verdade, mas período que foi decisivo.⁶

Quando principiaram as viagens transatlânticas, a sua capacidade foi aumentada para 150 a 200 toneladas; levavam quatro mastros, o da frente com velas redondas e os demais com velas latinas. Alcançando o Cabo das Tormentas, não se mostraram as caravelas bastante resistentes para enfrentar os mares tempestuosos da costa oriental africana, e foram, então, construídas as naus portuguesas, usadas pela primeira vez na expedição de Vasco da Gama.

Divergem os historiadores quanto à capacidade dessas naus. A *São Gabriel*, segundo Brás de Oliveira, teria 120 toneladas e 19 metros de comprimento por seis de boca. O Vice-Almirante Moraes e Sousa contesta, alegando que há um equívoco entre a tonelagem de capacidade e a tonelagem de carga transportável, atribuindo, então, à nau *São Gabriel* um comprimento de 27 a 31 metros, por 8 a nove de boca e uma tonelagem de deslocamento superior a 500. Como quer que seja, as naus, cuidadosamente construídas, para mar grosso, chegaram a alcançar de 800 a 1000 toneladas. Seguiram-se, depois, os galeões, e, mais tarde, as “caracas”. Estas últimas chegavam a ter sete a oito pontes e eram capazes de transportar até duas mil pessoas. As caravelas eram consideradas navios essencialmente portugueses; e os segredos de sua construção foram durante muito tempo cuidadosamente guardados.

“As viagens, desde que transpunham a linha do Equador, para o sul, eram mais difíceis e perigosas. A estrela Polar, que até ali servia aos marítimos para tomar a sua altitude, não era mais visível no Hemisfério Sul. O único recurso tinha de ser o Sol, cuja altura, marcada pelo astrolábio, devia indicar ao navegante a distância em que se encontrava a Linha

5 Roerie et Vivielle – *Navires et Marins*. Paris 1930.
Prof. Mário de Vasconcelos e Sá – *Os navios dos descobrimentos* – Hist. de Portugal, 1934.

6 Quirino da Fonseca n’*A Caravela Portuguesa e a Prioridade das Navegações Henriquinas*, Coimbra, 1934, estuda exaustivamente a evolução e a construção desse tipo de barco.

equinocial. Mas o uso do astrolábio se complicava, dada a declinação do Sol; daí o uso necessário das tabelas para as correções diárias, etc.”⁷

Foi devido à audaciosa e sistematizada atuação dos portugueses que o comércio marítimo se tornou oceânico, realizando, assim, um notável avanço. Abandonaram-se as galeras a remo. Recorreram-se a outros tipos de barcos; e para melhor aproveitar os ventos, foi preciso levantar os mastros, multiplicar as velas, aumentar suas dimensões, alterar sua forma. Para sustentar a pressão dos ventos, fez-se mister o aumento da altura e proporções dos navios e o reforço de sua estrutura. Com o aumento da capacidade dos navios, as antigas praças marítimas, que eram muitas vezes situadas ao abrigo das incursões dos piratas e o mais perto possível dos mercados interiores, ao invés de se esconderem pelos estuários e lagunas, aproximaram-se corajosamente do mar.

O custo dos transportes

O custo do transporte era, nos primeiros tempos, de tal monta que só eram conduzidas mercadorias de grande valor, por unidades de peso. Para se aquilatar dos perigos da navegação, basta mencionar que entre 1497, data da expedição de Vasco da Gama, e 1612, quando praticamente terminou o ciclo português do monopólio das especiarias, saíram de Lisboa para a Índia 806 naus.⁸ Dessas, voltaram 425, perderam-se, arribaram ou se queimaram 92, caíram nas mãos de inimigos 4, e ficaram na Índia 285. As naus, quando muito bem construídas, suportavam até dez viagens à Índia; muitas não agüentavam mais de duas. Cada navio representava um capital superior a 20 mil cruzados ou sejam, em nossa moeda de hoje, mais de 4.000 contos! Conduzia uma tripulação de 100 a 150 homens, uma guarnição de 250 soldados e víveres para toda essa gente. Além do perigo dos naufrágios, grande número de passageiros sucumbia à fome e por doenças. O escorbuto e doenças contagiosas, levadas de terra em terra, dizimavam as tripulações. Atingidas 800 toneladas, reuniam-se nos barcos, entre tripulação, soldados e passageiros, 900 pessoas, e mesmo mais. Em 1585, dizia Filipe Sassati, saíam anualmente de Portugal de 2.500 a 3.000 homens, morrendo às vezes mais da terça parte.

7 Rocha Pombo – *História do Brasil*.

8 *Livro de Toda a Fazenda e Patrimônio dos Reinos de Portugal*, etc. – 1612.

Computando-se o custo das embarcações, a forte amortização a que obrigava a sua curta duração, os freqüentes naufrágios, perdas pelo corso e acidentes de toda a ordem, a pequena capacidade dos barcos e os altos salários pagos, compreende-se, hoje, o custo elevado dos transportes, que representava naquele tempo, em geral, várias vezes o valor inicial das mercadorias.

O crescimento das esquadras

Após a destruição, em 1588, da Grande Armada espanhola, nas costas britânicas, a Holanda, Inglaterra e França porfiaram no aumento de suas esquadras, passando a dominar os mares, dos quais haviam sido senhores os portugueses e espanhóis. No fim do século XVI o conjunto da navegação européia talvez não alcançasse 300 mil toneladas;⁹ já em meados do século XVII, porém, atingia a 2 milhões. A Holanda tinha a primazia com 900 mil toneladas; seguia-se-lhe a Inglaterra, com 500 mil; a Espanha, Portugal e Itália, com 350 mil e a França, Hamburgo, Suécia e Dinamarca, com 250 mil. No começo do século XVII acentuava-se o primado holandês, chegando os Países-Baixos a construir 1.000 navios em um só ano! Prosseguindo em sua evolução, de 1666 a 1800 a marinha mercante mundial duplicou.

Com a crescente expansão do comércio internacional, com o surto da revolução industrial, com a invenção do vapor, com o emprego das máquinas, a invenção da hélice (1839), a utilização do ferro em construções navais (1837) essa tonelagem passou, no século XIX, de 4 milhões para 40 milhões! Entre 1885 a 1890 a tonelagem da marinha movida a vapor igualou a tonelagem da marinha a vela. Hoje, a marinha a vela talvez não atinja a 5% do total da tonelagem mundial.

São agora mínimos os riscos da navegação em relação aos primeiros tempos do Brasil, em que a pequena capacidade dos barcos, a duração das viagens, as insuficiências de ordem técnica, as contínuas guerras marítimas e o corso legalmente organizado, se somavam para aumentar os perigos e os acidentes. Em princípios do século XVI, em viagens normais, durava 40 dias a travessia para o Brasil e mais de qua-

9 A Holanda, em 1560, tinha perto de 1.000 navios, o dobro do que possuía a Inglaterra – *Histoire de l'expansion coloniale des peuples européens* – Charles de Lannoy.

tro meses a viagem para as Índias. Os primeiros tempos de nossa História estão marcados pelo luto e pelo sacrifício, nos inúmeros naufrágios e acidentes marítimos de toda a ordem.

Não é somente quanto à tonelagem de transporte que as cifras atuais são expressivas, no considerável crescer do comércio internacional. A velocidade dos transportes marítimos triplicou com a propulsão mecânica. E à maior velocidade, vieram aliar-se a acentuada diminuição no seu custo e a precisão nos horários, pois que, em princípios do século XIX, ficava-se, por vezes, semanas à espera de ventos propícios para poder navegar.

Foi este gigantesco aumento na capacidade de transportes marítimos que possibilitou as grandes correntes migratórias, verificadas no século XIX, de que é frisante exemplo a transladação de grande massa européia para os Estados Unidos. Foi ele que também tornou possível o rápido crescimento das nações industriais, que passaram a ter a sua alimentação assegurada pelas facilidades de importação. Foi, finalmente, este novo fator da expansão comercial que permitiu o levantamento geral do padrão de vida, dando um formidável impulso aos núcleos mundiais de civilização.

A política colonial seguida pelas nações, aliada a várias outras circunstâncias, que teremos oportunidade de examinar, não permitiu que o Brasil colônia tirasse o devido partido da grande navegação, de que Portugal tinha sido o pioneiro, e não consentiu, outrossim, ao país um progresso econômico na proporção da maioria dos povos civilizados. A abertura do Canal de Suez, em 1869, mais acentuou a concorrência vitoriosa que os povos orientais e as Índias Ocidentais já nos faziam nos mercados de produtos tropicais. A História Econômica do Brasil salienta, por certo, a incontestável influência que tiveram e terão sempre o custo e as facilidades dos transportes marítimos na evolução de nossa economia.

Trabalho, natureza e capitais. Valor das terras brasileiras

As considerações já expendidas são de molde a deixar claro o pequeno valor econômico que representava, para Portugal, o Brasil no momento de sua descoberta.

A possível indústria extrativa não justificaria uma ocupação mais efetiva do novo território, principalmente por um país de população escassa, defrontando uma inundação de riquezas sem precedentes, provenientes do comércio com o continente mais populoso e de mais antiga ci-

vilização mundial, e, ainda, do saque e dos tributos impostos e correntes naquele tempo. O capital era escasso e estava absorvido na revolução comercial. A carência de mercados, que só então começavam a se desenvolver, as dificuldades de transportes e o meio físico brasileiro não justificavam que se fizesse, naquele instante, um esforço para a implantação da agricultura, somente permissível em ambiente de maior segurança, aliada a uma fácil e abundante mão-de-obra e a outras circunstâncias.

Com a falta de maquinaria, com o atraso dos processos técnicos e por força da concorrência dos produtos asiáticos, só o braço escravo, e na devida oportunidade, poderia oferecer as condições de apoio necessárias. Foi o que os fatos posteriormente demonstraram, quando a procura violenta de produtos tropicais, resultante da intensificação do comércio e do crescimento gigantesco que iam tendo as populações na Europa, em número e em poder aquisitivo, criou no mercado as grandes necessidades de mão-de-obra e o vultoso tráfico africano, cujas cifras, no século XIX, haveriam de espantar a civilização.

O comércio, no início da era moderna, tinha que principiar com o escambo dos artigos já produzidos. Muito mais subordinados do que hoje à capacidade produtora da terra, os homens emprestavam às condições da natureza um valor excepcional; e quando se operou o brusco alargamento dos mercados, os mais fortes compeliram em seu proveito os mais fracos ao trato das novas terras. E a força bruta foi o meio empregado nesse objetivo.

Com o evoluir do capitalismo e do progresso, foram os capitais assumindo o papel de força preponderante na organização da produção, procurando tirar dela os maiores proventos; mas a própria organização social que auxiliaram a criar, permitiu uma maior difusão da cultura, e surgiu, enfim, a tendência de tornar predominante, em valor e em remuneração, o homem livre como fator da produção.

O Brasil, nos seus quatrocentos anos de existência, assistiu à manifestação mundial dessas três fases, com suas flutuações e exageros, sentindo a sua repercussão e participando, também, em proporções diferentes, da sua evolução.

Foi esta a segunda lição, dada em 17 de abril de 1936, nas condições da anterior.

.....

Capítulo III

APROVEITAMENTO ECONÔMICO DAS TERRAS DE SANTA CRUZ

PRIMEIRO CICLO ECONÔMICO BRASILEIRO. A INDÚSTRIA EXTRATIVA. RIQUEZA DO COMÉRCIO PORTUGUÊS COM A ÁSIA EM FACE DAS PERSPECTIVAS ECONÔMICAS DAS TERRAS DE SANTA CRUZ. OS PRODUTOS NATURAIS UTILIZADOS NA TINTURARIA. AS PLANTAS TINTORIAIS. O VALOR DO PAU-BRASIL NO SÉCULO XVI E A SUA EXPLORAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO. A CONCORRÊNCIA DOS FRANCESES E O SEU FUNDAMENTO ECONÔMICO. A “COSTA DO PAU-BRASIL” E A “COSTA DO OURO E PRATA”. OS VALORES EXPORTADOS. A RENDA AUFERIDA PELA COROA COM A EXPLORAÇÃO DO LENHO TINTORIAL. A DESTRUIÇÃO DAS FLORESTAS AO LONGO DA COSTA BRASILEIRA. O QUE O MEIO SOCIAL BRASILEIRO LUCROU COM O CICLO DAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS. MOEDAS, CÂMBIO E PODER AQUISITIVO NO BRASIL COLONIAL.

A DESCOBERTA do Brasil coincidiu com o início da etapa da evolução comercial marítima, conhecida por “era oceânica”.

Com a deficiência dos processos técnicos, da mão-de-obra e de pessoal especializado, não era fácil improvisar a construção e o equipamento de grande número de navios que o tráfico com a costa da África e o novo comércio com as Índias Orientais estavam exigindo.

As florestas portuguesas forneciam, a princípio, o lenho para a construção das naus e caravelas, que, não obstante sua relativa e pequena arqueação, alcançavam um elevado custo para época em que os capitais eram escassos e as ferramentas deficientes.

Portugal adotou o sistema de monopólio de estado para o comércio com as Índias; e as esquadras que para lá partiam eram, na sua grande maioria, de propriedade da Coroa, sendo a elas incorporadas, sob condições especiais, algumas naus particulares.

Comércio com as Índias

Era variada e riquíssima a série de produtos, especiarias e artigos manufaturados, que podiam ser importados da Ásia, continente muitíssimo mais populoso e de civilização muito mais antiga que a Europa, com povos muito afeitos às lides do comércio.

Cabral, que comandou, em 1500, a segunda expedição portuguesa para a Índia, trouxe dali grandes quantidades de pimenta, gengibre, noz-moscada, almíscar, açafraão, canafístula, almarega, sândalo, aloés, âmbar, cana-índica, louças, porcelanas, diamantes, pérolas, rubis, etc. Apesar da perda de boa parte de sua esquadra, a expedição pagou mais de duas vezes seu custo.

Na costa da África, os portugueses se abasteciam de ouro, marfim e escravos, negociando com populações já afeitas a esse gênero de comércio, com secular prática havida com os muçulmanos, por intermédio das caravanas que atravessavam os desertos africanos.

Era, portanto, por demais violento o contraste que uma terra inteiramente selvagem, habitada por povos ainda no limiar da civilização, oferecia aos mercadores e navegantes portugueses. De nada valeriam aqui os processos de força com que Portugal impôs a sua suserania e o seu monopólio comercial na Ásia.

Produtos prontos, para tráfego comercial normal, não existiam; povoações de caráter estável, para serem ocupadas e exploradas, que pagassem com tributos o direito de existência, também não eram encontradas. O Brasil era problema novo em face da expansão comercial e marítima que os povos europeus estavam iniciando. As primeiras inspeções indicaram apenas as possibilidades mercantis do pau-brasil e canafístula; os bugios, os papagaios e outras aves constituíam, talvez, curiosidades exóticas a serem exploradas por pouco tempo.

Os próprios indígenas não despertaram nos mercadores portugueses idéia da possibilidade de grandes lucros, pelo tráfico da escravidão.

A exploração comercial da terra de Santa Cruz não podia, portanto, oferecer, de início, atrativos a Portugal, absorvido como estava nos problemas do riquíssimo escambo com o Oriente. E a nau com que Cabral

comunicou a El-Rei D. Manuel a nova da descoberta, levou também as primeiras amostras do pau-brasil, como sendo a única mercadoria de valor real que se apresentava fácil aos olhos dos mercadores portugueses. As plantas e as substâncias tintoriais, numa época em que não se conheciam as anilinas artificiais, apresentavam real interesse ao comércio.

O arrendamento de Santa Cruz

Desde os tempos antigos, as conchas de púrpura eram procuradas pelos navegadores fenícios nas costas do Mediterrâneo. O Oriente, que absorvia, para tingir os finíssimos panos que fabricava, uma série de produtos naturais, tinha preferência especial pela cor rubra, símbolo de dignidade e nobreza naqueles povos.

Com os cruzados, a Europa ficou conhecendo várias das substâncias tintoriais do Oriente, e já no século XII se importava o ver-zino”, o brasil, empregado em Florença, para tingir os panos que então se fabricavam.

Das ilhas africanas, Portugal extraía a urzela e Colombo já tinha demonstrado à Espanha a presença do pau-brasil e outras plantas tintoriais nas terras que descobrira.¹

1 Navarrete – *Viagem de Cristóvão Colombo*.

“Na terceira viagem de Cristóvão Colombo, constam do relatório enviado em 1498 pelo mesmo ao Rei e Rainha católicos de Espanha as seguintes considerações: ‘Eu lhe falei da grande quantidade de madeira de tinturaria e duma infinidade de outras coisas.’”

Humboldt – *Examen Critique de l’Histoire et de la Geographie du N. Continent*.

“Procurando os diários de viagem e as cartas de Colombo, não encontrei uma única vez o nome de pólo (madeira) de brasil; é certo, no entretanto, que desde 1495, e, portanto, muito tempo antes da descoberta da *Terra Sanctae Crucis* que chamamos hoje de Brasil, uma cisalpina de São Domingos, a *Caesalpinia Brasiliensis*, foi tomada pelo *braxilis* das Grandes Índias, do *bakkan*, do comércio dos árabes. Anghieri conta, no quarto livro da primeira década das *Oceânicas*, que na segunda viagem de Colombo, encontraram-se em Haiti: “*Sylvas immensas, quae arbores nullas nutriebant alias praetengnam coccineas quarum lignum mercatores Itali verzinum, Hispani brasilum appellant.*” Na terceira viagem de Colombo, carregaram-se, na costa de Paris, três mil libras de pau-brasil, superior ao do Haiti.

Todo o mundo sabe que pouco a pouco, na primeira metade do século XVI, esta mesma abundância de madeira tintorial fez mudar o nome de “Terra de Santa Cruz” para o de “Terra do Brasil”, “mudança inspirada pelo Demônio”, diz o historiógrafo Barros, “pois a vil madeira que tingem o pano de vermelho não vale o sangue vertido para a nossa salvação.”

A expedição exploradora, enviada a Santa Cruz, em 1501, voltou a Portugal com um carregamento dessa madeira. D. Manuel declarou desde logo o pau-brasil monopólio da Coroa, e julgou mais acertado aos interesses portugueses arrendar as novas terras descobertas a um rico mercador de Lisboa, D. Fernão de Loronha. Sobre os termos exatos desse arrendamento, divergem as notícias e os historiadores. O que parece certo é que de fato esse arrendamento, feito inicialmente por três anos, foi com ele ou com outros renovado por algumas vezes; que, por exigência do arrendatário, o soberano português concordou em suprimir a importação do Brasil asiático e, que, por sua vez, o arrendatário ou, mais tarde, os arrendatários, porque parece que Fernão de Loronha teve posteriormente vários associados, se obrigaram a mandar anualmente três naus à terra de Santa Cruz, a descobrir 300 léguas de costa e pagar 1/5 do valor da madeira ao soberano português. Obrigaram-se, ainda, a instalar fortalezas para a defesa dos novos territórios.

Foi nesse comércio que se utilizou da nau *Bretoa*, de cujo regimento circunstanciado existe cópia nos arquivos portugueses. Na sua viagem em 1511, diz-se que essa nau transportara 5.000 toros de pau-brasil, alguns escravos e muitos papagaios e macacos. Os toros deviam pesar de 20 a 30 quilos, uns pelos outros.

Arrendadas as terras e correndo por conta dos arrendatários os gastos com sua manutenção, redundava em lucro para a fazenda real a soma que pagavam. O sistema funcionou bem por algum tempo, até que se tornou evidente não poder o concessionário, mais tarde (1504) donatário da ilha de São João, que lhe recebeu o nome, manter o seu negócio em lutas constantes contra os inimigos de fora e domésticos. Com o aumento dos riscos, parece que a defesa do domínio passou a ser feita pela Coroa e os rendimentos não poderiam ter o desenvolvimento desejado.

Os rendimentos da Coroa

Não temos dados que mostrem certamente a quanto montavam essas rendas, mas as informações esparsamente colhidas aqui e acolá são suficientes para se fazer idéia geral. Sabe-se, por exemplo, que, depois dos primeiros anos, Fernão de Loronha pagava anualmente 4 mil cruzados pela concessão, o que representa, hoje, um poder aquisitivo de cerca de 1.000 contos de réis.

Em princípios do século XVI, uma barca de 120 toneladas de capacidade parece corresponder a valor superior a 1.500 contos de réis em poder aquisitivo de hoje.² Um carregamento de pau-brasil, nesse barco, representaria pouco mais de mil contos. Um carregamento de es-

2 São relativamente escassos os documentos publicados sobre o custo das embarcações nos séculos XVI, XVII e XVIII.

Sousa Viterbo, nos *Trabalhos Náuticos dos Portugueses nos Séculos XVI e XVII* publica uma Carta Régia de D. Manuel, aprovando a prestação de contas de dinheiros adiantados para a construção de naus – pela qual se pode inferir que custariam cada uma menos de 2 contos, nas proximidades de 1505 (cerca de £ 2500).

Mas as naus de então eram de pequeno porte, de menos de cem toneladas.

Informa Quirino da Fonseca n.*A Caravela Portuguesa* (Coimbra, 1934), que no *Livro Náutico*, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, coletânea de manuscritos em grande parte relativos a assuntos náuticos, consta que uma caravela de 160 toneladas, em fins do século XVI, custaria 3:125\$300; a artilharia, munições e outros materiais de guerra. 1:932\$3000, e os mantimentos para 120 tripulantes, durante oito meses, 1:772\$300, tudo importando em Rs. 6:829\$300 (£ 6600).

Um caravelão de 40 a 50 tonéis, com 25 tripulantes e mantimento, 717\$550 (cerca de £ 700).

Nessa mesma época, ainda de acordo com o *Livro Náutico*, um galeão de 500 a 600 tonéis custava 11:743\$200 (cerca de £ 11.500).

Em 1610, um galeão de 550 toneladas custava 13:250\$000 (£ 13.000), conforme se verifica do *Livro em que se contém toda a Fazenda*, etc., de Luís de Figueiredo Falcão.

Uma nau da Índia, construída “com todos os sobresselentes, mantimentos de gente do mar e guerra e o mais necessário té posta à vela” – 29:354\$000, sendo 14:411\$000 “o custo da nau em preto, feita e acabada, de maneira que possa fazer viagem” e 14:943\$000 o “custo dos mastros, xárceas, vela, sobresselentes, mantimentos de gente do mar e guerra, e mais cousas necessárias té a dita nau ser posta à vela”.

Don Melchior Teves alegava em 1610 que, em 1608, havia contratado o fornecimento da galera capitânia do Brasil por 39 contos (George Scelle, *La Traite Negrière*).

BRANDÔNIO (*Diálogos das Grandezas do Brasil*) faz notar que as grandes naus das Índias custavam 40.000 cruzados, ou sejam 16 contos de réis (cerca de £ 15.000). em 1618.

Oliveira Martins admitia um custo médio de 20 contos, para as naus da Índia.

Mas as naus que faziam o comércio com o Brasil eram de muito menor porte. Brandônio faz sentir que seriam de menos de 100 toneladas, em média, as que se ocupavam do transporte do açúcar do Norte.

Em 1649, o padre Vieira estimava em 300.000 cruzados a construção de 15 naus para o comércio com o Brasil, ou sejam 20.000 cada uma, cerca de 8 contos. Já nesta época, com a alteração do câmbio, seriam cerca de £ 4.000 cada nau.

Parece, portanto, que variava de £ 20 a £ 30 o preço, por tonelada, das embarcações, nos séculos XVI e XVII. Isso representaria cerca de 7 a 12 contos por tonelada, poder aquisitivo de hoje.

Conforme explica ainda Quirino da Fonseca, a capacidade dos navios indicadas em tonéis portugueses ou antigas toneladas, era cerca de ½ acima da atual tonelagem correspondendo, assim, aquela tonelada antiga a 1,500 metro cúbico.

O tonel ou tonelada de Sevilha era um pouco menor que a portuguesa, representando cerca de 1,405 metro cúbico.

peçarias da Índia, não incluindo pedras e finos produtos manufaturados, traduziria sete vezes esse valor, isto é, orçaria por 10 mil contos de réis. É claro que estas proporções não se conservaram sempre as mesmas, pois que as embarcações foram barateando, com a prática de sua construção, e as cotações dos produtos já então experimentavam flutuações acentuadas, de acordo com o volume dos abastecimentos e com as diversas circunstâncias, que se assinalaram naquela época de início da revolução comercial.

O agente veneziano, Leonardo de Cá Messer, em correspondência de Lisboa, avaliou em cerca de 20 mil quintais anuais a exportação do pau-brasil para a Europa: em 2 1/2 ducados o valor do quintal e em 4 mil ducados a contribuição anual de Fernão de Loronha ao soberano português. A prevalecer tal informação, que nos parece exagerada quanto à quantidade, o valor da exportação nos primeiros anos seria de 13.500 contos de réis, tomando-se por base o ducado ouro de 1503 como equivalendo, aproximadamente, o cruzado e o quintal na base de 60 quilos. A contribuição à Coroa teria sido de 1.100 contos de réis valor atual.

A exploração do pau-brasil só poderia ser feita por intermédio das feitorias, às quais competia preparar os toros e acumular os estoques em pontos convenientes, para serem transportados. Esse serviço era feito pelos selvagens, que se utilizavam para a derrubada dos troncos, alguns de duas a três braças de circunferência, de machado e outras ferramentas fornecidas pelos portugueses; as achas e os toros eram carregados aos ombros pelos selvagens, às vezes em caminhadas de 15 a 20 léguas. Eram eles também que conduziam para bordo os paus assim acumulados.³

Se em comparação com outros comércios mais rendosos, não era interessante para os portugueses a criação de uma corrente comercial dos produtos da terra de Santa Cruz, já não se poderia dizer o mesmo quanto aos mercadores e corsários franceses, que não dispendo de tal faculdade de escolha, poderiam tirar largos proventos de sua exploração nas costas brasileiras, nas quais também se po-

3 Jean de Léry, *Voyage au Brésil*.

deriam apoiar para suas investidas de corso contra a navegação portuguesa.

A concorrência dos franceses

A França, muito mais populosa que Portugal, apresentava nessa época, com suas indústrias nascentes, um mercado fértil não só para as madeiras tintoriais, como para as especiarias. Daí, as investidas dos franceses ao comércio com os indígenas do Brasil. Não disputando a terra aos autóctones, procuravam agradar-lhes quanto possível, por intermédio de hábeis intérpretes, que aí deixavam, facilitando a obtenção dos produtos que ambicionavam, em troca de bugigangas e instrumentos que os indígenas tanto apreciavam. Daí a simpatia de que gozavam os “Mair”, franceses, em contraposição ao ódio que lhes inspiravam os “Perós”, portugueses, apelidos que lhes davam os indígenas.

Duas classes de prejuízo sofria o comércio português por parte dos franceses: dos mercadores franceses, que organizavam expedições para vir buscar na terra de Santa Cruz a madeira tintorial e outros produtos baseados na escusa de que havia liberdade nos mares e que não era vedado aos súditos franceses o comércio com as colônias portuguesas ou com as terras virgens da América: e dos corsários, muitos dos quais estavam munidos de cartas de corso concedidas pelo próprio rei de França.

Os prejuízos verificados na navegação portuguesa e, principalmente, a relativa ao comércio de especiarias com a África e com a Ásia tomaram vulto tão grande, que Portugal começou a desenvolver forte trabalho diplomático junto à Corte de França e às autoridades marítimas francesas para que cessasse tal abuso. As relações entre os dois reinos eram, aparentemente, cordiais, mas os prejuízos verificados atingiam tais cifras que era quase como se uma guerra aberta houvesse, na expressão do próprio D. João III.⁴

Com a pressão exercida junto às autoridades marítimas de França e pela sua atuação diplomática, conseguiu Portugal fazer arrefecer, por algum tempo, a ação dos franceses. Com a rápida evolução veri-

4 M. E. Gomes de Carvalho – *D. João III e os franceses*, Lisboa, 1909.

ficada no comércio e com as dificuldades que tinham os franceses de negociar com as praças do norte da Europa, devido ao constante estado de guerra, recrudesciu, porém, a sua atividade em relação à costa do Brasil. Foi enviada a Santa Cruz a expedição de Cristóvão Jacques, que aprisionou e destruiu várias naus francesas, com requintes de barbaria, segundo algumas crônicas da época. Avaliaram os franceses em 600.000 escudos, ou sejam, cerca de 136.000 contos atuais os prejuízos infligidos à economia francesa, com tal expedição.⁵

Martim Afonso de Sousa

D. João III agia a um só tempo pela força e pela diplomacia. Enquanto Portugal conseguia que dos portos franceses do Atlântico não saíssem naus com rumo ao Brasil, de Marselha partiu a célebre nau *Pelerine*, armada pelo próprio comandante da esquadra francesa no Mediterrâneo. Tomou essa nau a feitoria portuguesa existente em Pernambuco, ali instalando uma francesa. D. João III, estimulado pelas notícias das minas que os espanhóis iam descobrindo em suas colônias americanas e assustado com as novas que lhe chegavam de França, agravadas com a concessão de uma carta de corso ao célebre João Angô, mandou Martim Afonso de Sousa estabelecer uma ocupação mais definida nas terras de Santa Cruz e fazer ali novas pesquisas quanto à possibilidade de metais preciosos.

Deduz-se das crônicas do tempo que foi principalmente devido às notícias que teve em Cananéia e São Vicente, da possibilidade da existência de ricas minas de ouro, que devemos a sua permanência no último porto e o seu acesso ao planalto para fundar Piratininga, enquanto esperava a volta da malograda expedição que, de Cananéia, enviara ao sertão, sob o comando de Pero Lobo, guiada pelo grande língua da terra, Francisco Chaves.

Parece ter sido, portanto, precipuamente ao objetivo mercantil, de maiores lucros, à busca de metais preciosos, que ficamos devendo a preferência da escolha das terras paulistas para uma maior ocupação portuguesa, pois, muito mais próximas de Portugal, estavam as terras do Norte, de onde se tiravam os produtos da indústria extrativa que então interessavam aos mercados europeus.

5 Paul Gaffarel – *Histoire du Brésil Français*, Paris, 1878.

A nau Pelerine

O aprisionamento da nau *Pelerine*, já em águas européias, pela esquadra portuguesa, e o processo que daí resultou perante o tribunal de presas, instituído pelas cortes portuguesa e francesa, nos fornecem algumas indicações sobre o valor dos produtos levados daqui.

O total das reclamações formuladas por Saint Blancard, somente quanto ao carregamento, alcançava 62.300 ducados, cifra evidentemente exagerada, que hoje corresponde a cerca de 12.000 contos. Atribuíam nessa cifra o maior valor ao pau-brasil; logo a seguir às peles de onça e de outros animais; e em terceiro lugar aos papagaios. É que os gauleses levavam muitas destas aves que eram vendidas a seis ducados cada uma quando começavam a falar francês, alcançando alguns espécimes mais raros (principalmente as de penas amarelas) preços excepcionais...⁶

Alegou St. Blancard nas suas reclamações ter sido a nau carregada com 5.000 quintais de pau-brasil, 3.000 peles de leopardo e outros animais, 600 papagaios, 300 bugios e sagüis, 300 quintais de algodão, 300 quintais de caroço de algodão, minérios de ouro e óleos medicinais.⁷

A ambição despertada na França pelas novidades do Brasil, num momento em que os países ibéricos estavam em grande expansão comercial, não passou despercebida a Mestre Diogo de Gouveia, sábio português, reitor da Universidade de Bordéus, que de tudo trazia El-Rei D. João III bem informado, aconselhando-o, como medida de defesa, a ocupação mais efetiva das terras de Santa Cruz.

6 Referem-se alguns cronistas que, verificando essa preferência, os indígenas conseguiram amarelar as penas dos papagaios, aplicando-lhes, quando novos, sangue de certas rãs.

7 Varnhagen publica a reclamação de Saint Blancard perante os Comissários franceses do Tribunal de Presas de Bayonne. O Comandante Eugênio de Castro, no *Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa*, reproduz o segundo libelo do Barão de Saint Blancard, traduzido do latim por Calógeras, assim como o contralibelo dos comissários portugueses, de Pero Lopes e outros. São documentos altamente interessantes e que elucidam preços, valores e costumes da época. A baixa avaliação atribuída, isoladamente, à embarcação, na reclamação dos franceses, está explicada na contradita portuguesa: tratava-se de barco já roubado aos próprios portugueses! A alta avaliação da carga é ainda quadruplicada na reivindicação de Saint Blancard “por causa dos roubos feitos”, elevando o total geral a 1.073.136 ducados!

A política seguida por D. João III, de diplomacia, suborno e violência, com respeito às incursões francesas às costas brasileiras, pareceu perigosa a Mestre Diogo de Gouveia que, em cartas a El-Rei, aconselhava: “Sete a oito povoações seriam bastante para defender a terra que não vendam o brasil a ninguém e não o vendendo as naus não hão de querer ali ir para voltarem vazias.”

Muita razão assistia ao mestre português, pois que não havendo estoques acumulados do lenho tintorial, muito difícil se tornaria a pilhagem e o embarque do produto dentro de poucos meses.

A situação exigia, portanto, solução radical por parte do reino. A colônia, com as perdas infligidas pelos corsários e pelos naufrágios tão comuns àquela época, não dava saldo à Coroa, mesmo porque tudo nos leva a crer que era irregularíssimo o comércio português de pau-brasil. Mas a perda da colônia representava risco para a navegação portuguesa das Índias Orientais e golpe nas suas esperanças de encontrar metais preciosos, cujas possibilidades se acentuaram com a descoberta das minas do Peru e México e as notícias do acesso ao rio da Prata. Estava em jogo, ainda, o prestígio do império colonial português, em pleno fastígio do poder e em franca competição de empreendimentos marítimos com a Espanha. Daí a decisão das cortes portuguesas de estabelecerem as donatarias como meio de garantir a posse das terras de Santa Cruz, sem maior ônus para a Coroa portuguesa.

A destruição das florestas

Paul Gaffarel, em sua *Histoire du Brésil Français*, assim assinala o interesse e a natureza das explorações efetuadas pelos franceses nas costas de Santa Cruz: “O algodão e as especiarias só figuravam nos carregamentos a título de curiosidade, mas o mesmo não se pode dizer quanto às madeiras preciosas, especialmente as de tinturaria, que formavam o carregamento essencial de nossos navios.

“Conhecia-se a prodigiosa fertilidade do Brasil em essências de primeira ordem. Nossos negociantes em breve ficaram conscientes desses recursos, quase inesgotáveis, que lhes ofereciam essas florestas, e como os brasileiros, por seu lado, se consideravam muito felizes em possuir à sua disposição artigos para intercâmbio e em tal abundância, a

exploração das riquezas vegetais do país começou para não mais se paralisar. Não foi mesmo uma exploração, mas, antes, uma destruição.

“Como os paus de tinturaria custavam muito caro em França e como deles ali se serviam não somente para dar aos panos magnífica cor purpúrea, mas também para a fabricação de móveis preciosos, cada navio francês que chegava ao Brasil procurava logo indagar onde poderia fazer sua provisão de madeiras.

“Os indígenas, estimulados pela procura de nossos negociantes, preparavam enormes depósitos de madeira, que amontoavam sobre a costa; somente, como não sabiam poupar riquezas, abatiam essas árvores ao acaso. Muitas vezes mesmo, a fim de evitar o trabalho de as cortar, punham fogo em sua parte inferior e o incêndio se propagava pelo resto da floresta.

“Alguns anos deste desperdício sem conta bastaram para aniquilar muitas essências preciosas. Fato semelhante é o que se verifica hoje nas florestas bolivianas na procura de quina, a tal ponto que se é forçado, para encontrá-la, a ir buscá-la em valados quase inacessíveis.

“Era, o pau-brasil, essência das mais procuradas por nossos compatriotas a que chamavam *arabutã*. Esta árvore atingia, às vezes, proporções gigantescas. Como crescia nas alturas e muitas vezes longe da costa, eram os brasileiros obrigados a cortá-la em pedaços para a transportar mais facilmente e, assim, era abatida em quantidades consideráveis.

“Assinalemos ainda o *ibirapitanga*, que crescia à altura de um carvalho, cujas folhas se pareciam com a do buxo e as flores eram de um branco amarelado como o lírio. Distinguiam-se três espécies: a melhor se chamava “ibirapitanga-brasil”, que fornecia tintura muito brilhante; o ‘brasilaçu’ era de qualidade inferior e o ‘brasileto’ tinha propriedades medíocres. Faziam-se com ele móveis preciosos e devido à sua resistência fornecia excelente madeira para carpintaria. Mergulhado na água, endurecia e, assim, era muito estimado para navios.

“Nossos negociantes recolhiam ainda o ‘jacarandá’,* cuja coloração escura apresentava tons violáceos. Conheciam, também, sem parecer ligar importância excepcional, o ‘acaju’.”

* O jacarandá é o pau-santo dos portugueses, *palo-santo* dos espanhóis, donde *palisaandre*, dos franceses.

Matérias corantes

À medida que esses fatos se processavam, aumentava nos mercados europeus a procura de plantas tintoriais. O “brasil”, (o “arabutã” e o “ibirapitanga” dos indígenas) era vendido em toros dos quais se retirava a casca e o alburno, restando o âmago vermelho, contendo matéria corante muito usada para a tinturaria de panos, principalmente das lãs e das sedas e nas miniaturas de manuscritos. Servia também a madeira para certos trabalhos de marcenaria. Segundo Capistrano de Abreu, havia o brasil doméstico, mais apreciado, e o selvático. Os negociantes, antes do aparecimento do lenho americano, distinguiam três classes de brasis: o *colombiano*, exportado de Ceilão, na costa de Malabar; o *ameri*, vindo de Sumatra e o *seni*, procedente da Índia interior.

Com a rápida evolução que, nos tempos modernos, tiveram as indústrias têxteis, foi crescendo, na época da Revolução Comercial, e mais intensamente, na fase da Revolução Industrial, a procura de materiais corantes naturais, vegetais, animais e minerais, pois que foi somente na segunda metade do século XIX que se registrou o aparecimento da grande variedade de anilinas sintéticas. E foram surgindo novos espécimes dessa indústria extrativa, que aumentaram as classificações dos brasis e de outros numerosos produtos naturais.

Já em tempos recentes, no reino vegetal, quanto às madeiras de tinturaria *vermelha*, distinguiam-se os *brasis* de Pernambuco (*Caesalpinha crista*) e pau-brasil propriamente (*Caesalpinha brasiliensis*), o pau de Santa Marta (México e Colômbia) o pau de Nicarágua, o sapã ou pau do Japão, o brasilete (Antilhas e Guianas) e pau de Califórnia, o de Terra Firme (Colômbia), o sândalo roxo, etc.

O *pau campeche*, com suas diversas variedades, teria larga aplicação para os corantes azuis, tendo até hoje acentuada procura para certas especialidades. O pau amarelo de Cuba, o fustete e outros forneceriam as *cores amarelas*.

As raízes de rúbia, ancusa, morinda e curcuma tiveram também os seus mercados. Outras substâncias vegetais, como a urzela, o índigo, o pastel, o açafreão, o carcamo, a ceilorifila, a orelana, iriam sendo absorvidas, à medida que mais se desenvolviam as indústrias têxteis, facilitadas pelo algodão das Américas e os sucessivos aperfeiçoamentos mecânicos.

Até insetos, como a cochonilha, iriam encontrar larga aplicação como fornecedores de substâncias corantes (carmim).

Essas substâncias, em sua maioria, eram procedentes da América e da Ásia. É que a natureza fixou nas zonas tropicais essa classe de indústrias extrativas. Já Gândavo, quando se referia ao Brasil, dizia: “O qual se mostra, claro, ser produzido da quentura do sol e criado com a influência de seus raios, porque quanto mais próximo da tórrida zona e quanto mais perto da Linha Equinocial tanto é mais vivo e de melhor qualidade. E esta é a causa por que o não há na Capitania de São Vicente, nem daí para o sul.”⁸

Ainda o pau-brasil

O trecho de nossa costa, em que se fazia a exploração da madeira tintorial, era compreendido entre o cabo São Roque e o cabo Frio; mas entre o cabo de Santo Agostinho e o rio Real (latitude 120) é onde se encontrava a melhor.

Podemos tentar um balanço aproximado da exploração do pau-brasil nos primeiros anos do século XVI (1500-1532).

Admitindo-se como base do arrendamento 4.000 cruzados e supondo-se que representasse essa quota $\frac{1}{4}$ do valor do material extraído, teríamos, para valor da exportação, nos 30 anos:

$30 \times 16.000 \times 250\$000 = 120.060$ contos, dos quais 30.000 contos pertenceriam à Coroa portuguesa.

Esse valor corresponde a cerca de 300 toneladas anuais, ou seja, a carga de três a cinco naus daquele tempo.

É possível que a exportação tenha sido maior em algumas fases do período considerado. Mas a descrição das lutas havidas com os franceses demonstra a irregularidade de tal comércio.

D. João III alegou que em 1530 subiam a mais de 100.000 contos, valor de hoje, os prejuízos, somente quanto aos carregamentos dos navios, infligidos ao comércio português pelos corsários franceses. Como quer que seja, parece-nos que, nessa primeira fase, o lucro da Coroa não cobria as despesas com a defesa do domínio. E se na terra de Santa Cruz quase nada ficou incorporado da riqueza dali extraída, essa exploração

8 Pero de Magalhães Gândavo – *Tratado da Terra do Brasil*.

preliminar iria preceder, porém, a uma entrada de capitais, por parte dos donatários portugueses que representariam, como veremos, bem maior soma do que o total alcançado pela exportação do lenho brasileiro.

As esparsas explorações que aqui se fizeram nos primeiros tempos nos foram, portanto, pouco proveitosas. Os resultados reais da indústria extrativa da nova terra só poderiam ser colhidos depois da formação de um organismo social próprio, com a definitiva ocupação do solo e os benefícios da sua exploração, fixados em benfeitorias e aparelhamentos, que proporcionassem crescente adaptação do homem ao meio, o que vale dizer o progresso.

Cem anos mais tarde (1618), Brandônio (nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*) faz notar que houve um tempo em que era lícito a todos negociar com o pau-brasil, pagando à fazenda de Sua Majestade um cruzado por quintal de saída (hoje 1\$500 o quilo), mas por não provar bem tal processo, voltou-se ao sistema de arrendamento, limitando-se o total a exportar.

Quanto ao sistema de exploração, assim descreve: “O modo é este: vão-no buscar doze, quinze, e ainda vinte léguas distante da capitania de Pernambuco, aonde há o major concurso dele; porque se não se pode achar mais perto pelo muito que é buscado, e ali, entre grandes matas, o acham, o qual tem uma folha miúda, alguns espinhos pelo tronco; e estes homens ocupados neste exercício levam consigo para a feitura do pau muitos escravos de Guiné e da terra, que, a golpe de machado, derribam a árvore, à qual depois de estar no chão, lhe tiram todo o branco; porque no âmago dele está o brasil, e por este modo uma árvore de muita grossura vem a dar o pau, que a não tem maior de uma perna; o qual, depois de limpo se ajunta em rumas, donde o vão acarretando em carros por pousas, até o porem nos passos, para que os batéis possam vir a tomar.”

E quanto aos resultados para a terra, assim se exprime: “Sim, dá grande proveito; porque há muitos homens, destes que fazem brasil, que colhem em cada um ano a mil e a dois mil quintais dele, que todos acarretam com seus bois; e depois de posto no passo o vendem por preço de sete a oito tostões o quintal, (cerca de 3\$000 o quilo, valor de hoje) e às vezes mais, no que vêm a granjear grande cópia de dinheiro, e por este modo se tem feito muitos homens ricos.”

Teremos, porém, oportunidade de verificar que, mesmo quanto à indústria extrativa em geral, não soubemos tirar todos os benefícios

que poderia proporcionar ao meio social brasileiro. Ainda aí, a política colonial, seguida desde os primeiros tempos modernos pelas nações do norte da Europa, fez com que sempre tivessem preferência em seus mercados os produtos da indústria extrativa oriundos de seus próprios domínios. Acresciam as circunstâncias do atraso de nossa cultura, do relativo isolamento em que vivíamos e da nossa ignorância quanto ao valor exato das riquezas naturais que possuíamos.

Portugal, que exercia o monopólio do comércio com o Brasil, era pouco populoso e pouco industrial; com o sistema de monopólios, também adotado pelos demais impérios coloniais, os artigos da indústria extrativa brasileira só eram procurados, e irregularmente, quando, devido à grande expansão industrial, não bastava, aos países europeus, o suprimento de suas próprias colônias.

No reinado de D. João III a renda do pau-brasil não representava ainda 5% da receita total do erário público português, não dando para cobrir as despesas com a defesa das novas terras e do comércio lusitano. Nos *Diálogos das Grandezas do Brasil* há menção de que, no fim do século XVI, o arrendamento do pau-brasil rendia mais de 40 mil cruzados por ano, isto é, cerca de 3.600 contos, em valor de hoje. Nos tempos dos Filipes, o monopólio real da madeira tintorial estava arrendado por 21 contos de réis, no decênio que principiou em 1602, ou seja, 4.800 contos em poder aquisitivo de hoje. No final do domínio espanhol, já rendia 24 contos, ou seja, 5.500 contos de hoje.

Quais seriam os lucros dos arrendatários desse comércio?

Em 1602, esse pau adquirido pelo contratante no Brasil, a 1\$000 o quintal, era vendido a 4\$000 em Lisboa, dando por quintal um lucro bruto de 3\$000.

Num embarque de 10.000 quintais, limite máximo admitido no contrato, registra-se:

<i>Renda bruta</i>	40 contos		
<i>A deduzir:</i>			
Custo no Brasil	10 contos		
Despesas com transportes para Portugal	3 "		
Pago à Fazenda Real	21 "	34 contos	
<i>Saldo</i>			6 contos

ou seja, 15% sobre o valor total da venda.

Constituía, no entanto, o negócio, operação arriscada porque, além do empate do capital e demora possível das vendas, havia os riscos do mar, naufrágios, pirataria, irregularidade de suprimentos, etc.

Em 1606 o arrendatário devia três anuidades à Coroa; foi executado e parece que, com a garantia dos 5.000 quintais em depósito e mais 9.109 quintais apreendidos, a Coroa pouco perdeu.

Passados 200 anos, ainda o pau-brasil constituía verba ponderável na receita do erário, avaliada em 120 contos de réis no orçamento de 1823, ou seja, 7.000 contos em poder aquisitivo atual.⁹

Portanto, mesmo depois do grito do Ipiranga, conservou a Coroa o monopólio do produto, até que os progressos da indústria química e a nossa ignorância na oportuna defesa agrícola de nossas plantas tintoriais extinguíram o seu comércio.

E assim se explica que, ao evocar o nome da nossa terra, ninguém mais o ligue às preocupações mercantis com que foi adotado, e a nenhuma razão, em nossos dias, desta acrimoniosa exclamação de um jesuíta daquela época: “Vergonha que a cupidez do homem, por preocupações de tráfico, substituísse o lenho da cruz, tinto com o real sangue de Cristo, pelo de outra madeira, semelhante somente na cor.”

Moedas, câmbio e poder aquisitivo

Antes de prosseguirmos nas considerações sobre a história da economia brasileira, torna-se mister acentuar os grandes obstáculos que deparamos na determinação dos algarismos indicadores dos valores econômicos nas diferentes épocas, não só pela deficiência de fontes informativas, mas também pela disparidade de muitos dados encontrados e a dança dos câmbios e das moedas. Resolvemos adotar como padrão de referência o valor ouro.

Ora, há, sem dúvida alguma, grande dificuldade em se comparar o valor aquisitivo do ouro em épocas muito distantes. E essa dificuldade surge, quase intransponível, na escolha dos elementos para a formação dos índices de “custo de vida”, dada a circunstância de desconhecermos de um modo preciso a quantidade de mercadorias de maior

⁹ Em 1827 ainda foi remetido para Londres pau-brasil no valor de £87.000; em 1834, £51.009; em 1856, £18.041.

consumo, na época considerada, para compará-la com a quantidade de mercadorias adquiridas em nossos dias e que servem de base à elaboração dos índices do “custo de vida”, para a moeda hoje em curso.

Contudo, certos economistas se dedicam a essa espécie de estudos e, entre eles, um dos mais distinguidos é D’Avenel.

Em seu trabalho *La Fortune Privée a Travers Sept Siècles*, publicado em 1895, apresenta como indicadores do poder aquisitivo, aproximado, dos metais preciosos, de 1200 a 1800, em comparação com seu poder atual, tomado como unidade, os seguintes números:¹⁰

1201 a 1225.....	4.50	1551 a 1575.....	3
1226 a 1300.....	4	1576 a 1600.....	2.50
1301 a 1350.....	3.50	1601 a 1625.....	3.00
1351 a 1375.....	3	1626 a 1650.....	2.50
1376 a 1400.....	4	1651 a 1675.....	2.00
1401 a 1425.....	4.25	1676 a 1700.....	2.33
1426 a 1450.....	4.50	1701 a 1725.....	2.75
1451 a 1500.....	6	1726 a 1750.....	3.00
1501 a 1525.....	5	1751 a 1775.....	2.33
1526 a 1550.....	4	1776 a 1790.....	2.00

A verificação a que procedemos, em confronto com os índices de preços apresentados por Warren e Pearson, para a Espanha entre 1500 e 1650, e com outros elementos contidos no *Dicionário*, de Mulhall,¹¹ levou-nos à convicção de que se aproximam muito da verdade para as épocas anteriores a 1750.

Estando hoje o poder aquisitivo do ouro nas proximidades da paridade de 1895, resolvemos adotar esses coeficientes nos quadros que

10 A documentação que serviu de base aos estudos de D’Avenel está publicada em sete volumes: *Histoire Economique de la Propriété, des salaires, des denrées et de tous les prix en général, depuis l’an 1200*, obra coroada pela Academia de Ciências de França. Em sua *Histoire de la Fortune Française*, publicada em 1927, ele revalida seus coeficientes para essa época. Para acentuar a relatividade desses elementos, recorda o conceito de Batista Say, quando chamou de quadratura do círculo da economia política a solução desse problema.

11 Michael G. Mulhall – *The Dictionary of Statistics*, London, 1892.

organizamos, contendo a relação geral das moedas portuguesas anteriores a 1800, com a sua conversão ao poder aquisitivo atual entrando, porém, com um coeficiente de ponderação de 25%.¹² Para o valor atual do ouro, consideramos o grama a 17\$000, preço que vigorou em princípio de junho último, nas aquisições do Banco do Brasil.

Nas avaliações de produção e comércio, preferimos sempre a conversão em libra esterlina que, desde 1601 até a guerra mundial, com pequena interrupção durante as campanhas napoleônicas, conservou o mesmo conteúdo metálico.¹³

Às págs. 148/153 publicamos uma tabela de câmbio sobre Londres, de 1500 a 1820, considerando o esterlino com o título de 1601, mesmo para o período 1500-1600, não obstante terem havido várias oscilações no peso dessa moeda durante o século XVI.

Desde que Portugal passou a ter preocupações expansionistas, tornou-se mais necessária a moeda metálica, indispensável para suas transações no exterior. Naqueles tempos, fora da economia naturalista, eram os metais preciosos os meios habituais de pagamento. Para fazer face ao desequilíbrio do Erário Régio, a única forma de inflação que se conhecia era a *quebra da moeda*. Desse recurso lançavam mão todos os países. Portugal, a braços com contínuas guerras e desenvolvendo um esforço expansionista muito superior ao que lhe permitiria sua base econômica, teve de adotar aquele mesmo recurso, mas em maior escala.

É o que se verifica da evolução da moeda portuguesa e do estudo da origem do “real”, unidade de conta conservada até hoje para o nosso sistema monetário.

“O marco”, ensina Costa Lobo,¹⁴ “foi desde o berço de Portugal até a adoção, em nossos dias, do sistema métrico, a unidade de

12 João Lúcio de Azevedo fez a conversão da moeda portuguesa, para 1929, adotando esses coeficientes integrais. V. *Épocas de Portugal Econômico*.

13 A libra esterlina deve sua denominação aos *Easterlings*, negociantes germânicos, de quem os bretões tomaram a moeda como modelo. Primitivamente, era uma libra de prata *tray*, com 12 onças. Com as quebras de moeda que foi sofrendo desde 1066, em 1601 estava reduzida a um terço do seu peso primitivo, sempre dividida, porém, em 20 xelins (*History of the English Pound Sterling* – Warren and Pearson; *Great Britain from Adam Smith to the Present Day* – C. R. Fay).

14 Costa Lobo – *História da Sociedade em Portugal no Século XV*.

peso a que se reportava a quantidade de metal precioso em todas as moedas cunhadas. Mas para se declarar, tanto nos preceitos legislativos, como no troco, qual a quantidade partitiva de metal fino contida em cada uma das peças talhadas em um marco de ouro ou de prata, não se adotavam as divisões ordinárias do marco em onças, oitavas e grãos; usava-se, na Idade Média, o sistema de contagem por libras, que vamos explicar.

“O ouro e a prata nunca se empregaram, estremes de toda a liga, no lavramento da moeda; a adição de pequena porção de metal somenos, geralmente o cobre, produz um composto muito mais maleável, e resistente ao desgaste. A quantidade desse metal, que é, por diminuta, sem valor considerável, determina o que se chama o *toque, liga* ou *lei* da moeda.

“O toque dos metais preciosos, que atualmente, no sistema métrico, se computa por milésimos, exprimia-se anteriormente, e ainda hoje, na linguagem vulgar, em *dinheiros* para a prata, em *quilates* para o ouro; a prata estreme dizia-se ter doze dinheiros, o ouro estreme vinte e quatro quilates.

“O marco de prata, reconhecido como legítimo padrão monetário, foi sempre em Portugal, como geralmente no resto da Europa, de onze dinheiros de metal fino e um de liga.”

.....

Em relação ao marco de ouro, não havia regra determinada, porque as moedas de ouro tinham pouco uso no intercuro interno, e, como dizia el-rei D. Fernando, “correm mais por mercadorias que por moedas”; mas, por isso mesmo, cunhavam-se de boa lei, sendo o cruzado, até ao fim do século XV, e em parte ainda do seguinte, de vinte e três quilates e três quartos”.

A libra era uma moeda de conta, subdivisão do marco de prata. Da mesma forma, eram o *dinheiro* e *soldos*, inda que, esporadicamente, se cunhassem moedas com tais designações.

No tempo de D. Afonso III, 1213, subdividia-se o marco de prata em 12 libras, a libra em 20 soldos e o soldo em 12 dinheiros.

Com as necessidades do Erário, foram se alterando os valores das libras, que passaram a ser 1/14, 1/18, 1/19 e até 1/307 do marco, no

reinado de D. Fernando, durante as guerras com Castela (1364/1373). Na paz, conseguiu o Rei estabilizar a libra a $1/25$ do marco.

Conforme Teixeira de Aragão,¹⁵ o Rei D. Fernando mandou cunhar reais e meio-reais de prata, pesando esses reais de 69 a 78 grãos.

Na base do marco a 25 libras, cada libra representaria, portanto, $2\frac{1}{3}$ a $2\frac{1}{2}$ reais de D. Fernando.

O Mestre de Avis mandou cunhar, em 1383, reais de prata, com título de nove dinheiros e de dez soldos, equivalendo cada libra de então dois reais.

A denominação dessa moeda viria das armas reais nela estampadas¹⁶ ou por serem moedas realmente cunhadas.

Em 1398, o Mestre de Avis, já Rei D. João I, lançou em circulação os reais com valor nominal de $3\frac{1}{2}$ libras, de princípio com título de 10 dinheiros, que foram reduzidos, mais tarde, até $1\frac{1}{2}$ dinheiro.

Em 1408, aparecem os meios-reais cruzados, de 35 soldos. Em 1415, o real de 10 reais ou real branco, com valor nominal de 35 libras, quebrando-se novamente o valor da moeda. O real preto valia três libras. Em 1422, houve nova quebra de moeda, ficando a libra valendo, nesse tempo, 1.173 vezes menos que a de D. Fernando. Como o marco no reinado de D. Fernando estava dividido em 25 libras, ficou então subdividido em 29.325 das novas libras! O real de meia-libra depreciou-se, assim, 1.173 vezes.

A libra era moeda de conta “mas todas as obrigações pecuniárias se achavam determinadas em libras”, ficando o devedor fortemente aliviado por essas depreciações.

“E é principalmente esse resultado que induzia os governantes a decretar a alteração nominal. O motivo da quebra da moeda é sem-

15 Teixeira de Aragão – *Designação Geral Histórica das Moedas Cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, 1874.

16 Viterbo, no *Elucidário*, assim explica: “Real – moeda d’ouro, prata e cobre. O real de ouro é dos princípios deste reino. E dizem se lhe deve este nome por nele se achar o real escudo das armas portuguesas.”

pre o mesmo, libertar o Estado do pagamento integral das obrigações contraídas.”¹⁷

O quadro que publicamos mostra as quebras sucessivas que foram tendo as moedas em seu conteúdo metálico. A partir de D. João I, em 1435, cessou o uso da libra como moeda de conta, substituída pelo real. No século XVI, já havia desaparecido o real preto e cessado a designação de real branco, passando-se a se utilizar da expressão “réis” para plural de real.

Em 1688, a moeda de cruzado passou a valer 480 réis, denominando-se “cruzado novo”, mas continuou em uso com o nome e valor antigos o cruzado de 400 réis, para a moeda de conta.

O quadro contém a relação das principais moedas cunhadas. Os elementos nela insertos permitirão, em combinação com a tabela de câmbio das fls. 148/153, uma apreciação aproximada dos valores monetários referentes ao nosso período colonial.

Observemos ainda que, entre 1383 e 1500, o marco de prata variou de 50 para 2.340 réis, depreciando-se, assim, o valor do “real” em cerca de 47 vezes. Entre 1435, quando o “real” começou a ser usado como moeda de conta, e 1500, essa depreciação foi apenas de três vezes. Entre 1500 e o período de 1700 a 1808, a moeda metálica portuguesa se depreciou em cerca de quatro vezes. Entre 1808 e 1937, o real brasileiro se depreciou 35 vezes, e o português, cerca de 50. Desde o descobrimento do Brasil, o real já se depreciou, portanto, para nós, em mais de 140 vezes, das quais uma quebra de quatro vezes cabe à era colonial. Isso sem entrarmos em consideração quanto às flutuações do poder aquisitivo dos metais preciosos.

Salientemos ainda que, no Brasil, desde os primeiros tempos, até o século XVIII, o uso da moeda era escasso. Durante o domínio espanhol houve mais abundância de moeda de prata.

Após a restauração, voltou a se acentuar a deficiência e ficaram registradas na história várias crises de moeda.¹⁸

17 Costa Lobo, *op. cit.*

18 Vejam-se págs. 279 e seguintes.

Em fins do século XVII, havia uma moeda metálica nacional, outra provincial, uma “paulista” e, no Estado do Maranhão, os fios e novelos de algodão corriam como moeda, tudo numa mesma época.

Na França, entre várias categorias de libras, era a “turnesa” a que predominava. Entre 1200 e 1500, ela se depreciou, quanto ao conteúdo metálico, cerca de cinco vezes. Entre 1500 e 1795, novamente cinco vezes. Em 1795, no período da Revolução Francesa, mudou-se para o franco a denominação da moeda, cujo título e demais condições ficaram regulados pela lei de 17 Germinal, ano XI (28-3-1803). Vigoraram essas condições, nominalmente, até 28 de junho de 1928, em que se depreciou, novamente, para 1/5 o conteúdo metálico da moeda francesa.

A libra inglesa, de 1066 a 1527, desvalorizou-se de metade. De 1527 a 1601, desvalorizou-se de 25%.

Na Espanha, o *maravedi* ou *morabito*, de origem árabe, foi a moeda básica de conta até os tempos modernos. A cunhagem do real em prata foi iniciada no reinado de Afonso XI (1312). De então até os reis católicos (Fernando e Isabel, 1474) o *maravedi* se desvalorizou 18 vezes. Cunharam-se na Espanha unificada uma grande variedade de moedas – *dobra*, *peso*, *castelhano*, *cruzado* ou *ducado*, *real de prata*, *dobrão* de oito e dois escudos, *piastra*, etc. De 1474 até 1808 (D. Fernando VII), a desvalorização das moedas quanto ao conteúdo metálico foi apenas de 2,4 – a Espanha tendo guardado durante três séculos a posição de maior produtora de metais preciosos do mundo.

Durante o século XVIII, conheciam-se na Espanha, como moeda de conta, quatro espécies de reais.

1) *Real de Vellon*, com 34 maravedis – era o mais comumente usado no interior da Espanha. Equivalia a 1/20 do *peso duro*.

2) *Real de prata provincial*, valendo o dobro do precedente.

3) *Real de prata antiga*, um pouco inferior ao precedente; 10 5/8 valendo um *peso duro*.

4) *Real de prata mexicana*, com 84 maravedis de vellon, oito desses reais perfazendo um *peso duro*.

Nessa mesma época, como moeda de ouro, figuravam mais comumente o *dobrão*, a *pistola* e a *piastra*, e, como moedas de prata, a *piastra* com vinte reais de vellon, a *peseta* mexicana, com cinco reais de vellon, a

peseta provincial, com quatro reais de velon e o *real provincial*, com dois reais de velon etc.

Durante esse mesmo século, em que o câmbio português estava praticamente estabilizado em torno de 67 ½ (libra esterlina valendo cerca de 3\$600) o real de velon equivaleria de 40 a 54 réis portugueses, o pêso duro, ouro, de 800 a 845 réis, o castelhano, 1640 réis; o peso, a piasra e a pataca de prata de 750 a 800 réis.¹⁹

No século XVI, começou-se a chamar, no México, a moeda de prata, com oito reales de *peso forte* ou *duro* e de *peseta* a moeda com dois reales. Daí espalharam-se pela América espanhola as denominações de *peso* e *peseta* às suas moedas básicas.

19 Conforme *Encyclopedie Methodique, Commerce*, Paris, 1784, e *Dicionário Universal das Moedas*, Lisboa, 1743.

Foi esta a terceira lição, dada em 24 de abril de 1936, nas condições das anteriores.

QUADRO DAS MOEDAS EM OURO, CUNHADAS
ATÉ 1826, COM SEUS PESOS, "TÍTULOS" E
DAS MOEDAS DE CONTA EM

A		B	C	D
REINADO		Moeda cunhada em ouro	Moeda de conta	Peso ouro em gramas
Monarca	Data			
D. Afonso I.	1128 a 1185	} Morabitino		3,896
D. Sancho I.	1185 a 1211			
D. Afonso II	1211 a 1223			
D. Sancho II	1223 a 1245			
D. Afonso III	1248 a 1279	Morabitino	Libra	3,896 2,597
D. Diniz	1279 a 1325	Morabitino	Libra	3,896 1,558
D. Afonso IV.	1325 a 1357	—	Libra	4,675
D. Pedro I. . .	1357 a 1367	Dobra	Libra	1,140
D. Fernando I.	1367 a 1383	Dobra pétera	Libra	4,675 1,140
D. João I. . . .	1383 a 1433	—		
D. Duarte . . .	1433 a 1438	Escudo = 140 reais	Real branco	4,675 0,033
D. Afonso V.	1438 a 1481	Cruzado = 253 reais	Real branco	3,614
		Cruzado = 255 reais	Real branco	0,0143 3,614
		Cruzado = 324 reais	Real branco	0,0142 3,614 0,0111

EM PORTUGAL, DESDE A FUNDAÇÃO DO REINO
 PODER AQUISITIVO ATUAL BEM COMO
 USO NO MESMO PERÍODO

E	F	G	H	I	J
Quilate	Data do documento comprobativo (*)	Valor do grama de ouro em moeda na base de 17\$000 por 24 quilates	Valor da moeda na base de 17\$000 o grama de ouro de 24 quilates	75 % dos coef. D'Avenel em relação ao poder aquisitivo em 1937	Poder aquisitivo em 1937
23 3/4		16\$822	65\$538	3,375	221\$190
23 3/4		16\$822	65\$538	3	196\$644
23 3/4		16\$822	43\$686	3	131\$058
23 3/4		16\$822	65\$538	3	196\$614
23 3/4		16\$822	26\$208	3	78\$624
23 3/4		16\$822	78\$642	2,625	206\$435
23 3/4		16\$822	18\$177	2,625	50\$339
23 3/4		16\$822	78\$647	2,25	176\$944
23 3/4		16\$822	19\$177	2,25	43\$148
18		12\$749	59\$601	3,375	201\$153
18		12\$749	\$420	3,375	1\$417
23 3/4	1457	16\$822	60\$794	4,5	273\$573
23 3/4		16\$822	\$240	4,5	1\$080
23 3/4	1460	16\$822	60\$794	4,5	273\$573
23 3/4		16\$822	\$238	4,5	1\$071
23 3/4	1472	16\$822	60\$794	4,5	273\$573
23 3/4		16\$822	\$186	4,5	\$837

(Continua)

(*) Os elementos legais deste quadro foram baseados na obra de TRINHEIRA DE ARAGÃO, *Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*.

(Continuação)

A		B	C	D
REINADO		Moeda cunhada em ouro	Moeda de conta	Peso ouro em gramas
Monarca	Data			
D. João II...	1481 a 1495	Cruzado = 324 reais	Real branco	3,614 0,0111
		Cruzado = 380 reais	Real branco	3,614 0,0095
D. Manuel I.	1495 a 1521	Cruzado = 390 reais	Real branco	3,614 0,0093
		Cruzado = 400 reais	Real branco	3,614 0,009
D. João III...	1521 a 1557	Cruzado = 400 reais	Real branco	3,614 0,009
		Cruzado = 400 reais	Real branco	3,614 0,009
D. Sebastião .	1557 a 1578	500 réis	Real branco	3,896 0,0078
D. Henrique..	1578 a 1580	500 réis	Real	3,896 0,0078
			Real	3,896 0,0078
Governadores.	1580	500 réis	Real	3,896 0,0078
D. Antônio...	1580 a 1583	500 réis	Real	2,922 0,0058
		500 réis	Real	3,896 0,0078
D. Filipe I...	1583 a 1598	500 réis	Real	3,896 0,0078
		Cruzado = 400 reais	Real	3,116 0,0078
D. Filipe II..	1598 a 1621	Cruzado = 400 reais	Real	3,116 0,0078
D. Filipe III.	1621 a 1640	Cruzado = 400 reais	Real	3,116 0,0078

E	F	G	H	I	J
Quilate	Data do documento comprobativo (*)	Valor do grama de ouro em moeda na base de 17\$000 por 24 quilates	Valor da moeda na base de 17\$000 o grama de ouro de 24 quilates	75 % dos coef. D'Avenel em relação ao poder aquisitivo em 1937	Poder aquisitivo em 1937
23 3/4	1472	16\$822	60\$794	4,5	273\$573
23 3/4		16\$822	\$186	4,5	\$837
23 3/4	1489	16\$822	60\$794	4,5	273\$573
23 3/4		16\$822	\$159	4,5	\$715
23 3/4		16\$822	60\$794	4,5	273\$573
23 3/4		16\$822	\$156	4,5	\$702
23 3/4	1517	16\$822	60\$794	3,75	227\$977
23 3/4		16\$822	\$151	3,75	\$566
23 3/4		16\$822	60\$794	3,75	227\$977
23 3/4		16\$822	\$151	3,75	\$566
22 5/8	1537	16\$025	57\$914	3	173\$742
22 5/8		16\$025	\$144	3	\$432
22 1/8	1560	15\$671	61\$054	2,25	137\$371
22 1/8		15\$671	\$122	2,25	\$274
22 1/8		15\$671	61\$054	2,25	137\$371
22 1/8	1560	15\$671	\$122	2,25	\$274
22 1/8		15\$671	61\$054	2,25	137\$371
22 1/8	1560	15\$671	\$122	2,25	\$274
22 1/8	1580	15\$671	45\$790	1,875	85\$856
22 1/8		15\$671	\$090	1,875	\$168
19		13\$457	52\$428	1,875	98\$302
19		13\$457	\$104	1,875	\$195
22 1/8	1581	15\$671	61\$054	1,875	114\$476
22 1/8		15\$671	\$122	1,875	\$228
22 1/8	1584	15\$671	48\$830	1,875	91\$556
22 1/8		15\$671	\$122	1,875	\$228
22 1/8	1584	15\$671	48\$830	1,875	91\$556
22 1/8		15\$671	\$122	1,875	\$228
22 1/8	1584	15\$671	48\$830	1,875	91\$556
22 1/8		15\$671	\$122	1,875	\$228

(Continua)

(Continuação)

A		B	C	D
REINADO		Moeda cunhada em ouro	Moeda de conta	Peso ouro em gramas
Monarca	Data			
D. João IV ..	1640 a 1656	Cruzado = 400 reais		3,116
			Real	0,0078
		Cruzado = 750 reais		3,116
D. Afonso VI.	1656 a 1667	Cruzado = 875 reais	Real	0,0042
				3,116
			Real	0,0036
D. Pedro II..	1667 a 1706	Cruzado = 875 reais		3,116
			Real	0,0036
		Moeda = 1.000 reais		3,116
D. João V...	1706 a 1750		Real	0,0031
		Moeda = 4.000 reais		12,467
			Real	0,0031
D. José I....	1750 a 1777	Moeda = 4.400 reais		12,467
			Real	0,0028
		Moeda = 4.000 reais		10,975
D. Maria I ..	1777 a 1799		Real	0,0027
		Moeda = 4.800 reais		10,975
			Real	0,0023
D. João VI..	1799 a 1826	Moeda = 4.800 reais		10,975
		Moeda = 4.800 reais	Real	0,0023
				1,095
D. José I....	1750 a 1777	Cruz. novo = 480 reais		0,0023
			Real	3,652
		Escudo = 1.600 reais		0,0023
D. Maria I ..	1777 a 1799	Escudo = 1.600 reais		3,652
			Real	0,0023
		Cruz. novo = 480 reais		1,095
D. João VI..	1799 a 1826		Real	0,0023
		Cruz. novo = 480 reais		3,652
			Real	0,0023
D. João VI..	1799 a 1826	Escudo = 1.600 reais		3,652
			Real	0,0023
		Cruz. novo = 480 reais		1,095
D. João VI..	1799 a 1826		Real	0,0023
		Cruz. novo = 480 reais		3,652
			Real	0,0023

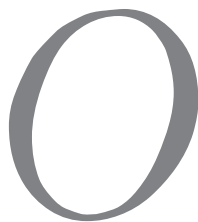
E	F	G	H	I	J
Quilate	Data do documento comprobativo (*)	Valor do grama de ouro em moeda na base de 17\$000 por 24 quilates	Valor da moeda na base de 17\$000 o grama de ouro de 24 quilates	75 % dos coef. D' Avenel em relação ao poder aquisitivo em 1937	Poder aquisitivo em 1937
22 1/8	1641	15\$671	48\$330	1,875	91\$556
22 1/8		15\$671	\$122	1,875	\$228
22	1642	15\$582	48\$553	1,875	91\$036
22		15\$582	\$065	1,875	\$121
22	1646	15\$582	48\$553	1,875	91\$036
22		15\$582	\$056	1,875	\$105
22	1646	15\$582	48\$553	1,875	91\$036
22		15\$582	\$056	1,875	\$105
22	1662	15\$582	48\$553	1,50	72\$829
22		15\$582	\$048	1,50	\$672
22	1662	15\$582	194\$260	1,50	291\$390
22		15\$582	\$048	1,50	\$072
22	1668	15\$582	194\$260	1,50	291\$390
22		15\$582	\$043	1,50	\$064
22	1667	15\$582	171\$012	1,7475	298\$843
22		15\$582	\$042	1,7475	\$073
22	1668	15\$582	171\$012	1,7475	298\$843
22		15\$582	\$035	1,7475	\$061
22	1668	15\$582	171\$012	1,7475	298\$843
22		15\$582	\$035	1,7475	\$061
22	1718	15\$582	17\$062	2,0625	35\$190
22		15\$582	\$035	2,0625	\$072
22	1722	15\$582	56\$905	2,0625	117\$366
22		15\$582	\$035	2,0625	\$072
22	1730	15\$582	56\$905	2,25	128\$036
22		15\$582	\$035	2,25	\$078
22	1730	15\$582	17\$062	2,25	38\$389
22		15\$582	\$035	2,25	\$078
22	1730	15\$582	56\$905	2,25	128\$036
22		15\$582	\$035	2,25	\$078
22	1730	15\$582	17\$062	2,25	38\$389
22		15\$582	\$035	2,25	\$078
22	1730	15\$582	56\$905	2,25	128\$036
22		15\$582	\$035	2,25	\$078
22	1730	15\$582	17\$062	2,25	38\$389
22		15\$582	\$035	2,25	\$078

.....

Capítulo IV

POLÍTICAS COLONIAIS

AS POLÍTICAS COLONIAIS DOS POVOS EUROPEUS. FEITORIAS E COLONIZAÇÃO. O PLANO DE OCUPAÇÃO PORTUGUESA E A COLABORAÇÃO DE D. DIOGO DE GOUVEIA. A ESCOLHA ENTRE O AUMENTO TERRITORIAL DE SANTA CRUZ E A POSSE DAS MOLUCAS. A FIXAÇÃO DEFINITIVA DO EUROPEU NO BRASIL. NÃO É O FEUDALISMO QUE CARACTERIZA O SISTEMA DAS DONATARIAS, MAS SIM A INVERSÃO CAPITALISTA QUE ELE TRADUZ. O REGIME FINANCEIRO E FISCAL. O REGIME COMERCIAL. A ATUAÇÃO DOS DONATÁRIOS. A INSTITUIÇÃO DO GOVERNO GERAL. O BALANÇO ECONÔMICO DAS DONATARIAS. CAPITAIS DOS DONATÁRIOS, DOS COLONOS E DOS NEGOCIANTES PORTUGUESES. SUA RENTABILIDADE. OS RENDIMENTOS DA COROA. OS VALORES EXPORTADOS EM 1570 PELA AMÉRICA PORTUGUESA E ESPANHOLA.



CONTINENTE europeu apresenta-se hoje superpovoado em várias de suas zonas. Grandes Estados, ali existentes, disputam uma supremacia, para a qual lhes são básicos extensos impérios coloniais.

Os poderosos recursos da cultura e da técnica moderna, a experiência do passado e as concentrações de capitais, permitem-lhes a adoção de políticas coloniais fixadas em bases cientificamente determinadas e adaptáveis às mais variadas condições mesológicas.

Em diferentes fases do estudo da evolução da economia brasileira, teremos oportunidade de verificar a profunda interferência que sofreremos dessas políticas coloniais, aplicadas a domínios que oferecem artigos semelhantes aos da nossa produção.

Não é com a mentalidade, ora imperante, que podemos julgar devidamente a política de ocupação e colonização seguida por Portugal na Terra de Santa Cruz, no século XVI. Não se apresentava à Europa de então, sob o ponto de vista demográfico, a necessidade de expansão. Sua população não alcançava 50 milhões, sendo, portanto, pouco densa, mesmo computados os meios atrasados com que se contava para a produção e transporte. Portugal dispunha de pouco mais de um milhão.

Já vimos que predominaram, a princípio, razões de ordem política e religiosa como incentivos da expansão marítima portuguesa. Desde, porém, que essas empresas começaram a apresentar resultados materiais, acentuou-se uma ambição imoderada de enriquecimento que, aliás, se tornou a mentalidade dominante em toda a Europa nesse início da era capitalista.

A não ser em relação às ilhas do Atlântico, descobertas no século XV, em que se traçou orientação diferente, Portugal seguiu, quanto à costa africana e ao império asiático, a política das feitorias comerciais, pelas quais assegurava o seu domínio e organizava o seu comércio.

Aquelas ilhas eram, em sua grande maioria, territórios des povoados. Fez-se a sua colonização pelo sistema de capitánias. A Madeira e o Porto Santo foram, em 1426, divididas em duas capitánias: Funchal e Manchiu. Nos Açores seguiu-se o mesmo sistema. Colonizadas por algarvios e minhotos, as ilhas do Atlântico em breve prosperaram à sombra de um clima benigno e de um solo ubérrimo. Funchal, vila em 1451, era cidade em 1508. Em 1498, a Madeira possuía várias povoações importantes e já produzia 1.800 toneladas de açúcar; em meados do século XVI, produzia mais de 4 mil toneladas (300.000 arrobas).

Apresentavam essas ilhas outras condições favoráveis ao estabelecimento de colônias agrícolas: relativa proximidade da metrópole, facilidade de acesso e de segurança, externa e interna.

Feitorias e colonização

As feitorias estabelecidas pelos portugueses na costa africana e na Ásia foram dotadas de organização especial, com fortes elementos

de defesa; por diversas vezes, tiveram de sustentar lutas memoráveis contra os ataques dos povos dominados, dos corsários e dos navios das nações em guerra com Portugal.

Na Terra de Santa Cruz, o valor e as possibilidades de comércio não justificavam, como já vimos, organizações da mesma importância. Mas, ainda assim, foram instaladas, quer pelos concessionários do comércio do pau-brasil, quer pelo próprio Governo português, várias feitorias, postos de resgate, em sua maioria de caráter temporário, onde se concentravam, sob o abrigo de fortificações primitivas, os artigos da terra que as naus vinham buscar. São por demais deficientes até hoje as notícias sobre essas feitorias, Igarapu, Itamaracá, Bahia, Porto Seguro, Cabo Frio, São Vicente e outras intermediárias, que desapareciam, ora esmagadas pelo gentio, ora conquistadas pelos franceses. Mas o próprio comércio do pau-brasil é uma demonstração de sua existência e as notícias que se têm, referentes à década anterior a 1530, salientam a preocupação do Governo português de defendê-las. Nessa época apresentou-se iniludível ao Rei de Portugal, este dilema: ou ocupar efetivamente a Terra de Santa Cruz, ou correr o risco de perdê-la. Daí a expedição de Martim Afonso de Sousa que foi a primeira de caráter verdadeiramente colonizador e que se nos mostra tão bem estudada pelo erudito patricio Comandante Eugênio de Castro, a quem devemos, também, as anotações do precioso diário de navegação de Pero Lopes de Sousa.

Além dos motivos já especificados em nossa conferência anterior, a série de expedições espanholas que penetraram o estuário do Prata e em demanda do Pacífico (1508, 1515, 1519 e 1526) e que passaram pelas terras brasileiras, influíram igualmente na decisão real. Mas a atenção que despertava, no Velho Mundo, a descoberta dos metais preciosos nas Índias de Castela, constituía, quiçá, a mais forte emulação. Resulta daí, talvez, a preferência demonstrada pelo grande cabo de guerra na escolha, como primeiro ponto de ocupação definitiva, de um local próximo à provável “costa do ouro e da prata”, a outro da costa do pau-brasil. Esta se estendia do cabo Frio ao de São Roque e já estava sendo explorada, se bem que de modo irregular.

A partida da bandeira de Cananéia, com gente escolhida da expedição de Martim Afonso, que ambicionava voltar com 400 escravos

carregados de metais preciosos e que nunca regressou e o acesso ao planalto de Piratininga, ponto de partida provável para novas explorações desse gênero são elementos que demonstram a mentalidade e as esperanças dos expedicionários. Não se satisfez, porém, D. João III¹ com essa investida e no mesmo ano resolveu promover a ocupação mais efetiva do território, criando as donatarias.

D. Diogo de Gouveia e as donatarias

O exame profundo desse empreendimento, da sua orientação e dos detalhes previstos para a montagem administrativa indicam, em face dos recursos de que dispunha Portugal, criação notável para a época.

Acredita-se hoje que na concepção de tal sistema o governo português teria tido a colaboração do mestre Diogo de Gouveia,² cuja cultura permitiu aproveitar os ensinamentos da história das colonizações gregas e fenícias, no mundo antigo. Como quer que seja, aos eruditos em antropogeografia, essa iniciativa portuguesa, estudada em seus mínimos detalhes, poderá ainda oferecer grande messe de preciosas informações à nossa história econômico-social.

De partida, devemos observar que a área, então objeto das doações, compreendida entre o meridiano de Tordesilhas e a costa do oceano, abrangia apenas um terço do Brasil atual.

Santa Cruz e as Molucas

Nos primeiros tempos do século XVI, não convinha a Portugal que o limite ocidental da Terra de Santa Cruz se aprofundasse pelo

1 D. João III (1522-1557) foi um notável monarca. Alfredo Pimenta acaba de publicar, no Porto, interessante estudo sobre sua personalidade e atuação à testa dos negócios portugueses. Esse rei, que alguns cognominam “o colonizador” e que contava, conforme Damião de Góis, com cerca de 300 velas a serviço nas “suas conquistas”, teve, em seu longo reinado, iniciativas de vulto das quais as menores não seriam a colonização do Brasil e o apelo à colaboração da Companhia de Jesus em Portugal.

2 D. Diogo de Gouveia era ilustrado português que morava em Paris, onde dirigia o Colégio Santa Bárbara, do qual saíram para o mundo literário não poucos alunos que lhe deram glória. Gouveia, que desde 1519 prestava, em França, nos negócios das tomadias, valiosos serviços, empenhou-se com El-Rei para que levasse avante os intentos primeiramente expostos por Cristóvão Jacques, que se propunha a ser donatário do Brasil levando para ali um milhar de colonos. (Conforme Porto Seguro, *História Geral do Brasil*.)

continente. As novas terras que no mundo fossem descobertas estavam divididas entre Portugal e Espanha pelo Tratado de Tordesilhas, de 1494, confirmado pelo Papa em 1506. Acontecia, porém, que as ilhas Molucas, nossas antípodas, eram regiões riquíssimas em especiarias e objeto de graves disputas entre Espanha e Portugal.³ Se o meridiano divisor entrasse em demasia pelo continente americano, as Molucas passariam a fazer parte do semi-hemisfério espanhol... Daí a estranha atitude dos delegados portugueses, procurando, nesse tempo, fazer com que as 370 léguas, que marcariam a locação do meridiano, não fossem contadas a partir da parte mais ocidental das Ilhas de Cabo Verde como desejavam os espanhóis. As Molucas foram, durante certo tempo, muito mais estimadas a Portugal do que as regiões inóspitas da Terra de Santa Cruz.

Em 1529, em Saragoça, haviam os dois reinos chegado a acordo, ficando as Molucas com Portugal, mediante a indenização de 350 mil ducados, equivalentes a cerca de 70 mil contos em poder aquisitivo de hoje. Mas essa indenização deveria ser devolvida, caso os geógrafos verificassem, mais tarde, que as ilhas Molucas estavam incluídas no semi-hemisfério português.

Capitalismo ou regime feudal?

Sendo a divisão das donatarias feita por léguas contadas ao longo da costa, acontecia que a largura das faixas variava de acordo com a inclinação litorânea. É interessante observar que a capitania doada a Pero Lopes de Sousa, conhecedor de toda a nossa costa, era constituída por três quinhões separados, não se tendo satisfeito com faixas na “costa do ouro e da prata”, mas se assegurando com um lote em Itamaracá, em plena região do pau-brasil e muito mais próxima a Portugal.

Não nos parece razoável que a quase totalidade dos historiadores pátrios acentuem, em demasia, o aspecto feudal do sistema das donatarias, chegando alguns a classificá-lo como um retrocesso em relação às conquistas políticas da época. Portugal, desejando ocupar e colonizar a nova terra e não tendo recursos para fazê-lo, à custa do erário real, outorgou para isso grandes concessões a nobres e fidalgos, alguns

3 As Molucas produziam o melhor cravo-da-índia, uma das especiarias de mais alto preço.

deles ricos proprietários, e outros já experimentados nas expedições às Índias. Concedeu-lhes, outrossim, o Rei, vários de seus direitos políticos, indispensáveis ao fortalecimento da autoridade de quem ia correr tão graves riscos. Mas, para estimular a colonização, conservando, para si, o dízimo das colheitas e do pescado, o monopólio do comércio de pau-brasil, das especiarias e das drogas e o quinto das pedras e dos metais preciosos, o soberano regulou, nos forais, os direitos políticos e a percepção de rendas dos donatários e definiu-lhes também as responsabilidades perante a Coroa.

Visava o governo prestigiar e favorecer os donatários que, às suas expensas, iam empreender tão grande tarefa, favorecendo igualmente os colonos, para que tivessem todo o interesse em se estabelecer nas novas terras. “Mas essas vantagens a serem auferidas pelos donatários pressupõem povoações, lavouras, comércio, trabalho organizado e capital acumulado, o que tinha de ser obra do tempo longo e do imediato dinheiro.”⁴

Sob o ponto de vista econômico, que não deixa de ser básico em qualquer empreendimento colonial, não me parece razoável a assemeilhação desse sistema ao feudalismo.

Na economia feudal, não há o fito de lucro porque sendo demarcadas as classes sociais, a remuneração se torna função da condição social de cada classe. Os artesãos viviam de maneira certa e o que eles recebiam era para o sustento desse padrão de vida. Cada classe tem o seu padrão de vida e o número de pessoas de cada classe é mais ou menos limitado. Quem é servo ou filho de servo não aspira ao artesanato. E o artesão ou o filho de artesão não pensa em ser fidalgo. É isso que caracteriza a economia feudal. As trocas se realizavam através de uma divisão de profissões pré-estabelecidas. Daí o dizer de Schmoller, que a divisão de trabalho na Idade Média é uma divisão profissional e social.

Ora, por mais que estudemos os elementos históricos, não podemos concluir que o regime das donatarias apresente pronunciada semelhança com o da economia medieval. Em primeiro lugar todos procuravam a nova terra em busca da fortuna; todos visavam melhorar sua situação econômica. O fito de lucro era a causa primordial da vinda para

4 João Lúcio de Azevedo, *op. cit.*

o Brasil. Os pedreiros, carpinteiros, mecânicos e demais artífices procuravam ganhar para formar o seu pecúlio. Quem quisesse embarcar podia fazê-lo. Não havia limites! Ao contrário, quanto maior o número, tanto melhor. Em boa parte, quem para aqui vinha era com o ânimo de voltar enriquecido. Quem tivesse capital podia pleitear a exploração da terra. Os donatários não eram mais do que exploradores em grande escala. As concessões dadas pelo Rei a esses homens eram o meio de os estimular, facilitando o empreendimento. Veremos, no século imediato, outras nações européias adotando processos semelhantes de colonização, utilizando-se, porém, de preferência, da iniciativa privada mediante companhias colonizadoras privilegiadas.

Assim como hoje se concede a certas empresas a isenção de impostos, a par de uma alta tributação dos produtos estrangeiros que lhes fazem concorrência, da mesma forma, usando desses processos caracteristicamente capitalistas, o Rei de Portugal concedeu uma série de favores àqueles que com seus capitais e seus serviços podiam incrementar a colonização das terras recém-descobertas.

Os nossos historiadores não têm encarado o caso sob esse aspecto. Quando se referem a donatarismo, o consideram como se estivessem diante de um regime feudal. O fato se explica pela falta de conhecimento das características da vida medieval que somente os recentes estudos da história econômica têm esclarecido suficientemente. Na verdade, Portugal, em 1500, já não vivia sob o regime feudal. D. Manuel, com sua política de navegação, com seu regime de monopólios internacionais, com suas manobras econômicas de desbancamento do comércio de especiarias de Veneza, é um autêntico capitalista. Os seus “vassalos” não ficam atrás. Não fazem a conquista como os cavaleiros da Idade Média. Procuram engrandecer e enriquecer o país. Querem que Portugal seja uma potência. Conquistaram as Índias com o mesmo espírito com que, mais tarde, os ingleses vieram a constituir o grande Império Britânico. Tal estado de coisas é tão acentuado que, mostram os historiadores, as concessões aos donatários vão de encontro à lei mental, ou seja, aquela que o mestre de Avis tinha “em mente” para desfazer o poderio dos feudos. Mas a verdade é que a lei mental não foi contrariada. Pelo fato de os acordos entre o Rei e os donatários serem feitos mediante o “Foral dos direitos, foros e tributos e coisas que na dita terra haviam os colo-

nos de pagar”, não se há de fechar os olhos à realidade econômica. A hereditariedade das donatarias não nos parece suficiente para emprestar o cunho feudal a todo o sistema; representaria concessão a prazo ilimitado, cuja duração a história ia provar que seria regulada pela força das circunstâncias...

Os imensos poderes outorgados aos donatários também não significam feudalismo; esses poderes ainda existem em nossos dias. O chefe de uma esquadra em alto-mar, os comandantes de exércitos, os governadores em ocasiões excepcionais dispõem ainda hoje de poderes quase tão grandes quanto os que eram concedidos àqueles donatários.

Estejamos, pois, bem certos de que nas donatarias, além da hereditariedade das concessões, só existem de feudais os termos, muitos deles ainda hoje em uso.

Pode-se ainda alegar que, no que concerne à concessão das terras, o seu aspecto jurídico se assemelha às instituições feudais. Mas isto vem até os nossos dias. O regime dominical das nossas minas caracteriza esse aspecto de nosso direito de propriedade. O possuidor da mina não é senão um concessionário, que dela se utiliza, exercendo uma função social.

O regime financeiro e fiscal

Para a exploração das capitâneas, assegurava-se aos donatários:

- 1ª) a doação efetiva de cerca de 20% das terras da capitania;
- 2ª) as marinhas de sal, as moendas de água e quaisquer outros engenhos que se levantassem em suas terras, não podendo pessoa alguma construí-los sem sua licença ou sem lhes pagar o foro devido;
- 3ª) a escravização dos índios em número ilimitado e a autorização para a venda de uma certa quota no mercado de Lisboa (geralmente limitada a 39 por ano);
- 4ª) 50% do valor do pau-brasil e do pescado;
- 5ª) a redízima das rendas e direitos pertencentes à Coroa;
- 6ª) o direito de portagem dos barcos que pusessem nos rios, precedendo a taxaço das câmaras, com a aprovação do Rei;

- 7^o) as alcaidarias-mores das vilas e povoações, com os foros, rendas e direitos, devendo-lhes contribuição e homenagem os beneficiados com tais concessões;
- 8^o) uma contribuição de 500 réis anuais nos tabelionatos das vilas e povoados criados na capitania;
- 9^o) o exercício da jurisdição civil e comercial dentro de determinados limites.

Quanto aos colonos, eram seus deveres e direitos:

- 1^o) obrigarem-se, com sua gente, filhos, agregados ou escravos a servir com o capitão em caso de guerra;
- 2^o) pagarem ao alcaide-mor das vilas e povoados os foros, direitos e tributos que se pagavam no reino, de acordo com as ordenações (para fazer mercê aos colonos e donatários, comprometia-se El-Rei a não consentir em que houvesse, em tempo algum, na capitania, direitos de sisa, nem de saboaria, nem tributo de sal, nem outro algum, além dos que se consignava no foral);
- 3^o) direito de pedir e receber sesmarias sem maiores ônus que o dízimo devido ao Mestrado de Cristo;
- 4^o) o serviço de culto, pago por el-Rei.

O regime comercial

Com exceção dos artigos privilegiados pela Coroa, poderiam tanto os donatários como os colonos enviar quaisquer produtos da terra para o comércio de quaisquer cidades ou partes do reino, ou ainda a mercados estrangeiros, livremente, e segundo mais lhes conviesse, sem sujeição a mais nenhum imposto além da sisa.

Os navios do reino e senhorios que viessem ao Brasil com mercadorias não pagariam aqui nenhum imposto, desde que já o tivessem pago nas alfândegas do reino; e os que carregassem aqui e fossem a portos estrangeiros, pagariam dízimo à Coroa; nada pagariam se se destinassem ao reino ou aos senhorios. Tais favores, com exceção de mantimentos, armamentos e munições de guerra, não eram extensivos aos navios estrangeiros, que pagavam aqui o dízimo d'El-Rei ou nas alfândegas do reino quando iam daqui para lá. Os navios nos portos das capita-

nias não podiam carregar nem sair sem licença dos donatários. O comércio entre os capitães e moradores de umas e outras capitanias era livre de todo e qualquer imposto.⁵

É de salientar o contraste de orientação entre o aspecto comercial da política colonizadora traçada para o Brasil e o sistema de monopólio de Estado observado, na mesma época, no comércio português com as Índias Orientais.

A atividade dos donatários

Outorgadas as doações, a partir de 1534, houve um esforço sincero da parte da maioria dos donatários de efetivar o empreendimento colonizador. Para isso, muitos venderam o que possuíam em Portugal, outros obtiveram recursos por empréstimo, pois que não eram de somenos os capitais necessários a cometimento de tal monta. Respeitada a linha da convenção de Tordesilhas, teria fundo diminuto o último lote concedido a Pero Lopes de Sousa e não caberia aos portugueses a iniciativa de qualquer novo empreendimento no rio da Prata.

Não cabe aqui fazer a descrição da vida aventureira e das lutas que tiveram os concessionários para se instalar em suas capitanias. Dos 12 donatários, só um, o da Capitania do Ceará, não providenciou a exploração de seus domínios. Mas ao contrário do que acontecia nas ilhas do Atlântico, além das hostilidades climáticas e da natureza, esbarravam com a forte reação dos ameríndios e sofriam reiteradas investidas dos corsários estrangeiros. “Somos obrigados a conquistar por polegadas”, escrevia Duarte Coelho a El-Rei, “as terras que Vossa Majestade nos fez mercê por léguas.”⁶

5 Rocha Pombo – *História do Brasil*.

6 “A missão dos donatários das capitanias consistia, de um modo geral, em levar para o Brasil gente, gados, sementes, ferramentas de lavoura. Gente, para povoar as terras e as defender do selvagem, e conseguir a conversão deste à fé católica; sementes, para fecundar as terras; e ferramentas de lavoura e gados, para as modificar. O Rei pensara em dar as terras só por uma vida. Isso não atraía capitais e homens. Transformou esse domínio em hereditário, uma espécie de feudalismo: ele tinha a suserania das terras; mas os capitães donatários tinham o seu domínio direto e útil.

“É a primeira fase da colonização sistemática do Brasil, e em que à empresa ingente tudo é sacrificado: vidas e haveres. No desbravamento da selva terrena e humana, o sangue português correu, sem peso nem medida.” (Alfredo Pimenta – *D. João III*, Porto, 1936.)

Toda a espécie de acidentes marítimos, de lutas contra o interior e contra o exterior, o desconhecimento e a adversidade do meio, impossibilitaram o inteiro êxito da iniciativa. A falta de um órgão coordenador das donatarias não permitia a sua cooperação; ao contrário, as hostilidades recíprocas vieram agravar ainda mais os males reinantes.

A experiência demonstrou o que vemos hoje com clareza: a empresa estava acima das forças dos donatários. Não tendo sido o grande sucesso que esperavam os seus ideadores, não constituiu, porém, a tentativa, para o ponto de vista português, um fracasso, como muitos injustamente a consideram.

A instituição do Governo-Geral

Em seu auxílio instituiu o governo lusitano, em 1549, o Governo-Geral do Brasil. Mas o que este governo vinha principalmente fazer era proporcionar a segurança indispensável ao trabalho e garantir a ordem e a cooperação entre as donatarias.

A força de fixação que o sistema de colonização promoveu e a trama de interesse que criou estão demonstradas através de toda a evolução econômico-social posterior e pela própria divisão política territorial hoje existente.

São de Jaime Cortesão, antigo diretor da Biblioteca de Lisboa, as seguintes apreciações: “Ao Norte e ao Sul a colônia ficava solidamente balizada pelos dois núcleos mais bem organizados e resistentes da população portuguesa: as vilas de Santos e Olinda, nas duas capitânicas de São Vicente e Pernambuco. Ao centro, na vila e capitania de Porto Seguro, a atividade colonizadora também não fora interrompida. O mesmo sucedia nos Ilhéus, onde a colonização prosseguia, e da qual Tomé de Sousa diria, em 1535, “que é a melhor coisa desta costa para fazendas e a que mais agora rende para V. Alteza”. E até nas mesmas capitânicas onde o desastre atingira as proporções do horror ou que os donatários haviam abandonado, como na Bahia e em Itamaracá, pequenos núcleos persistiram arraigados ao solo, e breve se tornaram o laço benéfico que reatava a obra colonizadora, sob o regime do Governo-Geral.

“Apesar de todos os desastres horríficos ou vergonhosos, a semente duma pátria fora lançada à terra. Os colonos haviam abalado para sempre, levando consigo todos os instrumentos e normas duma civilização.”⁷

Em 1548 contavam-se já, fundados no extenso litoral do Brasil, cerca de 16 vilas e povoados que exportavam para a Metrópole algodão, açúcar, fumo, pau-brasil e outros produtos da terra.

Alguns desses povoados eram fortificados, possuíam estaleiros e oficinas de fabricação de bergantins para a navegação fluvial ou para reparo das naus. Armadores particulares entretinham o dificultoso serviço de comunicações marítimas com o reino.⁸

A fixação definitiva do europeu no Brasil

Foi das costas brasileiras que partiu a fixação do homem à terra. As donatarias não puderam, porém, conservar como limites as balizas determinadas no litoral e estes tampouco o paralelismo geométrico estabelecido por D. João III; à medida que se desenvolveram, desmembraram-se ou receberam novos acréscimos. Os seus colonizadores, quando penetraram pelo sertão, ali se foram estabelecendo e fixando fronteiras naturais, ou outras, resultantes das lutas e transações entre os vários e complexos elementos em jogo.

A conquista, o povoamento e a colonização do continente americano pelos povos europeus traduzem um dos mais importantes acontecimentos da História. A África, inteiramente dominada, apresenta, ainda hoje, apenas pequenos núcleos europeizados. Na Ásia, continente fortemente populoso e dotado de velhas civilizações, o domínio europeu se revela pelo tipo de colônias de ocupação e de exploração. Na América, no entanto, formaram-se novas nações, filhas da civilização ocidental e a melhor iniciativa sistematizada de colonização foi oriunda de Portugal e aplicada no Brasil.

Numa época em que os espanhóis estavam principalmente absorvidos na conquista e na extração dos metais preciosos, Portugal

7 *História de Portugal* – Portucalense Editora.

8 Max Fleiuss – *Apostila de História do Brasil*. R. I. H. R. J. – 1933.

promovia uma política colonizadora baseada na ocupação, no povoamento e na exploração das indústrias extrativas e agrícolas.

O crescente interesse que se manifestava na Europa pelo açúcar favorecia o fundamento econômico do empreendimento colonizador. A parte administrativa e política e a carência de capitais é que o prejudicavam em face dos problemas americanos. Não foi a deficiência econômica da terra que derrotou muitos dos donatários; foi, principalmente, a falta de segurança para o trabalho, oriunda da hostilidade dos silvícolas, da agressividade dos entrelopos estrangeiros e do próprio curso entre as capitânias, agravada essa situação pelo acanhado dos capitais disponíveis. O regimento traçado às atividades de Tomé de Sousa, primeiro Governador do Brasil, esclarece bem essas circunstâncias:

“Eu El-Rei faço saber a vós Tomé de Sousa, fidalgo de minha casa, que vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e nobrecer as capitânias e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exalçamento de nossa santa fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles, ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e proveito nas coisas que cumprirem a meus serviços e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes, etc.”

O balanço econômico das capitânias, a que vamos proceder, mais elucidada as circunstâncias que acima apontamos. Os primeiros capitães-mores, que vieram ao Brasil, como sói acontecer a todos os pioneiros, travaram à sua própria custa o conhecimento do meio, fornecendo, com o seu sacrifício, os ensinamentos quanto aos sistemas de administração e de exploração econômica que mais conviriam à terra.

Balanço econômico das donatarias

Fizeram, pois, os executores do plano colonizador de D. João III o trabalho de pioneiros.

Dos 12 donatários, aos quais foram entregues os 15 lotes em que se dividiram as 80.000 léguas quadradas da então Terra de Santa Cruz, apenas três não eram homens de recursos; oito aplicaram no empreendimento, praticamente, a totalidade dos seus haveres e vários deles tomaram por empréstimo os capitais de que necessitavam.

Essa primeira ocupação costeira fixou, porém, definitivamente, o europeu no Brasil. A base econômica que ofereciam o pau-brasil, o açúcar e o algodão permitiria a evolução mais rápida dos núcleos sociais, se na sua expansão econômica e demanda de braços para os engenhos, para os plantios e para os pescados, não viesse gravar a hostilidade do índio, privado de sua liberdade. O ameríndio, incapaz de um trabalho normal e contínuo, revoltava-se contra a escravidão imposta pelas necessidades dos novos colonizadores.

Se várias das capitânicas foram destruídas pela reação dos índios, os interesses vinculados ao solo brasileiro pelos núcleos coloniais que aí se instalaram, sobreviveram a essa crise. E, estabelecida a segurança para o trabalho, foi este se normalizando, com o aproveitamento da experiência progressivamente conquistada.

É o que se deduz da leitura do *Tratado da Terra do Brasil*, escrito entre 1560 e 1570 por Pero de Magalhães Gandavo, e de outros documentos.

Dos algarismos enunciados, constata-se a existência, nessa época, em oito capitânicas, de 60 engenhos de açúcar que deveriam produzir 3.000 arrobas anuais, uns pelos outros. Alcançariam cerca de 3.440 os “vizinhos” nessas capitânicas, o que indica uma população superior a 17.000 habitantes. Computando-se os índios livres que trabalhavam com os colonos e os escravos, não será exagero calcular em mais de 30.000 a população integrada na atividade econômica, que se representava, principalmente, pela extração do pau-brasil, engenhos e plantações de cana e cultura de algodão, fora as atividades secundárias indispensáveis à alimentação e outras necessidades da população. Calógeras admite para 1583 uma população de 57.000 almas: 25.000 brancos, 18.000 índios civilizados, 14.000 escravos negros.⁹

9 Calógeras – *Formação Histórica do Brasil*.

Apesar de tão escassa, representava a ocupação definitiva da terra. Um balanço aproximado dos capitais envolvidos na exploração do Brasil, entre 1560 e 1570, e da sua rentabilidade, demonstram que a colonização portuguesa já abrangia, nessa época, interesses de vulto.

Os donatários organizaram expedições para a ocupação de suas terras. Não será exagerado calcular em três naus por capitania o número de embarcações que aqui ficavam ou naufragavam a seu serviço.

Para a ocupação das capitanias de Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará e Maranhão, que pertenciam, respectivamente, a João de Barros, Aires da Cunha e Fernão Álvares de Andrade, associaram-se esses capitães-mores organizando a maior expedição que jamais viera ao Brasil: 12 navios, 1.500 homens, dos quais 120 cavaleiros, copioso armamento e apetrechos variados. Essa expedição visava, principalmente, à busca de metais preciosos, talvez a conquista do El dorado, nas proximidades do Peru. Fracassou a empresa, antes exploradora do que colonizadora.

O valor médio das naus seria de uns 20.000 cruzados que, a 160\$000, valor aquisitivo de hoje, correspondem a cerca de 3.200 contos de réis. Trouxeram os donatários armamentos, ferramentas, sementes, instrumentos, reprodutores, etc., que, conjuntamente com os auxílios aos colonos, deveriam tê-los obrigado a uma despesa mínima de 5.000 cruzados. Gastaram uns pelos outros em sua instalação nas novas terras, nas obras mais indispensáveis, no mínimo outros 5.000 cruzados.

O custo da montagem de um engenho, com todos os seus serviços acessórios, está avaliado na *História de Portugal*, de Damião Peres, em mais de 35.000 cruzados. Computaremos em menos de 50% dessa quantia o valor de cada um desses primeiros 60 engenhos, tendo em consideração a primitividade de muitas das instalações.

Não será exagerado avaliar-se em 2.000 cruzados por capitania as inversões dos colonos em outras culturas e atividades.

Teremos então:

ESPÉCIE DE CAPITAL	VALOR POR UNIDADE (Cruzados)	VALOR POR CAPITAL (Cruzados)
<i>Verba "A" – Inversão dos Capitães-Mores</i>		
Naus (30)	20.000	600.000
Armamentos e várias despesas	10.000	100.000
Total		700.000
<i>Verba "B" – Inversão dos Colonos e Capitães-Mores</i>		
Engenhos Funcionando (60). Aparelhamento para o fabrico, moendas, tachos de cobre, etc.	10.000	600.000
50 escravos para cada engenho	100	300.000
Carros, barcos, gado, etc	20.000	1.200.000
Total		2.100.000
50% desta verba		1.050.000
<i>Verba "C" – Inversão dos Colonos</i>		
Algodão, culturas diversas, oficinas e estaleiros	2.000	20.000
<i>Verba "D" – Inversão dos Armadores Portugueses, Naus para transporte da produção brasileira:</i>		
18 naus para transp. de açúcar	20.000	360.000
20 naus p/ transp. de pau-brasil	20.000	400.000
Total		760.000
(Na base de duas viagens anuais para cada nau).		
MOEDA DE 1537-1580		
<i>Verba "E" – Capital de Movimento empregado pelos comerciantes portugueses</i>		
Açúcar: 180.000 arrobas (custo no Brasil)	Réis 650	117:000\$000
Pau-brasil: 30.000 quintais	700	21:000\$000
Valor de outros artigos		10:000\$000
Total		148:000\$000

(NOTA – O real de então corresponde a 354 réis de hoje).

RESUMO

	CRUZADO A 160\$ (valor médio)	
Capital empregado nas donatarias	1.770.000	283.200:000\$000
Capital empregado pelos armadores, para transporte de açúcar, pau-brasil e outros artigos (38 naus)	760.000	121.600:000\$000
Valor das mercadorias transportadas num ano.		52.392:000\$000
Total		457.192:000\$000

Temos, portanto, para valor dos capitais particulares envolvidos nos negócios com o Brasil, entre 1560–1570, Rs. 457.192:000\$000, dos quais Rs. 283:200\$000 seriam capitais imobilizados no Brasil e Rs. 173.992:000\$000, valores nas mãos de negociantes portugueses.

Qual era a rentabilidade aproximada de tais capitais?

No Brasil:

Valor do açúcar	41.418:000\$000	
Valor do pau-brasil	7.434:000\$000	
Valor de outros artigos	<u>3.540:000\$000</u>	52.392:000\$000

O valor dos artigos exportados representava, assim, cerca de 15% do capital imobilizado. Mas não se considera aqui o valor dos artigos produzidos e consumidos no país.

Em Portugal:

Diferença do preço do açúcar:		
180.000 arrobas X 1\$200 (1\$850 – \$650)	216:000\$000	
Diferença entre os preços de venda e de custo do pau-brasil:		
30.000 quintais a 3.300.	99:000\$000	
Outros artigos	<u>20:000\$000</u>	
		335:000\$000

ou sejam, Rs.120.000:000\$000, valor aquisitivo atual, representando esta rentabilidade uma percentagem bruta de 70% sobre os capitais em mãos dos negociantes e armadores portugueses. Têm-se de abater daí os impostos devidos à Coroa e donatários, as elevadas despesas de transportes, juros, etc. para se poder chegar à renda líquida. Mas, em qualquer caso, essa percentagem demonstra que não está exagerado o cômputo dos capitais investidos.

Não nos é possível avaliar a renda líquida das donatarias, mas, com exceção talvez das de São Vicente e de Pernambuco, era provável que as administrações das capitanias ainda se apresentassem deficitárias pelas conhecidas dificuldades das primeiras instalações. Seus sucessores iriam, no entanto, conhecer melhores tempos.

Os negociantes portugueses que adiantaram capitais para o estabelecimento de engenhos no país, e que auferiam reais vantagens com seu comércio, seriam, porém, os naturais aliados dos donatários e dos colonos no incentivo à Coroa para a defesa da nova terra e no fomento do seu progresso.

O governo português aboliu a capitania da Bahia, em 1548, indenizando aos herdeiros de Francisco Pereira Coutinho com um padrão de juros rendendo cerca de 1.000 cruzados anuais (173 contos em moeda de hoje).

Mas outras capitanias foram posteriormente criadas, a favor da Coroa, em territórios conquistados pelos governadores (1567-1620), e mais seis outorgadas a particulares (1537-1674) de acordo com as necessidades que a utilização da terra ia apontando.

O movimento de reversão das capitanias ao poder central, por falta de herdeiros legítimos, por confisco ou por compra dos direitos, salvo casos fortuitos, só é decisivo no século XVIII.

Todos esses elementos comprovam o valor do sistema idealizado por Portugal para a definitiva ocupação da terra.

E os algarismos acima enunciados, baseados em informações colhidas nos *Diálogos da Grandeza do Brasil*, em Porto Seguro, J. Lúcio Azevedo e vários outros permitem um juízo aproximado sobre os primeiros resultados econômicos decorrentes da grande iniciativa de D. João III e a soma de interesses que ela já criara na nova terra, em 1570.

São, no entanto, números apresentados com a devida reserva, e que deverão ser corrigidos à medida que se forem aprofundando os estudos sobre a história da economia brasileira.

Os rendimentos da Coroa

Devemos, finalmente, examinar quanto rendia a colônia à Metrópole portuguesa.

Renda do pau-brasil.	6.200:000\$000	(valor de hoje)
Dízimos sobre o valor do açúcar produzido no Brasil	4.140:000\$000	(valor de hoje)
Rendas diversas.	<u>600:000\$000</u>	(valor de hoje)
TOTAL	10.940:000\$000	(valor de hoje)

Considerando-se que estão avaliados em mais de 300.000 cruzados, ou seja, 40.000 contos em poder aquisitivo de hoje, os dispêndios de Tomé de Sousa com a fundação da cidade de São Salvador “em soldos, ordenados de ministros, edifícios da sé e casa dos padres da Companhia, ornamentos, sinos, artilharia, gados, roupas e outras coisas necessárias”;¹⁰ que Portugal mantinha no Brasil um governador-geral, ouvidores, provedores e outros funcionários da Fazenda, bem como uma organização de governo na Bahia, esquadras e armamentos para a defesa da colônia, correndo ainda por sua conta a manutenção dos jesuítas e as despesas do culto, chegar-se-á à conclusão de que a colônia, nesse tempo, como até quase fins do século XVI, era deficitária para o erário real.

Estavam, porém, lançadas as bases para a criação da grande indústria do açúcar de que o Brasil se ia tornar o primeiro fornecedor do mundo, reembolsando regamente Portugal e portugueses das despesas feitas com esses trabalhos preparatórios.

Ao passo que os lusitanos, em luta sem tréguas, procuravam nesse empreendimento colonizador, ao “longo de uma costa quente e úmida, defendida pela muralha serranil da beira-mar e por povos ferozes e atrasadíssimos, num clima deprimente para o europeu”, criar uma civi-

10 Frei Vicente do Salvador – *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo, 1918.

lização produtora, os conquistadores castelhanos usufruíam, ao Norte, uma situação bem diversa.

De fato, encontraram em altiplanaltos, em zonas tornadas assim mais temperadas, as civilizações mais adiantadas da América, cuja conquista constituía forte estímulo e cujas populações puderam servir de sólida base à sua posterior colonização.

E enquanto os habitantes de Santa Cruz exportavam, como fruto de seus intensos labores, artigos valendo em Portugal pouco mais de 115.000 contos anuais, em poder aquisitivo de hoje, só em metais preciosos, a Espanha recebia de suas possessões americanas, na mesma época, acima de 1.000.000 de contos!¹¹

11 A. P. Newton – *The european Nations in the West Indies*.

.....

Capítulo V

O CICLO DO AÇÚCAR

O PRIMEIRO AÇÚCAR AMERICANO; O PRIMEIRO PRODUTO BRASILEIRO. A EVOLUÇÃO DOS ENGENHOS. O AÇÚCAR, O MAIOR ARTIGO DO COMÉRCIO MARÍTIMO MUNDIAL NO SÉCULO XVII. A IDADE DE OURO DO PRODUTO. VALOR DA PRODUÇÃO E DA EXPORTAÇÃO DO BRASIL NO PERÍODO COLONIAL. O FUNDAMENTO ECONÓMICO DA OCUPAÇÃO HOLANDESA. QUANTO O COMÉRCIO HOLANDÊS DESVIOU DA PRODUÇÃO BRASILEIRA. VALORES COMPARATIVOS DOS CICLOS DO AÇÚCAR E DA MINERAÇÃO. A INFLUÊNCIA DO AÇÚCAR SOBRE O CÂMBIO PORTUGUÊS. O DECLÍNIO DOS PREÇOS E DA EXPORTAÇÃO NO SÉCULO XVIII. A INFLUÊNCIA DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA SOBRE A FORMAÇÃO BRASILEIRA. CONSEQÜÊNCIAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS.

F

Tempos primitivos

ORAM os cruzados e árabes que tornaram conhecido na Europa o açúcar, primitivamente fabricado e usado na Ásia. Na Idade Média, era um artigo caríssimo, escolhido para presentes régios e como tal figurava nos próprios inventários monárquicos. Constituiu um dos objetos do comércio das repúblicas italianas, que também iniciaram a cultura da cana-de-açúcar e o seu fabrico nas ilhas de Rodes e Sicília, na bacia do Mediterrâneo. Os árabes introduziram a indústria na Espanha.

O Infante D. Henrique, com sua preocupação dominante de intensificar o comércio, fez com que se iniciasse, na Madeira e em outras ilhas portuguesas, a cultura da cana.

Com o restrito consumo existente na Europa, onde era vendido como gênero medicinal nas farmácias, não tardou que o desenvolvimento da produção acarretasse sua superprodução e baixa nos preços.

Em 1440 uma arroba valia, na Inglaterra, 18.30 gramas de ouro, que representam 1:120\$000 em poder aquisitivo de hoje, ou sejam, 75\$000 o quilo. Em 1470, este preço havia baixado para 45\$000, e, em 1501, valia apenas 8\$500 o quilo.

A produção portuguesa, principalmente a da ilha da Madeira, provocou a destruição das culturas do Mediterrâneo e o desequilíbrio no comércio.

Em 1498, el-Rei D. Manuel, para pôr cobro à contínua baixa do artigo, determinou a intervenção do Estado, limitando a exportação anual da ilha da Madeira ao máximo de 120.000 arrobas...

Açúcar americano

Nas ilhas das Canárias, também os espanhóis haviam iniciado a indústria e depois da descoberta da América introduziram-na em Espanhola, atual ilha de Haiti.

Houve nas novas possessões ibéricas a primeira tentativa séria de colonização, em 1502, dirigida por Nicolás de Ovando; e o primeiro engenho americano parece ter funcionado na Antilha espanhola, no ano de 1506. Até 1520 haviam instalados 20 engenhos; em 1550 funcionavam, em Espanhola, cerca de 40. Depois de 1553, o México começou também a exportar açúcar para a metrópole. Apesar desse bom início, devido ao êxodo das populações das ilhas para o México e Peru, ao desvio das atenções para a mineração de metais preciosos, e às grandes lutas e revoluções que caracterizam os primeiros tempos das ilhas do Mediterrâneo americano, arrefeceu ali a indústria açucareira, que só tomou novo impulso em meados do século posterior, quando se verificou a grande alta e considerável aumento na procura do artigo.

Parece que a cana era também planta nativa na América, era conhecida em Mato Grosso e no México e em vários outros lugares,

mas a sua cultura regular foi feita, no continente americano, com mudas importadas.

No Brasil, não se justificava, nos primeiros tempos, o plantio de um artigo já em superprodução nos mercados portugueses. Com a melhoria dos preços, que se foi verificando a partir da segunda década do século XVI, incrementaram os portugueses a produção das ilhas e parece que, na terceira década, se plantou cana junto à feitoria de Pernambuco.

Consta que Pedro Capico ali instalara um pequeno engenho e Varnhagen refere que, em 1526, já figuravam na Alfândega de Lisboa direitos sobre o açúcar de Pernambuco.

Mas o verdadeiro início da cultura parece ter sido empreendido por Martim Afonso de Sousa, em 1533, com a fundação, em São Vicente, do Engenho do Governador. Conta-se que tanto ele como Pero Lopes de Sousa e Pero Lopes da Silveira se associaram com flamengos e alemães para a instalação de alguns engenhos. Ficou célebre o engenho dos Erasmus, a que estavam associados os Schetz de Antuérpia, que se enriqueceram no comércio do açúcar do Brasil.

Já vimos que um dos característicos da revolução comercial, que se operou no início dos tempos modernos, foi a alta geral dos preços e o aumento progressivo no consumo de todos os artigos de comércio; isso devido, em boa parte, ao afluxo de metais preciosos que os espanhóis faziam vir de suas possessões americanas. O açúcar não só obedeceu ao ritmo geral, como se tornou o principal artigo do comércio internacional.

Dos forais das donatarias, se conclui, entre outras, pelas referências aos direitos sobre engenhos outorgados aos donatários, que já era talvez o principal produto que se visava explorar na empresa colonizadora.

Predominância brasileira

Portugal contava, desde os meados do século XV, com a supremacia no mercado mundial do artigo. Mesmo nos primeiros tempos do século XVI, a produção da Madeira e de São Tomé já ultrapassava em muito a espanhola. Mas, parece que foi a partir de 1560 que lhe cou-

be também a ascendência na produção do açúcar americano, com a sua colônia brasileira.¹

Estabelecida com o governo central uma maior segurança para o trabalho, procurou o próprio Governo português fomentar o desenvolvimento da indústria no Brasil. Assim, na Capitania Real de São Salvador, estabelecia-se a isenção de impostos por 10 anos para os engenhos que ali se construíssem e eram outorgados, mais tarde, privilégios de nobreza e impenhorabilidade aos senhores de engenho. Isso não impediu, porém, que, para defender o produto da Madeira, ameaçado com as baixas provocadas pelo afluxo do brasileiro, fosse sobre este criado um imposto de 20%.

Foi a iniciativa particular que caracterizou o desenvolvimento da indústria. Cooperando com os esforços dos donatários, negociantes portugueses adiantavam dinheiro aos colonos para montagem de seus engenhos, e outros se associavam com os respectivos senhores. Muitos colonos de menos posses arrendavam terras próxi-

1 Sobre o açúcar da Madeira, que tem relações com o açúcar americano, informa João Cabral do Nascimento – *Documentos para a História das Capitanias da Madeira*, Lisboa. 1930, pág. 58, foi esta a produção:

1445 a 55: 28 toneladas por ano; 1493: mais de 1.200; 1498: mais de 1.800; 1502 a 9: diminui em virtude da doença que atacou os canaviais (lagarta); 1550: 4.500; 1551 até 1596: 6.000 e também 7.000 (segundo Manuel Constantino); 1649: engenhos muito arruinados; 1698: só cinco engenhos; 1748: há apenas um.

Em 1598 começou a concorrência do açúcar americano que veio a causar, no século XVIII, a ruína total da produção madeirense.

Parece que antes do século XVIII, porque antes de 1698 a *Instrução ou informação que se deu a D. Antônio Jorge de Melo, quando foi governar a ilha de Madeira*, de que se ocupam as páginas primeiras deste escrito, diz o informante: “Lavrarão nela [a ilha] 41 engenhos de açúcar 8\$ ã (8.000 arrobas) de quintos [segundo o autor os direitos até 1452, de metade, passaram ao terço, ao quarto e por último ao quinto, cobrados pelo mestrado da Ordem de Cristo. Em 1550 renderam 900 toneladas e 120 no ano a que se refere a Informação]. Hoje não tem mais que cinco [a ‘Informação’ é anterior a 1698]. E adiante: “O negócio da terra é vinho e casquinha [doce de talhadas de cidra] de saída; de entrada muitas roupas, bacalhau, trigo, que não tem o que basta, algumas carnes de que também há falta; o peixe é muito bom, e não caro, que remedia muito a terra.” Já não fala de açúcar, “de saída” ou exportado, para o consumo local ou o doce de casquinha... Já no século XVII, era de seiscentos, o açúcar americano matara o da Madeira.

Confirma adiante a mesma “Informação”: “é a casquinha negócio muito grande porque há ano que se carregam em aquela terra mais de 20 embarcações de um só doce para o qual é necessário comprar açúcar da terra ou mandá-lo vir do Brasil”. Já nesse tempo, senão de antes, o Brasil provia de açúcar à Madeira.

mas e recebiam de seus proprietários pagamento em açúcar pela cana que lhes entregavam. Na Bahia, o Governador estabelecia um *lagar*, para serviço dos colonos, numa verdadeira cooperativa; muitos deles conseguiram assim sua independência, montando a seguir os seus próprios engenhos.

A primeira evolução do fabrico já se havia processado nas ilhas portuguesas, que funcionavam, no dizer de Vítor Viana, como estações experimentais para as terras brasileiras.²

Os primeiros engenhos a mão, as alçapremas, utilizados nas ilhas, foram aí sendo substituídos por engenhos a água, por almanjarras, lagares e trapiches impulsionados pela força animal.

No Brasil não podia ser assim; eram de tal monta as despesas das instalações coloniais, nas suas terras virgens e num meio hostil, com todo o seu necessário aparelhamento de defesa, cultura, transporte e embarque, que nos primeiros tempos não se justificava a montagem dos então chamados pequenos engenhos. Daí a construção desde logo de engenhos médios, produzindo acima de 3 mil arrobas anuais, os quais, a seguir, foram se desenvolvendo pela construção de instalações com produção acima de 10 mil arrobas.

“O engenho representava uma verdadeira povoação, obrigando a utilização não só de muitos braços, como as necessárias terras de canaviais, de mato, de pasto e de mantimentos. Com efeito, da casa do engenho, da de moradia, senzala e enfermarias, havia que contar com uns cem colonos ou escravos, para trabalharem umas mil e duzentas tarefas de massapê (de novecentas braças quadradas), além dos pastos, cercas, vasilhames, utensílios, ferro, cobre, juntas de bois e outros animais.”³

Acarretavam, pois, um grande serviço de transporte de canas, de lenha e do artigo produzido. Dadas as dificuldades de locomoção e os riscos de ataques dos silvícolas, evitava-se o afastamento da costa, e estabeleciam-se os engenhos de preferência na faixa litorânea, junto aos pequenos rios, onde se utilizavam de barcas para os serviços de transporte; tornou-se, porém, logo necessário o emprego do carro de boi e o apelo à junta de tiro.

2 Vítor Viana – *Formação Econômica do Brasil*.

3 Porto Seguro e Rodolfo García – *História Geral do Brasil*.



Processos primitivos do fabrico do açúcar. (Johannes Visscher)

Não era possível contar só com o colono europeu para o pesadíssimo serviço da cultura da cana e do trabalho nos engenhos, com suas moendas primitivas e com suas fornalhas de fogo direto. São impressionantes, a propósito, as descrições dos viajantes relatando a pouca segurança do trabalho e as penosíssimas condições em que era feito. E tudo isto no clima quente e úmido de nossa zona litorânea.

“O português vinha encontrar na América tropical uma terra de vida aparentemente fácil; na verdade difícil para quem quisesse aqui organizar qualquer forma permanente ou adiantada de economia e de sociedade. Se é certo que nos países de clima quente o homem pode viver sem esforço na abundância de produtos espontâneos, convém, por outro lado, não esquecer que igualmente são, nesses países, as formas perniciosas de vida vegetal e animal inimigas de toda a cultura agrícola organizada e de todo o trabalho sistemático e regular.”⁴

Forçou o colono europeu a cooperação do índio e do negro como elementos indispensáveis para o aproveitamento definitivo das novas terras:

“No Brasil iniciaram os portugueses a colonização em larga escala dos trópicos por uma técnica econômica e por uma política social inteiramente novas: apenas esboçadas nas ilhas subtropicais do Atlântico. A primeira: a utilização e o desenvolvimento de riqueza vegetal pelo capital e pelo esforço do particular; a agricultura; a sesmaria; a grande lavoura escravocrata. A segunda: o aproveitamento da gente nativa, principalmente da mulher, não só como instrumento de trabalho mas como elemento de formação da família. Semelhante política foi bem diversa da de extermínio ou segregação seguida por largo tempo no México e no Peru pelos espanhóis, exploradores de minas, e sempre e desbragadamente na América do Norte pelos ingleses.”⁵

A evolução dos engenhos

Da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador (1627), consta esta magnífica síntese dos primeiros engenhos:

4 Gilberto Freire – *Casa-Grande e Senzala*.

5 *Id., ib.*

“Como o trato e negócio principal do Brasil é de açúcar, em nenhuma outra coisa se ocupam de engenhos e habilidades dos homens tanto como em inventar artifícios com que o façam, e porventura por isso lhe chamam engenhos.

“Lembra-me haver lido em um livro antigo das propriedades das coisas que antigamente se não usava de outro artifício mais que picar ou golpear as canas com uma faca, e o licor que pelos golpes corria e se coalhava ao sol este era o açúcar, e tão pouco que só se dava por mezinha. Depois se inventaram muitos artifícios e engenhos era se fazer em maior quantidade, dos quais todos se usou no Brasil, como foram os dos pilões, de mós e os de eixos, e estes últimos foram os mais usados, que eram dois eixos postos um sobre o outro, movidos com uma roda de água ou de bois, que andava com uma muito campeira chamada bolandeira, a qual ganhando vento movia e fazia andar outras quatro, e os eixos em que a cana se moía. E além desta máquina havia outra de duas ou três gangorras de paus compridos, mais grossos do que tonéis, com que aquela cana, depois de moída nos eixos, se espremia, e para as fornhalhas em que o caldo se coze e incorpora o açúcar era necessário uma casa de cento e cinqüenta palmos de comprimento e cinqüenta de largo, e era muito tempo e dinheiro o que na fábrica dela e do engenho se gastava.

“Ultimamente, governando esta terra D. Diogo de Meneses, veio a ela um clérigo espanhol das partes do Peru, o qual ensinou outro mais fácil e de menos fabrica e custo, que é o que hoje se usa, que é somente três paus postos de por alto muito justos, dos quais o do meio com uma roda de água ou com uma almanjarra de bois ou cavalos se move e faz mover os outros. Passada a cana por eles duas vezes, larga todo o sumo sem ter necessidade de gangorras, nem de outra coisa mais que cozer-se nas caldeiras, que são cinco em cada engenho, e leva cada uma duas pipas pouco mais ou menos de mel, além de uns tachos grandes em que se põem em ponto de açúcar, e se deita em fôrmas de barro no tendal, donde se levam à casa de purgar, que é muito grande. E postas em andainas lhes lançam um bolo de barro batido na boca, e depois daquele outro, com que o açúcar se purga e faz alvíssimo. O que se fez por experiência de uma galinha, que acertou de saltar em uma fôrma

com os pés cheios de barro e, ficando todo o mais açúcar pardo, viram só o lugar da pegada ficou branco.

“Por serem estes engenhos dos três paus, a que chamam entrosas de menos fabrica e custo, se desfizeram as outras máquinas e se fizeram todos desta invenção e muitos de novo; pelo que no Rio de Janeiro onde até aquele tempo se tratava mais de farinha pera Angola que de açúcar, agora há já quarenta engenhos, na Bahia cinquenta, em Pernambuco cento, em Tamaracá dezoito ou vinte, e na Paraíba outros tantos; mas que aproveita fazer-se tanto açúcar se a cópia lhe tira o valor, e dão tão pouco preço por ele que nem o custo se tira?”

Os Diálogos das Grandezas do Brasil

Capistrano de Abreu, na “Introdução” aos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, descreve essa manifestação da economia do início do século XVII:

“Engenhos havia movidos por água e por bois; servido por carros ou barcos; situados à beira-mar ou mais afastados, não muito, porque as dificuldades de comunicações só permitiriam arcos de limitados raios; havia-os suficientes para produzir mais de dez mil arrobas de açúcar e incapazes de dar um terço desta soma. Imaginemos um engenho esquemático para termo de comparação: do esquema os engenhos existentes divergiam mais ou menos, como é natural.

“Devia possuir grandes canaviais, lenha abundante e próxima, escravaria numerosa, boiada capaz, aparelhos diversos, moendas, cobres, fôrmas, casas de purgar, alambique; devia ter pessoal adestrado, pois a matéria-prima passava por diversos processos antes de ser entregue ao consumo; daí certa divisão muito imperfeita de trabalho, sobretudo certa divisão de produção. O produto era diretamente remetido para além-mar; de além-mar vinha o pagamento em dinheiro ou em objetos dados em troca e não eram muitos: fazendas finas, bebidas, farinha de trigo, em suma, antes objetos de luxo. Por luxo podiam comprar os mantimentos aos lavradores menos abastados e isto era usual em Pernambuco, tanto que entre os agravos dos pernambucanos contra os holandeses capitulava-se o de por estes terem sido obrigados a plantar certo número de covas de mandioca.”

Brandônio exalta a lavoura de açúcar como sendo o “principal nervo e substância da riqueza da terra”. Em sua opinião, somente com o açúcar o Brasil “*é mais rico e dá mais rendimento para a fazenda de Sua Majestade do que são todas essas Índias Orientais*”.

Após apontar os gastos com o comércio das Índias, acrescenta:

“Pois o Brasil, e não todo ele, senão três capitanias, que são a de Pernambuco, a de Tamaracá e a de Paraíba, que ocupam pouco mais ou menos, no que delas está povoado, cinqüenta léguas de costa, as quais habitam seus moradores, como se não alargarem para o sertão dez léguas, e somente neste espaço de terra, sem adjutório de nação estrangeira, nem de outra parte, lavram e tiram os portugueses das entranhas dela, a custa de seu trabalho e indústria, tanto açúcar que basta para carregar, todos os anos, cento e trinta ou cento e quarenta naus, e muitas delas são de grandíssimo porte, sem Sua Majestade gastar de sua fazenda para a fabrica e sustentação de tudo isto um só vintém, a qual carga de açúcares se leva ao reino e se mete nas alfândegas dele, onde pagam os direitos devidos a Sua Majestade, e se esta carga que estas naus levam se houvesse de carregar em outras de grandeza das da Índia, não bastariam 20 semelhantes a elas para a poderem alojar.

“Todos estes açúcares (só das três capitanias do Norte) pagam de direitos na alfândega de Lisboa, o branco e o mascavado a duzentos e cinqüenta réis a arroba, e as panelas a cento e cinqüenta réis a arroba, isto afora o consulado, de que feita a soma vem a importar a fazenda de Sua Majestade mais de trezentos mil cruzados, sem ela gastar nem despende na sustentação do estado, um só real de sua casa, porquanto o rendimento dos dízimos, que se colhem na própria terra, basta para sua sustentação.”

Esses 300.000 cruzados correspondem a 28.000 contos, em poder aquisitivo de hoje.

Brandônio, nos *Diálogos*, descreve ainda os processos de fabricação e a capacidade dos engenhos, que admite de 6, 7, 8 e 10.000 arrobas por ano de açúcar macho “e fora os meles, que são retames e batidos, que sempre chegam ao redor de três mil arrobas; quando se sabe aproveitar este açúcar, costuma a ser um muito bom e outro somenos, e algum sumamente mau, segundo os mestres que o fazem são bons ou ruins, e os outros engenhos de menos porte costumam a fazer a cinco e

a quatro, e ainda as três mil arrobas de açúcar, e os tais são de pouco proveito para seu dono”.

Confirma isso que, nos primeiros tempos, os engenhos seriam todos de mais de 3.000 arrobas por ano; só bem mais tarde apareceram as engenhocas, quando assim o permitiram a disseminação da população e outras condições.

Exalta ainda Brandônio o luxo e a riqueza de muitos colonos e senhores de engenho, provenientes da indústria do açúcar.

Colégio de Santo Antônio

Afonso de Taunay, o incansável e erudito mestre da História pátria, mandou imprimir no Tomo IV dos *Anais* do Museu Paulista a *Descrição da fazenda que o Colégio de Santo Antônio tem no Brasil e de seus rendimentos*, feita pelo padre Estêvão Pereira S. J., em 1635. Descreve o jesuíta o processo de exploração das terras e o trabalho dos colonos.

“Das terras que estão ao longo do mar ou de rios navegáveis se paga a fazenda de renda em cada um ano a 3ª parte do açúcar, que se faz da cana do tal partido, que pertence ao lavrador *verbi g.* deu a cana do dito partido 600 arrobas de açúcar destas são 300 do engenho onde se fez, as outras 300 (que é a metade) pertencem a lavrador. Destas tem a fazenda cem arrobas que é a terça parte. A estes chamam partido de terceiro.

“Há outros partidos de quarto, de que se paga só a quarta parte do açúcar pertencente ao lavrador, e são os daquelas terras que ficam afastadas de portos de mar, ou rios. Das quais por razão da serventia mais trabalhosa, em se levar a cana a carregadouro, se abate a renda.

“Todas estas terras dos partidos podem hoje valer em seu comum, e justo preço, quarenta mil cruzados bem pagos em três ou quatro anos.”

Continua o jesuíta em sua descrição de outras rendas da fazenda. Quanto à parte principal:

“O real engenho de Ceregipe (bem conhecido por este nome) assim no material como no formal, é um dos melhores e mais célebres, que tem o Brasil: em razão do sítio em que está, no meio dos infinitos canaviais com extremada serventia a eles por vários rios navegáveis. Pela

formosa levada de água perene com que mói, pelo bom fornecimento que ainda hoje tem (com as coisas andarem atrasadas) e é o melhor que em outro algum engenho da Bahia, em tudo: e ultimamente em razão da muita cana de quase toda a grande Patatiba Avecupe, o Ceregipe, que lhe está obrigada.

“O engenho com seu assento casa de caldeiras de purgar e de morada, terras do pasto, e benfeitorias e cais é levada, com todo o seu móvel de escravaria, cobres e muitas outras miudezas juntamente com a obrigação, que tem apropriada, de lhe darem os lavradores sua cana sendo a escolha de toda que é naquele limite; vale, de quarenta para cinqüenta mil cruzados.

“As contas do Rendimento, e gasto anual deste engenho vão adiante feitas com toda a diligência, verdade e miudeza, por satisfazer a curiosos, que me pedem esta clareza.

“Uma das boas ou melhores propriedades que tem o Brasil são currais de muito gado. Pode haver em Ceregipe uma dúzia deles, se os fizerem porque há pastos excelentes nas terras da fazenda. As quais andam arrendadas por pouco mais de nada.”

Refere-se o padre Estêvão a um antigo engenho em Ilhéus, parado por causa das incursões dos aimorés:

“Deu este engenho em tempos antigos muito rendimento acham-se livros antigos e neles muitas safras de 12 a 14 mil arrobas de açúcar em tempo de Mem de Sá.”

Fornece apreciações detalhadas sobre a receita e despesa com o custeio do Engenho, o custo mínimo do açúcar, que reputa em 800 réis para o açúcar branco.

Os gastos com os cobres, com as barcas, com as obras, com o pessoal asalariado estão todos mencionados.

Quanto aos negros:

“Todos anos um por outro é necessário mais ou menos cinco peças em lugar dos que morrem e valem quando mais baratas a 35\$000”. (35£) ou sejam... 8 contos em poder aquisitivo de hoje.

Não se esquece o meticoloso jesuíta da discriminação da alimentação do negro. Farinha em quantidade. “Para seu comer se lhes dá de quando em quando (ao menos quando lança o engenho a moer) sua

posta de carne; e pelas festas e pelo discurso do ano, a negros serradores e que trabalham em obras de peso, e aos fracos bem são necessários para isto”. A verba consignada é de 10\$000.

“De seu vestir ao menos uns calções de burel, de 2 em 2 anos, e as fêmeas seu manto em outro tanto tempo...”

Nos “Mistos” não há nas despesas o esquecimento “de pitaças se dão ao vigário que benze o engenho duas fôrmas de açúcar. Aos letrados escrivãos meirinhos, e aos rendeiros por não entenderem com o engenho que tem mil bicos por onde podem pegar podem importar todos em 12\$000.”

Isto em 1635...

*Antonil*⁶

Mas é Antonil (1711), cuja divulgação entre nós tanto deve a Taunay, quem melhor descreve tudo quanto se relaciona com a cultura da cana e indústria do açúcar nos tempos coloniais. São do proêmio:

“Quem chamou as oficinas, em que se fabrica o açúcar, engenhos, acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê, e considera com reflexão, que merecem, é obrigado a confessar, que são uns dos principais partos, e invenções do engenho humano, o qual com

6 “Antonil – Temos um depoimento de notável valia quanto ao influxo recíproco de todos esses fatores no início do século XVIII. Uma das personagens principais da Companhia de Jesus na província do Brasil, por essa época, era um italiano de Luca, João Antônio Andreoni havia sido visitador da província, reitor do colégio da Bahia. Sob o anagrama transparente de André João Antonil, publicou, em 1711, um livro admirável cuja extraordinária importância pode ser aquilatada pelo fato de o Governo português ter confiscado toda a edição. Poucos, pouquíssimos exemplares escaparam à fogueira, uns seis apenas, ao que se conhece, constituindo, cada qual, jóia preciosíssima das coleções de bibliófilos.

Motivou a supressão o crime de dar informação por demais completa e exata do valor da terra e de suas possibilidades, o que poderia levar outros países mais fortes e ricos ao desejo de conquistá-lo. Mas existia outra razão mais poderosa ainda para o auto de fé: o livro ensinava aos brasileiros a grandeza e a potenciabilidade de sua pátria, e poderia exaltar aspirações, principalmente após o êxito vitorioso das guerras do pau-brasil e da expulsão dos batavos.

Seu título é sugestivo: *Cultura e Opulência do Brasil, por suas drogas e minas*. Drogas, se deve entender como agricultura e seus produtos. – (Calógeras – *Formação Histórica do Brasil*).

A identificação de André João Antonil, autor de *Cultura e Opulência do Brasil*, com João Antônio Andreoni, é de Capistrano de Abreu.

pequena porção do Divino, sempre se mostra no seu modo de obrar, admirável. Dos engenhos uns se chamam reais, outros inferiores vulgarmente engenhocas. Os reais ganharam este apelido, por terem todas as partes, de que se compõem, e todas as oficinas perfeitas, cheias de grande número de escravos, com muitos canaviais próprios, e outros obrigados à moenda; e principalmente por terem a realeza de moerem com água, à diferença de outros, que moem com cavalos e bois, e são menos providos e aparelhados: ou pelo menos com menor perfeição, e largueza, das oficinas necessárias, e com pouco número de escravos, para fazerem, como dizem, o engenho moente e corrente.

“E porque algum dia folguei de ver um dos mais afamados, que há no recôncavo à beira-mar da Bahia, a quem chamam o engenho de Sergipe do Conde; movido de uma louvável curiosidade, procurei no espaço de oito, ou dez dias que aí estive, tomar notícia de tudo o que o fazia tão celebrado, e quase rei dos engenhos reais.”

O senhor de engenho

Quando trata *do cabedal que há de ter o senhor de um engenho real*:

“O ser senhor de engenho é título, a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal, e governo; bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do reino. Porque engenhos há na Bahia, que dão ao senhor quatro mil pães de açúcar, e outros pouco menos, com cana obrigada à moenda, de cujo rendimento logra o engenho ao menos a metade, como de qualquer outra, que nele livremente se mói: e em algumas partes ainda mais que a metade.

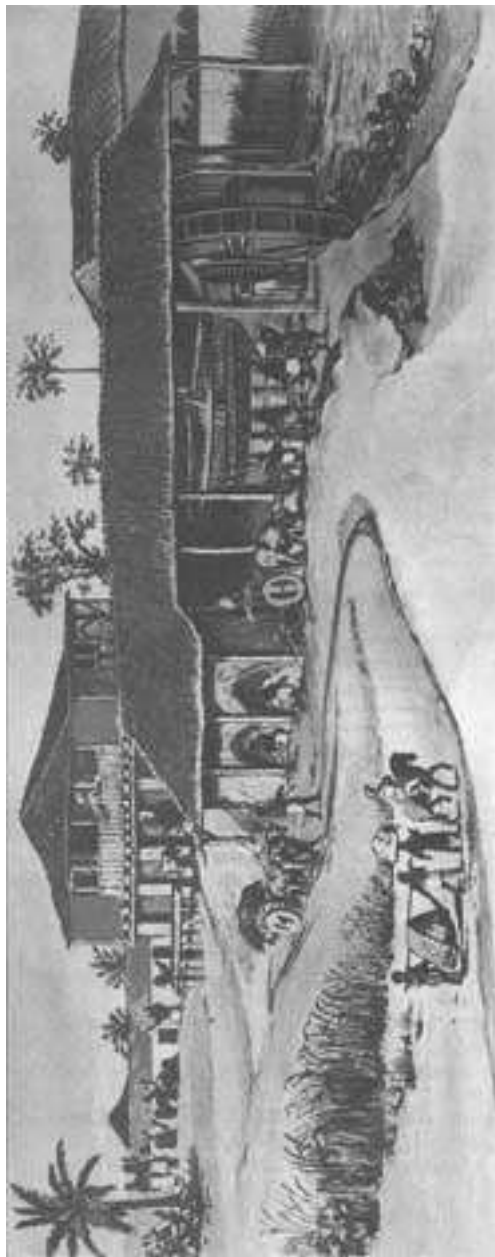
“Dos senhores dependem os lavradores, que têm partidos arrendados em terras do mesmo engenho, como os cidadãos dos fidalgos; e quanto aos senhores são mais possantes, e bem aparelhados de todo o necessário, afáveis, e verdadeiros; tanto mais são procurados, ainda dos que não têm a cama cativa, ou por antiga obrigação, ou por preço que para isso receberam.

“Servem ao senhor de engenho em vários ofícios, além dos escravos de enxada, e foice, que tem nas fazendas, e na moenda, e fora dos mulatos e mulatas, negros e negras de casa, ou ocupados em outras

partes; barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Tem mais cada senhor destes necessariamente um mestre de açúcar, um banqueiro, e um contrabancheiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho: e para o espiritual um sacerdote seu capelão; o cada qual destes oficiais tem soldada.”

A escravatura

“Toda a escravatura (que nos maiores engenhos passa o número de cento e cinqüenta, a duzentas peças contando as dos partidos) quer mantimentos, e fardas, medicamentos, enfermaria, e enfermeiro; e para isso são necessárias roças de muitas mil covas de mandioca. Querem os barcos, velames, cabos, cordas e breu. Querem as fornalhas, que por sete, ou oito meses ardem de dia e de noite, muita lenha; e para isso é mister dois barcos velejados, para se buscar nos portos, indo um atrás do outro sem parar, e muito dinheiro para a comprar; ou grandes matos, com muitos carros, e muitas juntas de boi para se trazer. Querem os canaviais também suas barcas, e carros com dobradas equipações de bois. Querem enxadas, e foices. Querem as serrarias machados, e serras. Quer a moenda de toda a casta de paus de lei de sobressalente, e muitos quintais de aço, e de ferro. Quer a carpintaria madeiras seletas e fortes para esteios, vigas, aspas e rodas; e pelo menos os instrumentos mais usuais, a saber: serras, trados, verrumas, compassos, réguas, escropos, enxós, goivas, machados, martelos, cantins e junteiras, pregos e plainas. Quer a fábrica do açúcar paróis e caldeiras, tachas e bacias, e outros muitos instrumentos menores, todos de cobre; cujo preço passa de oito mil cruzados, ainda quando se vende, não tão caro, como nos anos presentes. São finalmente necessárias além das senzalas dos escravos, e além das moradas do capelão, feitores, mestre, purgador, banqueiro, e caixeiro, uma capela decente com seus ornamentos, todo o aparelho do altar, e umas casas para o senhor do engenho com seu quarto separado para os hóspedes, que no Brasil, falto totalmente de estalagens, são contínuos; e o edifício do engenho, forte e espaçoso, com as mais oficinas, e casa de purgar, caixaria, alambique e outras coisas, que por miúdas aqui se escusa apontá-las, e delas se falará.



Engenho e casa-grande no Nordeste Brasileiro, século XVII



Senhor branco, do século XVII, dirigindo os trabalhos dos escravos negros no fabrico do açúcar

“O que tudo bem considerado, assim como obriga a uns homens de bastante cabedal, e de bom juízo, a quererem antes serem lavradores possantes de cana com um, ou dois partidos de mil pães de açúcar, com trinta, ou quarenta escravos de enxada, e foice; do que senhores de engenhos por poucos anos com a lida, e atenção que pede o governo de toda essa fábrica; assim é para pasmar como hoje se atrevem tantos a levantar engenhocas, tanto que chegaram a ter algum número de escravos, e acharam quem lhes emprestasse alguma quantidade de dinheiro para começar a tratar de uma obra, de que não são capazes por falta de governo, e diligência; e muito mais por ficarem logo na primeira safra tão empenhados com dívidas, que na segunda, ou terceira já se declaram perdidos; sendo juntamente causa, que os que fiaram deles, dando-lhes fazenda e dinheiro, também quebrem, e que outros zombem da sua mal fundada presunção, que tão depressa converteu em palha seca aquela primeira verdura de uma aparente, mas enganosa esperança.

“E ainda que nem todos os engenhos sejam reais, nem todos puxem por tantos gastos, quantos até aqui temos apontado; contudo, entenda cada qual, que com as mortes, e com as secas que de improviso apertam, e mirram a cana, e com os desastres, que a cada passo sucedem, crescem os gastos mais do que se cuidava. Entenda também, que os pedreiros, e carapinas, e outros oficiais desejosos de ganhar à custa alheia, lhe facilitarão tudo de tal sorte, que lhe parecerá o mesmo levantar um engenho que uma senzala de negros; e quando começar a ajuntar os aviamentos, achará ter já despendido tudo quanto tinha antes de se pôr pedra sobre pedra, e não terá com que pagar as soldadas, crescendo de improviso os gastos, como se fossem por causa das enxurradas dos rios.

“Também se não tiver capacidade, modo e agência que se requer na boa disposição e governo de tudo, na eleição dos feitores e oficiais, na boa correspondência com os lavradores, no trato da gente sujeita na conservação, e lavoura das terras, que possui, e na verdade e pontualidade com os mercadores, e outros seus correspondentes na praça, achará confusão e ignorância no título de senhor de engenho, donde esperava acrescentamento de estimação, e de preceito”.

Bons conselhos

O douto economista filósofo se estende em amplas explicações e conselhos desde a aquisição das terras, em que acentua a necessidade de “evitar demandas, e pleitos, que são uma contínua desinquietação d’alma, e um contínuo sangrador de rios de dinheiro, que vai a entrar nas casas dos Advogados, Solicitadores, e Escrivães, com pouco proveito de quem promove o pleito, ainda quando alcança, depois de tantos gastos, e desgostos, em seu favor a sentença. Nem deixe os papéis, e as escrituras que tem na caixa da mulher, ou sobre uma mesa exposta ao pó, ao vento, à traça e ao cupim; para que depois não seja necessário mandar dizer muitas missas a Santo Antônio, para achar algum papel importante que desapareceu, quando houver mister exhibi-lo. Porque lhe acontecerá que a criada, ou serva tire duas ou três folhas da caixa da senhora, para embrulhar com elas o que mais lhe agradar; e o filho mais pequeno tirará também algumas da mesa, para pintar caretas, ou para fazer barquinhos de papel, em que naveguem moscas, e grilos, ou finalmente o vento fará que voem fora da casa sem penas”.

E, como esses, de envolta com ensinamentos técnicos, segue-se, toda a ordem de conselhos paternais:

“Aos feitores de nenhuma maneira se deve consentir o dar coices, principalmente nas barrigas das mulheres, que andam pegadas, nem dar com pau nos escravos, porque na cólera se não medem os golpes, e podem ferir mortalmente na cabeça a um escravo de préstimo, que vale muito dinheiro, e perdê-lo. Repreendê-los, e chegar-lhes com um cipó, às costas com algumas varancadas, é o que se lhes pode, e deve permitir para ensino.”

América portuguesa

Rocha Pita, *na História da América Portuguesa* (1750) resume a economia do engenho:

“A cana (planta comum a toda a América Portuguesa) se cultiva, em sítios próprios para a sua produção, que se chamam masapês: uns em terra firme, outros em ilhas. Estendida se mete na terra e dela vão brotando olhos, que crescendo entre as suas folhas, parecem

à vista searas de trigo. Quando estão sazoadas, e pelo conhecimento dos lavradores perfeitas, de dezoito meses nos continentes, e de um ano nas ilhas, se cortam, e levam para os engenhos, onde espremidas em instrumentos que chamam moendas, umas que movem correntes de águas, outras giros de cavalos, se derretem em docíssimo suco, que caindo líquido, vai correndo por aquedutos de paus a uma grande tacha, chamada parol, e metida na terra, de donde em taças pequenas de cobre, presas por cadeias de ferro, o sabem para, o botar nas caldeiras, em que se cozer em fervendo lhe lançam uma água de certa qualidade de cinza, que nomeiam decoada, e posto no ponto necessário, o passam a vasilhas de barro piramidais, que chamam fôrmas, e cobertas de barro as suas circulares bocas depois de quarenta dias que nelas se está purificando o açúcar, se põe um dia ao sol, e se mete em caixas.

“O peso do açúcar, assim branco, como mascavado, que se tira de cada uma destas fôrmas, sendo todas feitas quase por uma medida nas suas oficinas, é diverso nos engenhos; porque as canas, que se moem próprias, ou obrigadas, e se cultivam em terras de massapé mais legítimo, ou se plantam de novo em outras menos cansadas e mais distantes das praias (causa por que lhes chamam propriedades do mato, por diferença das outras, que se dizem da beira-mar), são maiores no comprimento, grossura, e distâncias dos nós, e têm mais suco, que as outras, que nascem em terrenos já de muitos anos cultivados, como são todas as fazendas, que ficam perto dos rios, e pela sua vizinhança, e comodidade dos seus portos, foram as primeiras, que se fabricaram, e já por antigas são hoje menos rendosas carecendo as canas de mais trabalho para crescerem, pela muita erva, que naqueles lugares as sufoca, como a cizânia ao trigo se não há contínuo cuidado em as limpar, não sendo às novas fazendas do mato necessárias tantas limpas; e também consiste o rendimento, e bondade do açúcar, nos mestres dele, que assistem às caldeiras, os quais devem ter grandes experiências, para o cozer, e pôr no ponto de maior perfeição.

“Nos engenhos, em que concorrem as referidas qualidades, circunstâncias e benefícios, dá cada fôrma três arrobas, e três e meia de branco, uma, ou meia de mascavado; havendo engenhos que fazem três mil, três mil e quinhentos, e quatro mil pães dos declarados pesos; e mo-

radores que têm, dois, três, e quatro engenhos moentes, para cujas fábricas fazem grossas despesas, principalmente no tempo presente, em que pelo descobrimento, e lavra das minas, que levam muitos escravos, tem crescido o valor deles a excessivo preço, e a este respeito os outros gêneros necessários para a cultura do açúcar; e a não haver este desconto, seriam os senhores dos engenhos os vassallos de maiores rendas, e os mais opulentos de toda a Coroa portuguesa.

“São copiosos os meles, que as fôrmas botam, quando depois de congelado o açúcar, lhes tiram pelo fundo, em que têm um furo, as folhas com que as tapam quando lhe lançam líquido; e no tempo em que se está purificando, destila os referidos meles, os quais se os senhores dos engenhos os querem cozer, têm outras oficinas para este fim, e com novo benefício e arte fazem outra qualidade de açúcar, que chamam batido, assim branco, como mascavado, na cor, e aparência como o outro, mas na doçura e substância diverso, porque duas arrobas de branco batido não fazem o efeito de uma de branco fino, e a mesma diferença há entre um e outro mascavado.

“Também este gênero de açúcar destila outra espécie de mel, que chamam remel, do qual se fazem outras manufaturas; quando os senhores dos engenhos não querem usar destes inferiores gêneros de açúcar, vendem os meles aos fabricantes das águas ardentes, que em pipas, e tonéis os levam para as suas oficinas, onde tendo-os algum tempo em certa infusão, os põem a cozer em alambiques, cuja destilação é água ardente, de que consta a maior parte da carga das embarcações, que navegam para costa de África a buscar escravos, e se gasta por eles, e pela plebe do Brasil em lugar das do reino.”

Tipos e proporções produzidos

Antonil, na sua *Cultura e Opulência do Brasil*, define os tipos de açúcar produzidos:

- branco macho, mascavado macho, branco batido, mascavado batido;
- branco macho fino, cara de fôrma;
- branco macho redondo;
- branco macho de baixo ou inferior.

Parece que na produção, a proporção do açúcar branco era de 70%, contra 30% de mascavado. E do branco, 80% era macho, 20% batido.

Os preços variavam de conformidade com os mercados exteriores, transportes, valor das safras e outras circunstâncias. A diferença de cotações entre o branco e o mascavado variava de 20 a 40%.

Acondicionamento

Em fortes caixas de madeira, calafetadas com barro e forradas com folhas secas de bananeira, era o açúcar cuidadosamente acondicionado e apilado. As caixas eram pregadas com o uso das verrumas, pregos e martelo – gastando cada caixa 86 pregos.

Eram feitas de “pau mole, como ucongabas, buraremas, visgueiro, pau de gamela, camaçaris e um pau que chamam de alho, e outro branco; e dos tais há diversas castas, porque para caixões se busca sempre madeira mole, por ser mais fácil de serrar”. *Diálogo das Grandezas do Brasil*.

Marcavam-se as caixas com ferro ardente ou com tinta; e três são as marcas que havia de levar cada caixa a saber: a das arrobas, a do engenho e a do senhor ou mercador, por cuja conta se embarcava.⁷

As despesas

Com o encaixotamento, transporte até os trapiches, aluguel destes, embarque, impostos na terra, fretes, despesas na Alfândega e armazenagem em Lisboa, direitos, consulado e outras, despendiam-se, no

⁷ As publicações referentes ao Brasil holandês aludem a caixas de 20 e 24 arrobas cada uma. O regimento dado ao general da frota do Brasil, Salvador Correia de Sá e Benevides, em 1644, menciona o acondicionamento em caixas de 20 arrobas “como é costume”.

Usavam-se ainda caixas de 20 a 50 arrobas. Acreditamos que Antonil admitia como tipo médio a caixa de 35 arrobas. O açúcar não era só transportado em caixas, mas também em feixes, cunhetes, barricas e sacos; é o que se pode verificar do exame das estatísticas de sua produção e exportação.

início do século XVIII, cerca de 45% do custo do açúcar fino no Brasil e 60% nos açúcares inferiores.⁸

Capitais investidos nos engenhos

O que foi dito explica os gastos com as instalações e o custeio dessa indústria.

“Para estabelecer o que se chamava no Brasil engenho real (os pequenos, de pouco rendimento, designavam-se por engenhocas) eram precisos grossos cabedais. Só os aparelhos para o fabrico, moendas, tachos de cobre, caldeiras, importavam em perto de dez mil cruzados; cin-

8 ANTONIL dá a seguinte relação para o custo do acondicionamento e exportação do açúcar branco macho:

Pelo caixão no engenho ao menos	1\$200
Por se levantar o dito caixão	50
Por 86 pregos para o dito caixão	320
Por 35 arrobas de açúcar a 1\$600 réis	56\$000
Por carroto à beira-mar	2\$000
Por carroto do porto do Marati ao trapiche	320
Por guindaste no trapiche	80
Por entrada no mesmo trapiche	80
Por aluguel no mês no dito trapiche	20
Por se botar fora do trapiche	160
Por direitos do subsídio da terra	300
Por direito para o forte do mar	80
Por frete do navio	11\$520
Por descarga em Lisboa para alfândega	200
Por guindaste na ponte da alfândega	40
Por se recolher da ponte para o armazém	60
Por se guardar na alfândega	50
Por cascavel de arquear por cada arco	80
Por obras, taras e marcas	60
Por avaliação e direitos grandes a 800 réis e a 20 por cento	5\$600
Por consulado a 3 por cento	840
Por comboio a 140 réis por arroba	4\$900
Por maioria	600
O que tudo importa em Rs	84\$560

representando cerca de Rs. 2\$410 por arroba do produto posto em Lisboa.

qüenta negros de ambos os sexos, porque as mulheres também trabalhavam no campo e na fábrica, cinco mil cruzados, mas também havia engenhos com cento e cinquenta peças de escravatura; mais quinze a vinte juntas de bois; carros, barcos, porque os transportes eram quase sempre por água; ferramentas e utensílios diversos; tudo isso somaria pelo menos vinte mil cruzados. Não entra nisto o custo das terras e edificações; nem o capital necessário para o movimento da casa, manutenção do pessoal, e salários; porque se, como diz um especialista, os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, havia também trabalhadores livres, indispensáveis, empregados na fábrica ou de diferentes ofícios, geralmente brancos do reino ou mestiços. Daqui provinha avaliar-se em 40, 50, 60 mil cruzados (de 3 a 5.000 contos de hoje), e mais, o cabedal de um destes proprietários, que eram a aristocracia da terra, e viviam à lei da nobreza, com gastos de ostentação e luxo iguais aos da corte, e de que se espantavam os estranhos vindos à colônia.”⁹

Valor do ciclo do açúcar

Foi o açúcar que constituiu a base econômica da implantação definitiva do europeu no Brasil.

O que é deveras lamentável é a insuficiência de dados estatísticos sobre o valor real de sua produção e exportação nos séculos XVI, XVII e XVIII.

Conforme esclarece Balbi,¹⁰ havia uma proibição formal de publicações relativas ao comércio e aos lucros portugueses; a apreensão e a destruição da obra de Antonil provam essa asserção. Essa orientação, aliada à desorganização do comércio e à pouca divulgação dos conhecimentos, estudos econômicos (males que até hoje perduram em nosso meio), explicam aquela deficiência.

Com grande esforço tentamos organizar um quadro geral do valor da exportação do açúcar brasileiro entre 1535 e 1822. Para os primeiros anos, controlamos essa exportação pelo número de engenhos que Gândavo, Fernão Cardim, Gabriel Soares, Frei Salvador e alguns outros indicam com bastante precisão. Para as datas posteriores,

9 João Lúcio de Azevedo – *História de Portugal*, Portucalense Editora.

10 Adrien Balbi – *Essai Statistique du Royaume du Portugal et Algarves*, 1821.

cingimo-nos a informações esparsas sobre o comércio do açúcar em várias épocas, no Brasil e em Portugal. Para o século XVII, a idade de ouro do produto, ainda são insuficientes, infelizmente, os elementos de *controle*.

O açúcar que havia caído em 1506 ao preço de 300 réis por arroba, pouco mais de 2 gramas ouro, foi de novo subindo até alcançar, em fins do século XVI, preço em ouro 6 vezes maior; e 7 vezes mais, quando atingiu, na primeira metade do século XVII, o período do seu apogeu.

As ilhas portuguesas, que chegaram a produzir mais de 500.000 arrobas e que tinham grande supremacia em quantidade, preços e qualidades, perderam a favor do Brasil essa predominância em fins do século XVI.

Tudo nos leva a crer que, nas vésperas da invasão holandesa, já devia o Brasil produzir mais de 2 milhões de arrobas. Mas sendo contraditórias as informações, cingimo-nos, em nossos cálculos, aos números mais baixos, por não haver uma perfeita coordenação entre o número de engenhos e as produções indicadas.

Porto Seguro, por exemplo, que é sempre tão preciso em todas as suas informações, dá para o ano de 1600 cerca de 120 engenhos. Transcrevemos as suas palavras:

“Tratando da principal produção do Brasil naquela época, a do açúcar, contavam-se em Pernambuco sessenta e seis engenhos; na Bahia trinta e seis, e nas outras capitânicas, juntas, metade deste número. Total dos engenhos, cento e vinte. Referimos o número dos engenhos porque cremos este o melhor meio de dar uma idéia do ilha de prosperidade e riqueza do país.

.....
 “Anualmente produziam os ditos engenhos uns setecentos mil quintais de açúcar ou setenta mil caixas, número igual ao dos mil cruzados que pagava o mesmo açúcar de direito de saída, na razão de cruzado por caixa de dez quintais.”¹¹

Ora, não nos parece possível, em face das demais informações, que esses 120 engenhos produzissem as 2.800.000 arrobas que represen-

11 Porto Seguro – *História Geral do Brasil*.

tam os 700.000 quintais aí referidos,¹² Parece-nos também exagerado o peso de 10 quintais de açúcar para cada caixa, quando Antonil e muitos outros autores indicam 35 arrobas em média. E, de outro lado, pelas informações mais minuciosas que possuímos do Brasil holandês, verifica-se que nas capitânicas por eles ocupadas a exportação do açúcar, devido à paralisação e à destruição de vários engenhos, tinha baixado de 60.000 para 30.000 caixas, após 1630. Lippmann admite a informação de Handelmann que entre 1636 e 1643 só o Brasil holandês exportou 218.220 caixas ou seja uma média de 1.350.000 arrobas por ano. A produção daquelas capitânicas devia representar cerca de 50% da produção do açúcar do Brasil de então. Parece-nos, no entanto, exagerada a cifra de 4.000.000 de arrobas indicada por Henri Raffard, antigo diretor do Centro Açucareiro e Comercial do Rio de Janeiro, em seu trabalho, publicado em 1882, para a produção total brasileira em meados do século XVI.¹³

Wätjen, em seus estudos sobre o Brasil holandês, divide o período da ocupação em três fases. Na primeira, 1629-1637, a produção declinou, devido às devastações produzidas pelas guerras; na segunda, de 1638 a 1645, cresceu consideravelmente pela sábia administração de Maurício de Nassau. Na terceira, até 1651, caiu novamente. Atribuí, porém, à exportação geral números bem inferiores aos dos demais que apreciaram a matéria. Lippmann alvitra a suposição de ter esse historiador se limitado aos números relativos a um só dos portos exportadores.

Existem vários outros elementos indicativos: nos últimos tempos do domínio holandês, estudava-se em Portugal o preparo de uma esquadra para auxiliar a expulsão dos invasores das terras brasileiras. Ouvido a propósito o Padre Antônio Vieira, que se achava em Lisboa,

12 Laet registra que os portugueses exportavam todos os anos mais de 40 mil caixas das Capitânicas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte, o que não seria de admirar, pois que somente Pernambuco contava com mais de 100 engenhos. Informa ainda que os grandes engenhos empregavam 15 a 20 portugueses e 100 negros; os médios de 8 a 10 portugueses e 50 negros e os pequenos de 5 a 6 portugueses e 20 negros. Os grandes engenhos produziam anualmente de 7 a 8 mil arrobas, os médios de 4 a 5 mil e os pequenos 3.000. (*Histoire General des Voyages*, Amsterdã, 1776).

13 F. L. Burlamaqui em sua monografia da cana-de-açúcar, 1862, admitia para 1650 uma produção brasileira de 4 a 5 milhões de arrobas. Em 1670, alegava, a Alfândega de Lisboa recebeu de 100 a 120.000 caixas de açúcar.

sugeriu este grande sacerdote um plano de mobilização dos recursos para tal fim. Vejamos o seu conselho.¹⁴

“Do Brasil acabava de chegar uma armada extraordinariamente rica, trazendo não menos de 40.000 caixas de açúcar, que tendo sido comprado barato, se estava vendendo caro; ora, um imposto de um tostão ou de seis vinténs sobre cada arroba deste açúcar produziria a soma precisa para 15 navios de 30 peças (20.000 cruzados). Ordenou-lhe o rei que pusesse por escrito a sua proposta, e, passados alguns dias, disse-lhe que havia ela sido presente aos seus ministros, que acharam mui cru o negócio. Alguns meses depois, estando Vieira em Carcavelos, convalescendo de uma enfermidade, mandou-o El-Rei chamar a Alcântara:

“– Sois profeta, lhe disse; ontem à noite chegaram da Bahia novas de ter-se Schoppe fortificado em Itaparica. Que faremos?

“Vieira respondeu:

“– Fácilmo é o remédio; disseram os vossos ministros que o meu projeto era cru, pois já que o acharam cru, que o cozinhem agora.”

Não obstante, anuiu Vieira em procurar recursos para a expulsão dos holandeses e os obteve. A Companhia do Comércio do Brasil, fundada logo após, auxiliou a terminação da campanha.

Mas o incidente demonstra que a produção no Brasil era bem superior a 1 milhão de arrobas, pois que só a tal frota portuguesa transportava 1 milhão e 400 mil, proveniente da zona não ocupada pelo inimigo.¹⁵

Os grandes proventos que os holandeses auferiram do artigo explicavam o seu interesse em conservar o torrão de ouro, de que se tinham apossado. As narrativas da época exaltam o luxo e a riqueza que se ostentavam na Bahia e no Brasil holandês.

Foi na mesma época que os ingleses, franceses e holandeses resolveram desenvolver a cultura nas Antilhas, tal a importância mundial que assumiu o comércio do açúcar.

14 Robert Southey – *History of Brazil*.

15 Com a guerra holandesa, os preços do açúcar subiram. Em meados do século XVII, desenvolveu-se a indústria em Campos. O General Salvador Correia de Sá fundou ali um engenho onde hoje se acha a Fazenda do Visconde. Em fins do século XVIII, Campos possuía 300 engenhos com uma exportação de cerca de 60.000 caixas. (Gino Carli, *op. cit.*)

O consumo ia crescendo rapidamente; mas as novas culturas aceleraram de tal forma a produção, que dia a dia, no último terço do século XVII, foi se acentuando a baixa de preços, voltando, em princípios do século XVIII, o açúcar às cotações em ouro que vigoravam nas proximidades de 1540.¹⁶ Durante o século XVIII, conservaram-se os preços ouro mais ou menos estabilizados, caindo novamente no final da centúria.

No primeiro quartel do século XIX, os preços se elevaram, devido à desorganização do trabalho na indústria açucareira nas colônias espanholas e inglesas e às guerras napoleônicas. A queda do câmbio brasileiro, após 1816, ia, ainda, estimular a exportação. O emprego da máquina a vapor, o uso do bagaço de cana como combustível e as novas variedades de canas introduzidas facilitariam o surto açucareiro, verificado no século XIX.

O consumo na Europa cresceu sempre, a partir do século XVII.

Após a vulgarização do chocolate, foi o café, cujo uso se espalhou desde 1650, um dos produtos que mais contribuíram para a expansão do açúcar,¹⁷ sabido como é que o consumo de café obriga ao do açúcar em peso pelo menos igual ao daquele.

Valor da exportação colonial

Do quadro e gráficos que organizamos tiram-se conclusões surpreendentes em relação à economia brasileira. Apesar das considerações que justificam a alta produção no século XVII, reduzimos nesses gráficos de 50% os maiores números indicados no quadro, limitando a 2.100.000 arrobas a máxima exportação.

Considerando ainda que os preços aí registrados são para o melhor açúcar produzido e atendendo-se a várias outras causas de possíveis erros, fizemos para o cômputo de nossas conclusões uma redução geral de 25%. Chegamos, assim mesmo, a um valor, para os três séculos

16 Essa baixa ocasionou forte crise, dificultando o crédito e o custeio aos senhores de engenho. Uma ordem régia, em 1763, estabeleceu “não serem eles executados nas fabricas de seus engenhos, nem nos seus escravos e sim que só se executem nos rendimentos e frutos da fazenda”.

A mineração agravou sua situação com a falta e encarecimento de braços. Em 1758, as resoluções do Conselho Ultramarino ainda se referem às prorrogações do Alvará de 1673.

17 G. T. Surface – *The Story of Sugar*, 1916.

do período colonial, superior a 300 milhões de libras e, para o século XVII, de cerca de 200 milhões de libras, não incluindo o açúcar produzido para o consumo local. Verifica-se, pois, que o ciclo do açúcar produziu em valores, para o Brasil, mais do que o da mineração, que está avaliado em menos de 200 milhões de libras.

O açúcar brasileiro dominou o comércio do produto entre 1600 e 1700, como já registrava Barlaeus na obra que escreveu, em 1660, e numa época em que era o mais importante artigo do escambo marítimo internacional. Não existiam ainda os grandes transportes de cereais, combustíveis, artigos manufaturados e metalúrgicos, não havia surgido a revolução industrial.

A devastação das matas com a cultura da cana, corte para lenha e fabrico de caixas foi por tal forma intensa¹⁸ que o governo português, para que não houvesse conflito entre os senhores de engenho, baixou a provisão de 3 de novembro de 1682, fixando em meia légua o afastamento mínimo entre as instalações.

O câmbio português

Para poder apreciar com maior segurança o *quantum* do açúcar exportado, determinamos os valores aproximados da libra esterlina inglesa entre 1500 e 1822. Reduzindo todos os seus preços cotados em moeda portuguesa ao peso em gramas de ouro pelo câmbio da época, pudemos avaliar o total da exportação em libras esterlinas. Ao pequeno valor da libra na época atribuímos terem passado despercebidas à maior parte dos críticos de nossa história as avultadas cifras que para o tempo alcançou o comércio do açúcar.

18 “O açúcar representava um consumo considerável de madeira e lenha queimada nos engenhos. A situação criada pelas constantes derrubadas originou, além dessa provisão, o Alvará de 13 de maio de 1802, confirmando o anterior. Os fogos de engenhos se mantinham sempre acesos, durante sete a oito meses em cada ano. Somente em princípios do século XIX é que começou a se propagar o uso do bagaço da cana como combustível, em substituição à lenha. As máquinas a vapor começaram a ser empregadas em 1815 em Pernambuco e na Bahia; este fato, acrescido com o uso do bagaço de cana, facilitou o surto dos engenhos que se verificou com a melhoria de preços e de exportação no século XIX. – Gino Carli – *O açúcar na economia nacional*.”

O estudo do gráfico que organizamos, com as linhas da produção do açúcar entre 1535 e 1822; seu custo em ouro, posto em Lisboa; seu valor em libras esterlinas e com a indicação do câmbio português no período colonial, permite-nos tirar conclusões bastante interessantes.

A influência recíproca entre o comércio de açúcar e o câmbio português é manifesta; para fazer face ao declínio dos preços no final do século XVII, proporcionou o governo português uma compensação para os lavradores com a quebra da moeda. A mineração, tornando o próprio ouro o principal objeto do comércio, no século XVIII, fez com que neste período a linha cambial se conservasse horizontal, não podendo mais o açúcar gozar da defesa pelo câmbio.

O açúcar e a mineração

Coincidiu a grande baixa dos preços verificada no fim do século XVII com o início do ciclo da mineração no Brasil; foi o que salvou Portugal e a sua grande colônia de uma crise de maiores proporções. Não me parece procedente o argumento de que foi a mineração que provocou a grande crise açucareira. Esta foi causada pela política colonial das grandes nações européias, traçada por Colbert, na França, e por Cromwell, na Inglaterra, exatamente em meados desse século. A preferência colonial tomou tais perspectivas que Portugal se viu forçado a proibir a entrada no reino das sedas francesas, em represália à proibição da entrada do açúcar brasileiro em França. Coincidiram a baixa de preços e os óbices políticos opostos à exportação, com o início da mineração. Deu-se, assim, o êxodo de capitais e de escravos para as minas do Brasil central, agravando isso a crise da indústria que a política comercial dos povos europeus havia tornado inevitável.

Depois de um progresso relativamente moderado, no século XVIII, aumentou enormemente o consumo do açúcar no século XIX, com a revolução industrial.

Horácio Say

Horácio Say, a quem também devemos o admirável livro sobre *Histoire des Relations Commerciales entre la France et le Brésil*, com preciosas informações sobre o primeiro período de nossa independência, assim discorre sobre o açúcar, no *Dicionário de Economia Política*, em 1850:

ESTUDO RELATIVO ÀS QUANTIDADES E VALORES DO AÇÚCAR EXPORTADO DO BRASIL ENTRE 1535 E 1822

QUADRO ORGANIZADO SOB A DIREÇÃO DO ENG. ROBERTO SIMONSEN

ANOS	Número de Engenhos	Exportação em Arrobas	Preço Unitário do Açúcar Bruto de Engenho a melhor qualidade em Lisboa	Valor da Arroba em gs. de ouro em Lisboa	Cotação em Londres em Grs. Ouro por Arroba		Valor Total		Câmbio Sobre Londres Base Ouro Fino	Valor da Libra esterlina Em Mil Réis	Valor de 1GR. de Ouro Em Mil Réis	Grs. de Ouro em Um Mil Réis	Observações
					Açúcar Refinado	Açúcar Bruto Conforme Lippmann	Em Grs. Ouro	Em Libras Esterlinas					
1500	-	-	-	-	-	-	-	-	295	\$813	\$111	9,00	
1501-1510	-	-	-	-	2,91	-	-	-	-	-	-	-	
1511-1520	-	-	-	-	5,66	-	-	-	-	-	-	-	
1517	-	-	-	-	-	-	-	-	287	\$836	\$114	8,77	
1521-1530	-	-	-	-	6,49	-	-	-	-	-	-	-	
1531-1540	-	-	-	-	6,70	-	-	-	-	-	-	-	
1535	-	-	\$400	3,5	-	-	-	-	-	-	-	-	Lei de 25 de dezembro de 1487
1537	-	-	-	-	-	-	-	-	274	\$875	\$119	8,40	Agenor de Roure Lei de 20 de maio de 1537
1541-1550	-	-	-	-	10,08	-	-	-	-	-	-	-	
1551-1560	-	-	-	-	12,73	-	-	-	-	-	-	-	
1560	-	-	-	-	-	-	-	-	231	\$038	\$141	7,09	Lei de 2 de janeiro de 1560 Gandavo
1560 -1570	60	▲ 100.000	1\$400	▲ 11,00	-	-	-	▲ 270.406	-	-	-	-	
1561-1570	-	-	-	-	8,61	-	-	-	-	-	-	-	
1571 -1582	-	-	-	-	15,76	-	-	-	-	-	-	-	
1578	-	-	1\$400	11,00	-	-	-	-	-	-	-	-	J. Lucio Azevedo
1580	118	▲ 350.000	1\$600	11,05	-	-	-	▲ 3.867.500	-	-	-	-	Fernão Cardin
1582	-	350.000	1\$850	12,80	-	-	-	4.480.000	-	-	-	-	J. Lucio Azevedo

ESTUDO RELATIVO ÀS QUANTIDADES E VALORES DO AÇÚCAR EXPORTADO DO BRASIL ENTRE 1535 E 1822

QUADRO ORGANIZADO SOB A DIREÇÃO DO ENG.º ROBERTO SIMONSEN

ANOS	Número de Engenhos	Exportação em Arrobas	Preço Unitário do Açúcar Bruto de Engenho a melhor qualidade em Lisboa	Valor da Arroba em gs. de ouro em Lisboa	Cotação em Londres Arroba		Valor Total		Câmbio Sobre Londres Base Ouro Fino	Valor da Libra esterlina Em Mil Réis	Valor de 1GR. de Ouro Em Mil Réis	Grs. de Ouro em Um Mil Réis	Observações
					Açúcar Refinado	Açúcar Bruto Conforme Lippmann	Em Grs. de Ouro	Em Libras Esterlinas					
1583 - 1592	-	-	-	-	15,55	12,17	-	-	-	-	-	-	
1593 - 1602	-	-	-	-	17,48	▲ 13,78	-	-	-	-	-	-	
1600	120	2.450.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1600	200	2.800.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Porto Seguro
1600	-	2.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Rocha Pombo
1600	-	▲ 1.200.000	-	-	-	13,78	▲ 16.536,00	▲ 2.258.300	-	-	-	-	Lippmann
1603-1612	-	-	-	-	18,54	12,50	-	-	-	-	-	-	
1610	-	735.000	28020	14,20	-	-	10.437.000	1.425.370	-	-	-	-	J. L. Azevedo (carregamento de uma prota)
1610	400	4.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Pyrar
1610	230	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Frei Salvador
1613-1622	-	-	-	-	16,41	11,54	-	-	-	-	-	-	Warden
1617	-	1.000.000	-	-	17,51	11,98	-	-	-	-	-	-	J. Lucio Azevedo
1623-1632	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Rodolpho Garcia (só 4 capitanias)
1628	235	900.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1630	166	1.300.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1630	-	▲ 1.500.000	-	-	-	▲ 11,98	17.970.000	2.454.140	-	-	-	-	
1633-1642	-	-	-	-	19,72	14,64	-	-	-	-	-	-	

ESTUDO RELATIVO ÀS QUANTIDADES E VALORES DO AÇÚCAR EXPORTADO DO BRASIL ENTRE 1535 E 1822

QUADRO ORGANIZADO SOB A DIREÇÃO DO ENG. ROBERTO SIMONSEN

ANOS	Número de Engenhos	Exportação em Arrobas	Preço Unitário do Açúcar Bruto de Engenho a melhor qualidade em Lisboa	Valor Da Arroba em grs. em Lisboa	Cotação em Londres em Grs. Ouro por Arroba		Valor Total		Câmbio Sobre Londres Base Ouro Fino	Valor da Libra esterlina Em Mil Réis	Valor de 1GR. de Ouro Em Mil Réis	Grs. de Ouro em Um Mil Réis	Observações
					Açúcar Refinado	Açúcar Bruto Conforme Lippmann	Em Grs. Ouro	Em Libras Esterlinas					
1640	-	▲ 1.800.000	-	-	-	▲ 14,64	▲ 26.352,00	▲ 3.598,86	-	-	-	-	-
1641	-	-	-	-	-	-	-	0	231	18038	\$141	7,09	-
1642	-	-	-	-	-	-	-	-	123	18951	\$266	3,75	Lei de 30 de maio de 1642
1643-1652	-	-	-	-	17,69	13,13	-	-	-	-	-	-	-
1645	200	1.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Padre Vieira
1645	300	1.200.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Gaspar Dias Ferreira
1646	-	-	-	-	-	-	-	-	105	28285	\$312	3,20	Lei de 19 de maio de 1646
1650	-	4.200.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Rafraird
1650	-	▲ 2.100.000	-	-	-	▲ 13,13	▲ 27.573,00	▲ 3.765,62	-	-	-	-	Admitiu-se 50% da quantidade
1653-1662	-	-	-	-	-	7,78	-	0	-	-	-	-	-
1662	-	-	-	-	11,43	-	-	-	-	-	\$355	2,84	Lei de 20 de novembro de 1662
1668	-	-	-	-	-	-	-	-	92,2	25603	\$393	2,54	Lei de 12 de abril de 1668
1663-1672	-	-	-	-	10,98	8,23	-	-	83,3	28884	-	-	-
1670	-	4.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Rafraird
1670	-	▲ 2.000.000	-	-	-	▲ 8,23	▲ 16.460,000	▲ 2.247,920	-	-	-	-	Admitiu-se 50% da quantidade
1673-1682	-	-	-	-	9,15	-	-	-	-	-	-	-	-
1683-1692	-	-	-	-	8,69	6,17	-	-	-	-	-	-	-

“O açúcar é talvez de todos os gêneros e artigos aquele que desde o começo deste século mais tem ocupado os funcionários e os homens de Estado. É um alimento precioso, um condimento agradável, nutritivo por si mesmo, que se junta a muitas outras substâncias alimentícias. O açúcar, usa-se na saúde como na doença tanto na infância como na idade madura e velhice. Os progressos nos meios industriais e no comércio permitem que se o encontrem de agora em diante a bons preços. Assim, o consumo se desenvolveu por toda a parte em vastas proporções. Resulta daí que aos olhos dos funcionários divide com o sal o mérito de ser uma matéria essencialmente taxável; palavras sacramentais que significam que a procura é bastante e o preço de venda bem moderado para que se possa fixar, sem levantar reclamações, um imposto entre a produção e o consumo para dele se tirar grandes resultados. Mostra, a seguir, Horácio Say que o consumo de açúcar na Inglaterra elevou-se de 96.500 toneladas em 1793 para 307.000 em 1849, mais de 300% – enquanto que, na França, se elevou de 40%.¹⁹

O açúcar e a mão-de-obra

O consumo do chá, do café e do chocolate estimulou o aumento da procura do produto. No começo do século XIX foi descoberta por Marcgraf a possibilidade de se extrair açúcar da beterraba.

O bloqueio continental levou Napoleão a fomentar a nova cultura em grande escala, datando daí o crescimento da produção desse artigo que chegou a ultrapassar, entre 1890 e 1906, o açúcar de cana. Após a guerra de 1914, este readquiriu novamente a sua preponderância.

Durante o século XIX, a baixa do câmbio brasileiro e fatores ligados à política escravocrata permitiram que o Brasil exportasse novamente quantidades consideráveis até que por circunstâncias que teremos oportunidade de examinar na história da economia contemporânea, fecharam-se praticamente para nós os mercados exteriores.

19 Consumo de açúcar. – Lippmann faz salientar o crescente consumo do açúcar e do sal que foi havendo na Europa com a evolução do sistema alimentar. À medida que a base da alimentação deixou de ser quase que exclusivamente a carne, e que passaram a consumir vegetais e outros produtos, houve a necessidade fisiológica do uso de açúcar e do sal, como complementos e corretivos indispensáveis. A obra do prof. Edmundo O. Von Lippmann, *História do Açúcar*, editada na Alemanha, é um dos estudos mais notáveis até hoje feitos sobre o assunto.

O que fica dito, é, porém, suficiente para demonstrar o papel decisivo que desempenhou o açúcar na fixação do europeu no Brasil e na formação de nossos primeiros capitais. Foi ele quem gerou os grandes problemas de mão-de-obra, cuja solução imprimiu feição característica ao desbravamento das terras brasileiras, com as variadas conseqüências que já estão constituindo o objeto dos estudos e da atenção dos nossos sociólogos.

Ocupação holandesa

O quadro econômico do açúcar explica a avidez com que a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais procurou se apossar da parte mais rica do Brasil. As cinco capitanias que ocupou, de 1630 a 1650, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte, eram as suas grandes produtoras.²⁰

Apesar da destruição de várias fazendas e engenhos e das dificuldades da mão-de-obra e de lutas constantes com os antigos donos da terra, já em 1639 conseguiram os novos ocupantes exportar 33.000 caixas, mais de 600.000 arrobas.

Warden informa que nessa época o Brasil deu grandes vantagens à Companhia holandesa. Como rendas de 1639, indica:

Dízimos do açúcar e direitos sobre víveres	350.000	francos
Direitos sobre mercadorias holandesas	400.000	„
Direitos sobre o açúcar introduzido na Holanda	300.000	„
Renda de engenhos, capitais e escravos	<u>2.400.000</u>	„
Total	3.450.000	„

ou sejam 140.000, mais de 31.000 contos em poder aquisitivo de hoje.

Handelmann estimou em £140.000 a receita anual em 1644. Mas isso sem contar com a extraordinária receita proveniente da venda dos bens particulares confiscados por abandono dos proprietários.

20 Lippmann acentua que desde 1594 os holandeses começaram a se interessar pelo Brasil. Em 1608, um relatório de Usselinx já esclarecia que não eram o ouro e a prata os valores da colônia, mas sim, o pau-brasil, matérias-primas e, principalmente o açúcar. Durante o armistício hispano-holandês, entre 1608 e 1621 dez a quinze navios holandeses ao ocupavam, anualmente, com o comércio do pau-brasil e açúcar.

Agenor de Roure calculou que subiram a £360.000, no tempo de Nassau, as rendas públicas, incluindo o produto dos engenhos vendidos por abandono.

Esses números estariam, talvez, abaixo da realidade.

Numa brochura aparecida em Amsterdã, em 1639, em grande parte transcrita por Netscher²¹ e que parece ter sido redigida por um conhecedor da situação, estão indicadas as seguintes rendas prováveis da Companhia no Brasil, sem computar as presas de guerra em terra e mar:

Dízimo sobre o açúcar e mais os direitos de 20% sobre uma produção total de 33.000 caixas de 20 arrobas (9.000 caixas a 240 fl.) .	2.160.000	fl. ²²
Fretes e direitos de inspeção sobre as 24.000 caixas pertencentes a particulares.	1.440.000	„
Contribuições sobre o tabaco, sal, pau-brasil e outras exportações .	400.000	„
Lucros sobre 5.000 escravos, adquiridos em Angola a 30 fl. e vendidos entre 300 e 500 fl. por cabeça	150.000	„
Vendas dos engenhos confiscados, terrenos para culturas e construções.	500.000	„
Contratos de vinho, cervejas, farinhas, gado, balanças, passagens, pontes, etc.	200.000	„
Direitos de inspeção, fretes e avarias sobre o consumo e transporte de vinhos espanhóis.	252.000	„
Idem s/ vinhos franceses	258.000	„
Idem s/ azeite	46.500	„
Idem s/ cervejas.	43.500	„
Idem s/ vinagres, peixes salgados, etc	27.000	„
Idem s/ sebos e couros	22.400	„
Idem s/ farinhas, biscoitos, manteiga, óleo de linhaça, e de baleia, especiarias, etc.	450.000	„
Idem s/ panos, lãs, sedas, cobre, ferro, aço, estanho, pranchas, etc.	477.850	„
	<hr/>	
	6.427,250	fl.

21 P. M. Netscher – *Lee Hollandais au Brésil*, 1853.

22 Na base de 12 florins por arroba, o preço corresponderia a 2\$400 em moeda portuguesa do tempo.

ou sejam 1.285:450\$000 ou cerca de £600.000.

Estes algarismos, por sua vez, parecem-nos bastante majorados. Deles ressalta que os rendimentos diretamente ligados à indústria representavam mais de 60% do total.

Não é exagerado, porém, que se compute em mais de £15.000.000 o valor do açúcar distraído para os Países-Baixos durante a ocupação holandesa, o qual, com outros artigos da terra, representaria cerca de £20.000.000 desviados do comércio português!

Os relatórios da Companhia holandesa, entre os quais estão publicados os de Joanes de Laet, elucidam os lucros da Companhia e os enormes prejuízos infligidos às Coroas de Portugal e Espanha.

Só entre 1623 e 1636 foram tomados ou incendiados 547 barcos espanhóis e portugueses, que, com as cargas que conduziam, e mais prejuízos causados, elevaram a mais de 100.000.000 de florins as perdas dos ibéricos²³ ou sejam cerca de £9.000.000 nesses 13 anos acima de dois milhões de contos de réis em poder aquisitivo de hoje²⁴ esses números explicam também o fausto que existia em Pernambuco e as prodigalidades de Nassau.

Lutando os holandeses com falta de colonos, pois não vingaram as tentativas que fizeram para atrair imigrantes alemães (Handelmann), resolveram estimular a volta dos portugueses, proporcionando-lhes créditos e outras facilidades para incentivar a produção açucareira.

A cobrança desses débitos, promovida após a retirada de Nassau (1644), agravada pelo declínio dos preços do açúcar, auxiliou a revolta dos antigos ocupantes contra o domínio holandês.

Apesar das vitórias conseguidas no Brasil, anuiu Portugal, para a assinatura da paz definitiva, em pagar à Holanda uma indenização de 4.000.000 de cruzados, cerca de £600.000 em dinheiro, açúcar, tabaco, e

23 *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XLI.

24 Terminando o armistício com a Holanda, esta logo fundou a Companhia das Índias Ocidentais e, em 1624, atacava a Bahia, onde se apossou de 3.900 caixas de açúcar e fez grande devastação. O período de apresamentos marítimos culminou em 1628 com a tomada da frota de prata, espanhola, que entre esta carga e o açúcar conduzia valores montando a 15.000.000 de florins, cerca de £ 1.400.000! Isto forneceu fartos recursos para preparar a grande expedição contra Pernambuco.

sal, tal o empenho que havia de pôr cobro à situação! Para essa indenização concorreu o Brasil com 1.920.000 cruzados, pagos em 16 anos, à razão de 120.000 cruzados por ano.

Conseqüências econômicas e financeiras

Compreende-se hoje, do exame desses algarismos, as conseqüências econômicas e sociais do ciclo do açúcar.

Fizeram-se, a partir do fim do século XVI, rápidas fortunas e um luxo descomedido passou a imperar nas capitânicas do Norte. Todos os antigos historiadores são fartos nessas narrativas. Não fossem a subordinação à Espanha, as guerras em que se viu envolvido e outras circunstâncias que já apontamos, bem maiores teriam sido os proventos de Portugal em tal fase de sua economia.

Em 1600 seriam 100.000 os habitantes do Brasil, dos quais 30.000 da raça branca. Em 1700 a população de colonos e homens livres não deveria exceder de 200.000. Nunca teve o país uma tão grande produção e exportação *per capita*!

Desde princípios do século XVII salientam todos os cronistas e viajantes o número relativamente grande de colonos abastados no Norte, em contraposição com a pobreza acentuada do Sul. É que aqui não se podia desenvolver a indústria açucareira em condições favoráveis para a exportação, tal como nos massapês do Norte, regiões ainda muito mais próximas dos centros consumidores, em tempo em que a navegação se processava em tão difíceis condições. Daí o relativo isolamento em que evoluía a Capitania de São Vicente, enquanto que aos portos do Norte afluíam, anualmente, centenas de embarcações, que se empregavam no tráfico do açúcar, escravos, pau-brasil e outros artigos.

A história registra, também, os excessos a que se entregavam os ricos do Norte, empenhando-se em avultadas dívidas com os mercadores de Lisboa, na ambição de aumentarem sempre “as suas fazendas” ou na orgia de despesas improdutivas. De forma que uma baixa no mercado de açúcar acarretava, já naquela época, as conseqüências que são bem conhecidas de todos os lavradores que não tenham agido, nos tempos favoráveis, com a necessária prudência.

Não é exagerado calcularem-se em 25% sobre a exportação do açúcar, as rendas diretas e indiretas, auferidas pela Coroa portuguesa. Foi no império do açúcar que Portugal se apoiou no século XVII; no ouro e no açúcar do Brasil foi buscar, no século XVIII, os seus principais proventos. Havia terminado o período deficitário da Terra de Santa Cruz, que, desde então, e por duzentos anos, ia proporcionar fortes saldos à Metrópole portuguesa. Mas o ciclo do açúcar só foi possível com a solução do problema da mão-de-obra, cujo estudo será objeto do capítulo imediato.

Vocabulário Açucareiro de Antonil

TEODORO CABRAL – Da Revista *Brasil Açucareiro*, nº 4, ano III, junho de 1935.

AÇÚCAR BRANCO – Diz Antonil que “o branco toma este nome da cor que tem”. E enumera os seguintes tipos: o *fino* é o mais alvo, fechado e de maior peso, é o que ordinariamente dá a primeira parte da fôrma; o *redondo* é algum tanto menos alvo e menos fechado; o *baixo* é ainda menos alvo e quase trigueiro na cor; o *branco batido* é feito de mel que escorre das fôrmas, cozido e batido outra vez.

AÇÚCAR DE CARA FECHADA – é o que, solidificando-se na fôrma, endurece e dificilmente se quebra.

AÇÚCAR DE CARA QUEBRADA – é o que, solidificando-se na fôrma, fica quebradiço.

AÇÚCAR MACHO – é o açúcar bem purgado. Os açúcares brancos: *fino*, *redondo* e *baixo* são açúcares machos.

AÇÚCAR MASCAVADO – é o que se tira do fundo das fôrmas.

AJUDA-BANQUEIRO – veja *banqueiro*.

AGUILHÃO – peça de ferro metida no meio dos cilindros de pau do engenho.

APICU – o mesmo que *apicum*, terreno alagadiço formado à beira-mar pelos resíduos das enchentes. Fica entre o mar e a terra firme.

AREÍSCO – o mesmo que *arisco*, terreno arenoso.

BANQUEIRO – oficial que, de noite, fica encarregado da casa das caldeiras. O seu auxiliar chama-se *ajuda-banqueiro*.

BARRO – argila. “O barro com que se purga o açúcar é tirado dos apicus.”

CABUCHO – o açúcar do fundo das fôrmas, ou açúcar mascavado.

CACHAÇA – espuma grossa que se tira das caldeiras na primeira fervura do caldo de cana durante o processo da evaporação. Também significa aguardente.

CALCANHA – varredeira de engenho.

CALIZ – calha de madeira usada nos engenhos de açúcar. “Cano de pau, que chamam caliz.”

CAPELÃO – o sacerdote encarregado da capela do engenho. Dizia Antonil que dentre as pessoas e oficiais a serem admitidos no engenho, “o primeiro que se há de

escolher com circunspeção, e informação secreta do seu procedimento e saber, é o capelão.” E aconselha que “se for necessário dar ao capelão alguma coisa mais do que se costuma, entenda que este será o melhor dinheiro que se dará em boa mão”.

CATUMBÁ – cocho do caldo, também chamado *cocbeira*.

DORMENTE – trave de pau em que assenta a ponte da moenda do engenho.

ESCUMADEIRA – colher achatada, perfurada, para retirar as escumas da calda do açúcar.

FEITOR – capataz. Havia o feitor da moenda, o feitor do canavial e outros, todos sob a direção do feitor-mor, a quem o senhor do engenho outorgava ampla autoridade, inclusive a de castigar os escravos.

FERIDOR – extremidade do caliz que fica por cima das rochas nos engenhos de açúcar.

FEIXE – molhe de 12 canas.

FÔRMA – vaso de barro queimado, de forma cônica, semelhante a um sino de boca para cima, com um orifício, ao fundo, para purgar o açúcar. Pelo orifício escorre o mel, deixando depositado o açúcar cristalizado. O conteúdo da fôrma, depois de purgado e solidificado, é o pão-de-açúcar.

GUINDADEIRA – escrava que guindava o caldo, conduzindo-o em cubos, dois de cada vez.

MÃO – 50 feixes de cana (10 feixes por cada dedo), tendo cada feixe 12 canas. A tarefa diária de um escravo era cortar sete mãos ou 350 feixes. Os escravos cortavam as canas e as escravas as enfeixavam. Adotava-se a contagem digital por ser mais acessível à compreensão dos negros.

MASSAPÊ – terra fina, gomosa e fresca, boa para plantar cana; terreno lamacento.

MESTRE – é o técnico na fabricação do açúcar, cabendo-lhe a direção de todos os serviços. O seu auxiliar diurno chama-se *sotomestre*. No trabalho noturno, na casa das caldeiras, é substituído pelo banqueiro e pelo ajuda-banqueiro.

MOENDA – as moendas, ao tempo de Antonil, eram constituídas de três grossos cilindros de pau, forrados de lâminas de ferro.

PAROL – cocho, tina ou tanque; o cocho que recolhe o caldo da moenda.

PEJADOR – aparelho que faz parar o engenho.

PEJAR – parar o engenho, cortando a água que o move.

POMBA – colher grande, de cobre, que serve para passar o melado da caldeira para o parol.

PONTE – a peça em que gira a moenda.

REMINHOL – colher grande, de pau, usada na casa das caldeiras, nos engenhos.

REPARTIDEIRA – pequeno tacho, de cobre, para distribuir, nas fôrmas, o mel apurado a ponto de fazer açúcar bruto.

SALÃO – na sua tradução da obra de L. Wray (*O lavrador prático da cana-de-açúcar*, Bahia, 1858), J. E. da Silva Lisboa traduz *brick mould* por salão e diz: “Há salão de várias cores, por conseqüência de diferentes riquezas – compõe-se de uma mistura de areia e de barro em tais proporções, que o ar e a água podem calá-lo até certa profundidade com suficiente facilidade”, e ajunta que pode ser facilmente revolvido e que encerra certos vegetais e outras matérias.

SOTOMESTRE – O mesmo que *Banqueiro*. Desempenha, durante a noite, as mesmas funções que o mestre durante o dia.

TAMBOR – lâmina de ferro que forra os eixos ou rolos de madeira, ou cilindros de ferro que os envolvem.

TENDAL – espaço onde se assentam as fôrmas de açúcar, nos engenhos.

VIRGEM – ou *virgens*, traves de madeira, enterradas no chão, que sustentam os dormentes. Veja *dormente*.

Foi esta a quinta aula dada em 22 de maio de 1936, nas condições das anteriores.

.....

Capítulo VI

A MÃO-DE-OBRA SERVIL NO PERÍODO COLONIAL

A MÃO-DE-OBRA SERVIL NO PERÍODO COLONIAL. A NOÇÃO DO TRABALHO NO PASSADO E NO PRESENTE. O IMPERATIVO ECONÔMICO DO TRABALHO FORÇADO NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL. A ESCRAVIDÃO VERMELHA. A ESCRAVIDÃO NEGRA. O TRABALHO NO CONTINENTE AMERICANO. O MAIOR EMPREGO DO BRAÇO INDÍGENA, NA AMÉRICA ESPANHOLA. A PREFERÊNCIA AO BRAÇO NEGRO NO BRASIL. O TRÁFICO AFRICANO. NÚMERO DE ESCRAVOS UTILIZADOS NO PAÍS. A SERVIDÃO NO CONTINENTE EUROPEU. O TRABALHO NA AMÉRICA SETENTRIONAL. NÚMEROS E COMPARAÇÕES.

P

ODEMOS, hoje, definir o trabalho como a expressão da atividade social desenvolvida pelo indivíduo, visando assegurar um padrão de vida reclamado pelas suas aspirações. Há ainda uma tendência, cada vez maior, para diminuir as diferenças na apreciação das várias formas dessa atuação.

Não foi assim no passado. Asseguradas, preliminarmente, as condições indispensáveis à subsistência, as classes dominadoras concentravam as suas atividades principais nas lides guerreiras, religiosas e políticas, relegando para as inferiores as preocupações do trabalho, que foi considerado, por muito tempo, como atividade pouco digna.

Nas civilizações orientais, a escravidão era uma instituição comum. Na maioria dos povos africanos, havia duas classes de escravos: os servidores, que constituíam uma casta social inferior, mas da qual não havia uma separação rigidamente estanque, e os cativos de guerra, empregados nos serviços mais penosos, que iam, com o tempo, sendo absorvidos pela primeira.

Na América, o caso era diferente. A não ser as civilizações mais adiantadas dos altiplanaltos do México, do Peru e da Colômbia, o continente era habitado por uma grande variedade de tribos nômades, de vida primitiva, em que era praticamente desconhecido o trabalho organizado.

Para os primeiros habitantes da costa do Brasil, que viviam principalmente da caça e da pesca, variando constantemente suas localizações, o escravo representaria um trambolho; o homem aprisionado na guerra lhes era muito mais útil como alimentação, que, muitas vezes, escasseava; daí, uma das razões do grande canibalismo reinante.

Resolvendo os lusitanos a ocupação definitiva da terra e não podendo, para isso, contar com simples feitorias comerciais, pois que não havia produtos naturais e de indústria suficientes para manter uma organização de escambo regular, tiveram de empreender culturas adequadas às zonas tropicais, constituindo a garantia econômica dessa ocupação.

O trabalho forçado como imperativo econômico

Era a indústria açucareira a que apresentava as maiores probabilidades de sucesso e que vinha sendo experimentada há várias dezenas de anos nas ilhas portuguesas.

A sua implantação demandava uma abundante mão-de-obra. Como obter imigração européia voluntária e suficiente para tais trabalhos, se esse continente, com pouco mais de 50 milhões de habitantes, estava no momento absorvido pelas revoluções comercial e agrária, e assolado, em muitas de suas regiões, por guerras incessantes? Como conseguir, ainda, que trabalhadores europeus, no regime social e político da época, encontrando além disso serviços suficientes em zonas climáticas a que estavam afeitos, fossem voluntariamente emigrar para colônias tropicais, a fim de atuar em desacordo com suas tradições e aptidões físi-

cas? Ademais, Portugal despovoava-se com suas expansões marítimas e com suas guerras no ultramar.

Os indígenas no Brasil, com mentalidade inteiramente primitiva, muito distanciada do tipo de civilização, que gera a contínua ambição de riquezas, não trabalhavam voluntariamente em qualquer ocupação fixa; nem tampouco possuíam, para isso, a necessária resistência física.

Só restava, pois, aos lusitanos, a obtenção da mão-de-obra necessária à organização econômica da Terra de Santa Cruz, no trabalho forçado. Recorreram à escravidão indígena, inteiramente dentro da mentalidade da época, pois que no sul da Europa ainda era intenso o comércio de escravos, provenientes do tráfico africano e das guerras religiosas; e em vastas zonas da Europa Central e do Norte, imperava a servidão da gleba.

Surgiu, assim, o uso dessa instituição como um imperativo econômico inelutável: só seriam admissíveis empreendimentos industriais, montagem de engenhos, custosas expedições coloniais, se a mão-de-obra fosse assegurada em quantidade e continuidade suficientes. E por esses tempos e nestas latitudes, só o trabalho forçado proporcionaria tal garantia.

O comércio escravista estava bem dentro do espírito reinante. Já em 1511, a nau *Bretoa*, pertencente aos contratantes do pau-brasil, levava para Lisboa 30 índios cativos, apanhados em terras brasileiras.

Os primeiros colonizadores de São Vicente, muito antes da chegada de Martim Afonso de Sousa, escravizavam índios, de tribos, naturalmente, hostis àquelas com que se achavam associados. A propósito, antigos cronistas do Brasil fazem referências ao porto de escravos de São Vicente.

J. Poríbio Medina, na descrição da viagem de Sebastião Caboto, se refere ao fato, no tomo relativo aos documentos: “Preguntado que cosas trae en aquesta nao (*Santa María del Espinas*) dijó que en esta nao no viene cosa ninguna, sino ciertas muestras de metales que trae el capitan en muy pocas cantidades, y ciertos pellejos de animales para aforros que vienen en la nao, y obra de cienoenta esclavos que hobieram en el puerto de San Vicente ques en los términos de Portugal, que los compraran alli la gente que viene en esta dicha nao, los cuales compraron a quatro ó cinco ducados, de um Gonzalo de

Avosta que viene con Diego García, fiados a pagar acá en España, e otros compraron de otros portugueses e se los pagaron en cosas de rescates que llevaban particulares.”

O Comandante Eugênio de Castro, na conferência proferida por ocasião do 4º centenário de São Vicente, menciona que Gonçalo da Costa, associado ao Bacharel e a outros portugueses, acordara com Diego García, que comandava uma expedição espanhola ao rio da Prata, “uma carta de fretamento de 800 escravos para a nau grande espanhola, a maior que, pelo calado, não julgava capaz de entrar no rio Solis”, como era então conhecido o estuário do Prata.

Independentemente das produções em maior escala, para fins de comércio, era muito difícil a própria subsistência do homem europeu, sem o apoio de elementos servis que conhecessem os recursos da terra. É o que confirma Pero de Magalhães Gândavo, no seu admirável *Tratado da Terra do Brasil*, escrito por volta de 1570:

“Os moradores desta costa do Brasil todos têm terras de sesmarias dadas e repartidas pelos capitães da terra, e a primeira coisa que pretendem alcançar são escravos para lhes fazerem a granjearem suas roças e fazendas, porque sem eles não se podem sustentar na terra: e uma das coisas por que o Brasil não floresce muito mais, é pelos escravos que se levantarão e fugirão para suas terras e fogem cada dia: e se estes índios não foram tão fugitivos e mudáveis, não tivera comparação a riqueza do Brasil.

.....

“As pessoas que no Brasil querem viver, tanto que se fazem moradores da terra, por pobres que sejam, se cada um alcançar dois pares ou meia dúzia de escravos (que pode um por outro custar pouco mais ou menos até dez cruzados) logo tem remédio para sua sustentação; porque uns lhe pescam e caçam, outros lhe fazem mantimentos e fazenda e assim pouco a pouco enriquecem os homens e vivem honradamente na terra com mais descanso que neste reino, porque os mesmos escravos índios da terra buscam de comer para si e para os senhores, e desta maneira não fazem os homens despesa com seus escravos em mantimentos nem com suas pessoas.”

E também acrescenta: “E assim há também muitos escravos de Guiné; estes são mais seguros que os índios da terra, porque nunca fogem nem têm para onde.”

A escravidão vermelha

É de salientar que o meio não fornecia reservas de que se lançasse mão; e a garantia da alimentação era tão necessária como a segurança pessoal. Não são raros, na história da civilização americana, os casos de padecimentos e de morte pela fome. Utilizando-se, a princípio, para a faina produtora, do trabalho voluntário de índios mansos e do forçado, dos silvícolas hostis, as necessidades obrigaram os primeiros colonos a estender essa servidão; datam daí as terríveis lutas que tiveram de sustentar contra os autóctones, quando estes começaram a compreender o que representaria a ocupação da sua terra pelos brancos.

Graças, talvez, aos ensinamentos do que já ocorrera na América espanhola, mostram-se os governantes portugueses inclinados a atenuar a sorte dos silvícolas e a atender aos reclamos dos jesuítas e das ordens religiosas, que se puseram em defesa dos infelizes íncolas. Cristóvão Colombo encontrara as Antilhas espanholas densamente habitadas. Alguns historiadores, baseados nos números exagerados de Las Casas (1515), avaliam em cerca de um milhão os habitantes de Haiti. Em poucos anos, porém, essa população estava reduzida a poucos milhares, tal a devastação que tinham ocasionado as guerras, as doenças introduzidas pelos brancos, o trabalho forçado nas indústrias de mineração, e outras. Dados os protestos dos religiosos, interveio o Governo castelhano com abundante legislação, favorável aos indígenas, que não era, porém, cumprida ou se deturpava ao sabor de interesses econômicos dos conquistadores espanhóis. Por proposta de Colombo, instituiu-se o regime do “repartimiento” e da “encomienda”. O “repartimiento” regulamentava a distribuição das terras; a “encomienda”, a entrega, a “recomendação” de um determinado grupo de silvícolas concedido aos donatários espanhóis, que se encarregariam de sua civilização e salvação religiosa. Habitando em ilhas, ou fixados, pelo seu estado de civilização mais adiantada, em determinadas zonas, os ameríndios das primeiras regiões ocupadas pelos espanhóis estavam mais sujeitos ao seu controle que os da terra de Santa Cruz, pelos colonos portugueses.

A abertura das minas, a pesca de pérolas e os trabalhos agrícolas, nas Antilhas, no Peru, no México e na Colômbia provocaram uma devastação sem precedentes na população indígena. A ignorância acerca

de suas condições físicas contribuiu em grande parte para tal resultado. De fato, a obrigatoriedade do trabalho dos aborígenes oriundos das planícies em lugares altos, com alimentação e vestimentas impróprias, provocou uma grande mortandade, sucedendo o mesmo com os aborígenes dos planaltos, obrigados a descer com seus carregamentos, para alcançar a costa, numa época em que não havia outros meios de transporte.

A escravidão negra

Para a indústria açucareira, iniciada nas Antilhas, e para a mineração do ouro, uma vez esgotadas as primeiras populações, procuraram os espanhóis se abastecer de mão-de-obra nas ilhas das Lucaias; mas as tribos aí colhidas suicidavam-se em massa, tal o esgotamento a que chegavam e o horror pelo trabalho que lhes era imposto. Surgiu, então, a necessidade de se recorrer a outra espécie de mão-de-obra, que resistisse onde o índola assim fracassava. Os espanhóis conheciam a mão-de-obra africana, pois já a haviam utilizado na indústria açucareira das ilhas das Canárias e na própria Península Ibérica. Alguns negros foram levados para as Antilhas por colonos que acompanharam Nicolás Ovando, em 1502.¹

Em 1511, foram introduzidos nas Antilhas os primeiros 50 negros que pisaram a América, como produtos de tráfico regular.²

Em 1517, foi concedido um “asiento” a Gomenot, Governador de Bresa, para a introdução de 4.000 negros, contrato que foi vendido a negociantes genoveses por 25.000 ducados.

Em 1528, foi concedido um “asiento” aos alemães Cigner y Sailer. Em 1595, o português Gomes Reynel conseguiu um privilégio de introduzir 38.250 escravos em nove anos.³

Parece que no Brasil a introdução de escravos africanos foi autorizada a partir de 1549, se bem que já houvesse alguns nos engenhos de São Vicente, desde 1535.

Acontecia, porém, que o grande viveiro de escravos pretos estava na zona mundial atribuída aos portugueses, pelo Tratado de Torde-

1 A. P. Newton – *The European Nations in the West Indies*.

2 Navarra y Lamarca – *Historia General de América*.

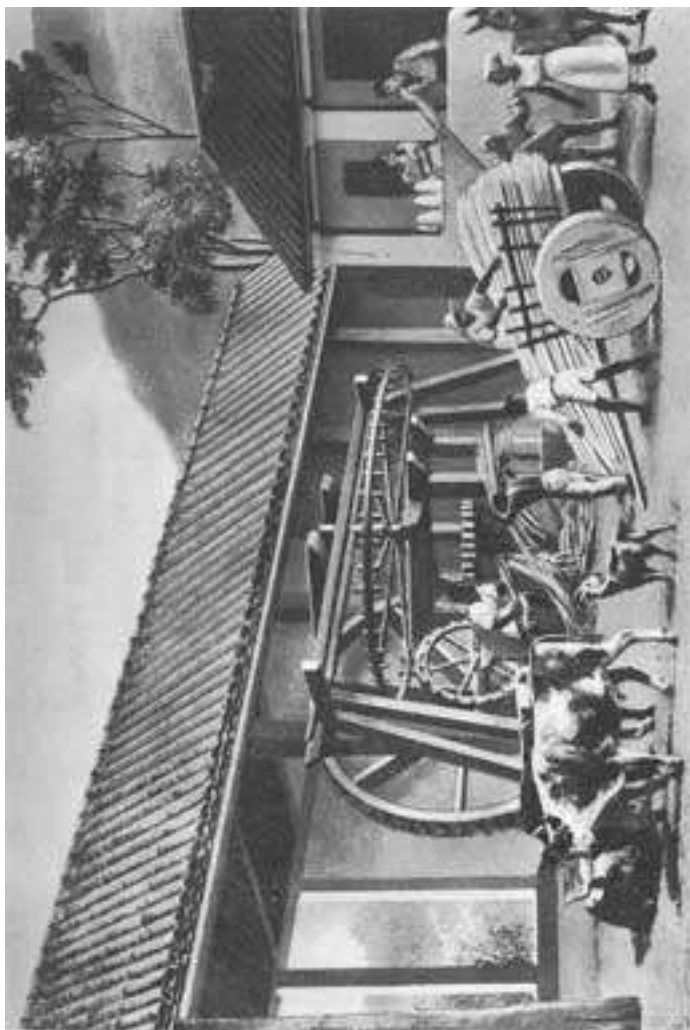
3 George Scelle – *La Traite Nègrière*.

silhas. Daí, a interferência do elemento lusitano em muitos desses fornecimentos à América espanhola.

Padecimentos dos europeus na América

Nos primeiros tempos, nas minas dos planaltos e nas avançadas para o Sul, era principalmente ao serviço indígena que recorriam os colonizadores espanhóis. Se nessas explorações e na expansão a que se entregaram para ocupar a costa do Pacífico, o estuário do Prata e a Patagônia, estimulados em boa parte pelos tesouros do México e do Peru, devastaram as populações indígenas, sofreram, também, enormes perdas e toda a sorte de vicissitudes.

No período em que no Brasil o plano colonizador de D. João III já esboçava uma ocupação definitiva da terra, D. Pedro de Mendonza partiu para colonizar a região do rio da Prata e ocupar 200 léguas da costa do Pacífico. Não longe do litoral, à margem da imensa planície, que se estendia até os Andes, construiu as primeiras casas de adobo, cobertas de palha, iniciando a fundação de Santa María de Buenos Aires. “Os únicos habitantes do vasto pampa eram tribos selvagens nômades, que se abrigavam sob primitivas cabanas transportáveis, feitas de peles, e viviam da pesca e caça, não fazendo colheitas e não possuindo animais domésticos, pois o gado, os cavalos e os carneiros não eram dali originários. Os índios querandins se mostravam amigos; presenteavam aos espanhóis durante algum tempo com produtos da caça e da pesca; mas quando ficaram cansados de sustentar estranhos, estes, que esperavam viver do seu trabalho, exigiram alimento; finalmente, no Natal de 1536, seis meses após a sua chegada, Mendonza enviou um destacamento para castigar os indígenas insolentes; os cavaleiros espanhóis atolaram-se em um banhado no violento ataque que desfecharam ao seu acampamento. Diego, irmão de Mendonza, foi morto com um golpe de “boleadora”, arma característica do pampa e muitos homens perderam ali a vida. “Os querandins, chamando outras tribos em seu auxílio, atacaram por milhares. Projéteis incendiários atearam fogo às cabanas espanholas, que eram cobertas de palha e a vários navios que estavam ancorados perto da terra. No entanto, no interior do campo espanhol, o verdadeiro inimigo era a fome que foi seguida pela pestilência e pelo canibalismo, onde até os cadáveres de três soldados, que tinham sido enforcados por haverem comido



Engenho em princípio do século XIX



Frota batava no Brasil Holandês.. Paraíba, 1640

um cavalo, foram devorados pelos seus próprios compatriotas. Navios despachados do local trouxeram alguns alimentos, mas somente após ter perecido de fome a metade da equipagem. Um outro trouxe do Brasil um pouco de víveres; mas eram apenas expedientes. Mendonza, após ter subido um pouco o rio da Prata, voltou para a Espanha em 1537, morrendo em viagem. O seu substituto, Juan de Ayola, fundou Santa Maria de Assunção. Buenos Aires foi novamente fundada em 1580 e a região teve, então, de ser ocupada por verdadeiros colonos que se entregavam à criação de gado.”⁴

Se, na conquista e na ocupação de todo o continente sul-americano, se registram passagens atroz, quanto aos sofrimentos infligidos aos aborígenes e aos africanos, não é também pequena a lista do martirólogo dos brancos, em seu afã de procurar riquezas ou de colonizar as novas terras.

Os naufrágios, os assaltos dos aborígenes, as hostilidades do meio, as privações e doenças tropicais, agravavam sobremodo o coeficiente da mortalidade dos que vinham tentar a vida no Novo Mundo.

Acrescente-se ainda uma longa relação de missionários religiosos, que aqui se sacrificaram.

A escravidão no Brasil

Já expusemos os motivos de ordem política que levaram Portugal a cuidar seriamente das terras de Santa Cruz. Vimos os fundamentos econômicos, em que tiveram de apoiar-se os lusitanos para assegurar uma ocupação definitiva da terra, numa fase em que em outras regiões ainda predominava um mercantilismo sem peias. Não é sem razão esta observação de Gilberto Freire:

“Considerando o elemento colonizador português em massa, não em exceções como Duarte Coelho – tipo perfeito de grande agricultor – pode dizer-se que seu ruralismo no Brasil não foi espontâneo, mas de adoção, imposto pelas circunstâncias. Para os portugueses o ideal teria sido não uma colônia de plantação, mas outra Índia com que israelitamente comerciassem em especiarias e pedras preciosas; ou um

4 A. Kirkpatrick – *Les Conquistadors Espagnols*.

México ou Peru donde pudessem extrair ouro e prata. Ideal semita. As circunstâncias americanas é que fizeram do povo colonizador de tendências menos rurais ou, pelo menos, com sentido agrário, mas pervertido pelo mercantilismo, o mais rural de todos: do povo que a Índia transformara no mais parasitário, o mais criador.”⁵

Com a evolução do trabalho dos engenhos, foi escasseando e se mostrando insuficiente a mão-de-obra indígena. Na segunda metade do século XVI, introduziram-se aos poucos os escravos africanos, que orçariam, por volta de 1600, em cerca de 20.000.

A importação se dava, principalmente, para as capitânicas da Bahia e do Norte, onde estava assegurada a indústria do açúcar; no Sul, onde a situação era de pobreza, o braço escravo tinha de ser o do indígena. À medida que se iam desenvolvendo as culturas do Norte, depois da expulsão dos franceses e a fundação do Rio de Janeiro, acentuou-se, no Sul, a necessidade crescente de mão-de-obra. A produção era aqui em grande parte para consumo interno e o encarecimento do transporte e a menor fertilidade das terras não permitiam, no Sul, a obtenção de recursos para o braço negro; daí a preferência obrigatória dos paulistas pelo braço indígena e o fundamento econômico das entradas, em busca do gentio. Entradas que mais se acentuaram, no período da expansão da indústria açucareira e das guerras com a Holanda, pelas dificuldades de mão-de-obra nas capitânicas do Sul. Mas a própria diferença de preços dos escravos indicava a maior valorização do negro. Assim é que, no período de maiores preços, o indígena alcançava de 4\$000 a 70\$000 e o negro valia de 50 a 300 mil-réis, 20 a 100 libras esterlinas, pelos câmbios de então.

Ainda assiste razão a Gilberto Freire, quando diz: “Deixemo-nos de lirismo com relação ao índio. De opô-lo ao português como igual contra igual. Sua substituição pelo negro – mais uma vez acentuemos, não se deu pelos motivos de ordem moral que os indianófilos tanto se deliciam em alegar: sua altivez diante do colonizador luso em contraste com a passividade do negro. O índio, precisamente pela sua inferioridade de condições de cultura – a nômade, apenas tocada pelas primeiras e vagas tendências para a estabilização agrícola – é que falhou no trabalho sedentário. O africano executou-o com decidida vantagem sobre o

5 Gilberto Freire – *Casa-Grande e Senzala*.

índio, principalmente por vir de condições de cultura superiores. Cultura já francamente agrícola. Não foi questão de altivez nem de passividade moral.”

Estudando-se com maior atenção o assunto, compreende-se o grande esforço desenvolvido pelos jesuítas em prol da liberdade dos índios, diante de sua relativa tolerância em relação ao tráfico africano. A escravidão já existia há muito tempo no próprio continente negro. O preto mostrava-se resistente e capaz de suportar as vicissitudes do labor a que era chamado. O índio, com mentalidade muito mais atrasada, não tinha, seja a resistência física, seja a compreensão da necessidade do trabalho: daí, a hecatombe humana que representava a sua escravização.

O jesuíta, em face do imperativo econômico, e tendo que escolher, procurou, naturalmente, amparar o mais necessitado. Os esforços grandiosos que desenvolveu no Brasil e na América em favor da redenção e da elevação cultural das raças aborígenes, serão apreciados em capítulo especial, quando estudarmos a influência das missões jesuíticas sobre a formação da economia brasileira.

A legislação portuguesa se mostrava titubeante em relação ao trabalho dos índios. Admitida a escravização, a princípio, como se verifica dos forais dos donatários, foi, mais tarde, com a instituição do Governo Geral, recomendado um melhor tratamento aos índios. E logo se iniciou a atuação dos jesuítas, amparada pela bula papal que proclamou a liberdade dos índios.

D. Sebastião, em 1570, restabeleceu a liberdade, limitando a escravização aos que fossem aprisionados em guerras ordenadas por El-Rei ou pelo Governador. Mais tarde, a estenderam aos “índios da corda”, assim chamados os que, aprisionados pelos seus semelhantes e amarrados, à espera do sacrifício, eram resgatados pelos portugueses.

Já era usual a escravização dos indígenas aprisionados em guerras punitivas. Como exemplo desse hábito, registra a História a grande abundância de escravos que chegaram, no tempo, a ser exportados de Pernambuco para a Bahia, logo após ter sido devorado o Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha... É que os convivas tinham sido os caetés; e toda a tribo pagou, com o cativo, tão augusto repasto.

Teremos ensejo de verificar, examinando os trabalhos das missões jesuíticas no Norte e no Sul, as várias flutuações da legislação e

a maior ou menor obediência dos colonos portugueses, de conformidade com as condições econômicas do momento. No Norte, tivemos um sistema de contratos entre colonos e as missões, para a utilização periódica de turmas indígenas nos serviços de produção e em condições muito mais humanitárias que a célebre organização da *mita*, a conscrição para o trabalho obrigatório, na América espanhola, nos séculos XVII e XVIII. Foi Pombal, porém, quem fez decretar e respeitar a liberdade definitiva dos índios, pelas leis de 1755/1758.

Número de escravos importados

A escravidão negra tomou impulso no século XVII no período áureo da indústria açucareira no Brasil. Não que atingisse às cifras extremamente elevadas admitidas por alguns notáveis historiadores. De fato, a indústria básica da colônia era o açúcar. Já tivemos ocasião de verificar que, no século XVII, a produção anual deveria ter atingido a mais de 2 milhões de arrobas. O Padre Vieira calculava que, em meados desse século, o Brasil teria 33.000 escravos; Varnhagen avaliava em 40.000 e Gaspar Dias Ferreira, em cerca de 50.000. Na base de 60 arrobas por escravo, a produção açucareira seria, assim, de 2½ milhões de arrobas.⁶ Outros cronistas admitem que, dos escravos, 2/3 eram africanos. A produção total do açúcar, do século XVII, está computada, de acordo com os gráficos que organizamos, em cerca de 180 milhões de arrobas. Admitindo-se a produção média de 50 arrobas por escravo, o que não é muito para terras novas, e um desgaste tal que limite a sete anos a vida efetiva de um escravo,⁷ concluiremos que o século XVII absorveu, na produção açucareira, 520.000 escravos. Desses, teriam sido importados do continente africano no máximo 350.000. Durante a sua ocupação, os holandeses, em dez anos, importaram cerca de 23.000 escravos e avaliavam, em 1637, em 4.000 escravos anuais as exigências da colônia (Varnhagen). O estudo de muitos documentos relativos aos antigos engenhos dá

6 Vários cronistas, entre os quais Saint-Hilaire, chegam a admitir uma produção anual na base de 100 arrobas por escravo. Humboldt informa que na ilha de Cuba registrava-se a produção de pouco mais de 80 arrobas; em Jamaica, 70 arrobas e em São Domingos, 60.

7 Vários documentos, referentes à exploração de engenhos e mineração, atribuem vida média de dez ou mais anos.

ainda uma produção por escravo maior do que a que apontamos. Não é, portanto, exagerado o limite máximo que calculamos para o século XVII.

A indústria açucareira continuou a evoluir, havendo um declínio no volume de sua exportação em princípio do século XVIII, uma melhoria de situação em meados, novo declínio no final do século e uma nova ascensão a partir de 1820. O total do volume de açúcar exportado de 1700 a 1850 alcançaria, no máximo, 450 milhões de arrobas. Pelo critério adotado acima, verificaremos que seriam necessários para a sua produção, na pior das hipóteses, 1.300.000 escravos. Não será exagerado calcular-se que uma quarta parte teria sido produzida pelo braço indígena e por escravos já nascidos no Brasil. Chegaremos, assim, a 1.000.000 de escravos importados para esse período e a 1.350.000 entre 1600 a 1850 quanto aos importados para a indústria açucareira no Brasil.

O século XVII foi o da mineração. É mister, porém, não exagerar a quantidade de ouro extraído e exportado, que, se considerável para a época, era no entanto fraca comparada às grandes produções, posteriormente verificadas nos Estados Unidos e na África do Sul.

O período de maior produção vai de 1741 a 1761, em que se extraíram anualmente, em média, 14.6 toneladas. Ora, para essa mineração não poderiam ser efetivamente utilizados mais de 80.000 escravos. É verdade que, nos tempos de maior produção, havia uma considerável quantidade trabalhando em pesquisas, em regiões de fraco rendimento, tal a febre de enriquecimento que se apossou da colônia, o que fez elevar esse número a mais de 100.000. Esse período, no entanto, foi de curta duração, como teremos oportunidade de salientar.

Se, nos engenhos, eram utilizados menos de 50.000 escravos, seria muito natural que a procura para a mineração acarretasse uma desorganização naqueles trabalhos. Não acreditamos, porém, graças ao estudo da história econômica, que se possa atribuir ao serviço efetivo da mineração mais de 50.000 escravos, como média anual para todo o século XVIII.

Baseado na exposição que apresentamos no capítulo referente à mineração (Cap. XI – 2ª parte) admitimos a produção de 200 gramas de ouro para homem-ano, no século XVIII.

Teríamos, portanto, como escravos usados na mineração, no período colonial, adotando-se o mesmo padrão, vida média de sete anos, e supondo uma produção geral de 1.200.000 quilos, um total de 860.000, dos quais 600.000 ou dois terços seriam importados.

Os utilizados nas explorações diamantíferas não alterariam praticamente esses números, estando incluídos em nossa avaliação em conjunto com a mão-de-obra utilizada em outros misteres.

O café só começou a aparecer, como valor nacional apreciável, em 1820. Em 1850 a sua exportação estava representada por cerca de 1.500.000 sacas, menos de seis milhões de arrobas. A exportação total, no período em que havia tráfico africano, não atingiu a 150 milhões de arrobas. A produção anual média por escravo deveria ter sido superior a 100 arrobas. O café não é responsável, portanto, pela importação de mais de uns 250.000 escravos.

Alinhemos os números:

Açúcar.....	1.350.000
Mineração.....	600.000
Café.....	250.000

A acrescentar a esses algarismos, temos a escravaria trazida para a mineração dos diamantes, cultura de fumo, algodão e produtos alimentares. Para os serviços domésticos e para as empresas comerciais, a importação só avultou no começo do século XIX, quando a população da Colônia teve forte aumento, e, principalmente, depois de 1830, em que houve um pronunciado esforço para o incremento de várias produções. Vamos supor que todos estes serviços absorvessem 50% dos pretos novos utilizados nas maiores culturas do Brasil. Chegaremos a um total geral aproximado de 3.300.000 escravos, como o máximo admissível para a importação africana, assim distribuído:

Século XVII.....	- açúcar.....	350.000
	açúcar.....	1.000.000
	mineração.....	600.000
Séculos XVIII e XIX.....	café.....	250.000
	outros misteres.....	<u>1.100.000</u>
		3.300.000

O preço dos escravos

Com fundamento na história econômica, chega-se, pois, a resultados incomparavelmente inferiores aos registrados pelos vários historiadores, quanto à provável importação de africanos no Brasil.

Existem ainda outros elementos que comprovam as conclusões a que chegamos. O africano era um elemento caro; seu valor médio oscilou sempre entre 20 e 30 libras esterlinas. Houve momentos excepcionais em que valeu perto de £100. Uma importação de 3.300.000 escravos representa mais de 100 milhões de libras, importância considerável, relativamente aos valores produzidos pelo Brasil, avaliados, no período em apreço, em cerca de 170 milhões de libras para a mineração, e 400 milhões para o açúcar. Ademais, o braço escravo representava apreciável empate de capital; e a sua importação, dado o seu preço, só seria admissível para uma produção efetiva.

Se maior tivesse sido a importação, os frutos de seu trabalho apareceriam; e a história econômica, pesquisando os vários campos de atividade brasileira no período colonial, apontaria os elementos comprovantes.

As condições, sob as quais se processavam o tráfico africano e a navegação, contribuem também para confirmar o nosso ponto de vista. No preâmbulo desta cadeira, fizemos, muito propositadamente, um resumo histórico da navegação, para que pudéssemos tê-la como escala de referência nas diversas etapas da evolução econômica. Ora, nos séculos XVII e XVIII, ela se apresentava ainda bastante deficiente. Foi somente depois dos grandes aperfeiçoamentos marítimos, da descoberta da máquina a vapor e da utilização da hélice, que se possibilitaram as grandes migrações humanas.

A história do tráfico negreiro apresenta fases que também nos conferem alguns elementos de controle. O fornecimento de braços para a América espanhola foi, num dado período, considerado um dos grandes negócios internacionais. Os “asientos”, como eram então chamados esses contratos, foram disputadíssimos pelas grandes nações. George Scelle, em importante trabalho sobre o tráfico negreiro para as Índias de Castela, estuda exaustivamente o assunto e publica os principais contratos realizados.

No final do século XVIII, os portugueses conseguiram um “asiento” com Castela (1639). A esse contrato associou-se o Rei de Portugal, que tomou 4/5 do capital, na companhia formada para negócio reputado tão rendoso. A empresa se encarregava de introduzir, nas Índias espanholas, em 9 anos e 8 meses, de 1693 a 1703, 10.000 toneladas de negros, calculadas na base de três peças da Índia por tonelada. Cada peça da Índia era representada por sete quartas, cerca de 1,82m. Dividindo-se o comprimento total dos negros por 5,46m, obter-se-ia o número de toneladas da carga humana. Em geral, três negros de 8 a 15 anos davam duas peças; entre 4 e 8 anos, duas crianças valiam uma peça; e assim também valiam só uma peça dois negros entre 35 e 40 anos. Isto porque havia condições suplementares de idade, saúde etc., para formar o conceito de peça da Índia.⁸

Censurou-se, no entanto, em Lisboa, o “asiento” português, de pouco mais de 3.000 escravos anuais, como capaz de prejudicar o abastecimento da mão-de-obra na colônia brasileira!

Em virtude de pressão política do governo da França, conseguiram os franceses um “asiento”, em 1701, para fornecer 6.000 escravos anuais durante 12 anos. Avaliavam os contratantes que, dos 6.000 escravos transportados, cerca de 1.500 pereceriam em viagem, dando um total líquido de 4.500, que podiam ser vendidos a 300 escudos, uns pelos outros. O próprio Rei de França, Luís XIV, associou-se ao negócio.⁹

Finalmente, interveio a Inglaterra a favor de seus súditos, numa transação considerada de alto interesse pelos mercadores e armadores da época, a que também não foi estranha, aliás, a casa reinante. A

8 Conforme Calógeras, *Política Exterior do Império*, e D. Rinchón (citado por Taunay).

9 Não eram somente os homens de negócio e os reis que procuravam lucros com o tráfico negreiro. Até os filósofos!

“Voltaire, tendo tomado uma ação de 5.000 francos sobre um barco negreiro armado em Nantes por Michaud, escrevia a este: “Congratulo-me conyosco pelo feliz êxito do navio – O Congo – chegado oportunamente à costa da África para livrar da morte tantos negros infelizes. Sei que os que vão embarcados em vossos navios são tratados com muita doçura e humanidade, e por isso me felicito de ter feito um bom negócio, praticando ao mesmo tempo uma bela ação.” (Chateaubriand, *Estudos Históricas*.)

fim de lograr a assinatura do Tratado de Utrecht, em 1713, a Espanha foi obrigada a conceder aos ingleses um “asiento”, pelo prazo de 30 anos, em que aqueles forneceriam 4.800 peças da Índia, anualmente, ao mercado espanhol num total de 144.000 escravos.

O governo espanhol cobrava direitos de 331/3 pesos por cabeça (cerca de £8) sobre 4.000 peças anuais. O governo inglês passou esse contrato à célebre Companhia dos Mares do Sul (South Sea Co.), a mesma que provocou um dos maiores “encilhamentos” que registra a história econômica da Inglaterra.

Ora, se nessa época tais contratos eram considerados de tão grande monta, a ponto de estarem neles envolvidos interesses internacionais, como se admitir que pudessem passar despercebidos fornecimentos muito maiores à América portuguesa? É verdade que as nações que os disputavam, visavam também fazer o contrabando de produtos manufaturados, no mercado espanhol e trazer valiosas cargas de retorno. Mas, como demonstra exaustivamente Scelle, era o tráfico negreiro a principal preocupação dos “asientos”. Após o açúcar e os metais preciosos, constituía esse negócio o mais importante ramo do comércio marítimo, nos séculos XVII e XVIII.

O nosso erudito mestre Afonso de Taunay esclarece ainda que, em 1670, o capuchinho Frei João Antônio Cavazzi avaliava em 15.000 o número de escravos que saíam anualmente do Congo e Angola para toda a América. E que, em 1792, *Sir* George Stanton dizia ser a importação total dos escravos no Brasil de 20.000 peças, das quais 5.000 cabiam ao Rio de Janeiro.¹⁰

Os rendimentos da Coroa

O Governo português auferia grandes lucros com o tráfico dos escravos. Cobrava direitos de entrada, 3\$000 por cabeça, depois elevados a 3\$500.¹¹ A fim de evitar que se diminuíssem os escravos dos

10 Numerosos documentos que compulsamos fortaleceram a nossa convicção de que a importação africana andou em torno de 3.500.000.

11 Carta Régia de 10 de julho de 1699.

engenhos, com dano para estes, impôs o tributo de 4\$500 para cada um que fosse despachado para as minas.

Houve épocas em que o comércio da África para o Brasil era livre, exigindo a Coroa apenas 4\$000 por escravo exportado. Além desse imposto, cobraram-se em outras fases direitos, no Brasil, que variaram entre 3\$000 e 4\$500. Noutros, o Governo outorgou monopólios, elevando o imposto até 8\$700.

A Coroa portuguesa, insatisfeita com os tributos e outras vantagens que retirava do comércio dos escravos negros, chamou-o a si, durante certo tempo, fazendo comprar os cativos e revendendo-os na colônia com grande lucro. Pela Carta Régia de 21 de dezembro de 1697, se aplicou, com esse objetivo, a soma de 25.000 cruzados, mencionados, aliás, como destinados a drogas. A Carta Régia de 16 de novembro de 1697 diz expressamente que o Rei tomará a si introduzi-los a bem dos povos. Em 6 de fevereiro de 1703, fixou-se o preço de cada um em 160\$000; e a Provisão de 24 de fevereiro de 1719, em 300\$000, apesar de se reconhecer que ao Rei ficava cada um, posto nas capitâneas, em 94\$000!¹²

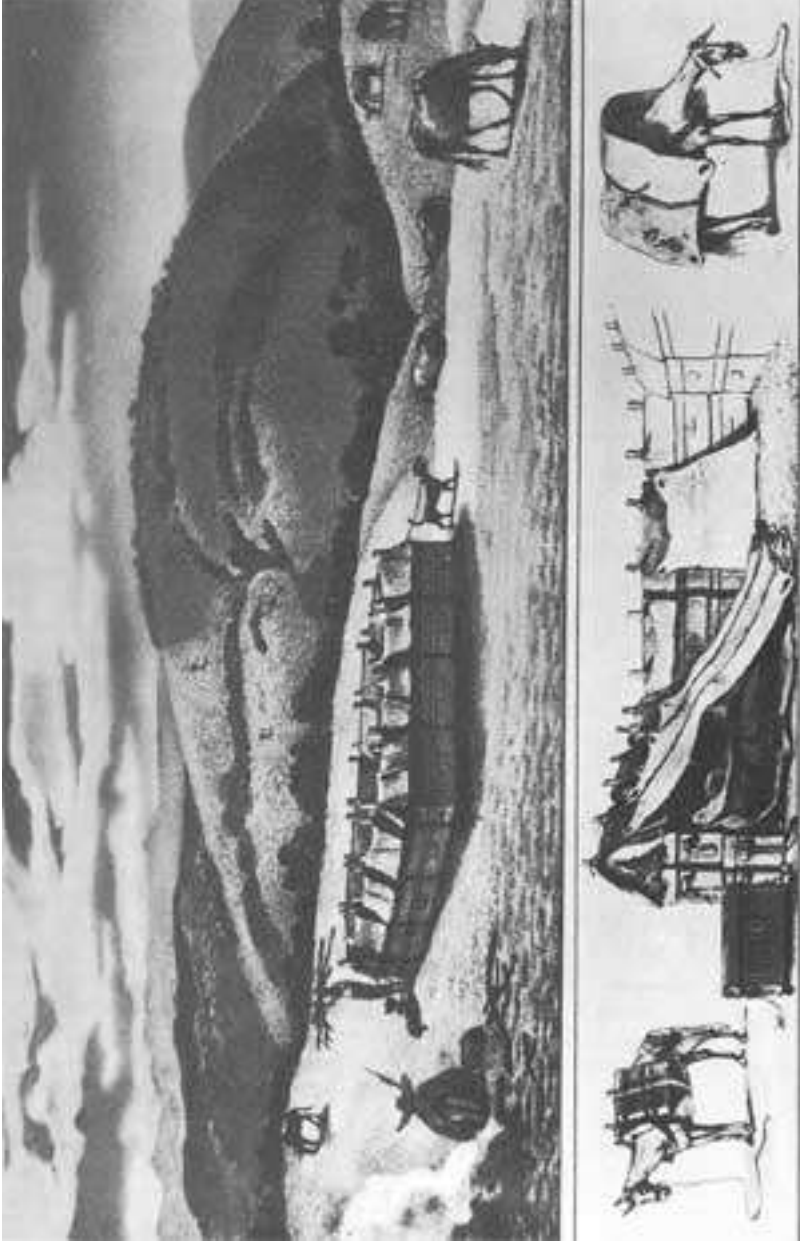
Foi criado ainda um imposto de sisa de 5% sobre a venda do escravo “ladino”, assim chamado o que já se achava aclimatado na colônia.¹³

De acordo com o Alvará de 25 de abril de 1818, sobre direitos aduaneiros, cada negro novo, de mais de três anos, trazido da África, devia pagar, além dos direitos já existentes, e que então montavam a cerca de 6\$000, uma taxa adicional de 9\$600. Parte deste adicional deveria constituir um fundo para promover a colonização branca.

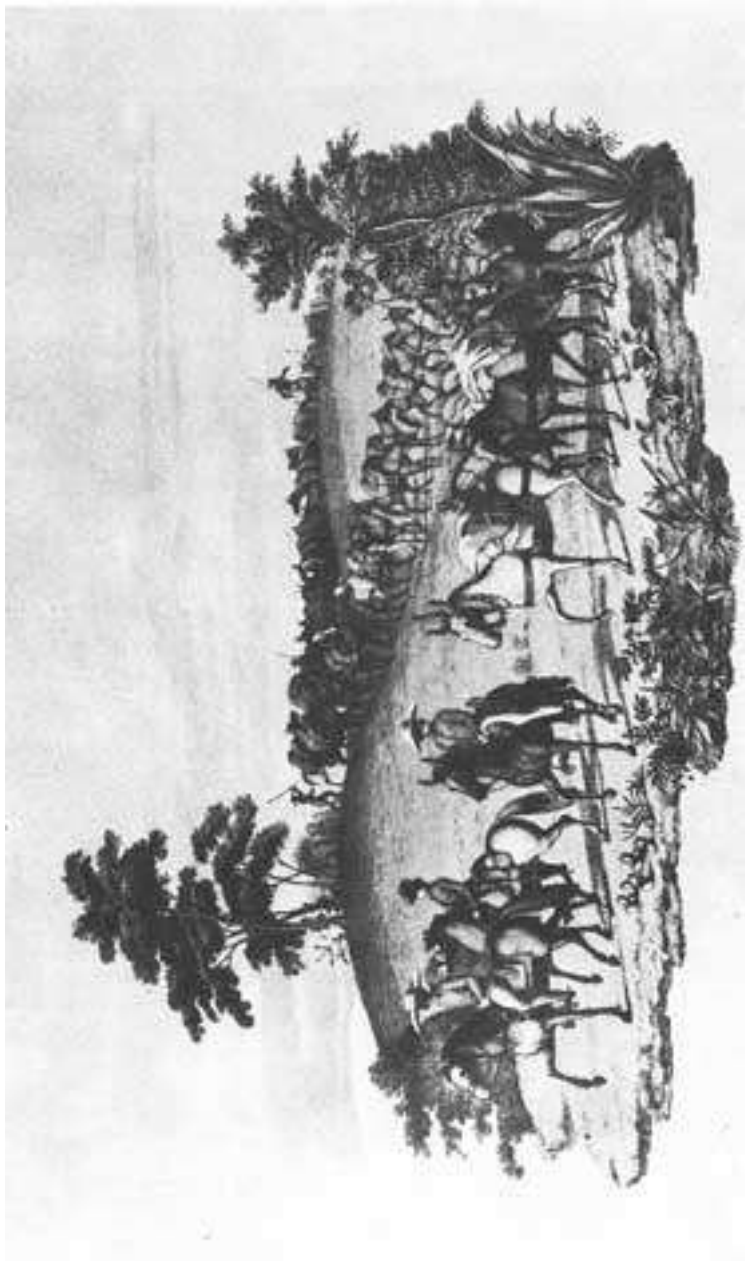
As publicações que compulsamos não indicam rendimentos para as possessões africanas de Portugal ou nas próprias alfândegas do Brasil, justificando um tráfico muito superior ao que apontamos. Existem algumas grandes importações, em determinados anos, mas tais algarismos não podem ser tomados como médias ponderáveis.

12 Perdigão Malheiro – *A escravidão no Brasil*.

13 “Ladino” (de “latino” ironia dos bárbaros à espreteza civilizada) é esperto, sabido. Portanto, aqui: crescido, esperto, capaz de serviço.



Acampamento noturno de tropeiros e vigiantes em pleno sertão mineiro



Viagem de tropa no interior do Brasil, no começo do século XIX (Príncipe de Wied)

Aspectos do tráfico

Não é nosso propósito nos alongarmos na descrição dos “tumbeiros”, navios negreiros, em que os tanganhões traziam em seus bojudos porões cerca de 300 a 500 “fôlegos vivos”, ou menor número de peças da Índia. Tampouco nos poderemos deter sobre o sistema de resgate adotado na África, em que os régulos vendiam aos portugueses seus cativos de guerra ou os próprios membros de sua tribo, assim como sobre as guerras de apresamento que o tráfico estimulava. Não nos cabe ainda, dentro dos limites desta cadeira, o estudo da influência social, que esse comércio produziu no organismo nacional.¹⁴

É interessante assinalar que os batavos reputavam de tal monta possuir um viveiro na África, que, quando ocuparam o Brasil holandês, conquistaram Angola, um dos grandes abastecedores do elemento servil. E, já Portugal separado da Espanha, foi aqui que se organizou uma expedição para libertar essa posição africana, do domínio holandês. Dela fizeram parte numerosos elementos da terra. Partindo do Rio de Janeiro com 900 homens, sob o comando de Salvador Correia de Sá, conseguiu este na África, em 1648, uma memorável vitória sobre os holandeses, que tem sido até hoje pouco estudada pelos nossos historiadores, e que assegurou, para os portugueses, a continuidade do fornecimento, de que os mercados careciam.

É lamentável que, em nossa história econômica, avulte por tal forma o trabalho servil. Mas a escravidão foi uma das terríveis instituições, de que lançaram mão muitos povos, guiados pelos imperativos econômicos, numa época em que a mentalidade reinante ainda não compreendia os “direitos inalienáveis”.

Avalia-se em mais de 10 milhões os negros transferidos da África para a América.¹⁵

Sua distribuição provável teria sido 35% para as colônias norte-americanas, Estados Unidos e Antilhas britânicas; 35% para as Anti-

14 Renato Mendonça, Evaristo de Moraes, Afonso de Taunay, Pedro Calmon, Afonso Bandeira de Melo e vários outros estudiosos de coisas nacionais têm dedicado ultimamente sua atenção a essa matéria.

15 Carlos Pereira – *Breve História de América*.

lhas espanholas, holandesas, francesas, guianas e América espanhola; cerca de 30% para o Brasil.¹⁶

Enquanto as populações da Europa e da Ásia aumentavam, no século XIX, de 2,5 vezes, a do continente americano decuplicou, e a do africano cresceu apenas de 1,3, nesse mesmo período.

O trabalho na Europa

A lei do menor esforço, observa George Scelle, sempre atuou na produção econômica. No domínio social, ela se traduziu no aproveitamento de uma superioridade física, moral ou legal para a apropriação, com um mínimo de esforço, de uma máxima utilização do trabalho alheio.

Resultou de sua influência que a parte mais penosa do trabalho foi transferida para aqueles que a natureza e a organização social colocou em estado de inferioridade. E a remuneração seria tanto mais fraca quanto mais acentuada essa inferioridade; cessando mesmo no estado de servidão, em que o homem, transformado em coisa, ou máquina, só recebia a indispensável nutrição para ser mantido em estado eficiente.

Foi esta, infelizmente, a triste história da evolução do trabalho. De fato, grande parte da economia européia se apresenta, mesmo

16 Humboldt, estudando a distribuição das raças na América continental e insular, avaliava, em princípios do século XIX, a população negra livre ou escrava, em 6.433.000 cabeças, assim distribuídas:

Antilhas, inclusive Cuba e Porto Rico	1.960.000
América continental espanhola	387.000
Brasil	1.960.000
Guianas Inglesa, Francesa e Holandesa.	206.000
Estados Unidos	<u>1.920.000</u>
	6.433.000

Cabiam, portanto, ao Brasil, 30,4%. Essa estatística comprova a avaliação que fizemos para a importação no Brasil. De fato, se o total saído da África tivesse excedido, em pouco, de 10 milhões, a parte atribuível ao Brasil seria de menos de 3.100.000 cabeças, desde que a distribuição se conservasse com as mesmas quotas, até 1850.

De acordo com a avaliação de Humboldt, caberiam 30,4% às Antilhas; 6,2% à América continental espanhola; 3,2% às Guianas Inglesa, Francesa e Holandesa e 29,8% aos Estados Unidos.

nos primeiros tempos da Idade Média, sob uma forma peculiar. Mas o regime equivale, praticamente, ao da escravidão.

O “colono” não está sujeito ao senhor como, mais tarde, no Brasil, veio a ficar o escravo africano para com o dono do engenho; o senhor dispõe do colono por meio do direito de concessão da terra, enquanto que o escravo é sua propriedade.

A distinção jurídica é grande.

Havemos de convir, porém, que, dentro das condições individuais, o servo da gleba e o escravo se confundem. Ferdinand Lot, analisando a situação dos “colonos” diz, com muita ponderação:

“Singulier homme libre qui ne peut disposer de son *proedium*, ni le quitter, ni même chercher femme en dehors du domaine ou il est rivé à perpétuité.”¹⁷

Esse regime durou muito tempo. Tanto assim que, na Inglaterra, onde mais depressa começou o trabalho livre, a Rainha Elizabeth, procurando melhorar a condição de vida dos operários rurais, providenciou quanto à distribuição de terras a seu favor ligando-os por certo tempo às terras concedidas. “La royauté, qui leur ouvre l'accès du sol, entend les y attacher: nul d'entre eux ne peut quitter son emploi moins d'un an après son engagement”.¹⁸

Schmoller tem, pois, toda razão quando diz que “a liberdade do trabalho começa lentamente em 1500 e só triunfa de um modo absoluto no período de 1789 a 1870”.

Na Áustria, Alemanha, Rússia, Dinamarca e Romênia, havia ainda, em meados do século XIX, várias formas de servidão – que foram extintas, em sua maioria, mediante grossas indenizações pagas pelo Estado aos beneficiários desse regime.¹⁹

Um dos fatores que mais contribuíram para a supressão da servidão foi o das “cidades livres”, que se formavam junto aos feudos,

17 Ferdinand Lot – *La Fin du Monde Antique et le Debut du Moyen*.

18 G. Renard et G. Wenlersse – *Le travail dans l'Europe Moderne*.

19 Na Alemanha, o Estado indenizou, em 1848, os nobres, à razão de 180 libras esterlinas por família de servos emancipados; na Rússia, a emancipação, em 1861, custou 61 milhões de libras esterlinas e na Áustria, acima de 50 milhões. (Mulhali, *The Dictionary of Statistics*.)

onde se refugiavam muitos servos, “pour respirer immédiatement l’air de la liberté”, conforme observa Pierre Brizon.²⁰ Entretanto, mesmo nessas cidades, havia regime de trabalho extremamente rigoroso.

O “aprendiz”, o posto mais baixo da hierarquia do artesanato, ao entrar para o serviço, se comprometia a bem servir e obedecer ao patrão. Isso lhe custava bastante, dado o vulto dos encargos. Se ele fugisse, “nul ne pouvait lui donner asile; on le faisait rechercher et remener de force à l’atelier, ou il était tenu de travailler de double le temps de son escapade”.

Contudo, devemos reconhecer que, nessas cidades, quase todos gozavam de um relativo conforto. Existia um profundo sentimento de cooperação. Praticamente, desconhecia-se a miséria.

A economia capitalista, ajudando a desfazer a servidão, já um tanto abalada pela política do artesanato, destruiu, também, as excelências desta última. Um e outro sistema foram substituídos pelo do trabalho livre.

No entanto, examinando a vida dos primeiros operários livres, podemos repetir as palavras de Ferdinand Lot: “Singulier homme libre!”

As horas de trabalho dos adultos eram incrivelmente extensas, e os salários extremamente baixos. Para melhorar um pouco as suas condições de vida, os operários viam-se coagidos a obrigar os filhos ao trabalho das fábricas.

Para se avaliar até que ponto era rigoroso o trabalho das crianças, são de salientar os seguintes fatos, referidos por Bertrand Russell: No ano de 1802, *Sir* Robert Peel (o pai do estadista), redigiu um projeto de lei, que levou ao Parlamento, para “melhorar a saúde e a moral dos operários das fábricas de algodão e similares”. Estatuía-se que as crianças não trabalhariam de noite e mais de doze horas por dia...

Releva notar ainda que, até essa época, era vigente o regime dos “aprendizes”, tal qual o da Idade Média. Os menores (os aprendizes) não recebiam salários, porque, em troca de seus serviços, os patrões forneciam moradia, alimentos e o conhecimento do ofício. Daí, o projeto de *Sir* Robert Peel, falar em ser obrigatória a entrega “de roupas novas

20 Pierre Brizon – *Histoire do Travail*.

todos os anos; habitação separada para os meninos e meninas, e uma cama para cada um”.

As crianças livres, as que recebiam salários, não tinham vida melhor. Assim se expressa Bertrand Russell, a respeito:

“Quando as crianças já ganhavam salário, sua vida diferia pouco da dos aprendizes. Entravam às cinco ou seis da manhã, e saíam às sete ou oito, inclusive nos sábados. Todo este tempo, estavam encerradas em temperatura desagradável. O único descanso que obtinham era durante as refeições.

“Era fisicamente impossível resistir a este sistema de trabalho *se não fosse a pressão do terror*. Os castigos pelo fato de chegar tarde eram terríveis. *Os pais chicoteavam os filhos para livrá-los de penas maiores aplicadas pelos inspetores das fábricas.*”²¹

Fora do continente americano, não eram também liberais, até fins do século XIX, as condições em que se explorava o esforço humano, mesmo nos países adiantados...

O trabalho no continente setentrional

Na parte temperada e fria da Norte-América, o colono europeu, encontrando um meio superior àquele em que vivia e capaz de produzir todos os artigos familiares às suas atividades, dispensou o braço escravo.

Mais ao sul, onde foram cultivados produtos tropicais, principalmente depois da invenção da máquina de descaroçar algodão por Eli Whitney, permitindo a utilização industrial da malvácea de fibra curta, a introdução do africano tornou-se indispensável ao colono americano. Foi ali tão intensa a procura do elemento servil que o espírito prático norte-americano, verificando como eram difíceis as condições de aquisição e transporte do elemento africano e as perdas enormes, de 15 a 25%, registradas nas travessias, criou no próprio continente as famosas fazendas de criação de gado humano...

Os quatorze Estados em que subsistia, em 1850, a escravidão, dividiam-se para esse fim em produtores e consumidores. Eram produtores os de Delaware, Maryland, Virgínia, Carolina do Norte, Kentucky,

21 Bertrand Russel – *Liberdade e Organização* (1814-1914).

Tennessee e Missouri. As fazendas de criar, com todo seu aparelhamento de seleção, transporte e venda, constituíram importante ramo de comércio, em que se achavam interessados nomes de grande projeção social.

As safras das fazendas chegaram a alcançar 80.000 cabeças por ano, que eram vendidas aos estados do Sul. O preço dessas excelentes máquinas era superior a £100. O trabalho delas era cuidadosamente aproveitado para que o desgaste se desse no período de plena eficiência da vida do negro. No inverno, o horário era de 14 horas, no verão, de 15. Em menos de cinco anos, o negro, tendo esgotado o total de sua eficiência, morria, na maior parte, não se tornando, com a sua sobrevivência, carga pesada ao proprietário.²² Isso tudo em pleno século XIX...

Ali também se conheceram os “Indentured Servants”, colonos que se vendiam ou eram vendidos, na própria Inglaterra, por certo preço ou em pagamento de dívidas; e escravos brancos provenientes das Ilhas Britânicas, prisioneiros caídos no cativo, em virtude das guerras civis.

Não era mister, portanto, o gesto do Governo provisório brasileiro (de 1889) mandando queimar todos os arquivos relativos à escravidão, como mancha indelével de nossa história. Praticamos essa condenável instituição em uma época em que a noção do trabalho era outra e como imperativo inelutável de nossa formação econômica. Aliás, fomos dos mais brandos na sua utilização; e o entrelaçamento de classes que entre nós se verifica comprova esse fato, pois tal não seria possível, se o ódio de raças se tivesse aqui arraigado, como resíduo e reação contra iníquos tratamentos do passado.

Teremos oportunidade de salientar, quando tratarmos dos problemas da mão-de-obra do século XIX, e dos fatos econômicos ligados à abolição, quanto a máquina concorreu para a libertação definitiva do homem. Examinaremos, então, o inventário geral da produção que ficamos devendo ao braço escravo.

Os altos sentimentos humanitários, revelando uma cultura e uma civilização mais avançada, só se tornaram vitoriosos nos vários Estados, quando se atenuou, por um enriquecimento mais generalizado, a luta pela subsistência. O mal fundamental dos regimes políticos e sociais

22 Molinari – *L'Esclavage – Dic. de Econ. Politique.*

do passado consistiu na criação de castas, na limitação de suas possibilidades, nas tentativas de circunscrição de enriquecimento dos povos a determinadas classes privilegiadas, quando o objetivo da civilização deve ser a difusão do bem-estar e da cultura pelo maior número, o maior progresso distribuído pela maior massa.

No desenvolvimento desta cadeira, teremos ensejo de verificar como, nesse particular, se apresenta a situação da população ativa do país, em diferentes épocas, e quais os elementos que a História Econômica pode oferecer para melhor orientação dos Poderes Públicos em tão importante assunto.

Foi esta a sexta aula dada em 5 de junho de 1936, nas condições das anteriores.

.....

Capítulo VII

OUTROS FATORES ECONÔMICOS DA OCUPAÇÃO DA TERRA. A PECUÁRIA

REVOLUÇÃO COMERCIAL. TRABALHO LIVRE. COSTA E SERTÃO. CRIAÇÃO DE GADO. OS CARACTERÍSTICOS DA REVOLUÇÃO COMERCIAL NOS SÉCULOS XVI E XVII; SUA REPERCUSSÃO NO BRASIL. O FUNDAMENTO ECONÔMICO DA EXPULSÃO DOS HOLANDESES, FRANCESES E INGLESES DA COSTA AMERICANA. AS CINCO “CONDIÇÕES DE GENTE LIVRE” NO PERÍODO COLONIAL. O SERTÃO E AS QUATRO BASES ECONÔMICAS DA SUA OCUPAÇÃO: A CRIAÇÃO DO GADO; A CAÇA AO GENTIO; A MINERAÇÃO; A EXTRAÇÃO DE ESPECIARIAS, PRODUTOS SILVESTRES E PLANTAS MEDICINAIS. AS FAZENDAS DE CRIAR, PRIMEIRA RETAGUARDA ECONÔMICA DOS ENGENHOS DE AÇÚCAR. A NECESSIDADE DA SEPARAÇÃO DAS ZONAS DE CULTURA E DE CRIAÇÃO; A AUSÊNCIA DA CERCA DE ARAME; OS CRIADORES NA ZONA DO AÇÚCAR; OS VALES DO SÃO FRANCISCO, DO PARNAÍBA, DO ITAPICURU, MEARIM E OUTROS; OS SERTÕES DA BAHIA E PERNAMBUCO; O VAQUEIRO E A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DA FAZENDA DE CRIAR, ÉPOCA DO COURO NO NORTE. O SURTO MINERADOR E O GRANDE CONSUMO DE GADO NAS REGIÕES MINERADORAS. A EXPANSÃO CRIADORA EM MINAS, GOIÁS E MATO GROSSO. O AFLUXO DO GADO NO SUL. A PREDOMINÂNCIA SULINA, DENTRO DO CICLO DA PECUÁRIA, A PARTIR DO SÉCULO XVIII.

N

Revolução comercial

OS DOIS primeiros séculos de nossa formação, processava-se na Europa o estágio que os economistas de hoje caracterizam como tendo sido o da “Revolução Comercial”. Uma ambição de enriquecimento dominava os povos mais adiantados, traduzindo-se por meio dos grandes estados, então em formação, em fases de conquistas, expansão, lutas e guerras.

Com os reduzidos elementos da ação da época, sem a máquina e sem os progressos científicos, impulsionados pelas idéias mercantilistas de então, atiravam-se os estados às pesquisas dos metais e pedras preciosas, emprestando também excepcional importância ao comércio

das especiarias e de produtos exóticos que a zona temperada da América não produzia. A América, considerada por muito tempo apenas como possível meio de passagem para as terras das especiarias e grande produtora que se mostrou, a partir dos meados do século XVI, de metais preciosos, de madeiras e do açúcar, tornou-se um dos alvos mais cobiçados, senão a preocupação dominante dos maiores estadistas.

O ouro e a prata do México e do Peru, as pérolas das Antilhas, as madeiras tintoriais e de construção, as plantas medicinais e, finalmente, o açúcar, que foi o maior produto do comércio internacional durante largo tempo, justificavam todas as ambições.

As lutas para a conquista das ilhas do mediterrâneo americano representam páginas épicas que enchem a história dos séculos XVI e XVII, assinalando a aguda rivalidade anglo-franco-holandesa. Foram os ataques àquelas ilhas e os saques às frotas mercantis espanholas que mais estimularam a formação das grandes marinhas daqueles povos; e alvo de maior cobiça seriam justamente as correntes de comércio monopolizadas pelos estados, como era o caso das especiarias da Ásia e dos artigos das Índias de Castela.

No Brasil, o governo lusitano procurou entregar à iniciativa particular a criação dos engenhos e o comércio com a metrópole. O próprio comércio do pau de tinturaria, monopólio real, era outorgado por arrendamento a firmas comerciais. Transcorreu muito tempo, antes que os próprios governantes portugueses percebessem que os lucros indiretos provindos do comércio do açúcar do Brasil, acrescidos dos dízimos e das taxas diversas, seriam maiores do que os auferidos pela renda bruta das especiarias, cujos proventos eram absorvidos por uma pesada máquina burocrática.

O equilíbrio diplomático, que Portugal procurava desenvolver, não impedia que a França e a Holanda lançassem seus olhos cobiçosos sobre as riquezas da Terra de Santa Cruz. Os franceses, em investidas que perduraram por mais de um século, tentaram formar, na costa brasileira, a França Meridional e a França Equinocial. Os colonos lusitanos, aliados aos elementos da terra, apoiados pelos esforços dos jesuítas, cuja emulação religiosa em muito auxiliou a reação, conseguiram a expulsão definitiva dos franceses do Rio de Janeiro e do Maranhão.

A França, envolvida em grandes lutas continentais, não podia auxiliar eficientemente seus filhos nessa tentativa de ocupação da costa sul-americana.

Reunidas as Coroas de Portugal e Espanha, em 1580, passou Portugal a sofrer as investidas dos tradicionais inimigos do Império espanhol.

Franceses, ingleses e holandeses apossaram-se de regiões do Nordeste da América meridional, entre a “Tierra Firme” espanhola e a faixa da ocupação portuguesa. Os holandeses criaram o Brasil holandês, em que dominaram por cerca de cinco lustros. Povo grandemente mercantil, indo buscar em Lisboa o açúcar do Brasil e as especiarias da Índia, para a sua distribuição pelo Norte da Europa, foi compelido a procurar, nos próprios países de origem, os artigos que Portugal, por imposição espanhola, estava vedado com ele negociar. Os elementos lusitanos e nativos, interessados na indústria do açúcar, não se conformaram, vendo-se assim despojados de tão grande riqueza. Daí, um fundamento econômico para a reação, que culminou com a expulsão dos batavos da terra de Santa Cruz.

Mais ao norte, foi ainda o açúcar que forneceu os principais elementos para armar a gente da terra, a qual, apoiada por espanhóis e portugueses, realiza a expulsão dos ocupantes da costa leste-oeste. Em virtude da união das Coroas lusa e espanhola foi delegada à administração portuguesa no Brasil a expulsão dos elementos estrangeiros implantados naquela costa e na bacia Amazônica e a proceder à sua ocupação e administração, sem que se procurasse indagar a que Coroa estariam afetos tais trabalhos por força da Linha de Tordesilhas.

O açúcar proporcionava recursos suficientes para o custeio dessas expedições. A esperança da conquista de novas terras, próprias para canaviais e engenhos, assim como a preocupação de evitar possíveis concorrentes em tão rica indústria, contribuíram, como forte estimulante, para a atuação dos portugueses. Daí, a expulsão dos franceses, ingleses e holandeses das margens do Amazonas, a investida vitoriosa contra as hordas bravias dos selvagens e a ocupação da costa leste-oeste, cuja navegação, pelo regime dos ventos, tão difícil se tornava para as comunicações com o resto do Brasil.

Com o consentimento e com o próprio apoio espanhol, pode, assim, ser realizada, em grande parte, a expansão baiana e pernambucana, oriunda desses dois ricos núcleos colonizados do Brasil, para a conquista da costa e a ocupação de boa parte das terras amazônicas, que, pela Linha de Tordesilhas, não pertenceriam a Portugal.

Em 1619 pôde ser formado o Estado do Maranhão, com administração sujeita diretamente a Lisboa, dadas as dificuldades de comunicações marítimas com a sede do governo geral do Brasil. Abrangia as terras do Ceará para o norte e foi sendo subdividido em várias capitânicas, distribuídas aos elementos que mais tinham auxiliado a sua ocupação ou que mais capazes puderam se mostrar na expulsão dos intrusos e defesa de todos esses territórios.

Houve, assim, no século XVII, um período em que as terras brasileiras se achavam divididas em três estados: o Estado do Maranhão, o Brasil holandês e o Estado do Brasil.

Trabalho livre

Vimos anteriormente que o açúcar representou o elemento fixador por excelência do europeu no Brasil. Salientamos que pela sua própria natureza de indústria tropical, com os engenhos e maquinaria primitiva usada na época e dada a respeitável massa de obreiros de que se utilizava para trabalhos verdadeiramente penosos, só era possível a sua criação baseada no trabalho servil. Como grande elemento formador de riquezas, era no açúcar e nas indústrias derivadas que se concentravam todas as principais atividades.

Ainda no começo do século XVII, Brandônio, nos clássicos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, assim justifica a falta de penetração nos sertões em busca de outras fontes de rendimento:

“É verdade que não se tem estendido muito para o sertão; mas para isso, haveis de saber que todos os conquistadores, que até hoje descobriram de novo as terras que nos são patentes lançaram mão, e se inclinaram trabalhando naquele exercício de que primeiramente tiraram proveito; de onde vejo que os nossos portugueses que povoaram as ilhas dos Açores, pelos primeiros se haverem lançado em agricultura do trigo, até o presente permanecem nela; os castelhanos, que povoaram as ilhas de Canárias, deram em plantar vinhas, e o mes-

mo exercício guardam até hoje em dia, e os que povoaram as ilhas de Cabo Verde tiveram proveito da comutação de negros, e com isso vivem no reino de Angola, da conquista que também fazem deles, nessa permanecem; na ilha de São Tomé deram em lavrar açúcar muito negro, com ele continuam até o presente, e tendo aparelho para o fazer melhor, não se querem ocupar nisso. Os que povoaram as Índias Ocidentais, uns se ocuparam na pescaria das pérolas, outros em fazer anil, outros em ajuntar cochonilha, outros na cria de gados, outros em lavrarem minas, e todos naquele primeiro exercício, em que se exercitaram nesse permaneceram. Nesse nosso Brasil os seus primeiros povoadores deram em lavrar açúcares; pois que muito que os de mais os fossem imitando, conforme o costume geral do mundo, que tenho apontado? E este é o respeito por onde no Brasil seus moradores se ocupam somente na lavoura das canas-de-açúcar, podendo se ocupar em outras muitas coisas.”

Nessa época, por volta de 1618, ensina Capistrano de Abreu:

“Os estabelecimentos fundados por portugueses começavam no Pará quase sob o Equador e terminavam em Cananéia além do trópico. Entre uma e outra capitania havia longos espaços desertos, de dezenas de léguas de extensão. A população de língua europeia cabia folgadoamente em cinco algarismos.

“A camada ínfima da população era formada por escravos, filhos da terra, africanos ou seus descendentes. Aqueles aparecem menos numerosos pela pouca densidade originária da população indígena, pelos grandes êxodos que os afastaram da costa, pelas constantes epidemias que os dizimaram,¹ pelos embarços, nem sempre inúteis, opostos ao seu escravizamento.

“Acima deste rebanho, sem terra e sem liberdade, seguiam-se os portugueses de nascimento ou origem, sem terra, porém livres: feitores,

1 Durante os tempos coloniais, o Brasil foi assolado por mais de uma vez por terríveis epidemias de bexigas, febre amarela e outras moléstias contagiosas ainda mal estudadas. As crônicas relatam as grandes devastações feitas em Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e outras províncias pelas bexigas, em 1666. Em 1688, registrou-se o ‘mal da bicha’, que se presume ter sido a febre amarela, que iniciada em Pernambuco, alastrou-se para a Bahia, onde causou grande mortandade. Em 1755, outra grande epidemia fez enorme devastação entre os índios do Vale do Amazonas.

mestres de açúcar, oficiais mecânicos vivendo dos seus salários ou do feitiço de obras encomendadas; em geral o mecânico sabia vários ofícios, pois um só não garantia a subsistência, e ia trabalhar pelas fazendas quando a simplicidade das ferramentas o permitia ou os proprietários possuíam a ferramenta em casa.”

Dada a situação geográfica de Portugal e a feição que tomou ali a sua economia, o trabalho livre cedo predominou para os seus filhos. Para o Brasil, partiam colonos livres e oficiais de misteres necessários aos trabalhos nos engenhos. Aos próprios degredados era aqui assegurada a liberdade.² Ao elemento branco, competiam os encargos de direção e de ofícios sobre o trabalho servil que se instalara no país. E Brandônio já notava, em sua crítica à atividade econômica, que eram cinco as condições de gente livre que se formavam no Estado do Brasil: os marítimos, os mercadores, os mecânicos, os assalariados (compreendendo os feitores, encaixotadores, carreiros, vaqueiros e outros empregados) e os lavradores, nos quais também se incluíam os senhores de engenho.

O sertão

Enquanto em toda a costa norte se implantava a exploração do açúcar em larga escala, no sul do país tal indústria não podia ter a mesma evolução. Na Capitania de São Vicente, devido à ausência de um forte esteio econômico, crescia, numa incerteza de rumos, a população de Piratininga, oriunda do elemento colonizador deixado por Martim Afonso de Sousa e dos sucessivos cruzamentos com as mulheres da terra.³

2 Com o rigor das leis e ordenações, fácil era às autoridades civis e eclesiásticas atuarem qualquer indivíduo por leves desobediências, atos de indisciplina ou desrespeito às determinações régias ou religiosas, sujeitando-o aos mais variados castigos. A pena de degredo era facilmente imposta a qualquer crime de caráter político ou religioso. Não se deve, portanto, considerar os degredados, vindos para o Brasil, como criminosos vulgares, sendo talvez a maior parte deles isentos de culpa em face da legislação atual.

3 J. F. de Almeida Prado, nos *Primeiros Povoadores do Brasil*, 1500-1530, estuda os elementos componentes desse início de colonização. O seu erudito trabalho está ainda acompanhado de uma utilíssima bibliografia.

Para se poder compreender a formação da trama social, que se constituiu no país, e que nos assegurou e legou a grande área de hoje, torna-se mister procurar os fatores econômicos que permitiram a ocupação do sertão e a manutenção de tão dilatadas regiões sob o domínio lusitano. São de quatro espécies os fundamentos econômicos dessa expansão:

- 1ª) a criação de gado, que ocupou grande faixa do sertão, formando a princípio a retaguarda econômica das zonas de engenho e, mais tarde, um decidido apoio à mineração, fixador do povoamento no interior e o objeto de grandes correntes de comércio que se estabeleceram dentro do país;
- 2ª) a caça ao gentio para servir, em determinadas épocas, de braço escravo nos engenhos e sempre para os trabalhos das lavouras, principalmente naquelas que não comportavam o dispêndio de capital exigido pelo elemento africano;
- 3ª) a mineração, o maior fator de povoamento na era colonial, formadora das principais cidades de nosso interior e origem da ocupação efetiva de regiões longínquas, definitivamente integradas ao nosso território;
- 4ª) a extração de especiarias, plantas medicinais e tintoriais, vários produtos silvestres, cultivos de algodão e do fumo, justificando a estabilização de numerosas povoações no vale do Amazonas. Estas povoações foram em grande parte fixadas pelo trabalho de missionários, assegurando um alargamento considerável de nossas fronteiras, quando se reconheceu o regime do *uti possidetis*.

Criação de gado

No período em que nos fixamos, exercia a criação de gado, na economia social, uma importância bem maior do que hoje. De fato, antes da era da máquina, o gado bovino, cavalari e muar, além de produto básico de alimentação, servia como agente motor e meio de transporte. Na Espanha, o gado lanígero, numa época em que estava mais desenvolvida na Europa a indústria lanígera que a do algodão, originou a “Mesta”,

grande associação de criadores que comprovou, pelo seu poder e grandeza, a importância da criação animal.⁴

D. Ana Pimentel, esposa e procuradora de Martim Afonso de Sousa, providenciou, em 1534, para que se introduzisse gado bovino na capitania daquele donatário. Tomé de Sousa introduziu muito gado na Bahia. Usou mesmo, especialmente para tal serviço, de uma caravela, a *Galga*, que ia buscá-lo na ilha de São Vicente.

É provável que muitos donatários tivessem tido idêntica iniciativa. Na Capitania de São Vicente, a sua criação se desenvolvia lentamente, e, muitos anos mais tarde, o padre Nóbrega recomendava parcimônia em seu consumo, para que pudesse tomar maior incremento.

Foi a zona do açúcar, porém, que deu origem à primeira fase da grande criação de gado. Os antigos cronistas, Gândavo, Gabriel Soares, Fernão Cardim, Frei Salvador, e outros, são acordes em constatar a atenção que ia despertando a criação no centro-nordeste brasileiro. É que a indústria do açúcar era importante consumidora de gado. Os trapiches e engenhos, movidos por bois, faziam grande desgaste; as carretas para lenha e para o açúcar exigiam número considerável de cabeças, em porção, talvez, igual ao da escravatura ocupada.⁵

A alimentação de carne era necessária para os que se dedicavam aos intensos trabalhos dos engenhos.⁶

Junto aos engenhos havia currais cercados, em que se abrigavam as cabeças utilizadas no seu funcionamento.

4 Em 1800, a lã representava, na Europa, 75% da matéria-prima utilizada na fabricação de tecidos, o linho 20% e o algodão 5%. Em 1900, já o algodão entrava com 70%, a lã 22% e o linho 8%. A “Mesta”, que existiu acerca de 600 anos (1223-1836), era um grêmio dos criadores de ovelha de Castela, e representou um grande esforço no sentido de fomentar a produção e o comércio de uma matéria-prima então essencial. Foi utilizada como um fator de unidade nacional, na Espanha.

5 Em Pernambuco, segundo Koster, um bom estabelecimento carecia quarenta negros adultos de ambos os sexos, outros tantos bois e igual número de cavalos. Henri Raffard, na sua *Indústria Sacarífera no Brasil*, admite para os engenhos número igual de escravos e de bois, mas prevê a renovação total dos últimos cada três anos.

6 Vide a propósito a *Descrição da fazenda que o Colégio de Santo Antônio tem no Brasil e de seus rendimentos*, do padre Estêvão Pereira, S. J., a que já nos referimos no capítulo V.

A intensa procura que se estabeleceu, com o rápido crescimento da indústria, estimulava a criação. Já nas terras brasileiras ia-se verificando, porém, o conflito, existente no Velho Continente, entre os criadores e os lavradores, em defesa das plantações. Não havia o arame, o grande elemento pacificador e protetor da cultura dos campos. Daí uma das razões da retirada dos currais de criação para o sertão brasileiro, longe dos engenhos, dos canaviais e dos mandiocais e em terras mais pobres que não poderiam ser aproveitadas para as culturas exigidas pelo número crescente dos engenhos do litoral. Uma Carta Régia de 1701 proibia mesmo a criação a menos de 10 léguas da costa.

Os currais foram, então, penetrando e ocupando o interior. Começaram pelo sertão da Bahia. Era mais fácil aos criadores, do que aos senhores de engenho, estabelecerem um *modus vivendi* pacífico com os índios. O trabalho das fazendas de criar era incomparavelmente mais suave e mais adaptável ao temperamento dos índios do que o rude labor dos engenhos em que o autóctone perecia em pouco tempo. Daí, as alianças com diversas tribos selvagens, que permitiam a mais rápida expansão dos currais. Isso não impediu, no entanto, que se tornassem necessárias várias guerras de expulsão e de extermínio a muitas tribos, que se opuseram à expansão dos currais, ou que vieram a hostilizá-los.

Já no governo de Tomé de Sousa, iniciou Garcia de Ávila o estabelecimento de currais pelo interior da Bahia. Ele e os seus descendentes transformaram-se nos maiores criadores do sertão baiano, chegando a possuir “duzentas e cinquenta léguas de testada na margem do rio São Francisco e deste ao Parnaíba setenta léguas”.

Em 1589, Cristóvão de Barros ocupou a costa até o São Francisco, expulsando os selvagens. Iniciaram-se também as distribuições de sesmarias no sentido ascendente do mesmo rio.

Os Ávilas e os seus associados prosseguem na invasão do sertão com os seus currais, passando o *divortium aquarum*, levando-os ao Maranhão, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Outros grandes criadores, os Guedes de Brito, ocuparam também largas faixas dos sertões baianos.

Subindo o São Francisco, atingem o interior mineiro. Passando para os vales do Tocantins e Araguaia, estende-se a criação para os sertões goianos de Amaro Leite.

Via Goiás, penetrou o gado às regiões do Mato Grosso, onde foi de encontro às manadas que subiam da Vacaria e das possessões espanholas; assim também o gado que subia o São Francisco encontrar foi-se com o que pela Capitania de São Vicente tinha sido introduzido em Sabarabuçu e vale do rio das Velhas, em Minas Gerais.

São Vicente, Bahia e Pernambuco foram, portanto, os centros irradiadores da criação para a região central e nordeste do Brasil.

Nos campos de Curitiba, parece ter sido o gado originário de São Vicente. Os dos campos do sul do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande, supõe-se terem sido introduzidos principalmente pelas missões jesuíticas espanholas.⁷

Criadores da zona do açúcar

As fundações de fazendas de criar de sesmarias abriram novas possibilidades aos sertões da costa, permitindo também o descongestionamento dos engenhos de açúcar do litoral. Para as novas sesmarias, descobertas pelos audaciosos sertanistas, afluíram os indivíduos que não dispunham de emprego estritamente produtivo, ou vadios, isto é, as populações livres dos mestiços de toda a casta. A esses, atraíam os grandes sesmeiros para fundar currais, pois o pastoreio, como observa Oliveira

7 Do ilustrado patricio Sr. Aurélio Porto recebemos a seguinte missiva:

“Rio, 29 de julho de 1937.

“Ilm^o Sr. Prof. Dr. Roberto Simonsen.

“Preclaro e ilustre patricio.

“Recebi com vivo prazer e li o trabalho que teve a gentileza de me enviar e com o qual aprendi também alguma coisa, não obstante as largas indagações que tenho feito nos arquivos sobre as origens do “gado crioulo” do Rio Grande do Sul. E essa confissão bastaria para significar o valor do seu brilhante estudo. Mas, não devo fugir às contingências de sua solicitação gentil e é por isto que lhe envio as despreziosas notas, tomadas à pressa, de um grande acervo documental que possuo sobre o assunto.

“Tenho também o prazer de lhe enviar os três primeiros fascículos do “Dicionário Enciclopédico” que estou organizando, onde encontrará mais algumas notas sobre aspectos econômicos do Rio Grande do Sul.

“Inteiramente às suas ordens e me felicitando pela honra de conhecê-lo pessoalmente, me subscrevo

at^o am^o admirador e patricio

(a) Aurélio Porto”.

No anexo 8 publicamos, na íntegra, as notas do erudito patricio.

Viana, é a forma mais generalizada da exploração da terra no período colonial.⁸

Não se processou, no entanto, sempre pacificamente, essa entrada dos vaqueiros. No último quartel do século XVII, houve um célebre levante de índios nos sertões da Bahia, alguns dos quais procedentes de antigas tribos conversas. Lutando com sérias dificuldades para vencê-los, resolveu o Governo da Bahia recorrer aos paulistas que exploravam, permanentemente, a indústria da guerra, como elemento básico no ofício de caça ao bugre, principal atividade da gente de Piratininga.

Daí os socorros chefiados por Domingos Barbosa Calheiro, Brás Rodrigues Arzão, Estêvão Ribeiro Baião Parente e outros.

Seguiram esses paulistas com suas expedições, por via marítima, embarcando em Santos. Com o transporte dos dois últimos e de sua gente, em 1671, despendeu a Câmara de São Salvador 10:000\$000, equivalentes a cerca de 500 contos em moeda de hoje. Foram os paulistas bater os índios que se haviam rebelado e assassinado os vaqueiros de Aporá. Mais tarde, por terra, Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso de Almeida, Morais Navarro e outros foram empregados no combate aos paiaçus, janduí e icós, nas ribeiras do Açu e Jaguaribe.

“Muitos dos paulistas empregados nas guerras do Norte não tornaram mais a São Paulo, e preferiram a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas: *de bandeirantes, isto é, despovoadores*, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos. Ainda antes do descobrimento das minas sabemos que nas ribeiras do rio das Velhas e do S. Francisco havia mais de cem famílias paulistas, entregues à criação de gado.”⁹

Esta informação é confirmada por Pedro Taques, que diz terem sido numerosas as famílias de São Paulo que, em contínuas migrações, procuravam essas zonas afastadas e aí se instalavam com suas fazendas de gado. Domingos Mafrense, também conhecido por Domingos Sertão, ficou no Piauí, onde fundou 39 fazendas de criar gado vacum, mais tarde doadas aos jesuítas. Domingos Jorge Velho, penetrando no sertão da Paraíba, na ribeira do Piancó, aí fundou fazendas com reses trazidas

8 Oliveira Viana – *A Evolução do Povo Brasileiro*.

9 Capistrano de Abreu – *Capítulos de História Colonial*.

das margens do São Francisco. Em Goiás penetraram as primeiras reses tresmalhadas dos rebanhos do São Francisco e, em princípios do século XVIII, foram instaladas, também por paulistas, as primeiras fazendas de criar nos ótimos campos goianos.

O vaqueiro

“Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregoriamente, abrir cacimbas e bebedouros. Para cumprir bem com seu ofício vaqueiral, escreve um observador, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente de inverno, sem atender às maiores chuvas e trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costumam, marcar as vacas que estão próximas a ser mães, e trazê-las quase como à vista, para que parindo não escondam os filhos de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras.

“Depois de quatro ou cinco anos de serviço, começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias cabia-lhe uma; podia assim fundar fazendas por sua conta. Desde começos do século XVIII, as sesmarias tinham sido limitadas ao máximo de três léguas separadas por uma devoluta. A gente dos sertões da Bahia, Pernambuco, Ceará, informa o autor anônimo do admirável *Roteiro do Maranhão a Goiás*, tem pelo exercício nas fazendas de gado tal inclinação que procura com empenhos ser nela ocupada, consistindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, criador ou homem de fazenda, são títulos honoríficos entre eles.

“As boiadas procuravam os maiores centros de população, isto é, as capitais da Bahia e Pernambuco.”¹⁰

10 Capistrano de Abreu – *Op. cit.*

Antonil, em 1711, confirma, em interessantes informações, a importância que assumira a criação de gado no Brasil central. Referindo-se ao sertão da Bahia, acentua:

“É porque as fazendas, e os currais de gado se situam aonde a largueza de campo, e agora sempre manente de rios, ou lagoas: por isso os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio de S. Francisco, na do rio das Velhas, na do rio das Rãs, na do rio Verde, na do rio Peramirim, na do rio Jacuípe, na do rio Itapicuru, na do rio Real, na do rio Vaza-Barris, na do rio de Sergipe; e de outros rios, em os quais, por informação tomada de vários, que correram este sertão, estão atualmente mais de quinhentos currais: e só na borda d’aquém do rio de S. Francisco, cento e seis lagoas. E na outra borda da parte de Pernambuco, é certo que são muito mais. E não somente de todas estas partes e rios já nomeados vêm boiadas para a cidade e recôncavo da Bahia, e para as fábricas dos engenhos; mas também do rio Iguaçu, do rio Carainháém, do rio Corrente, do rio Guaraíra, e do rio Piaguigrande, por ficarem mais perto, vindo caminho direito, à Bahia, do que indo por voltas a Pernambuco.

“E posto que sejam muitos os currais da parte da Bahia, chegam a muito maior número os de Pernambuco, cujo sertão se estende pela costa desde a cidade Olinda até o rio de S. Francisco, oitenta léguas: e continuando da barra do rio de S. Francisco até à barra do rio Iguaçu, contam-se duzentas léguas. De Olinda para Oeste até o Piagui, Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, cento e sessenta léguas, e pela parte do norte estende-se de Olinda até ao Ceará-Merim, oitenta léguas, e daí até o Açu, trinta e cinco léguas, e até ao Ceará Grande, oitenta léguas: e por todas vem a estender-se desde Olinda até esta parte, quase duzentas léguas que, por terem junto de si pastos competentes, estão povoados com gado (fora o rio Preto, o rio Guaraíra, o rio Iguaçu, o rio Corrente, o rio Guarignae, a lagoa Alegre, e o rio de S. Francisco, da banda do norte), são o rio de Cabaços, o rio de S. Miguel, as duas Alagoas com o rio do Porto do Calvo, o da Paraíba, o dos Bariris, o do Açu, o do Podi, o de Jaguaribe, o das Piranhas, o Pajeú, o Jacaré, o Canindé, o de Parnaíba, o das Pedras, o dos Camarões e o Piagui. Os currais desta parte hão de passar de oitocentas léguas: e de todos estes vão boiadas para o Recife, e Olinda, e suas vilas, e para o fornecimento das fábricas dos engenhos desde o rio de S. Francisco até ao rio Grande: tirando

os que acima estão nomeados desde o Piagui até à barra de Iguaçú, e de Pernágua, e rio Preto; porque as boiadas destes rios vão quase todas para a Bahia, cujo melhor caminho é pelas Jacobinas, por onde passam, e descansam. Assim como aí também param, e descansam as que às vezes vêm de mais longe. Mas quando nos caminhos, se acham pastos, porque não faltarão às chuvas, em menos de três meses chegam as boiadas à Bahia, que vêm dos currais mais distantes. Porém se por causa da seca forem obrigados a parar com o gado nas Jacobinas: aí o vendem os que o levam, e lá descansa seis, sete e oito meses, até poder ir à cidade.”

Quanto às estatísticas, atribui:

à Bahia	500.000	cabeças
a Pernambuco	800.000	cabeças
ao Rio de Janeiro	60.000	cabeças

Computando São Paulo e os campos de Curitiba, “onde vai crescendo e multiplicando cada vez mais o gado”, não é difícil avaliar em mais de 1.500.000 o número de cabeças existentes nessa época, na colônia lusitana, sem contar o gado bravo dos campos do Sacramento.

Conforme Antonil, os currais variavam de 200 a 1.000 cabeças; as fazendas, muitas com avultado número de currais, chegavam a ter até 20.000 cabeças de gado.

“As do sertão da Bahia, que pertenciam às duas grandes famílias – a da Torre e a do defunto mestre-de-campo, Antônio Guedes de Brito – eram ocupadas parte pelos donos, que arrendavam o resto, à razão aproximada de 10.000 anuais por légua.

“Para os engenhos, para os lavradores de cana, tabaco, mandioca, serrarias, lenha; para a alimentação era grande o consumo de gado. E o couro exportado em ‘cabelo’ e em meias-solas, só por si indica uma matança anual de mais de 55.000 cabeças.”

Os transportes se faziam por boiadas de 100 a 300 cabeças de gado.

“Os que as trazem são brancos, mulatos, e pretos e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro. Guiam-se, indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos do gado; e outros vêm atrás das reses tangendo-as, e tendo cuidado, que

não saiam do caminho e se amontoem. As jornadas são de quatro, cinco, e seis léguas, conforme a comodidade dos pastos, aonde hão de parar. Porém, aonde há falta d'água, seguem o caminho de quinze, e vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem paragem, aonde possam parar. Nas passagens de alguns rios, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça, e nadando, mostra às reses o vão, por onde hão de passar.”

Época do couro no Norte

Com a expansão da criação passou-se a fazer uso intenso do couro.

“De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde as camas para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.”¹¹

As descobertas de salinas no Ceará e em Alagoas, a existência de barreiros salgados no vale de São Francisco e a maior proximidade de Portugal, grande produtor e exportador de sal, favoreceram a expansão criadora do Norte. A ilha de Joanes, atual Marajó, foi também povoada de gados no início do século XVIII. A expansão contínua dos currais nas terras que os sesmeiros isoladamente não podiam explorar, *deram origem aos “sobrados”, assim chamadas as sobras das sesmarias também ocupadas pelos vaqueiros.*¹²

O sistema de vida e a necessidade de maior golpe de vista sobre a propriedade, conduziam os vaqueiros a construir suas habitações nos lugares altos, contrastando com as habitações nos vales, características dos agricultores do Sul.

11 Capistrano de Abreu – *Op. cit.*

12 Esta explicação foi-nos fornecida pelo nosso erudito mestre, Dr. Rodolfo Garcia.

O surto minerador

A ocupação de uma grande área do sertão brasileiro pelos criadores, formando a retaguarda econômica dos engenhos, ao mesmo tempo que constituía uma eficaz proteção contra as incursões dos selvagens nas zonas litorâneas do açúcar, exerceu ainda uma alta finalidade, quando se verificou a expansão mineradora do Brasil central. De fato, a mineração produziu uma rápida concentração de populações em zonas pouco férteis, provocando uma grande procura de alimentação e crises terríveis de fome que as crônicas relatam sob as mais sombrias cores.

Os mineradores de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais foram abastecidos pelos criadores do vale do São Francisco e sertões do Nordeste. A alta que se verificou nos preços do gado nos campos de mineração, foi de tal monta, que repercutiu em toda a zona criadora, provocando os protestos dos senhores de engenho, já grandemente prejudicados com a elevação, da mesma origem, registrada nos preços dos escravos.

E, se pelos “caminhos dos currais”, iam dos sertões da Bahia para as zonas de mineração socorros alimentares, pelas mesmas estradas poderia ser contrabandeado o ouro, fugindo ao pagamento dos quintos... Daí a Carta Régia de 7 de fevereiro de 1701, ordenando que as Capitânicas da Bahia e Pernambuco não se comunicassem com as minas de São Paulo pelos sertões, para que dessas minas não se pudessem ir buscar mantimentos ou gados das mencionadas capitânicas.¹³

Tal determinação foi logo depois atenuada, consentindo-se que pelo caminho dos currais passasse apenas o gado em demanda dos campos de mineração.

De acordo com a mesma ordem de idéias, a Carta Régia de 7 de maio de 1703 mandou que se dessem de sesmaria as terras dos campos

13 “... e para que tenha em tudo mui pontual observância esta minha disposição me parece ordenar-vos (como por esta o faço) encarregueis ao procurador e administrador das ditas Minas, examinem se entram nelas algumas coisas vindas das ditas Capitânicas pelo sertão e que tendo notícia disso, dêem logo buscas e façam autos e tomem por perdido tudo o que assim for achado, aceitando para esse efeito denunciaçãoes ainda em segredo, e procedendo em tudo na forma que nesta parte se dispõem no Regimento da Alfândega desta cidade, sobre as fazendas e que as mesmas denunciaçãoes declareis se possam dar as justiçaes e vos recomendo apertadamente que pelos lados dos sertões, se impeça com toda a vigilância estas comunicaçãoes. Escrita em Lisboa, a 7 de fevereiro de 1701. REL.”

das minas até a serra dos Órgãos e mais próximas do Rio de Janeiro com a condição de cada donatário pôr um curral de gado dentro de três anos “no sítio que se lhe der, por se entender que com a fertilidade destas terras abundarão essas capitânicas em gado e a Fazenda Real terá um grande lucro nos dízimos”.¹⁴

Um documento de 1703 ainda constata a continuação do fornecimento de gado do vale do São Francisco.

“Pelo dito rio ou pelo seu caminho, lhe entram os gados de que se sustenta o grande povo que está nas minas, de tal sorte que de nem uma parte lhe vão nem lhe podem ir os ditos gados, porque não os há nos sertões de S. Paulo nem nos do Rio de Janeiro.”

O gado do sul

A emulação provocada pelo alto preço do gado bovino nas zonas de mineração e as dificuldades decorrentes do fornecimento exclusivo proveniente da faixa de criação ligada à economia do açúcar, quando as catas se distendiam por longínquas áreas, trouxeram como consequência a instalação de fazendas em Minas, Goiás e Mato Grosso e a procura do gado da região sulina que os paulistas, aliás, visitavam desde os princípios do século XVII. Portugal, com o hábil gesto político da ocupação da Colônia do Sacramento, firmou sua resolução de levar as suas lindes às águas do Prata, incorporando ao patrimônio lusitano uma grande região onde abundava o gado.

14 “Dom Álvaro da Silveira de Albuquerque”.

Eu EL-REI vos envio m. Saudar. Para que essa Capitania e as mais do Sul abundem em gados, e se possa prover com eles as minas, sem lhe ser necessário abrir porta delas para a Bahia e evitarem-se os descaminhos que desta Comunicação podem resultar os quintos de ouro. Me pareceu ordenar-vos deis de Sesmaria a maior parte que vos for possível das terras dos Campos das minas que se estendem para a parte dessa Capitania até junto a serra dos Órgãos a que mais perto for do Rio de Janeiro, com a obrigação de cada um dos donatários pôr um curral de gado dentro de dois até três anos no sítio que se lhe der, por se entender que com a fertilidade destas terras abundarão essas capitânicas em gado e a Fazenda Real terá um grande lucro nos dízimos.

Escrita em Lisboa, a 7 de maio de 1703.

(a) REI.

São contraditórias as notícias sobre a introdução dos primeiros gados no Vale Platino. Southey assim reproduz o lendário conto das “Vacas de Gaeta”:

“Na governação de Yrala (1556) trouxe o capitão, Juan de Salazar, sete vacas e um touro da Andalúzia para o Brasil, levando-as daqui por terra, seguindo provavelmente a mesma direção tomada por Cabeça de Vaca para o Paraná defronte da foz do Mondaí. Ali construiu uma jangada para o gado, deixando um certo Gaeta que o transportasse por água para Assunção, enquanto ele seguia por terra. Uns poucos de meses gastou na viagem a jangada, cujo arrais recebeu em recompensa uma das vacas. Ainda hoje se diz proverbialmente entre os espanhóis – a vaca de Gaeta – querendo significar coisa de grande valor; mas, embora este ditado implique passar agora aquele pagamento por ter sido ridiculamente desproporcionado ao serviço, tinha provavelmente outro sentido na sua origem. Quando mais de sete vacas não havia no país, nada podia ser de tanto valor como uma delas. Em 1580 se embarcou de Buenos Aires para a Espanha o primeiro carregamento de couros, e uns trinta anos depois se levaram das cercanias de Sta. Fé para o Peru nada menos de um milhão de cabeças de gado, dizem, tão rapidamente se multiplicara este nas imensas pampas dentre Tucumã e o Prata. (Azara diz que os fundadores de Buenos Aires para ali levaram em 1580 algum gado, parte do qual se tornou bravoio, multiplicando-se grandemente no país para os lados do rio Negro.) Mas a segunda fundação de Buenos Aires foi em 1546, e no mesmo ano da terceira fundação se exportava o primeiro carregamento de couros. Lapso ainda mais singular se nota no mesmo capítulo do *Essai sur l'Histoire Naturelle des Quadrupedes de la Province du Paraguai*, pelo referido Azara. Atribui ele a origem do gado bravo da margem do norte do Prata a algum que ele supõe terem deixado ficar os espanhóis do Paraguai, em 1552, ao serem expulsos da cidade de São João Batista, que haviam tentado fundar defronte de Buenos Aires. Esquece, porém, que esta tentativa de fundação à margem esquerda, talvez no sítio da Colônia, tivera lugar, segundo ele mesmo refere, quatro anos antes da introdução do primeiro gado da Europa. Muito antes deste tempo devia haver gado no Brasil, sendo muito mais provável que o bravoio, a que alude Azara, proviesse da Capitania de São Vicente do que do Paraguai, de onde o Paraná e o Uruguai teriam oposto à migração insupe-

ráveis obstáculos. Espontaneamente não se mete o gado à água, nem obrigam jamais a fazê-lo sem que ocorra alguma perda. Observa Dobrizhoffer que quando grandes manadas atravessam um rio, sempre se afogam mais touros do que vacas. Não tardou a haver quem por milhares e por dezenas de milhares contasse o seu gado num país onde as pastagens eram do tamanho de qualquer freguesia rural da Europa, excedendo à área de uma só estância muitas vezes a de um condado da Inglaterra. Não faltavam pessoas que possuíssem cem mil cabeças, nem Reduções que tivessem mais de meio milhão, número não desmesurado, onde mais de quarenta reses se cortavam diariamente para consumo dos moradores. Uma grande porção era furtada, outra, maior ainda, era presa dos índios hostis, tigres e cães bravos, perecendo miseravelmente um sem-número de bezerros vítimas das moscas que se pode chamar por excelência a praga do Paraguai. O gado bravo muito excedia em número, o semidomesticado. Com igual rapidez se haviam multiplicado os cavalos. A grande propagação destes animais numa terra, onde antes da descoberta nenhum existia daquela espécie, veio alterar até as características físicas do país. Desapareceram as plantas bulbosas e as numerosas espécies de pitas ou caraguatás, que antes cobriam as planícies, vindo substituí-las um pasto fino e uma sorte de cardo rasteiro assaz forte para resistir ao pisar dos animais que fora o que destruíra a primitiva ervagem.”¹⁵

Virgílio Correia Filho em uma de suas *Monografias Cuiabanas*, assim comenta o incidente:

“O nome do esperto boiadeiro gravou-se nos fastos da pecuária sul-americana, insculpido pela pena do primeiro cronista paraguaio, que lhe historia o feito relevante.”

Enquanto proliferava, ao redor de S. Vicente, o rebanho bovino, trazido em 1534, por ordem de D. Ana Pimentel, consorte do donatário, e procurador dele, os povoadores de Assunção nutriam-se apenas do que lhes fornecia a abundante lavoura indígena.

Mas freqüentavam-se os dois povos, através dos sertões que lhes impediam o intercâmbio.

15 Southey – *History of Brazil*.

De uma feita, em S. Vicente, encontraram-se o capitão Salazar, que vinha da Espanha, e Melgarejo, proveniente de Guaíra, cujo embarque foi impedido pelas autoridades vicentinas.

Jornadeariam, juntos, com suas famílias, rumo de Assunção, obscuramente, como qualquer viajante da época, se não se tivessem associado aos filhos de Luís de Góis, povoador da vila de Martim Afonso, de nomes Cipriano e Vicente, que lhes deram relevância à expedição.

Empreendedores, conduziram a primeira boiada, bem modesta, em verdade, com que se deveria iniciar a pecuária no Uruguai.

Eram sete vacas e um touro, confiados ao vaqueiro Gaeta “que llegó con ellas à la Assunción con grande trabajo y dificultad solo por el interés de una vaca, que se le señalo por salario, de onde quedó en aquella tierra un proverbio que dice: *son más caras que las vacas de Gaete*”.

Ao comentar este passo Angelis confirma a primazia atribuída aos irmãos Góis, como implantadores da pecuária no Paraguai, embora descontando os exageros do deão Funes, que lhes ampliou a influência da iniciativa por toda a região platina.

Quanto à introdução do gado na margem oriental do rio Uruguai, estudos de Caviglia e outros atribuem-na a Hernanderías, que, em 1608, teria aí formado sua estância. Outros atribuem-na aos jesuítas, que fundaram suas missões no atual Rio Grande, em 1618. Como quer que seja, a existência de abundante gado na região do Sul e os preços elevados que alcançaram na Capitania de São Paulo justificavam o fomento de seu comércio e o seu transporte pela costa, até ao porto de Laguna e dali o seu embarque até os portos de Santos, Iguape, Parati e Rio de Janeiro.

Antes de existir na parte oriental do continente de São Pedro qualquer núcleo de povoação, que só se fundou em 1725, havia um frequente comércio de gado entre os habitantes primitivos das terras do Rio Grande e os moradores de Laguna. Esse comércio era autorizado e mesmo recomendado pelo governo da Capitania de São Paulo, que estendia a sua jurisdição por todo o país até o Rio da Prata.¹⁶

16 General Borges Fortes – *Cristóvão Pereira*.

O ato do governo de São Paulo, de 17 de janeiro de 1725, demonstra que o comércio de animais com os índios constituía já uma séria preocupação para os homens de negócio da Colônia.¹⁷

Encontramos, ainda em 1725, o bando de D. Rodrigo César de Meneses permitindo o transporte de gado vacum do sertão de Curitiba e dos campos de Vacaria para a zona de mineração.¹⁸

Para atender ao incremento do comércio do Sul, urgia a abertura de um caminho por terra, unindo os campos do Rio Grande à grande zona consumidora. Foi o paulista Bartolomeu Pais de Abreu quem primeiro propôs ao governo, mediante determinadas mercês, ligar São Paulo ao Rio Grande. Não apoiado pelo governador Rodrigo César de Meneses, somente em 1727 tal cometimento pôde ser levado a efeito por Francisco de Sousa Faria, quando do governo de Antônio Caldeira da Silva Pimentel.

17 Bando do Governador de São Paulo, de 17 de janeiro de 1725:

“E quando assim os índios como os castelhanos daquela Pampa vierem às Povoações com gados e cavalgaduras os moradores os trataram com todo o carinho para que o negócio seja franco e quando se quiserem retirar-se lhes não proibirá a fazerem-no, salvo havendo presunção certa que possa ser prejudicial a sua retirada e nessa forma serão represados.

“Também poderão ir à ilha de Santa Catarina comerciar com aqueles moradores levando os seus gados pelos campos daqueles distritos porque assim se poderão fazer nas campanhas muitas carnes secas para se transportarem para todos os portos, do que se segue a utilidade à real fazenda, e bem comum, e como na dita ilha é a barra mais franca com mais facilidade se poderão carregar nas embarcações não só carnes, mas bestas mueres e por meio destes comércios se conservará a amizade dos minuanos com os portugueses.”

18 Bando de D. Rodrigo César de Meneses, Governador da Capitania de São Paulo, permitindo o transporte do gado vacum, do sertão de Curitiba e dos campos de Vacaria para as minas de Cuiabá.

(8 de novembro de 1725)

“Por ser conveniente ao real serviço de V. Maje q’ Ds. ge., e ao aumento das novas minas de Cuiabá, meter-se nelas gados vacuns para sustento dos mineiros, e mais pessoas, que se acharem naquele descobrimento, de que também resultará grande conveniência aos moradores desta capitania, os que quiserem mandar, ou levar, para as das minas do Cuiabá, e por me constar, que nesta dita capitania, há vários moradores que têm currais de gado no sertão da vila de Curitiba desta comarca, donde se podem conduzir, para as ditas minas de que lhe resultarão grandes utilidades, o poderá fazer toda a pessoa que quiser no tempo que lhe parecer mais oportuno, e também poderá amansar, e conduzir de paragem chamada Vacaria gados, para as ditas minas sem se lhe pôr impedimento algum.”

Outorgou-lhe este governador apoio e favores; e, com o auxílio de Cristóvão Pereira, subiu Faria pelo vale do Araranguá, rompendo, com grandes dificuldades, a serra do Mar, e encontrando, nos campos de Lajes e São Joaquim, pastos admiráveis, com grande porção de gado aí lançado pelos tapes, das aldeias jesuíticas. Em 1730, alcançou Faria os campos de Curitiba. Nessa região, explorada pelos paulistas que iam ali à cata de ouro, desde meados do século XVIII, Gabriel de Lara fundara, em 1614, a Vila de Curitiba.

Foi ainda Cristóvão Pereira quem retocou a estrada e levou por ela a primeira tropa que chegou a São Paulo em 1733.

Sul de Mato Grosso

Nos campos de Vacaria, no sul de Mato Grosso, a criação do gado bovino, originário das estâncias dos missionários paraguaios, tinha assumido um grande desenvolvimento. Dele também lançaram mão os paulistas.

Estabeleciam-se, assim, as correntes comerciais de gado pelo interior do Brasil, funcionando a zona de mineração como um providencial elo de interesses econômicos, unindo, pelo sertão, os homens do Norte, do Centro e do Sul.

Foi essa mineração que também provocou o rápido crescimento da população brasileira, que, em um século, decuplicaria.

Com a ocupação definitiva da Capitania de São Pedro e dos campos da Colônia do Sacramento, registrou-se ainda um fato que bem demonstra a relevância dos fatores econômicos. Devido ao clima, aos pastos, às facilidades de locomoção, o gado se desenvolveu nos campos do Sul, ainda mais facilmente do que no Norte. O preço da carne, na costa nordestina, sempre foi elevado.¹⁹

19 Em 1654, no Maranhão, a carne era vendida a 40 réis a libra, obrigando-se a Câmara a ficar com a que não era vendida.

Ora, isso representa cerca de 90 réis o quilo, ou sejam cerca de 6\$000 em poder aquisitivo de hoje.

Em 1670, a carne baixou a 30 réis; em 1687, a 20 réis, em 1688 a 18 réis que representam cerca de 1\$500, valor de hoje.

Em 1727, o preço em São Salvador era de 640 réis a arroba, ou sejam mais de 2\$000 em valor atual.

Tal circunstância permitiu o desenvolvimento das indústrias de charque, nas regiões sulinas, para o suprimento, por via marítima, das populações litorâneas do Centro-Norte brasileiro. No Norte, já era conhecida a carne-de-sol, carne-seca ou carne-de-vento, particularmente nos sertões do Ceará. Passaram a consumir em grande escala a carne de charque, preparada com sal e de maior duração que aquela.

As leis econômicas foram, assim, delimitando, dentro das fronteiras brasileiras, as zonas de preponderância de gado e de melhor carne bovina. As dificuldades de transportes e o aumento de população promoveram, também, a fundação de fazendas de criar nas Capitâneas de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, regiões que passaram, com o correr do tempo, a ser fornecedoras do gado em pé para o consumo dos grandes centros populosos, Rio de Janeiro e São Paulo.

No comércio bovino, como na hegemonia econômica do país, perdia o Norte a sua predominância inicial. O comércio do couro e os níveis de preço de gado refletiam, de seu turno, tal alteração.

Preços do gado bovino

No século XVI os primeiros bois valiam, na Bahia, 100\$000, normalizando-se, depois, os preços para 10\$000 a 12\$000 por cabeça, ou sejam quase 2:000\$000 em valor aquisitivo de hoje; e em Pernambuco o dobro, tal a procura que havia pelos engenhos (Warden).

Em 1618, nos *Diálogos das Grandezas do Brasil* se lê que no Norte uma vaca valia de 4\$000 a 5\$000; um boi de carro de 6\$000 a 7\$000 e um boi já feito de 12\$000 a 13\$000, valores que, multiplicados por 228, coeficiente de correção para o poder aquisitivo de hoje, representam:

4\$000.....	912\$000	7\$000.....	1:596\$000
5\$000.....	1:140\$000	12\$000.....	2:736\$000
6\$000.....	1:368\$000	13\$000.....	2:964\$000

Esta informação confirma a de Warden, para fins do século XVI. No entanto, nas mesmas épocas, em inventários paulistas, verifica-

mos que uma vaca valia 1\$000 e um boi capado 2\$000, isto é, a quinta ou sexta parte do valor do gado do Norte.*

Em 1711, segundo Antonil, uma rês ordinária valia, na Bahia, de 4\$000 a 5\$000; e nas Jacobinas centro de feiras de gado, valia de 2\$500 a 5\$000, representando isto 200\$000 de hoje, para a rês ordinária, 350\$000 para os bois.

“Porém nos currais do rio de São Francisco os que têm maior conveniência de venderem o gado para as Minas, o vendem na porteira do curral pelo mesmo preço que se vende na cidade.”

Era pequena a diferença quanto às boiadas de Pernambuco e do Rio de Janeiro.

No entanto, em 1700, na zona de mineração, chegou-se a pagar 100 oitavas por um boi, o que representa mais de 50 libras esterlinas, ou sejam cerca de 10 contos de réis em poder aquisitivo de hoje.

Em 1768 já valia o boi na Bahia de 3\$200 a 4\$000, segundo carta do Marquês de Lavradio, o que representa 160\$000 em poder aquisitivo de hoje.

Em 1800, em Goiás, valia o gado 4\$800 quando vendido para regiões do Sul e 1\$500 quando vendido para regiões do Norte.

Nessa mesma época, já era muito abundante o gado no Rio Grande do Sul, onde, nas estâncias, o preço da rês girava em torno do mil-réis (50\$000 de hoje).

Em 1828, Luís d'Alincourt, no seu recenseamento econômico de Mato Grosso, registrava, para o custo de um boi gordo, de 4\$800 a 6\$000, e se comprado diretamente na fazenda, de 2\$400 a 3\$000. Uma vaca, de 2\$400 a 3\$000, mas, nas fazendas, 1\$700. Um boi manso de carro, 7\$200.

* Com o surto minerador de fins do século XVII, subiram notavelmente os preços dos animais domésticos em São Paulo. Assim os cavalos e éguas passaram de 3.000 e 1.500 réis, a 10 e 5.000 réis, segundo nos revelam os livros da mordomia do Mosteiro de São Bento paulistano. Os bois quintuplicaram de preço segundo se deprende das Atas das Câmaras de São Paulo, de princípios do século XVIII. (Nota do Dr. A. de E. Taunay.)

.....

Capítulo VIII

AINDA A PECUÁRIA. SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO UNITÁRIA DO BRASIL

RAÇAS, PASTOS E CLIMAS; PREÇOS DE GADO NO PERÍODO COLONIAL. NÚMEROS E VALORES. ÉPOCA DO COURO NO SUL. O COMÉRCIO DO COURO. A IMPORTÂNCIA EXCEPCIONAL DO ARTIGO NO SÉCULO XVIII. PROCESSOS DE PREPARO, TIPOS DE EXPORTAÇÃO E PREÇOS. A CONCORRÊNCIA ARGENTINA. A FUNDAÇÃO DA COLÔNIA DE SACRAMENTO ESTIMULADA PELO COMÉRCIO DO COURO. A PECUÁRIA E A SUA INFLUÊNCIA NO TRAÇADO DAS FRONTEIRAS MERIDIONAIS. O GADO CAVALAR E MUAR. HOSTILIDADES RÉGIAS CONTRA O EMPREGO DO GADO MUAR. TROPAS, TROPEIROS E SUA ACENTUADA ATUAÇÃO NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO INTERIOR DO PAÍS. AS FEIRAS DE GADO. A FEIRA DE SOROCABA. O SAL. A POSSÍVEL INFLUÊNCIA DE SUA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA NA EXPANSÃO DA PECUÁRIA. O ESTANCO, A CARÊNCIA DO SAL E SUAS REPERCUSSÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS. A PECUÁRIA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA. A EXISTÊNCIA NO *HINTERLAND* DE INTENSAS CORRENTES COMERCIAIS DE GADO. SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CRIAÇÃO DE UMA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA UNITÁRIA. A INTERFERÊNCIA DOS PAULISTAS.



Raças, pastos e climas

GADO colonial originou-se das raças da Península Ibérica, trazidas pelos portugueses, acrescido dos contingentes do Vice-Reinado do Peru, via Paraguai, dos da região platina, via Missões, Colônia do Sacramento e, finalmente, da contribuição holandesa e francesa, durante a permanência destes europeus no Brasil.

Dos cruzamentos livremente realizados, numa verdadeira confusão zootécnica, se fixaram, no entanto, principalmente em função do clima e natureza dos pastos, alguns tipos nacionais.

Apontam os técnicos como característicos o caracu, o franqueiro ou pedreiro, o curraleiro, o bruxo, o mocho e o pantaneiro ou cuiabano.

Todos esses produtos são resultados de uma transação entre os cruzamentos dos primitivos espécimes, com as condições climáticas e a natureza das forragens. Não houve o trabalho de seleção ou de apuração da raça mais apropriada ao meio, o que concorreu para a sua fácil degeneração.¹

Não obstante as correções de altitude e a boa qualidade de muitas pastagens naturais, a geografia econômica nos ensina que as regiões sulinas são as mais propícias ao desenvolvimento do gado bovino de corte, o mais procurado nos grandes centros consumidores.

No caso brasileiro, contribuíram, ainda e decisivamente, para o predomínio pecuário do Sul sobre o Norte, o aparecimento da mineração e o declínio da indústria açucareira.

No Sul, em zona temperada, o gado pôde ser continuamente melhorado pela importação de espécimes selecionados dos climas temperados, em que a criação alcançou um grande adiantamento. Às mais vantajosas condições mesológicas, juntaram-se as possibilidades da contínua melhoria pela atuação do homem.

A evolução do comércio dos couros teve marcha semelhante. Os do Sul começaram a surgir, fazendo concorrência vitoriosa de preço e qualidade aos do Norte, e influenciando, talvez imperiosamente, na expansão para o Sul, resolvida pela Coroa portuguesa.

Época do couro no Sul

A região austral experimentou, como a do norte, a influência da abundância do couro em todas as atividades dos seus colonizadores.

1 Para o estudo dessa origem, processos de seleção e fixação do gado nacional, natureza de climas e pastagens, que foge à alçada desta cadeira, vejam-se, entre outros, os trabalhos do professor Otávio Domingues, São Paulo, 1929; professor Nicolau Athanasof, São Paulo, 1910; Antônio da Silva Neves, 1917, Sociedade Nacional de Agricultura; Dr. Mário Maldonado, São Paulo; Urbino Viana, Rio, 1927; Virgílio Correia Filho, Mato Grosso.

Contreiras Rodrigues, em seu valioso trabalho sobre a *Economia Colonial*,² faz a propósito as seguintes considerações: “quando começou a ocupação do Rio Grande, procedente de Laguna e de origem paulista (1715) com João de Magalhães e Francisco de Brito, seu sogro, já estava o extremo sul do país povoado de gado *vacum* e cavalos, sobretudo na campanha pertencente ao Sacramento e nas estâncias e vacarias ligadas aos Sete-Povos. Nas estâncias estavam os rodeios de gado costeados pelos trabalhos da indiada, em pastorejos, tropeadas e manguieras. Esta palavra deriva precisamente da manga ou da taipa, em forma de espiral, com a entrada bem ampla, que construíam os campeiros, quando pretendiam agarrar e domesticar as pontas de gado bravo da circunvizinhança. Na manga o encerravam todos os dias até perder a querência dos banhados e matos e agarrar nova querência em campo limpo.

Mais tarde a espiral foi substituída pelo círculo perfeito com uma entrada ladeada de duas linhas retas convergentes a ela, em forma de ângulo muito aberto. Estas linhas conservaram sempre o mesmo nome de mangas e o círculo adquiriu a denominação de manguiera. Isto nas estâncias, onde se queria o gado manso; mas nas vacarias, ele se conservava alçado e sem dono. Já nesse tempo a vaca de Gaeta se tinha multiplicado aos milhões. “Os campos não têm fim”, diz Simão de Vasconcelos, “o número de gado são milhões, donde só pelos couros se mata, e se carregam muitos navios deles, deixando a carne por inútil.” No dizer deste cronista houve também no extremo sul a idade do couro. Não é exagero afirmar que essa época do couro no extremo sul começou com a fundação da Colônia do Sacramento (1680), dominando a colonização jesuítica das Missões, passou à civilização portuguesa destas regiões, no terceiro século, e prolongou-se até fins do IV século da existência do Brasil. De 1680 a 1880, nas estâncias do sul, desde as vacarias do Mato Grosso até as vacarias do Rio Grande e do Sacramento, cosia-se a existência com tentos de couro. Tetos de macega, ou de Santa Fé, apertados com couro cru, portas e janelas de couro, bancos e cadeiras de couro, botas de couro

2 Contreiras Rodrigues – *Traços da Economia Social e Política do Brasil Colonial*. É um estudo consciencioso e erudito sobre vários aspectos da nossa sociedade e economia até o século XIX.

cru de garrões de animais cavалares sacrificados só para isso, os correames, os arreios, as camas, as pirogas de passar os rios que não davam vau, às quais chamavam de *pelotas*, segundo atestam hoje os nomes de dois rios – Pelotas – que interceptam a primitiva estrada dos tropeiros e dos guerreiros daqueles recuados tempos, o rio que liga as lagoas Mirim e dos Patos e o rio Uruguai na sua parte mais alta. Faziam os campeiros uma armação de madeira, em forma de semicírculo e bem adaptado a ela secavam o couro de uma rês, que suportava perfeitamente o peso de um homem com os arreios. Atirava o campeiro o seu cavalo ao rio, e preso ao rabo fazia-se rebocar pelo bucéfalo resfolegante até a margem oposta. É fácil de imaginar o espetáculo bárbaro de um exército ou de uma tropa nesse transe. Baús de couro e até obras de arte primorosas de couro cru.”

O comércio do couro

Nessa época em que o animal era o principal veículo de transporte, em que a vida urbana era diminuta, fazia a população rural grande consumo do artigo, em múltiplas utilidades. Não se conheciam então tecidos impermeáveis, papelões e outros produtos que eram supridos pelo couro.

No Brasil exportaram-se couros e peles durante todo o período colonial. Segundo Antonil, o couro em cabelo, valia, em 1710, 50% do preço do boi. Aqui, além dos usos mais conhecidos, era ainda o artigo empregado, em larga escala, para encourar o rolo de fumo destinado à exportação e, mais tarde, foi utilizado para o fabrico de surrões para acondicionamento do açúcar e outros produtos. Negociavam-se couros salgados, secos, atanados e meios (meio-couro) de sola.

A sua procura era tão intensa e tão grande movimento teve a criação nas regiões platinas, que ali, antes do estabelecimento da indústria do charque e dos modernos frigoríficos, matava-se o gado só para aproveitamento do couro.

Antonil (1711) dá o orçamento do preparo do artigo curtido e o custo final do meio de sola posto em Lisboa:

Vale cada couro em cabelo	2\$100
De o salgar e secar	\$200
De o carregar ao curtume	\$040
De o curtir	<u>\$600</u>
Importa tudo	Rs. 2\$940
Um meio de sola vale.....	1\$500
De o carregar à praia	\$010
Do frete do navio.....	\$120
De descarga para a alfândega.....	\$010
Por todos os direitos	<u>\$340</u>
Importa tudo.....	Rs. 1\$980

Os meios de sola, que ordinariamente vão cada ano do Brasil para o reino, importam no seguinte:

Da Bahia, cinqüenta mil meios de sola a 1\$980 réis	99:000\$000
De Pernambuco, quarenta mil meios de sola a 1\$750 réis .	70:000\$000
Do Rio de Janeiro e outras Capitais do Sul, vinte mil meios de sola a 1\$640 réis	<u>32:800\$000</u>
O que tudo importa em Rs	201:800\$000

Verifica-se, desse orçamento, que os direitos reais representavam mais de 20% sobre o couro curtido e, portanto, mais de 30% sobre o couro em cabelo.

Não tardou que os platinos viessem fazer concorrência, no Rio de Janeiro, ao couro nacional. Acorreu, solícito, o Governo português em defesa do Erário Real e um Alvará de 1680 proibia o consumo de sola no Brasil que não fosse fabricada dentro do reino. É de supor que a abundância e o baixo preço do artigo, na bacia do Prata, tivessem também influído no ânimo real para a instalação da Colônia do Sacramento, nesse mesmo ano.

Todas as fazendas de criar pagavam dízimos de acordo com a sua importância e produção. Na nova Colônia do Sacramento, a maioria dos couros exportados, era, porém, proveniente de gado bravo caçado nos pampas, quando não do contrabando das possessões espanholas para ali levados pelos índios. Escapavam assim aos dizi-

mos; daí a solicitude do Governo Real criando, em 1699, os quintos do couro da Colônia do Sacramento, e determinando que todo o artigo ali produzido fosse exportado para o Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano lançavam-se novos impostos sobre os couros importados de Buenos Aires.

Em 1702 é adjudicado o contrato das vendas dos quintos dos couros reais por 6 anos a 60.000 cruzados anuais, mais de 1.000 contos de réis em poder aquisitivo de hoje.

Em 1729 já o couro valia menos e a adjudicação foi feita na base de 500 réis, cruzado e quarto, por peça exportada.

Em 1705, o contrato dos quintos dos couros era arrematado pelo tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu. Em 1732 o ajuste estabelecia 550 réis por couro de boi e 400 réis pelo de vaca ou novilha.

Em 1747 as rendas dos quintos dos couros da Colônia do Sacramento subiam a mais de 40.000 cruzados anuais.

Em 1758, por decreto de 8 de abril, proibiu-se o despacho nas alfândegas de “solas e atanados fabricados fora desse reino”, sob a alegação de que as proibições anteriores relativas ao uso de sola estrangeira não estavam sendo devidamente cumpridas.

O comércio do couro brasileiro continuava importante. Em 1759 a frota da Companhia de Comércio do Pará-Maranhão levava:

171.000 meios de solas
96.640 couros em cabelo
29.000 atanados.

O valor aproximado desse carregamento seria de 200.000 libras esterlinas, correspondentes a mais de 40.000 contos, poder aquisitivo atual. Nesse carregamento incluíam-se principalmente artigos de outras capitanias e a produção de mais de um ano.

O Alvará de 14 de abril de 1757 constituiu ainda uma demonstração da atenção que esse comércio estava merecendo da metrópole; essa ordem real estabelecia limite de fretes para o reino, “sem diferenças de portos”. Da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, os máximos.

Para couro em cabelo.....	300 réis
Para atanados.....	400 réis
Para meio de sola.....	200 réis

Em 1761 um decreto real procurava favorecer a exportação desses artigos para o exterior, isentando-os de direitos de entrada e de saída.

Em 1766 os fretes para os reinos foram reduzidos para:

Couro em cabelo e atanados.....	250 réis
Meio de sola.....	150 réis

Preparo e exportação

Roland de La Platière, em interessante trabalho publicado em Paris, em 1790, faz uma análise dos processos de criação de bovinos no Brasil, da preparação e comércio de couros aqui e no Prata.

Acentua que os couros do Norte eram de preferência salgados, enquanto que os do Sul, Rio de Janeiro e Buenos Aires eram secos, influência talvez da carência do sal no Sul.

Para secá-lo, depois de retiradas as patas, parte da cabeça e rabo, era o couro limpo, esticado, estaqueado e exposto ao sol. O seu preparo requeria cuidados especiais, visando à uniformidade na espessura e ao aproveitamento da maior área; para transportá-lo, dobravam-no ao meio, no sentido do maior comprimento; os couros salgados eram dobrados pelo lado interno e empilhados.

Da Bahia e Pernambuco, exportavam-se também atanados de vacas e vitelas, principalmente para a Itália.

La Platière acha que no Brasil se curtia mal, empregando-se matéria-prima inferior. Elogiava a cola forte, feita na Bahia, com os resíduos dos couros.

Em Portugal consumia-se o couro verde, sendo dali reexportado o brasileiro.

Couros secos

Dos secos, eram mais estimados os de Buenos Aires, melhor talhados e preparados; tinham o pêlo uniforme, ausência de furos no pescoço e cabeça de pequeno tamanho. Esta última circunstância era

valiosa, e explicava a desvalia de certos couros; é uma parte que curte mal, e o couro era vendido a peso.

O seco era, no entanto, atacado por um inseto, a “Polilla”, que morre nos climas frios. Oferecia ainda o risco de aparecer com furros, quando submetido ao banho de cal para perder os pêlos: atribui-se tal defeito à possível fervura ao sol de bolhas de sebo impregnadas no couro e que o destruíam nesses pontos.

Rouen, Amsterdã e Flandres eram os principais mercados para o artigo.

Rouen, porto distribuidor para a França, procurava peças de 32 libras (15 quilos). Amsterdã e Flandres preferiam-nas mais leves, de 27 libras, tendo em vista menor capital de movimento na exploração dos curtumes.

Valiam nessa época os couros secos, em Lisboa:

Peça na base de 32 quilos a 65 réis por libra	2.080 réis
Frete do Brasil	260 réis
Despesas de embarque	140 réis
	<hr/>
	2.480 réis

Couros salgados

Nessa espécie, os mais afamados eram os de Pernambuco. Procuravam-se os mais pesados, bem descarnados, sem patas compridas, bem espessos e de bom pêlo. Negociavam-se por peças, sendo a Itália, Flandres e Holanda os seus melhores mercados. Em Rouen, consumia-se pouco desse artigo, do qual exigiam o peso mínimo de 31 libras.

Seu preço era de:

No Brasil:

2.300 a 2.400 réis, peça de 31 a 32 libras.

Em Lisboa:

Valor posto a bordo em porto brasileiro.	2.350 réis
Frete	260 réis
Despesas de reembarque	160 réis
	2.770 réis

Os couros secos eram mais baratos pela maior abundância oriunda da criação argentina. Os salgados, quase só brasileiros, tinham

menor produção. Havana oferecia couros salgados de pior qualidade que os brasileiros.

Do Brasil se exportava muito couro seco pelo porto do Rio, originário, em boa parte, do Rio Grande.

La Platière atribuía ao Brasil uma exportação anual de 100 mil peças. É pouco. O balanço do comércio do reino de Portugal, para o ano de 1777, que a Biblioteca Nacional possui, em manuscrito, (1.13.2.52) acusa uma exportação de 288.069 peças, valendo acima de 561 contos de réis, ou sejam, mais de £ 150.000. Já mencionamos uma exportação de cerca de 200.000 peças em 1759.

Seja como for, não será exagerado avaliar-se em mais de £100.000 anuais a exportação do couro brasileiro durante o século XVIII.

Computando-se o consumo de carne no país, o uso do gado bovino como elemento trator, o largo emprego industrial do couro e os aspectos sociais e políticos decorrentes da atividade pecuária, compreende-se o valor da contribuição anual e permanente dessa exportação e os benéficos proventos que dela resultaram para a formação política e econômica nacional.³

A Colônia de Sacramento. As fronteiras meridionais

Uma valiosa consequência política do comércio de gado foi a definitiva integração de vastas regiões sulinas ao território pátrio.

Em suas batidas à cata do gentio, já freqüentavam os paulistas, desde o início do século XVII, e, talvez, desde fins do XVI, as regiões da lagoa dos Patos. Ficou célebre a bandeira Aracambi em 1635. Em 1660, fundou-se a vila de São Francisco. Em 1675, ocupou-se a ilha de Santa Catarina e, em 1676, Domingos Brito Peixoto fundou Laguna. A ocupação desses portos se deve, principalmente, à necessidade da expulsão definitiva dos robusteiros, que se haviam instalado numa faixa da costa não policiada, quer por espanhóis, quer por portugueses.

3 Na *Encyclopédia Méthodique* encontramos um “Tableau des Arts & Métierris qui ont les peaux et cuirs pour objet, et qui les emploient”, que resumimos no Anexo V, por oferecer uma idéia da larga aplicação do artigo, na época, no continente europeu.

A preocupação da Coroa de manter a primazia no comércio de couro, aliada à de estender os seus domínios até ao Prata, levaram-na, deliberadamente, a fundar a Colônia de Sacramento. Para esse fim, D. Manuel Lobo contou com o apoio e auxílio dos paulistas e dos santistas.

O governador de Buenos Aires, numa violenta investida, destruiu a Colônia, em 1681. Portugal, forte na Europa, exigiu a restituição da Colônia à Coroa portuguesa, e de 1682 a 1704 esteve ela incorporada ao Estado do Brasil, alcançando apreciável desenvolvimento econômico.

Retomada pelos espanhóis, foi de novo restituída a Portugal pelo Tratado de Utrecht, e de 1715 a 1762, exatamente na época do apogeu da mineração, esteve na posse dos portugueses. Nos campos que a ela ficaram incorporados, e que abrangiam grande parte da atual ilação uruguaia, muito se desenvolveu a criação de bovinos e muares.

Em 1725, João de Magalhães fixou-se no Rio Grande do Sul com fazendas de criar. Dessa data em diante, estimulados pela procura sempre crescente de gado, estabeleceram os portugueses duas cunhas de penetração: uma, partindo das margens do Patos, a outra, do Sacramento, visando à obtenção de maior área possível e a incorporação à Coroa portuguesa de novas terras de criar.

O Tratado de Madri, de 1750, as guerras do Sul de 1762 a 1777, o Tratado de São Ildefonso, de 1778, concorreram para que perdêssemos a Colônia de Sacramento; mas, em compensação, ficaram integradas no território brasileiro grande parte do atual Rio Grande do Sul e grandes regiões do Centro e Norte do País.

A incorporação das missões jesuíticas da margem oriental do Uruguai, que deveria ser feita pelo tratado de 1750, e que motivou as guerras contra os Guaranis, promovidas de 1753 a 1756 pelos exércitos aliados portugueses e espanhóis, só ocorreu de fato, definitivamente, em 1801.

O fundamento econômico da expansão no Sul foi, pois, o gado e a sua valorização, provocada pela mineração e pelo crescente consumo dos couros.

Para se aquilatar da importância da Colônia de Sacramento, basta verificar os contratos de arrendamento dos quintos do couro.⁴

As regiões do Sul tornaram-se as fornecedoras por excelência do gado muar e cavalar, cujo mercado crescera vertiginosamente com a indústria da mineração.

O gado que partia dos campos de Sacramento invernavia, a princípio, nas imediações do Rio Grande e Pelotas e, depois, nas cercanias de Laguna, onde embarcava. Mais tarde, subia pela estrada de Aranguá e invernavia nos campos de Santa Catarina e Paraná, antes de chegar a Sorocaba, a caminho das Minas Gerais. Posteriormente, usava o caminho direto do interior, a que já aludimos.

Esse caminho atravessava os campos de Vacaria, depósito de gado mandado fazer pelas Missões jesuíticas, onde era criado à lei da natureza, servindo de reserva eventual às necessidades das populações. Campos idênticos foram encontrados ao sul de Mato Grosso. De todos eles tiraram grande proveito os colonizadores portugueses.

Gado cavalar

Nesse tempo, não havendo estradas de rodagem e escasseando os meios de transporte, o cavalo exercia relevante função na evolução econômico-social. Daí a preocupação da sua criação no Brasil, onde representava o principal meio de condução e o elemento indispensável nas vilas, nos engenhos, nas fazendas de criar ou no comércio de gado. A sua importância ainda mais se avolumou com a penetração nos sertões do Nordeste, do Centro e do Sul.

Criavam-se cavalos em todas as Capitânicas, principalmente no interior do Maranhão e Piauí. Relatam as crônicas o grande apreço em que eram tidos os animais de raça, pelos senhores de engenho.

Indispensáveis às forças armadas, Portugal vinha também buscá-los aqui, durante o século XVII e parte do XVIII, para as suas campanhas e montarias na África. Abundam as Cartas Régias incenti-

4 No inventário dos documentos relativos ao Brasil, existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar, publicado por Eduardo Castro de Almeida, encontram-se sucessivas Cartas Régias dispoendo sobre os pagamentos relativos a esses contratos.

vando esse comércio. Tornou-se obrigatória a inclusão de cavalos na carga de todos os navios que do Brasil demandassem Angola. A Carta Régia de 14 de dezembro de 1666, participando a vitória do governo de Angola, ordena que para ali se mandasse o maior número possível de cavalos. A de 16 de setembro de 1668 ordena que os navios que saíssem do Estado do Brasil para o Reino de Angola levassem na razão de 100 toneladas de arqueação, 2 cavalos para os serviços das tropas. Cartas Régias e Provisões de 1706, 1707, 1712, 1715, 1719, 1720, 1721, 1722, 1726, 1753, 1754, repetem reiteradamente a recomendação de que não partisse embarcação alguma para Angola sem conduzir cavalos. A de 1726 determina que quando algum navio, por sua pequenez, não pudessem transportá-los, fosse obrigado o seu senhorio a conduzir, por sua conta, em outra qualquer embarcação, o cavalo que não coubera na sua.

Com a instalação da nova Colônia de Sacramento, surgem também as Cartas Régias determinando a remessa para ali de grande cópia desses animais (1694-1699).

A mineração. Tropas e tropeiros

A mineração ia promover a fundação das primeiras cidades no interior do Brasil. Pela natureza da indústria, exigia a concentração de massas consideráveis de mineradores em determinados pontos. Daí surgiram os núcleos de habitações, as vilas e as cidades. A indústria da criação, anterior àquela na ocupação do interior do país, atuava, no entanto, como elemento de rarefação de populações.

Essas aglomerações de mineiros exigiam vultosos transportes de artigos para os seus consumos e instalações; na própria exploração das minas usava-se gado muar em abundância e o transporte do ouro, com sua comitiva de guardas, incrementava a sua utilidade.

Acentuou-se, então, a vantagem do emprego das mulas, surgindo a figura do tropeiro que, durante dois séculos, exerceria relevante função nas ligações de nosso interior, onde até hoje, em vários lugares, é o elemento indispensável à manutenção das comunicações.

Dos campos da Colônia de Sacramento, dos de Viamão, das missões espanholas, acorriam as tropas e muares, transportadas via Laguna. Em 1738, o grande tropeiro paulista, Cristóvão Pereira, que, três anos antes, socorrera militarmente a Colônia de Sacramento, na sua

épica resistência contra as acometidas espanholas, abriu o caminho direito pelo interior, ligando os campos de Curitiba, através das coxilhas rio-grandenses, até às margens do Prata.⁵

Partindo do Rio Grande do Sul, “das alturas de S. Antônio da Patrulha declinaram para oeste, por S. Francisco de Paula, pontas do rio das Antas, Vacaria, primeiro passo do rio Pelotas (Uruguai superior), Lajes ou vacaria catarinense; e daí em diante pelo caminho de Francisco Faria até o Iguaçu e pelos campos do Paraná, seguindo, talvez, a trilha dos bandeirantes, ou pontos de Tibaji, Itararé e Sorocaba, o ponto terminal dessa viagem extenuante de dois mil quilômetros mais ou menos ao passo das bestas. Iam esses pacientes tropeiros fazendo invernações pelo caminho, nos pontos mais indicados. Antes de atravessarem a barra do rio Grande, que deveria exigir enorme sacrifício aos animais e depois de atravessarem também a nado o Pelotas do Sul; depois, outra invernação na vacaria rio-grandense, antes de atravessarem o Pelotas do Norte; depois, nos campos do Paraná, aproveitando as águas do Tibaji, e por fim em Sorocaba, a grande feira do terceiro e princípios do quarto séculos da nossa vida de nação”.⁶

O comércio de tropas no Sul tomou cada vez maior incremento, alcançando as boas mulas o preço de 12\$000, equivalente, a mais de 500\$000 em moeda de poder aquisitivo de hoje. Em consequência, começou a perecer o comércio de cavalos e as fazendas de sua criação nos sertões da Bahia, do Maranhão e do Piauí sentiram logo a sua repercussão, não encontrando o fisco, no ano de 1757, arrematadores para os seus dízimos.

Surgiram os protestos dos criadores. A Carta Régia de 19 de junho de 1761 procurou sanar bruscamente esse mal. Ei-la:

“Conde de Bobadela, Mestre-de-Campo, General dos Meus Exércitos, Principal Comissário e Plenipotenciário da Divisão dos Limites da América Meridional das partes do Sul, Governador e Capitão-General das Capitânicas do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Amigo. Eu el-Rei vos envio m. saudar como aquele que Amo. – Sendo-me presente que pelo costume que de anos a esta parte se tem introduzido no continente do

5 General Borges Fortes – *Cristóvão Pereira*.

6 Contreiras Rodrigues – *Op. cit.*

Estado do Brasil de fazerem os moradores dele os seus transportes em machos e em mulas deixando por isso de comprar os cavalos; de sorte que se vai extinguindo a criação deles; por não terem saída, em grave prejuízo de meu Real serviço, e dos criadores, e Bem Comum dos lavradores dos sertões da Bahia, Pernambuco e do Piauí. E atendendo ao que por eles me foi representado: Sou servido ordenar, que em nenhuma cidade, Vila ou lugar do Território dos vossos Governos se possa dar despacho por entrada, ou por saída a machos ou mulas. E que antes pelo contrário, todos e todas as que neles se introduzirem depois da publicação desta, sejam irrimissivelmente perdidos e mortos pagando as pessoas em cujas mãos forem achados os sobreditos machos ou mulas, a metade do seu valor, para os que os descobrirem. Nas mesmas penas incorrerão as pessoas que de tais cavaladuras se servirem ou seja em transportes, ou em Cavalaria, ou em carruagens, depois de ser passado dum ano, que lhes concedo para o consumo dos que atualmente tiverem já, sendo matriculados para se conhecerem. E para obviar as fraudes, que se podem maquinar contra esta Minha Real Determinação, Vos ordeno que logo que receberes esta, e depois de a fazeres publicar por Editais afixados nos lugares públicos dessa capital, e das demais povoações dessas Capitânicas: Passeis as ordens necessárias para que se faça um exato inventário de todos os machos e mulas que se acham nos distritos desses Governos com a declaração das suas idades e sinais para por eles serem confrontados os que de novo aparecerem; e se proceder na execução desta Minha Real Determinação contra as transgressões desta pela prova que resultar das ditas confrontações. O que tudo executareis e fareis executar com a exatidão que de Vós confio. Escrita no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, a 19 de junho de 1761. (a) Rei”.

Tão absurdas disposições não poderiam prevalecer por irem de encontro a irreprimíveis determinismos econômicos. Cartas Régias de 1764 procuraram atender à reação verificada, estabelecendo nas fazendas a obrigação de uma quota mínima de criação de cavalos, estimulando, ao mesmo tempo, a de muares dentro das fronteiras portuguesas, dificultando a entrada dos de procedência espanhola.⁷

7 Anexos II e III.

Era avultada essa importação, pois a criação nacional não supria suficientemente à crescente procura.

Mas, à medida que se concentravam as populações da zona de mineração, era natural que aí se fundassem estabelecimentos agrícolas e principalmente fazendas de criar para atender às crescentes solicitações de gado *vacum* e *muar*.

Os registros

Surgiu, então, outro aspecto da questão. Foram os protestos dos governadores das Capitânicas de São Paulo, receosos do decréscimo das rendas arrecadadas nos registros de Curitiba pela passagem do gado *muar*, cujo comércio ameaçava diminuir com o declínio da mineração e com o estabelecimento da criação na própria região das minas.

A troca de correspondência entre D. Luís Antônio de Sousa, capitão-geral da Capitania de São Paulo e o vice-rei do Estado do Brasil, de 1769 a 1773, extraída dos *Documentos Interessantes do Arquivo do Estado de São Paulo*, elucida essa circunstância.⁹

Não obstante os receios manifestados pelo fisco, incrementou-se sempre a corrente de comércio do grande agente de transporte do interior do Brasil.

8 No admirável *Roteiro do Maranhão a Goiás*, escrito entre 1770 e 1780 e publicado no volume 62 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, lê-se, à página 126:

“Os nossos sertões, e mais capitânicas, assim do Sul como do Norte, e não podem fornecer ainda quanto as minas carecem neste gênero. Pelo sul entram de Espanha muitas bestas muares; os mineiros, achando maior utilidade em se servirem delas, as preferem aos nossos cavalos, e de aqui se segue a soma considerável de ouro que passará à Espanha, e o baixo preço em que estão pelo sertão do Norte os cavalos, como são os da Bahia, Pernambuco, Ceará e Piauí.

“Não se pode duvidar, que para conduções excedem as bestas muares aos cavalos; mas, também ninguém duvidará que a utilidade, que nas ditas conduções acham os mineiros servindo-se de bestas muares de Espanha deva ceder à utilidade do estado, o qual pede, que não saia dele para mãos estranhas o ouro, e que dentro de si mesmo se promova nos lugares mais convenientes, enquanto for necessário a criação deste gênero tanto em uma como em outra espécie.”

9 Anexos IV, V, VI, VII.

Mesmo após a Independência, houve vários anos em que a maior renda da Capitania de São Paulo provinha dos registros do Rio Negro, Guarapuava e Sorocaba.¹⁰

Para se aferir da repercussão política de tal comércio, basta citar que uma das causas apontadas para a Revolução dos Farrapos, em 1835, fora a desses direitos de entrada do gado rio-grandense nas outras províncias, julgados excessivos, como de fato o eram, pelos criadores gaúchos.¹¹

E todos os centros de comércio do interior, onde a distância ou acidentado do terreno não permitiam o carro de boi, lá ia o tropeiro preencher a sua insubstituível função. Avolumou-se de tal forma o comércio de mulas, que se instituiu a grande Feira de Sorocaba, cuja importância culminou em princípios do século XIX e onde se reuniam representantes do Norte, Nordeste, Centro e Sul brasileiros.

Outras raças e espécies de gado

Assim como os bovinos, os eqüinos eram de origem peninsular, onde predominavam as raças galegas, célticas, lusitanas e andaluzas, com evidente mescla de origem árabe.

Os asininos eram espanhóis e africanos.

Importaram-se também, na Colônia, os suínos, ovídeos e caprinos, em todos predominando as raças ibéricas.

Desse gado menor, o suíno foi o que tomou maior desenvolvimento.

10 No *Ensaio dum Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, organizado em 1838 pelo Marechal Daniel Pedro Muller, verifica-se que para uma receita presumível (1835-1836) de Rs. 292:701\$359, figuravam nas rubricas:

Novo imposto e renda dos animais em Sorocaba.	22:074\$216
Carne verde e subsídio literário	19:170\$442
Contribuição de Guarapuava	9:596\$140
Animais no Rio Negro	81:869\$950
	<hr/>
	132:710\$748

11 Anexo IX.

Feiras de gado

Graças à intensificação do comércio de gado e ao aumento das populações, a partir do século XVIII, foram surgindo várias feiras: de Santana, Curralinho e Candeúba, na Bahia; Itabaiana e Brejo d'Areia, na Paraíba; Campos de Santana e São Cristóvão, no Rio de Janeiro; Itapemirim-mirim, no Maranhão; Três Corações do Rio Verde, Benfica e Sítio, em Minas; Sorocaba, em São Paulo. Esta, a mais importante feira de gado em fins do Brasil colonial, foi descrita por Saint-Hilaire:

“Grande parte dos animais muares da feira é trazida da província do Rio Grande. Essas tropas, manadas de bestas bravas, põem-se em marcha nos meses de setembro e outubro, época em que os pastos começam a reverdecer. Alguns negociantes fazem suas tropas viajar continuamente, chegando nos meses de janeiro, fevereiro e março. Outros deixam-nas se refazerem um ano inteiro nas proximidades de Lajes, em Santa Catarina. Os negociantes de Minas compram em Sorocaba suas mulas e as conduzem ao seu país, onde fazem amansá-las. Há anos que vêm 30.000 mulas do Rio Grande.

“Este comércio proporcionava ao governo somas consideráveis. Em 1820 pagavam-se 3\$500 por mula vinda do Sul. Dessa importância, 1\$000, pertencentes à província do Rio Grande, deveriam ser pagos no registro de Santa Vitória (margem do rio Pelotas), na divisa da Capitania. Para facilitar o comércio, permitia-se que tudo fosse pago em Sorocaba. Em Santa Vitória, dava-se aos negociantes permissão de passagem, recebendo estes uma guia em que se achavam registrados o número e natureza dos animais, mediante a entrega de obrigações, tiradas em triplicatas, do valor do imposto. Uma dessas vias era enviada ao receptor de Sorocaba, outra ao governador da Província do Rio Grande, a terceira à Junta da Fazenda Real, em São Paulo, que deveria fiscalizar essa arrecadação, recebê-la do coletor de Sorocaba e liquidá-la com o governo da província do Rio Grande, por intermédio da Junta da Fazenda Real local. Dos 2\$500 restantes, 1\$250, os chamados “direitos do contrato”, eram arrendados cada três anos. Os últimos 1\$250 eram chamados “direitos da casa doada”. Tinham sido originariamente outorgados a favor

de quem havia aberto a estrada de São Paulo ao Sul. Mais tarde passou para a receita comum da província.¹²

“Quando os animais entravam em Minas Gerais, pagavam novos impostos.”

“As mulas sendo, na maior parte do Brasil, os únicos meios de transporte, gravá-las de tal maneira era por certo pouco favorecer o comércio e a agricultura, que, nesse país, necessita de tanto encorajamento”, comenta o sábio francês.

Réclus, depois de admitir que chegavam a se reunir 200.000 animais na feira anual de Sorocaba, salienta as palavras de Eduardo Prado sobre o papel que desempenhou na consolidação da unidade nacional, em virtude da reunião de interesses econômicos e comerciais, que logrou promover. A decadência de Sorocaba é atribuída, por esse escritor, ao aparecimento das estradas de ferro.

Aspectos da vida do tropeiro e do comércio de Sorocaba, no tempo da feira, são ainda focalizados por Abreu Medeiros, em suas *Curiosidades Brasileiras*.¹³

O consumo do sal

O sal, elemento essencial para a alimentação humana e produto indispensável para a criação foi desde os primeiros tempos importado de Portugal. No entanto, os forais concedidos por D. João III aos colonos e aos futuros moradores, nas várias capitanias, garantiam “a isenção para sempre de quaisquer direitos de sisas, impostos sobre o sal ou outros quaisquer tributos não constantes da doação do foral”.

No período da guerra holandesa, descobriram-se salinas em Mossoró e no Ceará. No vale do rio São Francisco, apareceram os barreiros salgados que poupavam aos criadores as elevadas despesas com o produto.

12 “No Vol. II dos *Documentos Históricos*, publicados pelo Arquivo Nacional, há uma Carta Régia, datada de 4 de maio de 1747, dispondo que em remuneração de serviços, fez D. João V mercê ao coronel Cristóvão Pereira da metade dos direitos que pagam os gados e cavalgaduras que entram na Capitania de São Paulo pelo registro de Curitiba, por tempo de doze anos, que seriam cobrados pela Provedoria de Santos, tributo que Cristóvão Pereira receberia trimestralmente.” (General Borges Fortes – *Op. cit.*).

13 Anexo X.

Na descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas, de Maurício de Heriarte (1662 – 1667), lê-se na parte referente ao Maranhão:

“Só em Jaguapipora se conserva uma aldeia grande (de índios), de que é principal o Copauíba, que tem o cuidado de beneficiar umas grandes salinas, que estão no Maracanã, ou Guatapu, que dão quantidade de sal, que faz por conta de S. Majestade.”

Segundo Soutomaior, a renda das salinas, no Maranhão, produzia 2.000 cruzados (primeira metade do século XVII).

Aí, sob a direção dos jesuítas, chegaram os índios a retirar cerca de 5.000 alqueires de sal.

Com o desenvolvimento da Colônia, começou a se tornar interessante para o Erário Real o monopólio de sal no Brasil e, a exemplo dos demais, o seu estanco era geralmente arrematado por contratadores, que se obrigavam a uma contribuição anual fixa à Fazenda Real.

A metrópole “proibiu que as águas salgadas se fizessem secar, para com isso obter o sal, em prejuízo das marinhas de Setúbal, da Alverca ou da Figueira. As primeiras proibições dataram de 1665; mas a Carta Régia de 28 de fevereiro de 1690 dispôs positivamente que, havendo Jacques Granate arrematado o contrato do sal para o Brasil, ficava neste país proibida a fatura dele, e até o aproveitar-se do que a natureza produzisse, coalhando-o em salinas ou lagoas. O contrato era tão lesivo aos povos que de meia pataca o alqueire, conforme se pagava antes, havia depois dele subido até a cruzado, o que era enorme, ainda tendo em conta a depreciação de valor operada no numerário. O resultado foi abrir-se mão dessa indústria, tão natural para o Brasil (por demandar poucos braços e muito sol) que em alguns sítios, como em Cabo Frio, se apresenta ele fabricado por si mesmo.”¹⁴

Rodolfo García, em uma de suas admiráveis anotações à obra de Porto Seguro, elucida:

“Em 1658 e seis anos seguintes fora contratador no Rio de Janeiro Luís de Pina Caldas. Por Cartas Régias de 14 de março de 1676 foi determinado que o sal não ficasse mais em contrato, mas por conta da

14 Porto Seguro – *História Geral da Brasil*.

Fazenda Real; e tomando-se depois nova resolução, se ratificou a Manuel Dias Filgueira a arrematação dele, em 28 de julho de 1703. – Pizarro, *Memórias históricas*, 2, 155. Em 1727 Bento da Cunha Lima arrematou o que restava de um contrato anterior, e meses depois, a 50.000 cruzados por ano, os seis anos seguintes a 1732. De 1744 a 1750 teve-o Luís de Abreu Barbosa a 90.000 cruzados anuais. De 1750 a 1756 Baltasar Simões Viana, por 49.000 cruzados. Em 10 de outubro de 1755 se havia arrematado por seis anos a José Álvares de Sá; mas em 7 de março de 1758, pelo mesmo preço e também por seis anos, com três associados. Em 1764 juntaram-se quatro sócios, que o arremataram por outros seis anos, na razão de 41:005\$000. – conf. citado vol. II da 1ª ed. desta *História*, ps. 289 – (G).”

É no fim do século XVII que se inicia o movimento do rápido aumento da população do Centro-Sul da Colônia, atraída pelas minas e o crescente interesse pela criação. Como conseqüência, registraram-se grande incremento no consumo do sal e a incapacidade dos contratadores de acompanharem a curva ascensional da sua procura.

Não obstante a renda já auferida com o estanco, a metrópole viu, nessa procura do artigo, um meio de obter, por adicionais, novas rendas de que carecia. O sal era artigo de grande consumo, fácil tributação e arrecadação.

Surgiram os protestos dos povos e começaram também, paralelamente, a repontar os das Câmaras das Capitânias.¹⁵ Com a insuficiência da navegação, davam-se ainda crises sucessivas de falta do produto, habilmente exploradas por atravessadores e pelos próprios contratadores.

15 Câmaras Municipais. – “João Francisco Lisboa fez notar, ainda que se referindo especialmente ao Maranhão e Pará, a importância que assumiram na história do Brasil as Câmaras Municipais. Mas o mesmo se pode dizer em relação às demais cidades do Brasil, e em especial do Rio de Janeiro e de São Paulo. Elas não só taxavam o preço dos salários e dos artigos de comércio, mas regulavam o curso e o valor da moeda; estabeleciam providências sobre toda a atividade econômica da Colônia; atreviam-se a impor ou a recusar tributos; deliberavam sobre a criação e localização das povoações e sobre a paz ou a guerra com os índios; prendiam ou castigavam funcionários; faziam alianças políticas entre si; e, finalmente, chegavam a nomear e a suspender governadores. Só nas cidades, como a Bahia e o Rio de Janeiro, onde residiu o governador-geral esta suprema autoridade da Colônia conseguiu preservar o seu poder do domínio das Câmaras Municipais, o qual nas demais capitânias se fez sentir com preponderância. Segundo Rocha Pombo, algumas Câmaras da Colônia chegaram a ter em Lisboa representantes efetivos” (Jaime Cortesão – *História de Portugal*).

Cartas Régias de 1698 a 1699 determinavam que, na falta da mercadoria, os oficiais da Câmara se entendessem com o administrador dos contratos de sal, para tirar o necessário das marinhas de Cabo Frio; o preço deveria ser arbitrado segundo sua qualidade, e de maneira que “os senhores das marinhas e o contratador tivessem algum lucro”.

A abertura das minas nos sertões da Capitania de São Paulo provocou a necessidade do guarnecimento e da fortificação do porto de Santos, para se evitar qualquer ataque de surpresa; criou-se, sobre todo o sal que por ali transitava, um imposto adicional e 1 cruzado por alqueire, destinado “às despesas da infantaria para guarnição da Fortaleza da Barra da Capitania de Santos” (1699).

Já existiam 160 réis de imposto para honorários e soldo dos governadores, cobrados em todas as Capitanias, elevando o preço do contratador de sal, de 720 réis o alqueire para 880 réis. Contra esse preço, representaram os oficiais, da Câmara do Rio de Janeiro, que o classificavam de excessivo “e prejudicial aos moradores e aos povos pobres e cativos que por sua carestia comem muitas vezes sem sal”.

A essa carestia também se atribui o uso da canjica, cujo preparo dispensava esse condimento, como base da alimentação dos paulistas.

Crises de carestia

O artigo, que em 1651 era vendido no Rio de Janeiro a 320 réis o alqueire, rendendo o seu contrato, em 1664, 500 mil-réis anuais à Fazenda Real (valor que Salvador Correia de Sá arbitrariamente elevou a 1:200\$000 durante dois anos) passou, no século XVIII, a alcançar preços altíssimos, tornando-se disputado o seu estanco. Geralmente concedido por 6 anos, dadas as dificuldades de comunicações e a morosidade dos processos burocráticos, não podiam os contratadores nem a Fazenda Real prever, em suas cláusulas, a procura ascensional que ia tendo o artigo nas Capitanias do Sul. Daí, as crises sucessivas e a “miséria do sal” que aí se verificaram; em algumas do Norte, em determinadas épocas, experimentou-se idêntico mal. Referindo-se à Companhia do Pará e do Maranhão, a de 1755, acentua Lemos Brito:

“Para elevar o preço dos gêneros importados adotou o expediente de trazê-los sempre em quantidades inferiores às necessidades do

consumo. Daí a situação do Pará e do Maranhão, onde faltou o azeite e se chegaram a temperar os alimentos com açúcar, à falta de sal.”

Na zona meridional, principalmente durante os dois últimos séculos do regime colonial, essas circunstâncias estão refletidas nas sucessivas representações das Câmaras, nos protestos dos povos e mesmo em alguns atos de violência.

São de tal ordem as manifestações de carência do sal, que notáveis historiadores atribuem à sua inexistência no Sul o retardamento, aí, da manifestação do ciclo da pecuária. Na verdade, se o sal teve alguma influência nesse sentido, ela desapareceu diante da procura de gado por parte dos criadores, comerciantes e consumidores, a partir do século XVIII, que asseguraram o mercado consumidor, que é o fator dominante na formação da atividade econômica.

Na época do açúcar, a pecuária tomou grande desenvolvimento junto à zona nordestina; na da mineração, a intensa procura manifestada no Sul venceu a carência de sal, os obstáculos e os estancos reais. A pecuária teve, então, sua grande expansão, favorecida também pela natureza do clima e dos pastos.

A história assinala a proeza de Bartolomeu de Faria, paulista de valor, natural de Jacareí, que, em 1710, reunindo a sua escravaria e agregados de confiança, partiu para Santos onde, de surpresa, assaltou os armazéns de sal, vendendo-o ao público pelo seu justo valor, de 1280 réis o alqueire, incluídos os 400 réis adicionais do Erário Real; carregou como pôde as suas tropas, pagou aos contratadores o sal retirado àquela base e voltou serra acima, destruindo pontes e pontilhões para se pôr ao abrigo da tropa que, de Santos, partiu no seu enalço.

A colônia, que chegara a pagar, no momento, até 20\$000 o alqueire do artigo, e mesmo 100\$000, 200\$000 e até 500\$000 em certas zonas de mineração, compreendeu o gesto desesperado do ilustre filho de Jacareí; não foi este, contudo, o ponto de vista das autoridades do reino, que ordenaram “a perseguição e a prisão do audacioso paulista mesmo com alguma despesa da Fazenda Real”.

A sua prisão só se efetuou 11 anos mais tarde; e foi ainda objeto de Cartas Régias, representações da Câmara de Itanhaém, etc.

O custo do sal, em Portugal, segundo Balbi, deveria ser de 8 cruzados por meio de 800 litros. Isso daria 5 réis por litro, ou sejam, 250 réis em moeda de poder aquisitivo de hoje – e 53 réis por alqueire, ou sejam 2\$650 de valor atual.

O sal em Santos já era, portanto, na base de 1280 réis, cerca de 25 vezes mais caro que em Portugal.

Na mesma época, e pelo mesmo motivo, houve, na Bahia, um célebre motim, assim descrito por Porto Seguro:

“O motim do Maneta” teve lugar em virtude da elevação do preço do sal, que passou de repente de 480 réis a 720 e do aumento de 10 por 100 em todos os artigos de importação, que fora pelo governo decretado a pretexto de, com o produto, manter uma armada de guarda-costa contra os inimigos que infestavam os nossos mares. À frente dos sublevados, em geral constantes do vulgacho europeu, estava o juiz do povo, e um João de Figueiredo da Costa, alcunhado o *Maneta*. Enquanto o sino de correr (da Câmara) tocava o rebate, os amotinados se dirigiram à casa do contratador do sal Manuel Dias Filgueira, homem opulento e faustoso, arrombaram-lhe as portas, e destruíam e queimavam quanto encontravam. Passaram à casa do sócio Manuel Gomes Lisboa, se bem que mais modesto, não menos rico; e de igual maneira aí se conduziram”...

No *Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil* – existente no Arquivo da Marinha e Ultramar, de Lisboa, organizado para a Biblioteca Nacional por Eduardo de Castro Almeida, encontram-se numerosas referências ao comércio de sal nas várias capitânicas e em diferentes épocas. Em 1639 o Conselho Ultramarino¹⁶ se preocupava em assegurar a remessa do sal para o Rio de Janeiro a bordo dos navios da armada.

Em 1640, Salvador Correia de Sá e Benevides, capitão-mor e governador do Rio de Janeiro, pedia licença para levar sal da Bahia para o Rio, onde escasseava.

16 Durante o regime espanhol, foi criado em 1604, a imitação do Conselho das Índias, existente em Castela, desde 1524, o “Conselho da Índia”, composto de 1 Presidente, 2 Secretários e 4 Conselheiros, dos quais dois militares e dois letrados, um desses clérigo canonista. Todos os negócios do Brasil e de quase todas as demais colônias eram administrados por intermédio desse tribunal, que foi extinto em 1614 e restaurado em 1642, sob o nome de “Conselho Ultramarino”.

Em 1651, o Conselho Ultramarino autorizava o transporte para o Rio em navios da Suécia e de Hamburgo, tal a carência dos meios de transporte portugueses. Isso, em era anterior à da mineração. Avalie-se, pois, o agravamento da crise no século XVIII tão salientada nas publicações dos *Documentos Interessantes* relativas à Câmara Municipal de São Paulo, a partir de 1700.

Reflexos em São Paulo

Em 1724, os contratantes de sal punham 6 mil alqueires (cada alqueire com 13.333 litros), ou cerca de 80.000 litros de sal, anualmente, em Santos, que contribuía com 2:400\$000 para o imposto criado de defesa da cidade. Neste ano, pede D. Rodrigo César de Meneses, governador da Capitania de São Paulo, que se dupliquem as entradas do artigo, não só pela necessidade que dele existia como pelo aumento de renda que daí resultaria para a Real Fazenda.

Em 1725 D. Rodrigo reclama contra a má execução do contrato, sendo o artigo vendido a 4\$800 o alqueire. A provisão régia de 1728 fixa em 15\$200 o preço do alqueire em Santos. Em 1733, o Conde de Sarzedas faz constatar que os atravessadores, comprando sal a 1\$280 em Santos, o revendiam de 4\$800 a 6\$400. Nessa mesma época mostrava o conde que os 8.000 alqueires do contrato eram insuficientes para as necessidades da capitania.

Nesse mesmo ano de 1734, verificou-se um outro ato de violência contra o estanco, chefiado pelo próprio juiz de fora, em Santos, que levou os oficiais de justiça a forçar e abrir os armazéns da alfândega, vendendo sal ao público pelo preço legal. Desta vez, a Coroa não desaprovou o ato dessa autoridade, não obstante a representação do governador de São Paulo.

A fim de pôr termo a esses atravessamentos, foi proposto à própria Câmara de São Paulo que adquirisse todo o sal de que o povo necessitasse e o revendesse, fiscalizando, dessa forma, sua distribuição.

Em 1738 o contrato da Capitania de São Paulo já rendia 91.000 cruzados por ano, afora o imposto adicional cobrado sobre a mercadoria em Santos.

Em 1766 consumia a capitania 35.000 alqueires. Em 1775 o contrato do estanco era arrendado por 106.000 cruzados. Em 1796 verificava-se novamente a carestia do artigo, vendido de 3\$000 a 4\$000 em São Paulo e 20\$000 na Feira de Sorocaba, quando o contrato previa o preço de 1\$280.

Nesse ano a Câmara ficou autorizada a vender o sal por miúdo. Em 1799 criou-se uma administração especial para a sua distribuição, e o artigo seria vendido por preços estabelecidos pela Câmara. Já então as reclamações eram melhor ouvidas pelas autoridades reais, que chegaram a mandar inquirir das Câmaras, em documento interessantíssimo¹⁷ qual a forma de substituir o imposto sobre o sal, que tantos danos causava, por outro sem prejuízo para o Real Erário.

Em fins do século, no contrato entre a Coroa e o arrematante do monopólio, estava estipulado que as Capitâneas de Pernambuco, Cabo Frio e Rio Grande podiam fazer uso do sal que se encontrasse em seus distritos, não podendo, porém, ser o mesmo exportado, mesmo em quantidades mínimas, para o Rio de Janeiro, Santos ou outras capitâneas. Em Mato Grosso, haviam sido descobertas as barreiras e as salinas do rio Jauru, que colocavam, em parte, esse estado a salvo dos preços exorbitantes, que se atribuíam ao produto.

O Alvará de 24 de abril de 1801, ampliado pelos de 7 e 27 do mesmo mês do ano seguinte e pelo de 30 de setembro de 1803, aboliu o monopólio de sal “como vexatório e cruel e como artigo de primeira necessidade que era”.¹⁸

Havia durado mais de 150 anos. As crises e conflitos que provocou refletem vários aspectos da evolução econômica da colônia.

A pecuária na formação econômica brasileira

Alongamo-nos, talvez em demasia, sobre vários aspectos da indústria pecuária nos tempos coloniais, para melhor acentuar o salientíssimo papel que desempenhou na formação econômica brasileira.

Primeira retaguarda econômica dos engenhos de açúcar, promoveu nos séculos XVI e XVII a ocupação de uma vasta região do sertão.

O avanço irregular dos limites baianos e pernambucanos, por trás de outras capitâneas e pelo vale do São Francisco, originou-se nas sesmarias concedidas para a criação estimulada pela procura de gado em São Salvador e Recife, os dois principais mercados consumidores do primeiro período colonial.

17 Anexos XI e XII.

18 Porto Seguro – *Op. cit.*

Com a expansão para o Norte, formaram-se estados como Piauí e Maranhão, cujas lindes foram evidentemente subordinadas à ocupação das planícies e dos vales dos rios, pelas fazendas de criar e pelas concessões das sesmarias decorrentes dessa ocupação.

O critério geométrico da primitiva divisão de D. João III foi vencido, no interior, pelo determinismo econômico.

No vale do São Francisco, que se constituiu, na frase de Capistrano de Abreu, “o condensador por excelência da população sertaneja”, encontraram-se os elementos paulistas com os que vinham do Norte.

Essa formação pastoril permitiria mais tarde o socorro alimentar à indústria de mineração. Não sendo as suas reservas suficientes e tampouco em situação geográfica adequada para a sua dupla função, junto às indústrias açucareira e mineradora, socorreram-se os paulistas do gado do Sul, criando ali a grande procura, que ia justificar, economicamente, a ocupação definitiva das regiões de Vacaria, Mato Grosso, Campos Gerais de Curitiba, Guarapuava, Vacaria do Rio Grande, Viamão, Tapas e das Missões. Foi, portanto, o ciclo do gado o fator econômico gerador da expansão sulina e da formação de nossas lindes meridionais.

A princípio, era o gado bovino o elemento principal, na indústria pecuária colonial. Seguiu-se-lhe o gado cavalariço, de tão acentuado valor antes do aparecimento do veículo motorizado. Surgiram, enfim, no século XVIII, a tropa muar e a figura estóica do tropeiro, o grande assegurador dos meios de comunicação nos séculos XVIII e XIX e que até hoje tão importante papel desempenha em várias regiões do Brasil.

Foi o gado o elemento de comércio por excelência em toda a hinterlândia brasileira, na maior parte da fase colonial.

Indústria muito mais pobre, relativamente, que a do açúcar, apresentava, porém uma feição caracteristicamente local, formadora de gente livre e com capitais próprios. A indústria açucareira, com outra organização social, funcionava, em grande parte, com capitais da metrópole, aos quais eram atribuídos os seus maiores proventos. A produção da pecuária e o seu rendimento ficavam incorporados ao país.

As suas feiras, entre as quais avultava a de Sorocaba, exerceram uma função inconfundível na formação da nossa infra-estrutura econômica unitária, antes da Independência.¹⁹

19 A propósito de nossa tese, formação da infra-estrutura unitária econômica do Brasil, na era colonial, explanada nesta e em outras conferências, enviamos ultimamente a seguinte missiva ao *Correio Paulistano*: “Sr. Redator, O erudito publicista patricio, Dr. Afonso Arinos de Melo Franco, fez uma oportuna conferência no Salão Mendes de Almeida, em nossa Faculdade de Direito, sobre a “Unidade da Pátria”, que o seu conceituado jornal publicou, na íntegra, a 29 de julho próximo findo.

“Quando se refere à influência do fator econômico na formação dessa unidade, na era colonial, o ilustrado conferencista adotou o método objetivo e as linhas fundamentais de estudo, que, sobre o assunto, lançamos, há cerca de um ano, no Curso de História Econômica do Brasil, da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

“Muito nos desvanecemos ao verificar que essa orientação foi abraçada pelo jovem intelectual patricio. A gentil referência que fez aos nossos trabalhos leva-nos, porém, a uma explicação suplementar. S. S^a declarou:

“Recentemente, Roberto Simonsen, em estudo documentado e minucioso, que só pode pecar, talvez, por excessivamente prudente, nos oferece a base mínima de trezentos milhões de libras para o valor da exportação do açúcar colonial”.

“Tratando-se de uma avaliação feita entre nós pela primeira vez – pois que todos os nossos historiadores limitavam-se a referir números esparsos de arrobas exportadas em determinados anos, ou de engenhos instalados em certos períodos, ou, ainda, incidentalmente, cotações do artigo em valor monetário da época – essa prudência se impunha. Mesmo Antonil (1711), dando o cômputo da exportação de um ano, não avaliou o das épocas anteriores.

“Para as conclusões a que chegamos, alinhamos, pacientemente, todas as informações que pudemos colher e, organizando nossos gráficos e tabelas relativos ao século XVII, deparamos, para o período áureo do açúcar, citações que nos pareceram em desarmonia com o número de engenhos em atividade, e com certos elementos de verificação de que dispúnhamos. Aplicamos a esses algarismos, que reputávamos elevados, um coeficiente redutor, de segurança, de 50%.

“Documentos que recebemos após a divulgação de nossas conferências pela Escola de Sociologia, mostram que andamos acertados.

“De fato, os números que sofreram esse ajustamento foram, principalmente, os indicados por Burlamaqui (1862) e Raffard (1884). Parece-nos agora, à vista desses elementos, que teriam chegado eles a esses elevados índices, provavelmente por terem multiplicado a exportação em caixas, na época em apreço, por 35 arrobas – capacidade adotada por Antonil, quando no Brasil holandês o peso habitual era de 20 a 24 arrobas.

“As caixas, na era colonial, variavam, principalmente entre 20 e 50 arrobas. A referência de Antonil é um algarismo médio para a época em que escreveu.

“Adotando o coeficiente de 50% sobre os maiores números de Raffard, ficamos, ainda, dentro da realidade – o que não teria acontecido se não agíssemos com tal prudência.

“O conceito que nos merece o ilustre conferencista e sua valiosa contribuição à idéia que reputamos sagrada – da “Unidade da Pátria” – levaram-nos a esta explicação complementar, que será, estamos certos, generosamente acolhida, por essa ilustrada redação. – Do patricio, admirador e amigo, obrigado. – (a.) Roberto Simonsen. – São Paulo, 2 de agosto de 1937.”

Se a indústria mineradora originou o rápido crescimento da população e a construção das cidades no interior, foi por intermédio da pecuária e dos laços criados pelo comércio do gado bovino e cavalariço, pelos transportes organizados pelas grandes tropas muaras que se estabeleceram elos indestrutíveis na unidade econômica brasileira.

A pecuária goza da faculdade peculiar de ocupar grandes áreas com pequena população; é uma indústria extensiva por excelência. Desaparecido o interesse da caça ao bugre, e extinta praticamente a mineração, foi a pecuária que consolidou economicamente a ocupação de vastíssimas regiões do país, as quais, sem ela, teriam sido, talvez, condenadas ao abandono. Foi ela igualmente que amparou as populações do Sul entre o fim da mineração e o advento do café.

Alargadas as fronteiras econômicas, ocupadas as vastas regiões dos sertões brasileiros, as economias e os capitais nacionais estavam representados, em fins do período colonial, nos engenhos, na escravaria e na pecuária. Foi a acumulação destes dois elementos, pela mineração, que facilitou a rápida expansão da cultura cafeeira, cultura esta que, por sua natureza especial, exigiria fartos braços e amplos meios de transportes.

Não se houvessem acumulado no Centro-Sul brasileiro essas massas de gente e de gado, e não teríamos os elementos suficientes ao desenvolvimento de outras atividades, à expansão da cultura cafeeira e ao reerguimento econômico do país, na era de reajustamento, quando o declínio da mineração e a concorrência de outros países produtores de açúcar ocasionavam a crise econômica, nos fins do século XVIII.

O gado alcançava maiores preços nos mercados consumidores do Norte, até o terceiro quartel do século XVII; passou a valer mais nos centros consumidores do Sul, a partir da mineração.

Dentro do ciclo da pecuária, também se manifestou, no Sul, a preponderância econômica do matuto e do gaúcho sobre o sertanejo e vaqueiro do Norte.

Na elaboração de todos esses fatos econômicos, teve *magna pars* o expansionismo paulista, cujo estudo será objeto de nossas próximas conferências.

Foi esta a sétima aula dada em 4 de setembro de 1936, nas condições das anteriores.

.....

Anexos

I

USO DOS COUROS E PELES NA EUROPA

A ENCICLOPÉDIA de Artes e Manufaturas, publicada em França em fins do século XVIII e de que existe parte considerável na Biblioteca Nacional, trazida por D. João VI, publica, em seu Tomo III, um Quadro Geral das Artes e Ofícios que se relaciona com o preparo e uso das peles e couros.

Por aí se pode aquilatar da importância considerável dessa indústria, numa época em que se não divulgara ainda o uso das máquinas e em que não tinham surgido vários substitutos para essa matéria-prima.

O quadro discrimina as Artes e Ofícios que se baseavam no emprego de peles e couros considerados em relação:

- I – à escolha dos materiais;
- II – à própria natureza do ofício;
- III – à sua administração e fiscalização legal.

Traduzimos a primeira parte, relativa à classificação dos ofícios pela escolha dos materiais:

- I) Artigos não preparados ou que apenas receberam um primeiro tratamento:
 - 1) peles de boi, vaca, bezerro, carneiro, cavalo, gamo, cabra, recebem um primeiro tratamento do..... *curtidor*
 - 2) couros de vaca, veado, carneiro, saindo do curtidor, são utilizados pelo..... *correeiro*
 - 3) peles de bode, cabra, são empregados pelos..... *marroquineiros*
 - 4) peles de boi, vaca, cavalo, bezerro, recebem diferentes tratamentos do..... *surrador*

- 5) peles de lebre, coelho, gato, raposa e muitos outros animais, cujo pêlo é conservado, assim como do bezerro, ovelha, carneiro, cabrito, cachorro, etc., dos quais se tira o pêlo, recebem tratamento do..... *preparador de peles*
- 6) peles de carneiro, bezerro, cabra, porco, preparadas na cal, pelo preparador de peles, recebem outros tratamentos do..... *pergamineiro*
- 7) couros de cavalo, asno ou mula, após um primeiro tratamento, recebem um especial no..... *granulador*

II) Artigos que já receberam diversos tratamentos:

- 1) couros de boi, vaca; peles de bezerro, cabra, cabra-montês, búfalos, marroquins, fazendas, linho e seda, cera e tinta são utilizados pelo..... *sapateiro*
- 2) peles e couros, saindo do curtidor, surrador, correteiro, marroquineiro, preparador de peles, assim como fazendas, crinas, lã, pêlos, nervos de boi, estopa e linhos, são empregados pelo..... *seleiro*
- 3) peles de javali, foca, de bezerro curtida ou surrada, riscadilhos e passamanes para a guarnição são utilizados pelo..... *bauleiro*
- 4) madeiras para montagens, peles de touro ou carneiro, curtidas e surradas são necessárias aos..... *fabricantes de foles*
- 5) marroquina, peles de touro surradas, peles de carneiro, pergaminhos, papelão, papel, cola, barbante e fios são empregados pelo..... *encadernador*
- 6) peles de gamo, veado, carneiro saindo do curtidor ou surrador passam para o..... *peleiro*
- 7) peles de cabra-montês, cabrito, carneiro, gamo, veado, coelho, gato, etc., provenientes do curtidor ou surrador e películas de ovelhas, preparadas pelo peleiro, são empregadas pelo..... *luveiro*
- 8) búfalo, marroquins, peles de touro curtidas, seda tecida, panos, galbes, etc, são utilizados pelo..... *cinteiro*
- 9) couros e pergaminhos são empregados pelo..... *criveiro*
- 10) talas de madeira para montagens, couros, marroquins, peles curtidas, pergaminhos, papelões e papéis são necessários à arte do..... *fabricante de bainhas*
- 11) arcos ou armações, peles de touro, cabrito, lobo, jumento, preparadas pelo surrador e pergamineiro são utilizadas pelo..... *fabricante de tambores*
- 12) couros de cavalo, peles de touro, baleia, junco, tripa, talas e madeira servem ao..... *fabricante de chicotes*
- 13) tripas de carneiro e outros animais são utilizadas pelo *tripeiro*
- 14) sobras de peles, couros e perganinhos dos surradores, peleiros, e outros fabricantes, assim como pés, nervos-cartilagens, peles das ca-

- beças e das caudas de vários animais, assim como barbatanas, partes nervosas e mucilaginosas de diferentes peixes são utilizadas para cola forte e cola de peixe pelo.....*fabricante de cola animal*
- 15) farinhas de trigo, centeio, e amidos necessários à cola de farinha são também utilizados pelo..... *fabricante de cola vegetal*

Na segunda parte a *Enciclopédia* estende-se no exame circunstanciado das atividades especializadas, distribuídas pela França e outros países, assim como na descrição das oficinas, armazéns, instrumentos, aparelhagens, operações, e resultados do trabalho.

Na terceira, examina a administração geral e fiscalização legal dessas atividades, as formalidades para recebimento dos couros, os direitos e pagamentos dos trabalhos efetuados, o controle e visitas domiciliares, a fiscalização da entrada e saída dos produtos do país, a legislação, etc.

Razão assistia, pois, a Capistrano, quando emprestou excepcional importância à utilização do couro nessa etapa da civilização humana – distinguindo ainda uma “idade do couro” – para o Brasil onde esse material era utilizado em roupas, móveis, utensílios diversos, arreios, portas, embarcações, invólucros, etc.

II CRIAÇÃO MUAR E CAVALAR

“Conde da Cunha, Vice-Rei e Capitão-General-de-Mar-e-Terra do Estado do Brasil. Amigo. Eu El-Rei vos envio muito saudar, com aquele, que amo. Tendo mostrado a experiência a muita utilidade, que se segue ao comércio do Serviço das Bestas Muares, principalmente nas Comarcas das Minas, onde de anos a esta parte se tem introduzido para os transportes, e conduções das Mercadorias, com preferência às cavалares: Havendo destas nos sertões da Bahia, Pernambuco e Piauí tão grande cópia, que antes da introdução das Muares, só com a saída que lhes davam para as Minas, se enriqueciam os Moradores dos referidos sertões: Ao mesmo tempo que das Muares notoriamente mais úteis para o dito serviço, não tem havido até o presente a abundância de que se necessita: Sou Servido mandar promover nesse Estado a criação das Bestas Muares, em utilidade dos Meus Fiéis Vassalos, e em benefício do comércio, que nelas lucra a facilidade e comodidade das conduções. E para acautelarem de sorte a criação das cavалares, que venham então a faltar para os Viandantes e para a de Remonta das Tropas: Hei por bem, que os criadores sejam obrigados a terem ao menos a sexta parte de Éguas com seu cavalo, pena de lhes serem tomadas todas as bestas muares que tiverem de criação e de pagarem em dobro o seu valor tudo para quem os denunciar, se assim não observarem, o que inteiramente fareis executar.

Escrita no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, a 22 de dezembro de 1764.

(a.) REI”.

III

“CONDE DA CUNHA, Vice-Rei e Capitão-General-de-Mar-e-Terra do Estado do Brasil. Amigo. Eu El-Rei vos envio m. saudar, como aquele que amo. Sendo-me apresentado alguns inconvenientes que se seguiram ao Meu Real Serviço e ao Bem Comum dos Meus Vassallos, do modo da execução da Minha Real ordem de dezoito de junho de mil setecentos e sessenta e um pela qual fui servido ordenar em benefício das criações de cavalos das Capitãncias de Pernambuco, Piauí e das mais dos sertões do Estado do Brasil, que em nenhuma cidade, vila ou lugar do território desse continente se pudesse dar despacho por entrada, ou sabida a machos, mulas depois da publicação da referida Ordem. Concedendo somente espaço de humano para o consumo das existentes tudo debaixo das penas comunicadas na referida ordem, sou servido declarar que suspendendo-se a execução da sobredita ordem, quanto aos machos, e mulas existentes e que já tinham dado despacho por entrada se observe quanto as que de novo se despacharem daqui em diante o seguinte. Que porquanto não podia ser da Minha Real intenção prejudicar aos Meus Fieis Vassallos que dentro do continente do Estado do Brasil se tinham louvavelmente aplicado à criação das bestas muares; e considerando por outra parte quanto Me é prejudicial a introdução dessas bestas criadas fora do dito continente do Brasil: Há por bem que todas as que forem nascidas dentro dos Meus Domínios sejam alistadas dentro de humano do seu nascimento, e que quando delas se fizer venda se entregue aos compradores um bilhete assinado pelo Ministro, Juiz Vereador, vulgo vereador, do Distrito com as declarações das idades, sinais, e das pessoas a quem foi comprada a besta muar em primeira e segunda venda: igual bilhete servirá para se Me dar despacho nos registros e para defender os donos atuais das bestas da irremissível pena do perdimento delas, e do seu valor em dobro para os acusadores e oficiais que as aprenderem e não havendo acusadores na do dobro para os oficiais; e da besta para se marcar logo, achando-se que não é nascida dentro dos Meus Domínios, o que se haverá por verificar por essa mesma falta de bilhete sem se admitir prova em contrário. O que tudo assim cumprireis e fareis cumprir com a exatidão que de vós confio. Escrita no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, a 24 de dezembro de 1764.

(a.) REI”.

IV

OFÍCIO DE D. LUÍS ANTÔNIO DE SOUSA, CAPITÃO-GENERAL DA
CAPITANIA DE SÃO PAULO, AO CONDE DE VALADARES

13 novembro 1769

“Ilm^o e Exm^o Sr. – Não posso deixar de pôr na presença de V. Ex^a o quanto é prejudicial ao bem comum, e aos interesses de S. M. o estabelecimento de fazendas de éguas e burros dentro dos Registros, especialmente na Capitania de Minas, que V. Ex^a governa.

O negócio mais limpo, que tem esta Capitania de S. Paulo é o dos animais, que se vão buscar à Fronteira de Viamão; neste tráfico lucram os que têm dinheiro, e o emprestam, ganham os que vão comprar, utilizam-se os Fazendeiros, que povoam a Fronteira, e nas passagens dos Registros pagam a S. M., consideráveis direitos. Tudo isto se perde com o estabelecimento das referidas fazendas dentro dos Registros, e em Minas, porque multiplicando-se com o tempo a produção, há de cair o negócio que se vai fazer a Viamão, e não só perdem os direitos que se pagam a S. M., nos Registros, mas despovoam-se-lhe a Fronteira, pois não haverá alguém tão desesperado, que queira viver naquelas partes faltas do necessário, exposto ao gentio e aos trabalhos da Guerra, faltando-lhe o avultado lucro. Atendendo a estes inconvenientes, mandei proibir a passagem de éguas, e burros por esta Capitania, mas consta-me que os interessados, iludindo a minha Providência os embarcam na vila da Laguna, e conduzem por mar a outras capitánias fora da minha jurisdição, de onde os transportam por terra para Minas; a este subterfúgio só V. Ex^a poderá pôr o remédio, parecendo-lhe assim conveniente ao serviço de S. M. que Ds. Ge., e a V. Ex^a S. Paulo a 13 de novembro de 1769. — *Dom Luís Antônio de Sousa.*”

(*Documentos Interessantes*, Arquivo do Estado de São Paulo).

V

RESPOSTA DO CONDE DE VALADARES A
D. LUÍS ANTÔNIO DE SOUSA

5-2-1770

“Ilm^o e Exm^o Sr. — Na carta que recebi de V. Ex^a com a data de 13 de novembro do ano próximo passado me diz V. Ex^a, que é muito prejudicial ao bem comum e Real interesses a concessão de se poderem estabelecer Fazendas de éguas, e burros dentro dos Registros desta Capitania de Minas Gerais, nem pelos gravíssimos prejuízos acima referidos, mas porque para o tempo vindouro promete o estabelecimento das ditas Fazendas, não só a total decadência dos Direitos de S. M. nessa Capitania, mas se despovoará a Fronteira por não haverem Lucros que entretenham os seus habitantes.

Seguro a V. Ex^a que no seu tempo não tenho concedido terras dentro dos Registros, e nem me consta, que dentro dos mesmos haja Fazendas de gado, com éguas, e cavalos, ou burros pela vigilância, que os meus Antecessores sempre tiveram neste particular. Certifique-se V. Ex^a, que darei as providências necessárias para embaraçar a entrada dos referidos gêneros, como fim de se não multiplicar a produção, que será para o futuro prejudicial aos Interesses de S. M. e desses Povos nessa Capitania. Deus gde. de a V. Ex^a — Va. Rica a 5 de fevereiro de 1770 — Conde de Valadares.

Ilm^o e Exm^o Sr. D. Luís Antônio de Sousa”.

(*Documentos Interessantes*, Arquivo de São Paulo).

VI

OFÍCIO DE D. LUÍS ANTÔNIO DE SOUSA AO MARQUÊS DO LAVRADIO
SOBRE O COMÉRCIO DE BESTAS NA CAPITANIA

14-11-1770

“Ilm^o e Exm^o Senhor. – A V. Ex^a como cabeça deste Estado lhe vou dar conta como o principal negócio desta Capitania da a compra das bestas que se vão buscar à Fronteira de Viamão, a passagem delas e os Direitos que pagam nos Registros são a principal renda que tem a Provedoria de Viamão e a desta Capitania de São Paulo, e assistência deste comércio é o que dá exercício ao manejo dos dinheiros particulares, modo de vida aos que vêm do Reino e que faz conservar a Povoação nas Fronteiras e o tráfico maior destes habitantes. Todas estas grandes utilidades estão perdidas pela introdução que há um tempo a esta parte se tem procurado fazer nas Capitánias de Minas de Burros e Burras para fundação de Fazendas de criação. Eu, antevendo estes notáveis prejuízos não só dos Vassalos, mas também dos Reais interesses de S. M., fiz proibir as passagens destes animais nos Registros desta Capitania, mas não consegui nada porque prevalecendo ao interesse público a conveniência particular, têm dado os criadores de Minas em mandar passar os ditos Burros por mar e até mandá-los vir das Ilhas. Em cujos termos por conta da minha obrigação faço ciente a V. Ex^a em como não só o comércio desta Capitania, como também os que habitam a Fronteira do Viamão e as Rendas Reais das Provedorias vão totalmente arruinadas, e que me parece que ainda que os criadores das novas Fazendas se obrigassem a pagar todos os direitos que tiram a S. M. nem ainda assim se deverão consentir pelo motivo de que não haverá homens tão desesperados que, podendo ter a mesmos lucros ou ainda maiores no interior do país, queiram ir povoar uma Fronteira arriscada aos perigos da Guerra e destituída de todas as comodidades da vida, assim espirituais como temporais; ao que V. Ex^a dará aquela providência que lhe parecer mais justa e for servido. Deus Gde. a V. Ex^a. São Paulo, a 14 de novembro de 1770. – D. Luís Antônio de Sousa”.

(Documentos Interessantes, Arquivo do Estado de S. Paulo).

VII

OFÍCIO DE D. LUÍS ANTÔNIO DE SOUSA PARA O MARQUÊS VICE-REI
DO ESTADO SOBRE OS INCONVENIENTES DA CRIAÇÃO
DE ANIMAIS MUARES EM MINAS GERAIS

30 agosto 1773

“Tem-se divulgado nesta cidade a notícia de que a essa Capital tinha chegado um Navio do Reino que conduzia a bordo um numeroso lote de burros para Minas. Com este motivo me parece devo tornar a lembrar a V. Ex^a o quanto o estabelecimento destas fazendas de criação de Mulas em Minas é prejudicial a todo o Estado em geral. A Província de Viamão padecerá a maior ruína porque, faltando-lhe este comércio das mulas que é o mais interessante, padecerão aqueles Povos a maior decadência e atual-

mente já a experimentam, porque as suas criações que costumavam vender à dobra e às vezes por maior preço atualmente me consta que lhes não passam de seis mil-réis.

“O seu Registro, que é a maior renda da Provedoria, necessariamente há de dar em baixa; o mesmo há de suceder a esta Capitania, porque o maior contrato que tinham estes Povos era o negócio das bestas de Viamão, e os que nele têm entrado se queixando de q. infalivelmente, perdem os seus capitais por não terem já saída alguma as mulas em Minas. O Registro de Curitiba há de padecer o mesmo detrimento e o contratador que o rematou neste Triênio já se queixa que perde nele, e este Registro é o maior rendimento desta Provedoria, que é pobre como V. Ex^a sabe.

“À mesma Capitania de Minas Gerais, imagino eu, serão prejudiciais para o futuro esses estabelecimentos porque, achando os povos outros empregos mais fáceis de ganhar a vida com menos trabalho e menos escravatura do que empregam na extração do ouro, poderá ser que vão pouco a pouco abandonando este utilíssimo trabalho trocando por aquele menos laborioso e mais seguro, o que lhe será de grande inconveniente, para o Real Erário e para todo o Estado em geral.

“E à vista destas considerações proíbo a entrada dos Burros para esta Capitania, mas havendo de estar aberta a entrada para todas as partes para eles passarem para as Minas, não será justo que eu prive estes Povos por mais tempo daquilo mesmo que a todos se concebe. Como o maior prejuízo recai sobre a Província de Viamão, ainda muito mais sobre esta de São Paulo, me parecia que V. Ex^a, faria um grande serviço a S. M. se achasse por bem mandar suspender as entradas dos ditos burros até dar conta ao D. Senhor, com cujo motivo ponho na lembrança de V. Ex^a, que esta ocasião seria muito oportuna para se poder povoar com pouco custo as campanhas do Guatemi ou as de Guarapuaba. Se S. M. for se servido mandar passar todos estes burros e os mais que já se acham na Capitania de Minas e fazei-os transportar aquelas campanhas para se estabelecerem em fazendas fora dos Registros das Capitânicas de Minas e de São Paulo, consentindo-as somente aquelas pessoas que quiserem mandar estabelecer as fazendas e povoar aquelas partes por ser muito útil que nas Fronteiras e fora dos Registros se multipliquem estas criações, mas não no interior do país, aonde só a criação dos cavalos se pode tolerar, porque com esta qualidade de criações de mulas somente nas fronteiras avultariam os rendimentos dos Registros, cresce não o comércio e a conveniência dos povos e não faltava em Minas a abundância necessária de mulas em bom preço para o serviço dos que as quiserem comprar.

“Estas considerações ponho na Presença de V. Ex^a, por me parecer que assim o devo fazer pela minha obrigação. V. Ex^a, com mais elevado discernimento, determinará sobre esta importante matéria o que lhe parecer mais útil ao Real Serviço e ao bem comum destes Estados. Ds. Gde., a V. Ex^a, São Paulo, 30 de agosto de 1773. Ilm^o e Exm^o Sr. Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Estado. – *D. Luís Antônio de Sousa.*”

(*Documentos Interessantes*, Arquivo do Estado de S. Paulo).

VIII
 NOTAS SOBRE A CRIAÇÃO DO GADO, DO PROF.
 DR. ROBERTO SIMONSEN

por Aurélio Porto

(Do livro *Origens do gado crioulo do Rio Grande do Sul*, em preparo).

As sete vacas de Gaete. – As sete vacas e um touro referidas por Southey e transportadas de São Paulo por Juan de Salazar para Assunção não procediam de Andaluzia, sendo originárias da capitania de São Vicente, provavelmente de propriedade dos irmãos Cipião e Vicente de Góis, filhos de Luís de Góis, dono do engenho da Madre de Deus, de Enguaçu.

A primeira referência à entrada desse gado vai constituir o núcleo inicial da pecuária platina, encontra-se em Rui Díaz de Guzmán (*Argentina*, 107), que diz: “Estos fueron los primeros que trajeron vacas a esta provincia, haciendolas caminar muchas leguas por tierras e despues por el rio en balsas, eran *siete vacas y un toro*, a cargo de um fulano Gaete, que ilegó con ellas a la Assunción, con grande trabajo e dificultad solo por el interes de una vaca, que le senaló por salario, de onde quedó en aquella tierra un proverbio que dice: *son mas caras que las vacas de Gaste*”.

Este fato transcendental para a história da pecuária, na governação do Prata, somente é referido por Rui Díaz. Salazar que, em carta, descreve a viagem acidentada, fazendo largas referências aos irmãos Góis, não o relata. O pe. Nóbrega, que evitou fosse a comitiva atacada pelos tupis, silencia o fato, o mesmo acontecendo com frei Gaspar que história a fuga de Cipião de Góis para o Paraguai.

Prevalece, assim, como única fonte informativa, que conhecemos, a asserção de Rui Díaz que, entretanto, pode ter recebido a tradição com erro de quantidade, como faz supor o número simbólico de “sete”.

As vacas de Gaete entraram em Assunção em 1555. Só quatorze anos mais tarde, isto é, em 1569, os espanhóis que vêm do Peru com o General Filipe de Cáceres, conduzem para aquela cidade pequena tropa de gado vacum. Mas, consoante referência de vários historiadores, a quantidade de gado já existente em Assunção, quando entra o de origem peruana, era tal que seria impossível provir de tão exíguo casco.

Nos primeiros cinco anos, isto é, de 1555 a 1559, dariam as sete vacas de Gaete a seguinte produção:

ANOS	CASCO	VACAS	PRODUÇÃO		TOTAL
			F.	M.	
1555.....	7	7	3	3	13
1556.....	7	7	3	2	18
1557.....	18	7	3	3	24
1558.....	24	10	4	4	32
1559.....	32	13	5	5	42



Mapa do Brasil na primeira metade do século XVII, mostrando a ocupação efetiva do território, ligada, principalmente, à indústria do açúcar, à pecuária e à extração de madeiras. No Centro, Oeste e Norte, o "vivero" de escravos índios. A costa da América Portuguesa se estendia da foz do Amazonas até o sul da Capitania de São Vicente. As missões jesuíticas do Guairá ocupavam parte dos territórios atualmente incorporados aos Estados de São Paulo e Paraná, desenvolvendo-se rumo ao Atlântico

Ora, dois anos depois da introdução das sete vacas, em 1557, quando seria de 24 cabeças a população *vacum* de Assunção, já o General Nuflo de Chaves, que dali partira em agosto, deixara aos cuidados dos Jarayes, em cujas terras se internara, “navios, canoas, *con cantidad de ganados mayores*” e, conforme Groussac (*Mendoza y Garay*, 279), iam “cento e tantos cavalos” e, mais, embarcados, “armamentos, provisões, gados, plantas e sementes”.

O Governador do Paraguai, Domingos Martínez de Irala, faleceu em 3 de outubro de 1557, meses depois da partida de Nuflo Chaves, de Assunção. Refere D. Felix de Azara que “Irala dejó en su chacara que estaba donde se halia el presidio de S. Miguel 24 *cavessas de ganado Baccuno*, y otras tantas de cabalar”. E acrescenta que “tão escassos eram os cavalos naqueles tempos que Domingos de Irala comprou em 1551, no Paraguai, “un caballo morcillo pie de cabalgar alzado y algo blanco en la frente” a Antonio Pasaso por quatro mil pesos de ouro de 450 maravedis, que seriam pagos com os primeiros frutos que produzisse a terra”. (*Desc. Hist. B. N. 1.*, 16, 2, 6).

Um interessante depoimento do general D. Juan de Garay nos informa que “oy dia en la ciudad de Assunción ay tanto ganado, que no vale una vaca en peso y medio arriba de la moneda de la tierra y quando mucho dos, y en el tiempo que este testigo vino a Assunción (1568, um ano antes da introdução do gado peruano) desta propia moneda valian tresientos y mas pesos, y este testigo compró una yunta de bueyes en ciento y diez pesos, y agora allaron la mejor que ay en la tierra por veinte o veinte y cinco pesos”.

Servem estas notas, colhidas de trabalho mais amplo e completo, para destruir a lendária quantidade das vacas de Gaete, que poderiam ser “sete” mas multiplicadas algumas vezes.

Introdução do gado do Uruguai – Hernanderías de Saavedra, consoante pesquisas que temos feito, não introduziu gado algum na margem oriental do Uruguai quando de sua penetração em 1608, em que remontou a foz do Ibicuí, no atual Rio Grande do Sul. Todo o gado do Uruguai que se estende até às margens do Prata, onde, em 1680, é constatado por D. Manuel Lobo, que funda a Colônia do Sacramento, tem origem no caso de “ganado grande y de color oscuro”, que os jesuítas introduzem em suas reduções no ano de 1634.

Mas, nem por isto deixa o nome de Hernanderías de estar diretamente vinculado à história do gado nessa região. Foi quem introduziu grandes quantidades de bovinos na mesopotâmia parano-uruguia, de onde, mais tarde, procedem os rebanhos que povoam o território rio-grandense.

O gado das Missões. – A 3 de maio de 1626, tendo penetrado em território rio-grandense, celebrou o pe. Roque Gonçalves de Santa Cruz a primeira missa que aí se disse. Fundava-se assim a primeira redução dos jesuítas, que teve por invocação S. Nicolau do Piratini.

Em 1634 já haviam sido fundadas 8 reduções na Banda Oriental do Uruguai e 11 na Província de Tape. A reunião de grandes massas de catecúmenos, privados dos meios naturais de prover à própria alimentação; o decréscimo da lavoura por anos de intempéries; pragas de tigres que assolaram as matas, e a preguiça natural dos índios,

trouxeram-lhes épocas de terrível fome que a providência dos padres não pôde evitar. O ano de 1634 iniciou-se terrivelmente, urgindo solução que atenuasse as perspectivas sombrias que com ele se abriam para as missões.

O padre Cristóvão de Mendoza, que foi mais tarde martirizado em território rio-grandense, e o padre Pedro Romero que também recebeu a coroa do martírio, procuraram resolver o problema, introduzindo nas Reduções a oriente do Uruguai os primeiros lotes de gado para suprir às necessidades alimentares dos índios. E foi neste ano de 1634 que, passando a Entre-Rios, adquiriam esses padres do português Manuel Cabral de Alpoim, apreciável quantidade de vacuns, mais tarde elevada a mais de cinco mil cabeças.

Para cada redução foram mandadas 99 reses. Além de outros documentos valiosos de que está repleta a *Coleção d'Angelis*, da Biblioteca Nacional, sobre o assunto, basta registrar o trecho da Ânua que, em 3 de abril de 1636, dirigiu o padre Pedro Romero ao prov. Diego de Boroa, assim concebido: “*Aposteles* – Como esta Ron. a aprobado tan mal el ganado bacuno paso agora dos anos en S. Miguel pa esta Redon. 99 cabeças a’ so las q’ cupiero a cada Redon de un golpe de ganado q’yo y el pe Xpoal de Mendoza pasamos el ano de 1634 agora parece q’ en S. Caros se halila bien el ganado, y en los Apostoles tambien parece que se hallado a propósito lugar pa ellos e petisiõ de los pes q’el (Xpoal?) pe Felipe fuesse a 5. Miguel a 20 de Ho q’auia de estar alii; e assi le di al pe Felipe q’fue por el 140 cabezas, ganado escojido, q’s mirã por el y se absticon de dos o tres anos de matar hebras tendra despues pa matar do necesario”.

De Jesus-Maria, que já ficava na Província do Tape em pleno coração do Rio Grande, assim noticiava o progresso do gado o padre Pedro Moia, em sua Ânua de 22 de outubro de 1635: “se hacen salir cien soldados y salieron muchos mas si no fuera fuerza acudir a sus chacaras e otras partes los ganados de Bacas y puercos estan mui gordos y se vai muy bien aumentando el qual guardon y encerron todos los das sin que aia faltado cabeça que sapamos”. E em São Nicolau, dizia o padre Romero, em 3 de abril de 1636, “Las yeguas estan mui buenas e tenemos del ano pasado mas de 40 crías, también las a’ estan en la Natividad q’ so diez o doce estan lo q’ se pueden desear de gordas. . . las cabalgaduras no faltarõ a las Redios asi para andar los pies como para llevar las proviõnes co q’ se ... (suelon?) cargar los indios”.

Prosperou grandemente o gado das Reduções. Mas, os bandeirantes que descem de São Paulo depois de uma luta tenaz expulsam os índios e os jesuítas do solo rio-grandense. O gado fica abandonado durante quase cinqüenta anos, multiplicando-se assombrosamente. Só de vez em quando alguns índios mais ousados, por ordem dos padres, entram nesse território. Parte do gado é encaminhada para o norte onde constitui a “Vacaria dos pinhais”, e para o sul, a “Vacaria do mar”. Descoberta a do norte pelos lagunistas dela se provêm, inundando os campos de Santa Catarina e do Paraná de grandes quantidades de cabeças de gado. Da do sul, o gado que desce inunda as margens do Prata e se dissemina pelo hoje território uruguaio. É o gado que D. Manuel Lobo vai encontrar na Colônia do Sacramento.

Quer os jesuítas, quer D. Manuel Lobo são contestes na afirmação de que todo esse gado era “grande e de cor escura”, o que determina a sua procedência única. É o gado correntino procedente de Assunção, cujas origens vicentinas são indiscutíveis.

Cem anos exatos, depois de sua introdução em São Vicente e do ciclo platino que se procedera, entrava o gado no Rio Grande do Sul para cumprir a trajetória de sua destinação histórica na economia brasileira.

IX REVOLUÇÃO FARROUPILHA

No “Manifesto da República Rio-Grandense”, lançado por ocasião da Revolução de 1835, lê-se:

“Tiram-nos o dízimo do gado muar e cavalari e o substituam pelos direitos de introdução às outras províncias. Não os pagavam onerosos em Santa Vitória, escandalosos no Rio Negro, insuportáveis em Sorocaba, pontos precisos de trânsito de nossos tropeiros nos mercados de São Paulo, de Minas e da Corte ?”

“Montam a 24 contos o suprimento anual que faziam à província de Santa Catarina, além de outros avultados saques a favor dessa província. O Tesouro da Província de Santa Catarina nos devia uma soma avultada, o Governo Imperial a deu por satisfeita, não obstante haver já concedido àquela Província os direitos dos nossos animais introduzidos na mesma Província”. – Canabarro, *História do Rio Grande do Sul*, Bento Gonçalves.

X O COMÉRCIO DE SOROCABA NO TEMPO DA FEIRA

Curiosidades Brasileiras, por F. L. Abreu Medeiros, 1864.

“Apesar de exigir o comércio de bestas uma vida bastante árdua e laboriosa, sempre cercada de perigos, contudo nela se empregam homens de todas as classes e de diversos lugares.

“É verdade que entre os vendedores se encontra mais avultado número de paranaenses e rio-grandenses-do-sul, e entre os compradores, grande número de mineiros, uns e outros acompanhados de sua camaradagem e escravos.

“A vida do tropeiro é sem dúvida a mais cheia de sobressaltos, de inquietações e de sofrimentos. Romper sertões extensos, só habitados por indígenas e feras bravias; penetrar até os mais recônditos lugares do Rio Grande, e, se necessário, transpor os limites da província; ir até os castelhanos em busca de melhor fazenda e de negócio mais vantajoso; voltar debaixo de rigoroso sol e copiosas chuvas com uma tropa de 500, 800 ou mil bestas; correr a extensão dos campos, entranhar-se pelas espessas matas após aqueles animais que fogem da ronda, que se extraviam e morrem continuamente, e que, por um pequeno descuido, se entrevirão com tropas de outros donos; atravessar, com grande risco de vida, os rios caudalosos que cortam as estradas; comer, ao romper do dia e à noite, o mal cozido feijão de caldeirão e o velho churrasco, saboreando também o infalível e proverbial mate chimarrão; ver-se obrigado, pela falta de uma barraca, ou pela impossibilidade de armá-la, dormir ao relento, sem outro teto mais que a abóbada celeste, estendido à beira de um arroio, sobre um chão duro, apenas forrado da *xerga e carona*, repassados de suor do *mantengo lerdado e cansado*, tendo

por travesseiro o *lombilho*, único arrimo que se conhece por esses despovoados para amparar a cabeça e um pobre corpo alquebrado pelas fadigas do dia; acordar sobresaltado pelo contacto das águas do insignificante riacho, crescido repentinamente com a chuva inesperada, caída lá pelas cabeceiras. Parece que semelhante vida só deveria ser própria de homens do campo, a ela afeitos desde a infância, e que pessoas educadas com mimo e delicadeza, e outras já de alguma fortuna não deixariam seus bons colchões e todas as suas comodidades para abraçá-la.

“Mas não é assim. Como o negócio de bestas tem sido um dos mais vantajosos, à exceção de alguns anos ruins, muitos dos nossos patrícios, nascidos nas cidades e criados com todas as regalias, se têm dedicado à vida de tropeiro, sofrendo com ânimo todas as peripécias.

“Nos meses de abril e maio começam a concorrer à Feira de Sorocaba, de um lado os compradores, e de outro os vendedores com suas bestas em número mais ou menos de 40 a 50 mil, que dão o resultado de dois a três mil contos de réis.

“As tropas são conservadas nas vizinhanças da cidade, em campos reúnos ou de aluguel e *rondados* pelos *camaradas* ou *peonada* até serem vendidas e seguirem seu destino; ou então até voltarem para as *invernadas*, por falta de compradores, a esperarem a feira seguinte, o que é um grande transtorno para os donos das mesmas. Neste tempo é quando também concorrem os *mascates*, *dentistas*, *joalheiros*, *relojeiros*, *pelotiqueiros*, *companhias dramáticas*, *cavalinhos*, *tangedores de instrumentos* e os sócios ou caixeiros das casas comerciais do Rio de Janeiro, conhecidos por cometa, que vão ao encontro dos seus devedores para lhes darem um abraço e ajudá-los a vender as tropas.

“Aparecem os cambistas para receberem o dinheiro das letras vencidas e descontarem outras; modo de vida a que se dão muitos indivíduos do lugar.

“Surtem também os *negociantes* exclusivos de certa espécie, a título de comprarem tropas, cujo comércio único é o jogo, os *patoteiros*, que vão enganar os incautos com *baralhos preparados*; os passeadores, vadios, *pelintras*, *traficantes*, e até as mulheres de vida alegre.

“Os vendedores exageram quanto podem os preços das tropas já vendidas, e os compradores os diminuem.

“A venda de uma tropa é feita, mais ou menos, do modo seguinte:

Pela manhã o comprador e o vendedor, ambos a cavalo, dirigem-se ao campo onde se acha a tropa, e, se aquele é *ladino*, já tem dado ordem particularmente à sua *peonada* para, no ato de *parar rodeio*, trazer as bestas a rebenque, a fim de representarem os maiores e sem *refugos* aos olhos do comprador, que, sendo novato, e entendendo pouco do riscado, leva da *manta*, espiga ou *mandioca*.

“Nem todos os vendedores são destes *ladinos*, pois há muitos que fazem seus negócios com a maior boa fé.

“A venda pode ser feita a puxar a madrinha, e neste caso vai a tropa com todos os refugos, ou então de uma parte, com exclusão de todas as bestas mais ordinárias, ou só de algumas, conforme o contrato.

“Pode também ser a venda de 200 ou 300 bestas escolhidas, ou cortadas de uma tropa de seiscentos, oitocentos ou mais. O corte é feito do modo seguinte:

“Recolhem toda a tropa em uma mangueira, ou, em falta desta, encostam aquela em um lugar apertado, junto a um banhado, e aí promovem um total revolvimento entre as bestas, confundindo as melhores com as mais ordinárias, e depois de uma completa mistura salina, fazem sair as mesmas daquele redemoinho, indo adiante a madrinha, que é um animal raquiano, manso com um cinorro no pescoço.

“Nesta ocasião um cavaleiro incumbido de fazer o corte, coloca-se a certa distância e vai contando promiscuamente as bestas que passam e, ao completar o número contratado, grita – UP! – e rompe rapidamente em seu cavalo pelo meio da tropa deixando por um lado as bestas vendidas – ao mesmo tempo que a peonada rebate ou espanta as mais para outro lado.

“A tropa é entregue ao comprador, que toma conta dela com seus camaradas, e quando lhe convém partir, manda puxá-la pelos subúrbios da cidade, passa a ponte ou o rio quando está baixo e vai seguindo sua viagem, tendo pago os competentes novos impostos. Os outros direitos provinciais pertencem aos vendedores, pelo que, na administração do registro de Sorocaba – apresentam fiadores idôneos, que assinam letras por um ano à vista das guias que aqueles trazem da barreira de Itapetininga, nas quais estão mencionados os números de suas respectivas bestas, que por lá passaram.

“Sobe a muito alto a importância de todos os impostos e outras despesas que se faz com uma besta desde que ela sai da estância do primeiro vendedor até a cidade de Sorocaba, pois que há vários no Rio Grande, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, onde se cobra extraordinários tributos.

“Pesa tudo isto sobre o pobre tropeiro, que, em uma feira ruim não chega a tirar o capital empregado, além de perder seu imenso trabalho.

“Aberta que seja a feira, vão se vendendo quatro, seis, oito, e mais tropas por dia, sendo conduzidas uma após outras com a maior cautela dos camaradas para não se entreverarem.

“Os vendedores, à proporção que vão liquidando os seus negócios, recebendo suas roupas novas das mãos dos alfaiates, as obras de prata dos ourives, e munindo-se do necessário para a viagem, fazem víspora com as algibeiras cheias de dinheiro – e quase sempre *letras e tretas*. Alguns regressam apressadamente sem se importarem com as boas festas que têm de haver naqueles dias.

“Todas as pessoas de fora vão deixando *encordoadamente* a cidade para se recolherem aos seus lares – umas felizes – e outras *caiporas* em seus negócios, jogos, amores, etc.

“Aquele animação o *fervet opus* que ali reinava se vai amortecendo pouco a pouco até extinguir-se de uma vez – ficando substituído pelo trabalho e comércio dos habitantes que, naqueles primeiros dias, parecem ter saído de um verdadeiro sonho – vendo tudo novamente em seu estado normal.”

XI
 OFÍCIO DO SECRETÁRIO DE ESTADO LUÍS PINTO DE SOUSA
 AO GOVERNADOR DA CAPITANIA DE SÃO PAULO
 BERNARDO JOSÉ DE LORENA

(27 de maio de 1795)

“Sua Majestade, tem observado com desgosto, que umas Colônias tão extensas e férteis, como as do Brasil não tenham prosperado proporcionalmente, em Povoação, Agricultura, Indústria e devendo persuadir-se, que alguns defeitos políticos, e restrições fiscais se têm oposto até agora aos seus progressos, tais que o monopólio do Sal, os grandes Direitos impostos sobre o Ferro, e outros não menos gravosos sobre a introdução dos Escravos, desejando a mesma Senhora aliviar, quanto esteja da sua parte, aos seus vassallos, tem resolvido em primeiro lugar: Que o monopólio do Sal haja de cessar em todo o Brasil, logo que se extinguir o Contrato, que este Comércio fique livre para todos os Colonos, e francas todas as Salinas que se puderem estabelecer nesse Continente; porém como este Contrato rende para a Coroa anualmente a quantia cento e vinte mil cruzados, e o Real Erário se não pode desfaltar deste rendimento: Ordena Sua Majestade. Que V. S^a. ouvindo as Câmaras dessa Capitania, lhe haja de propor um equivalente racional, com que o mesmo Erário se possa ressarcir do rendimento. que percebia de um semelhante gênero, segundo o consumo da mesma Capitania, ou seja por alguma leve imposição assentada sobre ele, ou por algum outro meio ou Arbítrio que parecer mais conveniente.

“Tem Sua Majestade. resolvido em segundo lugar, que em todo o Continente do Brasil se possam abrir Minas do Ferro, se possam manufaturar todos os quaisquer Instrumentos deste gênero” ..., etc.

(O Secretário de Estado declara que, para remediar o desfalque que daí resultará para a Fazenda Real, S. M. ordena sejam ouvidas as Câmaras da Capitania, para o fim de se estabelecer uma contribuição módica, sobre o ferro das fábricas do país e que também sejam ouvidas “pessoas inteligentes de comércio”, a fim de ser modificada a tarifa dos direitos “aliviando-se quanto for possível os Direitos do ferro, e removendo-se esta imposição sobre os mais gêneros de menor necessidade, que prudentemente possam ressarcir o desfalque que haja de ocasionar aquele benefício”. Enfim, pede a remessa de uma relação dos rendimentos dos impostos de importação, exportação, etc.)

(Documentos Interessantes)

XII
 CONTRATO DO SAL. RESPOSTA DA CÂMARA
 DE ITU SOBRE UMA CONSULTA

(19 fevereiro 1796)

“Querendo a Rainha Fidelíssima nossa Senhora dar uma demonstração a sua bondade e para com os seus leais vassallos americanos, é servida mandá-los ouvir pelas suas respectivas Câmaras sobre os pontos seguintes.

1º

“Quer levantar o Contrato do Sal a benefício dos Povos, como gênero de primeira necessidade; e precisa sustentação deles. Contudo para não prejudicar-se nos seus reais direitos, quer dos mesmos povos o parecer sobre os gêneros, em que possa assentar-se a mudança daqueles direitos. Aliás fica livre ao comércio a extração do sal não somente do reino, mas ainda das novas salinas, que possam estabelecer-se neste Brasil.

2º

“Também a mesma Senhora é servida isentar o ferro dos tributos, na consideração de ser igualmente, como é o sal, gênero da primeira necessidade, e quer saber sobre quais gêneros se deve tão bem assentar a mudança deles: para que se possam Erigir novos estabelecimentos, de fábricas, de que resultem as maiores utilidades.

“Nós a Câmara da Vila de Itu. Como representantes daquele povo apelando humildes aos reais pés da nossa amabilíssima Soberana, agradecidos do bem, que deseja fazer a estes seus Vassalos, e da honra, que nos faz e mandar ouvir, e deliberar sobre os dois pontos acima referidos: dizemos na forma seguinte:

“Que aceitamos o levantamento dos contratos do sal, e do ferro; como coisas de tanta necessidade, e utilidade aos povos desta capitania, e para o aumento das suas lavouras, e criação dos animais vacum, e de cavalgar os quais nestes países não nutrem sem socorro do sal; e por isso quanto ao primeiro ponto.

“É certo, que não se pode fazer a mudança sobre os açúcares, ou outras novas fábricas pela razão de a se acharem ainda em princípio do seu estabelecimento. Tampouco não existem outros gêneros de Sigura, e a bonde, em tração e em que nesta da Capitania Singularmente na Vila de Itu, se possa fazer a mudança. Pelo que achamos mais conveniente a mudança dos direitos feita no sal como ramo de comércio, acrescentando-se ao seu custo, e fretes, aquilo que se julgar necessário para preencher os reais direitos que pagavam os contratadores.

“Ao segundo ponto respondemos que se podem transmudar nas sedas, e outras fazendas finas os direitos, que procediam do ferro enquanto contrato.

“Oferecemos estes arbítrios juntamente com sacrifício de nossas vontades para aceitarmos o que for mais do agrado de Sua Majestade, a cujos reais pés pomos as fazendas, e as vidas com a mais profunda submissão, lealdade, e amor.

“São Paulo, 19 de fevereiro de 1796.

Eufrásio de Arruda Botelho, Juiz Presidente
Joaquim Luís Bottº. de Freitas, Vereador.
Zacarias José de Freitas, Vereador.
Pedro da Silva Leite, Vereador.
João Francisco Dias, Procurador.”

(Documentos Interessantes, Arquivo Estado de São Paulo)



Planta da cidade de São Paulo, em 1808, organizada pelo Engenheiro Ruyfno José Felizardo e Costa, mais tarde diretor da Usina do Ipanema. (Museu do Ipiranga)

.....

Capítulo IX

OS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DA EXPANSÃO PAULISTA

ASPECTOS QUE SE APRESENTAM NAS MIGRAÇÕES PARA OS CONTINENTES NOVOS. OS COLONOS DISPÕEM DE CAPITAIS PARA OS SEUS COMETIMENTOS. ENCONTRAM INDÚSTRIAS EXTRATIVAS DE ASSINALADO VALOR, QUE SUPREM DEFICIÊNCIAS DE CAPITAIS. CASO DE MIGRAÇÕES, COM REDUZIDOS CAPITAIS, PARA ZONAS POBRES. A FORMAÇÃO DAS CAPITANIAS PAULISTAS. O AÇÚCAR EM SÃO VICENTE E O SEU RÁPIDO DECLÍNIO. O CLIMA DO PLANALTO E A POBREZA, PARA A ÉPOCA, DE SUAS CONDIÇÕES NATURAIS. A INFLUÊNCIA DA ORIENTAÇÃO JESUÍTICA NA FUNDAÇÃO DE PIRATININGA. FASE FIXADORA E DEFENSIVA. FASE EXPANSIONISTA EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE SUBSISTÊNCIA. AS BANDEIRAS SOB O PONTO DE VISTA ECONÔMICO. CICLO DESPOVOADOR DOS SERTÕES: EXPEDIÇÕES EXPLORADORAS, PUNITIVAS E DE CAÇA AOS ÍNDIOS. CICLO REPOVOADOR: BANDEIRAS DE MINERAÇÃO E COLONIZAÇÃO. A EVOLUÇÃO ECONÔMICA DOS NÚCLEOS PAULISTAS. SÉCULOS XVI E XVII. A PEQUENA LAVOURA E O CICLO DO OURO DE LAVAGEM. A POBREZA DAS CAPITANIAS DO SUL EM CONFRONTO COM A RIQUEZA DO NORDESTE. A MOEDA NO BRASIL E OS MOTINS DA MOEDA EM SÃO PAULO. O GRANDE SURTO MINERADOR. VIAÇÃO E MEIOS DE TRANSPORTES. CAMINHOS, ESTRADAS E ROTEIROS NO BRASIL COLONIAL. O “MOZING FRONTIER”. AS FRONTEIRAS ECONÔMICAS E AS FRONTEIRAS POLÍTICAS. A MÁXIMA EXPANSÃO DAS CAPITANIAS PAULISTAS. EMIGRAÇÕES E DESMEMBRAMENTOS TERRITORIAIS. A INFERIORIDADE DEMOGRÁFICA DAS PRIMITIVAS POPULAÇÕES DO SUL, EM FACE DAS NOVAS CORRENTES IMIGRATÓRIAS. O PREDOMÍNIO ECONÔMICO DO SUL. SEU DECLÍNIO COM O ARREFECIMENTO MINERADOR. A POBREZA PAULISTA EM FINS DO SÉCULO XVIII. O PAPEL DE SÃO PAULO NA FORMAÇÃO DA UNIDADE ECONÔMICA BRASILEIRA.

C

Ao Exmo. Sr. Dr.

Afonso D'Escragnolle Taunay.

ONSTITUI um característico das regiões secularmente civilizadas a presença de instituições sociais, e de capitais, acumulados pelas gerações passadas, representados por artefatos diversos, melhoramentos materiais e obras públicas. Os que aí nascem utilizam-se, ainda que inconscientemente, de todos esses elementos. E desde que se achem entrosados no ritmo progressista da civilização em que surgiram, acrescentam, às vezes sem perceber, e com relativa facilidade, novas criações às que encontraram.

Possuem, esses constituintes sociais, uma mentalidade própria, hábitos e necessidades de conforto a que se não podem forrar, mesmo quando emigram. Daí os diversos aspectos das várias políticas colonizadoras.

Os emigrantes para as regiões virgens podem dispor de capitais e aparelhamentos que lhes permitam, desde que encontrem meio favorável, alcançar rapidamente condições iguais ou melhores do que as que usufruíam em suas terras de origem. Foi o caso dos colonizadores da Bahia e Pernambuco, transportando capitais lusitanos para a implantação dos engenhos de açúcar, indústria que se mostrou fartamente remuneradora, como o dos ingleses, nas zonas temperadas da América do Norte.

Podem deparar, no novo ecúmeno que vão constituir, riquezas naturais, de tal maneira fartas e de tão fácil extração, ou condições de produção de tal monta, que supram quaisquer deficiências de capitais e recursos iniciais, e permitam a rápida eclosão, no novo “habitat”, de um ativo de comodidades igual ou superior ao de que dispunham no que abandonaram. Na América espanhola, encontraram os novos colonizadores abundância de ouro e prata, o que lhes consentiu, de início, instalações reputadas luxuosas para a época.¹ No Brasil, tivemos vários casos isolados de enriquecimento instantâneo, graças ao encontro fortuito de consideráveis porções de âmbar, nas costas do Nordeste.²

1 Humboldt avalia os metais preciosos saídos da América para Espanha, entre 1492 e 1500, em 350.000 piastras por ano; de 1500 a 1545, em 3.000.000; 1545 a 1600, em 11.000.000 de piastras, em média. Total: 742.800.000 piastras, ou sejam £ 160.000.000, até 1600. (Octave NOEL – *Histoire du Commerce du Monde*.)

2 Nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, diz BRANDÔNIO “que muitos homens se fazem ricos neste Brasil com soma de âmbar, que acham pelas praias, uns em muita, e outros em menos quantidade; em tanto que houve certo morador que achou tanta cópia deles, que a muita quantidade lhe fez duvidar o poder ser o que tinha achado âmbar, e o reputou por breu ou pôs, e como tal se pôs a brear com ele uma barca, que tinha posta em estaleiro para o efeito, e continuou com a obra até que alguns compadres seus, que o viram ocupado nela, o desenganaram do erro que fazia, e, com ter já gastado grande quantidade de âmbar ainda se ficou com muito”.

Rodolfo Garcia, em uma de suas eruditas notas, explica: “O âmbar é uma concreção intestinal do cachalote (*Phypsete macrocephalus*), que, depois de expelida, é encontrada nas praias, ou flutuando sobre as águas.” Como o autor diz adiante, conheciam-se no Brasil duas espécies de âmbar, o branco ou gris, e o negro; a primeira, mais valiosa, era encontrada nas costas do Jaguaribe ou Ceará, e a outra de Pernambuco até a Bahia.

Frei Vicente Do Salvador, *História do Brasil*, referindo-se a Martim Soares Moreno, capitão do Ceará, a quem o Rei fez mercê do hábito de Santiago e lhe deu com ele pouca tença, acrescenta, perpetrando um dos seus trocadilhos: “... por isso lhe dá Deus muito âmbar por aquela praia, com que pode muito bem matar *la hambre*”

Há, finalmente, o caso de emigrados, com recursos limitados, encontrando um meio hostil e pobre. Aí, ou o novo núcleo degenera podendo até submergir, destruído pelas hostilidades mesológicas, ou se retempera em contato diuturno com as dificuldades, fortalecendo-se continuamente, acumulando energias, que subitamente se manifestam em eclosões incoercíveis, em busca de uma melhor base econômica.

Capitanias paulistas

Nas capitanias paulistas, o meio era pobre; limitados, os recursos dos colonizadores. Defrontaram-se aí, num quase isolamento, homens rudes, com a mentalidade da civilização ocidental da época, e a pobre e áspera natureza dessa zona sul-americana.

A primeira expedição colonizadora do Brasil, a de Martim Afonso, deu preferência, para a fixação de sua gente, a provável “costa do ouro e da prata”, distribuindo-a entre a ilha de São Vicente e o planalto de Piratininga.³ Que era uma de suas preocupações dominantes a pesquisa dos metais preciosos, já o demonstrara, com duas expedições enviadas ao interior: uma do Rio de Janeiro, outra de Cananéia. Esta última, a maior, comandada por Pero Lobo, foi totalmente destruída pelo gentio. Debalde se esperaram, nos campos de Piratininga, à entrada dos sertões, ou na ilha de São Vicente, notícias dos prometidos 400 escravos carregados de metais preciosos, que o orientador da expedição, o grande língua da Terra, Francisco Chaves, havia prometido. Seguiu, então, o empreendimento colonizador a sua evolução natural.

Na ilha de São Vicente, fundaram-se engenhos de açúcar, considerados o mais rendoso cometimento da época.

Frei Gaspar da Madre de Deus aponta, antes de 1557, a existência de 10 engenhos nas proximidades de São Vicente, Santos e Santo Amaro. Número talvez exagerado, a não ser que a modéstia das capacidades justificasse a disseminação. O mais importante teria sido o Engenho do Senhor Governador, mantido por Martim Afonso, de parceria com João Veniste, Francisco Lobo e o piloto-mor Vicente Gonçalves. Cha-

3 “O grande sonho de Martim Afonso de Sousa era, como indica Eugênio de Castro, transformar o antigo porto dos Escravos (S. Vicente) em porto das Minas” (J. F. os Almeida Prado, *Primeiros Povoadores do Brasil*).

mou-se, depois, Engenho dos Armadores e, mais tarde, São Jorge dos Erasmos, por terem-no todos os sócios vendido ao flamengo Erasmo Schetz. Os Schetz, de Antuérpia, enriqueceram-se e enobreceram-se, com os negócios de açúcar no Brasil. Não nos parece que decorresse tal enriquecimento só do seu engenho vicentino; nem os documentos publicados sobre a sua rentabilidade justificam tal presunção.⁴

A evolução de Santos e São Vicente se processou pobremente. Ainda no século XVIII os contratantes de sal alegavam, como, uma das causas de seu encarecimento, a falta de frete de retorno.⁵ A mineração de Minas Gerais iria favorecer os portos do norte da capitania e do Rio de Janeiro e somente as minerações de Cuiabá e Goiás seriam de alguma forma tributárias de Santos.

Auxílios em colonos, gados e ferramentas, foram posteriormente remetidos por Martim Afonso, tornado donatário de São Vicente e pela sua mulher e procuradora, D. Ana Pimentel. Tão desanimado se mostrou anos depois com o valor econômico de sua capitania, que, solicitado pelo seu parente, Conde de Castanheira, para a concessão de sesmarias, prontificou-se Martim Afonso a lhe outorgar toda a Capitania. Durante muitas dezenas de anos, os herdeiros dos donatários de São Vicente e Santo Amaro mostraram grande desinteresse por essa faixa sulina da colônia, até que o apareci-

4 O Sr. Alcibiades Furtado publicou, em 1914, um trabalho intitulado “Os Schetz da Capitania de São Vicente”, saído também na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XVIII.

Dessa publicação, se verifica que a família Schetz é tronco dos Duques de Ursel e que os Schetz, ricos negociantes em Antuérpia, no século XVI, se mostravam descontentes com a administração do seu engenho em São Vicente e com os resultados ali auferidos.

5 A provisão régia de 14 de julho de 1728, dirigida a Antônio da Silva Caldeira Pimentel, governador da Capitania de São Paulo, discorre sobre a representação feita por esse governador, encaminhando reclamações da Câmara de Santos, São Paulo e outras da “Cerra acima”, sobre o preço exorbitante do sal, constituído em monopólio da Coroa, como vimos em nosso último capítulo.

Fazendo considerações justificativas da diferença dos preços entre Rio e Santos, alegou, entre outras, “que ao porto de Santos não vão navios de comércio, e era preciso que o contratador os fretasse para transportar mil móios de sal, que lhe eram necessários, navios, e não dos mais pequenos, pagar-se-lhes o frete à razão de cinco, ou seis mil réis cada móio, e ainda assim não acha quem lhe faça a dita viagem, por que em Santos não há carga, que os ditos navios tragam de retorno, e por frete de seis ou sete mil cruzados, se arriscam a perder a viagem, e ficarem no Brasil invernados, etc., etc.” – (Arquivo do Estado de São Paulo, *Documentos interessantes*)

mento de maior porção de ouro de lavagem despertou suas cobiças, dando origem ao célebre pleito judicial Monsanto-Vimieiro pela posse de São Vicente, Santos, São Paulo e da zona que os abrangesse.⁶

A cidade de São Paulo

As condições mais propícias do clima do planalto, para o elemento europeu, concorreram para a preferência que lhe foi dispensando, aos poucos, a maior parte dos colonos. Os jesuítas, cuja ambição dominante era a inclusão na fé católica do maior número de autóctones, deram igual preferência a essa “entrada de sertão”, para mais se aproximarem de maiores zonas por estes ocupadas.

Fundada São Paulo e extinta mais tarde a Vila de Santo André da Borda do Campo, os seus primeiros tempos foram de uma formação defensiva, ameaçada constantemente pelas tribos inimigas. Em seu notável trabalho, *A Cidade de Anchieta*, Batista Pereira dá uma visão desses primeiros passos.

Procurou este escritor tornar claro que Piratininga nasceu no meio de perigos e lutas e que só um plano defensivo, executado com tenacidade e descortino lhe pôde assegurar a preservação e o desenvolvimento. A execução desse plano, o autor foi prová-lo com as mais velhas atas da Câmara, que nos mostram os edis do Senado Municipal, ora nomeando homens bons, que acabassem os muros e baluartes, ora mandando cobrir as guaritas, ora reforçar as cercas, ora recuperar portas dos muros da vila, de que particulares se haviam apossado.

A colocação das aldeias de índios mansos, distribuídas pelos jesuítas em pontos estratégicos, barrando as várias vias de acesso a Piratininga, de modo a constituírem mais de uma linha defensiva, atribui Batista Pereira à influência diretiva de Anchieta.⁷

6 Benedito Calisto, nas *Capitanias Paulistas*, estuda as diferentes fases desse memorável pleito de que Fr. Gaspar já tratava largamente.

7 A fundação desses aldeamentos começou rumando para o Sul, a zona mais acessível aos carijós. A primeira linha de defesa, tendo como centro Pinheiros, completa-se com a fundação do forte de Emboçava, onde termina a linha que parte de Ibirapuera, Barueri, Carapicuíba, M’boi e Itapecerica, constituíram uma segunda linha estratégica de defesa da vila.

A obra de Batista Pereira, premiada pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, foi publicada na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, vol. 23, maio de 1936.

Nessa fase fixadora defensiva, os perigos externos e a população reduzida concorreram para que os limitados campos de cultura se agrupassem dentro da zona defendida ou próxima do vilarejo em nascedouro. Essa compressão externa manifesta-se agudamente pelo célebre ataque dos íncolas à vila, em 1562 (Taunay, *São Paulo no Século XVI*) e por situações de angústia que perduraram até 1594.

Descompressão e expansão

Batidos os elementos hostis mais próximos, operou-se uma descompressão exterior e Piratininga afirmou definitivamente a sua permanência no planalto. O núcleo social que se formou, onde abundavam os mamelucos, cruzamento dos brancos com as mulheres da terra, orientou-se sob inelutável imperativo, em busca de uma melhor base econômica, que lhe assegurasse o padrão de vida a que aspirava.

Não produzia o planalto, em condições econômicas, nenhum desses produtos exóticos dos climas tropicais que justificassem o estabelecimento, com a Metrópole, das onerosas linhas do comércio do tempo. Suas culturas, trigo, mandioca, milho, vinha, algodão, marmelos e outras frutas e a criação de algum gado eram praticadas para o próprio consumo. Piratininga estava ainda praticamente isolada do acesso ao mar, difíceis como eram os caminhos, cujo percurso absorvia quatro dias em penosas condições.⁸

Em um ambiente pobre e desprovido de tudo, com o regime econômico da época, tinham os colonos que lançar mão do braço escravo para lhes assegurar os meios de subsistência. Os moradores do Brasil “a primeira coisa que pretendem alcançar são escravos para lhes fazerem e granjearem suas roças e fazendas, porque sem eles não se podiam sustentar na terra”, escrevia Gândavo, em 1570. Sem comércio e sem exportação não podiam pagar o braço africano: tinham que se contentar com o braço índio. Os aprisionados em guerra justa esgotavam-se rapidamente.

8 São numerosos os depoimentos e as referências nas Atas da Câmara de São Paulo sobre as dificuldades de comunicação entre Piratininga e a costa.

Em 1584 José de Anchieta, na *Informação do Brasil e de Suas Capitanias*, dizia: “Pra o sertão, o caminho do noroeste, além de duas altíssimas serras que estão sobre o mar, tem a Vila de Piratininga ou de São Paulo, quatorze ou quinze léguas da Vila de São Vicente, três por mar e as mais por terra por os mais trabalhosos caminhos que creio há em muitas partes do mundo”.

Paulo Prado, no *O Caminho do Mar, Paulística*, e Benedito Calisto, nas *Capitanias Paulistas*. tratam proficientemente do assunto.

Com o crescimento do núcleo social primitivo, cresciam também as necessidades e a ambição de acumular sobras um dos característicos da mentalidade capitalista, então em formação. Com a crescente procura de braços começaram a progredir as investidas para o preamento de índios.

A esperança de encontrar pedras e metais preciosos atuou também como um forte elemento de emulação para as expedições ao interior, atenuada, às vezes, pelas proibições governamentais ou pelas desilusões causadas por sucessivos fracassos; de outras vezes, ao reverso, incentivada por iniciativas da própria administração lusitana.

Periodicamente, ressurgia aos olhos dos paulistas a visão das esmeraldas e dos metais preciosos. A Europa recebia grandes afluxos de ouro e prata das possessões da América espanhola.

Os tesouros do Peru, já pressentidos desde a terceira década do século XVI, manifestaram sua pujança com as riquezas entregues para o resgate do Inca e com as minas do Potosi.⁹ O conhecimento desses fatos, aumentados por apreciações lendárias, repercutia constantemente até aos povos de Piratininga, que, situados a montante de vastíssimos sertões, julgavam-se, por isso mesmo, os mais indicados para o descobrimento das riquezas orientais do continente as quais deveriam ser, conforme a crença da época, maiores que as do ocidente. No Norte da colônia, o açúcar cobria de riquezas os seus privilegiados lavradores. E ainda a alimentar essas esperanças, em São Paulo e nas costas da capitania, sempre se encontrou algum ouro de lavagem em Jaraguá, Vuturuna, Iguape, Cananéia, etc.

9 A mineração de ouro nas Antilhas espanholas, nos primeiros anos, rendeu apenas alguns milhares de libras esterlinas, sendo seu primeiro ponto culminante em 1512, com a exploração de Cuba, em que o rendimento ultrapassou uma centena de mil libras. Declinou a produção dos metais preciosos, que só se tornou realmente importante a partir de 1535, com os produtos dos saques do Peru. Entre outras, existe uma avaliação do ouro e prata entregues a Pizarro para o resgate do Inca: 87.000.000 de francos ouro e mais 52.000 marcos de prata, ou sejam £ 3.600.000, que foram assim divididas: 1/5 para a Coroa, 1/5 para Pizarro, e 3/5 distribuídos entre os soldados. – (Octave Noel, *Histoire du Commerce du Monde*)

A grande produção de metais preciosos, é, porém, assinalada com a abertura das minas de prata do México e do Peru, que, em 1551, chegaram a produzir em um só ano £ 3.000.000 (A. P. Newton).

Convém assinalar que o poder aquisitivo dos metais preciosos era nessa época cerca de quatro vezes superior ao atual.

Todas essas circunstâncias provocaram a distensão das energias que se acumulavam em Piratininga, desde que esta afirmou, vitoriosamente, sobre as populações do planalto, a sua decisão de ocupar definitivamente a terra. Os sertões ignotos, fornecedores das máquinas auxiliaadoras de sua evolução agrícola, prováveis depositários das pedras e metais preciosos, promissões de um rápido enriquecimento, constituíam o alvo das suas cobiças.

Havia, porém, a vencer, além de todas as hostilidades do meio, as leis que proibiam essas incursões, assim como a escravização dos índios e a severa fiscalização jesuítica, sob cuja égide nascera o povoado e se constituíra a legislação protetora dos primitivos ocupantes da terra.

Não obstante a intensa fé católica, característica da época e dos colonos lusitanos, foi mais forte o imperativo econômico de um povo que queria expandir-se; a lei foi infringida, os jesuítas combatidos e até expulsos, dentro dos primeiros cem anos da vida piratiningana. E durante quase dois séculos irradiaram, das capitâneas paulistas, esses grupos de energia condensada, que iriam conquistar e integrar na colônia mais de metade do Brasil de hoje.

Paulo Prado, em um de seus admiráveis estudos, sobre a formação paulista, faz ressaltar, com maestria, os sentimentos de ardente altivez e independência que caracterizaram durante esse tempo os formadores dessas entradas.¹⁰

Saint-Hilaire aprecia com justiça o valor dos bandeirantes paulistas.¹¹

Ciclo despovoador dos sertões

As bandeiras primitivas e de apresamento de índios tiveram início no próprio século XVI. Apontam-se como primeiros chefes:

João Ramalho, o Capitão-Mor Jerônimo Leitão, João do Prado e Afonso Sardinha. Este último mascarou suas investidas sob o pretexto do descobrimento de metais.

10 “O processo de segregamento, contribuindo tão poderosamente para lhe dar a feição específica, já o preparava para a tarefa que lhe iria competir na formação da nacionalidade brasileira. . . . Esta semente de independência, de vida livre, e de falar alto e forte, germinou e frutificou durante dois séculos na história paulista”. – (Paulo Prado, *Paulística*)

11 Anexo I.

No século XVII é que avultaram tais expedições, com os seus períodos culminantes, na investida contra as missões jesuíticas (1628-1641) e nos seus últimos seis lustros.

Ainda que freqüentemente figure nas atas da vereança municipal de Piratininga a notícia de partidas, à cata de metais e pedras preciosos, para acobertar as arremetidas ao sertão, não é menos verdadeiro que a busca das pedras coradas, do ouro e da prata, tivesse de fato influído poderosamente, diversas vezes, para tais cometimentos.

Em fins do século XVI e princípios do XVII, registra-se nesse sentido o interesse demonstrado por D. Francisco de Sousa, governador-geral do Brasil, em sua permanência em São Paulo, em visita às minerações de Afonso Sardinha, quando fomentou pesquisas e expedições exploradoras. Mais tarde, em 1609, voltou a S. Paulo como governador das Capitânicas do Sul, então desmembradas do Governo Geral da Bahia, com grandes poderes e grandes esperanças, infelizmente, porém, não confirmadas pelas explorações que promoveu.

D. Francisco de Sousa exerceu papel capital na história paulista. Incentivou as extrações de Jaraguá, as explorações das minas de ferro de Araçoiaba, reiniciou o trabalho do ferro em Santo Amaro, estimulou a expedição das bandeiras exploradoras para o sertão.

Em meados do século XVII, com o surto da mineração em Paranaguá, constata-se o provedor da Fazenda do Rio de Janeiro e Administrador-Geral das Minas da Repartição do Sul, Pedro de Sousa Pereira, incentivando bandeiras de pesquisas de minérios e a visita a Sabarabuçu.

Salvador Correia de Sá e Benevides, governador e capitão-general do Rio de Janeiro, mandou o próprio filho, com auxílio dos paulistas, explorar a possibilidade do encontro de pedras coradas no vale do rio Doce.

Na segunda metade do século, em expressivas mensagens, os próprios soberanos portugueses procuraram instigar os paulistas à investigação nos sertões da existência de pedras e metais preciosos. A grande epopéia de Fernão Dias Pais, o descobridor das supostas esmeraldas, nasceu do empenho de satisfazer a uma dessas reais missivas.

Mas essas expedições, pouco proveitosas, estavam muito acima dos recursos financeiros dos paulistas e lhes custavam sacrifícios sem conta e reiteradas desilusões. Concorreram, sem dúvida, para o agravamento do ciclo despovoador dos sertões.

Além da serventia para suas próprias lavouras, verificaram os paulistas que os índios – mercadorias que se transportavam pelos próprios pés, numa época em que escasseavam os meios de transporte – constituíam apreciável elemento para o comércio exportador de suas capitânias. Incentivaram-se, então, as bandeiras de preia.

À medida que rareavam as tribos das regiões mais próximas, mais se acentuava a audácia dos piratininganos em suas caças ao gentio. Desceram pelas bacias dos afluentes do Paraná e investiram contra as missões jesuíticas de Vera e Guairá, que subiam esses vales em uma aproximação cada vez maior das costas atlânticas do Paraná e de Santa Catarina.

Destruição das Missões

Em 1628, Manuel Preto e Raposo Tavares iniciam a destruição dessas missões, o aprisionamento de seus habitantes e a expulsão dos jesuítas para a margem ocidental do Paraná.

O governo paraguaio negou o auxílio solicitado pelos jesuítas para a sua defesa. Além da indiferença das autoridades castelhanas, parece que os paulistas foram estimulados pela grande falta de braços, que se fazia então sentir na colônia lusitana.

Documentos referidos pelo nosso erudito mestre, Dr. Afonso Taunay, demonstram que a própria Câmara Municipal de São Salvador fez, nessa época, um apelo aos paulistas para a remessa de escravos para o recôncavo baiano, recém-devastado pelas hostes holandesas.

Já por esse tempo as expedições dos *condottieri* piratininganos apresentam notável organização militar. Chefiados por homens de rija têmpera, selecionados pelos seus próprios valores, como tão bem acentua Oliveira Viana em suas *Populações Meridionais do Brasil*, seguiram esses bandos, compostos de brancos, mamelucos, mestiços, com armas européias, e índios mansos, das aldeias ou dos exércitos particulares daqueles “potentados”, com seus arcos e flechas.

Arcabuzes, pólvora, chumbo, farinha de guerra, cordas, correntes com colares, para serem aplicados aos índios aprisionados, constituíam a “armação” dessas bandeiras – muitas vezes fornecidas por elementos locais que se tornavam assim sócios capitalistas do “armador” da expedição.¹²

12 Alcântara Machado – *Vida e Morte do Bandeirante*.

Não obstante a união luso-espanhola, sob um único centro, havia também nesse cometimento bandeirante a emulação da velha rivalidade entre os peninsulares ibéricos, aguilhoando a vontade de fazer desalojar, das terras supostas portuguesas, missões ligadas à administração castelhana. Os povos aldeados, dotados de noções de disciplina e trabalho organizado, constituíam, sem dúvida, presas de valor para os mercadores da época.

Em 1632, investem os piratininganos contra as missões dos itatines no Sul de Mato Grosso, e destroem a povoação espanhola de Santiago de Xerez.

Armaram-se novamente os paulistas para o assalto às missões dos tapes e do Uruguai; e, a partir de 1636, várias bandeiras chefiadas por Antônio Raposo Tavares, Fernão Dias Pais, Francisco Bueno e outros destruíram aquelas reduções sulinas, expulsando os jesuítas para margem ocidental do rio Uruguai.¹³

13, 14, 15, 16 A província jesuítica do Paraguai, fundada em 1609, compreendia, em sua jurisdição religiosa, o território do atual Paraguai, o Sul da Bolívia, o Vice-Reinado do Prata, o atual Uruguai, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e parte de São Paulo. Entre 1609 e 1707, foram fundadas nessa província 63 reduções principais. Das 30 que subsistiram entre 1641 e fins do século XIX, 15 estavam no atual território argentino das Missões. situado entre os rios Paraná e Paraguai, 7 no Estado do Rio Grande do Sul e 8 no atual Paraguai.

Os espanhóis, visando estabelecer uma saída para a costa de Santa Catarina, tinham fundado, em 1554, a cidade Real do Guairá, mudada três anos mais tarde para as margens do Piqueri e, em 1576, Vila Rica do Espírito Santo, sobre a Corumbataí, afluente do Ivaí, em pleno Estado do Paraná de hoje. A região toda era muito habitada por índios.

Após iniciativas esporádicas, verificadas desde 1588, somente em 1607 foi de fato organizada a fundação jesuítica do Paraguai e o trabalho missionário nessas regiões. Em 1609, Lorenzana fundou S. Inácio Guaçu, e até 1628 foram estabelecidas as demais reduções do Paraná e Uruguai.

Os padres Cataldini, Maceta, Montoya e outros fundaram, entre 1610 e 1628, as 13 reduções de Vera ou Guairá.

Os paulistas, entre 1628 e 1630, destruíram 11 destas Missões, tendo os povos das restantes, Santo Inácio e Loreto, emigrado para as Missões do Paraná, numa penosa retirada, pintada com as cores mais sombrias pelos cronistas jesuítas. Em 1631, destruíram os paulistas as cidades de Vila Rica e Ciudad Real de Guairá.

Em 1631, fundaram os jesuítas as Missões dos Itatines, ao sudoeste de Mato Grosso, que foram também destruídas pelos paulistas, em 1632. Nesse mesmo ano assaltaram e destruíram o estabelecimento espanhol de Santiago de Xerez, sito perto das nascentes do Aquidauana em Mato Grosso.

Em 1636, os paulistas investiram contra as Missões do Tape e do Uruguai que, até 1638, foram umas arrasadas e as restantes expulsas para a margem ocidental do Uruguai.

Destruíram-se, assim, em pouco mais de 10 anos, todas as reduções do Guairá. Itatines, Tape e Uruguai.

A fase aguda dessa campanha, tão detalhadamente descrita pelos cronistas jesuítas e nas reclamações que os missionários faziam à Coroa de Espanha e ao Sumo Pontífice, durou de 1628 a 1641, quando, autorizados pelo rei castelhano, equiparam os jesuítas os seus catecúmenos com armas de fogo, derrotando, em M'Bororé, na margem ocidental do rio Uruguai, uma bandeira paulista que por ali se tinha aventurado.¹⁴

A esse tempo eram os paulistas solicitados a auxiliar o combate aos holandeses nas regiões nordestinas. Lá comandara Raposo Tavares um grupo apreciável de piratininganos.

Isso não impediu, porém, que em 1648 Raposo Tavares penetrasse no norte do Paraguai, assaltando várias reduções em combinação com André Fernandes, consolidando, dessa forma, o recuo das fronteiras do Sul de Mato Grosso.

Esse mesmo bandeirante, cuja vida foi tão brilhantemente estudada pelo nosso eminente patricio, Sr. Dr. Washington Luís¹⁵ percorreu, entre 1648 e 1652, uma vasta região do noroeste brasileiro, galgando os Andes, surgindo no Vice-Reino do Peru, e regressando pelo Estado do Maranhão onde teve notícia de sua chegada à foz do Amazonas, em Gurupá, o insigne padre Antônio Vieira. Parece fora de dúvida que ele visava, nessas excursões épicas, a busca de pedras coradas, do metal branco e do ouro, conhecedor como ficou da pobreza relativa de sua terra de origem, quando estivera a combater no Nordeste brasileiro.

Foi notável o efeito desse ciclo bandeirante para o recuo da divisa castelhana. De fato, os missionários jesuítas que ambicionavam,

Salvaram-se as reduções do Paraná, no atual território argentino das Missões, devido à derrota sofrida pelos paulistas em M'Bororé, na investida que parece ter sido comandada por Jerônimo Pedroso de Barros.

Esta data assinalada a organização das doutrinas jesuíticas. De fato, abandonando as comarcas afastadas, agruparam suas reduções nas margens do Paraná e Uruguai, na parte que estes rios mais se aproximaram. Formaram um campo contíguo, defendendo-se assim com mais facilidade. Mais tarde, ocuparam novamente uma parte do território do Rio Grande, fundando aí os Sete Povos, que, com as Missões argentinas e as oito reduções em território paraguaio, ao norte do rio Paraná, constituíram as, 30 doutrinas jesuíticas, que, por mais de um século, iam evoluir sob a direção dessa Ordem.

Foi a preocupação do Rio Grande que originou a guerra guaratinica nascida da tentativa do cumprimento do tratado de Madri, 1750.

acima de tudo, um ambiente de paz para o seu formidável trabalho de civilização e catequese, procuraram em toda essa vasta zona do Noroeste brasileiro manter entre as suas aldeias e as linhas habituais das excursões bandeirantes, uma zona desabitada e deserta. A grande obra missioneira dos jesuítas espanhóis, estendida pela orla desses terrenos fronteiriços, viria evitar ainda o conhecimento exato pelos castelhanos das expedições mineradoras, nas épocas dos descobertos.

No Sul, no final do século XVII, voltaram os jesuítas a atravessar novamente o Uruguai, implantando-se com os Sete Povos¹⁶ ao norte do Ibicuí, o que ocasionou a guerra guaranítica, empreendida para sua expulsão, em cumprimento ao Tratado de Madri, de 1750.

As expedições bandeirantes vão se sucedendo. Tomaram maior incremento após o arrefecimento, dentro de Piratininga, da guerra civil dos Pires e Camargos,¹⁷ na segunda metade do século XVII. No Ensaio da *Carta Geral das Bandeiras*, o Dr. Afonso Taunay, o maior historiador dos fastos paulistas, apresenta uma síntese desse esplêndido movimento expansionista. Nele sobressaem Raposo Tavares, Manuel Preto, Nicolau Barreto, Antônio Pedroso de Alvarenga, Jerônimo Pedroso, Domingos Barbosa Calheiro, Álvaro Rodrigues do Prado, Lourenço Castanho Taques, Fernão Dias Pais, Estêvão Baião Parente, Rodrigues Arzão, os dois Bartolomeu Bueno e tantos outros, cujas vidas vêm sendo estudadas com carinho pelos nossos historiadores.

No volume IX, correspondente ao ano de 1904, da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, o Sr. Dr. Washington Luís publicou um interessante estudo sobre a vida desse bandeirante, um dos maiores conquistadores de terras para o Brasil. Devemos igualmente ao Dr. Washington Luís vários estudos históricos sobre as capitanias paulistas e o extraordinário serviço da publicação dos documentos referentes a São Paulo na era colonial.

Por ocasião da construção do quartel de Quitaúna, em 1922, tivemos o ensejo de promover a ereção de um monumento a Raposo Tavares, que foi proprietário do sítio onde hoje estão erigidas várias casernas de nosso exército. Esse trabalho foi executado sob a direção do Dr. Afonso Taunay. Fizemos, igualmente, reconstruir a antiga capela do bandeirante, segundo desenhos do Sr. Wash Rodrigues.

17 As hostilidades que romperam entre as duas importantes famílias dos Pires e dos Camargos, perturbando a vida piratiningana, entre 1640 e 1698, em fases de maior ou menor intensidade, estão descritas nas obras de Azevedo Marques, *Apontamentos históricos da Província de São Paulo*; em Taunay, *São Paulo Seiscentista*, e na *Paulística*, de Paulo Prado.

Rendimento das bandeiras

São inteiramente falhos os depoimentos sobre o lucro bruto auferido pelas expedições bandeirantes. Como esperar tais referências, se as peças trazidas eram consideradas nos atos públicos quase sempre como “forras” ou como tendo vindo aos povoados por livre vontade, não podendo, de tal forma, ser avaliadas nem constar dos inventários?

O seu rendimento econômico era fraco, diante do esforço e dos sacrifícios sem par que impunham aos seus componentes. O apresamento, excetuado o período da destruição das missões jesuíticas, era representado, em geral, por algumas centenas de índolos.

O valor do escravo índio regulava em média um quinto do africano. Um único engenho real, do Nordeste brasileiro, rendia, anualmente, em seu pacífico labor, bem mais do que uma destas perigosas expedições.

Existem algumas referências de jesuítas e outros ao número dos aprisionados em suas missões ou nos sertões bravios. Delas, não se pode inferir que tenha esse total de índolos aprisionados e escravizados ultrapassado em muito umas 300.000 “peças”, em todo o ciclo despovoador. Representaria menos de £ 2.000.000, ou seja menos de 1% do que rendeu em igual período o ciclo do açúcar e pouco mais de 1% do valor dos 70 anos de intensa mineração. As “peças” exportadas para fora da capitania talvez não alcançassem 30% dos apresamentos.*

De 1670 a 1680, aceleraram-se as entradas, ora para o preamento de índolos, ora em busca dos metais preciosos.

Aproveitando-se da organização ecônomo-guerreira desses incomparáveis batedores de sertões, os governos do Norte solicitaram a sua cooperação nas guerras punitivas nos sertões da Bahia e do Nordeste e na destruição dos quilombos.

Além dessas expedições destruidoras, já irradiavam os paulistas em bandeiras colonizadoras, ocupando o vale do Paraíba, galgando

* Em anexo publicamos uma nota do nosso eminente mestre, Sr. Dr. Afonso de E. Taunay.

a Mantiqueira e penetrando, com os currais, no vale do São Francisco e nos sertões nordestinos. Era a emigração em busca de meios mais fartos de subsistência do que os proporcionados pelos planaltos pobres de Piratininga. Na última década do século, graças ao aparecimento das ricas jazidas dos Cataguases, muda por completo o caráter dessas bandeiras paulistas.

De fato, é inegável a feição despovoadora das bandeiras de apresamento dos índios, das expedições punitivas e exploradoras, nos primeiros tempos. Os sertões catarinenses, por exemplo, tão densamente habitados por povos primitivos, ficaram por completo despovoados pelos incansáveis vingadores de Pero Lobo...

No entanto, por uma dessas ironias da História, essa mesma gente que despovoara os sertões em busca do “remédio para sua pobreza”, levando-lhes os habitantes para suas fazendas ou para os mercados de escravos, como máquinas de trabalho ou artigo de comércio, promoveria o repovoamento deles, após os descobertos do ouro em Minas, Goiás e Mato Grosso. As bandeiras, no século XVIII, tomaram o caráter repovoador, transformadas em expedições mineradoras e colonizadoras; e foram introduzidos nos sertões, em larga escala, os escravos africanos, pagos a peso de ouro, cessando os paulistas, quase por completo, o tráfico vermelho.

A economia dos núcleos paulistas

Como se processou a evolução econômica desses núcleos paulistas, de que se irradiaram durante mais de 150 anos essas forças, ora despovoadoras, ora repovoadoras, mas sempre integradoras de tão grandes regiões à Coroa portuguesa?

A princípio, o litoral vicentino se animou com o açúcar. Paralisou-se a indústria, no segundo século, vencida pela vantajosa concorrência dos campos fluminenses e da região nordestina. Santos, no terceiro século, recebia açúcar do planalto.

Em São Paulo, segundo depõem Anchieta, o padre Fernão Cardim, o padre Baltasar Borges e Gabriel Soares, nos fins do século XVI, já se lavrava a terra com muito proveito. Mas era uma “economia de consumo”. O depoimento desses religiosos tem que ser subordinado ao regime de pobreza em que então viviam.

Cultivava-se no planalto o trigo, a cevada, a vinha, a oliveira, o milho, a mandioca, frutas, e criava-se algum gado.

Cultivou-se mais tarde a cana, o algodão, o chá e algumas especiarias da Índia. Na primeira fase da vila, a cultura aconchegara-se às suas linhas defensivas; na segunda, espalharam-se mais os lavradores, mas sempre com lavouras modestas, adstritas às necessidades do consumo local e ao pequeníssimo comércio, que então se realizava. O registro das propriedades rurais e os inventários e testamentos elucidam aspectos desse trabalho agrícola.

A propriedade rural

O Sr. João Batista de Aguirra, num interessante trabalho,¹⁸ arrola cerca de 500 concessões de terra, entre 1559 e 1820, feitas na comarca da capital. Para a maioria, não pôde precisar a área por deficiência de elementos das próprias cartas de doação. Indica, porém, como tipos principais dessas distribuições, sesmarias de 3.000 braças em quadra, cerca de 1.750 alqueires paulistas; de 4.500 sobre 1.500, de 3.000 sobre 3.500, de 1.000 sobre 1.500 e de 1.500 braças em quadra. As maiores sesmarias foram concedidas depois de 1611. Vêm ali mencionadas as grandes áreas doadas às aldeias índias, à de Pinheiros, em 1580, com cerca de 60.000 alqueires de terra; à de Carapicuíba, em 1698, com 44.000 alqueires.

O Sr. Alfredo Ellis, fazendo um estudo sobre as transferências havidas em meados do século XVII, chegou à conclusão de que as grandes concessões não se mantinham.

“As sesmarias maiores eram logo retalhadas, senão por compra e venda, ao menos por sucessão hereditária, de modo que se transformavam em pequenas fazendolas. Com isso pensamos que a propriedade rural paulistana no seiscentismo tem sido cerca de cem alqueires em média; evoluindo no setecentismo, para maiores proporções, em vista de haverem os paulistas emigrado para as minas e para o sertão mais distante, tornando menos densa a população rural.”

Declara ainda: “Pela publicação dos documentos dos ‘Inventários e testamentos’, bem como das ‘Sesmarias’, verifica-se

18 R. I. H. de S. Paulo, Tomo 25.

que São Paulo, no século XVII, foi o centro de um enxame de fazendas de pequena cultura e de pastoreio de diminutos rebanhos. De fato, o perímetro circundante de pequena área territorial englobava as redondezas paulistas, onde se estendiam essas fazendas por Parnaíba, Araçariguama, Apotribu, Caucaia, Virapueiras, Quitaúna, Cutia, Itapecerica, Jurubatuba, Itaquaquecetuba, S. Miguel, Conceição de Guarulhos, Tremembé, Orubuapira (Guapira), Juqueri e Atibaia.

“Este perímetro foi no seiscentismo a linha delimitadora da expansão paulista, não se falando dos pontos excepcionais mais longínquos, atingidos por um ou outro sertanista, que aí se ficava com sua gente, como procederam o Baltasar Fernandes, fundador de Sorocaba, seu irmão Domingos Fernandes, fundador de Itu; os Vaz Guedes Cardoso, que fundaram Moji das Cruzes; Jacques Félix, que plantou os alicerces de Taubaté e os Oliveiras Cordeiro que iniciaram Jundiá.

“Estes foram casos que, escapando à regra geral, se isolavam no sertão formando núcleos novos de população.

“Os grandes batedores do sertão, os bandeirantes, que tanto se distinguiram nas algaras seiscentistas, moravam dentro do perímetro mencionado, onde tinham suas sitiocas.

“A zona agropecuária paulistana compreendia uma área de 2.448 quilômetros quadrados, ou aproximadamente de 100 mil alqueires, dos quais apenas uma ínfima percentagem era aproveitada para a agricultura.”¹⁹

O latifúndio em São Paulo, observa Taunay, só surgiu de fato no século XIX, com a lavoura de café.

Em Minas e no Estado do Rio muito maiores eram as fazendas em que se misturavam a agricultura e o pastoreio.

No Norte da colônia, também eram grandes os latifúndios concedidos aos engenhos e às fazendas de criar.

As pequenas lavouras de milho, trigo, feijão, algodão, mandioca, marmelo, vinha, canaviais e de frutas tinham valor muito restrito, conforme se verifica dos *inventários e testamentos*. As próprias casas de morada, nas fazendas, tinham um valor mínimo. Nos inventários seiscentistas, não se dá valor

19 Alfredo Ellis Júnior – *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*.

às terras nem aos escravos índios, e o conferido às benfeitorias é absolutamente mínimo. Sítios e fazendas, com casas e benfeitorias, eram avaliados em pouco mais de 100 cruzados, menos de dez contos, ao valor de hoje.

A fazenda de Diogo Coutinho de Melo, famoso bandeirante, lugar-tenente de Antônio Raposo Tavares, em Parnaíba, foi avaliada em 200 mil-réis, ou 500 cruzados. Em 1686, o inventário de Antônio Bicudo de Brito, abrangendo sítios e vultosas benfeitorias, foi avaliado em 250 mil-réis, pouco mais de 600 cruzados. É bem expressivo o inventário de Pedro Fernandes, em 1653, tipo de fazendeiro que dispunha de uma boa carpintaria, tido como abastado, e que deixou líquidos 527\$400, ou sejam cerca de 1.300 cruzados, cerca de 120 contos, valor de hoje. Um dos maiores inventários do século XVII, o de Pedro Vaz Guaçu, em 1691, montou a 3:200\$000, sendo, porém, mínimo o valor atribuído ao sítio e à sua casa de morada. Representa essa quantia cerca de 220 contos de réis, em valor atual.

No entanto, no mesmo século, um engenho real de açúcar absorvia, na sua instalação, cerca de 10.000 cruzados. Em Pernambuco, em fins do século XVI, já existiam mais de 100 colonos com 5.000 cruzados de renda anual e alguns com 8 a 10 mil cruzados, o que representa de 350 a 900 contos de réis em valor de hoje.

Não há, portanto, confronto possível entre a pobreza paulista e a fartura usufruída no Brasil açucareiro.

O comércio

As notícias que possuímos denotam a primitividade do comércio das capitânicas paulistas, onde surgem, de quando em vez, as exceções de um Afonso Sardinha e Guilherme Pompeu.

A marmelada parece ter sido o maior artigo manufaturado de exportação; algum trigo que seguia para o Rio em sírios ou cestas; algum pano de algodão. Mas o que de maior valor se produziu para o comércio exportador devem ter sido os escravos e o ouro de lavagem.

Que os escravos escassearam para as lavouras locais em determinados períodos, tal o êxodo para outras capitânicas, provam-no documentos da época. O desenvolvimento da indústria açucareira no Norte e as dificuldades trazidas pelas guerras holandesas agravaram o mal.

Em 1601, encontram-se referências a um pedido para que a Câmara obtivesse do governador-geral licença para se arranjar em índios “de paz ou de guerra pelo muito prejuízo que a terra recebia” com a ausência de escravos, tanto mais que estavam os traficantes a remeter cativos para a Bahia.

Em 1606 a Câmara de São Paulo endereçou ao donatário da Capitania, esta expressiva exposição:

“Estavam os índios cristãos vizinhos, quase acabados, mas havia no sertão infinidade deles e de muitas nações, vivendo à lei dos brutos animais comendo-se uns aos outros. Descê-los, com ordem para serem cristãos seria coisa de grande proveito, sobretudo os carijós, distantes umas oitenta léguas e avaliados em 200.000 homens de arco. Assim procurasse S. Mercê obter do Rei licença para se explorar semelhante mina, capaz de render mais de 100.000 cruzados, além de resultados espirituais.

“Enorme a emigração de índios paulistanos para os canaviais da Bahia e Pernambuco. Muito cedo, deixariam os traficantes em São Paulo tudo ermo com as árvores e ervas do campo somente.”

O grande incremento no tráfico de índios parece ter se verificado a partir de 1628, quando os bandeirantes paulistas foram assaltar as missões jesuítas, de onde trouxeram grande cópia de escravos já um tanto afeitos ao trabalho. Consta que grande parte foi vendida no mercado do Rio, onde alcançara, então, cerca de 20 mil-réis por cabeça. Várias referências se encontram acerca desse comércio:

“O hábito de exportar os índios apresados era constante. Cespedes y Xeria, na *Carta Confidencial a El-Rei* (1628), diz que os paulistas cativavam os índios das reduções para mandá-los vender em Santos, no Rio e em todo o Estado do Brasil e até em Lisboa.”²⁰

“Já pelas diferentes praças brasileiras se espalhavam os cativos de Guairá, denunciavam os loiolistas. Sabiam-no de fonte limpa; em julho de 1629 haviam partido de Santos para o Rio de Janeiro 33 escravos. E o pior que o seu transporte se fizera num navio pertencente aos beneditinos! Até os religiosos! Levava certo Manuel de Melo 43 a vender no Espírito Santo. Outro sertanista, Antônio Lopes, este vendera muitos em Santos, e no Rio

20 A. de E. Taunay – *História Geral das Bandeiras Paulistas*.

de Janeiro. Na Bahia, já no mês de setembro de 1629, negociavam-se índios do Guairá. E, ainda agora, sabiam os padres que de Santos partira um navio cheio de ‘peças’ destinadas às lavouras de Pernambuco.”

“A 11 de junho requeria o Procurador providências contra os forasteiros que estavam a levar peças fora da terra. Vinham os marchantes de escravos a São Paulo como a um grande centro de abastecimentos.

“A 15 de junho de 1634, dizia o Procurador Pedro Domingos aos seus colegas que estava sobremodo ativa em São Paulo a venda de escravos ‘pusessem cobro na venda das peças porquanto se vendiam muitos e era em prejuízo desse povo’. Segundo parece, dava-se o êxodo dos escravos afeitos aos serviços das lavouras paulistas. E tudo isso se fazia sem o menor receio das ‘excomunhões postas pelo prelado, o doutor Lourenço de Mendonça.’”²¹

Nos *Documentos Interessantes*, entre outros, encontram-se referências aos bandos de 7 de abril de 1684 e 25 de outubro de 1688 que tratam de índios comprados aos paulistas.

O tráfico vermelho tornado dia a dia mais difícil pelo grande desgaste humano e pelo afastamento e reação dos íncolas, terminou, de fato, com as descobertas das minas, as quais proporcionaram aos paulistas recursos para a importação do elemento africano.

As considerações expendidas induzem à crença de que o tráfico dos índios, salvo curtos períodos, não constituiu comércio rendoso. A pobreza da capitania e a deficiência de sua produção são elementos que também o comprovam.

O ouro de lavagem

Mais do que os escravos, deve ter proporcionado maior ativo na exportação o ouro de lavagem que sempre existiu nas capitâncias paulistas. Brás Cubas, fundador de Santos, conseguiu descobrir algum ouro, em 1560. Afonso Sardinha deixou por morte 80.000 cruzados de ouro em pó, extraídos de Jaraguá e Santa Fé, assegura Pedro Taques.²²

Mencionam as crônicas as minas de Jaraguá, Vuturuna, Jaraguamimbaba, Ribeira de Iguape, Cananéia, Paranaguá, Curitiba e alguns

21 A. de E. Taunay – *Op. cit.*

22 Pedro Taques de Almeida Pais Leme – *Inf. sobre as Minas de S. Paulo.*

outros pontos em que se extraía algum ouro de lavagem. Parece ter sido Jaraguá o de maior importância e que originou mesmo a fundação da casa da moeda em São Paulo, que bateu por volta de 1644 o *são-vicente*, moeda de ouro paulista, de cunho ainda hoje desconhecido, que mereceu tão aprofundado estudo a Afonso Taunay a propósito da fundação da primeira casa da moeda do Brasil.*

Em São Paulo, houve também uma pequena mineração e indústria de ferro, que mal dava para parte das necessidades locais. A carta de Pero Correia, de 1554, refere ao descobrimento da mina. (*Cartas Avulsas*)

Nem os artigos, porém, da indústria paulista, nem a exportação de escravos, nem tampouco a produção do ouro ofereciam ativo suficiente para fazer face à importação de armas, pólvora, sal, ferramentas e fazendas, de que careciam as pequenas populações paulistas. A balança de comércio e de contas era adversa a São Paulo. Esse índice de pobreza manifestou-se ainda nos célebres motins da moeda. O total da produção do ouro de lavagem nas capitânicas paulistas, em todo o período colonial, está avaliado por Eschwege em 930 arrobas, cerca de £1.900.000.

Outros aspectos

Alcântara Machado, num admirável ensaio econômico-social, em que se não sabe o que mais admirar, se a visão exata e sintética da vida do bandeirante seiscentista, se o estilo cristalino com que traduz o seu pensamento, fornece preciosos elementos à apreciação daquele período da vida piratiningana.²³

* Sobre a matéria, honrou-nos ainda o Dr. A. de E. Taunay com uma nota, que publicamos em anexo.

23 Esse eminente mestre honrou-nos com esta missiva:

“São Paulo, 29-10-36.

Meu prezado amigo Dr. Roberto Simonsen,

Estou, há não sei quantos dias, para agradecer-lhe os dois favores mais recentes de que lhe sou devedor: as referências generosas que fez ao meu trabalho na última de suas conferências, tão rica daquela *substantifique moelle*, de que fala Rabelais, e que é o sinal específico nas obras da eleição, e a gentilíssima carta que me enviou do Rio, com referência ao assunto. Nada mais grato ao meu coração do que saber que alguns dos materiais colhidos por mim estão servindo para a construção do grande monumento de cultura, que é a sua *História da Economia Brasileira*.

Acredite na simpatia e no reconhecimento do muito e sempre seu,
(a) Alcântara Machado.”

No estudo a que procedeu dos inventários paulistas, mostra que, na avaliação dos montes, não se dá valor à terra nem tampouco aos escravos índios. Pois se estes são gente “forra”, em respeito às leis de Portugal e Castela, como poderiam ser avaliados como simples mercadorias?

Salientando a pobreza de São Paulo, acentua que na primeira metade do século XVII, registraram-se três inventários acima de 1 conto de réis, sendo o maior deles, em 1629, o que atingiu a 1:298\$000, ou seja, 3 mil cruzados ou Rs.\$270:000\$000 atuais. Na segunda metade, já se registravam 17 espólios acima de 1 conto de réis. Mas, também, é de notar que, nessa época, já a moeda portuguesa havia sido quebrada algumas vezes...

O maior inventário foi o de Catarina da Silva, no valor de 6:636\$000, cuja equivalência é hoje de Rs.430:000\$000. De 400 inventários seiscentistas que examinou, apenas 20 denotam alguma abundância, o que dá a pequena percentagem de 5%.

Os valores das casas e artigos, em Piratininga, oferecem aspectos interessantíssimos; as casas boas, de 5\$000 a 20\$000, valendo menos de que as roupas de fazenda importada. Uma escopeta com a sua bolsa e polvarinho, 9\$000. Pouquíssimo valor representavam a criação e a lavoura.

Observa Alcântara Machado, de acordo, aliás, com Oliveira Viana, que é, porém, a propriedade rural que classifica ou desclassifica o homem; sem ela não há poder definido, autoridade real, prestígio estável. Fora das grandes famílias arraigadas ao chão, o que se encontra é a classe de funcionários, é uma récuca de aventureiros, é a arraia-miúda dos mestiços, é o rebanho dos escravos. Em tal ambiente, a figura central que domina realmente, pela força irreprimível das coisas, é a do senhor de engenho, do fazendeiro, do dono da terra. Conforme observação de Oliveira Viana, os que não possuem sesmarias ou não conseguem assegurar terras se acham deslocados na própria sociedade em que vivem.

A pobreza da vila se manifesta em tudo; as igrejas em nada se assemelham às existentes no norte da colônia. Já em 1556 o padre Nóbrega escrevia a Santo Inácio de Loiola: “Que sendo a terra pobríssima não podia esta casa viver de esmolos.”

Assinala-se, na época seiscentista, alguma exportação de trigo para o Rio de Janeiro. A conserva de marmelo foi, porém, o maior artigo

de exportação. Alcântara Machado cita exportações individuais de 1.700 a 2.200 caixetas. Valiam de 320 a 400 réis, baixando mais tarde, no século XVIII, a 100 réis.

Os maiores criadores de gado possuíam rebanhos de 200 a 400 reses.

“Dentro de seu domínio, tem o fazendeiro a carne, o pão, o vinho, os cereais que o alimentam; o couro, a lã, o algodão que o vestem; o azeite de amendoim e a cera que, à noite, lhe dão claridade; a madeira e a telha que o protegem contra as intempéries; os arcos que lhe servem de broquéis.”

Do rol desses senhores de terras é que surgiam os grandes chefes das bandeiras.

Um dos vincos da civilização bandeirante da época consistia no respeito à palavra empenhada. Esse traço fundamental do paulista iria ressurgir, mais tarde, na vida dos tropeiros, profissão que abraçou em larga escala, no declínio da mineração. Conta a tradição que em longínquas viagens em que transportavam cargas de valor, esses tropeiros não davam qualquer documento; apenas a palavra empenhada. Créditos comerciais outorgavam-se e liquidavam-se em cumprimento de simples promessas. Era conhecida na sua gíria como alcunha deprimente, a de “ladroão de cabresto”, dada àqueles que se apropriavam dos arreios, que os tropeiros deixavam em suas pousadas no interior.

Essa crença pela verdade em suas transações constituiu sempre um apanágio das populações austrais do Brasil colonial.

Para Oliveira Viana, “o escrúpulo em matéria de dinheiro, traço fundamental do caráter lusitano, se revelou em nós singularmente reforçado pelas condições do ambiente. Quem se permitisse uma fraude ou velhacaria em um meio como o rural, de que não podia fugir, estava perdido no conceito público”.

Moeda brasileira

Devido à insuficiência da moeda que sempre se registrou em São Paulo, utilizavam-se aqui, como instrumentos de trocas, de artigos de produção local.

“Variavam, de ano para ano, as mercadorias que faziam as vezes de moeda. Acompanhar essas variações é ter idéia exata da atividade econômica dos paulistas, naqueles tempos afastados.”²⁴

Farinhas, carnes salgadas, couros, açúcar, algodão e pano de algodão e várias outras comodidades já funcionaram em São Paulo como padrão de valores. O metal precioso sempre se mostrou escasso na primeira metade dos tempos coloniais.

Somente no final do século XVII é que começou, realmente, a aparecer ouro em quantidade apreciável, nos inventários paulistas. Em 1697, Pedro Vaz de Barros deixou 273 oitavas e meia de ouro em pó, que valeriam, hoje, menos de 30 contos de réis. Em 1711, Moura Morais deixou 360 oitavas e meia. Em 1730, João Leite da Silva Ortiz, genro de Bartolomeu Bueno da Silva, deixou nove barras, pesando 7.424 oitavas e meia e 24 grãos, que seriam pouco mais de 700 contos, em moeda de hoje.

Se tivessem sido suficientes para solver os pagamentos exteriores os produtos que exportavam, as capitanias paulistas poderiam ter tido sempre moeda metálica com o seu ouro de lavagem. A referência aos quintos de suas minerações para fazer face, até 5.000 cruzados, ao dote outorgado à sua consorte pelo Rei D. João IV; a fortuna de Afonso Sardinha; as várias referências sobre o valor do quinto real do ouro paulista, no período colonial, confirmam o cálculo de Eschwege, de cerca de quatro arrobas anuais, em média, para a produção das capitanias paulistas.²⁵

A insuficiência, porém, do artigo exportável acarretava o êxodo de moedas, que, absorvendo também a produção do ouro local, criava sérias crises financeiras na Paulicéia. Essas crises mais se acentuaram

24 Alcântara Machado – *op. cit.*

25 Uma certidão passada em 10 de maio de 1766, pelo escrivão do juízo da Intendência de Ouro da Casa de Fundição de São Paulo, a requerimento de mineiros, faiscadores, etc., mostra que em 10 anos e 9 meses recebeu essa Intendência 250.675 oitavas de ouro em pó, ou sejam 23.205 oitavas por ano, 5 arrobas e meia (*Documentos interessantes*).

Outra certidão, da Intendência e Conferência da Casa de Fundição de São Paulo, passada em 1772 e enviada ao Marquês de Pombal por D. Luís Antônio, demonstra que naquele ano entraram 240 barras, com 384 marcos, 2 oitavas e 50 grãos e 1/5 de ouro, ou sejam, quase 6 arrobas (*Id.*).

Em 1774, ano excepcional, entraram cerca de 9 arrobas (*Id.*).

Entre 1796 e 1798, a média foi de cerca de 4 arrobas anuais (*Id.*).

no final do século XVII, com o aparecimento do mesmo fenômeno no resto do país.

No entanto, na Bahia e no Nordeste brasileiro, no apogeu da idade do açúcar, houve abundância de circulação metálica.

Um viajante francês, Pyrard de Laval, forneceu, em 1610, um depoimento interessante sobre a Bahia: “Nunca vi país em que tão abundante seja o dinheiro como deste lugar do Brasil. Quase não há dinheiro miúdo, apenas moedas de 8, 4, e 2 réis. Muito pouco se usa aqui de outras moedas que não sejam as de prata. Este país é o que mais dinheiro tem de todos que visitei.”

Em virtude da crise do açúcar e das exações fiscais da metrópole, deu-se a violenta saída da moeda do Brasil, acarretando depressões financeiras que enchem páginas de nossa história econômica, no fim do século XVII.

Agravaram ainda o caso brasileiro as sucessivas quebras da moeda, verificadas em Portugal a partir de 1640. As guerras da independência e as difíceis condições do comércio português provocavam farta saída de numerário da metrópole, o que os reis procuravam combater mediante sucessivas quebras de padrão e com uma série de medidas fiscais.

O câmbio português sobre Londres, cotado em cerca de 231, em 1640, passou a 123 em 1641, 105 em 1646, 92 em 1662, 83 em 1688, 67 1/2 em 1700. A partir desta época, o ouro do Brasil assegurou a sua estabilização durante mais de um século. A libra esterlina que, em 1640, valia 1\$000, passou valer, em menos de 60 anos, mais de 3\$500.

Essas quebras sucessivas não foram suficientes para amparar a produção açucareira do Brasil. A baixa continuada do artigo e o aumento do poder aquisitivo exterior da prata provocaram um êxodo da moeda metálica da colônia, de que nos dão notícia as múltiplas reclamações da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Os mercadores, que vinham com as frotas, ao invés de comprar produtos da terra com os resultados das vendas das mercadorias que trazem do exterior, davam preferência ao metal sonante que havia apurado, tal a disparidade dos poderes aquisitivos da moeda, aqui e em Portugal, e os riscos com as flutuações de preços daqueles produtos.

Apesar das reclamações do Brasil, o governo português recusava-se a instituir uma moeda provincial para a colônia, que evitasse o êxodo do dinheiro daqui, temeroso que se manifestasse o problema inverso, com a vinda do ouro da metrópole, também a braços com crise semelhante em relação ao exterior.

Verificou-se no país, em larga escala, o cerceio da moeda, marcas e contramarcas e consenso em se admitir maior valor intrínseco do dinheiro aqui em circulação. A própria Câmara do Rio de Janeiro, em 1679, e o Governo da Bahia, em 1689, tomaram deliberações no sentido de majorar, provisoriamente, em casos excepcionais, o valor nominal da moeda em circulação, submetendo o seu ato à aprovação do governo da metrópole, que num caso relutou e noutro não o aprovou.

Agravando-se a crise, com a circunstância de baixarem as propostas para os arrendamentos dos dízimos do Brasil, a Coroa portuguesa, pela Lei de 8 de março de 1694, fundou a Casa da Moeda da Bahia, reconhecendo o princípio da necessidade de uma moeda provincial, “porque só sendo fabricada com maior valor e diferente cunho proibindo-se sua extração com graves penas, e poderia conservar a moeda no Estado do Brasil, sem que se trouxesse para este reino como a experiência tinha mostrado”.

Graças a essa lei, houve uma majoração no valor do dinheiro brasileiro de cerca de 10% sobre a moeda portuguesa da Lei de 1688.

Funcionou a Casa da Moeda na Bahia de 1695 a 1698. De 1699 a 1700 foi transferida para o Rio de Janeiro, para ali recunhar as moedas em circulação nas capitanias do Sul. Em outubro de 1700, passou a trabalhar em Pernambuco para cunhar as moedas daquela capitania. Cunhou a Casa da Moeda moedas de ouro de 1\$000, 2\$000 e 4\$000 e moedas de prata de 20, 40, 60, 160, 320 e 640 réis.

“Quanto à moeda de cobre, não houve cunhagem no Brasil em tempo de D. Pedro II, pois nem a lei que criou a Casa da Moeda, nem as Cartas Régias que a mandaram abrir e transferir de umas para outras capitanias se ocuparam dela; e sendo precisa esta moeda, de que o povo não pode prescindir para as necessidades diárias da vida, foram aproveitadas para o curso do Brasil as moedas lavradas em Portugal para África, mandadas circular na América portuguesa, como subsidiárias, por Carta Régia de 10 de fevereiro de 1704, as quais por esse fato entram na coleção do Brasil que não as tinha especiais.

As moedas de cobre eram dos valores e datas seguintes:

VALOR	DATAS	ANVERSO	REVERSO
XX	1695-99	Esc. orn. Petrus II	Valor entre círculos ogivais
X	1695-99	D. G. Port. R. D.	e 4 P. dentro destes, <i>moderato splenatum</i> , 1695, etc.?"
V	1695-99	Aetiop.	

Em 1702, reabriu-se, no Rio de Janeiro, a Casa da Moeda, mas desta vez em caráter permanente. E, de acordo com as Cartas Régias de 31 de janeiro e 7 de março desse ano, aí se deveriam lavrar moedas nacionais. É que o afluxo do ouro das Minas Gerais ia inverter o problema monetário do Brasil e alterar profundamente a fisionomia econômica das capitanias paulistas.

Moeda paulista

Não obstante o uso, pelos paulistas, de vários artigos da produção local como instrumento de troca, houve sempre a preocupação de defender o pequeno *stock* metálico em circulação.

Na sessão de 11 de março de 1620, proibiram os oficiais que toda “pessoa de qualquer qualidade levasse prata para fora da vila, por ser grande prejuízo desta vila e não haver dinheiro nela”. Em 5 de março de 1633, pediu o Procurador Geraldo da Silva aos seus parceiros que se pusesse cobro “a este povo porquanto se levava desta vila toda a prata e ouro que nesta vila faziam e ficava a terra sem dinheiro pelo que lhe requeria mandassem não levassem dinheiro deste povo e levassem drogas da terra, farinha, carnes e couros e pano”.

Em 1687, decretou a Câmara: “Serão obrigados todos os mercadores que houverem de cobrar suas dívidas e pagamentos que se lhes fizerem de fazendas de logia aceitar em pagamento pano de algodão pelo que valer geralmente na terra sendo de receber”.

Mas isso não foi suficiente. O prurido expansionista, então dominante, aumentou as necessidades de vários artigos de importação; e a sucção da moeda metálica fazia-se sentir por todo o Brasil e, mais acen-tuadamente as terras pobres de Piratininga. O problema de numerário fixaria, na história, o grau de independência e rebeldia das capitanias paulistas, que chegariam a decretar a sua própria política monetária.

De fato, enquanto o resto do país sofria horrivelmente com a obediência às leis monetárias portuguesas, São Paulo legislava sobre o dinheiro metálico a circular nas suas capitanias e inflacionou, deliberadamente, as moedas vigentes, determinando o curso a vigorar nas transações dentro de Piratininga, e nas suas relações com as vilas vizinhas, povoações de serra acima.

Decretou que a moeda circulante seria majorada de 20% a 33% acima dos padrões oficiais. O governo de Portugal acabava de determinar o cumprimento da Lei de 4 de agosto de 1688 em todo o país. Visava isso manter a paridade de moedas entre o Brasil e Portugal, com receio, talvez, de que daquele reino emigrassem moedas para o Brasil...

O cumprimento de tal dispositivo perturbou profundamente a exportação do tabaco e do açúcar do Norte. Mas São Paulo não o cumpriu e, ao contrário, decretou em agosto de 1690, para o curso das moedas de seu intercâmbio com as vilas vizinhas, as seguintes alterações:

“Valeriam as diferentes peças:”

as de	2 patacas.....	(640rs.)	– 800rs.	– mais 25%
as de	1 pataca	(320rs.)	– 400rs.	– mais 25%
as de	2 tostões.....	(200rs.)	– 240rs.	– mais 25%
as de	$1/2$ pataca.....	(160rs.)	– 200rs.	– mais 25%
as de	6 vinténs.....	(120rs.)	– 160 rs.	– mais 33%
as de	tostão	(100rs.)	– 120rs.	– mais 20%
as de	4 vinténs.....	(80rs.)	– 100rs.	– mais 25%
as de	3 vinténs.....	(60rs.)	– 80rs.	– mais 33%
as de	2 vinténs.....	(40rs.)	– 50rs.	– mais 25%
as de	250 rs.....		– 300rs.	– mais 20%
as de	cruzado.....	(400rs.)	– 4500rs.	– mais 25%
as de	5 tostões.....	(500rs.)	– 600rs.	– mais 20%
as de	cruzado.....	(400rs.)	– 480rs.	– mais 20%

Os preços dos artigos de importação passaram também a ser almotaçados. Conforme Capistrano:

“Em 23 de janeiro de 1693, o povo foi adiante; à vista da confusão resultante da falta de moedas para trocos, levantou novamente o valor do dinheiro miúdo acima do que decidira três anos. A seguinte tabela resume a marcha desde 1689 até 1693:

1689	1690	1693
640	800	–
500	600	–
400	500	–
320	400	–
250	300	–
200	240	280
120	160	200
160	200	240
100	120	160
80	100	160
60	80	100
40	50	80

“Há ligeiras divergências; na ata de 3 de agosto o cruzado aparece convertido em 480 e 500 réis; na de 23 de janeiro fala-se em três vinténs-moeda que não devia mais haver, pois os dois tinham sido elevados a meio tostão.”

Aliás, a história paulista registra reiteradas vezes a almotaçagem dos preços dos artigos de consumo e até dos salários dos artesãos, provas de quanto a pobreza da vila obrigava os seus edis a se preocuparem constantemente com o custo da vida.

As tentativas governamentais para subordinar a moeda paulista aos valores das que circulavam no país abortaram violentamente, ocasionando os célebres motins da moeda, lutas, e até o assassinio de um dos cabeças do partido inflacionista.

O surto minerador, ocorrido nos últimos anos do século XVII, ia, porém, concorrer para a pacificação econômico-monetária paulista; e a 20 de maio de 1697 triunfou a falange que pregou a volta à obediência às ordens régias. Resolveu-se dar baixa no dinheiro paulista – que começaria, a partir de 6 de junho, a valer em correspondência com seu peso, dentro da legislação portuguesa.

“E o escrivão municipal declarou haver já escrito neste sentido às comarcas de Parnaíba, Itu, Sorocaba, Jundiáí, Moji e Paraíba (Jacareí) notificando-lhes que as leis, já vigorando nas vilas de serra abaixo, seriam as de serra acima.”

Mas a situação só ficou inteiramente normalizada graças à atuação prudente e firme do governador do Sul, Artur de Sá e Meneses, em 1698, auxiliado que foi pelo ambiente criado pelos descobrimentos das minas.

Este surto repentino do ouro em abundância, na mineração dos sertões, ia de fato não só alterar, por completo, a feição em que se processava a nossa evolução colonial, senão também exercer uma intensa repercussão na economia internacional.²⁶

Ciclo repovoador

Não obstante os recursos decorrentes do ouro de lavagem e do apresamento de índios para os seus trabalhos e comércio, era evidente o mal-estar econômico que se acentuava em Piratininga na segunda metade de século XVII. Tornaram-se, em conseqüência, mais freqüentes as bandeiras colonizadoras, que se espalhavam pela costa da capitania ou demandavam a zona pastoril, abastecedora dos engenhos do Norte. Se bem que indústria relativamente pobre, oferecia a criação bem maiores perspectivas de prosperidade do que as rudimentares lavouras do planalto.

Não é de estranhar, portanto, o relativo abandono em que a metrópole e os próprios donatários deixavam as terras das capitanias de São Paulo.

Na última década do século, surgiu finalmente o descobrimento das minas de Cataguases. Parece ter sido a bandeira de Arzão, saída da vila de Taubaté, a que primeiro manifestou a descoberta. Deu-se, então, o deslocamento dos paulistas e de grandes ondas migratórias do Norte, da Metrópole e de outras regiões, para a zona em que se apresentavam os metais preciosos. Afluíam as bandeiras mineradoras para esses sertões já batidos pelos paulistas, abandonando-se vilas e lavouras. Das regiões do açúcar, que se debatiam em acentuada crise, começou também a debandada em direção às minas.

Não obstante a precedência dos descobrimentos e sua supremacia sertaneja, era pequena a população paulista em relação ao afluxo de emboabas, que para eles acorriam. Na rivalidade então estabelecida, não poderiam os paulistas preponderar, esmagados como o foram, pelo número.

26 Conforme se verifica adiante a crise da moeda voltou a se pronunciar em São Paulo durante todo o século XVIII, pela pobreza em que recaiu a capitania.

De fato, apesar de serem escassas as informações estatísticas da época, não é demasiado atribuir-se, ao Brasil de 1690, uma população livre acima de 100.000 habitantes. Mas as capitâneas paulistas não tinham talvez 15.000 e o Rio de Janeiro, mais de 20.000 almas. Cerca de 70% da população brasileira concentravam-se nas regiões nordestinas.

São Paulo, Santo Amaro, Guarulhos, Santos, São Vicente, Moji das Cruzes, Jacareí, São José, Taubaté, Guaratinguetá, Araçariguama, Itu, Atibaia, Nazaré, Juqueri, Parnaíba, Sorocaba, Jundiá, Ubatuba, São Sebastião, Itanhaém, Cananéia, Paranaguá, São Francisco, Laguna, Curitiba, eram vilas, povoações ou lugarejos variando de 30 a 500 almas. Santos e São Vicente, reunidas, teriam 1.500 e Piratininga, 3.000 habitantes.

Quantos desses paulistas poderiam se deslocar para o povoamento das regiões em que se minerava? Pouco mais de um milhar. Ora, para se aquilatar da invasão que sofreram as zonas central e sulina, decorrente dos descobertos, basta a constatação de que nesse século a população total subiu da casa dos 200.000 para mais de 2.500.000 habitantes, e que de menos de 30%, passou o Sul a possuir acima de 50% da população colonial. Esse surto demográfico não poderia deixar de abater a influência paulista nas Minas Gerais e alterar profundamente o *facies* da sua evolução, pois que São Paulo também sofreu, conquanto em muito menor escala, a invasão de populações adventícias. De fato, a capitania paulista tinha, em 1777, mais de 116.000 habitantes e, em 1801, cerca de 170.000.²⁷

27 O Brigadeiro J. J. Machado de Oliveira, *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, tomo de 1913, publica a seguinte estatística sobre a população paulista:

	HABITANTES
1592	2.500
1653	3.000
1777 St-Hilaire atribuída	116.975
1801	169.122
1813	209.208
1815	215.211
1826	258.201
1835	338.000

Iniciou-se, então, uma grande era de sofrimento e desilusões para os paulistas.

Debalde protestaram contra essa invasão, que consideravam como que uma usurpação dos frutos de um trabalho secular; em vão agiram para salvar o seu antigo predomínio.

Em 1709 o paulista José de Góis Morais quis comprar ao Marquês de Cascais a Capitania de São Paulo e São Vicente por 40.000 cruzados; não consentiu D. João V que passasse tão alta dignidade para as mãos de um colono sul-americano e adjudicou, pelo mesmo preço, a capitania à Coroa.

Emboabas

Nessa mesma época, registrou-se nas Minas Gerais a sangrenta guerra dos Emboabas, entre os paulistas e os invasores forasteiros, cujo apaziguamento, a nosso ver, resultou principalmente da diluição demográfica das centenas de paulistas em face às dezenas de milhares dos novos ocupantes.

Em 1709, foi São Paulo declarado capitania independente e a Vila de Piratininga substituiu São Vicente, como cabeça de capitania. Em 1711, foi elevada à categoria de cidade. Não reconhecendo, de fato, a Coroa a jurisdição da Capitania de Santo Amaro, da qual era cabeça Conceição de Itanhaém, sobre a vasta zona do sertão que correspondia à sua faixa de costa, ficaram incorporadas à nova Capitania as zonas de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul.

Na primeira fase da mineração, mais do que Piratininga, lucraram Taubaté e os portos do norte do Estado, mais próximos dos descobrimentos. Depois, com o intuito de encurtar as distâncias das minas ao Rio de Janeiro, foram abertos caminhos diretos, que desviaram das capitanias paulistas grande parte do novo comércio.

Os primeiros governadores paulistas viram-se forçados a fixar as suas residências em Vila de Nossa Senhora do Carmo, hoje Mariana, para ficarem mais próximos à zona da mineração.

Por essa e outras circunstâncias achou a Coroa portuguesa que facilitaria mais a administração o desmembramento das Minas Gerais de São Paulo, levado a efeito em 1720.²⁸

Não esmoreceram, porém, muitos dos elementos paulistas ao se verem despojados de Minas Gerais. Procuraram se assenhorear de novos descobrimentos em zonas de muito mais difícil acesso. Os Pires de Campos, Pascoal Moreira Cabral e outros, em Cuiabá, e Mato Grosso (1719) e Bartolomeu Bueno da Silva, em Goiás (1725), revelam jazidas riquíssimas que marcam uma nova etapa de ressurgimento para São Paulo, a cuja capitania ficavam incorporadas as novas minas.

Expansão e desmembramento

Realmente, era da antiga vila de Piratininga, de Itu, de Araraiaguaba e de Jundiá que partiam as bandeiras mineradoras para Mato Grosso e Goiás e as linhas de seu abastecimento e comércio.

Mas essa expansão colonizadora dos núcleos paulistas privava-os de boa parte de seus elementos nativos, que se diluíam cada vez mais em face das ondas migradoras. Por outro lado, a Coroa portuguesa montava uma rígida máquina administrativa e fiscal, visando a um só tempo disciplinar regiões onde há pouco imperava um reconhecido espírito de rebeldia e melhor assegurar a arrecadação dos quintos e os dízimos, que tão fartas messes prometiam.

As comunicações com Mato Grosso, feitas através de Araraiaguaba (Porto Feliz), rios Tietê, Paraná, Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, S. Lourenço e Cuiabá, demandavam mais de quatro meses em travessias penosas e perigosas, acoçados que eram os paulistas pelos bravios paiaguás.

Para Goiás, o acesso se dava por Jundiá, Atibaia e Rio Grande. Não tardou, porém, que os imperativos econômicos forças-

28 “Não é menos o motivo da bem fundada esperança que se pode ter, de que a Fazenda Real e a dos particulares se aumentaram muito com esta separação, porque os paulistas que são os mais aptos para os descobrimentos, e aqueles a quem se deve os das minas que atualmente se lavram, vendo-se separados dos que eles chamam de *forasteiros*, e que a sua cidade de São Paulo é cabeça do governo e residência dos governadores, *hão de procurar descobrir minas ricas em emolção e ódio dos habitantes e traficantes das Minas Gerais para se despiciarem deles*, e por este modo se aumentaram os quintos e os dízimos ...” (Do Arquivo do Conselho Ultramarino, *in Doc. Interessantes*).

sem acessos mais seguros ou comunicações mais diretas com o Rio de Janeiro, com a Bahia, via vale de São Francisco, ou ainda com o Norte, via bacia amazônica.

Para o Sul, seguiam também bandeiras colonizadoras paulistas, ocupando as regiões criadoras, valorizadas pela indústria do ouro. Em 1736 foi apartada da administração paulista a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Em 1748, separaram-se as administrações de Mato Grosso e Goiás, erigidas em 1744 em capitanias independentes. Em cada uma dessas zonas, vinculavam-se tradicionais elementos paulistas, em porfias mineradoras ou na lavoura e comércio, a estas ligados.

São Paulo, donde se destacaram todas essas regiões que se apresentavam, então, com elementos de atividade e rendimento, passou em 1748 a constituir uma simples comarca do Rio de Janeiro, governada pelo comandante da praça de Santos. Perdurou essa situação durante 17 anos, até 1765, quando foi novamente erigida em capitania independente, sob o governo de D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão, Morgado de Mateus.²⁹

Em meados do século XVIII, as antigas capitanias paulistas, exaustas de seus esforços distensivos, ocupadas por muitas levas de gente nova, afastadas da ingerência das grandes zonas mineradoras, entregavam-se ao pacífico labor da lavoura, criações e comércio. Datam daí os engenhos de açúcar de Itu e outras zonas, e a intensificação do comércio de gado bovino e mar.

Lavoura pobre e comércio pobre. Elementos descendentes das antigas linhagens paulistas foram, então, em grande parte, aproveitados como soldados, voluntários ou recrutas, nas guerras que no Sul se sucediam para a fixação definitiva de nossas lindes meridionais. Ficou também célebre a fundação e a manutenção, por paulistas, no governo do Morgado de Mateus (Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão), do presídio do Igua-

29 O Morgado de Mateus desenvolveu grande atividade na administração da capitania, preocupando-se também com assuntos econômicos. De sua copiosa correspondência com a administração portuguesa, publicamos, no Anexo II, alguns excertos. Seu filho que esteve no Brasil, em menino, depois diplomata, foi o editor d'*Os Lusíadas*, monumental edição, que havia de tornar celebrado o "Morgado de Mateus".

temi, no sul de Mato Grosso, de criação pombalina. Nele foram absorvidas milhares de vidas na defesa dessa nossa fronteira.

Com o declínio da mineração, a capitania paulista, que dela tinha apenas uma vida reflexa, se empobreceu, como todo o Sul, até o advento do café.

A situação em fins do século XVIII

Manuel Cardoso de Abreu, em seu *Divertimento Admirável*, nos dá um precioso depoimento sobre a situação da capitania paulista em 1780:

“Os habitadores da cidade vivem de várias negociações: uns se limitam a negócio mercantil, indo à cidade do Rio de Janeiro buscar as fazendas para nela venderem; outros da extravagância de seus ofícios; outros vão a Viamão buscar tropas de animais cavaleiros ou vacuns para venderem, não só aos moradores da mesma cidade e seu continente, como também os andantes de Minas Gerais, e exercitam o mesmo negócio vindo comprar os animais em São Paulo para os ir vender a Minas, e outros, finalmente, compram alguns efeitos da mesma Capitania, como são panos e algodão e açúcar, e vão vender às Minas, labutando desta forma todos naquilo a que se aplicam.

“Desta cidade manam todas as estradas que vão para as capitanias diferentes, por cujas estradas está situada a maior força das povoações, como são, por exemplo: pela estrada que vai da dita cidade para o Rio de Janeiro e Minas Gerais se acham estabelecidas as vilas de Mogi das Cruzes, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Vila Nova de São Luís do Paraitinga, as freguesias da Conceição e Facão e as aldeias de S. Miguel, Escada e Nazaré, mas todas muito pobres e na maior parte miseráveis porque os seus efeitos, que são os mantimentos, apenas dão para vestirem e comerem o sal, vendendo uns na mesma cidade e outros para o Rio de Janeiro, e também aos passageiros, e por esta forma nada podem alar aqueles moradores.

(A freguesia de Facão, a que se refere Cardoso de Abreu, é a atual cidade de Cunha. São Luís do Paraitinga, Paraibuna, assim como Nazaré, não estavam na estrada para o Rio de Janeiro, a que se refere o autor.)

“Os moradores das vilas de Jundiáí, São João de Atibaia e Mogi-Mirim e das freguesias de Juqueri e Jaguari, que estão na estrada de Goiases, também vivem na mesma miséria, vendendo os seus efeitos na dita cidade, e aos passageiros.

“Os moradores da beira-mar, como são os das vilas de S. Sebastião e Ubatuba, vivem de fumos, pescaria e águas ardentes, que vendem à cidade do Rio de Janeiro para se remediarem na forma dos mais. Os moradores da vila de Santos são mais abastados em razão de ser este o porto de mar onde se desembarcam as fazendas que vêm do Rio de Janeiro para a capitania e minas de Cuiabá e Mato Grosso. Juntamente ali, se acha o distrito do sal, onde forçosamente se vai buscar e é distante esta vila da cidade de São Paulo 10 léguas – 4 de mar e 6 de caminho de terra.

“Os moradores das vilas de São Vicente, Conceição de Itanhaém, Iguape e Cananéia, vivem miseráveis, pois só têm a pesca, alguma farinha de mandioca e madeiras para venderem aos navegantes daquela costa, cujo negócio apenas lhes dá para comer e vestir. Os da vila de Paranaguá são mais abastados porque, sendo ela a cabeça de uma das comarcas, é mais avultado o comércio e além disso corre o seu ouro, que se extrai das faisqueiras de alguns lugares e sua comarca.

“Os moradores das vilas de Parnaíba e Itu e freguesia de Araçariguama, que estão na estrada que vai desta cidade ao porto de Cuiabá, vivem de fábricas de açúcar, de criar seus animais cavалares e vacuns e de panos de algodão e por isso são mais remediados, como também os da freguesia de Araraitaguaba pela razão de ser o porto de comércio das ditas minas do Cuiabá, e muito miseráveis os moradores das freguesias da Cutia, São Roque, Santo Amaro e outras aldeias dos subúrbios desta cidade.

“Os moradores da estrada de Viamão, como são os da vila de Sorocaba, vivem do fabrico de algodão, de criar seus animais, tirar seu ouro das faisqueiras dos seus subúrbios, e ultimamente, do comércio dos que labutam neste negócio, e por isso há suas casas ricas.

“Os moradores da vila de Itapetininga, distantes dela 10 léguas, vivem de criar os seus animais, e de tirar algum ouro das faisqueiras, e vender mantimentos aos tropeiros, porém com tal tenuidade que não dá aumento.

“Os moradores da vila de Faxina, distantes dela 14 léguas, vivem da mesma sorte, porém com a diferença de não ter naquele sítio faisqueiras de ouro, mas sim na vila de Apiaí, que dista dela 10 léguas, ao lado esquerdo da estrada, onde vão vender os efeitos das suas lavouras para se remediarem.

“Os da freguesia de Yapó (hoje cidade de Castro, no Paraná), distantes dela 30 léguas, vivem miseráveis, pois só o fazem da sua pequena lavoura e de alguns animais que criam para venderem aos pasageiros.

“Os da freguesia de Santo Antônio da Lapa, distantes dela 30 léguas, vivem na mesma série, e os da vila das Lajes, distantes dela 80 léguas, que é o extremo da capitania, vivem de criar animais cavалares e vacuns para venderem aos que vão de São Paulo até este negócio.

“Os moradores da vila de Curitiba, que está ao lado da estrada 14 léguas, além de não serem as terras frutíferas, e porque não têm para que nem para onde consumir os frutos da sua lavoura, estão já no costume de plantar somente aquilo que baste para o sustento de suas famílias; ainda, isto é, aqueles que têm modo que a maior parte nem disso cuida, porque muitos fazem vida de conduzir congonhas para a vila de Paranaguá, onde as permutam pelo sal, algodão, e farinha, sem saírem desta miséria desde o princípio de seus avós, e não se lhes pode condenar este gênero de vida porque ainda assim têm o sal, farinha e algodão para vestirem; e da mesma sorte vivem os da freguesia de S. José, que é do termo desta vila.

“O exposto dá bem a conhecer a pobreza da capitania e por isso é incompatível o conservar-se nela dois regimentos pagos, pois não há créditos para os seus vencimentos, cujas faltas estão experimentando os seus indivíduos, e sendo muito necessária a conservação dos mesmos regimentos, não só para o respeito da capitania como para os inimigos do real serviço, só assim se Sua Majestade tivesse a lembrança de suspender as fábricas de fumo e de tabaco nas Minas Gerais e extraírem-se na Capitania de São Paulo para se disporem nas Minas, pondo um tributo em cada arroba que passar pelos registros para negócio, porque sendo este comércio freqüentado seriam os réditos habilitados para se pagarem os registros na capitania mais remediada, sendo certo que esta resolução

não prejudica ao comércio das minas por serem fábricas de menos consideração, e por este princípio fica remediada a opressão da mesma Capitania.”

Assim estava reduzida a economia de São Paulo, que poderia ser salva, na opinião de Cardoso de Abreu, por simples deslocação de fábricas de fumos, em detrimento das existentes nas Minas Gerais!

Nessa pobreza continuou a evoluir a antiga capitania paulista, crescendo sua população de 117.000 habitantes, em 1777, para 170.000 em 1801, 215.000 em 1815.³⁰ Sob o ponto de vista fiscal, Piratininga se despojara da acentuada preponderância sobre as demais vilas da Capitania.³¹ Os rendimentos da Real Fazenda, para essa época, acusam uma

30 Machado de Oliveira – R. I. H. S. P, tomo 18.

31 Receitas e Despesas das Câmaras da Capitania de São Paulo, nos anos de 1764-1765

CÂMARAS	RECEITAS	DESPESAS	SALDOS	DÉFICITS
01 – São Paulo	666\$551	681\$685	–	15\$174
02 – Paranaguá	450\$570	476\$312	–	36\$742
03 – Santos	311\$966	342\$080	–	30\$064
04 – Guaratinguetá	163\$046	11\$070	–	18\$024
05 – Itu	154\$760	130\$363	24\$397	–
06 – Sorocaba	146\$130	117\$934	28\$196	–
07 – Mogi das Cruzes	137\$683	129\$902	7\$781	–
08 – Taubaté	137\$062	123\$964	13\$098	–
09 – São Sebastião	130\$153	164\$010	–	33\$857
10 – Ubatuba	126\$440	59\$180	67\$260	–
11 – Parnaíba	117\$941	109\$971	7\$790	–
12 – Jundiá	107\$473	128\$721	–	21\$248
13 – Iguape	107\$023	83\$297	23\$726	–
14 – Curitiba	94\$763	87\$272	–	2\$509
15 – Pindamonhagaba	72\$833	67\$870	4\$963	–
16 – Jacaréí	69\$423	68\$533	\$890	–
17 – Cananéia	65\$201	65\$879	–	\$678
18 – Itanhaém	48\$086	56\$480	–	8\$394
19 – São Vicente	38\$075	40\$760	–	2\$685

acentuada estagnação econômica,³² e a ausência de qualquer elemento de valor para o comércio exterior. Piratininga acusava 20.000 habitantes na época da Independência.

Viação e transportes

O colono nordestino, fixado à zona próxima à costa, pelo açúcar, não carecia de viajar longas extensões para assegurar os seus meios de enriquecimento. O serviço dos engenhos e das lavouras era feito pela navegação nos pequenos rios ou pelos carros de bois. Houve um período em que, no Recôncavo Baiano, se contava milhar e meio de canoas e pequenos barcos a serviço das lavouras.

A zona de criação, que servia aos engenhos, estava a eles ligada pela seqüência dos caminhos dos currais e estradas, continuamente batidas pelos rebanhos em busca dos mercados consumidores. Mais ao

32 Os rendimentos fixos da Fazenda Real provinham:

- Dos quintos
- Das entradas
- Das passagens dos rios
- Dos dízimos
- Dos officios de justiça
- Dos donativos
- Das arrematações privilegiadas de contratos
- Dos confiscos.

Várias receitas de São Paulo, em épocas diferentes, mostram o pequeno desenvolvimento da renda, em desproporção aliás com o crescimento provável da população.

1732 – Receita 21.277\$271 (*Doc. Int.*, vol. 40, pág. 50)

1733 – Receita 35.502\$513 (*Doc. Int.*, vol. 40, pág. 85)

O governador informa que o aumento da renda se deve ao zelo do provedor em cobrança de dívidas esquecidas.

1735 – Receita 31.044\$393 (*Doc. Int.*, vol. 40, pág. 247)

1775 – Receita 47.090\$599 (*Doc. Int.*, vol. 28, págs. 249-250)

1802 – Receita orçada 77.673\$482 (Doc. Existente no Arquivo do Inst. Histórico de São Paulo)

No entanto, na Bahia, em fins do século XVIII os rendimentos reais subiam a mais de 250 contos, sendo a população baiana apenas o dobro da paulista.

norte, as comunicações foram se estabelecendo pelas vias fluviais da grande bacia amazônica. No sul, o caso era profundamente diverso. O planalto piratiningano, achava-se ligado à costa por caminhos reconhecidos “como dos piores do mundo”, ou por antigas veredas de índolas;³³ para o interior, o vale do Tietê permitia o acesso de montante a jusante, em demanda da bacia do Paraná e outras regiões sertanejas.

A costa de São Francisco, em Santa Catarina, para o sul, oferecia graves perigos à navegação, como se constata pelos freqüentes naufrágios ali registrados. Não era, pois, de admirar, que os espanhóis procurassem assegurar uma estrada terrestre que, da costa do Brasil, alcançasse Assunção, a vila fundada pelo lugar-tenente do D. Pedro de Mendonza, e que era cabeça de governo de uma vasta região dos domínios castelhanos.

As comunicações de São Vicente com Assunção, seguindo o caminho chamado de Santo André, antiga vereda de índolas que alcançava o Paraguai, aproveitando-se da bacia do Paranapanema, bem como as de Cananéia, utilizando-se do antigo caminho de São Tomé, Piabiru dos indígenas, que se unia nas regiões do planalto com o primeiro, tinham estabelecido um pequeno intercâmbio entre aquelas e as povoações espanholas.

D. Álvaro Nuñez Vera Cabeça de Vaca, nomeado governador do Paraguai, desceu, em 1540, na ilha de Santa Catarina e procurou seguir por terra, com parte de sua expedição. Depois de três meses, logrou cruzar, nas regiões do Paranapanema, com o caminho de Assunção. Dessa expedição se originou a ocupação pelos espanhóis, durante treze anos, da costa de Santa Catarina, onde fundaram pequenos povoados e culturas para refresco dos navios e abastecimento dos expedicionários que desejassem seguir o caminho de Cabeça de Vaca. Foi Tomé de Sousa quem ordenou a cessação desse intercâmbio, por meio das futuras costas brasileiras e também quem desaconselhou a Nóbrega as comunicações de ordem religiosa, que se desejavam estabelecer entre as missões jesuíticas da Capitania de São Vicente e o Paraguai espanhol, pelos aspectos de ordem política que daí poderiam decorrer.

Estava, porém, reservado aos paulistas, como desbravadores de nossos sertões, o estabelecimento dos grandes caminhos e roteiros, seguidos

em suas sucessivas entradas no ciclo despovoador, assim como a construção das grandes primeiras estradas no interior, no ciclo repovoador.

Na sua primeira fase de expansionismo, seguiram as bandeiras, de preferência, por caminhos já atravessados pelos índios, ligando Piratininga às grandes bacias do interior e bem assim o planalto às costas marítimas onde os sambaquis, nos extremos desses caminhos, assinalavam as periódicas estações de beira-mar, feitas pelas tribos de nossa hinterlândia.

Os mapas que organizamos indicam esse sistema de veredas dos índios, no período pré-colonial, assim como os principais caminhos, estradas e roteiros seguidos principalmente pelos paulistas, nos tempos do Brasil colonial.³⁴

Parece que as primeiras bandeiras piratininganas seguiram, de preferência, para o sudoeste, aproveitando-se da maior facilidade de travessia das regiões de campo nas zonas sorocabanas.

As primeiras comunicações entre o vale do Paraíba e o mar, parece terem sido feitas diretamente de Santos a Moji, caminho, então, mais fácil do que a travessia das espessas matas, que separavam o vale do Tietê e Paraíba.

Seguiram, depois, as bandeiras pelo caminho do Tietê, alcançando a bacia do Paraná e os afluentes da margem ocidental deste rio, em demanda das terras de Mato Grosso, ou subindo pelo Parnaíba, visando os sertões goianos.

Partiram também bandeiras pelo vale do rio Pardo, galgando a bacia do Sapucaí, e pelo rio Grande, alcançando Goiás ou então a bacia do rio das Velhas, e, por este, o vale do São Francisco.

Outras se orientaram ainda pelo vale do Paraíba, atravessando Guaipacaré – atual Lorena – galgando a Mantiqueira e surgindo no vale do Sapucaí.

Seria longuíssimo enumerar o provável traçado obedecido por grande número de bandeiras na devassa dos sertões. Partiam essas expedições nos tempos primitivos, caminhando quase sempre a pé e transportando no dorso dos escravos a pólvora, o chumbo, o sal, a farinha de guerra e as célebres correntes com coleiras para a condução dos aprisio-

34 Anexo III (308) e mapa págs. 323.

nados. Com o esgotamento dos mantimentos, passavam a se alimentar da caça e pesca, de frutas silvestres e de determinadas raízes, plantando muitas vezes lavouras em pleno sertão, a fim de assegurarem a subsistência à leva expedicionária.

Mais tarde, passaram a ser usados, de preferência, os rios. Utilizavam-se as monções de grandes canoas que chegavam a transportar 80 pessoas e 500 arrobas de carga.³⁵

Nas expedições repovoadoras, já se começou a empregar gado cavalariço e muar para os transportes e gado vacum para alimentação ou montagem de currais.

No século XVIII, no apogeu do ciclo repovoador, abriram-se, enfim, as estradas do Vião e do Goiás, as estradas dos sertões para o Rio de Janeiro, a estrada de São Paulo ao Rio.³⁶

Com a abertura das minas de Cuiabá, Araraitaguaba, atual Porto Feliz, passou a ter grande importância, como porto de embarque para as minas de Mato Grosso.

Os caminhos e roteiros do século XVII eram, em sua grande maioria, simples veredas ou trilhas de penetração, pelas quais as “entradas” praticavam principalmente suas investidas de tráfico vermelho, apenas tolerado pelos poderes oficiais. Piratininga vivia praticamente isolada dos demais centros povoados do país.

35 Gentil de Assis Moura – *As bandeiras paulistas*. R.I.H.R.J., tomo especial, 1914.

36 Capistrano n’*Os Caminhos Antigos e do Povoamento do Brasil* esclarece:

“Ofereceu-se a Artur de Sá para abrir comunicação direta (das Minas Gerais) com o Rio um paulista, Garcia Rodrigues Pais, filho de Fernão Dias Pais, o governador de esmeraldas. Isso fez partindo dos descobertos já lavrados, beirando o Paraíba até o Paraíba do Sul e transpondo a divisa até o rio Morobal ou Pilar, traçado em parte coincidente com a via férrea que já não se chama “D. Pedro II” e com a de Melhoramentos a esta reunida (1707).

“As comunicações entre São Paulo e Rio faziam-se em sistema misto de viação terrestre e marítima. Seguiu-se de São Paulo ao Vale do Paraíba e daí alcançava-se Parati, pela antiga estrada dos guaianases.

“Com a exploração das minas e os perigos que sofriam os quintos de ouro em naufrágio e assaltos de piratas na baía de Sepetiba, resolveram as autoridades portuguesas abrir um caminho terrestre entre São Paulo e Rio, O trecho paulista foi iniciado ainda no governo de D. Rodrigo César de Meneses, em 1725. A oposição dos habitantes de Parati e dos jesuítas de Santa Cruz e outras dificuldades só permitiram a conclusão do caminho em 1754. Em 1773 foi estabelecido um correio terrestre entre São Paulo e Rio.”

Com o advento do ciclo repovoador, mudou essa feição; criaram-se correntes comerciais com os novos núcleos formados pelos emigrantes e com as demais vilas e povoados, onde se buscariam elementos para esse intercâmbio.

Com justeza observa Paulo Prado, realçando o papel das estradas, que o “isolamento de Piratininga aos poucos se atenuou e desapareceu; por meados do século XVIII a cidade de São Paulo era o centro de uma estrela irradiando em todos os quadrantes.

Cinco grandes estradas ligavam-na ao resto do país, além do Caminho do Mar, cuja decadência seguiu a sorte da capitania. Para leste, a estrada do Paraíba para as Minas Gerais e Rio de Janeiro; em rumo do norte, demandando os sertões do Camanducaia e do Sapucaí, a estrada do sul de Minas; a noroeste, buscando Goiás, o velho caminho das bandeiras do Anhangüera, passando por Campinas e Franca. Em direção do centro-oeste, pelo vale do Tietê, abria-se a estrada das monções, e, finalmente, para o sul, o caminho que conduzia aos campos de Curitiba, das Lajes e Missões. Nesse contacto contínuo com as povoações que ela própria criara, ia lentamente desaparecendo a velha Piratininga dos tempos heróicos.

Todo esse reduzido e primitivo sistema de viação nem sempre era acoroçado pelo governo da Metrópole. Muito ao contrário, salvo algumas exceções, embaraçava a Coroa a abertura de novas estradas de comunicações pelo interior, em virtude das dificuldades que daí poderiam advir para o seu sistema arrecadador.

É expressiva a resolução, em 1711, do Conselho Ultramarino em Lisboa:

“Quanto aos caminhos lhe parece que será conveniente proibi-los todos exceto os que S. Majestade tenha concedido por mercê particular, a alguns povos do Brasil, porque quanto mais caminhos houver, mais descaminhos haverá, não só dos quintos, mas do mesmo ouro; e também sendo por alguma nação invadidas as Minas, serão necessários socorros de muitas partes e pontes, etc.”

Abertas todas essas estradas, passou a preponderar a tropa muar como principal veículo de transporte, como tivemos ensejo de acentuar em nosso estudo sobre a pecuária.

O expansionismo paulista

Turner, em sua *História da América*, criou o conceito do “moving frontier”, a fronteira flutuante, que os colonos americanos transportavam continuamente de este a oeste, até atingir o Pacífico, integrando sempre novos territórios à atividade norte-americana em um movimento contínuo, que só terminou nos fins do século XIX.

Este movimento não se irradiou ali de uma região restrita, e as zonas conquistadas aos peles-vermelhas, muitas vezes por processos bárbaros, retribuíram em fartas messes de trigo, milho, madeiras, metais e produtos de zonas temperadas, os capitais e sacrifícios invertidos em suas explorações.

No Brasil, tivemos, com precedência de mais de um século, a nossa fronteira flutuante, transportada em dois ciclos formidáveis, pela iniciativa paulista, para regiões que até hoje assinalam, sob a nossa bandeira, os limites dessas investidas.

No mapa, que oferecemos à apreciação de nossos leitores, em que está marcada a máxima expansão das capitânicas paulistas e a locação aproximada dos principais caminhos, estradas e roteiros do Brasil colonial, ressaltam esses focos de irradiação, de conquista e de ocupação de tão vastas regiões constituídas pelos núcleos paulistas, e, notadamente, pela vila de Piratininga.

Diferençando-se do movimento observado na América do Norte, tivemos aqui dois ciclos distintos de fronteiras flutuantes, movidas também por preocupações econômicas e quase sempre nos ombros possantes dos elementos paulistas.

No ciclo despovoador, arremetiam-se para os sertões em pesquisas exploradoras e na caça ao índio, única mercadoria de valor até então conhecida; para esse fim, rechaçaram os castelhanos e venceram os índios em guerras infundáveis. As linhas que seguiam em suas entradas, eles as fizeram respeitar, colocando, para isso, quando necessário, verdadeiros postos militares no interior do sertão. Se, com as contínuas batidas

pela hinterlândia, garantiam a posse da terra para a colônia portuguesa, despovoavam, no entanto, essas regiões pelo gênero de comércio praticado. No ciclo repovoador, seguiam as bandeiras colonizadoras e de criação de gado, ocupando vastas zonas nordestinas ou os amplos campos do Sul.

O caminho que atravessa o São Francisco em demanda do povoado “paulista”, situado em pleno sertão nordestino, assinala as penetrações dessas bandeiras na retaguarda dos engenhos de açúcar.

As emigrações para o Paraná, Santa Catarina, e, principalmente, para o Rio Grande do Sul, contribuíram em grande escala para a ocupação definitiva daquelas terras, onde também o sangue paulista jorrou, em abundância, nos combates travados contra os castelhanos, nos séculos XVIII e XIX.³⁷

O apogeu do ciclo repovoador é atingido no grande fluxo minerador. Aí a pequena população piratiningana lançou-se à exploração das imensas riquezas, que havia descoberto, mas estas eram de tamanha valia que provocaram o povoamento do Brasil e despertaram a atenção mundial para o maior centro de produção aurífera, até então existente.

O ciclo repovoador imobilizava, de alguma forma, a bandeira, e a primitiva população paulista diluía-se nas ondas imigratórias que se formaram. Graças, porém, aos seus esforços e sacrifícios, tinham a um só tempo promovido o repovoamento e a ocupação definitiva dos sertões pelos elementos subordinados à Coroa portuguesa e a formação de uma infra-estrutura econômica unitária no Brasil colônia.

Submersos nas Minas Gerais pelas ondas invasoras, atiraram-se aos sertões do Mato Grosso e do Goiás, fazendo novas descobertas, atraindo novas populações, mas dominando por algum tempo com sua gente nessas regiões longínquas e inóspitas. Quebrados os elos administrativos dessas zonas com a Capitania de São Paulo ali permaneceram em grande parte, instalando-se definitivamente e formando novos povoados e novas fazendas de criar.

37 Para o estudo detalhado da formação de nossas fronteiras, vejam-se os trabalhos de Rio Branco, Joaquim Nabuco, Raja Gabaglia, Fernando Nobre e Afonso Várzea.

Na sua emigração para o Sul, a fim de aproveitarem a indústria da criação, que lá se desenvolvia em melhores condições do que nas terras de Piratininga, alargam nossas fronteiras econômicas e acabam levando de roldão as primitivas fronteiras políticas para lindes mais naturais.

Declinada a mineração, empobrecem os paulistas emigrados e os paulistas de Piratininga. São épicas as descrições do empobrecimento dos mineradores, paralelamente ao depauperamento das terras auríferas em que se fixaram. A transição da fase mineradora para a agrícola não se poderia ter verificado sem transe dolorosíssimos. O aparelhamento fiscal organizado para uma época de grandezas passou a pesar demasiado sobre uma lavoura pobre e uma indústria barata, como a da criação. Vimos que, ainda em princípios do século XIX, a maior renda da capitania paulista era constituída por impostos e tributos do gado do Sul, cobrados nos registros, as alfândegas internas instaladas na colônia. A guerra dos Farrapos fotografa, com sua denominação e desenvolvimento, a miséria a que tinham chegado as populações sulinas. A raça conservou, porém, o antigo cerne; e na primeira oportunidade que se lhe deparou, da possibilidade da exploração de um produto rico nas próprias terras, criou pela primeira vez, dentro de suas próprias lindes, essa enorme massa de riqueza constituída pelos cafezais, que já foi classificada como um dos maiores prodígios do século XX.

O amortecimento econômico de vastas regiões do sertão brasileiro faz esquecer que, há dois séculos atrás, por ali já passara uma fronteira econômica flutuante, carregada pelos “potentados” paulistas, que nos asseguraram a posse do que é hoje nosso.

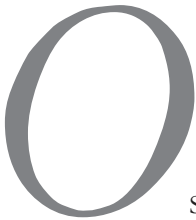
As descidas dos paulistas pelo Guaporé, Madeira e outros afluentes do Amazonas, fixaram também uma posição de flanco, protegendo a ocupação definitiva da bacia meridional do grande rio, em benefício da Coroa portuguesa.

Assim como Portugal se viu esgotado em seu esforço para a formação de um império mundial, Piratininga esvaiu-se nos tempos coloniais, na política expansionista que foi obrigada a abraçar por imperativos econômicos; mas o núcleo que aqui ficou e se renovou, aqui mesmo encontrou, finalmente, a base econômica que tanto procurara e de que carecia para a sua evolução social, em harmonia com o seu próprio valor.

Se conseguir, porém, com as economias de um trabalho eficiente, acumular novas energias e amplos recursos, estar-lhe-á, talvez, reservado o papel de forte cooperadora no reerguimento econômico das vastas regiões brasileiras, que os seus maiores, outrora, descobriram, conquistaram e ajudaram a povoar.

.....

Anexos



I SAINT- HILAIRE

SÁBIO viajante francês A. de Saint-Hilaire assim se exprimiu, em 1818, acerca dos paulistas:

“O interior do Brasil não foi sempre cortado por estradas e nem semeado de habitações hospitaleiras; houve um tempo em que nele não havia nem uma cabana, nem um sinal de cultura, e em que os animais ferozes se disputavam o domínio; então os paulistas o percorriam em todos os sentidos. Estes audaciosos aventureiros, como se verá detalhadamente mais tarde, penetraram, várias vezes, o Paraguai, descobriram a província do Piauí, as minas de Sabará e as de Paracatu, internaram-se nos vastos desertos de Cuiabá e de Goiás, percorreram a província do Rio Grande do Sul, chegaram pelo Norte do Brasil até o Maranhão e às margens do Amazonas, e, tendo escalado a cordilheira do Peru, atacaram os espanhóis no centro de suas possessões. Quando se conhece por experiência quantas fadigas, privações e perigos perseguem ainda hoje o viajante que percorre esses longínquos países, e se tem lido em detalhes as excursões intermináveis dos antigos paulistas, sente-se uma espécie de estupefação e como se é obrigado a reconhecer que estes homens pertenciam a uma raça de gigantes.” (*Viagem à Província de São Paulo*).

II MORGADO DE MATEUS

D. Antônio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, governou São Paulo de 1765 a 1775.

Das informações que prestou ao governo da metrópole, em 11 de dezembro de 1766, destacamos o seguinte trecho:

“São os paulistas, segundo minha própria experiência, grandes servidores de S. M. No seu real nome fazem tudo quanto se lhes ordena, expõem aos perigos a própria vida, gastam sem dificuldade tudo quanto têm e vão até o fim do mundo sendo necessário. O seu coração é alto, grande e animoso, o seu juízo grosseiro é mal limado, mas de um metal muito fino; são robustos, fortes e sadios, e capazes de sofrer os mais intoleráveis trabalhos. Tomam com gosto o estado militar, oferecem-se para acometer os perigos, e facilmente se armam e fardam à sua própria custa.”

Dessas qualidades, o Morgado de Mateus abusou remetendo sucessivas expedições para ocupar o forte do Iguatemi, em inóspita zona do sul de Mato Grosso, que tão grande mortandade ia ocasionar. Estas e outras expedições que organizou em auxílio do Rio Grande do Sul, em guerra com os castelhanos, concorreram para o despovoamento e intranqüilidade da Capitania.

Procurou auxiliar a reabertura da exploração do ferro em Sorocaba. Preocupou-se com a falta de numerário e o êxodo de moedas para fora do reino.

Na carta de 23-1-1768, escrita de São Paulo para a Secretaria do Estado de Portugal, refere-se D. Luís Antônio de Sousa ao luxo dos paulistas. “O luxo dos vestidos é desigual à possibilidade desta gente; se as fazendas fossem do reino tudo ficava em casa; porém sendo estrangeiras, não há ouro que as pague.” “Nesta terra as mulheres não ganham uma pataca, custam os sapatos 4\$800 rs. para cima, trazem-nos todas de melhor seda e pela rua. Nesse reino vestem de pano muitos fidalgos, nas províncias boa gente trazem linhos; aqui os brancos vestem o melhor veludo, e ninguém traz senão olanda; tudo isto compra-se fiado, ao depois estuda-se para se pagar.”

“Sua Majestade, que Deus Ge. percebe uns grandes direitos na entrada dos negros para estas conquistas: na verdade são grandes, porque:

De direitos na saída de Angola	8\$000
No Rio de Janeiro para Guarda Costa.	\$800
Na saída do Rio de Janeiro.	4\$500
De entrada nas Minas 2/8as	3\$000
De novo imposto na mesma entrada.	<u>4\$800</u>
Soma.	21\$100

Porém maiores são os da Inglaterra, porque o dito negro gasta cada um ano em S. Paulo:

Hum notum de baeta	1\$600
Baeta para cobertura	1\$320
Bombaxa de liagem	<u>\$560</u>
	3\$480

Importa o referido em *trinta anos* que pode durar o negro 104\$480”.

(Documentos Interessantes)

“As fazendas de fora do reino levam todo o dinheiro, e fazem perder o nosso negócio, inutilizando as nossas manufaturas, porque como se vendem mais baratas e se acham mais prontas, ninguém cuida de fabricar. “Os estrangeiros usam conosco uma sutileza, que é baratearem aqueles gêneros em que principiamos a cuidar para que não faça conta o aumentá-los, e tanto que nos destroem este intento tornam logo a levantar os preços” – (*Doc. Interessantes*).

As violências praticadas com o recrutamento afugentavam os paulistas para o mato. Incríveis perseguições aos que se recusavam a ingressar nas tropas eram feitas, atingindo às famílias das vítimas. “Este costume de viverem dispersos, metidos pelas roças, tem feito hábito de sorte que só fazem gosto da solidão e para ela fogem...” (Carta de 23-12-1766)

O trabalho, na época, não era considerado nobilitante. D. Luís Antônio, em 1768, referia-se à “dificuldade de continuar o cultivo [da terra] aonde o povo não pratica, aonde não há quem sirva, por se reputar o trabalho por desprezo”. Era o mau hábito, importado de Portugal, de considerar desprezível o trabalho. “Para se conseguir um *auto de genere* limpo e aceitável, era necessário que nenhum membro da família tivesse exercido ofício mecânico, que se reputava baixo e infamante. O militarismo absorvia o que havia de melhor na população, o funcionalismo ocupava o resto da gente boa e a agricultura ficava entregue aos negros cativos e aos índios administrados, que não eram melhores.” (*Documentos Interessantes*)

“Nestas terras não há povo, e por isso não há quem sirva ao Estado: exceto muito poucos mulatos que usam seus ofícios, todos os mais são senhores, ou escravos que servem àqueles senhores” ... “Nenhum livre o serve, porque o tem pelo maior despreço.” (Carta de D. Luís, em 31-1-1768, *Documentos Interessantes*)

O êxodo do ouro agravava a pobreza. Os navios estrangeiros preferiam carregar ouro a carregar produtos da lavoura. Os produtos paulistas de lavoura destinados à exportação pereciam em Santos sem transporte para o reino. Em 1768, D. Luís tenta fundar uma sociedade exportadora em Santos, com o capital de 8:200\$000. (*Documentos Interessantes*)

O comércio fiado era um hábito paulista do século XVIII. Não havendo moeda suficiente, negociavam os paulistas a crédito. Interessante, nesse sentido, a carta de D. Luís Antônio de Sousa ao Conde de Oeiras (Marquês de Pombal), 24-12-1766: “O comércio desta capitania me parece ser insubsistente pelo demasiado abuso de vender fiado; eu entendo..., etc.” (*Docs. Interessantes*) “O fiado é outra perdição dos negócios, etc.”. (Carta de 4-2-1768 – *Docs. Interessantes*) A indústria não podia concorrer com a estrangeira. Em Itu, fabricavam-se, em 1768, cobertores de algodão. Mas os cobertores espanhóis eram mais baratos e dominavam o mercado.

III

Caminhos dos incolos – Gentil Moura, no discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1920, traçou uma síntese do provável sistema de viação, da qual extraímos estes elementos:

Pontos da costa mais freqüentados por hordas selvagens vindas do interior (Sambaquis): Parati, Ubatuba, Caraguatatuba, Bertioga, São Vicente, Itanhaém, Iguape e Cananéia.

De Parati, vencendo a serra até Facão (Cunha), prosseguia descendo em parte pelo vale do Paraitinga até Taubaté, onde também convergiam os caminhos que tinham início em Ubatuba e Caraguatatuba.

De Taubaté, prosseguiam em três direções:

O primeiro, descendo o Paraíba até o porto de Ipacaré, onde transpunha a Mantiqueira, pelas gargantas do Embaré e Passa Vinte e penetrava pelo vale do São Francisco.

O segundo, atravessava o Paraíba em Tremembé e transpunha a Mantiqueira pelos vales de Piraquama e Sapucaí (Garganta Eugênio Lefèvre de hoje).

O terceiro caminho subia o Paraíba até Jacareí, onde devia abrir-se em dois galhos, um vencendo a Mantiqueira, pela garganta de Buqueira e outro que se alongava até o Moji, onde vinham iniciar 3 caminhos sobre o litoral: o de Caraguatatuba, que transpunha a serra de Paranapiacaba, pelo vale de Cupecê (Juqueiquerê); o da Bertioga, pelo Tapaulá, e o de São Vicente, pelos vales de Quilombo e Jundiá. De Moji continuava até Atibaia, etc.

De São Vicente partiam dois caminhos iniciados no lagamar de Santos.

1º – do porto de Santa Cruz, das Almádias ou Peaça, margeava a serra do Paranapiacaba, atravessava o rio Peaçuquêra, vadeava o rio Moji e prosseguia pelo vale do Quilombo até Moji.

2º – caminho de João Ramalho, transpunha a serra pela garganta do Perequê, atravessava o campo de Gioapé e o rio Gorivatiba, passava pelo Imboativa, seguia o atual rio dos Couros, cruzava o ribeirão Ipiranga e, margeando o Piratininga ou Tamanduateí, prosseguia até a aldeia de Tibiriçá, Piratininga, hoje São Paulo.

Havia aqui 2 ramais: o primeiro, do Campo do Gioapé, que ia cruzar com a estrada do Quilombo ao alto da serra; o segundo, à esquerda, logo após a travessia do Goribaíba e que descia mais ou menos acompanhando o leito desse rio e ia até M'boaçaba.

De Piratininga, o caminho principal bifurcava para o norte e sudoeste.

No primeiro, transpostos o Tietê e a serra da Cantareira, seguia pelas atuais povoações de Juqueri e Atibaia, entroncando-se neste último com os caminhos da rede Mojiana.

Daí seguiam 2 troncos. O primeiro, continuando para o Norte, internava-se pelo sertão do Goiás (estrada seguida por Anhangüera).

O segundo, continuava de Atibaia pelo vale deste rio, atravessava o Sapucaí e Rio Grande até as vertentes do São Francisco, encontrava-se com os caminhos de Jacareí e Taubaté e recebia em seu prolongamento até o vale do Amazonas vários ramais, que o ligavam a outros tantos pontos do litoral ou da estrada de Goiás. É a estrada seguida por Matias Cardoso e Domingos Jorge.

O caminho que partia de Piratininga na direção Sudoeste, é o que na crônica da colonização se chama caminho de Zumé, São Tomé ou do Paraguai.

Saía de Piratininga, atravessava o Gorivatiba ou M'boaçaba ou Teaçaba, onde cruzava com a estrada para São Vicente e a de Itanhaém, que vinha pelo vale do rio Branco, passando por M'Boy.

De M'boaçaba prosseguia até Paranaitu (Salto de Itu) onde abandonava esse vale, atravessava os vales do Paranapanema, recebendo aí um ramal que vinha de Iguape, continuava subindo os vales do Ribeira e de Açungui, encruzava com o caminho de Cananéia e prosseguia, atravessando os vales de tributários do Paranapanema e do Paraná até a barra do Paraguai, onde ia intensificar-se com a rede da viação andina.

* * *

A localização do primeiro Caminho do Mar, pelo qual subiu ao planalto em 1532 Martim Afonso de Sousa e que era a serventia usual de Tibiriçá e João Ramalho, tem sido objeto de inúmeras divergências entre os nossos historiadores. Convém previamente lembrar que no lagamar vicentino ou litoral santista há dois rumos que disputam essa primazia: o do Cubatão, acima do porto das Almádiás, caracterizado inda hoje pela “água branca de Tutinga”, das primitivas sesmarias, e o do Moji ou Piaçagüera, na estação da Inglesa que tem esse nome. O primeiro rumo, cheio de vales e torcicolos na Paranapiacaba, vem dar na vila de São Bernardo. O segundo, mais longo, mas com percurso mínimo na serra, vai dar na estação de Santo André, na Inglesa, cujo traçado segue. Batista Pereira é de parecer que este caminho é o primitivo.

O seu argumento topográfico é que os índios, sempre à procura do caminho mais fácil, teriam por força de preferir o vale do Moji, o antigo Ururaí.

Estudando *in loco* e percorrendo a pé esse e os outros caminhos da serra para o planalto, verificou o autor de *Cidade de Anchieta* a sua imemorial praticabilidade. Corre esse caminho três ou quatro léguas pelas margens chãs e desimpedidas do Ururaí. Ao esbarrar com os paredões da serra não leva para torneá-los e transpô-los atingindo o planalto, mais de uma hora a pé. Parece, portanto, o *caminho natural*, motivo pelo qual os construtores da Inglesa sobre ele locaram a sua linha férrea.

Depois desse argumento topográfico lembra Batista Pereira que essa região até 1559 era dominada pelos tupiniquins, amigos de Ramalho e dos jesuítas e que só em 1560, depois da célebre ruptura, é que Mem de Sá, mandou fechá-lo e abrir o do Cubatão. Basta esse fato, a seu ver, para provar que antes de 1560 não havia outro caminho.

* * *

Quanto aos caminhos abertos na era colonial, vejam-se, no capítulo XI, o anexo IV e o mapa.

IV

O nosso ilustrado mestre, Dr. Afonso de E. Taunay, honrou-nos com a seguinte carta:

“São Paulo, 17 de setembro de 1937.

Exmo. Sr.
Dr. Roberto Simonsen,
São Paulo.
Meu caro Dr. Roberto e Ilustre Am^o

Acabo de ler as segundas provas de seu livro, delas tendo a melhor e a mais viva impressão.

Antes do mais, quero agradecer-lhe, sobremodo penhorado, as tão numerosas quanto sobretudo generosas referências que faz aos meus trabalhos, reflexo de sua velha cordialidade tão minha conhecida.

Tive o ensejo, como sabe, de assistir a diversas das suas conferências na Escola de Sociologia e Política, acompanhando, portanto, de perto, o lento e largo trabalho de preparação dos seus volumes.

Vejo agora, com a leitura das suas provas, quanto foi ampliado em grande escala, aquela obra já vultosa. E dou-lhe os parabéns por este cometimento, cujas bases são a consulta, incansável e a mais atenta, às fontes bibliográficas e arquivais.

Imenso trabalho deu-lhe, pela certa, a apreensão de elementos tão variados e numerosos, neste nosso país em que tudo ainda está quase por se fazer, onde os pesquisadores se vêem desprovidos de bibliografias, de estatísticas, tendo em geral de recorrer a arquivos não catalogados.

O seu trabalho honesto produziu um livro absolutamente digno de crédito, em que sobreleva ainda a argúcia penetrante do analista ilustrado, cheia de pontos de vista originais.

Felicito-o pela impressão de seus originais destes primeiros volumes, tão cheios de novidades de primeira ordem, a que tão largo relevo traz a excelente parte cartográfica e espero ansiosamente o aparecimento dos demais tomos de sua *História Econômica*.

Reiterando-lhe os meus agradecimentos e parabéns, assino-me seu mt^o af^o e grd^o admr.

(a) AFONSO DE E. TAUNAY.”

Recebemos, ainda, desse nosso insigne patricio, as seguintes observações:

Quanto à pág. 272:

“Quer nos parecer razoável a porcentagem admitida para a exportação dos índios apresados pelas bandeiras paulistas. Varnhagen admite que entre 1614 e 1639, os paulistas devem ter apresado nada menos de trezentos mil índios, ‘que levavam em tropas a vender no Rio de Janeiro’.

“Alguns autores avaliam em muitas dezenas de milhares de cabeças os silvícolas da região catarinense arrebatados às suas tabas e transportados para S. Paulo, mas esta cifra talvez seja exagerada, dada a mínima densidade da população indígena do Brasil.

“A cifra total de 300.000 cabeças, avaliadas pelo A., parece-nos razoável.”

Quanto à pág. 278-9:

“Os documentos do Arquivo Municipal de S. Paulo, que tivemos o ensejo de divulgar, deixam-nos a convicção profunda de que a primeira Casa de Moeda do Brasil instalou-se e funcionou em S. Paulo, inquestionavelmente, confirmando, *in totum*, as duas afirmações de Simão de Vasconcelos em suas biografias de José de Anchieta e do padre João de Almeida.

“As provas que tivemos o ensejo de invocar, numerosas e concordantes, veio reforçar a larga documentação aduzida pelo Sr. Cap. Severino Sombra, no douto parecer emitido a propósito de nossa memória. Foram as conclusões deste laudo aprovadas pela quase unanimidade do plenário do Primeiro Congresso Brasileiro de Numismática, realizado em S. Paulo, em março de 1936.

“Teve apenas a opinião contrária de um congressista, Sr. Antônio Augusto de Almeida, que não justificou os motivos de seu voto, prometendo fazê-lo oportunamente e destruir a documentação aduzida! Nem uma só palavra tendo dito a tal respeito até hoje, contudo (setembro de 1937), apesar de a tanto repetidamente instigado.

“A data aventada pelo A. para a cunhagem provável do são-vicente parece-nos muito aceitável.”

.....

Capítulo X

CICLO DA MINERAÇÃO (1ª Parte)

AS MOEDAS METÁLICAS. RAZÃO DE SEU USO. OS ESTOQUES METÁLICOS NOS PRIMEIROS TEMPOS DA IDADE MODERNA. A MINERAÇÃO NA EUROPA. PORTUGAL E O OURO AFRICANO. OS PRIMEIROS METAIS AMERICANOS. OS TESOUROS DE MONTEZUMA E ATAUALPA. A MINERAÇÃO DA PRATA NO MÉXICO E NO PERU. AS PRODUÇÕES DE PRATA E OURO NAS COLÔNIAS ESPANHOLAS E NO BRASIL. DADOS COMPARATIVOS. A RELAÇÃO DOS VALORES ENTRE OS DOIS METAIS. O IMPÉRIO DA PRATA NOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII. A MINERAÇÃO DA PRATA, FUNDAMENTO DA COLONIZAÇÃO ESPANHOLA NA AMÉRICA. POTOSI E GUANAJUATO. O OURO DO BRASIL NO SÉCULO XVIII. O BIMETALISMO. O IMPÉRIO DO OURO. DADOS E ESTATÍSTICAS. CONDIÇÕES DO TRABALHO HUMANO NA MINERAÇÃO DA PRATA E NA MINERAÇÃO DO OURO. OS METAIS PRECIOSOS E OS NÍVEIS DE PREÇOS. INSUFICIÊNCIA DOS METAIS PRECIOSOS COMO BASE DOS SISTEMAS MONETÁRIOS. A MINERAÇÃO BRASILEIRA. OS RENDIMENTOS DA COROA. AS PRODIGALIDADES DE D. JOÃO V. O TRATADO DE METHUEN. A INFLUÊNCIA DO OURO BRASILEIRO NA ECONOMIA INTERNACIONAL E NA EVOLUÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DA INGLATERRA. A SUA ATUAÇÃO NA FORMAÇÃO BRASILEIRA.



Ciclo da mineração

OS ESTUDOS que se fazem com freqüência sobre os metais preciosos e a sua interferência na evolução econômica dos tempos modernos vêm demonstrando que, com o aparelhamento técnico, eles disputaram o primado nessa atuação. São inegáveis as repercussões da oscilação dos valores desses metais sobre a maior ou menor atividade dos povos, sobre a formação das crises e sobre os seus efeitos sociais.

No exame do ciclo da mineração brasileira, num curso de história econômica, não é descabível, portanto, que se faça uma apreciação de conjunto da economia dos metais preciosos, a fim de se ter uma justa impressão da grandeza desse ciclo, dentro da economia mundial, das ações e reações que provocou entre esta e a formação nacional, assim como do concurso final que a ambas prestou.

Só depois da apreciação desses aspectos é que procuraremos objetivar mais particularmente o processo de sua evolução, dentro de nossas fronteiras.

Portugal, nos séculos XV e XVI, exerceu relevante papel na expansão da civilização ocidental, com as suas descobertas marítimas, com a transposição do comércio distribuidor das especiarias da bacia do Mediterrâneo para as costas do Atlântico, influenciando, poderosamente, para que os portos marítimos da costa do oeste europeu e a própria Inglaterra se valorizassem com a criação do comércio transatlântico.

Nos séculos XVII e XVIII teria Portugal nova e acentuada interferência no comércio e na economia ocidentais; desta vez, porém, baseado na sua colônia brasileira.

No primeiro, com o açúcar, que se tornou, como vimos, o principal artigo do tráfico internacional. No segundo, com o ouro do Brasil que, se na escala de hoje representa uma modesta parcela no volume existente de metais preciosos, traduzia naquele tempo a maior massa aurífera explorada e produzida após a queda de Roma.

Moeda metálica

O estudo da economia dos povos primitivos demonstra que não há produto de valia que não tenha servido como moeda ou instrumento de troca. Mas desde que uma sociedade atinja um certo grau de progresso, as suas preferências para os signos monetários se voltam para os metais preciosos. É que a experiência demonstrou possuírem esses metais uma série de características necessários à boa moeda: grande valor em pequeno peso, inalterabilidade, divisibilidade, facilidade de cunhagem, resistência a uma fácil usura, menor variação dos valores do que os demais produtos, etc.

Assim como a humanidade fez evoluir o tipo de seus abrigos primitivos para as habitações de hoje, a natureza de suas vestes para os trajes atuais quase que universalmente adotados, os sistemas de alimentação para os manjares de agora, também, por um consenso unânime, adotou os metais preciosos como base de seus padrões monetários.

Parece ter sido na Lídia que se concentraram primitivamente os maiores tesouros auríferos, nas mãos de um Crespo poderoso¹. Avaliam alguns historiadores que chegaram os romanos a acumular estoques de metais preciosos, ouro e prata, em valores correspondentes a 500 milhões de libras atuais. A destruição do Império Romano teve, como uma de suas conseqüências, o desbarato e o desaparecimento desses imensos tesouros, de tal forma, que se orçam apenas em 50 milhões de libras o valor da circulação metálica existente na Europa em fins do século XV².

Na economia feudal e na da produção para consumo imediato, não havia necessidade de instrumentos de troca, predominando o escambo direto e a servidão da gleba. No entanto, em muitos povos primitivos havia a preocupação da posse de gado e de metais preciosos, como reservas indispensáveis às necessidades dos ciclos de fome, que tão amiúde se reproduziam naqueles tempos. E que o gado supria, como alimentação, em boa parte, a possível deficiência das colheitas; e os metais preciosos permitiam a aquisição, aos povos vizinhos, das porções de cereais necessárias ao suprimento das falhas ocorridas nas próprias culturas.

Graças ao aumento das correntes comerciais entre o Oriente e o Ocidente, verificou-se, principalmente após as expedições dos cruzados, uma contínua drenagem de moedas da Europa para o Oriente, uma vez que se não produziam no continente europeu artigos de valor para a permuta com os produtos asiáticos. Era com o ouro e a prata que se saldavam esses débitos comerciais. No próprio continente europeu

1 Indicações históricas atribuem aos saques de Ciro Magno, na Ásia, o valor de £ 8.000.000 (520 anos a. C.); a Alexandre Magno, sua arrecadação, na Pérsia, de £ 81.000.000.

Jacó atribui ao Império Romano, no ano 14 da era cristã, um tesouro avaliado em £ 358.000.000. (Mulhall – *Dictionary of Statistics*, 1892)

2 Knight, Barnes and Flugel, *Economic History of Europe*, 1928.

extraíam-se os metais preciosos para a confecção de signos monetários. Na Espanha, a partir do século VIII, os árabes fizeram trabalhar as suas minas de ouro e prata; na Floresta Negra, na Boêmia, no Tirol, na Saxônia, na Hungria e em várias outras regiões alemãs, exploraram-se muitas minas, nos tempos medievais. Algumas das explorações foram promovidas pelas importantes casas bancárias que surgiram na Itália e na Alemanha nos últimos tempos desse período.

Tiveram, os produtos dessa mineração, acentuada influência na intensificação das relações comerciais de alguns centros europeus, onde ainda se encontram nas suas suntuosas construções sinais da riqueza da época.

Portugal, nos séculos XV e XVI, arrecadou também ouro africano, que empregou na organização de suas expedições marítimas, e, mais tarde, na compra das especiarias da Ásia. Esse volume de ouro, que hoje nos pode parecer diminuto, teve para o tempo assinalada importância, tal, então, o pequeno vulto da circulação monetária no continente europeu.

De qualquer forma, porém, a produção de metais preciosos, no século XV, já se mostrara insuficiente para a expansão comercial que se esboçava, tanto que os preços na Europa, que subiram por vezes, se bem que ligeiramente, nos séculos XII, XIII e XIV, declinaram naquele primeiro.

As manifestações do Renascimento e a insuficiência da atividade industrial da época emprestavam um valor excepcional à posse de metais preciosos, com os quais povos e indivíduos ficavam habilitados a adquirir artigos que não sabiam ou que não podiam produzir. Daí, uma das causas dessa avidez pelo ouro e pela prata, que se foi acentuando, até atingir o seu ponto culminante na era que hoje classificamos de mercantilista.

Ouro africano

João Lúcio de Azevedo procurou fazer um inventário dos resultados do que chama o primeiro ciclo do ouro em Portugal.

Em alguns pontos da costa ocidental africana, obtiveram os expedicionários portugueses algum metal dos naturais da terra, em res-

gate de escravos aprisionados ou em pagamento de panos, aguardente e quinquilharias.

Contornando o continente africano, procuraram criar uma fonte permanente de receita com tratos de comércio, e com os tributos impostos pela violência aos régulos que ali dominavam.

Escasseando esses rendimentos bem como o ouro que obtinham dos cofres, em pagamento de artigos fornecidos, pensaram os portugueses em ocupar o interior da África Ocidental, explorando diretamente as minas. Assinalaram essa resolução com expedições que redundaram em fracassos, pois que se tratava apenas de escasso ouro de lavagem, obtido em precárias condições e em zonas altamente inóspitas.

Na costa ocidental, o Rio do Ouro, Costa do Ouro, Medões do Ouro, Ilhas do Ouro, são reminiscências da investida portuguesa, rumo desse metal africano. O guinéu, moeda ainda hoje conhecida, é termo proveniente dessa época.

Na costa oriental, Sofala, Moçambique, Mombaça, Quíloa, Monomotapa, recordam tentativas bisseculares de Portugal para a obtenção do metal precioso, numa época em que a grande produção argêntifera da América espanhola servia de forte emulação.

Lúcio de Azevedo demonstra que foram de fato negativos os resultados finais dessa investida para o ouro na costa oriental africana. Daí seguiram, durante algum tempo, recursos para auxiliar o custeio do grande império, que Portugal constituíra na Ásia, e para pagamento de alguma especiaria enviada para o reino. As despesas com as expedições e a manutenção das feitorias acabaram, porém, por absorver os rendimentos auferidos pelo governo português.

Os valores realmente produzidos são de cômputo difícil.

São falhas as estatísticas. Nussbaun³ admite que o ouro de produção africana, principalmente o proveniente do Senegal e Sofala, alcançou, entre 1493 e 1520, 400.000 libras anualmente e desse último ano até 1544, 350.000 libras. Cifras que parecem exageradas e que daí em diante declinaram rapidamente. Em todo o caso, não teriam sido as

3 Nussbaun – *A History of the Economic Institutions of Modern Europe*, 1933.

produções de ouro africano, obtidas pelos portugueses, inferiores às alcançadas pelos espanhóis nas suas conquistas americanas, até o ano de 1525.

“O ouro da África foi, durante algum tempo, elemento considerável de riqueza para o reino. Dissipado nas prodigalidades de Afonso V, mas com melhor critério aplicado por D. João II à obra dos descobrimentos, o afluxo continuou no reinado de D. Manuel, ao cabo de alguns anos afrouxou, e por último feneceu.”

Primeiros metais americanos

O mesmo anseio pelo ouro dominou os conquistadores espanhóis nas Índias Ocidentais. Alguns ornamentos encontrados nos indígenas indicaram a presença desse metal. Donde a violência com que, à sua pesquisa, se atiraram as primeiras expedições. Obtiveram algum ouro de lavagem em várias das Antilhas, e, mais tarde, na região da “Tierra Firme”.

Após a invasão do México, passaram a explorar as minas de prata de Tasco, Zultepeque e Pachuca; e, ainda antes de 1545, as peruanas de Porco, Carangas, Andacava, Oruro, Carabaia, Chaquiapu. Aliás, a prata era conhecida e utilizada por esses povos autóctones, antes da chegada dos europeus.

Foi no primeiro tempo da ocupação do continente que se verificaram os saques aos metais preciosos, acumulados pelas civilizações mexicana e peruana.

De início, Cortez obteve de Montezuma um tributo em ouro de cerca de 70.000 libras. Passando à conquista violenta dos territórios mexicanos, só no saque de Tenochtitlan, os espanhóis obtiveram acima de 4.000 marcos de ouro, mais de 120.000 esterlinos.

Resultantes de saques, as arrecadações foram maiores no Peru. As riquezas acumuladas para o resgate do Inca Atahualpa e as resultantes da pilhagem de Cuzco estão avaliadas em mais de 1.500.000 libras.

Essas somas, aliadas ao ouro obtido nas Antilhas, nas costas de Pária, Santa Marta e da Flórida, fazem com que alcancem cerca de 6

milhões de libras as riquezas metálicas obtidas nesse primeiro período pelos espanhóis⁴.

Em 1545, descobriram-se as opulentas minas de prata do Cerro de Potosi, nas cordilheiras do Peru, em território atualmente boliviano, iniciando-se o período da grande exportação de metais preciosos da América.

Logo depois, passam também a ser exploradas as minas de Zacatecas e Guanaxuato na Nova Espanha, atual México.

De 1650 a 1700 novas minas de prata e o ouro de lavagem de Antioquia e Choco levantam ainda mais a média anual da exportação de metais preciosos da América do Sul. Finalmente, entre 1700 e 1750, as minas de ouro do Brasil e as minas espanholas, principalmente as mexicanas, elevaram novamente a média exportada, que iria alcançar o seu apogeu na segunda metade do século XVIII, com o grande reforço da mina argentífera de Valenciana e de outras.

As estatísticas

A produção de metais preciosos na América, entre 1492 e 1800 progrediu desta forma⁵:

		LIBRAS
De 1492 a 1500 –	produção anual média	60.000
De 1500 a 1545 –	produção anual média	700.000
De 1545 a 1600 –	produção anual média	2.500.000
De 1600 a 1700 –	produção anual média	3.600.000
De 1700 a 1750 –	produção anual média	5.000.000
De 1750 a 1800 –	produção anual média	8.000.000

Para se aquilatar da importância da contribuição do México e da América do Sul, basta registrar que, em princípios do século XVI, a produção anual de metais preciosos da Europa era de cerca de 100 mil libras, que a de ouro na costa ocidental africana, era também de pouco mais de 100 mil libras anuais e que a circulação amoeada, na Europa, não devia ser superior a 50 milhões de libras. No entanto, de acordo

4 Humboldt – *Essai Politique de la Nouvelle Espagne*, 1811.

5 Humboldt – *Op. cit.*

com Humboldt, a importação européia dos metais preciosos da América alcançou 160 milhões de libras no século XVI, 360 milhões no século XVII, 650 milhões no século XVIII.

Mais de 9/10 dos metais preciosos que afluíam aos mercados europeus provinham das possessões hispano-portuguesas do continente americano.

Totais espanhóis e portugueses

Esse mesmo autor avalia a produção total desses metais nas colônias portuguesas e espanholas, entre 1493 e 1803, em £.1.300.000.000, dos quais £. 1.000.000.000 em prata e £. 300.000.000 em ouro.

A produção registrada de origem espanhola seria £. 920.000.000, representando £. 186.000.000 a contribuição do contrabando. Total £.1.106.000.000.

A produção da colônia brasileira teria sido de £.155.000.000 registrada, e £. 39.000.000, a que não teria pago os quintos à Coroa. Total £. 194.000.000.

Essas produções, que se mostravam tão elevadas em relação aos estoques existentes no século XVI, foram grandemente ultrapassadas a partir dos meados do século XIX, graças às descobertas das minas de ouro e prata nos Estados Unidos, na Austrália, na Rússia, e, finalmente, no Transvaal.

A excessiva produção da prata e as suas grandes variações em relação ao preço do ouro e a maior quantidade que apareceu deste metal induziram os países mais avançados a abandonar, no século XIX, o bimetalismo, adotando o ouro como base de seu padrão monetário.

Para se julgar, porém, da modéstia com que hoje se apresenta a contribuição do ouro sul-americano, basta mencionar que a produção dessa origem, desde 1493, até 1800, é apenas 8% do volume total do ouro produzido entre 1493 e 1935, que já está orçado em cerca de 5 bilhões de libras esterlinas.

Desta massa, o ouro brasileiro do século XVIII, que tão grande repercussão exerceu na economia internacional da época e na formação de nossa nacionalidade, representa apenas 4%.

Ouro e prata

Até 1525 predominou o ouro na exportação dos metais sul-americanos. Daí até o aparecimento do ouro brasileiro, a prata preponderou sem contraste. Foi a seguinte a relação entre os pesos dos dois metais produzido em vários períodos entre 1493 e 1800:⁶

PERÍODOS	RAZÃO DA PRODUÇÃO DA PRATA PARA A DO OURO
1493/1520	8,1
1521/1544	12,6
1545/1560	36,6
1561/1600	43,8
1601/1620	56,8
1621/1640	49,6
1641/1660	47,4
1661/1680	41,8
1681/1700	36,4
1701/1720	31,87
1721/1740	27,8
1741/1760	22,6
1761/1780	21,7
1781/1800	31,5
1781/1800	49,4

Como resultado dessa variação, a razão de valores entre esses dois metais, que era de 1:15 nos séculos imediatamente anteriores ao XV, que havia descido a 1:10 nos princípios do século XVI, foi subindo gradativamente, alcançando 1:12 em 1600, 1:14 em 1620, 1:15 em 1680.

Durante o século XVIII, o ouro brasileiro ia contribuir para que essa proporção se estabilizasse entre 14 e 15.

Não obstante essa relativa estabilização na relação dos valores entre os dois metais, este mesmo ouro ia concorrer para que, em muito, se alterasse a relação dos valores dos seus volumes em circulação.

De fato, o valor do volume ouro produzido entre 1601 e 1640 teria sido apenas 32% sobre o da prata; entre 1721 e 1760, no apogeu

6 Warren and Pearson – *Gold and Prices*, 1935.

da produção brasileira, essa relação alcançaria 72¹/20%.⁷ No entanto, entre 1493 e 1520, o valor do ouro produzido no mundo foi 100% mais elevado que o da prata, situação que ficou invertida após 1545, com a contribuição de Potosí. Depois de 1760, a preponderância da prata continuou a se salientar.

Essas flutuações, com os seus reflexos na vida financeira dos povos, prepararam os espíritos para a adoção do monometalismo. A variação se dava no valor absoluto do volume total dos dois metais em circulação, pois a relação do preço entre o ouro e a prata pode ser mantida, se bem que muitas vezes com dificuldade, pelo bimetalismo, em torno da casa dos 15, desde a segunda metade do século XVII até a segunda metade do século XIX cerca de 200 anos.

A política inglesa a favor do ouro, as minas auríferas descobertas no século XIX e a vultosa produção de prata iam conduzir a grande maioria dos povos civilizados a adotar, no final do século XIX, o monometalismo, em base ouro, para fundamento de seus sistemas monetários.

E a razão de valor entre o ouro e a prata subiu a 16 em 1873, 18 em 1879, 20 em 1885, 25 em 1893, 30 em 1894, 35 em 1904, 40 em 1915, caiu a 18 em 1919, subiu a 30 em 1921, 35 em 1928, 53 em 1930, 83 em dezembro de 1932, 75 em 1933 e 78 em 1934.

Os recentes atos do governo americano, determinando grande aquisição de estoques de prata para o Tesouro, visando com isso melhorar as cotações em ouro das matérias-primas, fizeram baixar novamente em 1935 essa relação até 146, mas voltou em 1936 para 1:80.⁸

7 Knight, *Barns and Flugel* – *Op. cit.*

8 A lei americana, de junho de 1934, que autorizou o Governo a adquirir prata para o Tesouro até 1/4 dos estoques em ouro, emitindo para esse fim as notas necessárias e revendendo essa prata quando a proporção ultrapassasse aquela relação, recebeu a denominação de “Silver Purchasing Act”. Já em 21 de dezembro de 1933 o Presidente Roosevelt tinha assegurado um preço mínimo para a prata proveniente da mineração do país.

Esses atos resultaram principalmente da convicção do governo americano da íntima conexão entre o valor da prata e os preços das principais matérias-primas. Visou, com o aumento do preço da prata, influir no aumento do preço ouro daqueles produtos.

O preço da prata em 1934 era de 45 cents por onça. O governo americano elevou esse preço a 76; abandonou o mercado em dezembro de 1935, estando atualmente esse metal cotado a 45 cents.

O império da prata

A América espanhola produziu, no período colonial, acima de 100.000 toneladas de prata, valendo mais de £ 1.000.000.000. Três quartas partes dos metais preciosos em circulação no mundo, entre 1493 e 1820, tiveram a mesma origem.

A primeira formação econômica da maior parte da América espanhola está, pois, intimamente ligada à produção argentífera.

Potosi, pico isolado nos desertos peruanos, em cujos flancos foram descobertas, em 1545, pelo pastor índio Diego Hualca, ricas jazidas de prata, apresentou, desde o início, um vultoso rendimento. Avaliação feita por Humboldt⁹ atribui às extrações das minas de Potosi, entre 1545 e 1803, para mais de 25.000 toneladas de metal, valendo cerca de £ 226.000.000. Mais do que o valor do ouro brasileiro!

O apogeu de Potosi registrou-se entre 1585 e 1605, quando chegou a produzir, em determinados anos, cerca de 200 toneladas!

Guanaxuato, a partir da segunda metade do século XVIII, apresentou ainda maior rendimento do que Potosi. Aliás, a produção da prata e do ouro mexicano alcançou, nesse século, uma rápida progressão: 1695/4 1726/8 1747/12 1776/16 1788/20 1795/24 (milhões de piastras).

Em princípios do século XIX, eram ainda de procedência americana 9/10 dos metais preciosos do mundo numa média anual de 17 toneladas de ouro e 800 toneladas de prata, valendo para cima de £ 10.000.000.

Nos três séculos coloniais, a produção de Castela proveio:

46,5% do México

6,0% de Nova Granada

44,0% do Peru e Bolívia

3,5% do Chile.

Na primeira metade do século XIX, os motins políticos fizeram cair de 50% a produção mexicana.

A descoberta das minas de Califórnia, em 1848, assinalou o início do período áureo do capitalismo. Deu-se, então, a volta para a situação existente 350 anos atrás quanto à inversão dos valores produzidos, alcançando o ouro 72 toneladas, mais de £ 10.000.000, e a prata 1.000

9 Humboldt – *Op. cit.*

toneladas, avaliadas em £ 8.000.000. Em 1854, o valor da produção aurífera já era de 4 vezes o da prata!

No último quartel do século XIX, os Estados Unidos e as nações européias abandonavam o bimetalismo, perdendo de vez a prata uma supremacia que havia durado perto de três séculos.

A mineração da prata

A prata raramente se apresentava em estado nativo na natureza. Quase sempre surgia em minérios compostos, com ferro, chumbo, arsênico, enxofre, cobre, ácido muriático. O ouro, ao contrário, aparecia em estado quase puro, quase sempre em formações aluvionais.

No Peru, a maior parte da prata era extraída dos “pacos”, minérios de aparência terrosa, consistentes numa mistura íntima de prata nativa com óxido pardo de ferro. No México, os minérios argenteíferos eram semelhantes aos alemães, minérios magros, prata sulfurosa, cobre arsenioso ou antimoniado, prata muriática, prata preta, prata vermelha e chumbo fosfatado.

Quase todos esses minérios continham também uma fraca proporção de ouro.

Em Potosi, os primeiros afloramentos se mostraram muito ricos, consistindo em prata sulfurosa, prata vermelha e prata nativa. Os filões foram-se enfraquecendo à medida que se aprofundavam na sua exploração, apresentando-se, em 1800, 170 vezes mais pobres que no século XVI!

Para as reduções dos minérios, usavam-se, até 1571, pequenos fornos de fundição, construídos de argila, com tiragem provocada pelas fortes correntes aéreas da região, e trabalhados por processos primitivos. Mais de 6.000 fogos, em trabalho, registra um viajante do século XVI.¹⁰

10 Os conquistadores, possuindo unicamente conhecimentos militares, não sabiam dirigir processos metalúrgicos. Não conseguiram fundir o minério por meio de foles; adotaram o método bizarro que os indígenas seguiam nas minas vizinhas de Porco, que haviam sido trabalhadas em proveito do Inca, muito tempo antes da conquista. Estabeleceram-se nas montanhas nas cercanias de Potosi, onde o vento soprava com impetuosidade, fornos portáteis, chamados “*huayres* ou *guayras* na língua quíchua. Esses fornos eram tubos cilíndricos de argila, muito grandes, atravessados por muitos furos. Os índios colocavam, em sucessivas camadas, minério de prata, galena e carvão; a corrente de ar que penetrava por esses buracos, no interior do *huayre*, dava à chama grande intensidade”. (Humboldt – *Op. cit.*).

Em 1571, foi ali introduzido o processo Medina, de amalgamação. O transporte dos minérios e dos ingredientes para uso desse processo absorvia o trabalho de milhares de índios, em serviços penosíssimos.

As melhores minas mexicanas achavam-se de 1800 a 3000 metros de altitude. As da província do Peru situavam-se entre 3600 e 4100 metros acima do mar.

Os vezeiros de prata apresentavam inclinações acentuadas, demandando a sua exploração um complicado sistema de poços, galerias profundas e planos inclinados. Em algumas minas, trabalhavam-se a 500 metros de profundidade.

O acesso às galerias subterrâneas era feito por planos inclinados, em que por milhares de degraus desciam e subiam os infelizes obreiros, carregando às costas pesados sacos com os minérios a serem tratados. O peso desses sacos subia a mais de 100 quilos.¹¹

Uma vez retirado da mina, era o material triturado, em moinos e galgas primitivas, e a farinha metálica misturada com o mercúrio, sal-gema, sulfato de ferro, sulfato de cobre, cal e cinzas vegetais, em longo processo, que durava meses, até a obtenção da prata.

Dados os aparelhamentos imperfeitos da época, apresentavam essas explorações uma série imensa de dificuldades e pesadíssimas condições de trabalho, que se não podem comparar às da extração do ouro aluvional.

O império do ouro

A abundância de metais preciosos nos primeiros séculos dos tempos modernos exerceu decisiva influência na elaboração da economia capitalista.

Os grandes estados em formação necessitavam de fortes somas para a organização dos serviços públicos, pagamento de seus exércitos e para a segurança de suas condições defensivas. A criação de capitais fluidos também permitiu uma maior intensificação das correntes comerciais.

11 Os índios “tenateros” que são os “animais de carga” nas minas do México, permanecem carregados de um peso variando de 225 a 350 libras, durante 6 horas. (Humboldt – *Op. cit.*)

Graças à vultosa produção argentífera, que se verificou a partir de 1540, em face da deficiência dos estoques de ouro, foi a prata a moeda preferida durante mais de dois séculos. Valendo 1/10 do ouro em 1500, desvalorizou-se até 1/15 em 1640, conservando-se estabilizada aproximadamente nessa base durante mais de dois séculos. É que as grandes necessidades monetárias, crescendo sempre com a expansão do comércio, facilitavam a absorção dos estoques produzidos e a manutenção da relação de estabilidade pelo bimetalismo em voga.

Em 1696, na Inglaterra, uma comissão composta de Locke, Newton e Lord Somers estabeleceu a relação de 1:16 entre os valores do ouro e da prata, circulantes naquele país. As nações do continente adotaram relações de 1:15 a 1:15½.

Como consequência, o ouro afluía para a Inglaterra, e a prata para o continente. Essa circunstância também facilitou o êxodo de maior volume de ouro, verificado no século XVIII, para a Grã-Bretanha. E em 1816 Lord Liverpool suprimia a cunhagem livre da prata, dando como um dos motivos ser “o ouro a moeda natural da Inglaterra” – que adotou, então, de vez, o monometalismo de base ouro.

No século XVIII, o ouro do Brasil deu o primeiro impulso à formação dos grandes estoques deste metal nos tempos modernos. Entre 1700 e 1770, a produção do Brasil foi praticamente igual a toda a produção do ouro do resto da América, verificada entre 1493 e 1850; e alcançou cerca de 50% do que o resto do mundo produziu nos séculos XVI, XVII e XVIII.

A Rússia, em 1814, os Estados Unidos em 1848, a Austrália em 1851, trouxeram novas e valiosas contribuições. A produção mundial de 1801 a 1885 elevou-se a mais de £1.000.000.000, quatro vezes a produção do século anterior, tornando o estoque mundial de ouro superior ao da prata.

Em 10 anos, de 1852 a 1861, a produção mundial de ouro foi de 50% do total obtido nos 350 anos anteriores.

Essa grande extração reduziu o seu valor e tornou possível sua adoção como base única da circulação em vários países da Europa, que procuraram, acreditando que o ouro fosse daí em diante produzido em quantidade suficiente, evitar as dificuldades oriundas da variação dos valores entre os dois metais.

Os Estados Unidos adotaram o monometalismo em 1873; a França em 1876; a Alemanha em 1871-1873.

Do ponto de vista histórico, o monometalismo ouro tem, pois, origem muito recente.

Em 1888 surgiu a mineração do Transvaal, elevando a produção mundial dos últimos 15 anos do século XIX a 547 milhões de libras. No século XX, essa contribuição tornou-se a maior do mundo, destronando definitivamente a predominância do ouro americano.

A América que, entre 1493 e 1875, havia produzido acima de 50% dos estoques mundiais de ouro, passou a figurar com 32% entre 1901 e 1924; hoje sua contribuição já é inferior a 27%. A Europa, África e Ásia reunidas forneceram cerca de 75% dos estoques atualmente existentes. Quanto à produção atual, quase 75% se encontram dentro do Império Britânico, originando-se:

55% do Transvaal;

10% do Canadá;

4% da Austrália;

3% da Rodésia.

Dos estoques de ouro existentes no mundo, 86% foram extraídos nos últimos 80 anos, representando a produção de 1493 a 1850 apenas 14%.

De 1831 a 1930, a produção mundial de prata alcançou 330.000 toneladas e a do ouro, 29.000. Razão em peso: 11:1.

Apesar da maior eficiência do uso do ouro e de se apresentar cada vez mais aperfeiçoado o aparelhamento do crédito, houve, em compensação, um acentuado aumento no número de transações efetivadas com o mesmo volume físico de mercadorias. Verifica-se também que o curso geral dos preços tem estado subordinado à relação entre os estoques de ouro e o volume físico da produção dos diversos artigos.

Em consequência, após a adoção do monometalismo a produção desse metal passou a ter decisiva influência sobre a evolução econômica e social da humanidade.

A prata foi a base principal dos sistemas monetários mundiais nos séculos XVI, XVII e XVIII. O ouro brasileiro abalou o seu império – que foi finalmente destruído, na Europa e na América, a partir de 1870.

O império do ouro, que lhe sucedeu, ainda não tem um século de existência. As altas esperanças que se depositaram na eficiência dos sistemas monetários, nele fundados, decrescem, porém, dia a dia. A própria Inglaterra que adotou, de fato, o monometalismo, há 140 anos, esteve mais de 40 fora do padrão oficial (1797-1821; 1914 -1926; 1931-1936). Os Estados Unidos, e agora todos os grandes países, acabam de enfraquecer voluntariamente o conteúdo em ouro de suas moedas basilares.

Acentua-se, assim, a desconfiança quanto à estabilidade dos sistemas monetários em base metálica e reconhece-se a sua insuficiência para fazer face às dificuldades econômicas e financeiras da hora presente.

Os metais preciosos e os preços

É que, adotadas as moedas de metais preciosos, passaram os seus poderes aquisitivos a funcionar como denominadores comuns em todas as expressões de valores.

Em conseqüência, a escassez desses metais traduz-se numa baixa nos níveis gerais de preços; e, ao inverso, uma baixa no poder aquisitivo dos metais ocasiona uma alta nesses níveis.

Admitindo-se a lei da oferta e da procura e outros fatores, como influndo na determinação dos preços de quaisquer artigos, ficariam sempre estes preços subordinados à flutuação geral dos valores dos metais preciosos. Ciclos parciais, dentro de ciclos gerais. Movimentos particularizados, dentro de oscilações universais. Movimentos compostos, como fatores da fixação dos preços.

Nos últimos séculos dos tempos medievais, devido à escassez dos metais, observou-se uma tendência geral para um suave declínio de preços na Europa, nos séculos XIII, XIV e XV; houve uma ligeira

alta no final do século XV, e logo baixaram de novo durante algumas dezenas de anos; reagiram novamente, no início do século XVI, culminando com a chamada revolução dos preços, verificada no final desse período.¹²

12 Níveis gerais de preços entre 1301 e 1884, de acordo com Artur Young (*Dicionário de Estatísticas* – Mulhall)

	1301 1400	1401 1500	1501 1600	1601 1700	1701 1800	1801 1850	1880 1884
Gado	100	95	80	160	246	350	500
Cerveja	100	80	80	80	160	280	350
Manteiga	100	75	75	100	125	250	350
Cereais	100	95	133	270	330	350	240
Cavalos	100	105	100	132	346	700	800
Vinho	100	70	130	200	500	600	700
Ovos	100	100	70	70	135	160	270
Carne	100	85	65	200	300	400	550
Total	800	705	733	1212	2142	3090	3760

Preços nominais de vários artigos nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, até 1885, na Grã-Bretanha, de acordo com Artur Young (*Dicionário de Estatísticas* – Mulhall)

	1500 - 99	1600 - 99	1700 - 99	1800 - 85
	£ s. d.	£ s. d.	£ s. d.	£ s. d.
Boi	1 11 0	5 0 0	8 0 0	14 0 0
Carneiro	0 3 0	0 7 0	0 18 0	1 5 0
Porco	0 4 0	0 8 0	1 2 0	1 10 0
Ganso	0 0 8	0 1 0	0 2 0	0 4 0
Coelho	0 0 3	0 0 6	0 0 8	0 1 0
Galinha	0 0 4	0 0 8	0 1 0	0 1 6
Cavalo	3 0 0	5 0 0	15 0 0	30 0 0
Pombos, dúzia	0 0 9	0 1 0	0 1 6	0 3 0
Ovos, dúzia	0 0 3	0 0 4	0 0 8	0 1 0
Manteiga, libra	0 0 2	0 0 4	0 0 5	0 1 0
Carne, 8 libras	0 0 6	0 2 0	0 3 0	0 7 0
Trigo, t	4 0 0	10 10 0	12 10 0	14 0 0
Vinho, galão	0 3 0	0 5 0	0 16 0	0 16 0
Cerveja, galão	0 0 3	0 0 4	0 0 8	0 1 6
Soma-índice	10 4 2	21 16 2	38 15 11	62 11 0

Os metais preciosos empregados na circulação monetária distinguem-se das mercadorias comuns por não serem propriamente consumidos, mas sim integrados nas reservas monetárias.

Os estoques de ouro e prata representam contribuições seculares, que se foram somando. Daí a variação dos valores metálicos não se apresentar muitas vezes como função imediata da produção de um tempo certo, mas, antes, como resultante das oscilações verificadas nos estoques existentes.

Quando surgiu a grande produção de Potosi, a circulação monetária da Europa talvez não alcançasse £80.000.000. No entanto, os estoques foram sendo aumentados à razão de £2.500.000 anuais. A civilização ocidental estava concentrada em áreas limitadas, os transportes eram difíceis, não havia abundância de estoques de artigos produzidos. Saía-se apenas da economia de produção, do consumo imediato e local, para a economia das sobras. Iniciava-se a revolução comercial. Verificou-se, então, a chamada revolução dos preços, intensificando-se a especulação e o comércio num mundo ainda não preparado para uma maior divisão de trabalho e para a produção com intuítos comerciais.

Os preços subiram violentamente na Espanha e, com menor intensidade, no resto do mundo ocidental. Mas enquanto entre 1500 e 1600 quadruplicavam na Península Ibérica, multiplicavam-se por dois na Inglaterra e por um pouco mais na França. Em breve, o movimento se generalizou. A Espanha não tinha base econômica suficiente para prender em seu território uma tão elevada circulação metálica. A excitação comercial que ali se verificou, a paixão pelo luxo e pelas grandezas, redundaram em grandes importações, para cujo pagamento saía a prata americana.

Criou-se na Espanha um padrão de vida elevadíssimo, em desacordo com as possibilidades de sua lavoura e indústria. Daí, o abandono do trabalho produtivo por grande parte dos elementos nativos e a preocupação de situações em que se pudesse participar, de qualquer forma, dos frutos da produção metálica americana.

O arrefecimento do ritmo produtivo de Potosi trouxe para a Espanha uma grande crise, no primeiro quartel do século XVII, provocando até a quebra do padrão monetário da prata (1626). Mas na segunda

metade desse século a produção do metal branco retomou sua linha ascensional.

No início do século XVIII, a produção do ouro brasileiro, em conjunção com notável produção de prata mexicana, veio dar novo impulso de alta aos preços, que mais ascenderam ainda, no período das guerras napoleônicas. Esta alta foi notadamente benéfica para a exportação da parte setentrional da colônia brasileira.

No século XIX, os preços declinaram bastante, de 1820 até 1850. Reagiram com o aparecimento do ouro da Califórnia. Arrefeceram a partir de 1870 até 1895 – quando voltaram a subir com o afluxo do ouro de Transvaal, até 1914. Desta data até 1920, elevaram-se violentamente. Declinaram até 1929 – quando se verificou, em novo impulso descendente, a mais rápida baixa de preços registrada na história econômica. Em onze anos os preços caíram mais do que no declive dos nove anos subsequentes às guerras napoleônicas.

Procuram agora os economistas demonstrar que a diminuição da produção aurífera durante a guerra e a intensa procura que se verificou desse metal para bases monetárias criaram uma acentuada desproporção entre as necessidades e os possíveis suprimentos – o que gerou a carestia do ouro e a queda violenta dos preços.

Apontam ainda a subordinação que, nos últimos cem anos, se verifica nos grandes ciclos de preços, quanto às relações dos volumes físicos das produções gerais para a produção do ouro. Em consequência, as atividades individuais e nacionais e a paz social ficam à mercê, em grande parte, de encontros fortuitos de veios auríferos e da maior ou menor possibilidade de suas explorações.

Parece, assim, evidente a insuficiência técnica dos sistemas monetários vigentes, a fim de servirem ao complexo sistema produtivo dos tempos modernos.

Derivam dessa constatação várias teorias sobre a moeda dirigida e várias providências sobre o enfraquecimento voluntário da base metálica das moedas em muitos países.

Compreendem-se, hoje, as contingências em que se viram muitos governos dos tempos medievais e dos primeiros séculos dos tempos modernos, na quebra de seus padrões, evitando, com isso, ruí-

nas no Estado e convulsões sociais – oriundas, muitas vezes, dessas flutuações violentas nos preços, com suas múltiplas repercussões em todas as manifestações da atividade humana.

Mineração brasileira

Ia em pleno apogeu a chamada revolução comercial; a Inglaterra, ainda orientada pela política de Cromwell, abraçava um programa econômico fortemente nacionalista; a França, obediente às diretrizes traçadas por Colbert, estimulava as suas manufaturas e o seu comércio; a Holanda porfiava na manutenção de uma forte política de comércio colonial; vivia-se uma fase em que a transformação econômico-social, já processada, emprestava aos metais preciosos uma excepcional importância, como eficientes auxiliares de correntes comerciais, características de uma economia de produção para o intercâmbio que substituiria a economia de produção para o simples sustento imediato, anteriormente vigente. Nesse tempo, o primeiro declínio da produção da prata na América espanhola agravara a situação do Império de Castela, a braços com sucessivas e incessantes guerras; o modesto ritmo, em que há dois séculos se arrastava a produção do ouro, tinha afastado muitas esperanças desse precioso metal. Em tal quadro do momento mundial, surgem os “descobertos” brasileiros.

Portugal ainda se não refizera das crises sucedidas à guerra de sua independência contra o Império de Castela. Era de grandes dificuldades a sua situação financeira.

“A Índia perdida, e toda a pimenta e canela, as grandes riquezas de outrora em mãos dos holandeses. Angola dava somente escravos, negócio (notavam os membros do Conselho Ultramarino, em 1675) que até hoje não acabou de livrar de escrúpulos a consciência cristã.” A exportação de açúcar e tabaco diminuída pela concorrência de Barbados. O pau-brasil vencido nos mercados consumidores por outro, de menos preço, e sem emprego, a não ser para tempero das tintas manipuladas com o produto espúrio. Na conjuntura, só dos metais preciosos, arrancados à terra, se podia esperar remédio”. – (João Lúcio de Azevedo).

Os governantes portugueses procuravam por todos os modos incentivar as pesquisas na África e no Brasil.

As cartas do Regente D. Pedro estimulavam os paulistas. D. Rodrigo de Castelo Branco, perito espanhol em mineração argentífera, seguiu para o Brasil encarregado de descobrir as minas de Itabaiana, que se acreditavam muito ricas em prata.

O êxodo de metais do reino obrigava o Governo português a sucessivas quebras da moeda; atendendo a reiteradas reclamações, tinha concordado Portugal em criar uma moeda provincial para o Brasil. Em São Paulo, houve, durante algum tempo, regime monetário à parte, com moeda enfraquecida, decretado pela gente de Piratininga.

Não poderiam, portanto, surgir em ocasião mais oportuna os “descobertos” dos paulistas.

Manifestados estes, aplicou-se-lhes a legislação especial, em boa parte já existente desde o começo do século XVII, quando, Portugal estando ainda sob o domínio espanhol, D. Francisco de Sousa chefeara uma tentativa oficial para o descobrimento de minas.

Com o afluxo que se verificou nas Minas Gerais e os sucessivos descobrimentos que se faziam, quase sempre por um paulista, a produção aurífera foi tomando grande incremento, aumentada também a partir de 1720 e 1726, com a contribuição de Mato Grosso e Goiás.

Em 1728, descobriam-se as primeiras jazidas diamantíferas, que provocaram um novo *rush* minerador e novas providências administrativas da Metrópole.

Os rendimentos de nossas jazidas, como, aliás, se tem verificado por toda a parte, nas descobertas de ouro aluvional, tiveram uma vida efêmera.

O apogeu da produção brasileira ocorreu por volta de 1760, declinando após, rapidamente, até se tornar bem diminuta no final do século XVIII.

Apareceu, porém, num momento altamente propício para a monarquia portuguesa e para a sua colônia brasileira. Na segunda metade do século XVII, barateavam os produtos de exportação brasileira, sujeitos à depressão geral de preços, que se registrava na Europa, e à concorrência que ao açúcar brasileiro passou a fazer o das Antilhas holandesas, inglesas e francesas; o aumento na circulação metálica atuou nos mercados da Europa, provocando uma reação de alta nos preços gerais.

A mineração ofereceu, também, um enorme mercado para os escravos e para o gado do Norte; e se proporcionou, em momento oportuno, um derivativo de alto rendimento para os elementos que trabalhavam deficitariamente na indústria do açúcar, passou, mais tarde, a prejudicá-la, quando, pela melhoria dos preços, os engenhos desejaram retomar sua antiga atividade.

Os efeitos econômico-sociais da mineração, dentro das fronteiras brasileiras, serão, porém, examinados em capítulo especial.

Rendimentos da Coroa

Não foram somente os quintos da Coroa e os rendimentos das jazidas diamantíferas, tornados monopólios de Estado, que proporcionaram fortes recursos ao Erário Real; outros réditos, diretos e indiretos, tomaram grande vulto no século da mineração.

De fato, com o aumento de preços, verificado com os produtos de exportação, do Norte e Nordeste brasileiros, aumentaram as rendas dos dízimos.

O grande crescimento da população, a intensificação da importação de escravos, refletindo-se nos direitos auferidos sobre o tráfico; os réditos percebidos nas alfândegas, o monopólio do sal, do sabão e do tabaco, os impostos sobre a circulação de mercadorias no interior da colônia, dariam, por volta de 1770, acima de 500 mil libras esterlinas, afora o rendimento do ouro e dos diamantes.¹³

13 Uma colônia tão interessante tem sido útil a Portugal de diversos modos. O aumento de suas rendas públicas pelo Brasil tem em muito preocupado seus administradores. A obrigação de pagar os transportes dos metais, reservada aos navios de guerra; o comércio exclusivo dos diamantes; a venda de um grande número de monopólios; as taxas das alfândegas; tais são as fontes que o fisco organizou na Europa. Na América, exigem-se os quintos do ouro e dos diamantes que alcançam 7 milhões de libras; o décimo de todas as produções, que rende 2,873.000 libras. A compra do direito de travessia, 160.000 libras. Direitos sobre escravos, que alcançam 1.076.650 libras; contribuição para a reedificação de Lisboa e escolas públicas, 385.000 libras. Postos de justiça, 153.000 libras, 10% do que entra, 10% do que sai, 4.882.000 libras. Direitos de circulação de mercadorias no interior, 1.124.000 libras. Monopólio do sal, sabão, mercúrio, aguardente, cartas de jogar, 710.320 libras. Total: 18.073.970 libras turnesas. (Raynal – *Hist. Philosophique et Politique*, vol. 8, 1792)

A libra turnesa, nessa época, valia 0,95 fr. ouro. Esse total corresponderia, portanto, a £ 700.000.

Sendo todo o comércio da colônia feito através da Metrópole, e boa parte das manufaturas aqui consumidas de procedência inglesa, entravam para os cofres portugueses mais de 40% dos pagamentos efetuados pelos importadores brasileiros.

Realmente, gravavam essas mercadorias, sobre seu valor de origem:

Direitos de importação, segundo o tratado de 1654	23%
Dízimos no Brasil	10%
Sisa, idem.	10%
Quinto do ouro, ou 20% na Alfândega de Lisboa s/ o açúcar	20%
1% ouro 1%	1%
Direito para a reedificação de Lisboa, após o terremoto	4%
	68%

Foi o século XVIII a era de maior fartura para o Erário Régio.

O convento de Mafra, o palácio das Necessidades, a reconstrução de Lisboa, os gastos descompassados da Corte, foram pagos com rendas provenientes do Brasil.

Para conseguir distinções de ordem religiosa, como a criação da Patriarcal de Lisboa, o título de “Fidelíssimo” e para manifestações de seu apreço à Cúria Romana, fez D. João V, a esta, contribuições, cujos valores têm sido objeto de controvérsias, tornando-se até lendárias.

Um investigador português¹⁴ lhes atribui as seguintes cifras:

Dinheiro em espécie	115.509. 132 cruzados
Ouro de lei	6.417 arrobas e 13 libras
Prata de lei	324 arrobas
Cobre	15.697 arrobas
Diamante	2.308 quilates

Tudo somando mais de £ 27.000.000. No último quartel do século, mais de metade do comércio exterior de Portugal era mantido

14 Sebastião Ferreira Soares – *Elementos de Estatística*, 1865.

por produtos brasileiros. Mesmo depois do declínio da mineração, continuou a auferir grandes lucros com a alta de preços dos artigos de sua colônia.

A guerra da independência americana valorizou em muito o algodão do Norte do Brasil; as especiarias colhidas no vale do Amazonas, o algodão do Maranhão, Pernambuco e Bahia, o fumo, o azeite e as barbatanas de baleia, e, ainda, sempre o açúcar, permitiram à Metrópole manter altas as cifras do seu comércio exterior.

Como quer que seja, existem as provas incontestes de que o ouro do Brasil proporcionou saldos positivos ao Erário e ao comércio do reino. Durante o século XVIII não mais precisaram os reis de Portugal de reunir as Cortes para a votação de quaisquer medidas financeiras de criação de impostos, e tampouco recorrer às quebras da moeda, tão usuais em épocas anteriores.

O câmbio português conservou-se sempre ao par, e mesmo acima, nos períodos de mais fatura de ouro, ou durante a exportação de produtos, como algodão, e outros, valorizados pelas guerras ou pela alta, então verificada nos preços.

Mais do que a Lusitânia, tinha, porém, lucrado a Inglaterra com o ouro do Brasil.

Tratado de Methuen

Logo após a separação das Coroas espanhola e portuguesa, procurou esta última aproximar-se da Inglaterra e da Holanda, inimigos tradicionais do império espanhol.

Com a Holanda, não foi possível aproximação estável, pelo conflito de interesses, oriundo do apossamento pelos batavos do Brasil holandês e de colônias portuguesas da África e da Ásia.

À Inglaterra, em sucessivos tratados, de 1642, 1654 e 1661, Portugal concedeu favores de navegação e comércio, permissão de se estabelecerem os seus súditos até ao número de quatro famílias em cada um dos portos de Goa, Coxim, Diu, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, além de rico dote à Infanta D. Catarina, no qual estavam compreendidas as cidades de Tânger e Bombaim.

Na Inglaterra houve, no final do século XVII, uma efervescência de empreendimentos comerciais e um grande esforço por parte dos negociantes para o estabelecimento de linhas internacionais de comércio. Foi a época dos negociantes aventureiros e das primeiras grandes companhias fundadas para o intercâmbio com o exterior.

As manufaturas inglesas que então se desenvolviam, estimuladas por uma política altamente protecionista, começaram a sofrer a concorrência dos panos orientais, trazidos pelas frotas inglesas das companhias de comércio.

Manifestou-se, dentro da própria Inglaterra, um conflito de interesses entre os fabricantes e aquelas empresas. Foi quando a Grã-Bretanha pensou em conquistar um novo mercado para suas manufaturas de lã, dentro do império português, que resolvesse a sua crise e alargasse as possibilidades de suas fabricações.

Methuen, embaixador inglês em Portugal, conseguiu, após laboriosíssimas negociações, que se concluísse, em 1703, o célebre tratado que ia ligar definitivamente a orientação político-econômica portuguesa às diretrizes da política comercial inglesa.

Aparentemente simples, esse tratado, que tem sido tão amplamente discutido, teria, no momento, um significado todo especial. De fato, as três cláusulas que, à primeira vista, nada de anormal podem indicar para a mentalidade de hoje ou para os cultores da chamada escola liberal do século XIX, continham, no entanto, dispositivos que envolviam os próprios fundamentos da economia lusitana.

Pela primeira, Portugal permitia a entrada de panos e outras manufaturas de lã inglesas, cuja importação proibira em leis de 1681 e 1690, fosse qual fosse a procedência; pela cláusula segunda, os vinhos portugueses teriam na Inglaterra um tratamento preferencial sobre os vinhos franceses, em relação aos quais gozavam de um abatimento de 1/3 nos direitos, ficando Portugal habilitado a denunciar o tratado, caso cessasse esse tratamento preferencial. A cláusula terceira, meramente protocolar, marcava dois meses de prazo para a ratificação do convênio.

Um dos argumentos do negociador britânico se baseava nas indicações naturais do clima e do meio inglês para a indústria fabril e as

condições favoráveis do ambiente lusitano, onde o clima não se mostrava tão adverso aos trabalhos de campo, para a cultura vinícola.¹⁵

É preciso assinalar, para a perfeita compreensão desse tratado, que as manufaturas de pano de lã constituíam, na época, quase que a totalidade dos produtos industriais de exportação.¹⁶ Consentindo, dentro de seu território, a concorrência dos panos ingleses, matou Portugal o seu parque industrial e se tornou definitivamente uma nação agrícola, baseada na produção vinícola.

Ora, o ouro do Brasil não ficaria em Portugal em pagamento de seus vinhos, nem nas reservas do Erário Real que, sem saldos efetivos, não poderia retê-lo; atravessava o país em demanda da Inglaterra, em pagamento da balança de comércio, inteiramente favorável a esta nação.¹⁷ Estimulando o trabalho inglês, remunerando melhor as suas mercadorias, concorreu para o progresso efetivo daquele povo, muito mais do que para o enriquecimento de Portugal.

Nesta última nação, criou-se para várias classes um padrão de vida artificial, acima do que o trabalho da terra e seus rendimentos poderiam permitir.

O ouro do Brasil, estimulando os preços em geral, conferiu novos elementos à expansão britânica que há mais de meio século se preparava para a conquista de colônias e de mercados.

A elevação de preços internos, que provocou naquela ilha, fortaleceu o sistema monetário inglês, permitiu o acúmulo de capitais internos e o enriquecimento de muitos arrendatários de terras, que puderam, assim, se tornar proprietários, com funda repercussão na própria formação social inglesa.¹⁸

A extensão dos pastos para carneiros, a que obrigava a manufatura de lã, exerceu também decisiva influência no aumento das populações urbanas, e na conseqüente melhoria das condições políticas e sociais dos súditos britânicos.

15 Bento Carqueja – *Capitalismo Moderno em Portugal*, 1908.

16 Vide nota à página 150.

17 Bento Carqueja – *Op. cit.*

18 Knight, Barnes and Flugel - *Op. cit.*

A Inglaterra já havia dado preferência ao ouro para base do seu sistema monetário. Portugal lhe outorgara ainda condições preferenciais para o seu comércio, as quais, somadas à superioridade do aparelhamento técnico inglês, facilitaram a conquista dos mercados portugueses pelas manufaturas daquele país, num momento em que surgiam das minas do Brasil grandes signos de poder aquisitivo. De fato, o ouro do Brasil era, então, a maior massa aurífera que aparecera desde o início dos tempos modernos.

Lucrou, assim, a Inglaterra bem mais do que Portugal com as descobertas dos bandeirantes paulistas.

Por um desses paradoxos, de que a História é tão rica, os escravos africanos, que o ouro dos mineradores brasileiros introduziu para labutar nos sertões brasileiros, trabalharam poderosamente para o aperfeiçoamento das condições sociais e políticas do povo daquela grande nação, melhorando consideravelmente as condições do trabalho agrícola nas Ilhas Britânicas.¹⁹

Sob um ponto de vista internacional, é de registrar a opinião de Sombart, que atribui ao aparecimento do ouro brasileiro uma nova etapa no período do capitalismo.²⁰ Acrescenta este autor:

“Sem a descoberta (acidental!) das jazidas de metais preciosos sobre as alturas das Cordilheiras e nos vales do Brasil, não teríamos o homem econômico moderno.”

Para o Brasil, esse ouro teve resultados bem diversos: se não ficou incorporado em empreendimentos de grandes resultados para o futuro, incentivou, no entanto, uma vultosa imigração para o Centro-Sul do país, que ocupou, definitivamente, nossos sertões; permitiu a construção de nossas primeiras cidades no interior; criou um grande mercado de gado e tropas, estimulando os paulistas à ocupação e conquista definitiva das regiões do Sul; tornou o Rio de Janeiro a capital brasileira e aí criou fortes elementos de progresso; permitiu, finalmente, a concentração e a formação de capitais em escravos e tropas, que mais tarde

19 Knight, Barnes and Flugel – *Op. cit.*

20 Sombart – *Le Bourgeois.*

facilitariam a implantação da lavoura de café no vale do Paraíba e nas regiões fluminenses.

A despeito de todas as ilusões criadas pelo ouro, o balanço geral do ciclo de mineração brasileira deixou saldos reais em proveito de nossa terra. É o que examinaremos em nosso próximo capítulo.

Foi esta a nona aula dada em 30 de outubro de 1936, nas condições das anteriores.

.....

Capítulo XI

CICLO DA MINERAÇÃO

(2ª Parte)

A INFLUÊNCIA DA MINERAÇÃO NAS ECONOMIAS NACIONAIS. CASOS EM QUE PRODUZ SALDOS REAIS, OUTROS EM QUE SE TORNA DEFICITÁRIA. OS DESCOBERTOS BRASILEIROS: MINAS GERAIS, MATO GROSSO, GOIÁS E BAHIA. OS ESTUDOS DE PANDIÁ CALÓGERAS. OURO ALUVIONAL, OURO ALUVIAL, OURO DE VEEIRO. OS PREÇOS E AS QUALIDADES DO OURO PRODUZIDO. A DEFICIÊNCIA DE PROCESSOS TÉCNICOS, DE APARELHAMENTO MECÂNICO, DE MEIOS DE TRANSPORTES E DE SUBSISTÊNCIA. OS XISTOS DA FOME. A ADMINISTRAÇÃO FISCAL, SISTEMAS TRIBUTÁRIOS E LEGISLAÇÃO MINEIRA. O TRABALHO ESCRAVO, AS GRANDES OBRAS HIDRÁULICAS, CANAIS E ESCAVAÇÕES EXECUTADOS NAS ZONAS EXPLORADAS. AS JAZIDAS DIAMANTÍFERAS, AS PEDRAS CORADAS E OS MINÉRIOS METÁLICOS. VALORES PRODUZIDOS. NÚMEROS E ESTATÍSTICAS. O DECLÍNIO DA MINERAÇÃO E A CRISE SULINA DE REAJUSTAMENTO. AS EXPORTAÇÕES DO SUL E DO NORTE NO SÉCULO XVIII. AS ZONAS EMPOBRECIDAS NAS ANTIGAS REGIÕES MINERADORAS.

T

A mineração na era colonial

EM SIDO objeto de freqüente indagação, por parte dos economistas, a contribuição das minas para o progresso e enriquecimento dos países que as possuem.

Sendo o ouro uma mercadoria, a sua produção não se traduz, necessariamente, num fator de sobras. Desde que o custo de extração

seja superior ao seu valor comercial, o empreendimento minerador, como qualquer outro, se torna deficitário, cessando a razão de suas atividades.

Pode acontecer que o custo da exploração seja de tal forma pequeno, em relação ao que se apure com o artigo extraído, que o volume dos seus saldos represente um grande enriquecimento para os seus possuidores. Neste caso, como o metal precioso é o próprio instrumento de troca e a medida usual do poder aquisitivo, os seus detentores obtêm diretamente uma soma de capitais que, quando do trato de outros produtos, só pode ser alcançada por uma série de operações comerciais. Explica-se por isso o fetichismo que a posse do ouro fácil sempre produziu na massa popular, em sua maioria ignorante das leis econômicas, e sem o preparo especializado que, ao mesmo passo que incute nos indivíduos grande confiança em si próprios, lhes proporciona uma capacidade produtora capaz de assegurar suficiente e estável padrão de vida.

O valor do ouro, em tempos normais, é em grande parte regulado pelo custo de sua extração. Quando surgiram na América as grandes massas de metais preciosos, as minas européias tornaram-se praticamente inexploráveis, pois que, pelo barateamento dos metais, os demais artigos encareceram, acarretando a célebre revolução de preços e tornando aquelas empresas deficitárias. O mesmo sucede a muitas empresas auríferas, quando o teor médio de minério não dá o rendimento suficiente para cobrir as despesas de sua extração.

A História tem, porém, registrado consideráveis descobertas de metais preciosos, de fácil extração, que representam para os seus descobridores a fortuna rápida sempre cobiçada pelos homens, em confirmação à lei do menor esforço.

Os novos capitais, que esses valores representam, atuam de diferentes formas em relação aos seus proprietários ou às sociedades em que estes se integram. Os seus detentores podem dilapidar essas riquezas, facilmente adquiridas, em permuta com artigos de consumo

imediatos. Esgotados esses valores, ficam os indivíduos depauperados, desiludidos, e tanto mais sofrendores quanto se habituaram a um nível de vida inatingível com seus ganhos ordinários. Podem ainda os beneficiários dessas rápidas fortunas pertencer a uma sociedade improvisada, que não possua organização produtora de elementos essenciais à vida, e, então, é com a exportação do próprio ouro que se podem adquirir tais elementos. Foram esses dois aspectos que se conheceram no Brasil colônia.

Finalmente, essa massa inesperada de metais preciosos pode surgir dentro de uma nação, já aparelhada para maior progresso, tonificando os novos capitais todo o aparelhamento produtor, com benéficos reflexos para toda a sociedade. Foi este o caso da descoberta, em 1848, dos metais preciosos na Califórnia, Estados Unidos, país independente, já organizado, cuja política econômica, eminentemente protecionista, fomentava o desenvolvimento do comércio e da indústria dentro de suas próprias fronteiras.¹ É ainda o que acontece no atual Império britânico, que extrai, dentro de suas lindes, 3/4 partes da produção aurífera mundial.

1 Os Estados Unidos devem também aos prospectadores de depósitos auríferos o desbravamento e colonização de grandes regiões do Oeste americano.

“Em princípios de 1848, avaliavam-se em 15.000 os habitantes de raça branca na Califórnia. Em fins de 1849, quando toda a Europa, a América do Sul e mesmo a China, tomaram parte no grande êxodo, admitia-se que a Califórnia já contava com 100.000 habitantes, e durante cinco ou seis anos ainda, isto é, até 1856, a população aumentou de 50.000 habitantes por ano.

“Em Colorado repetiu-se o caso, a partir de 1859.” (L. Simonin – *L’or et L’argent*).

No Brasil colônia, o ouro foi descoberto em sertões afastados e inabitados, em uma época em que a população do país, excetuados os íncolas, não seria, talvez, superior a 300.000 habitantes.²

A era da máquina ainda não havia surgido; somente após 1750 é que se registraria o início da revolução industrial.

2 São muito escassas as informações sobre a população do Brasil no período colonial. Contreiras Rodrigues publica as seguintes avaliações:

1550	15.000		
1576	17.100		
1600	100.000	} 30.000 brancos } 70.000 mestiços, negros e índios	
1660	184.000		
1690	184.000 a 300.000	} 74.000 brancos e índios livres } 110.000 escravos	
1780	2.523.000		
1798	3.250.000	} brancos 1.010.000 } índios 252.000 } libertos 406.000 } pardos (escravos) 221.000 } negros (escravos) 1.361.000	
1819	4.396.132		
			} brancos 2.488.743 } índios 800.000 } escravos 1.107.389

Thomas Ewbank, em *Life in Brazil*, 1856, refere-se a uma estatística publicada em 1847, que menciona as seguintes estimativas da população brasileira:

1766 – 1.500.000
1798 – 3.000.000
1819 – 4.396.000

Humboldt admitia para a América, continental e insular, no começo do século XIX, 34.942.000 habitantes, sendo:

Branços	13.471.000, ou 38 %
Índios	8.610.000, ou 25 %
Negros	6.433.000, ou 19 %
Raças mistas	6.428.000, ou 10 %

Para o Brasil atribuía 3.650.000, sendo:

Branços	920.000
Índios do rio Negro, rio Branco e Amazonas	260.000
Índios independentes	210.000 (aprox.)
Negros	1.960.000
Mestiços	300.000 (aprox.)
	<u>3.650.000</u>

População insuficiente, zonas de difícil acesso e sem recursos alimentares, aparelhamento técnico rudimentar, caracterizam a era de nossos primeiros descobertos. Tal foi, porém, a fascinação que a notícia da fortuna rápida de alguns produziu nos espíritos da época, que, decorridos os primeiros 25 anos, já se concentrava no centro-sul da colônia e regiões dantes praticamente inabitadas, um número correspondente a mais de 50% dos habitantes existentes no país, em 1700.

Os problemas de acesso e de abastecimento obrigaram a abertura das primeiras estradas para o sertão, tornando-se insuficientes os rastos dos bandeirantes ou as trilhas dos nossos íncolas. (Anexo IV)

A economia do engenho de açúcar, latifundiária por excelência, não gerava a construção de cidades. A exploração do solo e os trabalhos do engenho demandavam aí número relativamente estável de braços, e os elementos forros, que vegetavam em torno desses núcleos, constituíam uma constante preocupação das autoridades da terra, que não sabiam como aplicar, produtivamente, tais indivíduos.³ Muitos desses elementos foram aproveitados nas bandeiras colonizadoras da mineração, e muitos senhores de engenho e agricultores abandonaram, com sua gente, suas atividades habituais, partindo também em demanda das minas.

Considerando-se os meios primitivos de transportes e a deficiência da população, assim como o pequeno número de habitantes

Balbi, em *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal*, atribuíra ao Brasil, em 1810, uma população de 3.617.900, sendo:

Branços.....	843.000
Índios de todas as castas.....	259.400
Mestiços livres.....	426.000
Mestiços cativos.....	202.000
Negros livres.....	159.500
Negros escravos.....	1.728.000

Para 1819, calculava 4.222.000 habitantes. Neste mesmo ano, atribuíra a todo o império português a população de 9.098.000, da qual 3.373.000 na Europa, nos reinos de Portugal e Algarve, inclusive Açores.

3 Oliveira Viana, em suas *Populações Meridionais do Brasil*, explica a formação dessa sociedade de colonos livres, de agregados e mestiços de toda sorte, que se desloca continuamente em torno dos engenhos. Houve governadores que promoveram a criação de vilas especialmente para fixar essa população nômade.

da Capitania de São Paulo, forçoso é reconhecer que foi notável, para a época, a corrida de gente para as minas descobertas pelos paulistas. Gerou esse afluxo complexos problemas de alimentação, de ordem e de administração, de que nos dão pormenorizadas notícias as crônicas do tempo, as Cartas Régias, os bandos dos governadores e os arquivos públicos.

Os primeiros descobertos

Estimulou a Coroa portuguesa, de modo eficaz, os descobrimentos das minas.

No final do século XVII, o Regente D. Pedro enviou cartas a vários bandeirantes paulistas, concitando-os ao cometimento, convencidos como estavam os governantes portugueses de que seriam esses os mais aptos para o achado das pedras coradas e dos metais preciosos existentes, por certo, nos sertões brasileiros.

A grande bandeira de Fernão Dias Pais, o governador das esmeraldas, que cruzou as regiões mineiras por mais de seis anos, em rotas bem diversas das que habitualmente seguiram os bandeirantes na sua caçada aos íncolas, originou-se desse apelo régio. São bem conhecidos os traços característicos dessa epopéia. A partida de Fernão Dias, acompanhado do seu filho Garcia Rodrigues, de seu genro Manuel de Borba Gato, de Matias Cardoso de Almeida, três sertanistas que estabeleceram o contato entre essa bandeira e o período de pesquisas de ouro, e muitas outras figuras legendárias na história das bandeiras paulistas. Os sacrifícios e as privações de toda sorte que experimentou essa bandeira; o encontro das pedras coradas, por Fernão Dias, e a sua morte já no regresso a São Paulo;⁴ o assassinato do enviado real D. Rodrigo de Castelo Branco por gente de Borba Gato, em pleno sertão, são todos fatos relatados amiúde pelos nossos historiadores. Parece ter cabido a essa expedição um papel fixador, por excelência, da atenção dos demais des-

4 “Passados anos de peregrinações em Minas Gerais, as esmeraldas foram novamente localizadas, em 1681, por um dos mais ilustres chefes de bandeira, Fernão Dias Pais Leme. Em realidade, eram berilos, águas-marinhas e turmalinas, como classificação científica; verdadeiras esmeraldas só há poucos anos se revelaram. Mas as gemas semipreciosas, mesmo de valor menos elevado, ainda ofereciam bons resultados. Fernão Dias, entretanto, morreu de esforços e de sofrimentos curtos no sertão, sacrifícios e peijas que, em sua idade, já não poderia suportar.” (Pandá Calógeras – *Formação Histórica do Brasil*)

bravadores para a região em que se foi encontrar o ouro aluvional em grandes massas.

A bandeira de Arzão retirou algum ouro do Caeté e o seu chefe revelou a mina ao governo do Espírito Santo, localidade que alcançou pela descida do rio Doce. O seu cunhado, Bartolomeu Bueno de Siqueira, recebeu o seu roteiro, organizando as bandeiras exploradoras de 1694. “Pouco depois, em 1698-99, foram manifestadas as primeiras jazidas auríferas realmente importantes, que se abriram às margens do rio das Velhas, um dos afluentes da margem direita do S. Francisco. A partir desse momento, ano após ano, mês após mês, novos depósitos se foram descobrindo, de riqueza fabulosa, sempre em Minas.”⁵ O próprio Borba Gato, que se achava foragido no sertão, obteve do governador Artur de Meneses, que para as minas partiu, em 1700, o seu perdão em troca da indicação de novos e ricos descobertos das minas de Sabarabuçu. Mas a gente piratiningana não era bastante numerosa para, de per si, ocupar e explorar toda a zona mineradora. Deu-se a grande invasão dos forasteiros; e os pioneiros paulistas, não obstante todo o seu passado de sacrifícios, ao serviço do descobrimento de metais preciosos, passaram a constituir minoria nas regiões das Minas Gerais.⁶

Natureza dos descobertos

O ouro, sendo metal muito mais denso do que o ferro e vários outros em cuja companhia habitualmente surge na natureza, dá-se a sua separação e depósito por ocasião do arrastamento dos detritos minerais pelas águas.

5 Pandiá Calógeras – *Op. cit.*

6 A guerra dos Emboabas e o seu desfecho tem, a nosso ver, uma explicação demográfica. A população das capitanias paulistas, em 1700, parece que não alcançaria 15.000 almas. Com a divisão em datas, os terrenos de mineração absorveram a atividade dos elementos paulistas disponíveis, que não podiam exceder, em muito, de um milhar, e receberam ainda uma massa muito maior de forasteiros.

O choque era inevitável e os paulistas, em evidente minoria, não poderiam expulsar a grande onda dos emboabas. Para se aquilatar do espírito de acriminosidade reinante, além das queixas registradas quanto à prepotência dos paulistas, basta se ater à alcunha com que estes mimoseavam os recém-chegados: “emboabas” – galinhas de calças.

O processo do aparecimento do ouro aluvional é o seguinte: no fraturamento e desgaste, pelas intempéries, dos terrenos mineralizados, vão-se formando cascalhos que, rolados pelas águas, formam as areias mineralizadas. No carregamento, pelas enxurradas, dessas areias, vão-se depositando na parte inferior as partículas mais pesadas, sendo transportadas pelas águas as mais leves. Nos vales dos rios, cujas areias se revelaram auríferas, deparavam-se com frequência em “caldeirões” os mais ricos cascalhos e depósitos auríferos; nos tabuleiros, nas margens das águas correntes, leitos primitivos do mesmo curso de água, encontravam-se camadas de cascalhos auríferos cobertas por depósitos de estéreis. Nas encostas dos morros, em que afloravam os filões, era comum existirem depósitos de cascalhos auríferos, rolados por uma erosão secular e recobertos de materiais estéreis (ouro aluvional). Não era de estranhar, portanto, que muitas bandeiras passassem sobre locais que mais tarde se mostraram fortemente auríferos, sem isso perceberem. A busca desses metais demandava tempo, conhecimentos e aparelhamentos, e as bandeiras de gente de poucos recursos, como eram as paulistas, não poderiam trocar o certo, que era a caça ao íncola, pela incerteza das pesquisas auríferas.

Processos de mineração

A exploração do ouro aluvional se iniciou nas areias e nos cascalhos dos rios. Para esse fim, procuravam os mineradores extrair o material aurífero de seus leitos, utilizando-se de grandes pratos, pequenas gamelas ou bateias; ou então transportando-o em caixas de madeira de forma troncocônica, os carombés, para depósitos, onde deveriam ser feitas as concentrações das areias auríferas. Para a retirada deste cascalho dos rios, desviavam-se também os seus cursos; outras vezes, separavam-se trechos de seus leitos por uma ensecadeira parcial, unida a uma das margens, ou por uma ensecadeira central, feita com estaqueamento duplo, em cujo intervalo se apiloava a terra. Empregavam ainda um instrumento para pescar o cascalho, constituído de uma pá pontiaguda, a cujo centro aberto se adaptava um forte saco, que recebia o material levantado do leito do rio. A cavadeira e o almocrafe eram os utensílios mais utilizados no desprendimento do cascalho e areia de suas jazidas naturais. Mas era a bateia, a bacia do faisgador, o instrumento final, com o qual se apurava o ouro. Era nesta que os faisgadores determinavam o valor da pinta e a vantagem ou não da exploração de um dado depósito de areias ou cascalhos. De fato, colocando na bateia uma porção dessa areia mine-

realizada, com movimentos rotativos e golpes acentuados, faziam os faisca-dores a água da bacia ir expelindo o material estéril e ir-se concentrando, no fundo, a areia cada vez mais mineralizada, até que se pudesse, finalmente, fazer a separação do ouro puro. A quantidade de ouro depositado avaliava-se em vinténs. A pinta era pobre, se fosse inferior a 5 réis ou 28 miligramas o depósito em cada bateia, e rica, se superior a 1 vintém ou 112 miligramas.

Fora dos leitos dos rios, nos tabuleiros, o serviço se fazia por catas, escavações em forma de poços, em que se retirava o material estéril até o encontro do cascalho aurífero. Abaixo desse cascalho encontrava-se, por vezes, maior concentração de ouro sobre a piçarra. Não se procedia à escavação além dessa piçarra, por ser considerada inútil.

De outras vezes, empregavam-se os processos dos canais paralelos, desviando-se parte do curso da água para canais retos, construídos nas margens dos próprios rios. Os escravos trabalhavam dentro desses canais, remexendo as areias auríferas com suas ferramentas, em movimentos apropriados, para permitir que a água fosse levando o material estéril, depositando-se, dentro dos próprios canais, a areia enriquecida. Esta era retirada em carombés para seu tratamento final.

Os depósitos dos flancos das montanhas, as grupiaras, como eram chamados, eram trabalhados ainda pela água. Para esse fim constru-íam-se canais adutores, vindos por vezes de léguas de distância, em nível suficiente para provocar uma queda rápida sobre a região de flanco, em que havia depositado cascalho aurífero. A corrente, formando muitas vezes cascatas, provocava, em depósitos previamente preparados, a concentração das areias mineralizadas, que se iam enriquecendo por operações sucessivas.⁷

Para o trabalho das camadas e filões auríferos, empregava-se ora o processo das catas, ora o processo das águas dos flancos das montanhas, aduzidas por canais superiores e acumuladas em reservatórios apropriados. Para receber o material da zona cuja escavação se visava, constru-íam-se grandes reservatórios no vale das montanhas, os chamados “mon-déus”, capazes de abrigar grandes estoques de areia e cascalhos, que eram tratados, visando sempre a concentração das matérias minerais pelo enriquecimento progressivo dos depósitos.⁸

7 Vide gravura a págs. 361.

8 Vide gravura a págs. 362.



Mineração do ouro. Trabalho em bateia. (Paul Ferrand)



Lavagem do minério de ouro junto ao Morro do Itacolomi. (Rugendas)

Para o trabalho no próprio seio das montanhas, construíam-se poços e galerias, mas de pouca profundidade e comprimento, dada a insuficiência de processos de escoramentos, drenagem e ventilação, de que então se dispunham.

Como quer que seja, o trabalho de mineração exigia, frequentemente, obras hidráulicas de vulto e grandes escavações, cujos vestígios ainda sulcam vastas regiões dos territórios de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Bahia, demonstrando o esforço formidável com que se desenvolveu a atividade mineradora em nossos sertões durante o século XVIII.

A história desse período, o seu apogeu e decadência, o estudo crítico de suas causas e as advertências quanto ao aproveitamento mais eficiente das nossas possibilidades mineradoras, estão consubstanciados no memorável parecer oferecido em 1904, à Câmara dos Deputados, pelo preclaro Pandiá Calógeras, sob o título “As Minas do Brasil”.

Tributações

Não deixou de levar algum tempo a organização fiscal das minas. Já existia uma abundante legislação a respeito. Tratava-se, porém, de zonas afastadas, onde tudo era improvisado. A variação do modo de taxaço, dos sistemas de incidência e das providências atinentes ao desenvolvimento dos trabalhos demonstra os esforços que fazia a administração portuguesa para combater os descaminhos e atender à evolução em que se processavam os trabalhos da mineração.

Em 1700 foram enviados às minas os primeiros provedores para o recebimento dos quintos, e o bando do Governador Artur de Sá Meneses, de abril de 1701, proibia a exportação de ouro, sem que se fizesse a prova, por intermédio de uma guia, de haver sido satisfeito o pagamento desse imposto. Foram criados, para esse fim, registros, nas estradas do Rio, São Paulo, Bahia e Pernambuco.

Em 1713, o Governador D. Brás Baltasar da Silveira quis levar a efeito a construção das casas de fundição para evitar a circulação do ouro em pó e cercear dessa forma a fraude que imperava. Em

virtude da oposição, levantada pelos mineradores, acordou-se em manter o regime de exportação livre, mediante o pagamento de uma finta de 30 arrobas anuais. Não tendo a Coroa aprovado esse arranjo, tentou-se, em 1715, adotar o imposto por bateia, na base de 10 oitavas ou 35,86 gramas anuais para cada uma; não chegou esse acordo a ser posto em execução, aquiescendo, finalmente, o governo português, em aprovar a finta, já estabelecida. Em 1718 foi baixada essa finta a 25 arrobas.

Em 1719 voltou a insistir a Coroa sobre a necessidade da instalação de casas de fundição; renovou-se a oposição dos mineradores, que propuseram elevar a finta a 37 arrobas anuais. Mas, assim que o governador pôde adquirir autoridade suficiente, fez adotar as casas de fundição, que começaram a funcionar em 1º de fevereiro de 1725. Todo o ouro era levado a esses estabelecimentos e, após retirada dos quintos, era fundido e restituída a respectiva barra ao proprietário, com a sua guia. Julgado excessivo o imposto e acentuando-se a fraude, foi ele, em 1730, reduzido a 12%. Em 1732 a Coroa quis substituí-lo pelo de capitação, isto é, um tanto por indivíduo que trabalhasse na mineração.

Para evitar tal imposto, propuseram os mineiros voltar ao sistema da finta, elevando-a a 100 arrobas anuais. Finalmente, em 1735, Gomes Freire de Andrade estabeleceu pela primeira vez o imposto de capitação. Foi fixado em 4,75 oitavas ou 17 gramas por escravo; os nascidos nas minas, com menos de 14 anos, ficariam isentos. Na base de 100.000 escravos, que recentes documentos provam terem trabalhado nas Minas Gerais, no período de maior efervescência da procura de ouro, esse imposto deveria render à Coroa mais de 113 arrobas. Dele se queixavam amargamente os mineradores. De fato, quantas vezes grandes turmas de escravos não trabalhariam em pesquisas completamente inúteis? Para se ter uma idéia dessa circunstância, basta examinar as variações bruscas nos registros dos quintos e os meticolosos estudos procedidos por Eschwege, já no início do século XIX.⁹

9 Anexo I.

O imposto de capitação era profundamente injusto, pois que, se tolerável nas zonas de farta mineração, tornava-se proibitivo nas regiões pobres; a sua incidência acarretava enorme desigualdade. Em 1750, no reinado de D. José I, voltou novamente a Coroa a receber os quintos em barras nas casas de fundição, garantindo os mineradores o mínimo anual de 100 arrobas, que poderiam ser compensadas em dois anos sucessivos.

Não foi mais alterado esse sistema de cobrança até o final da era colonial, se bem que, com a decadência das minas, se tivesse tornado por demais oneroso, e a exigência do mínimo praticamente abandonada. Em 1759 foram arrecadadas 116 arrobas. A partir de 1766 foi caindo a produção, rendendo o imposto 70 arrobas em 1777, 30 arrobas em 1808, 7 em 1819 e 2 em 1820. Em 1803 surgiu um decreto reduzindo de metade os impostos, que então ficaram, com o adicional criado, à razão de 12%. Medida teórica, pois que, por dificuldades de tesouraria, não foi posta em execução. Eschwege alcançou, em 1811, que essa redução ficasse assegurada para as empresas que fizessem a mineração, utilizando-se de máquinas apropriadas.

Foi esse, em síntese, o regime fiscal sobre o ouro no período colonial, em relação às Minas Gerais.

Tiradentes

De 1735 a 1766, verificou-se o apogeu da mineração. As casas de fundição funcionavam em Vila Rica, Sabará, S. João d'el-Rei e Vila do Príncipe. Criaram-se casas de câmbio, aproveitando-se para esse fim negociantes estabelecidos nas minas, a fim de evitar a circulação do ouro em pó, que sempre facilitava a fraude. Nas casas de fundição recebiam esse ouro em pó, pesavam-no, separavam o quinto para o imposto da Coroa e fundiam o restante em fornos apropriados. Alcançado o grau de fusão suficiente, aplicava-se o sublimado corrosivo que, combinando-se com as impurezas, permitia a obtenção das barras de ouro relativamente puro. Eram essas barras pesadas e, verificado o toque, registravam-se sobre as mesmas o seu grau de finura, o peso, a data de sua confecção, tudo autenticado com as armas reais. Acompanhava cada barra a respectiva guia, sem a qual ela não poderia ser negociada.

Em princípio, não pareceria exagerada a contribuição do quinto à Coroa, em um serviço normal de mineração, cujo rendimento fosse regulado para fazer face a tal contribuição. Mas a desorganização existente, as fraudes que campeavam, o rápido esgotamento das jazidas e a grande proporção das pesquisas, que resultavam inúteis, tornaram por vezes esse imposto vexatório e iníquo. Exatamente por se tratar de populações de aventureiros, a ação das autoridades se fazia sentir com extrema severidade. Os delegados do governo agiam às vezes com excessivo despotismo. Eram freqüentes as prisões; e não foram raras as penas capitais postas em execução. Os corpos de dragões a cavalo, mantendo a ordem nos povoados e fiscalizando os freqüentadores das estradas, a atuação dos registros e dos funcionários administrativos, se faziam sentir duramente sobre os mineradores. Com o intuito de coibir os desvios, até as oficinas de ourivesaria foram fechadas nas zonas mineradoras. O mínimo de 100 arrobas, asseguradas ao Tesouro Régio por intermédio das Câmaras Municipais, tornou-se um encargo pesadíssimo, desde que a mineração declinou. Os vexames e as ameaças constantes, resultantes do não cumprimento do tratado por parte dos mineradores, provocavam descontentamento geral, de que constituíram índice as revoltas de Vila Rica e a conspiração de Tiradentes.

É de justiça, porém, reconhecer que em muitos casos faltavam à Coroa os elementos necessários para verificar se a queda das contribuições resultava da fraude ou do arrefecimento da produção.

A legislação mineira

O primeiro regimento das terras mineiras do Brasil foi promulgado a 16 de agosto de 1603. O seguinte, a 8 de agosto de 1618. Em ambos explicavam-se, minuciosamente, as condições a que se deviam submeter os descobridores das minas e seus exploradores. Pela primeira lei, aos descobridores era atribuída uma superfície retangular de 80 X 40 varas, ou seja, 88 X 44 metros ou 3.872 metros quadrados e mais outra de 60 X 30 braças, ou seja, 2. 178 metros quadrados, como minerador. O resto das jazidas seria distribuído em datas de 60 X 30 braças aos exploradores habilitados que as requeressem. Na segunda, a parte do descobridor foi elevada ao quádruplo, ou seja, 14.488 metros quadrados,

além de um prêmio de 20 cruzados. Em cada distrito minerador um provedor das minas faria aplicação do regimento.

Em 1694 uma Carta Régia prometia honras e riquezas, com títulos de nobreza, aos que descobrissem minas de valia de ouro ou prata.

Os antigos regimentos foram de difícil aplicação aos novos descobertos. Promulgou-se, então, uma nova lei, a 18 de abril de 1702, chamada Regimento dos Superintendentes, Guardas-Mores e Oficiais Deputados para as Minas de Ouro. A distribuição das datas, o modo de demarcar as terras, tudo está aí previsto. Ao descobridor era assegurada a primeira data; a segunda, à Coroa, e uma terceira ainda ao descobridor, sendo as demais repartidas pelos mineradores que tivessem mais de 12 escravos. Todas essas datas seriam de 900 braças quadradas, ou seja, 4.356 metros quadrados. Os mineradores que tivessem menor número de escravos poderiam receber datas de 25 braças em quadra, por escravo, e os que possuíam acima de 12, desde que houvesse saldo de terras a distribuir, poderiam receber um suplemento na mesma base. Dispositivos legais posteriores dispunham sobre o direito dos mineradores ao corte da madeira, de que necessitavam para seus trabalhos, nas terras dadas em sesmarias; sobre as penalidades para quem explorasse minas clandestinamente e sobre a repartição das águas entre os mineradores pelo guarda-mor, com recurso para o superintendente. Este último dispositivo data de 1720, quando parecem ter sido iniciados processos mais adiantados de mineração e a exploração se ter estendido dos vales às jazidas das montanhas. Uma lei de 1721 trata da perfuração das galerias nos morros; outras, sobre as terras necessárias à construção de canais e distribuição das áreas precisas aos trabalhos em poços.

Havia registros especiais escriturados em livros e os guardas-mores tinham autorização para expedir as cartas de datas. A faixa pertencente à Coroa era adjudicada em hasta pública.

Outras leis proibiram a derrubada das matas necessárias à proteção das águas, o corte de paus de grandes diâmetros reservados assim à construção de bateias.

Em 1752, com o intuito de evitar a desorganização do serviço das minas, uma Carta Régia isentou de penhora por dívidas os possuidores de mais de 30 escravos; foi a chamada Lei da Trintena, que muito prejudicou o crédito dos próprios mineradores.

Quando a mineração estava em franca decadência, em 1803, foi expedido um alvará estabelecendo medidas tendentes a estimulá-la. Já se compreendia ser essencial o trabalho em cooperação, a fim de reunir recursos para a exploração de jazidas de trato mais difícil; e nesse alvará se previa a outorga da preferência às companhias especialmente organizadas para tal fim. O de 1811 recomenda a criação dessas empresas. O de novembro de 1813 estende a todos os mineradores o privilégio da Trintena, de 1752.

Finalmente, a Carta Régia de 12 de agosto de 1817 autoriza a formação de sociedades por ações para a exploração de jazidas auríferas e estabelece estatutos, que lhes deveriam ser aplicados. Foram estes organizados por Eschwege, o sábio minerador alemão, que D. João VI chamou ao Brasil para estudar as causas da decadência da mineração e as medidas que se tornavam necessárias ao seu reerguimento. Previa-se a criação de um Conselho de Administração com um inspetor-geral das minas, nomeado pelo Rei. As firmas sociais seriam formadas por ações de 400\$000, pagas em dinheiro ou com 3 escravos jovens e bem conformados de 16 a 26 anos, aceitos pelo inspetor-geral. Cada sociedade devia ter o mínimo de 25 ações e até 128, no máximo, conforme a importância da jazida, limitado a 1.008 o máximo de escravos. Os terrenos auríferos, que fossem descobertos, no futuro, deviam ser de preferência concedidos às sociedades.

Eschwege encontrou enormes dificuldades para pôr em execução o seu projeto, conseguindo, após várias tentativas, fundar a sociedade da mina da Passagem, cuja exploração já havia sido abandonada. Aí estabeleceu um moinho com 9 pilões e mesas de lavagem.

Iniciaram-se, então, no Brasil processos mais aperfeiçoados de minerar.

Minas em Mato Grosso

Denominava-se varadouro o caminho para Cuiabá – pelos rios Tietê, Paraná, Pardo, Taquari, Coxim, Paraguai, São Lourenço, Camapuã –, já descrito em nosso oitavo capítulo.

A descoberta de ouro por Pascoal Moreira Cabral e outros, nas jazidas do Caxipó-Mirim, consta de um auto lavrado a 8 de abril de 1719, e que foi levado por Antunes Maciel ao Conde de Açumar, então

governador da Capitania de S. Paulo. Em 1720 já se exploravam as jazidas do Caxipó, S. Lourenço e Cuiabá.

Em 1721 Miguel Sutil descobriu novas e ricas jazidas próximo a Cuiabá. Em 1723 chegaram a S. Paulo os primeiros quintos de ouro arrecadados em Mato Grosso.

A extração cresceu prodigiosamente. Os impostos de capitação renderam, em 1724, 3.805 oitavas; em 1725, 8.953; em 1726, 16.727.

“As minas de Cuiabá deram centenas de arrobas de ouro mas, já em 1732, não ofereciam mais do que a sombra da grande riqueza passada”, diz d’Alincourt.¹⁰ Menos de 13 anos. Mas essa mineração teve ainda importantíssimo papel no alargamento das fronteiras ocidentais.

“Desde 1734 Fernando Pais de Barros e seu irmão Artur Pais, ambos de Sorocaba, descobriram as lavras, da serra de Mato Grosso, em S. Francisco Xavier, Santana e outras partes; em 1737, os cascalhos e areias do Guaporé forneceram ouro; no ano seguinte o rio Carambicuá e as minas de S. José dos Cocais.

“Pouco depois, talvez em 1741, com Antônio de Almeida Moraes, seguramente em 1742 com Manuel Félix de Lima e alguns anos mais tarde com João de Sousa Azevedo, estabeleceram-se comunicações, raras, a princípio, mas amiudadas; depois, entre Mato Grosso e Belém, pela navegação do Guaporé, Mamoré, Madeira, Tapajós e Amazonas.”¹¹

Ao sul, as investidas dos paiaguás e guaicurús, contra os frequentadores do varadouro, ocasionaram desastres lutosos.

Para evitar este caminho, em 1737 o ouvidor de Cuiabá ordenara a Antônio Pinto de Azevedo que abrisse uma estrada, ligando a sede da capitania a Goiás, então Vila Boa.

Goiás

Em 1682, o Anhangüera, Bartolomeu Bueno da Silva, o velho, levando em sua companhia um filho de igual nome, com 12 anos de idade apenas, trouxe notícias de minas de ouro e do uso ornamental deste metal pelos índios guaiás.

10 Vol. XX da *Revista do Inst. Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*.

11 Pandiá Calógeras – *Op cit.*

Em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, reuniu-se aos irmãos João Leite da Silva Ortiz e Bartolomeu Pais de Abreu, oferecendo-se ao governador da Capitania de S. Paulo, D. Rodrigo César de Meneses, para redescobrir as jazidas goianas.

Após 3 anos de lutas e sacrifícios sem par, alcançaram a meta. Iniciou-se o período goiano.

Repetiram-se, ali, os incidentes já verificados em outras regiões mineradoras. Em 1730, registrou-se a grande fome.

Abriram-se duas estradas, uma ligando as regiões das jazidas ao norte de Minas e currais do São Francisco; outra, ao sul, passando por Paracatu e Pitangui, ligando-as às minas de Cataguases.

Os campos goianos, mais favoráveis à criação, facilitaram em breve a normalização da vida nessas longínquas regiões, e abriram-se sucessivamente as lavras de Anicuns, Araés, Pilar, Crixás, Meia-Ponte, Água Quente, Ouro Fino, S. Félix, Cocal, Bonfim, etc.

Bahia

Sebastião Pinheiro Raposo, em 1718, estabeleceu-se com forte bandeira no rio das Contas, achando a quatro ou cinco palmos de profundidade excelente cascalho aurífero. Em uma só mancha, da madrugada até 10 horas da noite, extraíram-se nove arrobas de ouro.

“O metal era tanto e tão grandes as pepitas, que uma só se encontrou, em feitio de asa de tacho, pesando arroba e meia”.¹² Trabalhou 22 anos nessa cata. Acabou assassinado na Ibiapaba. Em 1720, o governo criou casas de fundição em Jacobinas e Rio das Contas, mas são escassas as notícias sobre a mineração baiana.

Qualidades do ouro

Fora de suas jazidas primitivas, “apresentava-se o ouro ora incrustado em rochas compactas (conglomerados), ora junto às montanhas disseminado em grãos sobre a rocha e coberto pela terra, outras vezes também, de ambos os lados dos vales dos rios e ao sopé das montanhas,

12 Pandiá Calógeras – *As Minas do Brasil*.

elevando-se assim a uma grande altura (grupiaras) em companhia de outros seixos, ora finalmente no leito dos rios (cascalho virgem)”¹³

Diversos eram também os aspectos com que o ouro se apresentava nas rochas, nas gangas e veios: ora em massas pepíticas, ora em pó e disseminado, algumas vezes cristalizado. Nos depósitos de aluvião, aparecia em grãos pequenos e finos de areia, ou em lâminas ou folhetos, ainda em grãos maiores ou pepitas.

A cor era variável, dominando a amarela. O extraído do cascalho virgem do ribeirão de Vila Rica apresentava uma coloração escura – que originou sua denominação de Ouro Preto.

O título do ouro, o seu toque, variava de 16 a 23 7/8 quilates. A maioria apresentava-se em título compreendido entre 21½ a 22½ quilates.¹⁴

Preços

Com a variação dos sistemas da percepção dos quintos, variou também o valor oficial do ouro em pó ou não fundido.

“Do começo da descoberta até 1725, valia a oitava 1.500 réis.

“De 1º de fevereiro de 1725 a 24 de maio de 1730, 1.200 réis. De 15 de maio de 1730 a 4 de setembro de 1732, 1.320 réis, por ter o quinto sido reduzido a 12%. De 1732 a 1735, 1.200 réis. De 1735 a 1751, durante o tempo da capitação, 1.500 réis – porque o ouro circulava livremente. De 1º de agosto de 1751, em que foram novamente estabelecidas, com regularidade, as casas de fundição, até o ano de 1823, 1.200 réis.”¹⁵

Na realidade, o explorador, que cumprisse sempre a lei, recebia pelo seu ouro o preço aproximado de 1.200 réis. O câmbio português, tendo-se conservado praticamente estável, até as guerras napoleônicas, a margem dos contrabandistas seria de 20%, no mínimo. À medida, porém, que, pelo empobrecimento das jazidas, ia encarecendo a extração, maior incitamento era dado às contravenções.

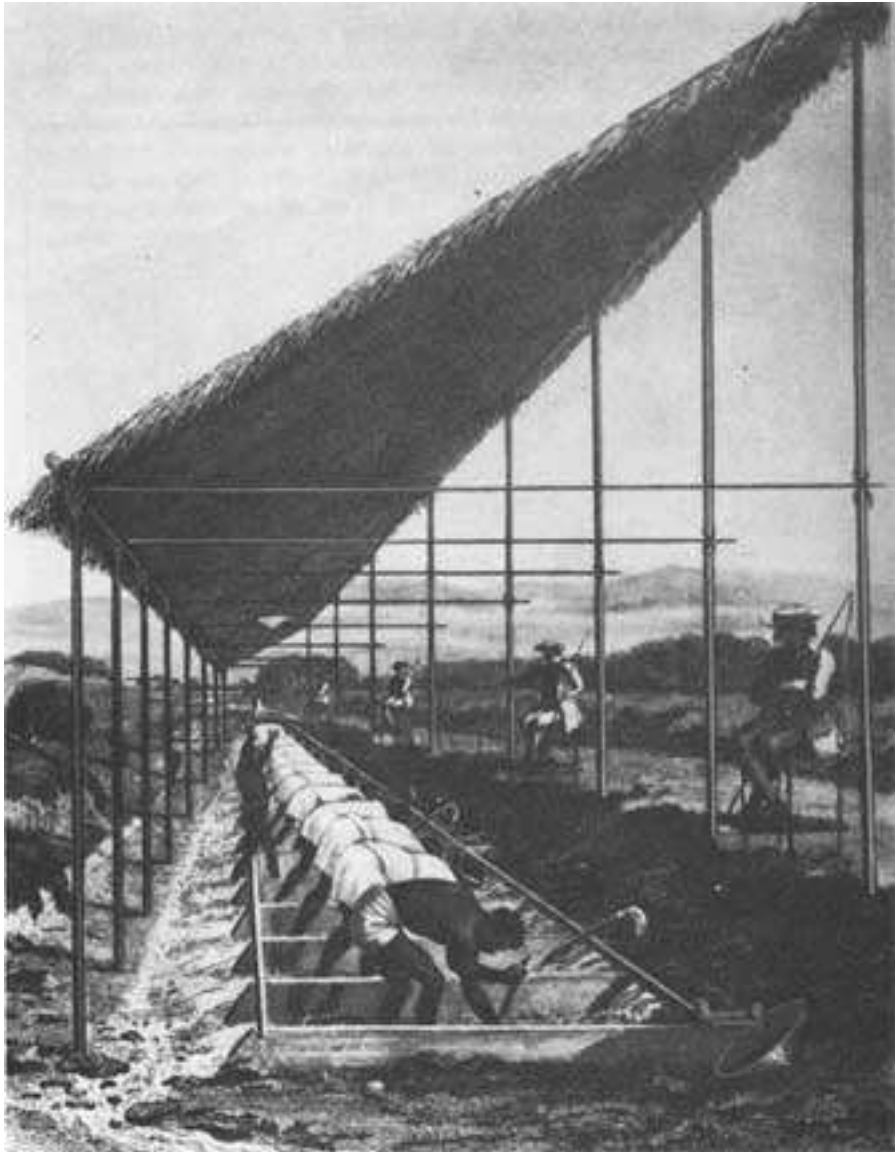
13 Eschwege – *Pluto Brasiliensis*, tradução de Rodolfo Jacó.

14 Eschwege – *Op. cit.*

15 Eschwege – *Op. cit.*



Mondéu do Veloso, em Ouro Preto. Grande reservatório para receber a lama aurífera, arrastada pela ação hidráulica em terras mineralizadas a montante. (Paul Ferrand)



Escravos lavam minérios diamantíferos em Cêro Frio. Um deles, de pé, acusa, na palma da mão, a pedra encontrada. (John Mawe)

Nas casas de fundição, desde o reinado de D. Pedro I até a Independência, o preço do ouro fundido, em barras, era o seguinte:

ouro de 18 quilates	1.227 réis por oitava
ouro de 19 quilates	1.295 réis por oitava
ouro de 20 quilates	1.863 réis por oitava
ouro de 21 quilates	1.431 réis por oitava
ouro de 22 quilates	1.500 réis por oitava
ouro de 23 quilates	1.568 réis por oitava
ouro de 24 quilates	1.636 réis por oitava

Valores produzidos

É muito difícil determinar com rigor matemático a quantidade de ouro extraído no Brasil, escrevia em 1833 o Barão de Eschwege.

Os quintos arrecadados entre 1700 e 1713 ficaram em grande parte sujeitos à consciência dos declarantes, tais as dificuldades iniciais da administração. Os contrabandos apreendidos nesse período igualaram o total dos impostos arrecadados.

No regime das fintas e avenças, que se seguiu, não se pode dizer que o imposto recebido correspondesse ao quinto do produzido. Muitos dos livros das casas de fundição do período posterior não foram publicados. Os impostos de capitação também não são índices seguros.

O ouro apreendido entre 1700 e 1713 demonstra que o contrabando deveria exceder a 20% do produzido.

Baseando-se nos quintos arrecadados em Minas Gerais e calculando para as diversas regiões uma produção proporcional às populações, Eschwege chegou a um total de 63.417 arrobas, para o período compreendido entre 1600 e 1820. Seriam 951,255t ou £130.000.000.¹⁶

16 Eschwege – *Op. cit.*

Calógeras, para o período de 1700 a 1801, avalia 65.000 arrobas ou 983 toneladas, ou seja, £135.000.000.¹⁷

Para a produção do ouro em nosso país, até 1930, admite este erudito e saudoso estadista brasileiro 1.400 toneladas, ou seja, £190.000.000.

Tanto Eschwege como Calógeras apresentam cifras muito conservadoras, baseadas em dados colhidos no próprio país.

O Barão de Humboldt, conforme já vimos, aponta uma produção total para o Brasil, no período compreendido entre 1500 a 1803, de £194.000.000, dos quais £ 155.000.000 registrados e £39.000.000 contrabandeados.

Ora, Humboldt fez pesquisas profundas sobre a mineração espanhola e um estudo de conjunto sobre a mineração americana.

Acreditamos que o verdadeiro valor do ouro exportado do Brasil esteja compreendido entre essas duas apreciações. A produção de Minas Gerais deve ter representado cerca de 70% desse total.

Alexandre del Mar,¹⁸ citado pelo Dr. Álvaro de Sales Oliveira,¹⁹ admite uma produção de 880 milhões de dólares para o período compreendido entre 1680 e 1820, ou seja, £181.000.000. Este mesmo autor ressalta a grande importância relativa dos *placers* brasileiros, atendendo ao pequeno estoque de ouro existente no mundo, na primeira metade do século XVIII.

Michel Chevalier aceita os números de Humboldt e admite que a produção brasileira tenha sido, até 1848, de 1.342.300 toneladas, isto é, cerca de £185.000.000.

A produção do Brasil independente deve ter alcançado £50.000.000.

17 Anexo II.

18 Alexandre del Mar – *History of the precious metals*.

19 O Dr. Álvaro de Sales Oliveira escreveu um substancioso trabalho sob o título *A Moeda do Brasil*, que deve ser em breve dado à publicidade.

Com o encarecimento do ouro, trabalham hoje, em grande quantidade, os faiscadores nas antigas regiões mineradoras. A produção do Brasil, em 1935, ultrapassou de oito toneladas.

Tratamento final das areias auríferas

Os mineiros dos tempos coloniais exploravam os aluviões, as rochas friáveis auríferas e mais raramente as rochas duras, onde se encontravam traços visíveis de ouro.²⁰ Por processos hidráulicos e manuais, conseguiram reunir areias auríferas em concentrações progressivas, terminando na bateia a separação final do ouro.²¹ Para as rochas mais consistentes faziam-se, ainda por processos manuais, o trituração e o esmagamento prévio, antes de se proceder ao tratamento hidráulico. De princípio, usava-se diretamente a bateia para a exploração das areias. Incentivados os trabalhos, verificou-se a necessidade de se fazerem as grandes concentrações de material aurífero pelos processos hidráulicos, de modo que já a bateia trabalhasse em resíduos mais ricos. Para esse enriquecimento, empregavam os mineiros as “canoas”, sistema de fossas e bicas retangulares sucessivas, em que escravos peritos provocavam um remeximento do material, em água corrente, que arrastava os detritos mais leves.

Couros de cabrito com pêlos, ou panos grossos, recolhiam, nos planos inclinados e saídas de água, uma possível porção de ouro ainda em suspensão.²²

Utilizavam-se ainda dos “molinetes”, largas calhas de madeira, em que se procedia igualmente à lavagem em água corrente, restando-se em represas intermediárias o material mais pesado. Cem anos mais tarde, os mineradores americanos na Califórnia usariam ainda a bateia de madeira, como um dos instrumentos de separação; mas aperfeiçoaram, pelo *sluice* e pelo *rocker*, os processos de concentração, assim como pelas bombas hidráulicas, já então existentes, o

20 Anexo III.

21 Vide gravura a págs. 350.

22 Vide gravura a págs. 361-2.

processo de desmonte dos terrenos auríferos nas encostas das montanhas.²³

O tratamento final das areias concentradas era feito muitas vezes em fossas, dentro de recintos fechados, em que os escravos trabalhavam na bateia sob a fiscalização direta dos feitores. Para se provocar a sedimentação do ouro finíssimo em suspensão a prática ensinou aos mineradores o uso do suco de certas folhagens, “jurubeba”, “maracujá”, e outras, cuja presença na água da bateia provocava essa precipitação. Parece que isso tinha lugar pelo efeito físico da diminuição da tensão superficial. Hoje, emprega-se, em flutuação, certos reagentes químicos (depressores) que produzem o mesmo efeito. O pó do ouro era recolhido a vasos de cobre por uma boca, feita de tal forma, que se tornavam difíceis os roubos.

Nos últimos tempos, utilizou-se o mercúrio na bateia para garantir um maior aproveitamento do ouro nas areias concentradas. O ouro se combinava com esse metal e a amálgama assim obtida era mais tarde aquecida em pratos de cobre, acima dos quais folhas de figueira

23 L. Simonin, em sua interessante obra *L'Or et L'Argent*, publicada em 1880, observa que nos primeiros tempos de exploração dos *placers* um homem, ajudado pela bateia (palavra de origem espanhola) podia trabalhar, eficientemente, nas terras ricas então disponíveis.

Mas, posteriormente, só em terras virgens se a empregava, isoladamente, e recorrem-se noutros casos a aparelhos especiais. Na Califórnia, empregou-se o berço, *rocker* ou *cradle*, que se tornou o companheiro inseparável do minerador. Compõe-se este aparelho de três partes distintas, móveis, e que se superpõem: a peneira, o plano inclinado e a caixa inferior ou corpo do berço.

Media em comprimento cerca de 1m, por 35cm de largura e em altura total, 0,50m.

Nesse aparelho, em posição cômoda, o minerador procedia à lavagem das areias e sua concentração.

Utilizaram-se ainda do *longtone*, sistema de duas calhas com grade, para lavagem e concentração de areias.

Empregavam ainda os americanos o *sluice*, longa e estreita calha de madeira, com pequeno declive, em que a água lavava as areias, ficando depositados em obstáculos criados para esse fim, em depósitos com mercúrio, os produtos auríferos. Trabalhavam nessas longas calhas de 20 a 30 mineiros ao mesmo tempo.

Em 1852, um mineiro, natural de Connecticut, inventou o jato hidráulico para o desmonte de *placers* secos, os *dry diggings*, que eram lavados em seguida, em grandes canais.

Foram notáveis as obras de desvios de rios, de construção de canais e desmonte de terras, realizadas pelos norte-americanos em seus *placers* californianos.

recuperavam parte do mercúrio evaporado. Os processos americanos de introdução de folhas de cobre amalgamado na base do fundo das calhas de lavagem permitiram, nas suas minas, um rendimento muito superior na coleta do ouro em pó.

Outros aspectos da mineração

A mineração do ouro no Brasil colonial teve um aspecto acentuadamente aventureiro, quer pelo caráter das ocorrências e a sua localização, quer pela natureza dos seus exploradores e dificuldades da época.

Depósitos, que surgiam com grande índice de enriquecimento, esgotavam-se rapidamente. Encontraram-se em algumas jazidas pepitas de grande valor. Antonil narra o encontro de uma de 98 oitavas, 342 gramas, isto é, cerca de £ 50. Outra, de mais de um quilo, que três pessoas repartiram entre si com um machado. Ainda outra, em forma de uma língua de boi, pesando mais de 1/2 quilo.²⁴

Na ânsia de descobrir os veios, de onde provinham os maiores depósitos aluvionais e os tabuleiros nos vales dos rios, praticaram os mineradores grandes queimas, que devastaram por completo extensas zonas de mato.²⁵

Sem uma organização de retaguarda e em terras reconhecidamente pobres, sobre os xistos da fome, como os classificou um

24 Porto Seguro faz as seguintes observações:

“Do Ouro Preto e do Ribeirão do Carmo, alguns chegam até 23 quilates; outros sítios o davam de 22 a 23; o do Ouro Preto, ainda que naturalmente com amálgama, e por fora escuro, era por dentro de um amarelo gemado, e, quando se lhe imprimia o cunho da fundição, gretava todo, de fino que era. Os grãos e folhetos eram geralmente miúdos: houve, porém, pedaços de 300 oitavas e até, diz-se, de 13 libras. Rocha Pita cita um de 192 oitavas, que ao longe era como um punho, e Antonil, outro de 150, como uma língua de boi.”

No estrangeiro, as maiores massas de ouro nativo encontradas em terrenos aluvionais foram: 95 quilos em Austrália, 72 em Califórnia e 9 em França.

25 Devastação de florestas. – Não foram somente essas matas do interior que sofreram tal calamidade. Deve, também, ter atingido a enormes proporções a devastação de florestas mais próximas às costas do Brasil. A extração de paus tintoriais, de madeiras para construção e o fornecimento de combustível aos engenhos, consumiram florestas inteiras, que não foram replantadas. Nos séculos XVII, XVIII e XIX foram empregados também lenhos brasileiros nas construções de navios portugueses.

eminente geólogo nacional, padeceram os primeiros mineradores angústias sem par.*

Em 1701 a crise de subsistência foi de tal ordem que os exploradores abandonaram as catas, fugindo para as matas em busca de alimentos, de onde só regressaram quando houve melhor serviço de abastecimento. Em 1703 repetiu-se a carência. Estas se sucederam parcialmente, pelos anos afora, em Goiás e Mato Grosso. Os preços dos gêneros de alimentação e outros alcançaram, nas minas, números verdadeiramente absurdos.** Antonil nos dá, a propósito, um depoimento precioso:

Um boi, 100 oitavas ou	Rs. 10:000\$000 atuais
60 espigas de milho, 30 oitavas ou	Rs. 3:000\$000 atuais
Uma galinha, 3 oitavas ou	Rs 300\$000 atuais
Um queijo flamengo, 16 oitavas ou.....	Rs 1:600\$000 atuais
Uma arroba de açúcar	3:200\$000 atuais
Um barrilote de aguardente, carga de um escravo	10:000\$000 atuais
Um barrilote de vinho	20:000\$000 atuais
Um negro bem feito, valente e ladino.....	30:000\$000 atuais
Um crioulo bom oficial	50:000\$000 atuais
Uma mulata “de partes”.....	60:000\$000 atuais ou mais
Um cavalo andador.....	26:000\$000 atuais

Jazidas diamantíferas

Iam em evolução ascendente as extrações auríferas quando surgiram, em 1729, em Serro Frio, ainda na zona de ouro, os descobertos diamantíferos.²⁶ Sua notícia provocou um afluxo considerável de mine-

* V., no final do capítulo, nota do Dr. A. de E. Taunay.

** V., no final do capítulo, nota que a propósito nos forneceu o Dr. A. de E. Taunay.

26 “As jazidas diamantíferas apresentam-se por toda a parte [no Brasil] com os mesmos característicos, seja no leito dos rios, seja sobre suas margens, seja sobre platôs atravessados por pequenos rios, que desaparecem na estação seca, seja mesmo nas gargantas das montanhas.

“São formadas de um leito de pedregulho, o cascalho dos mineiros, muito rolados nos leitos dos rios; ou coberto de uma camada de areia mais ou menos argilosa e com arestas pouco gastas (gorgulho); ou ainda nas montanhas, à flor da terra. Os elementos desses depósitos pertencem a um grande número de minérios que formam os ‘satélites’ dos diamantes.” (M. Gorceix – *Minerologie, Le Brésil*. 1899, Santa Ana Néri)

radores e garimpeiros, um entusiasmo sem par, e das quantidades oferecidas resultou, nos mercados internacionais, a baixa de cerca de 75% no valor do quilate.

Fez-se desde logo sentir a intervenção da Coroa portuguesa mandando, por Carta Régia de 16 de março de 1731, que cessassem as extrações do precioso cristal, expulsando das lavras os seus trabalhadores.

De começo o regime era de liberdade à extração, aplicando-se, quanto às datas, o mesmo que vigorava para o ouro. O diamante surgia, conjuntamente com esse metal, nos cascalhos de alguns rios, dos quais eram catados por escravos peritos. Para a lavagem e primeira separação dos estéreis, eram usados os processos semelhantes aos empregados para o ouro.

Devido à maior facilidade de fraude, substituíram-se os quintos pelo imposto de capitação que, iniciado na base de 5\$000 por trabalhador, foi elevado, sucessivamente, até 40\$000.

A produção e a venda sofreram limitações para evitar a desvalorização do produto. Em 1739 resolveu a Coroa portuguesa mudar o regime para o sistema de arrendamento por contratos. Pensava por esta forma melhor controlar a produção, mantendo os preços a níveis convenientes. “O regime de monopólio entregue a contratadores manteve-se com alternativas de épocas prósperas e infelizes, de 1740 a 1771.” – (João Lúcio de Azevedo).

O contrato era baseado na capitação de 230\$000 sobre o máximo de 600 escravos admitidos na mineração: 138 contos por ano, cerca de £40.000.

Atendendo posteriormente a reclamações dos contratantes, a Coroa permitiu a entrada de maior número de escravos, desde que estes não ficassem trabalhando diretamente nas minas mas sim em serviços de subsistência e outros.

Entre 1749 e 1753, esteve esse contrato com Felisberto Caldeira Brant, cuja vida faustosa e falência fornecem, até hoje, larga messe de assuntos para o discretar de nossos cronistas.

O regime de luxo e ostentação em que viviam os contratadores despertava contínuas suspeitas à Coroa. Pagavam eles as grandes compras que faziam nos mercados do Rio, em saques sobre Lisboa, que deveriam

ser resgatados após a chegada das frotas, com os produtos das vendas das pedras. Após a falência de Caldeira Brant, resolveu a Coroa adotar outro regime dividindo a exploração em duas fases: a da extração, propriamente, e a do monopólio do seu comércio, obrigando-se o segundo contratante a adquirir uma determinada quantidade a preços pré-estabelecidos.

De princípio, eram 35.000 quilates que deveriam ser comprados na base de 9\$200, depois 50.000, na base de 8\$600.

Em 1771 substituiu-se o governo violentamente, aos contratantes, apropriando-se de todas suas instalações e transformando a exploração e venda definitivamente em monopólio real. A exploração pela fazenda real não deu, porém, os mesmos resultados que ela auferia pelo regime anterior.

O total exportado entre 1729 e 1801 está avaliado em 3.000.000 de quilates, cerca de £ 9.000.000.²⁷ Não será exagerado calcular em cerca de £10.000.000 a produção bruta de diamantes, no período colonial.

27 Calógeras fornece os seguintes números relativos à extração de diamantes:

Período dos contratos (1740-1771)	1.666.569 quilates
Real extração (1772-1828).....	1.319.192
Total	2.985.761 quilates

João Lúcio de Azevedo, nas *Épocas de Portugal Econômico*, assim discrimina: Exportação de diamantes:

1728-33, extração livre (?).....	300.000 quilates
1734-39, proibição (?)	50.000
1740-71, contrato	1.666.569
1772-1801, administração do Estado	935.287
Contrabando (?)	48.144
	3.000.000 quilates

a 10\$000 réis o quilate: 30 mil contos, ou £ 9.179.926 (a3\$268 réis a libra, câmbio de 73 1/2).

De que viriam à Coroa:	
1730-34, capitação, a 2.500 homens: réis, média de 10, 20 e 253000 réis	R\$ 250:0006000
1740-47, contrato, 8 anos a 138 contos	R\$ 1.104:0003000
1748, sem renda, por não se haver arrematado	
1749-52, contrato, 4 anos a 132 contos	R\$ 528:0006000
1758-71, dito, 9 anos a 144 contos	R\$ 1.296:0006000
1772-1800, lucro verificado	R\$ 1.862:0006000
Soma	R\$ 5.040:0003000

Nas zonas diamantíferas, os regimes de trabalho, o fiscal e o administrativo, eram por demais severos. Sendo o produto de fácil contrabando, o controle era rigorosíssimo, sendo freqüentes os purgantes ministrados aos trabalhadores, que se desconfiava haverem ingerido alguma pedra preciosa, assim como os confiscos e penalidades impostas aos contraventores da lei.

Era expressamente vedada a entrada de advogados profissionais nas regiões mineradoras, nas quais nem mesmo podiam habitar os bacharéis formados.

“É realmente um capítulo de aventura, coragem e dor, esse da luta da administração diamantina e dos defraudadores desta. Alguns destes heróis do descaminho até hoje são lembrados no antigo Distrito Diamantino, e sua memória é respeitada. Isidoro, o mais célebre deles, morreu de torturas e de sofrimentos, prisioneiro, e sem revelar o segredo das lavras ricas onde costumava garimpar.”

“No período colonial, além de Minas, a Bahia também havia fornecido diamantes; aí, entretanto, o governo, mandara fechar as minas. Delas se perdera a memória, até que em 1822, Spix e Martius tornaram a achar as jazidas do Sincorá. Em curto prazo, toda a Chapada Diamantina revelou suas prodigiosas riquezas em gemas, novos *placers* foram encontrados.

“De Mato Grosso e Goiás, sabia-se que alguns rios eram diamantíferos. Minas, do mesmo modo, mostrou possuir novos descobertos, além dos já tradicionais. Em várias zonas, em São Paulo e no Paraná, entre outras, pequenas manchas se foram manifestando com escassa capacidade de produzir pedras preciosas.

“Hoje em dia, os centros principais são Minas, Bahia e Mato Grosso, divulgando largas possibilidades futuras nesse ramo de indústria mineira.”

“Até o fim do século XVIII, e o começo do seguinte, Minas forneceu quase três milhões de quilates, ou cerca de 615 quilogramas, diz Wappaeus, entre pedras legalmente extraídas e as do garimpo escuso. Tal cômputo abrange os algarismos até 1832, ano da extinção da Real Extração, e da liberdade de minerar diamante.

“Para dar idéia da potencialidade dessa mineração, acrescentemos estatísticas de 1832 até hoje. Calcula-se que haja crescido o peso total da extração a 4.000 quilos, ou 3.400 acima do total de 1832. Carbonados, em grande cópia, têm sido exportados pela Bahia.

“Tais produções, contudo, são recentes. Nos tempos coloniais, só Minas contava para o diamante.”²⁸

Ferro e siderurgia

Explorou-se o ferro, nas capitânicas paulistas, em pequena escala, desde o tempo de Afonso Sardinha.

Os negros levaram essa metalurgia às regiões mineradoras, onde os depósitos de metal abundavam. Indústrias primitivas.*

“O processo africano de colaboração direta do ferro, o método dos cadinhos, disseminou-se pelo distrito aurífero. A procura seria grande para as exigências dos trabalhos das jazidas. Além disso, a agricultura era outra fonte de consumo de metal, assim como as construções correntes. Minas, além do mais, é montanhosa, cheia de pedras e de alcantais seus caminhos; os transportes exigem cargueiros e cavalos, bem como carros de bois. Todos esses animais têm de ser ferrados, o que gasta largas quantidades de material. Aqui não se podia usar o sistema comumente empregado no Norte, de chuvas mais raras, menos abundantes e de solo menos pedregoso; deixar os animais desferrados, endurecendo-lhes os cascos com sebo quente. O Brasil central é por demais úmido, e as estradas molhadas e cobertas de lama não dão firmeza ao pisar dos quadrúpedes. Aos carros de bois acontece o mesmo, e as rodas têm de possuir aros de ferro.”²⁹

O governo de D. João VI tentou desenvolver a indústria em maior escala, como teremos oportunidade de examinar.

28 Calógeras – *Formação Histórica do Brasil*.

* Entre as explorações siderúrgicas de pequena monta efetuadas em terras paulistas, destacam-se os trabalhos realizados em torno de S. Amaro e sobretudo na fábrica de Biraçoia (Ipanema). A tal respeito é muito interessante a leitura dos documentos transcritos em Azevedo Marques, *Apontamentos* (2,228 et pass), relativos à sociedade entre Francisco Lopes Pinto e seus sócios D. Antônio de Sousa e Diogo de Quadros. (Nota do Dr. A. de E. Taunay.)

29 Calógeras – *Op. cit.*

Nenhuma outra exploração de metal surgiu nos tempos coloniais. A existência da prata não passou de lenda.

Apogeu e decadência

A organização dos povoados, as linhas de comércio e as fazendas que se foram instalando remediavam, aos poucos, a situação e promoviam um povoamento efetivo nas zonas mais próximas às terras de mineração.

Ao minerador eram principalmente necessários coragem, alguma ferramenta e um punhado de escravos.

Enquanto um senhor de engenho necessitava possuir grandes cabedais, para se instalar, o minerador das aluviões brasileiras poderia ser um homem de poucas posses. Daí, a multiplicidade dos exploradores e proprietários de catas. Não obstante repousarem os serviços principais no braço escravo, é inegável que se operou no sertão brasileiro uma “divisão de trabalho” muito mais intensa do que permitia a organização social do Nordeste brasileiro.

As bandeiras mineradoras se conciliavam bem com o gênio audacioso dos paulistas, que, não obstante o pequeno número, imprimiram incontestavelmente o cunho a essa exploração aventureira.

Nos sertões de Mato Grosso e Goiás, a mineração e o acesso aos campos auríferos foram mantidos durante decênios em incessante luta contra as mais bravias tribos indígenas encontradas no interior do país. Os paiaaguás e guaicurús infligiram perdas enormes aos mineradores de Mato Grosso.

Dados os processos e os recursos primitivos da época, a exploração das minas brasileiras representa um feito gigantesco. Hoje, em que a feição da indústria mineradora mudou a tal ponto que o ouro aluvional representa apenas 15% da produção mundial, quando no século XVIII ultrapassava de 85%, a exploração das minas auríferas no Brasil traduz ainda um cometimento arriscado.

Pela constituição das nossas jazidas conhecidas, o metal precioso se apresenta freqüentemente fragmentado e incerto. A mineração nas montanhas exige um aparelhamento e uma organização custosos, só possíveis a grandes concentrações capitalistas. Os sertões de Minas

constituem um cemitério de grandes empresas estrangeiras que, nos últimos 130 anos, não obstante terem ali empregado os processos mais modernos, fracassaram, em face das condições locais.

O teor médio por tonelada de minério, exigido para assegurar um rendimento suficiente, tem variado com o preço do ouro. Uma mina, que no Brasil, antes da guerra, deveria, para traduzir um rendimento razoável, oferecer uma reserva de minério de 10g por tonelada, nas condições atuais de câmbio e com os processos avançados da cianuretação, apresenta resultados satisfatórios com pouco mais de quatro gramas por tonelada.

No Transvaal, onde uma formação especial de conglomerados permite o trabalho em volumes consideráveis,³⁰ houve também épocas em que muitas minas se mostraram deficitárias. Fenômenos idênticos se têm observado em outras regiões do mundo. Na Califórnia e na Austrália, onde as terras são mais férteis e as condições locais mais fáceis, a mineração pôde ser substituída por uma agricultura florescente.

Os campos de mineração brasileiros, no entanto, são constituídos em grande parte de terras pobres, e as cidades formadas nas proximidades de nossas jazidas mineradoras tiveram uma prosperidade

30 No período imediatamente anterior à guerra admitia-se como limite de explorabilidade para ouro em filões a existência de 12 a 15g por tonelada. Em aluvião, esse limite poderia descer a 1g por m³ e mesmo a 1/3 de grama com o emprego de dragas.

Distinguem-se, hoje, duas grandes classes de minérios de ouro: os que contêm ouro livre ou amalgamáveis e os que contêm ouro no estado de inclusão ou combinação, exigindo a cianuretação, com ou sem separação preliminar. As pirites de ferro constituem a grande fonte de ouro na maioria das jazidas exploradas com continuidade e em profundidade no Transvaal, na Austrália e na América. A pirite de ferro é o grande reservatório de ouro do futuro, pois ela se prolonga às grandes profundidades.

No Transvaal o teor médio geral é de 12g por tonelada. (*Mineraux et Metaux*, Pitaval et Ganet).

As minas filonianas no Brasil apresentam médias mais baixas que no Transvaal. Nos últimos anos, com o grande encarecimento do ouro, as proporções mínimas para uma exploração rendosa desceram a menos de 50% dos números anteriores à guerra.

As jazidas do Transvaal, situadas no Rand, são formadas de conglomerados de quartzo reunidos por um cimento com a pirite. Os conglomerados são de formação sedimentária e o Rand é um distrito de 50 milhas de comprimento, onde se estende, em continuidade, uma série de minas.

efêmera, de poucos decênios, em harmonia com a produção das jazidas. Ouro Preto, Diamantina, Mariana, e tantas outras cidades mineiras, ostentam vestígios de um passado grandioso e curto, demonstrando pela modéstia das obras de arte remanescentes que não houve o tempo necessário para que a sociedade alcançasse ali suficiente evolução progressista.

A pobreza do meio contribuiu também para que os mineradores esgotassem rapidamente, na procura infrutífera de novas jazidas, os recursos auferidos nos tempos de prosperidade.

Oliveira Martins descreve essa penosa decadência:³¹

“Ainda nos primeiros anos da nossa era a província de Minas apresentava o aspecto de uma ruína, os habitantes estavam indecisos entre a exploração de jazigos cada vez menos produtivos, e a da agricultura prometedora; e as vilas, isoladas por léguas e léguas de distância, escondidas em desvios difíceis de serras bravias definhavam. Era uma decadência triste e uma desolação geral. Os vizinhos da outrora opulenta Vila Rica miravam-se nas ruínas da antiga prosperidade. Mendigos habitavam em palácios carunchosos. A apatia, a indolência do temperamento meridional, aparecia, agora, passado o delírio da exploração mineira, e depois de dois séculos de incessantes correrias pelos sertões virgens. Viam-se os campos abandonados, miseráveis casas destelhadas caindo a pedaços; os jardins e cercados estavam infestados de plantas parasitas; as pastagens perdidas, os gados, ao abandono, diminuíam. A agricultura, esquecida pelo ouro, parecia agora uma ocupação modesta demais; não inflamava as imaginações com os milagres deslumbrantes das riquezas escondidas no seio das encostas agrestes.

“Oscilando entre a esperança vã de um retorno das maravilhosas mineiras, e a fatalidade de um regresso à vida agrícola, o proprietário, indeciso, mole, arrastava uma existência quase miserável. A lavra da mina não raro lhe absorvia o produto líquido da lavoura; e entretanto a sua paixão fazia desprezar a segunda, amar a primeira. Cinquenta ou sessenta escravos formavam o pessoal de uma granja mineira de média importância. A casa era uma barraca miserável, com muros de taipa de barro, sem vidraças, roída pelo tempo e mal defendida contra as chuvas.

31 Oliveira Martins – *O Brasil e as Colônias Portuguesas*.

O chão era a terra úmida e negra, sem ladrilhos nem sobrado, saturada de imundície, e endurecida pelo perpassar dos moradores que viviam numa promiscuidade repugnante, homens e cevados. Por camas, tinham enxergas duras para os amos, um couro ou uma esteira sobre o chão para os servos. A ninhada das crianças folgava seminua, esfarrapada e descalça, as mulheres enfezadas e pobremente vestidas; e o chefe da casa, indolentemente embrulhado na capa, com os socos nos pés, vigiava o trabalho dos negros, lavando o cascalhinho com a sempre mantida esperança da descoberta de um depósito abundante de ouro.

“Entretanto, ia-se endividando; comprava fiado e caro, vegetava numa apatia feita de ilusões, e com ela crescia o mato pelos terrenos já lavrados e a ignorância nas crianças que medravam em idade. O ver-se dono de escravos dava-lhe orgulho, a esperança de uma riqueza possível, confiança. A memória das opulências remotas, de que restava a bacia de prata onde o hóspede lavava as mãos ao passar de viagem, enchia-o de uma satisfação quase aristocrática.

“O lado infeliz do gênio peninsular, a apatia e a vaidade pessoalmente íntima, a satisfação de si, mostravam-se agora, como transformações naturais das qualidades positivas e fecundas: a coragem e a nobreza. O Brasil começava a entrar no período de uma crise que durou um quarto de século. Mais de vinte anos foram necessários para o decidir a abandonar a exploração das minas estéreis e entregar-se à lavoura. Durante esse período de íntima transformação econômica, deu-se o fato político da separação de Portugal.”

O ouro do Brasil incrementou o progresso mundial, enriqueceu a Inglaterra e proporcionou um século de fartura à Coroa portuguesa.

Para a colônia, ficou representado no custeio das correntes imigratórias, que ocuparam os sertões brasileiros, na importação de mais algumas centenas de milhares de escravos, na construção das primeiras cidades e estradas dos nossos sertões, no desenvolvimento do Rio de Janeiro, na formação de correntes comerciais no interior do país, promovidas e mantidas principalmente pelos paulistas. Na colonização do Sul, na valorização do seu gado e num renascimento reflexo das zonas do Norte pelo alteamento dos preços de seus produtos nos mercados internacionais.

Cessada a mineração, mergulhou o Centro-Sul na sua primeira grande crise por falta de uma produção rica e exportável, numa organização social em que o atraso de seus habitantes, a falta de aparelhamentos técnicos e a alta proporção da população escrava não permitiam um comércio interno suficientemente rico para o seu progresso.³²

Pela organização social baseada no braço escravo, só podia auferir o Brasil lucros consideráveis na exportação dos chamados produtos coloniais. A exportação, pelo Rio de Janeiro, de açúcar, couros, fumos e alguns outros poucos artigos não era suficiente para fazer face à pobreza, em que toda a zona sulina se debateu.

A predominância da exportação passou novamente para os portos do Norte, no final do século XVIII.

Maranhão, Pernambuco, Bahia, Pará e Paraíba exportaram, em 1796, cerca de £2.150.000, enquanto que o Rio de Janeiro nessa mesma época exportou pouco mais de um milhão e o porto de Santos, cerca de £15.000. No entanto, em 1760, a exportação do Rio de Janeiro alcançara cerca de £2.500.000, ultrapassando as exportações do Norte.

Esse deslocamento, no Sul, da produção mineradora para a agrícola, arrastou-se durante mais de 50 anos, abrangendo o período em que o Brasil se fez independente.

A cidade do Rio de Janeiro, com a exportação de couros, a produção de café e açúcar da região fluminense e com os grandes benefícios trazidos pela transmigração da Corte portuguesa, constituiu por muito tempo quase que um oásis no deserto empobrecido do Centro-Sul brasileiro. Essa vasta zona por muitos decênios viveu principalmente da pecuária, até que o café se espraiou vitoriosamente, retribuindo aos seus habitantes, em grandes áreas, os sacrifícios feitos pelos seus antepassados, na formação do Brasil.

32 Na Austrália, Nova Zelândia e na Califórnia, uma vida agrícola e pastoril de elevado rendimento pôde substituir-se à vida mineradora quando as minas se extinguiram. “Em outros locais onde essa feliz transformação não se pôde produzir, como na maioria das colônias hispano-americanas e em certas províncias no Brasil, notavelmente em Minas Gerais, verifica-se um estado de pronunciado mal-estar, de sofrimentos, em substituição à antiga prosperidade. “É preciso evoluir para viver, é essa uma das grandes leis da natureza, e as sociedades, como os indivíduos que não a obedecem, se estiolam e desaparecem.” (L. Simonin – *Op. cit.*)

Mas existem, ainda hoje, em regiões de Minas e outras zonas do Brasil central, milhões de brasileiros, descendentes dos primeiros povoadores, que aí curtem um baixo teor de vida, labutando em terras pobres e a braços com complexos problemas de ordem econômica.

Para elevar o seu ritmo de vida a um nível mais progressista, faz-se cada vez mais necessário um alevantado programa, delineado por técnicos, que bem conheçam as realidades locais, dentro das possibilidades brasileiras, a ser cumprido por administrações que mantenham uma indispensável continuidade e firmeza de ação.

O aumento da eficiência e do bem-estar dessa enorme massa de população deve constituir um dos maiores anseios da nacionalidade.

Anexos

I

ESCHWEGE em seu *Pluto Brasiliensis*, tradução de Rodolfo Jacó, apresenta uma tabela geral de todas as lavras de ouro na Província de Minas Gerais, em 1814.

Por esse estudo, se verifica que havia 555 lavras em trabalho, das quais 114 empregavam 11 a 20 escravos; 32, de 21 a 30; 21, de 31 a 40; 3, de 41 a 50; 5, de 51 a 60; 2, de 61 a 70; 4, de 71 a 80. Somente uma empregava 100 escravos e outra, 122. A maioria possuía menos de 10 escravos. Era evidente o empobrecimento dos proprietários. Havia ainda em trabalho 3.876 falcadores livres e 1.871 falcadores escravos.

A produção total foi de 228.449 oitavas, ou seja, 822,2kg.

Para um total de 12.409 trabalhadores, a produção seria de cerca de 70 gramas por cabeça e por ano.

Essa média é muito baixa, O próprio Eschwege admite que a produção dos quintos de ouro, em 1814, tinha sido de 20 arrobas, 19 reais, 5 onças, 53 grãos (*Pluto Brasiliensis*). A produção total teria sido, portanto, de mais de 1,5t., o que elevaria o rendimento por homem a cerca de 140 gramas.

Não me parece exagerado computar em 200 gramas por ano a produção por homem durante o século XVIII. Para 1.000t. seriam necessários 50.000 homens, por ano, correspondentes a um afluxo de 700.000 homens durante um século (adotada a vida média de sete anos), dos quais uns 500.000 seriam importados.

O Dr. Djalma Guimarães faz notar que as observações dos técnicos do Serviço de Fomento da Produção Mineral permitiram avaliar em 0,5 gramas a produção máxima diária do falcador, variando a média entre 0,4 e 0,5. Para um trabalho anual de 250 dias, a produção atual seria de mais de 100 gramas.

Na Biblioteca Félix Pacheco, adquirida pela municipalidade de São Paulo, existe um precioso códice de Caetano da Costa Matoso, que foi ouvidor-geral das minas do ouro, a partir de 1749.

Figuram aí, a par de outras informações, várias relações do imposto de capitação.

As referentes a 1735 são as seguintes:

	ESCRAVOS	FORROS
Vila Rica	20. 863	316
Mariana	26. 892	176
Rio das Mortes	17. 400	144
Sabará	24. 284	576
Serro Frio	10. 702	208
	100. 141	1420

	ESCRAVOS	FORROS
Em 1738		
Vila Rica	21. 012	223
Mariana	26.532	184
Rio das Mortes	15.096	135
Sabará	28.002	586
Serro Frio	8. 116	107
Sertão.	2. 729	38
	101. 477	1273
Em 1743		
Vila Rica	21.673	236
Mariana	25.495	260
Rio das Mortes	22.148	216
Sabará	15.380	117
Serro Frio	8.003	55
Sertão.	4.717	7
	97.416	891

Verifica-se, assim, que em determinadas épocas do apogeu da mineração, trabalharam mais de 100.000 escravos. Computando-se os serviços de retaguarda, seria talvez prudente admitir-se a possibilidade de terem sido importados uns 800.000 escravos destinados à mineração.

II

Calógeras avalia em 65.500 arrobas, ou seja, 983.000 quilos, a produção entre 1700 e 1801, assim discriminadas:

PERÍODO	MINAS GERAIS (ARROBAS)	GOLÁS MATO GROSSO (ARROBAS)	SÃO PAULO BAHIA-CEARÁ (ARROBAS)
1700 - 1725.....	7. 500		
1725 - 1735.....	6. 500		
1736 - 1757.....	12. 000		
1757 - 1787.....	18. 000		
1788 - 1801.....	3. 500		
1720 - 1801.....		13. 000	5. 000
Total	47. 500	13. 000	5. 000

Normano, em seu recente livro sobre o Brasil, aceita a estatística de Soetbeer, avaliando em 980, 100t. a produção de ouro do Brasil, entre 1691 e 1850, assim distribuída:

PERÍODO	NÚMERO DE ANOS	TOTAL kg	MÉDIA ANUAL Kg
1691-1700	10	15.000	1.500
1701-1720	20	55.000	2.750
1721-1740	20	177.000	8.850
1741-1760	20	292.000	14.600
1761-1780	20	207.000	10.350
1781-1800	20	109.000	5.450
1801-1810	10	37.500	3.750
1811-1820	10	17.600	1.760
1821-1830	10	22.000	2.200
1831-1840	10	30.000	3.000
1841-1850	10	24.000	2.400

Michel Chevalier estima em 1.342,300t. a produção de ouro do Brasil, desde sua descoberta até 1848. — (*Metaux Précieux*, Dic. d’Economie Politique).

Alexandre del Mar, baseado em vários autores (Raynal, Humboldt, Jacob Danson, John Mawe, Biskyre, Southey, Phillips, Kelly, Beauchamps, etc.), admite para a produção brasileira, entre 1680 e 1899:

EM MILHÕES DE DÓLARES OURO, AMERICANOS

PERÍODO	PRODUTO	PERÍODO	PRODUTO	PERÍODO	PRODUTO
1680	25,0	1740 - 49	150,0	1820 - 29	15,0
1680 - 89	10,0	1750 - 59	75,0	1830 - 39	20,0
1690 - 99	15,0	1760 - 69	50,0	1840 - 49	13,0
1700 - 09	30,0	1770 - 79	50,0	1850 - 59	15,0
1710 - 19	50,0	1780 - 89	50,0	1860 - 69	13,5
1720 - 29	100,0	1790 - 99	43,0	1870 - 79	12,5
1730-39	200,0	1800-09	25,0	1880-89	13,5
		1810-19	12,5	1890-99	15,0

A soma dessas parcelas, até o ano de 1820, dá um total de 885,5 milhões de dólares, que, a 1,504g de ouro fino por dólar, correspondem a 1.331,792t., ou seja, £ 181.879.165.

A soma total alcança 1.003.000.000 de dólares, ou seja, 1.508t. valendo £ 206.013.327.

Para o período colonial, teríamos, portanto:

Soetbeer	£ 124.000.000
Eschwege.....	£ 130.000.000
Calógeras	£ 140.000.000
Alexandre del Mar	£ 181.000.000
Humboldt.....	£ 199.000.000

Parece razoável admitir-se um número médio em torno de £ 160.000.000 como representando o valor aproximado da produção aurífera do Brasil Colonial.

III

São de Henri Gorceix, antigo diretor da Escola de Minas de Ouro Preto, as considerações seguintes (1889):

“É à mais antiga formação geológica e particularmente à sua divisão superior que pertencem quase todas as jazidas de ouro e ferro do Brasil e se o diamante é explorado nos cascalhos de formação recente, é também nessas camadas de idade tão antiga que se encontram suas jazidas primitivas.

“Como já o fez observar Eschwege, todas as jazidas auríferas de alguma importância se agrupam em torno de 3 cadeias meridiana, que formam como que a ossatura do país.

“A cadeia da Mantiqueira, prolongando-se na província de São Paulo, e da qual se destaca a do Espinhaço, que atravessa de Norte a Sul a província de Minas Gerais, penetra na Bahia e vai se perder na de Pernambuco.

“Em seguida a grande ruga que separa as águas do São Francisco das do Prata, servindo de limites entre Minas Gerais e Goiás e continua na província do Piauí, terminando-se no Ceará.

“A terceira, que acompanha a margem esquerda do Araguaia e do Paraguai, pertence à cadeia dos Parecis, na província de Mato Grosso.

“É principalmente na cadeia do Espinhaço que esse agrupamento das minas de ouro em torno de uma linha meridiana parece bem regular; da cidade de Barbacena até a de Jacobina, na província da Bahia, sobre um comprimento superior a 1.200 quilômetros, estas jazidas ocupam a este e ao oeste do meridiano do Rio de Janeiro uma estreita faixa de terra. Sua altitude varia de 700 a 1.200 metros e dessa situação se pode deduzir o grau de salubridade do clima dessas regiões, que a experiência confirmou há muito tempo.

“Essas minas de ouro pertenciam a dois grandes grupos: jazidas de aluvião e filões.

“Foram as aluviões que, de início, prenderam a atenção dos pesquisadores de ouro e durante mais de um século forneceram todo o ouro exportado do Brasil. Estão situadas nos platôs ou nos fundos dos vales, no leito ou nas margens dos cursos de água, das quais em geral não se afastam muito. A maior parte é de formação recente, mas um certo número pertence à época quaternária. Algumas vezes, à flor da terra, são freqüentemente, como em Minas Gerais, Bahia e Mato Grosso, recobertas de uma camada de argila de espessura variável.

“Em geral o ouro de aluvião no Brasil apresenta-se em granulação fina, formando muitas vezes um verdadeiro pó; as pepitas volumosas são muito raras; as mais consideráveis provieram dos areais do Maranhão, das minas de Açuruá, na Bahia, e na província de Minas Gerais, das jazidas das Minas Novas. Belos cristais surgiram em Goiás, e nas aluviões das proximidades do Serro (Minas Gerais).

“Além dos *placers* foram exploradas jazidas de filões em Minas, Rio Grande do Sul e Bahia. Em Minas Gerais, sob o ponto de vista de sua natureza, essas jazidas se agrupam em três tipos:

“1) filões de quartzo com minério sulfuretado raros;

“2) filões de pirites auríferos;

“3) camadas de itabirite auríferas.

“Os filões de quartzo contendo ouro são excessivamente numerosos em Minas Gerais como em muitas outras províncias: são eles que, após as aluviões, chamaram primeiro a atenção dos antigos mineradores. O ouro é em geral visível a olho nu, fácil de se distinguir e de se separar por meio de esmagamento e uma simples lavagem da ‘bateia’. Sua possança se estende raramente acima de 2 metros, descendo muitas vezes a alguns centímetros.

“Os filões auríferos piritosos são os mais importantes; são eles que fornecem a maior parte do ouro produzido no Brasil. Sua possança pode atingir, como na mina de Morro Velho, mais de 10 metros; sua extensão em direção é muito considerável. Constituem verdadeiros filões cortando os estratos de xisto ou quartzitos ou camadas intercaladas nas mesmas rochas. Os minérios que formam a ganga de ouro são essencialmente piritosos; pirites arsenicais, pirites marciais com proporções variáveis de quartzo em pequenos grãos.

“As camadas de itabirite aurífero formam uma jazida especial e particular ao Brasil. Estas rochas são formadas de ferro ligista e de quartzo com proporções variáveis de óxido de manganês e muitas vezes um pouco de *lithomarge*. Ocupam em geral a parte superior dos terrenos arqueanos de Minas Gerais. Sua estrutura é em geral xistosa, sua consistência pouco considerável e, freqüentemente, no meio delas aparecem enormes camadas friáveis da mesma natureza, designadas sob o nome de Jacutinga e que muitas vezes contêm ouro. Este metal apresenta-se, geralmente, disseminado irregularmente, mas forma muitas vezes verdadeiras linhas de muitos centímetros de espessura, aparecendo no meio da rocha negra como cordões amarelos.” – (*Minéralogie, Le Brésil*, 1899, Santa Ana Néri)

IV

Fizemos organizar um mapa geral das antigas estradas, caminhos e roteiros do Brasil colonial.

Nesse mapa estão:

- 1) Roteiro “velho” do Rio às Minas Gerais dos Cataguás e rio das Velhas (*Antonil, Cultura e Opulência*).
- 2) Roteiro “novo” do Rio às Minas (Antonil).
- 3) Caminho São Tomé (Calisto, *Capitanias Paulistas*).
- 4) Caminho das Bandeiras (Mapa da Cap. de São Paulo, 1791 – Antônio Ruiz Montezinho).
- 5) Caminho do gado (Mapa da Cap. de S. Paulo, 1791-1792 – Antônio Ruiz Montezinho).
- 6) Caminho seguido por D. Álvaro Nuñez Cabeça de Vaca (Mapa Prov. Corrientes e Rep. Paraguai, 1865).
- 7) Caminho de S. Paulo a Vila Rica (L. A. Boiteux).
- 8) Caminho do mestre-de-campo Matias Cardoso (Original Pe. Codeo, 1700).
- 9) Caminho à Bahia (João Gez do Prado – Original Pe. Codeo, 1700).
- 10) Caminho Garcia Roiz às Minas (Original Pe. Codeo, 1700).
- 11) Caminho de Luís Diogo da Silva – Gov. das Minas, 1763-1768 (Orig. 5ª Seç. E.-Maior do Exército).
- 12) Caminho primitivo do sertão p/ Mato Grosso (B. Calisto).
- 13) Caminho para Goiáses (Orig. 5ª Seç. E.-Maior do Exército).
- 14) Caminho Sacramento-Laguna (Domingos de Figueira, 1703).
- 15) Caminho a Viamão (Mapoteca do Ministério Rel. Exteriores, inédito).
- 16) Rio a Vila Bela – 1772 (L. Alb. Pereira e Cáceres, inédito).

- 17) Penetração para o Norte (V. Araguaia: Mapoteca M. Rel. Exteriores – V. Tapajós: Mapoteca M. Rel. Exteriores – V. Tocantins: Mapoteca M. Rel. Exteriores).
- 18) Roteiro de Domingos Jorge Velho.
- 19) Roteiro de Antônio Raposo Tavares, 1640, e Matias Cardoso de Almeida, 1689.
- 20) Roteiro de Estêvão Ribeiro Baião Parente, 1671.
- 21) Estrada dos 7 capitães (Miguel Aires Maldonado).
- 22) Laguna a Lajes via Araranguá (Francisco de Sousa Faria, 1728).
- 23) Roteiro Anônimo – São Luís a Goiás (*Rev. Inst. Hist. e Geográfico Brasileiro*).
- 24) Caminhos mencionados no *Retrospecto da Cartografia de Mato Grosso*, apresentada ao Sr. General Cândido Rondon, pelo Cel. Jaguabibe de Matos, 1930.

* * *

Ainda do nosso mestre e amigo, Dr. Afonso de E. Taunay, recebemos as seguintes observações:

Quanto à pág. 370:

“À organização de retaguarda, como tão bem a qualifica o erudito A., per-tencia, figurando na primeira linha, o famoso creso colonial paulista, padre Guilherme Pompeu de Almeida, que enriqueceu extraordinariamente sem jamais ter visitado o território de mineração e limitando-se a ser o fornecedor dos mineradores, a quem expedia tropas sobre tropas, conduzindo víveres, ferragens, panos, armas, pólvoras, produtos químicos, etc., boiadas sobre boiadas, varas sobre varas de porcos, etc. Fez exatamente o que se daria muito mais tarde na Austrália e na Califórnia, entre mineradores e os pequenos agricultores.

“Sobre as crises de subsistência a que se refere o A. há interessante tópico em Beaurepaire Rohan (*Anais de Mato Grosso*, 48) referente ao descuido e imprevidência dos mineradores em prover à subsistência e ao desespero com que chegados os dias de fome pagavam verdadeiras exorbitâncias pelos víveres. Momentos houve em que em Cuiabá trocaram *dourados e jaús* por pesos de ouro e que hoje corresponderiam a muitas centenas de mil-réis.”

Quanto à pág. 371:

“A imperiosidade do abastecimento das minas provocou no sul do Brasil enorme alta nos preços da vida e de tal nos ficam flagrantes e eloqüentes provas nos documentos paulistas. Os livros da mordomia do Mosteiro de S. Bento, em S. Paulo, por exemplo, revelam altas enormes entre 1690 e 1700, nos primeiros anos de mineração, como, por exemplo, as do feijão (220%), do açúcar (300%), do toucinho e vinagre (500%), do milho (1.300%), etc.

“Nos primeiros anos do século XVIII a perturbação econômica na antiga zona povoada de S. Paulo foi enorme. A moeda de prata subiu extraordinariamente, atingindo ‘preços muito subidos’ alegava a Câmara de 1702. A de 1706 permitia que só levassem dinheiro os negociantes que comerciassem legitimamente com a Marinha e o Rio de Janeiro.

“Em 1701 a Câmara de S. Paulo tomava providências contra o possível esfomeamento do distrito paulistano, atendendo ao ‘grande bramo que ia pelo povo constringido da necessidade’.

“A carne de vaca subia, sempre e sempre, e em pouco tempo ascendera a arroba, de 240 rs. a 640 rs. A farinha, de 640 rs. por alqueire, em 1700, atingia em 1709, 3.260 rs.!

“Os mesmos fenômenos de alta descompassada traduzem os documentos fluminenses. E as queixas do Norte revelam que o mal-estar econômico se estendia a todo o Brasil com o encarecimento da vida.”

.....

Capítulo XII

OS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DA OCUPAÇÃO DO AMAZONAS

O EXPANSIONISMO DOS “CONQUISTADORES” ESPANHÓIS NO SÉCULO XVI; O OURO E A PRATA COMO FUNDAMENTOS DE SUA ATUAÇÃO. TENTATIVAS ESPANHOLAS DE OCUPAÇÃO DO VALE DO AMAZONAS, DE OESTE PARA LESTE. AS LENDAS DO “EL DORADO”. O LIVRO DE SIR WALTER RALEIGH. AS ENTRADAS PORTUGUESAS DE LESTE PARA OESTE. A OCUPAÇÃO DA COSTA DO RIO GRANDE DO NORTE, CEARÁ, MARANHÃO E PARÁ. A EXPEDIÇÃO DE PEDRO TEIXEIRA. OS PORTUGUESES E OS ÍNCOLAS NA BACIA AMAZÔNICA. O CICLO DA CAÇA AO ÍNDIO. A FASE DOS “DESCIMENTOS”. O PERÍODO DAS “REDUÇÕES”. AS MISSÕES RELIGIOSAS AUXILIANDO PORTUGAL A OCUPAR A BACIA DO AMAZONAS, DOMINANDO E FIXANDO AS POPULAÇÕES INDÍGENAS. A ESTRUTURA ECONÔMICA DAS “REDUÇÕES”. AS ESPECIARIAS, AS PLANTAS MEDICINAIS, A PESCA E A MANTEIGA DE TARTARUGA. O COMÉRCIO DOS PRODUTOS DO AMAZONAS NO SÉCULO XVIII E AS INTERVENÇÕES DO GOVERNO PORTUGUÊS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO. O CONSUMO DAS ESPECIARIAS E DE PLANTAS MEDICINAIS NO CONTINENTE EUROPEU. AS PRIMEIRAS COMUNICAÇÕES ENTRE AS MINAS DE MATO GROSSO E A BACIA DO AMAZONAS. A NAVEGAÇÃO PELO TOCANTINS, MADEIRA E GUAPORÉ. AS NEGOCIAÇÕES PARA O TRATADO DE MADRI, EM 1750, REGISTRAM O VALE DO AMAZONAS OCUPADO POR INTENSO COMÉRCIO COM PORTUGAL. O *UTI POSSIDETIS* NAS REGIÕES DO NORTE. OS ESFORÇOS DE POMBAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO. A LIBERDADE DOS ÍNDIOS E A DESORGANIZAÇÃO DAS MISSÕES. A EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO MARANHÃO. O DECLÍNIO DO COMÉRCIO DO AMAZONAS.

*Ao Exmo. Sr.
Dr. Rodolfo Garcia*

A

BACIA DO AMAZONAS abrange cerca de um terço da área territorial da América do Sul. A ocupação de sua maior parte pelos portugueses, nos séculos XVII e XVIII, com infração do

Tratado de Tordesilhas, representa uma das páginas mais impressionantes da história da expansão lusitana.¹

Por esse tratado, apenas uma faixa, de pouco fundo, a partir de um meridiano cortando a foz do grande rio, pertenceria a Portugal.

As primeiras tentativas de colonização da costa brasileira leste-oeste, oriundas das concessões das donatarias de D. João III, fracassaram ruidosamente e ficaram desde logo conhecidas as grandes dificuldades de navegação nessas paragens.

A Espanha, por sua vez, foi derrotada pela áspera natureza, em suas tentativas de penetração nessas zonas, cuja amplitude e formação fundamentalmente impressionam, ainda hoje, aos que se detêm na apreciação desse mundo em elaboração.

Aliás, o estudo da ocupação da América meridional pelos povos ibéricos, nos séculos XVI e XVII, mostra a diversidade dos processos de domínio e os motivos de ordem econômica que concorreram para essa diferenciação.

Os conquistadores espanhóis, até o final do século XVI, tinham-se assenhoreado, em latitude, da maior parte da zona que lhes caberia na América meridional, desde a Venezuela até o rio da Prata, não penetrando, porém, ao Oriente, na bacia amazônica, nos sertões mato-grossenses e em vastas regiões da margem esquerda do Prata e do Paraguai.

É que a expansão castelhana foi principalmente efetuada por conquistadores, que se sobrepunham a povos já dotados de alguma civilização, habitantes das altiplanuras da América meridional.

Apossando-se dos núcleos centrais do império dos Incas, dali partiram em expedições memoráveis, sempre ambicionando encontrar novos tesouros e novas civilizações. Além da peruana, no hemisfério austral, somente depararam com outra civilização algum tanto avançada, a dos chibchas, de Bogotá, onde também fizeram farta colheita de ouro.

Pode-se dizer que, com exceção das expedições de Ovando, logo nos primeiros tempos da descoberta, e das enviadas ao Chile e

1 Joaquim Nabuco escreveu: "Nada, nas conquistas de Portugal, é mais extraordinário do que a conquista do Amazonas" (*A bacia do Amazonas*, 1ª Memória sobre o litígio anglo-brasileiro).

Argentina, em meados e fins do século XVI, as outras entradas significaram mais ocupação do que colonização.

“Os primeiros espanhóis não eram, na verdade, colonos, mas conquistadores, contando viver em aristocracia dominadora, mantida pela mão-de-obra indígena; onde esta última faltasse, os conquistadores morriam de fome.”²

A essa fase sucederam a descoberta e a exploração das grandes minas de prata, que passaram a constituir o fundamento econômico da evolução dos vice-reinados espanhóis.

Espanhóis no Amazonas

As várias expedições, que partiam do Peru para o Oriente, em demanda das regiões que ora nos pertencem, fracassavam ante as dificuldades encontradas – matos bravios, banhados intransponíveis e íncolas atrasadíssimos, tudo em meio falho de quaisquer recursos. As civilizações e os tesouros que haviam encontrado e saqueado nas altiplanuras despertavam novas cobiças e justificavam as lendas correntes sobre a existência de outras civilizações e tesouros nas regiões de leste. Daí essas tentativas.

O comércio das especiarias foi objeto de disputas entre os espanhóis e portugueses e constituiu a emulação principal para a procura de um mais fácil acesso à Ásia.

A descoberta da América foi apenas uma etapa desse anseio de se procurar, pelo Ocidente, caminho para o Oriente. Não é, pois, de admirar o interesse despertado em Pizarro, o conquistador do Peru, a notícia da existência, ao Oriente, de um país onde abundava a canela.

Enviou, para essa descoberta, no Natal de 1539, o seu irmão, Gonçalo Pizarro, à frente de uma das maiores expedições da época, em cujos preparativos teria este despendido uns 50.000 castelhanos.³

Cerca de 200 espanhóis, peões e cavaleiros, 4.000 índios, 1.000 canoas, 4.000 porcos e um grande rebanho de lhamas foram incorporados a essa bandeira, de que Orellana era lugar-tenente.

2 P. A. Kirpatrick – *Les Conquistadors Espagnols*.

3 Mais de £30.000 ouro, acima de 12.000 contos, em poder aquisitivo de hoje.

A passagem e descida dos Andes, a travessia de espessas e inóspitas florestas, a viagem por difíceis vales e a ausência de recursos alimentares devastaram a expedição, que se encontrou, após oito meses de penosas marchas, à margem do Coca, afluente do Napo, já na bacia amazônica. Resolveu-se que Orellana saísse em embarcações para explorar a região e buscar socorros.

Descendo pelo afluente, alcançou com os 60 homens de sua expedição o rio principal, e, como julgasse impossível retroceder, continuou rio abaixo e atingiu o oceano Atlântico, realizando a primeira travessia do vale amazônico. Prosseguindo pela costa, alcançou as Antilhas espanholas, de onde partiu para a Espanha.

Ali conseguiu, após grandes esforços, ser nomeado governador das terras que descobrira, para onde quis regressar na chefia de nova expedição. Foi esta, porém, inteiramente destruída na entrada do Grande Rio – onde era difícil a navegação, não só pela multiplicidade de canais, como pelo conhecido fenômeno da “pororoca”.

Gonçalo Pizarro havia regressado a Quito, após 18 meses de ausência – com menos de 50% do efetivo dos brancos e perda total do contingente indígena; é que esta raça não suportava as bruscas oscilações de altitudes e temperaturas, nem se achava provida de recursos e vestes para enfrentá-las.

Fracassou, desta forma, a primeira tentativa feita pelos espanhóis para a ocupação da bacia amazônica, que, de direito, lhes pertencia.

Na sua descida pelo grande rio, que passou a denominar-se Orellana, teve de lutar com várias tribos indígenas. Em uma destas, destacaram-se nos combates homens imberbes, que tomou como mulheres, o que o levou a mudar o nome do rio para rio das Amazonas.⁴

O nome rio Orellana, como também foi chamado, não seria sem razão. Chamaram-lhe assim os espanhóis. As lendas que se espalharam no Peru sobre o reino do “El Dorado” e sobre as riquezas atribuí-

4 A existência de mulheres guerreiras na América consta de comunicados do próprio Colombo. Além de Orellana e seu capelão, Frei Gaspar de Carvajal, que fazia parte da expedição, Sir Walter Raleigh, no mesmo século, e outros, em séculos seguintes, confirmaram tal lenda, que só em fins do século passado foi desfeita.

das aos omáguas deram lugar, em 1559, a uma nova expedição, comandada por Pedro de Ursua.⁵

Assassinado o seu chefe por uma conspiração encabeçada por Lope d’Aguirre, já no vale do Solimões, a expedição se declarou contra a casa reinante espanhola, proclamando um dos seus componentes, D. Fernando de Gusmán, Príncipe do Peru, que governaria as terras do Peru e do Amazonas. Mas essa expedição, dos “maranones”, como ficou conhecida, continuou a tingir-se de sangue, por uma série de assassinatos, entre os quais o de D. Fernando, pelo próprio Lope d’Aguirre. Desceu o Amazonas, repetindo a façanha de Orellana, desembarcando em Venezuela, onde continuou suas atividades sanguinárias. Terminou Lope d’Aguirre em mãos das autoridades espanholas, sendo executado e esquartejado, marcando a sua aventura uma das mais trágicas páginas da história amazônica (1559 – 1561).

Cessaram as tentativas provenientes do Peru. Mas a parte setentrional da América do Sul continuou a ser pesquisada por várias expedições, que, partindo dos vales do Orenoco e do rio Madalena, e de outras regiões da costa da atual Venezuela, procuravam, em porfiadas lutas, alcançar o encantado reino do Eldorado.

Investidas portuguesas

Enquanto se processavam essas explorações nas proximidades da América equatorial, jaziam praticamente abandonadas pelos portugueses as costas do leste-oeste brasileiro. Malogradas tinham sido as expedições colonizadoras enviadas pelos vários donatários dessas zonas.

5 “Para o Oriente, como o país da canela, fora também dos domínios incaicos, reinava um príncipe, El Dorado, cujas riquezas não era possível medir. Os templos, os palácios, a pavimentação das ruas da cidade de Manoa, onde vivia, tudo nessa região encantada se construía em ouro, ouro puro, só ouro. O monarca, pelas manhãs, banhava-se num lago de águas perfumadas, sobre as quais lançavam ouro em pó. Outra lenda, a do país dos omáguas, confundindo-se com a do Eldorado, fazia crer que nessa nação também uma cidade resplandecia pela magnificência de seus edifícios suntuosos, de seus templos edificantes, onde os ídolos eram de ouro maciço, nação de muitos milhares de indivíduos, governada pelo poderoso cacique Guarica. A posição do Eldorado e dos omáguas variava através das narrativas dos nativos. Ora a localizavam nas planícies venezuelanas, ora nos recessos da selva amazônica, no rio Negro, no Orenoco.” (A. César Ferreira Reis – *História do Amazonas*).



Vista mostrando o modo pelo qual foi posta a seco uma parte do Rio Jequimbonha, para facilitar a lavra dos diamantes. (John Mawe)



Mapa do Brasil em 1749, “mapa das cortes” que serviu de base para as negociações do tratado de limite luso-espanhol assinado em Madri em 1750. Verifica-se a ocupação da bacia amazônica pelas missões religiosas portuguesas e a dos sertões de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás pela mineração. A carta do Brasil esta visivelmente deformada, apresentando Cuiabá sob o mesmo meridiano da foz do Amazonas, próximo ao qual passaria a Linha de Tordesilhas. Essa construção talvez tenha sido feita visando facilitar a aceitação, pelos espanhóis, do princípio do uti possidetis, que integrou na América Portuguesa tão grande extensão de terras, ao Oeste do meridiano de Tordesilhas

Aproveitando-se dessa circunstância, os franceses ali estabeleceram algumas feitorias e mantinham comércio de madeiras tintoriais, âmbar e outros artigos, com os índios da região.

Próximo à foz do Amazonas, ingleses e holandeses praticavam também esse comércio e chegaram a erigir várias feitorias.

Nessa extensa costa, faziam ainda os franceses, ingleses e holandeses, bases de suas operações de pirataria contra a navegação luso-espanhola.

A alta do açúcar e o desenvolvimento do seu comércio estimularam também os portugueses a estender os seus domínios, afastando ainda o estabelecimento de possíveis concorrentes. E, de 1584 a 1656, se efetuou a expansão geográfica portuguesa pelo litoral, do Itamaracá até o Amazonas.

Em 1583, Diogo Flores Valdez, de volta de uma malograda viagem ao Estreito de Magalhães, ofereceu-se ao Governo-Geral do Brasil para expulsar os gauleses. Seguiu por terra uma expedição, comandada por Frutuoso Barbosa, para agir de acordo com o almirante espanhol. Fundou-se a vila de Filipéia, na Paraíba, mais tarde destruída pelos tupinambás. A região foi desocupada pelos portugueses, que tornaram a voltar, em várias investidas, queimando depósitos de pau-brasil e de outros gêneros, reservados ao comércio com os franceses.

Em 1598, uma expedição comandada por Manuel de Mascarenhas fundou o forte dos Três Reis Magos, próximos à Natal de hoje, conseguindo aproximar-se do Maranhão e Amazonas.

O Maranhão, ocupado pelos franceses, que ali tencionavam fundar a França equinocial, é conquistado em memorável luta (1613-1615), em que sobressaem Jerônimo de Albuquerque e Martim Soares Moreno.

Ocupada São Luís, é enviado para o Pará, Francisco Castelo Branco, que fundou, em 1616, o forte do Presepe, em local onde hoje se ostenta a cidade de Belém.⁶

6 Manuel Barata, n' *A Jornada de Francisco Caldeira Castelo Branco* demonstra que a fundação de Belém se deu em 1616 e não em 1615, como referem vários historiadores.

A foz do Amazonas se achava ocupada por fortins holandeses e um inglês, que foram destruídos por emissários de Castelo Branco.

Não abandonaram os holandeses, de vez, essas paragens e somente em 1646 é que foi destruído, junto ao Cabo Verde, o último reduto batavo.

Era de tal forma difícil a navegação entre essa costa e o resto do Brasil, devido, principalmente, à orientação dos ventos reinantes, que o governo da Metrópole resolveu criar, em 1621, o Estado do Maranhão, independente do Estado do Brasil, compreendendo desde as regiões cearenses, nas proximidades do Cabo São Roque, até a região amazônica.

Para facilidade administrativa, foi, mais tarde, o Estado do Maranhão dividido em várias capitanias: Tapuíra, Tapera, Cameté, Gurupi, Maranhão, Pará e Cabo Verde, distribuídas, algumas, a elementos que mais se tinham distinguido na conquista das novas terras.

Estava ocupada vasta linha da costa pelos portugueses, e, dada a união das duas Coroas, a estes tinha sido delegada a colonização de zonas que, pelo Tratado de Tordesilhas, caberiam à Espanha. A foz do grande rio estava assegurada a Portugal, mas, antes de 1640, não se penetrava muito além; no estuário, estava o gentio tapajós, de guarda contra esse avanço, utilizando-se de flechas envenenadas.

A primeira fase

Nessa primeira fase, que se estendera até 1640, limitavam-se os colonos, nesse longo litoral, a um comércio restrito. O próprio açúcar não teve o desenvolvimento esperado, encontrando-se ali condições menos favoráveis que nos massapês pernambucanos.

O melhor negócio era o tráfico de gentios escravizados para servirem nos engenhos de Pernambuco.

Repetia-se aí o fenômeno já verificado na mesma época em Piratininga: a pobreza dos colonos e o recurso à caça e escravização do índio, como o melhor negócio. Talvez tenha sido este também incentivo à ocupação da costa.

Em 1618, foram enviados 300 açorianos para o Maranhão, mas a absoluta falta de meios para o desenvolvimento de um trabalho normal transformou-os, como aos demais, em predadores de índios. Aliás, Portugal não estava em situação de poder manter uma corrente emigratória regular. As conquistas da Ásia, os naufrágios, a colonização da América, as guerras e a navegação iam despovoando de tal modo o país que, no começo do século seguinte, quando a mineração do Brasil atraiu novos braços, a província do Minho ficou praticamente despovoada.⁷

Em 1630, ocupavam, porém, os holandeses uma zona considerável e rica do Nordeste brasileiro, cessando para o Estado do Maranhão esse lucrativo escambo do braço índio.

Possuímos o relatório de um flamengo, Gedeon Morris, conhecido da região, que, em 1637, incitava a Câmara Holandesa a estender a sua ocupação ao Estado do Maranhão, exagerando, para tal propósito, as facilidades e os benefícios prováveis.

“Cerca de 400 léguas da costa são ali ocupadas apenas por 1.400 a 1.500 portugueses e 40.000 índios; os índios estão sujeitos mais por medo do que por afeição; os portugueses, como os franceses, compõem-se de soldados descontentes e revoltados pelos desgovernos e falta de pagamentos; os fortes, pouco defensáveis; os índios considerarão os flamengos como libertadores. Poder-se-ia apossar de belos açúcares, fumos, algodão, laranjas, anil, tintas, óleos e belíssimos gengibres, ceras e lindas madeiras. Poderíamos vender escravos para Pernambuco, como os portugueses faziam outrora, antes de começar a guerra naquela capitania e este era o seu maior negócio.”⁸

Tal conselho só foi posto em execução em 1641, quando os holandeses ocuparam o Ceará e o Maranhão. Expulsos em 1643, retomaram o Ceará, que ocuparam até 1654.

De outra fonte, colhemos que, em meados do século XVIII, contavam-se, espalhados no Estado do Maranhão, 700 moradores portugueses, nas seis capitanias em que se subdividia o Estado.⁹

7 Houve mesmo uma Carta Régia, de 1720, proibindo a emigração para o Brasil.

8 Capistrano de Abreu – *Capítulos de História Colonial*.

Em 1685, São Luís abrigava mil e poucos vizinhos; Belém, menos de 500, sem contar os escravos.

As crônicas da época acentuam a miséria extrema, que então reinava: homens descalços, e os de maior representação vestiam de panos de algodão, tintos de preto. Os escravos andavam nus nas cidades e nas fazendas. Em 1661, muitas famílias de homens nobres deixaram de ir à cidade por ocasião do Natal, por não terem as donzelas com o que se vestir.

Em 1662, escrevia o insigne padre Vieira:

“Na vida dos índios consiste toda a riqueza e remédio dos moradores e é muito ordinário virem a cair em pouco tempo em grande pobreza os que se têm por mui ricos e afazendados, porque a fazenda não consiste nas terras, que são comuns, senão nos frutos ou indústrias com que cada um os fabrica e de que são os únicos instrumentos os braços dos índios.”

Em 1680, fazia ainda Antônio Vieira as seguintes apreciações sobre a situação econômica do Estado do Maranhão:

“O estilo ou pouco governo, com que se vive naquelas partes, porque, exceto a cidade de São Luís do Maranhão, onde de poucos tempos para cá se corta carne algumas vezes, em todo o Estado não há açougue, nem ribeira, nem horta, nem tenda onde se vendam as coisas usuais para o comer ordinário, nem ainda um arrátel de açúcar, com que se fazer na terra. E, sendo que no Pará todos os caminhos são por água, não há em toda a cidade um barco ou canoa de aluguel para nenhuma passagem, de que tudo se segue, e vem a ser o estilo de viver ordinário que para um homem ter o pão da terra, há de ter roça; para comer carne, há de ter caçador; para comer peixe, pescador; para vestir roupa lavada, lavadeira; e para ir à missa ou qualquer parte, canoa e remeiros... Na ilha do Maranhão responde muito mal a terra com o pão natural daquelas partes, que é a mandioca, e no Pará, por serem as terras todas alagadas, são tão poucos os lugares capazes da planta da dita mandioca, que é necessário aos moradores mudarem muitas vezes suas casas e fazendas, deixando perdidas e despovoadas as que tinham, e ir fabricar outras de novo dali a

muitas léguas, com excessivos trabalhos e despesa. As madeiras, com o fabrico dos navios, a destruição das roças, em que se derrubam e queimam, já são menos e muito distantes. As canas-de-açúcar não se plantam uma só vez como no Brasil, mas quase é necessário que se vão replantando todos os anos. As terras capazes de tabaco também se vão já buscar muito longe. O comer ordinário é caça e pescado, e a caça, sendo antigamente tanta, que quase se metia pelas casas, hoje, pela continuação com que se têm batido matos, está quase extinta. E no peixe se tem experimentado quase o mesmo, sendo no princípio infinito. E a razão de todo é não serem as terras da América tão criadoras, como também mostrou a experiência no Brasil, para onde se carrega de Portugal tanto peixe seco; ajudando muito no Maranhão a esterilizar os mares e rios os modos de pescar, que se usam sem nenhuma providência; com que é mais o que destroem, que o que se aproveita, e se perde totalmente a criação; e como a gente cresce, e o sustento diminui, é força que se padeça muito.”¹⁰

A costa do Estado foi ocupada numa fase difícil da vida portuguesa. Na segunda metade do século XVII, a baixa dos preços dos artigos coloniais, a concorrência que as Antilhas holandesas, inglesas e francesas passariam a fazer ao açúcar e tabaco brasileiros, as guerras e outras circunstâncias agravariam a situação.

Pedro Teixeira

Em meados do século, abriu-se o acesso ao vale amazônico.

Em 1637, chegaram a Belém dois irmãos franciscanos, vindos do Peru; o governador, Jácome Noronha, resolveu, à vista do fato, tentar estabelecer comunicação com as dependências do Governo de Quito, para o que designou o notável explorador Pedro Teixeira.

Realizou este o feito, e com notável êxito, entre 1637 e 1639. Em seu regresso do Peru, entrou pela confluência do Napo, tomando solenemente posse das terras para a Coroa portuguesa, daí para a jusante.

10 Visconde de Porto Seguro – *História Geral do Brasil*.

Essa viagem tornou conhecida aos sertanistas a possibilidade da penetração na bacia do Amazonas. Belém, Cametá e Gurupi constituíram-se bases de partida para as entradas:

“Pesquisavam ouro e artigos do sertão. Caçavam indígenas. Nunca foram felizes nas pesquisas para a descoberta dos veios auríferos. As drogas, na linguagem do tempo, eram cacau, baunilha, canela, cravo, as resinas aromáticas, apreciadíssimas riquezas naturais, abundantes em todo o vale.”¹¹

Mas os habitantes da costa lutavam sempre com condições adversas. E com tal miséria, compreende-se a disputa geral que se estabeleceu no Estado do Maranhão em torno do governo dos índios, que era a fonte de toda a riqueza e poder da região. Os sucessivos motins verificados em 1618, 1625, 1628, 1634, 1677 e 1680 eram índices do mal-estar reinante nessa parte da colônia. A entrada dos jesuítas, tentando salvar a raça autóctone da impiedosa devastação, veio agravar a difícil situação econômica dos litorâneos, de que foi um reflexo a revolução de Beckmann.

A evolução econômica

Condições instáveis e precárias caracterizam a vida econômica do Estado do Maranhão, entre 1621 e 1684. De princípio, o tráfico de escravos índios, pequena exportação de algodão e alguns produtos da terra. A seguir, pequena exportação de produtos da terra, sempre baseada no trabalho servil do índio.¹²

Em outra passagem do mesmo documento, se diz que a Fazenda Real rendia, em todo o Estado, 16 mil cruzados. Discordância profunda com a informação supra. O padre Vieira, que escrevia na mesma época, computava as rendas do Maranhão em 80 mil cruzados anuais, possivelmente renda líquida.

No final do século, acentua-se o comércio das drogas do sertão, que ia constituir a riqueza das missões religiosas na primeira parte do século seguinte. Neste último período, o valor econômico do vale amazônico sobrepujou o do resto do Estado do Maranhão.

11 Artur César Ferreira Reis – *Op. cit.*

Pará, produtor do cacau, entreposto de sua exportação, cravo e drogas do sertão, torna-se mais importante que a Capitania do Maranhão.

No final do século XVIII, decai o comércio amazônico e surge a grande exportação de algodão e arroz da região litorânea, registrando-se o período áureo da Capitania do Maranhão.

12 Esclarecem ainda essa situação as seguintes informações de caráter financeiro: Rendas da Câmara de São Luís do Maranhão: 1650 – 58.860 réis, sendo 40 mil-réis de uma prestação feita pela Fazenda Real; 3 mil-réis de condenações ou multas; 9 mil-réis de lanchas de passagem para Tapuitapera e 1.860 réis de foros.

A despesa, no mesmo ano, foi de 60.040 réis figurando nela 14 mil-réis do mestre de capela pela música das quatro festas anuais d'el-Rei; 24 mil-réis de uma caixa de açúcar branco remetida ao secretário de estado no reino e de propinas que lhe competiam em virtude de uma provisão régia, salários de escrivães, porteiro, etc.

1655 – Montou a receita em 123.190 réis.

1688 – A receita alcançou 178.230 réis.

1671 – 108.700 réis. Nesta receita figuravam: 24 mil-réis de propinas pagas pelo marchante contratador das carnes verdes; 72 mil-réis do imposto de 12 engenhos de aguardente; 11 mil-réis da barca de Tapuitapera; 33.500 réis de foros de terras.

1700 – 13.136.300 réis.

1721 – 468.067 réis.

1737 – 264.000 réis.

Quanto à receita da fazenda real, em 1664 Manuel da Vide Souto-Maior informava que os dízimos reais da Capitania do Maranhão rendiam, nesse ano, uns pelos outros, 50 mil cruzados, sendo esta a única renda certa. Na Capitania do Pará e seus anexos, os dízimos produziam 41 mil cruzados, as pescarias da ilha de Joanes, 21 mil e as salinas, 2 mil, uns anos pelos outros.

Em 1697, segundo Carta Régia de 14 de novembro do mesmo ano, os dízimos dos frutos da terra, na Capitania do Pará, foram arrematados por 10.050 cruzados e os de cacau e cravo por 24 mil.

Em relação aos impostos e direitos de entrada, classificavam-se os gêneros em secos e molhados. Na classe dos secos, se compreendia tudo que não é comestível e a dos molhados, tudo que podia servir de comidas ou bebidas.

Em 1700 não corria no Estado do Maranhão moeda alguma de prata ou cobre.

A provisão de 30 de julho de 1706 proibia o uso da moeda metálica nesse estado. A 15 de fevereiro de 1712 declarou que o açúcar, cacau, cravo, tabaco e pano de algodão deveriam correr como moeda, pagando-se os soldos com tais gêneros.

Em 1724, o Governador João da Maia da Gama publicou um edital estabelecendo que para moeda, ao invés de novelos, se usassem medas de fios e que o pano bem tapado e de 26 cabrestilhos trouxesse o nome do tecelão, tudo para evitar a fraude que estava sendo muito comum.

O problema do braço escravo do índio e a influência dos missionários religiosos que defendiam os aborígenes se faziam continuamente sentir, traduzindo-se em lutas incessantes entre os colonos e os jesuítas, até a definitiva expulsão destes.

O trabalho servil e a liberdade dos índios

Já tivemos oportunidade de discorrer sobre a escravidão vermelha e os imperativos de ordem econômica que a justificavam. De começo, era o índio escravizado por todo o Brasil e servia de elemento de ligação entre o colono e a terra.

A organização social evolui de tal forma que, quanto mais civilizado o núcleo social, maior é a divisão de trabalho e menor a exploração do homem pelo homem; de fato, num meio adiantado, encontramos à mão todos os recursos de que carecemos, para satisfação de nossas necessidades, em tanto maior abundância quanto maior o adiantamento.

Nas terras americanas, o homem civilizado encontrou uma natureza bruta e hostil. Sem uma organização colonizadora, em que vultosos capitais pudessem suprir as suas necessidades até que a produção local alcançasse o nível necessário à sua manutenção, era sobre o autóctone que o colono tinha que fazer recair o encargo da satisfação das suas principais necessidades. Era o índio quem caçava, pescava, transportava os materiais para as edificações, operava como obreiro forçado, era o remeiro, o guia às florestas, o elemento para o serviço doméstico, etc.

Desconhecendo o trabalho regular e não podendo suportar, além da supressão de sua liberdade, o peso excessivo de tais obrigações, por isso pereciam os indígenas em grandes proporções e revoltavam-se contra o jugo dos brancos. Os colonizadores da América, em face das dificuldades do meio e estimulados pelo instinto de conservação, lançavam mão de todos os recursos para jungi-los ao trabalho servil.

Os jesuítas e outras ordens religiosas, que ansiavam por trazer à Igreja as grandes populações de fiéis, numa época em que as lutas religiosas tinham por demais exacerbado os espíritos no continente europeu, adotavam programa diametralmente oposto ao dos colonos. Seu

desinteresse inicial pelos bens terrenos, seu espírito de sacrifício e, para muitos, a ambição do próprio martírio, conduziam os missionários à defesa intransigente da liberdade dos silvícolas, desejando conservar essa massa virgem para o trabalho integral da catequese. Daí a luta que se propagou por toda a América e que apresentou diferentes aspectos, em função dos valores geoeconômicos das regiões ocupadas e do tempo em que ocorreu tal ocupação.

No Brasil açucareiro, foi feita a substituição do braço índio pelo braço negro. Os recursos abundantes que derivavam da indústria e a maior resistência do elemento africano facilitaram essa evolução, verificada, aliás, após o extermínio de grande parte da população indígena.

Na capitania paulista, os jesuítas foram definitivamente rechaçados e o ciclo de caça ao índio imperou até princípios do século XVIII. Na América meridional espanhola, os missionários conseguiram, fora da influência dos brancos, absorvidos alhures na mineração da prata, na indústria da criação e em outros misteres mais rendosos, implantar aldeamentos inteiramente isolados da administração civil e da interferência dos colonos, logrando, durante século e meio, manter uma civilização de acordo com os seus desejos.

Os paulistas, quando se tornaram mineradores, abandonaram a escravidão vermelha e passaram a se utilizar dos africanos. Na América portuguesa, foi no Norte do Brasil, cuja ocupação data do primeiro quartel do século XVII, onde mais predominou a escravidão vermelha, e onde mais acesas se estabeleceram as lutas entre as duas mentalidades extremas – a dos invasores e a dos missionários.

Parece que para essas regiões tinham refluído as tribos perseguidas pelos portugueses ou fugidas das invasões espanholas, acrescentando-se aos habitantes locais e condensando intensamente a população indígena na hiléia amazônica.

A legislação e os fatos

A Igreja romana, o governo português e o de Castela tentaram, por atos sucessivos, proteger a população íncola. Os fatos, porém, comprovaram, que não seria uma simples legislação que haveria de conter os ímpetos dos colonizadores, impelidos por profundos im-

perativos econômicos, quando a própria metrópole só encarava as terras americanas como fonte de lucro, não tomando, salvo casos esporádicos, interesse real por uma colonização intensiva e suficientemente aparelhada.

Em 1570, el-Rei D. Sebastião expediu uma Carta Régia, combatendo a escravização dos indígenas e limitando-a aos casos dos aprisionados em guerra justa. Filipe I confirmou essa orientação em 1587 e Filipe II a reafirmou em 1595. As provisões reais de 1605 (já no tempo do Filipe III) e de 1609 outorgam ampla liberdade aos índios.

A lei de 10 de setembro de 1611 revigorou os dispositivos sobre a liberdade, mas permitiu a guerra justa, provocada e assim declarada por uma junta, e aprovada pelo Rei.

Admitia o cativo para os aprisionados nessas guerras e mais o resgate dos índios da corda – ficando limitada a servidão a 10 anos, quando fosse regulamentar o preço do resgate.

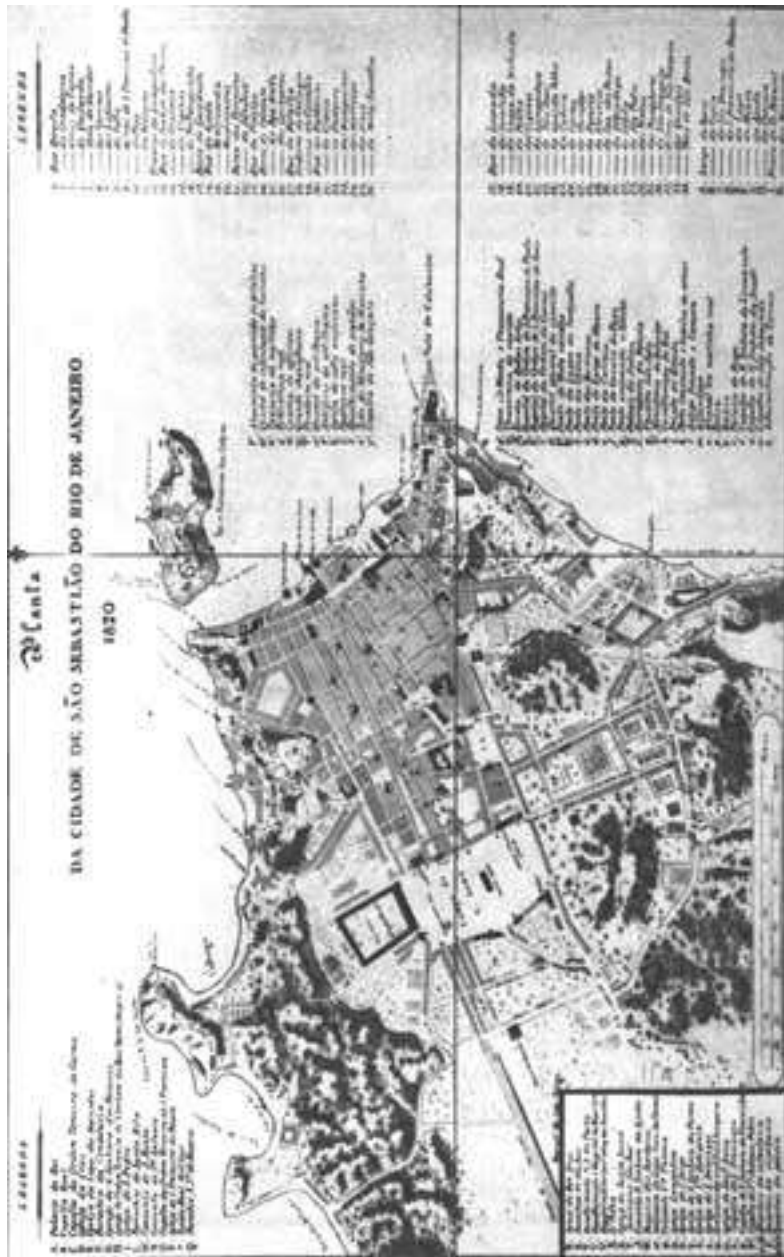
Estabelecia ainda essa lei a outorga da administração das aldeias a “sujeitos seculares, casados e de boa geração e abastados de bens, podendo ser, e que lhe pareceram mais capazes para ser capitães das aldeias dos gentios”.¹³

Esses capitães seriam verdadeiros administradores e zeladores dos índios, apresentando-os ao governador, quando necessários ao real serviço, distribuindo-os para o serviço particular, mediante salários determinados pela taxa geral etc.

Mandava ainda criar os registros dos nomes dos que eram aprisionados em guerras justas ou libertos da corda, aprisionados pelos seus semelhantes. Mas toda essa legislação era burlada.

Os colonos do novo Estado do Maranhão, criado em 1620, não podiam abrir mão do braço índio. As condições econômicas da região eram bem inferiores às dos massapês pernambucanos, às dos recôncavos baianos ou dos Campos dos Goitacases. Em 1626, realizou-se em São Luís uma junta, presidida pelo capitão-mor, em que se deliberou o não cumprimento do Alvará de 1611, alegando para isso impossibilidades materiais.

13 João Francisco Lisboa – *História do Maranhão*.



Planta da cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil, em 1820. (Conforme Freycinet)

Por provisões de 1647 e 1649, estabeleceram-se novos dispositivos a favor dos indígenas. Nenhum índio seria permitido servir sem salário. Os que trabalhassem em canaviais, tabaco ou lavoura pesada, poderiam ausentar-se livremente. Os brancos que os violentassem ficavam sujeitos à pena de degredo por quatro anos e 500 cruzados de multa. Os índios teriam quatro meses livres para serviços em suas roças e culturas. Que a Coroa portuguesa estava bem intencionada, comprovam-no atos de D. João IV, que chegou a condenar um capitão-mor, Barreiro de Ataíde, e um Governador do Maranhão, D. Luís de Magalhães, por crime de escravização ilícita de bugres.

O Governador Baltasar de Sousa Pereira, despachado capitão-mor, em 1652, trouxe ordem para pôr em liberdade todos os índios que até aquele tempo estivessem escravizados. Revoltaram-se os povos do Maranhão e do Pará sendo, pelo governador, suspensa a execução do regimento nessa parte.

O padre Vieira

A Carta Régia de 21 de outubro de 1652 dava ao padre Antônio Vieira ampla autorização para levantar igrejas, estabelecer missões, descer índios ou deixá-los em suas aldeias, tudo segundo julgasse mais conveniente, podendo requisitar dos governadores e demais autoridades quaisquer auxílios, etc.

Provocou esta carta sérios desentendimentos, principalmente no Pará.

Por provisão de 16 de outubro de 1653, reconhecendo os inconvenientes da última lei, mandava o Rei de Portugal terminar as colheitas existentes e fornecer recursos aos que necessitassem, depois de sua terminação. Autorizou as entradas no sertão, desde que fossem acompanhadas de religiosos, tendo por fim a conversão dos índios; sob a condição de que o cabo da expedição, ao invés de ser, como até então, escolhido só pelo capitão-mor, fosse eleito por uma junta de que também fizessem parte as autoridades eclesiásticas. Recomendava ainda que os capitães-mores se abstivessem de nomear administradores para as aldeias, que seriam governadas pelos índios principais.

Representando ao rei de Portugal contra a legislação vigente, alegavam, entre outras coisas, em 1653, os moradores do Estado do Maranhão:

“Erro lastimável seria comparar a situação desta Capitania à do Estado do Brasil, onde cada mês entram em grande número negros africanos. Por aqui, o único socorro são os índios; e os povoados novos, espalhados pelas ilhas e margens dos rios, a grande distância, não podem dispensar dos serviços dessa gente, como remeiros, para viagens.”

Não se conformou o insigne Vieira com a nova resolução da Corte e para ali partiu, pronunciando antes, no dia de Santo Antônio, em 1654, o famoso “sermão dos peixes”.

Desejando prestigiar Antônio Vieira, expediu D. João IV uma provisão em 1655, e, no mesmo ano, o regimento ao governador, André Vidal de Negreiros, em que só admitia o cativo por guerra justa e para os índios da corda, sem restrição de prazo. Os chefes das aldeias seriam os próprios missionários. Os índios seriam cedidos ao trabalho dos colonos por seis meses, em anos alternados, sendo a repartição feita por dois árbitros, um indicado pela Coroa e outro pelos missionários. Seriam pagos salários mensais à razão de duas varas de algodão.¹⁴ Foi baixado para cinco anos o prazo da escravização dos cativos resgatados à corda.

Antes de iniciar o serviço aos colonos, eram os índios submetidos durante dois anos e meio a uma aprendizagem de trabalho e de religião. Foi criada a Junta das Missões, espécie de tribunal consultivo, especial e privativo para a matéria. Não suportaram os colonos as restrições criadas à sua atuação e, em 1661, foram expulsos os jesuítas e o padre Vieira.

Anarquia e pobreza

No período compreendido entre 1661 e 1686, quando foi promulgado o regimento das Missões, reinou uma quase anarquia administrativa no Estado do Maranhão e acentuou-se a rivalidade já latente entre São Luís e Pará.

14 As duas varas de pano valeriam 200 réis, que correspondem a 21\$000, em poder aquisitivo de hoje.

Com o advento, por um golpe de estado, do Rei Afonso VI, fortaleceram-se os inimigos dos jesuítas. Nem por isso, porém, conseguiram uma vitória completa, que seria o abandono absoluto da sorte dos índios às mãos dos colonos. A provisão de 12 de setembro de 1663, trazida de Lisboa pelo procurador da Câmara, Jorge de Sampaio, acarretou ainda descontentamentos gerais. As entradas no sertão só poderiam ter lugar quando reguladas pelas Câmaras. A distribuição dos serviços nas aldeias só podia ser feita por um repartidor, eleito, cada ano, pela Câmara. Nenhuma ordem religiosa teria jurisdição sobre os índios. As suas aldeias seriam governadas pelos principais. O pároco, em cada aldeia, indicaria, porém, ao repartidor os índios que deviam servir.

Os jesuítas foram readmitidos na posse de suas igrejas e paróquias, apenas não tendo tido permissão para regressar o padre Vieira.

O governador e a Câmara de São Luís não queriam a execução da lei. A Câmara de Belém, ansiosa pela sua autonomia, queria cumpri-la. Somente em 1667 é que Luís Vaz de Siqueira consentiu que se cumprisse a lei, assim mesmo parcialmente!

O Governador Antônio de Albuquerque Coelho (1667–1671) foi despótico, nomeando, ele mesmo, o cabo das entradas, a que chamava, impropriamente, de “descimentos”, e dispondo dos índios como entendeu. Somente em 1673, dez anos após a promulgação, é que entrou a lei em vigor no Maranhão. No Pará, por influência do próprio governador, ela não pôde ser cumprida.

O estado de anarquia e desentendimento que se verificava nas capitâneas do Estado do Maranhão refletia também a situação de extrema pobreza ali existente. Tal era a insuficiência dos rendimentos necessários à cobertura das despesas públicas que, em 1677, por sugestão de uma Junta, composta da nobreza, clero e povo do Pará, havia-se estabelecido um monopólio real do ferro, aço, velório e facas, artigos de grande consumo para os resgates. Desse monopólio, deveriam advir os recursos necessários à administração das capitâneas.

A pobreza e o desentendimento chegaram a tal ponto que os próprios moradores achavam dificuldades em promover as entradas pelo sertão, para os resgates, e, em 1678, fizeram representações à Me-

trópole, propondo que essas entradas fossem feitas por conta da Coroa, que venderia os escravos aos agricultores, na base de 30 mil-réis por cabeça, ganhando 400%! Em troca das vantagens do tráfico, propunham a abolição do estanco, decretado em 1677. Os maranhenses associaram-se aos pedidos dos homens do Pará partidários como eram da liberdade do comércio. Já a esse tempo, havia regressado a Lisboa, de seu exílio em Roma, o padre Antônio Vieira que, perante o conselho dos fidalgos entendidos, ali reunido para deliberar sobre as representações dos colonos, expôs seus pontos de vista, que acabaram sendo adotados e convertidos em resoluções.

Alvitrava: a introdução de escravos de Angola por conta da Coroa; a proibição absoluta dos resgates dos índios; o desenvolvimento das missões e a entrega das aldeias aos religiosos da Companhia de Jesus. A raça nativa era fraca e só pela segregação poderia servir, conforme a experiência demonstrou. O negro fora escravo em todos os tempos e já o era entre os seus. Pela organização do trabalho colonial, não podia ser dispensado o braço servil; que se sacrificasse o negro africano, em benefício da raça que os jesuítas queriam redimir e que já lhes houvera custado sacrifícios sem par! Era esse, naturalmente, o pensamento que orientava o padre Vieira.¹⁵

Nessa mesma época, 1679, havia chegado ao Maranhão o seu primeiro bispo, D. Gregório dos Anjos, que logo se mostrou cobiçoso de bens temporais, atirando-se ao comércio e preocupando-se com a utilização do braço índio.

Beckmann

O Alvará de 1^o de abril de 1680 traduz nova reação a favor da liberdade dos índios. São renovados, nesse sentido, os dispositivos de 1605 e 1609, com a nota de que “se não pudesse cativar índio algum em nenhum caso, nem ainda nos excetuados nas ditas leis, derogadas nesta parte somente”.

As reformas promulgadas em 1680, por inspiração de Vieira, levantaram na colônia um descontentamento geral. Nessa época, Belém era a residência do governo. Justificava-se a transferência por

15 João Lúcio de Azevedo – *Op. cit.*

estar mais próxima das fronteiras, do empório de índios e dos produtos da indústria extrativa. Publicada ali a lei, determinava um bando do governador que no prazo de um mês trouxessem os moradores os seus índios à casa do governo, para que fossem entregues aos principais das diferentes aldeias. Fizeram, depois, os missionários o alistamento e providenciaram para a repartição, dividindo as três turmas na forma da lei.

“Aí se manifestou sem freios o descontentamento geral: o povo contra os repartidores; as Câmaras contra o bispo e todos contra os jesuítas. Quiseram representar os moradores e mandar um novo procurador à Corte; não havia recursos para tanto, tal a miséria reinante.”

Foram trazidos escravos negros por conta do Erário Real e distribuídos pelos moradores, que deveriam pagá-los dentro de três anos; mas não convinha tal sacrifício ao governo da Metrópole, já a braços com sérias dificuldades financeiras.

Em 1682, a Companhia do Comércio do Maranhão chamou a si o encargo do negócio. Deu-se-lhe o contrato por 20 anos, com a obrigação de introduzir 10.000 negros na colônia, durante esse prazo.

“Cabia-lhe, por outro lado, fornecer todos os gêneros de consumo aos preços marcados: 14 mil-réis pelo quintal de ferro, 100 mil-réis por cada negro, 1 côvado de gorgorão, 1\$600; e assim por diante, especificando todos os artigos desordenadamente na tabela; a mercadoria humana, de envolta com gêneros secos e molhados. Proibiu-se, pelos mesmos 20 anos, todo o comércio direto; todas as transações seriam por intermédio da companhia. Taxava-se preço aos produtos do Estado. Impunha-se pena de confisco a qualquer embarcação que violasse o bloqueio. Tais eram as restrições que vinham empecer a já de si lenta evolução da vida colonial.”¹⁶

Os contratantes podiam ainda fazer entradas no sertão e à sua disposição ficaram 100 casais de índios em cada uma das capitais para o fim de fabricarem víveres e mantimentos para os negros, quando che-

16 João Lúcio de Azevedo – *Op. cit.*

gassem. Todas essas condições, principalmente as últimas, provocaram grande indignação entre os moradores.

O Governador, Francisco Sá de Meneses, repeliu com energia todas as tentativas de reação. Em breve verificou-se o grave inconveniente da organização: os escravos prometidos não chegavam; as fazendas eram de má qualidade; os gêneros do país mal pagos pelos agentes do monopólio, e, complicando tudo ainda mais, os jesuítas, em obstinação cada vez maior, recusavam-se a dar índios das aldeias. Incitavam as populações à reação, o bispo, os clérigos, frades, e até a opressão econômica. A insuflação dos espíritos, provocada por tais elementos, conduziu o povo maranhense à revolta encabeçada por Beckmann.¹⁷

Deportaram-se novamente os jesuítas, embarcando-os com destino a Pernambuco. No Pará, com a presença do governador e com a hostilidade reinante entre as duas capitânicas, não se quis acompanhar a revolução. Isolados, sem socorro nenhum exterior, viram os habitantes

17 João Ribeiro – *Rebelião contra o monopólio Beckmann*.

“A Companhia de Comércio do Maranhão, que tinha o monopólio da exportação e importação, logo depois de ser fundada (1862), tornou-se antipática ao povo, a quem servia mal e abusivamente.

“Resolveram os colonos maranhenses reagir e aclamaram um chefe na rebeldia, Manuel Beckmann, homem de espírito bem dotado, grande e rico proprietário, que já por vários motivos se achava desavindo com o Governo Colonial.

“Em 24 de fevereiro de 1684, aproveitando a presença do povo numa procissão religiosa, estalou a revolução.

“As ‘duas coisas’, dizia Beckmann em inflamado discurso, ‘devem pôr termo: aos jesuítas e ao monopólio, a fim de que tenhamos as mãos livres quanto ao comércio e quanto aos índios. Depois mandaremos um procurador a el-rei’.

“Aprisionados o governador e autoridades, instituiu-se uma junta com representantes do clero, nobreza e povo, a qual imediatamente decretou a abolição do monopólio, o banimento dos jesuítas e a deposição das antigas autoridades, medidas todas sancionadas pelo vozear da população e festejadas enfim por um solene *Te deum* na catedral.

“A revolução não encontrou apoio no Pará e não conseguiu a consecução de seus fins, isolada como ficou a capitania. Em Lisboa temeu-se a possível adesão dos franceses de Caiena, tanto mais que Luís XVI tinha os olhos voltados para o vale do Amazonas.

“Gomes Freire de Andrade comandou a expedição restauradora da lei e não teve dificuldades em ocupar São Luís. Gomes Freire proclamou o perdão, com exceção dos cabeças, que foram julgados por um tribunal extraordinário. Uns foram banidos e Manuel Beckmann, Jorge de Sampaio e Belchior Deiró condenados à morte.

“Os bens de Beckmann foram confiscados: mas na hasta pública foram arrematados por Gomes Freire, que os restituiu à viúva e aos órfãos do desventurado.”

agravadas as suas condições econômicas e acolheram assim como um libertador a Gomes Freire de Andrade, que tinha sido designado capitão-general, com instruções de sufocar a revolta, punir os cabeças e restituir aos missionários suas casas e igrejas.

Subiram ao patíbulo, Beckmann, atraído pelo seu próprio afilhado, Lázaro de Melo, e Jorge de Sampaio, encarnizado inimigo dos jesuítas. Em satisfação às queixas, aboliu-se o monopólio, que nem aos próprios interessados dera resultado. As duas capitânicas estavam pobres como dantes. Os moradores endividados, todos sem meios de pagar os adiantamentos que haviam sido feitos. Os padres regressaram com dobrada autoridade moral. Em breve, os missionários iam se apossar do domínio absoluto dos indígenas, pelo Regimento das Missões, promulgado em 1686.

O desgaste humano

Nesse primeiro período foi enorme o desgaste da raça indígena. Houve uma fase, entre 1651 e 1663, em que foi atenuado, pela ação gigantesca do padre Vieira. A caça ao índio foi, em boa parte, substituída pelos descimentos, em que se procuravam instalar aldeias nas proximidades dos centros de colonização portuguesa, onde funcionaria o regime de trabalho previsto nas leis.

Em 1655, existiam, no Estado do Maranhão, 54 aldeias indígenas, a cargo dos jesuítas: 11 na Capitania do Maranhão, duas no Gurupí, seis no Pará, sete no Tocantins e 28 no rio Amazonas.

O regime da escravidão nunca pôde ser abolido. O próprio padre Vieira teve que transigir, admitindo-o atenuado e em casos definidos. Não obstante o regime oficial, nunca cessaram inteiramente as entradas.

E o gasto de índios era de tal sorte que em 1667 não havia autóctones, ao longo da costa, desde o Gurupá até o Maranhão.

As entradas eram organizadas pelos interessados, ou, às vezes, por conta do Erário Régio. O custo real verificado seria de 4 mil-réis para cada índio, mas, em geral, eram vendidos aos colonos por 15 a 20 mil-réis por cabeça, quando não se intrometiam os atravessadores, que obrigavam os colonos a pagar de 70 a 80 mil-réis por peça. Eram de tal modo penosas as expedições para o resgate e de tal forma mortíferas as

condições de transporte, que se reputava bem-sucedida uma expedição quando a mortandade no caminho não superava 50%. Com essas dificuldades todas, não se apuravam, em São Luís e no Pará, mais de 400 escravos por ano, provenientes dessas entradas.

A mortalidade atingia ainda cifras elevadíssimas, pois os trabalhos nas fazendas, sobretudo da cultura de cana-de-açúcar e do tabaco, eram em demasia pesados para os índios, mal habituados à continuidade de serviços penosos. Com o rareamento do braço indígena, provocado pelo extermínio da raça, aumentado pelos estabelecimentos das missões, que criavam novos aproveitamentos para o indígena, principalmente nas regiões habitadas pelas tribos, foi-se agravando, cada vez mais, a situação nas grandes fazendas, que foram caindo em enorme penúria. Daí, os remédios propostos: introdução do braço africano, formação de companhias de comércio e muitos outros que não puderam remediar o mal, originando a série de contendas e as dificuldades de vida com que lutavam os colonos.

As missões religiosas

Ocupadas as costas brasileiras do Ceará ao Amazonas por esse punhado de colonos, a qualidade da terra e a natureza dos produtos exploráveis demonstraram, como vimos, que não lhes era possível a aquisição do braço negro para o amanhã, por motivos idênticos aos que se verificavam nas capitânicas paulistas. Os novos ocupantes serviram-se, pois, do elemento autóctone, de que essas regiões eram intensamente habitadas.

Em 1624, os frades capuchos experimentaram missionar nas aldeias indígenas e atenuar as condições de trabalho servil que lhes eram impostas, mas em pura perda, tal a reação dos colonos.

Em suas primeiras tentativas de missionar no Estado do Maranhão, foram infelizes os jesuítas, uns repelidos pelos próprios colonos, outros chacinados pelos índios, e alguns vítimas dos naufrágios, tão frequentes naquelas paragens.

Após várias investidas, conseguiram, enfim, sob a chefia do padre Vieira, uma entrada definitiva no Estado; e o papel que lhes estava destinado no vale do Amazonas, di-lo muito bem Basílio Magalhães, em

sua *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, quando afirma ter sido a ocupação desse vale obra principalmente dos jesuítas.

Com as dificuldades do meio, a pobreza reinante e a heterogeneidade dos ocupantes, eram constantes os atritos entre governantes e governados no Estado e mesmo entre as próprias autoridades para lá destacadas.

Aproveitando-se de um desses conflitos, conseguiu Vieira induzir o rei a aprovar a introdução dos missionários no estado, com o fim precípua de ali defenderem os índios, vítimas de tão grande devastação.

De 1652 a 1661, desenvolveu o padre Vieira a sua grande atividade. Acentuaram-se, nesse período, os primeiros descimentos. A animosidade desesperada dos colonos contra as dificuldades, que lhes criavam os jesuítas, para a livre utilização do braço índio, e o desaparecimento dos protetores reais de Vieira, venceram-no, sendo ele finalmente expulso das missões. Novamente reinou a anarquia com relação ao trato com os selvagens, até que, em 1680, houve uma nova reação legislativa a favor da sua liberdade e a tentativa para a introdução do braço africano.

A revolução de Beckmann, em 1684, provocou, como vimos, a segunda expulsão dos jesuítas, que são, finalmente, reintegrados por Gomes Freire de Andrade em 1686. Nos subseqüentes 70 anos iriam os jesuítas dar expansão à sua atividade, no Estado do Maranhão.

O Regimento das Missões

O Regimento das Missões, de 1686, criou uma situação que, sem resolver em definitivo a questão dos índios, ia permitir a formação e o progresso das aldeias, salvaguardando de rápido extermínio uma parte considerável da população indígena, integrando muitos e valiosos elementos na sociedade colonial e criando uma civilização em plena bacia amazônica, que teria fundas repercussões na política internacional.

“Os pontos de maior importância em que o Regimento das Missões se afastava das disposições anteriores eram, além do governo temporal, os seguintes: aboliu o privilégio da Companhia de Jesus, que

excluía as outras ordens religiosas das missões novas e entradas no sertão; criou o registro de matrícula e mudou a forma de repartição dos índios; concedeu 25 casas a cada missionário para os serviços das aldeias em vez de repartir por eles a terça parte de todos os descimentos, conforme a lei de 1680; por último, e aí a grande vitória dos jesuítas, criou dois lugares de procuradores de índios, um na cidade de São Luís e outro na de Belém, homens nomeados pelo governador, mas escolhidos, cada um, em uma lista de dois nomes fornecida pelo superior da Companhia, o que equivalia à entrega, nas mãos dos jesuítas, de toda a jurisdição relativa ao cativoiro.”

Houve ainda proibição absoluta, sob pena de severos castigos, de habitarem os brancos as aldeias indígenas. Facilitava-se, assim, a catequese e suprimia-se boa parte do comércio clandestino.

Eram, pois, bem diferentes os regimes das reduções do vale do Amazonas, comparados com os das missões paraguaias. Estava limitado pelo regimento real o número de casais que, em cada aldeia, podia ser utilizado para os serviços gerais. Uma terça parte dos índios deveria ser distribuída pelos colonos, com os quais trabalharia um semestre, mediante salário; outra terça se ocuparia livremente das atividades que lhes aproovessem e a última poderia ser utilizada pela administração pública. A própria ordem só se poderia utilizar do trabalho indígena mediante salário. A função dos missionários era mais tutelar, no dizer de Southey, do que exclusivista, como nas repúblicas paraguaias. Desdobrando suas atividades, puderam as diferentes ordens católicas concentrar, no Estado do Maranhão, 50 mil índios, em cerca de 80 aldeias.

Na luta travada entre as necessidades econômicas, a cobiça e o imediatismo dos colonos e os ideais dos missionários, mais uma vez a legislação portuguesa se colocava em boa parte ao lado dos últimos. Talvez tivesse também em vista o aspecto político da ocupação efetiva das grandes áreas dos sertões.

No final do século XVII, era tão intensa a expansão das missões religiosas que o governo português, por Cartas Régias de 1693 e 1694, a fim de evitar conflitos de jurisdição e melhor assegurar essa expansão, confiara aos jesuítas o distrito sul do rio Amazonas, até a fronteira das colônias espanholas; aos religiosos de Santo Antônio da Piedade,

a margem esquerda desse rio até o Urubu; aos mercenários, o vale do Urubu e aos carmelitas, o vale do rio Negro.¹⁸

Os jesuítas cederam ainda aos carmelitas a catequese no vale do Madeira, evitando, dessa forma, ficarem contíguos às missões jesuíticas espanholas.

Cultivando uma parte do ano, junto às aldeias, a mandioca, o milho, o cacau, eram, nos meses restantes, usados os silvícolas na extração das drogas e especiarias nativas, recolhendo-se, anualmente, em grandes canoas, os produtos das missões aos entrepostos de Belém.

Além dessas organizações no vale do Amazonas, possuíam os jesuítas fazendas de criar no Piauí e na ilha de Marajó, assim como engenhos no Maranhão e no Pará.

18 Missões religiosas no Brasil.

As guerras religiosas verificadas na Europa nos séculos XV e XVI provocaram a fundação de várias ordens. Iniciada a ocupação da América, para ali partiram vários eclesiásticos, que desde logo se mostraram revoltados com os sofrimentos impostos pelos invasores aos autóctones. Entre outros, os protestos de Las Casas e as providências que obteve do rei de Espanha e da Cúria Romana em favor da raça oprimida ficaram registrados na História.

Para o Brasil foram os jesuítas os primeiros missionários. Com Tomé de Sousa, em 1549, veio um grupo de recém-ordenados, pois que a Ordem começou a funcionar, de fato, em 1540.

Foi imensa a tarefa desenvolvida pelos primeiros missionários, como imensa seria toda a atuação da Ordem durante os duzentos e sete anos que operou no Brasil colonial. Na catequese de índios, na fundação de casas e colégios em São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, na fundação de São Paulo de Piratininga, no estabelecimento dos primeiros aldeamentos, destacam-se nos séculos XVI e XVII as figuras inconfundíveis de Nóbrega, Anchieta, Leonardo Nunes, Luís da Grã, Aspícueta Navarro, Antônio Rodrigues, Manuel de Paiva, Belchior da Ponte, Antônio Vieira, Fernão Cardim, João Antônio Andreoni e muitos outros.

A ambição desses pregoeiros da fé era incorporar à Igreja Católica as grandes populações de ameríndios, mas o programa moral e social que desenvolveram estava em muitos pontos em evidente conflito com os imperativos económicos imediatistas dos novos ocupantes das terras.

A atuação dos mamelucos, produtos dos cruzamentos de brancos com índios, que se tornaram os maiores aliados dos portugueses na opressão aos autóctones, e a dura experiência obtida com os piratininganos levou os jesuítas à convicção de que somente pela separação absoluta dos catecúmenos de qualquer contacto com a raça branca é que poderiam fazer um trabalho missionário eficiente. Daí a fundação das missões paraguaias que, perseguidas desde o início pelos bandeirantes paulistas, conseguiram, posteriormente, condições de segurança que lhes permitiram uma tranqüila evolução durante cerca de 150 anos.

Com a crescente miséria da população da costa, em lutas constantes com a falta de braços e com as condições do meio, aumentou o ódio contra os missionários, cujas aldeias e fazendas progrediam e prosperavam continuamente.

Não pagavam as missões dízimos dos produtos nem os direitos de entrada na alfândega de Lisboa; não era possível, portanto, conhecer-se com exatidão o volume das transações que efetuavam.

À primitiva atuação espiritual, foram forçados os jesuítas a crescer uma atividade temporal, pois que tinham que promover a instalação das aldeias e reduções com os seus serviços e prover as bases econômicas de sua subsistência. Somente a formação de unidades econômicas, capazes de se bastarem a si próprias, permitiria um trabalho eficiente de catequese e cultura.

No Norte do Brasil, a partir de meados do século XVII, desenvolveram os missionários uma grande atuação que sinteticamente comentamos neste capítulo.

Fundaram também aí aldeias e outras ordens religiosas: os carmelitas, os franciscanos e os mercenários. Essas diferentes Ordens, que se ocuparam, por igual, da catequese de índios, procuraram localizações afastadas dos colonos portugueses, deixando aos jesuítas os contatos necessários com a administração lusitana.

As missões paraguaias foram hostilizadas pelos colonos espanhóis, que lhes atribuíam concorrência desleal, pela produção a baixo preço da erva-mate e outros artigos, que os colonos também exploravam. No Norte do Brasil, vimos acusações feitas pelos colonos lusitanos.

Os historiadores imparciais são hoje acordes em fazer constatar que as riquezas dos jesuítas eram mais lendárias que reais. Para os trabalhos de colonização e catequese que empreendiam, obtinham os necessários recursos nos milagres de organização, eficiência e espírito de sacrifício que distinguiam seus missionários.

Na parte do vale amazônico compreendido dentro dos limites da antiga Capitania de São José do Rio Negro, os carmelitas tiveram atuação quase tão importante, se não maior que a dos próprios jesuítas; mas, no conjunto, foram incomparáveis os serviços prestados pelos últimos, na formação brasileira. A instrução pública, a instrução técnica e profissional, a introdução de árvores frutíferas e plantas medicinais; a pecuária no Sul; a adaptação do indígena à civilização européia salvando grandes massas de população de um desgaste rápido e improdutivo, a seleção de elementos autóctones e sua integração na produção colonial e, finalmente, uma atuação fiscalizadora e moralizadora mantida sem desfalecimentos durante dois séculos constituem serviços inestimáveis para a formação social e unitária do Brasil.

A sua repercussão em nossa formação econômica está sendo objeto de estudos por parte do autor da presente *História Econômica do Brasil*.

Um inventário rigoroso a que se proceda (já iniciado por Capistrano de Abreu) mostrará, talvez, que mais de duas centenas de vilas e cidades do Brasil de hoje são sucessoras de antigas aldeias indígenas, fundadas e administradas por várias ordens religiosas – jesuítas, franciscanos, teresianos, beneditinos, carmelitanos, capuchinhos, oratorianos, sacerdotes do hábito de São Pedro – que permitiram a integração, na população civilizada, de ponderáveis elementos de origem autóctone. O Nordeste brasileiro será, talvez, a zona em que mais eficientemente se verificou essa integração.

Descimentos e reduções

Abrangendo o Estado do Maranhão vastas regiões, era natural que aí variassem os centros de maior prosperidade e que o comércio passasse por sucessivas transformações.

De início, além do tráfico vermelho, viviam os colonos do fabrico do açúcar e tabaco, plantio de algodão, alguma indústria extrativa e, mais tarde, em algumas zonas, da criação do gado.

O açúcar e o tabaco sofreram forte crise. O braço índio, com a grande mortandade e fuga das tribos para regiões mais afastadas, foi-se tornando mais escasso e raro. Os jesuítas, interpondo-se entre os colonos e os índios, dificultavam a vida econômica daqueles.

Ao período de caça ao índio sucedeu o dos “descimentos” para as proximidades das vilas portuguesas. A este se substituiu o das “reduções” – em que se fixavam as tribos, muitas vezes, nas proximidades de seu próprio *habitat*. Essa distinção não exclui a coexistência dos três aspectos, durante todos os tempos coloniais: acentua apenas a feição preponderante do regime em vigor.

A descoberta das especiarias no vale do Amazonas e a possibilidade de sua exploração pelas missões vieram dar nova feição à economia do estado, mudando os centros principais de produção para o interior do vale e despertando o anseio de maior avanço para o oeste, por parte dos portugueses.

A criação das reduções e a exploração da indústria extrativa no Amazonas representaram uma reação “repovoadora” do grande vale, em contraposição ao despovoamento violento que ali se operara. Essa reação “repovoadora” reproduzia, de alguma forma, nos sertões amazonenses, o papel que as bandeiras colonizadoras e de mineração paulistas representaram, no ciclo repovoador, nos sertões da Capitania de São Paulo: assegurava, em definitivo, a ocupação do solo.

As especiarias¹⁹

Além do ouro e dos escravos, eram, por excelência, as especiarias e as plantas medicinais os artigos cobiçados pelo comércio internacional, nos primeiros séculos dos tempos modernos.

19 F. A. Kirkpatrick – *Op. cit.*

Para se compreender o seu valor e a grande procura no mercado europeu, é preciso considerar que com o atraso da agricultura era hábito na Europa setentrional e no começo do inverno abater todo o gado que ia ser consumido nessa estação, conservando-se a carne em salmoura. A carne era a base da alimentação e para melhorar as condições do seu consumo havia grande necessidade de especiarias, pimenta e cravo, principalmente.

Não se conheciam, na Idade Média, as batatas e quase todos os legumes que hoje consumimos. As áreas de boas pastagens eram limitadas e o gado pouco selecionado. Não havia chá, café, nem cacau; o açúcar era artigo de luxo; o bom vinho também não era comum. Misturavam-se, assim, em larga escala, as especiarias com as carnes, com cerveja, com vinho e com as várias bebidas domésticas então em uso.

Com o atraso da química, recorriam as farmácias às plantas medicinais, das quais se fazia enorme consumo.

A deficiência de conhecimentos fazia atribuir ao perfume das especiarias e ao seu gosto picante qualidades que muito encareciam o produto. Finalmente, as ruas estreitas e sujas das cidades medievais, as más condições de higiene e a exigüidade de vestes exigiam o uso de odores violentos.

Existia, assim, imensa procura, em toda a Europa setentrional, da pimenta, cravo, canela, noz-moscada, gengibre, óleos aromáticos, cânfora, sândalo e vários outros produtos exóticos. Foi o comércio dessas especiarias que enriqueceu as repúblicas italianas. Lisboa, com o descobrimento do caminho das Índias, tornou-se o principal empório comercial da Europa, arruinando o comércio italiano. Com a união da Coroa portuguesa à espanhola, passou o Império lusitano a sofrer as hostilidades dos holandeses, franceses e ingleses, perdendo, no começo do século XVII, o monopólio do comércio das especiarias.

Indústrias extrativas

Constatada a existência do cacau silvestre, de especiarias e de grande variedade de plantas medicinais no vale do Amazonas, passaram esses artigos a ser objeto do comércio com Portugal, que, assim, via a possibilidade de substituir os fornecimentos recebidos, primitivamente,

da Ásia, pelos da sua nova colônia, e, ainda, a de eventual reconquista de mercados que já houvera perdido.

A colheita desses artigos na floresta amazônica poderia ser eficientemente feita pelos índios, e por esse motivo cresceu a utilidade quer como remeiros, ou como colhedores de drogas. Não era fácil manter os índios nesse trabalho, como escravos, dispersos nas florestas amazônicas; daí a insuficiência desse comércio para os colonos portugueses e o seu grande desenvolvimento pelas missões religiosas. Essa exploração facilitou, ainda, a formação de aldeamentos e locais mais próximos às habitações das tribos primitivas, assim como a obtenção de recursos, de que necessitavam os missionários para construir as aldeias e manter os serviços públicos e os do culto que lhes eram inerentes.

Deixavam os índios, por longos meses, famílias sob a proteção dos missionários e penetravam no sertão; retornando com embarcações peçadas de produtos, trabalhavam no amanho dos campos anexos aos aldeamentos. Explica-se assim o sucesso e a relativa fartura das aldeias confiadas aos missionários.

Nessa mesma época, agravavam-se as condições econômicas dos colonos do Maranhão e do Pará, que cada vez se viam em maiores dificuldades para obtenção da mão-de-obra, enquanto evoluía ascendentemente o comércio dirigido pelos missionários.

Mas foi este comércio que permitiu a política das reduções e a ocupação efetiva do vale amazônico. Ao ser negociado o Tratado de Madri, em que Alexandre de Gusmão conseguiu o reconhecimento do princípio do *uti possidetis*, ³/4 partes da bacia amazônica se achavam efetivamente ocupadas por aldeamentos que reconheciam a soberania portuguesa e com ela faziam um comércio direto e exclusivo.

Avultavam nesse comércio o cravo e o cacau.

Enquanto Portugal era senhor do comércio das Índias, proibiu a cultura das especiarias no Brasil, ordenando mesmo a destruição dos espécimes nativos que fossem encontrados.

Perdendo o seu império asiático, voltou-se para sua colônia americana, na esperança de aí poder refazer o seu comércio. O mais que conseguiu, no entanto, foi assegurar a importação do consumo desses artigos pelo reino, pois os grandes mercados da Europa setentrional es-

tavam para ele perdidos, desde que as regiões primitivamente produtoras desses gêneros passaram a constituir colônias da Holanda, da Inglaterra e da França, que mantinham em suas mãos o comércio com os principais centros distribuidores.

Aliás, o consumo de especiarias já estava em declínio, com os progressos da agricultura, da indústria e com a evolução do regime alimentar.

Jesuítas e colonos

Em meados do século XVIII, só existiam, entre o Ceará e o Oiapoque, e pelo Amazonas acima, até as fronteiras do Norte, nove povoações de brancos, sendo três delas vilas de donatários, paupérrimas, e em extremo estado de decadência. As aldeias de índios mansos que se estendiam pelo Amazonas seriam, como vimos, em número de 80 e eram os centros de maior atividade, constituindo esse contraste motivo de desavenças e de invejas. Os governadores não poupavam esforços para levantar as comunidades do abatimento em que jaziam. Enquanto os padres logravam prosperar seus estabelecimentos, minguiavam os dos colonos. “Era o desinteresse pessoal, na realidade dos fatos, o ponto divergente de que partiam os dois caminhos: um, levado à prosperidade, outro, conduzindo ao marasmo, de que nenhum reagente conseguia levantar. É que o missionário, usando a servidão para o trabalho, aplicava seus produtos na manutenção das aldeias e a riqueza econômica, assim criada, se incorporava em proporção ascendente ao que iam produzindo. O trabalho a cargo dos leigos era dissipado na vida indolente dos colonos, ou transferido para a Metrópole, na bagagem dos funcionários.”²⁰

Com o exercício do poder temporal, foram, por sua vez, verificando os missionários a necessidade da sujeição e disciplina dos índios, para que se pudessem obter resultados mais eficientes. E se bem que utilizassem processos brandos, era inegável que, sob certos aspectos, havia trabalho servil nas aldeias.

A luta dos colonos para a obtenção de escravos continuava incessantemente e cada vez em condições mais precárias.

20 João Lúcio de Azevedo – *Op. cit.*

Os resgates, no final do século, se faziam por conta da Fazenda Real. Com a proibição a qualquer elemento do governo de se locupletar com os frutos das entradas, estas se tornaram mais raras e passaram a ser organizadas por conta dos colonos mais abonados. Mas eram de tal monta as dificuldades criadas pelos missionários, que muitas das entradas passaram a ser feitas clandestinamente.

Para a constituição de uma expedição de resgate eram necessárias mais de 20 canoas e uma organização abrangendo mais de mil pessoas. Eram de tal vulto os padecimentos da viagem e os sacrifícios que toda a expedição tinha que arrostar, que não se encontravam expedicionários inclinados a empreendê-la sem grandes lucros, e tampouco os missionários ajudavam com pessoal a sua organização.

Os resgates clandestinos tinham de ser efetuados em zonas afastadas, muito além das regiões sujeitas à influência das reduções, dirigidas pelos religiosos. Durante algum tempo fizeram os jesuítas vista grossa sobre o que acontecia, mas, em compensação, não satisfazia aos moradores com braços das aldeias. Estas iam tendo uma evolução cada vez mais próspera, exportando cacau, cravo e baunilha, em troca de ricos paramentos, imagens bem esculpidas e ferramentas para os obreiros das missões. Os colonos mais pobres eram gravemente prejudicados com tal estado de coisas, crescendo, por isso, as animosidades e as reclamações.²¹

21 La Condamine comenta o contraste que observou, em 1743, entre as missões portuguesas e espanholas:

“Em São Paulo começamos a ver, ao invés de casas e igrejas de sapé, capelas e presbitérios em alvenaria de terra, tijolos e muros caiados. Fomos agradavelmente surpreendidos deparando no meio desses desertos as mulheres indígenas usando camisas de pano da Bretanha, cofres com fechaduras e chaves de ferro e de encontrar agulhas, espelhos, facas, tesouras, pentes e diversos outros utensílios europeus que os índios adquiriam anualmente no Pará nas viagens que para ali faziam conduzindo o cacau colhido às margens do rio. O comércio com o Pará dá a esses índios e a seus missionários um ar de conforto que distingue à primeira vista as missões portuguesas das castelhanas no alto Maranhão. Nestas, tudo resulta da impossibilidade em que se acham os missionários da Coroa de Espanha de se abastecerem de quaisquer artigos, não tendo nenhum comércio com os portugueses seus vizinhos rio abaixo; vão buscar o que necessitam em Quito com quem se comunicam apenas uma vez por ano e de que se acham mais separados pela cordilheira que se houvesse um mar de muitos milhares de léguas.” (La Condamine – *Relation Ablégée d'un Voyage Fait dans l'Interieur de l'Amérique Méridionale*. Paris, 1745.)

Em 1713, organizou-se uma junta que propôs descimentos voluntários ou coactos das tribos, para duas aldeias próximas a São Luís e Belém, onde se fariam as distribuições de braços. Em 1718, foi expedida uma Carta Régia nesse sentido, que o Governador Berredo, seu portador, supunha que daria solução a todas as reclamações. Mas tal não se verificou e os colonos pediram nova modificação: que os descimentos fossem efetuados diretamente para os engenhos e fazendas.

Essa solução do Conselho Ultramarino só veio em 1728 e, durante esse tempo, continuaram os resgates clandestinos. Mas a situação de compressão e miséria em que viviam os colonos por falta de braços gerou uma série de reclamações, que cada vez mais se acumulavam.

A Câmara do Maranhão constituiu seu procurador, em Lisboa, a Paulo da Silva Nunes, que, durante 15 anos, aí trabalhou com assiduidade e constância sem par, em representações sucessivas contra os missionários da Companhia de Jesus. As suas acusações e relatórios acumulados no Conselho Ultramarino foram os principais elementos de que lançou mão Pombal para a sua campanha contra essa Companhia. Durante algum tempo, Paulo da Silva Nunes teve como seu aliado, em Lisboa, o ex-Governador Bernardo Pereira de Berredo.

Além da tentativa da Companhia do Maranhão, foi, em 1721, feito um novo “asiento” para a introdução, no Estado, de escravos africanos, a 160 mil-réis cada um. Os rendimentos da colônia não permitiam, porém, a aquisição de braço tão caro.

O decreto de 1728 admitia a distribuição de servidores incólas pelos colonos, fazendo-a, porém, depender de prévia matrícula. Limitava o tempo de serviço dos índios livres, entre 13 e 55 anos. Estabelecia que os descimentos deviam ser feitos por autoridade pública. Tais dispositivos não agradaram aos colonos, que recorreram mais uma vez à costumeira junta para a suspensão de sua execução. E com isso se iam acumulando, cada vez mais, as animosidades contra os jesuítas.

Surgiram, também, questões entre os governos locais e os missionários. Um recurso ordenado pelo Conselho Ultramarino deu ganho de causa aos mandatários da Companhia de Jesus: “A sujeição parcial aos missionários era, incontestavelmente, mais proveitosa, e sobre-

tudo menos cruel para os indígenas que o absoluto domínio, com tanto ardor ambicionado pelos colonos.”

Alegavam contra os jesuítas que a dispensa do pagamento de dízimos prejudicava a Fazenda Real e proporcionava uma competição desigual; que o comércio de drogas, que exerciam, constituía, por igual, uma concorrência desleal e muito prejudicial à Fazenda pública. *A não sujeição dos jesuítas ao jugo pastoral da Igreja romana* trouxe contra eles a animosidade dos eclesiásticos. A bula do Papa Benedito XIV, em 1741, a *Immensa pastorum*, dirigida as bispos do Brasil, condenando em absoluto a escravidão dos índios, foi tomada como uma advertência aos jesuítas e índice da animosidade contra eles até da própria sede da Igreja.

Parece verificado que as missões religiosas envolveram-se em operações comerciais, exportando, sob sua responsabilidade, drogas, principalmente cacau o cravo, e se utilizavam na colheita desses artigos de maior número de índios que os permitidos pelo regimento de 1686.

Não é difícil compreender que foram a isso arrastados pela evolução do empreendimento colonizador. A obra a que se entregaram demandava recursos vastos. Nunca houve iniciativa colonizadora de tal magnitude, iniciada com tão pequenos recursos e acionada com tanta economia. Os gastos pessoais dos padres jesuítas eram mínimos.

“As almas grosseiras não compreendiam semelhante abnegação, em que tantos recursos passavam por inteiro sem deixar vestígios pelas mãos desses homens. Não sabiam que eram para eles os valores como os materiais de construção para o operário, as munições de guerra para o soldado: coisas que lhes não pertencem, como lhes não pertencerá, quando realizado, o objeto de seus esforços.” “Propagar a fé cristã, dilatar o poder da sociedade, isto é, acabar a construção e a conquista, eis em que unicamente cuidavam.”²²

Os numerosos interesses feridos, as invejas despertadas e outros fatores foram-se acumulando contra a Companhia de Jesus, que agia em diretriz contínua por mais de um século, conjugando contra ela o ódio universal. Confiantes, em extremo, em seus próprios ideais e nas suas próprias forças, não se aperceberam os jesuítas que haviam criado inimigos em todas as esferas sociais.

22 João Lúcio de Azevedo – *Op. cit.*

Comunicações internas

A ocupação efetiva do vale amazônico se inicia com a política dos “descimentos” e das “reduções”, que atenua a ânsia despovoadora do ciclo da caça ao índio. No tempo do padre Vieira, em 1657, fundaram os jesuítas a Missão do Tarumá, próxima à foz do rio Negro, que ia servir de base ao desenvolvimento dos “descimentos”.

Em 1669, resolveu o governo português fundar o fortim de São José do Rio Negro, para melhor poder defender a região contra possíveis incursões de franceses ou espanhóis. Nas proximidades, fundou-se o lugarejo denominado Lugar da Barra, onde hoje se situa a cidade de Manaus.

Com o recrudescimento das entradas de preamento de índios, surgem, na segunda metade do século XVII, sertanistas e desbravadores notáveis, entre os quais Pedro da Costa Favela, Francisco da Mota Falcão e Guilherme Valente. Mas, nas pegadas dos sertanejos, iam os missionários, procurando atenuar a sorte dos íncolas e prosseguir nos trabalhos de catequese.

O rio Madeira só tarde veio a ser explorado pelos portugueses. Em 1719, uma expedição punitiva foi enviada contra os torases, que atacavam as canoas de cacau no próprio rio Amazonas. Vencidos esses terríveis inimigos, subiram pelo rio os que comumente negociavam no resgate. Por eles soube o governo da colônia da existência de povos europeus nas cabeceiras do rio. Francisco de Melo Palheta, que seria o futuro introdutor do café no Brasil, foi incumbido, em fins de 1722, de explorar o rio, a montante. Realizou sua viagem, ida e volta, nesse ano e no de 1723. Alcançou Santa Cruz de Cajavavas, perto de Santa Cruz de la Sierra, atual capital do Oriente boliviano, onde encontrou missionários espanhóis.

O governo lusitano mandou fechar, por Alvará de 27 de outubro de 1732, a navegação do rio Madeira.

Mas os bandeirantes paulistas, que já na primitiva fase de caça ao índio, no século XVII, por mais de uma vez tinham surgido nos afluentes do Amazonas, (Raposo Tavares, em 1651, esteve em Belém, após uma memorável entrada em que alcançou terras espanholas) retornavam

agora, comandando expedições mineradoras, abandonando jazidas que se esgotavam em Goiás e Mato Grosso.

Manuel Félix de Lima, em 1742, partindo de Cuiabá, alcançou o Guaporé, desceu o Madeira e surgiu com sua gente no Pará.

Aplicaram-lhe os castigos previstos na legislação em vigor, mas não impediu isso que um de seus companheiros fugisse para Mato Grosso, levando a notícia de possibilidade do comércio com o Pará, através do Madeira.

Em 1749, José Leme do Prado repetiu a viagem em 52 dias, ligando praticamente as bacias do Prata e do Amazonas. Os jesuítas espanhóis, que já haviam transposto o Guaporé, regressavam à outra margem, com a aproximação dos paulistas.

Ainda o ímpeto minerador levou Leonardo de Oliveira, de Mato Grosso às missões jesuíticas do Tapajós.

Parece ter sido, porém, João de Sousa Azevedo que, a partir de 1747, iniciou a exploração, em maior escala, das viagens de Mato Grosso ao Amazonas, negociando com drogas do sertão e desafiando as proibições governamentais.

Em 1752, finalmente, foi revogada aquela proibição e assegurada ampla liberdade à navegação pelo Madeira. A vila de Borba Nova, fundada em 1º de janeiro de 1756 por Mendonça Furtado, em substituição à aldeia de Trocano, tinha como um de seus fins oferecer local de refresco a essa navegação.

É inegável o alcance político que para a unidade brasileira tiveram essas ligações de navegação e comércio entre os sertões do Estado do Brasil e os do Estado do Maranhão, em meados do século XVIII, logo após a ocupação, pelos mineradores, da vasta zona que se estendia até o rio Paraguai.

Costa e sertão

O progresso do vale do Amazonas se realizava pela absorção da mão-de-obra, de alguma forma em detrimento das populações da costa do Estado do Maranhão.

Ao viveiro de escravos que, para estes, constituíra, em tempos passados, o vale do Amazonas, substituiu-se um estado florescente, crian-

do-se em cada aldeia o espírito de autonomia, decorrente do progresso econômico, reagindo cada vez mais contra a servidão a que os queriam reduzir os colonos da costa, nas suas constantes requisições de mão-de-obra.

Belém constituíra-se, principalmente, em entreposto para o comércio do sertão.

A miséria dos habitantes da costa fazia multiplicar, em lendas, a prosperidade missioneira. A isenção de impostos para as ordens religiosas revoltava ainda mais os colonos, sobre quem recaíam os ônus da administração pública.

A má vontade contra os jesuítas, aos quais se atribuíam todos os males que suportavam os moradores da costa, crescia. E, paralelamente, crescia a reação dos habitantes do vale, contra a servidão aos colonos do litoral...

As animosidades entre essas duas regiões, que se traduziram em luta armada, nos tempos da Regência, no século seguinte, teriam talvez uma ligação atávica com a era das missões...

Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal

Em 1750, assumiu o futuro Marquês de Pombal as Pastas do Exterior e da Guerra, no reino de Portugal, onde ia imprimir ao governo, sob todos os aspectos, o cunho de uma política econômica forte e definida.

Voluntarioso e despótico, é incontestável que Sebastião José de Carvalho e Melo procurava orientar-se por uma política visando ao fortalecimento econômico de Portugal e não poupou, para tal fim, todos os meios que julgava úteis.

O Tratado de Madri tinha sido assinado há pouco e constituía um dos mais importantes assuntos que ao novo governo cabia prover.

Críticas contra esse ajuste se levantaram nos dois reinos interessados. Pombal julgava-o, no entanto, favorável aos interesses lusitanos e providenciou para que ele tivesse execução e para que fossem criadas as comissões portuguesas de demarcação. A do Sul ficou a cargo do ilustre Gomes Freire de Andrade, futuro Marquês de Bobadela; a do Norte foi confiada ao irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, logo após a sua nomeação como capitão-general do Grão-Pará.

Nessa época, o governo do Maranhão tinha sido desligado, ficando, no entanto, subordinado ao governador-geral do Grão-Pará, ao qual cabiam, praticamente, atribuições de Vice-Rei.

Foram muito claras as instruções do regimento fornecido a Francisco Xavier. Dele constavam dispositivos tendentes a assegurar a liberdade absoluta dos índios e limitação do poder temporal dos missionários, mas que deveriam ser conservados secretos até que o governador-geral julgasse oportuno divulgá-los. Não se descobre, nessas primeiras instruções, animosidade específica contra a ordem jesuítica. Essa má vontade, que chegou a se transformar em ódio implacável, decorreu da resistência que Pombal foi encontrando, para a execução do seu programa econômico-político, em relação ao antigo Estado do Maranhão.

É inegável a especial atenção que de Pombal mereceu essa grande região sul-americana. Para o seu programa de expansão econômica de Portugal, depositava o ministro grande confiança nos recursos e no comércio dessa zona, emprestava valor exagerado à riqueza das missões e acreditava que as dezenas de milhares de indígenas, em trabalho livre, produziram muito mais do que no regime existente.

Pela organização que tinham imprimido às suas reduções, os jesuítas mostravam-se contrários à liberdade absoluta dos índios, talvez pela experiência que tinham de atos semelhantes, promulgados no passado, do mau uso que de tal liberdade faziam os selvagens e da desorganização que daí resultaria para os grandes trabalhos missioneiros, em que se achavam empenhados.

Opunham-se, também, a deixar o domínio sobre os índios. Finalmente, não podiam ser simpáticos ao Tratado de Madri, que tão gravemente feria os direitos e os trabalhos dos jesuítas espanhóis, nas missões paraguaias. Absorvidos por suas lides, que se estendiam por mais de 80 aldeias, transigiam, de alguma forma os missionários, com o resgate clandestino, que se continuava a praticar, e com a situação de opressão que reinava entre os índios entregues aos colonos lusitanos. É que estes abrangiam poucos milhares,²³ enquanto que os existentes sob a sua jurisdição orçavam por muitas dezenas de milhares.

23 Não alcançariam talvez 5.000.

Criminosos foragidos do Pará e de outros lugares negociavam em resgates nos pontos afastados. Um deles, Francisco Portilho de Melo, tornou-se célebre pelo número de povoados que tinha sob seu governo, tendo força própria, capaz de resistir às investidas legalistas. Por boas maneiras, conseguiu Francisco Xavier fazer com que se instalasse mais próximo ao rio Amazonas, com organizações filiadas ao regime legal. No Pará procedia-se à marcação com ferro em brasa dos índios separados para serviços públicos e para o uso dos particulares, fazendo-se, para mais, desaparecer os livros de registro, a fim de que os cativos se prolongassem indefinidamente.

Mendonça Furtado

Francisco Xavier de Mendonça Furtado iniciou grande trabalho para o cumprimento da lei vigente sobre o regime dos índios, abs-tendo-se, por algum tempo, de pôr em execução as instruções secretas que possuía, tal a penúria que encontrou.

“Este Estado, e principalmente esta Capitania, se acha reduzido à extrema miséria. Todos os seus moradores estão na última conster-nação. São poucos os que ainda cultivam algum gênero. A maior parte conserva alguns índios escravos, para lhe irem buscar ao rio e ao mato o miserável sustento quotidiano com que passam pobrissimamente, metidos em uma choupana a que chamam roça.”

Nestes termos se exprimia o novo capitão-general em ofício que enviou à Metrópole em 30 de novembro de 1751. É indiscutível que Francisco Xavier, homem de cultura e muito dedicado ao seu irmão ministro, procurava sinceramente fomentar, por todos os meios ao seu alcance, o ressurgimento econômico da província e preparar os serviços de demarcação.

Debatendo-se a Capitania do Maranhão com falta de braços, ocorreu aos seus moradores principais promover a entrada de elementos africanos; mas, assustados com a experiência do passado, pensaram em organizar, eles próprios, uma companhia para tal fim. Não lhes regateou aplausos o novo capitão-general, por saber que tal iniciativa se filia-va bem aos desígnios do marquês.

“Mas quando chegou a vez de cada um propor a sua quota para fundo social, então se demonstrou a lamentável indigência da po-

pulação. 32 mil cruzados, eis o máximo que se pôde reunir para tão importante negócio, e, como observou Mendonça, era a última substância da Capitania.”²⁴

Encaminhou Francisco Xavier essa proposta ao Conselho Ultramarino, alvitando vários favores que facilitassem a subscrição de maior capital no reino. Seriam estes: 1^o) isenção de pagamentos de direitos durante 30 anos sobre as madeiras que a companhia enviasse a Lisboa, em retorno de viagem dos barcos empregados no transporte dos negros; 2^o) garantia de que o capital entrado por subscrição não ficasse sujeito à execução por dívidas contraídas anteriormente; 3^o) que esse mesmo cabedal fosse isento do fisco, até mesmo em casos excepcionais, como o de lesa-majestade.

Pombal já havia promovido a formação de outras empresas, fomentando o comércio com a Ásia. A idéia da Companhia brasileira ficou a cargo do capitalista José Francisco da Cruz, que habitara na colônia. Formou-se, finalmente, com estatutos compostos de 52 artigos a Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, com capital de 1 milhão e 200 mil cruzados, cerca de 130 mil libras esterlinas. Tornou-se, pois, um empreendimento dezenas de vezes superior ao imaginado pela modesta população de São Luís.

Passaram, desde então, a constituir as preocupações principais de Pombal, em relação ao Norte do Brasil: 1^o) a atuação da Companhia; 2^o) a secularização da administração das aldeias; 3^o) a liberdade dos índios.

O decreto de 6 de junho de 1755 legalizou a Companhia, que recebia o monopólio da navegação, do comércio exterior e do tráfico dos africanos no Pará e Maranhão.

É evidente que essa formação ia afetar os pequenos negociantes locais, assim como o comércio de exportação mantido pelos jesuítas. Os comerciantes estabelecidos no reino, e que se julgaram prejudicados, aliaram-se aos jesuítas e recorreram, em Lisboa, à Mesa do Bem Comum. Esta, achando justificados os seus protestos, recorreram ao Rei, lembrando o sucedido há 70 anos antes com a Companhia do Maranhão e recordando a revolução de Beckmann. O recurso, julgado ofensivo por Pombal e pelo próprio Rei provocou viva reação, ocasionando a

24 João Lúcio de Azevedo – *Op. cit.*

prisão e deportação do advogado que o redigira e da maioria dos membros da Mesa do Bem Comum.

“A lei da liberdade dos índios, que dependia, no espírito de Pombal, da constituição da Companhia de Comércio, e da termição do regime até aí adotado nas missões, foi promulgada na mesma data que o estabelecimento daquela, assim como o decreto que arrancava dos religiosos o governo dos índios, passando estes, definitivamente, ao poder civil.”

Ficaram, porém, esses decretos guardados secretamente e ao arbítrio do governo publicá-los, quando julgasse oportuno.

Tratados de Madri e Santo Ildefonso

Como já salientamos, no noroeste brasileiro, os Andes, as matas e os banhados dificultaram a entrada dos espanhóis na bacia amazônica.

Nas regiões do Norte e nas contravertentes dos rios Branco e Negro, havia, por igual, imensas dificuldades de acesso, que são pormenorizadamente descritas pelas numerosas expedições espanholas e de outras nacionalidades, que buscavam o El Dorado ou que tentavam alcançar o vale do Amazonas.

A união da Coroa espanhola e lusitana induzira o governo real a confiar aos portugueses, mais próximos de suas bases, a expulsão dos ingleses e holandeses instalados não longe da foz do Amazonas.

A Capitania de Cameté, limitada a oeste pelo Xingu, e a do Cabo Norte, limitada a oeste pelo Peru, foram doadas a Feliciano Coelho de Carvalho e a Maciel Parente, subordinadas à Coroa portuguesa, não obstante compreenderem territórios inquestionavelmente dentro da zona espanhola, segundo a linha de Tordesilhas.

Posteriormente, “Pedro Teixeira, voltando de Quito, tomou posse, em nome do rei de Portugal, das terras situadas entre o rio Araguari e o afluente do Napo; faltava-lhe autoridade para tanto; mas este ato foi, mais tarde, muitas vezes invocado e usado como título de posse”.²⁵

Alargando o ciclo da caça aos índios, penetram os sertanistas pelo Amazonas e seus afluentes, explorando terras que, ocupadas a se-

25 Capistrano de Abreu – *Capítulos de História Colonial*.

guir pelos missionários religiosos com suas reduções e aldeias, deviam assinalar, indelevelmente, a posse lusitana.

A Carta portuguesa, que serviu de base às negociações do Tratado de Madri (págs. 100/101), assinala a zona oeste do Madeira e das bacias dos rios Branco e Negro como ocupadas pelos carmelitanos portugueses, que prestaram, incontestavelmente, notáveis serviços na catequese dos índios e posse do interior do Amazonas.

Em cumprimento a esse tratado, o plenipotenciário português, Francisco de Mendonça Furtado, partiu para o rio Negro, zona combinada para o encontro da comissão espanhola chefiada por D. José de Iturriaga, em 1754, com uma grande comitiva de 795 pessoas, em 25 barcos. Da missão, faziam parte astrônomos e homens de ciência de várias nacionalidades, oficiais de nomeada, cirurgiões, etc. Foi difícil a chegada da expedição a Mariuá (hoje Barcelos) devido, principalmente, à deserção dos índios requisitados aos religiosos para auxiliares. Fato facilmente explicável, foi, no entanto, atribuído às manobras dos jesuítas. Em Mariuá, demorou-se Francisco Xavier cerca de dois anos, edificando a povoação e alojamento para os trabalhos das duas expedições. A espanhola, porém, lá não chegou, levando cerca de cinco anos para viajar do Orenoco às vertentes do rio Branco.

A Carta Régia de 3 de março de 1755 criou a Capitania de São José do Rio Negro, subordinada ao Grão-Pará, cingindo-a, aproximadamente, às atuais divisas do Estado do Amazonas e designando como capital São José do Jaguarí. Visava esse ato político povoar a fronteira ocidental do Amazonas, defender as comunicações com Mato Grosso e *the last but not the least*, intensificar o controle da administração civil sobre as missões religiosas. A capitania só foi instalada dois anos mais tarde, sendo a sua capital transferida para Mariuá, elevada à vila de Barcelos, em 1758.

Comissões de limites

São inegáveis a atividade e a vigilância desenvolvidas por Mendonça Furtado na defesa dos interesses e na consolidação da expansão lusitana. As principais questões, que as comissões deveriam resolver, eram as referentes aos rios Negro, Javari, Madeira e Japurá. Enquanto aguardava a chegada da missão espanhola, fez executar várias

explorações e reconhecimentos. Desceu ainda o rio e fundou, junto à aldeia jesuítica do Trocano, nas margens do Madeira, a vila de Borba, a Nova – que foi a primeira redução transformada em aldeia civil. A administração dos índios e o governo da vila ficaram a cargo de oficiais militares. A experiência daí resultante tinha de servir de modelo à transformação sucessiva de outras agremiações indígenas dirigidas pelos missionários.

Determinou ainda o governador que fossem expulsos os espanhóis e libertos os índios das aldeias que se encontrassem na margem portuguesa do rio Madeira.

As comissões lusas e espanholas não chegaram a trabalhar em conjunto.

Carlos III, sucedendo a Fernando VI no trono da Espanha, confirmou sua aversão pelo tratado de 1750, decretando a sua anulação a 12 de fevereiro de 1761.

Conflitos no Sul modificaram, a favor dos espanhóis, a situação lindeira ali existente.

Na região amazônica, o novo tratado, firmado em Santo Ildefonso, a 1^o de outubro de 1777, em que novamente se reconheceu o *uti possidetis*, encontrou, porém, a situação em grande parte consolidada pelas providências decorrentes de atos administrativos iniciados por Mendonça Furtado, em defesa das regiões já anteriormente ocupadas pelas missões religiosas, sujeitas ao domínio português.

Assim é que as autoridades portuguesas, denunciando o Tratado de Madri e percebendo movimentos de tropas espanholas, levantaram, em 1762, os fortes de Marabitanas e São Gabriel, a montante da bacia do rio Negro; em 1766, o de Tabatinga, sobre o rio Solimões e, em 1776, o de São Joaquim, nas nascentes do rio Branco.

Para a execução das demarcações, foram nomeadas, em 1780, várias comissões – sendo as portuguesas chefiadas pelo General João Pereira Caldas e uma espanhola por D. Ramón Pizarro, logo substituído por D. Francisco de Requena y Errera. Incorporou-se às comissões portuguesas uma brilhante plêiade de oficiais, engenheiros, astrônomos e homens de ciência. O primeiro encontro das comissões deu-se em Tabatinga, em 1781. Seus trabalhos, a cada instante interrompidos pelas divergências, prolongaram-se até 1790. Em 1788, foi nomeado comissário

das demarcações Manuel da Gama Lobo d'Almada em substituição a Pereira Caldas, que de tal forma dificultou a atuação dos espanhóis que estes se viram obrigados a abandonar os trabalhos.

As comissões portuguesas empregaram a maior parte do seu tempo em estudos e levantamentos dos vários rios e regiões do vale amazônico. O grande acervo cartográfico e bibliográfico dessa atividade está recolhido à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo Militar, Biblioteca e Arquivo do Itamarati, Biblioteca e Arquivo Público do Pará, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Biblioteca Nacional de Lisboa.²⁶

“Uma comissão de história natural dirigida pelo eminente botânico baiano, Alexandre Rodrigues Ferreira, pesquisou detidamente a flora e a fauna da capitania. Estudou a etnografia e as crônicas regionais. Recolheu abundantíssimo material para os museus de Lisboa, do qual restam preciosas notícias e relatórios, que deixou, escrevendo o maior cometimento científico dos tempos coloniais do Brasil, pelo que ainda hoje desfruta a glória de Humboldt brasileiro.”²⁷

A posse efetiva consolidava, em definitivo, a ocupação portuguesa. Essa ocupação era, aliás, um fato ininterrupto desde Pedro Teixeira, em 1639.

“Ninguém melhor do que Joaquim Nabuco, em seu admirável trabalho sobre as Fronteiras do Brasil e da Guiana Inglesa, compendiou os sucessos. Produções; fortalezas; expedições desbravadoras; explorações econômicas; expulsão de invasores espanhóis; a dos índios que se suspeitasse de comerciarem com os holandeses de Suriname; conquistas por todos os títulos, pelo descobrimento, pelo povoamento, pela organização administrativa, até pelas ciências com Ricardo Franco, Silva Pontes e Alexandre Rodrigues Ferreira; tudo e tudo indicavam domínio e posse legítima dos portugueses no vale do Amazonas, até o Javari, e dos seus afluentes das duas margens, em quase toda a sua extensão para alguns, em toda ela para outros. Entre eles, o rio Negro e o rio Branco.”²⁸

26 Rodolfo Garcia tem publicado a relação e a descrição dos principais estudos feitos pelas expedições científicas ao Brasil, muitos dos quais ainda se acham inéditos.

27 Artur César Ferreira Reis – *Op. cit.*

28 Calógeras – *A Política Exterior do Império.*

Pombal e os jesuítas

Lançada a Companhia de Comércio, tomadas as providências preliminares e inspecionada a zona da influência missioneira, julgou Mendonça Furtado, de acordo com seu irmão, o marquês, que seria oportuna a execução dos demais itens de seu programa: liberdade dos íncolas e retirada do poder temporal dos missionários. Pô-los em execução em 1757.

Às dificuldades que lhes opuseram os jesuítas, respondeu Pombal com uma série de medidas, que deviam culminar com a extinção final da Ordem.

Em 1758 suprimiram-se-lhe as côngruas da Fazenda Real.

Em novembro de 1757, foram embarcados para o reino dez jesuítas e seis missionários de outras Ordens, como exilados, por terem infringido as determinações do governador. Chegados a Portugal, foram logo depois encerrados em cárceres, onde deviam permanecer por 18 anos, até 1777.

Em abril de 1758, o Papa Benedito XIV expediu um breve trabalho reformando a Ordem, nomeando para reformador em Portugal o Cardeal Saldanha, que iniciou sua ação com firmeza e violência.

“Mandou o visitador chamar à sua presença os procuradores dos colégios e das missões, ordenando a exibição dos livros de contas, examinando as receitas e despesas.

“Se é lícito em tal matéria acreditar nos jesuítas, a diligência nada apurou. Dos enormes tesouros que lhes eram atribuídos, não se encontrou sinal. Verificou-se, em muitas partes, que havia dívidas a pagar e que os colégios de Coimbra e do Pará, os mais numerosos da província e de Portugal, recebiam auxílios de outros menos importantes. O certo é que nem então, e nem muito tempo depois, apareceu o inventário de tais bens, que, infalivelmente, se havia de fazer com estrépito. Tal silêncio parece indicar que além das coisas que recebiam e objetos de culto, muitos deles, necessariamente ricos, os religiosos nada mais possuíam de valor.”²⁹

Em 1760, a nau da Companhia de Comércio, *Nossa Senhora de Arrábida*, conduziria para o reino os 126 jesuítas, ainda existentes no

29 João Lúcio de Azevedo – *Op. cit.*

Estado do Maranhão. Quatro faleceram na viagem e os restantes foram distribuídos entre o exílio e a prisão.

Temendo possível reação, era seu propósito arrasar de vez a Companhia de Jesus. Após sucessivos atos contra ela, conseguiu finalmente, Pombal, que, pela bula de 1773, fosse abolida a Ordem.

Os religiosos das outras ordens se conformaram com o novo estado de coisas e passaram a párocos das aldeias. Mas Mendonça Furtado verificou que a liberdade absoluta significaria a anarquia entre os indígenas e a destruição das missões. Propôs, então, como medida de transição, o Diretório dos índios – regimento que foi aprovado em 1758 e que em vários pontos se assemelhava ao vigente desde 1686. O missionário era substituído por um diretor, que conservava em suas mãos grande poder. Em falta de elemento civil, exerceria o encargo um oficial militar.

Convém acentuar que, naqueles tempos, eram, em sua maioria, profundamente ignorantes os elementos da militância. Os magistrados indígenas, por sua rudez e timidez, não podiam ser mais do que servos instrumentos nas mãos dos diretores.

O comércio passou a ser normalmente feito, mas, atenta a incapacidade dos índios, o diretor assistia às permutas e regulava os preços das transações.

A repartição de serviços pelos moradores continuou, dividindo-se a gente destinada a esse trabalho em duas turmas, das quais uma, alternadamente, permanecia na povoação, e a outra se distribuía, mediante salários, a quem o governador indicasse.

A reforma, na prática, mostrou improficuidade. Em novembro de 1758, partiu Mendonça da capital, em viagem especialmente destinada a oficializar a reforma. De caminho, ia transformando as aldeias mais importantes, que perdiam suas antigas denominações, adotando nomes de vilas do reino. A cerimônia era a mesma em todos os lugares: a montagem do pelourinho, a investidura das autoridades, a abertura do livro da Câmara, etc. No dia seguinte, a vida continuava a mesma, piorando, porém, para os índios... Mas para o observador longínquo, o extenso Grão-Pará passava a figurar nos mapas como um estado populoso e importante.

Entrando em vigor o Diretório, os índios mostraram-se desgostosos, sentindo que de fato se agravaram as condições do cativo. Os colonos, inteiramente alheios aos negócios dos índios, também não ficaram contentes.

O destino das missões

Mal se retiraram os religiosos das missões, quebrou-se o laço que prendia os indígenas a uma forçada civilização. A reforma pombalina, que os declarava livres, ou o Diretório de Mendonça, que devia promover a regeneração social e econômica, não fizeram mais que lhes apressar a ruína.

Decorridos poucos anos após a mudança do Regimento das Missões, mandou o governo de Lisboa examinar o estado das novas povoações e verificar os resultados da aplicação do Diretório. Salvo em alguns povoados novos da capitania, a desolação era geral. Os índios fugiam para suas brenhas e os diretores se locupletavam com o trabalho dos poucos que ficavam, e eram os principais destruidores das outrora florescentes comunidades. Em 1787, D. Caetano Brandão, bispo do Pará, visitando a diocese, encontrava as povoações na maior decadência, as leis divinas e humanas calcadas aos pés, as igrejas numa prodigiosa nudez e os índios sumamente desgostosos. Numa informação mandada por Antônio José Pestana da Silva, ouvidor e intendente-geral dos índios, na Capitania do Rio Negro, antes de 1772, dizia-se: “Os índios vivem errantes; não tomam amor a domicílios, porque não os têm, não se lembram das lavouras, porque as esquivam.”³⁰

Os diretores, ao invés de providenciarem sobre a instalação de lavouras, usavam os índios no interesse imediatista da extração de drogas, para favorecer aos desígnios da Companhia de Comércio. Não se fez mais distribuição de serviços, como ordenavam os regulamentos. Forneciam índios por favoritismo e esses eram mantidos em servidão com a mesma pessoa. Tudo gerava o despovoamento dos núcleos existentes, que decresciam a olhos vistos.

O governo hesitante de Maria I não se atreveu a restabelecer o regime antigo. Na impossibilidade de chamar os jesuítas, únicos que

30 Melo Moraes – *Corografia Histórica*.

poderiam renovar, com êxito, a obra de catequese, a Rainha mandou Francisco de Sousa para a capitania, a fim de tentar a reorganização da civilizadora tarefa. Com esse objetivo, aboliu-se o Diretório dos índios. Determinou-se que os contratos de locação dos serviços se fizessem por acordo recíproco das partes. Proibiram-se, mais uma vez, as guerras ofensivas. Promoveu-se a agremiação dos indígenas em grupos, cujos chefes eram indistintamente os principais índios ou os portugueses residentes nos povoados. Tentou-se, ainda, agremiá-los em organizações militares.

Mas a decadência era inevitável. A extinção da raça se acentuou novamente, salvando-se apenas os produtos do cruzamento com os invasores.

A série de leis promulgadas para o Brasil a fim de proteger a liberdade dos índios e os sucessos verificados com a sua aplicação mostraram, como aliás em outras partes do mundo, a improficuidade de tais leis em face aos perigos que, do contacto entre uma raça civilizada e outra atrasada, decorrem para esta última. Por mais paradoxal que isso pareça, a História comprova que a mais civilizada e forte destrói a mais fraca.

Estatísticas econômicas

A política de Pombal teve inquestionavelmente funda repercussão na economia do Estado do Maranhão.

O vale do Amazonas perdeu o seu predomínio econômico. A introdução de capitais e fortes elementos de trabalho nas Capitânicas do Maranhão e do Pará, pela Companhia do Grão-Pará e Maranhão, criou a possibilidade de maiores exportações de cacau e grandes exportações de algodão e arroz – passando a hegemonia econômica do Estado para o Pará e Maranhão – que tiveram, no final da era colonial, um período de esplendor.

O ato de Pombal, retirando dos religiosos a direção das aldeias, veio provar que o bem-estar e a aparente prosperidade, que ali se usufruíam, eram mais devidos à organização do que ao rendimento proporcionado pelo comércio externo. A exaltação da riqueza das aldeias resultava mais do contraste com a miséria da costa do que do seu valor absoluto.

De fato, ao passo que os colonos do litoral necessitavam da mão-de-obra servil para suprir a base de sua alimentação, chegando também a importar peixe salgado de Portugal, por insuficiência da produção de gêneros alimentares, nas aldeias amazônicas cultivavam-se a mandioca e o milho; pescavam nas épocas apropriadas e fabricavam manteiga de tartaruga. Alimentavam-se também de ovos de tartarugas e do peixe-boi salgado. Para a aquisição dos artigos manufaturados no exterior, dispunham da exportação do cacau silvestre e plantado, das drogas e plantas medicinais dos sertões, além de produtos cerâmicos de uma indústria primitiva.

Os valores verificados para essa produção, após a expulsão dos religiosos, mostraram-se muito inferiores aos que lhe eram atribuídos, e o elemento civil se mostrou incapaz de imprimir às aldeias o mesmo espírito de organização e emulação ao trabalho, que a administração essencialmente desinteressada dos religiosos tinha sabido proporcionar aos indígenas.

Com o declínio das aldeias, o repovoamento do Amazonas passou a constituir um dos mais sérios problemas dos últimos tempos coloniais – cuja necessidade de solução se estende até nossos dias.

O valor da exportação dessas aldeias não alcançaria, talvez, £ 10.000 anuais.³¹

A correspondência dos governadores demonstra que os negócios das aldeias, em 1757, não alcançaram £ 5.000.³²

João Lúcio de Azevedo faz notar que, em fins do século XVII, iam apenas 2 navios por ano carregar no Maranhão, sendo menos freqüentes as viagens ao Pará. Essa situação se inverteu apenas nos meados do século XVIII, conservando-se, praticamente, a mesma navegação total.

Em 1684, a Companhia de Comércio do Maranhão foi obrigada a introduzir no estado, anualmente, 1.000 cruzados de prata e co-

31 Mendonça Furtado avaliava a exportação de cacau pelas ordens religiosas de 5 a 6.000 arrobas. A exportação de cravo era limitada.

32 Anexo ao Códice Costa Matoso, existente na Biblioteca Municipal do São Paulo, se encontra uma relação da exportação do Grão-Pará e Maranhão, na frota de 1749, que alcança cerca de £ 30.000, e que reproduzimos à página 384. Representa, talvez, a produção de mais de um ano.

bre (pouco mais de £ 100). Pois, para se evitar que o metal desaparecesse, transformado em adornos, foi limitado a dois pela Carta Régia de 12 de setembro de 1684, o número de ourives no Estado, um em São Luís e outro em Belém.

De princípio, eram os rolos de pano e os novelos de fio de algodão que serviam de moeda. Atraídos pelo comércio de escravos, mais rendoso no Pará, esses artigos e moedas para aí emigravam, motivando protestos da população de São Luís.

Mais tarde, o cacau e o cravo serviram de meio circulante.

Não obstante a grande abundância de ouro no Estado do Brasil na primeira metade do século XVIII, só em 1750 é que começou a circular a moeda metálica no Estado do Maranhão, remetendo-se, nesse ano, da Metrópole, 25 contos para o Maranhão e 55 para o Pará.

Houve sérias dificuldades para a efetivação das trocas das moedas: no Pará, permutaram-se com as drogas, mas no Maranhão foi-se forçado a aceitar, em pagamento das moedas, os panos e os novelos de algodão.

A influência da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão se fez logo sentir. Introduzindo braços africanos, sementes de arroz da Carolina, máquinas de descasque de arroz, melhores processos de cultura do algodão, a exportação de São Luís cresceu rapidamente. Coincidiu essa fase com o surto da revolução industrial na Europa – crescendo o consumo dos produtos coloniais.

Raimundo José de Sousa Gaioso, em seu *Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura no Maranhão*, publicado em 1818, mostra o aumento considerável da exportação verificado entre 1760 e 1771. A exportação do algodão subiu de 651 a 25.473 arrobas. O movimento do porto passou de 3 para 10 navios em 1769.

Em 1788, exportavam-se, em 26 navios, valores na importância de 687:746\$788, ou seja, cerca de £ 190.000! Nesse total, o algodão estava representado por 11.351 sacos, pesando 63.510 arrobas, valendo 444:577\$344 e o arroz, 5.510 sacos, pesando 313.744 arrobas, valendo 176:039\$207. O algodão em pluma se cotava a 7\$500 a arroba e o arroz a 550 réis.

De 1705 a 1812, a exportação média do algodão foi de 48.314 sacas, 296.298 arrobas e a do arroz socado, acima de 50.000 sacos, ou seja, 250.000 arrobas.

Em 1808, a exportação foi represada, com as notícias da invasão francesa. Em 1809, os preços eram a metade dos de 1788, mas assim mesmo a exportação de algodão atingiu a 935: 000\$000, ou cerca de £ 270.000!

A do arroz atingia a £ 48.000, o que elevou a exportação total acima de £ 300.000.

Além da revolução industrial, a guerra da independência americana favoreceu, em muito, a exportação maranhense.³³

De 1796 a 1798, o algodão variou de 1.560 a 5.900 réis a arroba. De 1803 a 1805, os preços estiveram estáveis. De 1808 a 1811, caíram para 3\$401. Em 1812, de 3\$100 a 3\$200.

D. Maria Graham, no livro que publicou, em 1824, sobre o Brasil, reproduz as estatísticas gerais de exportação no Maranhão, de 1812 a 1821.

Exportação da Província do Maranhão

PRODUTOS	1812		1813	
	Quantidade (Arrobas)	VALOR	Quantidade (Arrobas)	VALOR
Algodão	217.754	666:965\$782	326.693	1.245:605\$683
Arroz	354.646	354:308\$220	347.405	350:970\$050
Couros curtidos . .	—	5:550\$300	—	14:639\$100
Couros crus	—	9:457\$140	—	6:536\$250
Peles	—	2:474\$250	—	7:380\$750
Borracha	—	5:610\$850	—	6:946\$500
Diversos	—	25:581\$550	—	12:667\$025
Total em réis	—	1.069:948\$092	—	1.644:745\$358
Total em £	—	297.207	—	456.873

33 A guerra da independência americana durou de 1776 a 1783. Estimulou a exportação brasileira de arroz, fumo, algodão e açúcar – cujos mercados se tornaram acessíveis ao comércio brasileiro, mesmo após a pacificação anglo-americana, devido ao surto econômico geral, provocado pela revolução industrial e ainda pelas guerras napoleônicas e outras.

PRODUTOS	1814		1815	
	Quantidade (Arrobas)	VALOR	Quantidade (Arrobas)	VALOR
Algodão	248.385	1.414:579\$833	277.879	1.704:856\$400
Arroz	372.252	344:577\$720	377.605	313:916\$300
Couros curtidos	—	16:276\$000	—	26:085\$000
Couros crus . . .	—	9:919\$700	—	22:786\$800
Peles	—	10:122\$300	—	12:670\$150
Borracha	—	5:428\$800	—	3:144\$600
Diversos	—	5:585\$250	—	8:190\$000
Total em réis . .	—	1.806:489\$603	—	2.091:649\$250
Total em £	—	499.024	—	581.013

PRODUTOS	1816		1817	
	Quantidade (Arrobas)	VALOR	Quantidade (Arrobas)	VALOR
Algodão	350.257	3.003:250\$986	401.729	3.100:792\$850
Arroz	417.617	347:317\$835	297.417	350:096\$712
Couros curtidos.	—	20:567\$500	—	22:155\$000
Couros crus . . .	—	31:482\$000	—	24:889\$200
Peles	—	24:660\$100	—	36:903\$700
Borracha	—	2:971\$800	—	5:869\$800
Diversos	—	4:400\$000	—	8:155\$300
Total em réis..	—	3.434:650\$221	—	3.548:862\$562
Total em £....	—	834.286	—	985.795

PRODUTOS	1818		1819	
	Quantidade (Arrobas)	VALOR	Quantidade (Arrobas)	VALOR
Algodão	402.793	3.150:692\$800	359.280	2.136:000\$537
Arroz	360.093	432:078\$500	336.746	505:114\$400
Couros curtidos	—	24:602\$400	—	16:764\$000
Couros crus . . .	—	14:221\$250	—	26:695\$000
Peles	—	36:912\$250	—	19:007\$625
Borracha	—	3:952\$800	—	6:596\$850
Diversos	—	8:651\$500	—	2:246\$800
Total em réis . .	—	3.671:111\$500	—	2.712:425\$212
Total em £	—	1.016.975	—	753.451

PRODUTOS	1820		1821	
	Quantidade (Arrobas)	VALOR	Quantidade (Arrobas)	VALOR
Algodão	367.193	1.925:531\$882	226.118	958:257\$221
Arroz	324.121	241:184\$423	284.721	216:765\$975
Couros curtidos	—	31:771\$600	—	28:921\$600
Couros crus . .	—	27:453\$000	—	41:073\$000
Peles	—	5:905\$930	—	19:264\$000
Borracha	—	4:376\$000	—	6:404\$000
Diversos	—	1:173\$500	—	33:971\$279
Total em réis . .	—	2.237:396\$335	—	1.304:657\$075
Total em £	—	615.943	—	362.404

Constata-se, por exemplo, que, no ano de 1817, a exportação atingiu a cerca de £1.000.000 – em 155 navios, ultrapassando Pernambuco e ombreando-se com a Bahia!

Nesse decênio, de 1812 a 1821, o total de navios saídos, em cada ano, foi respectivamente de: 87, 89, 80, 105, 131, 151, 155, 144, 133, 98, 143 e 114.

No mesmo período, foram importados 45.477 escravos africanos. Foi, portanto, considerável o afluxo de riquezas que se encami-

nhou para a antiga capitania, tornada independente, juntamente com o território do atual Piauí, desde 1772, e que durante 140 anos se havia debatido em extrema penúria.³⁴

Por mais de meio século, ia a região conhecer um período de abundância, que se refletiu na melhoria considerável das condições locais, na formação social, e até no surto de uma “elite”, que justificaria a denominação de Atenas do Norte – à antiga São Luís do Maranhão.

Depois, a concorrência norte-americana destronou o arroz e o algodão maranhenses – declinando o ritmo progressista, mantendo essa zona no estado de marasmo econômico, característico de muitas outras regiões brasileiras, sujeitas a essas bruscas oscilações da fortuna.

No Pará, registrou-se, também, notável avanço econômico, decorrente do rápido aumento das exportações de cacau e arroz, que se tornaram importantes, após 1770. Manuel Barata³⁵ fornece dados estatísticos sobre esse comércio.

Reduzindo-se os seus valores a libras-ouro, pelas cotações da época, obtêm-se os seguintes resultados:

ANO	PRODUTO	QUANTIDADE (arrobas)	VALOR TOTAL
1780	Cacau	60.395	304:240\$114 ou £84.511
	Arroz	107.252	
	Café	3.122	
	Algodão	4.912	
1784	Cacau	100.776	280:796\$804 ou £77.999
	Arroz	118.604	
	Café	1.796	
	Algodão	6.608	

34 Em 1811, foi o Piauí separado do Maranhão.

35 Manuel Barata – *A Antiga Produção e Exportação do Pará, 1915.*

ANO	PRODUTO	QUANTIDADE (arrobas)	VALOR TOTAL
1785	Cacau	34.877	170:741\$434 ou £47.428
	Arroz	84.681	
	Café	1.683	
	Algodão	4.908	
1786	Cacau	84.128	239:579\$646 ou £66.549
	Arroz	83.849	
	Café	1.282	
	Algodão	3.795	
1789	Arroz	96.140	80:919\$800 ou £22.477
	Algodão	4.743	
1794	Cacau	79.721	707:807\$996 ou £196.609
	Arroz	103.503	
	Café	2.811	
	Algodão	7.832	
1796	Cacau	48.116	215:311\$300 ou £59.808
	Arroz	46.880	
	Café	4.042	
	Algodão	12.666	
1797	Cacau	120.995	363:956\$950 ou £101.098
	Arroz	90.171	
	Café	3.576	
	Algodão	7.974	
1800	Cacau	127.181	521:714\$200 ou £144.920
	Arroz	90.836	
	Café	4.903	
	Algodão	15.930	
ANO	PRODUTO	QUANTIDADE (arrobas)	VALOR TOTAL

1802	Cacau	145.669	
	Arroz	65.467	269:128\$175 ou £82.257
	Café	4.793	
	Algodão . . .	14.040	
1808	Cacau.	16.465	
	Arroz	8.248	66:667\$400 ou £18.518
	Algodão	443 1/2	
1810	Cacau	105.213 ½	
	Arroz	83.944	285:888\$300 ou £79.413
	Café	2.498	
	Algodão . . .	4.449	
1811	Cacau	66.266	
	Arroz	98.968	243:999\$320 ou £67.777
	Café	4.174	
	Algodão	3.426 ½	
1813	Cacau.	85.533	
	Arroz	107.766 ½	246:312\$600 ou £68.420
	Algodão. . . .	3.978	
1814	Cacau.	177.643	
	Arroz	162.486	451:855\$800 ou £130.793
	Algodão	5.141	
1815	Cacau	145.275	
	Arroz.	162.486	522:972\$800 ou £145.270
	Algodão	8.509	
ANO	PRODUTO	QUANTIDADE (arrobas)	VALOR TOTAL

1816	Cacau	123.827	421:260\$800 ou £117.014
	Arroz	128.351 1/2	
	Café	1.074	
	Algodão	12.205	
1817	Cacau	125.956	1.791:171\$500 ou £497.825
	Arroz	219.819	
	Café	4.531	
	Algodão	221.758	
1818	Cacau	101.627	504:850\$645 ou £140.236
	Arroz	161.642	
	Café	4.267	
	Algodão	11.827	

Apesar de representarem esses totais menos de metade das exportações de São Luís do Maranhão, é também inegável que traduzem valores substanciais, frutos da reação progressista observada após a introdução do braço africano, do concurso da Companhia de Comércio e da maior procura dos produtos coloniais, decorrentes das condições políticas e econômicas da Europa e América setentrional.

Enquanto eram por tal forma beneficiados os habitantes da costa, declinava o progresso da Capitania de São José do Rio Negro, pela desorganização implantada com a brusca mudança na política das missões.

Houve, porém, um grande esforço por parte de alguns governadores para levantá-la. O General Pereira Caldas tentou incentivar a agricultura no vale do Rio Negro, do anil, café, tabaco, algodão, cacau, arroz, milho e cana-de-açúcar. Introduziu também aí o fabrico de tecidos de algodão e fez uma hábil política em relação aos indígenas.

Manuel da Gama Lobo d'Almada conseguiu dar alguma vida à capitania, introduzindo gado no rio Branco e desenvolvendo várias culturas no rio Negro.

Tentou instalar a capital em Manaus, onde, finalmente se fixou, a partir de 1808. Governou durante 13 anos (1786-1799),

sendo considerado o maior administrador da Capitania na era colonial.

Nos últimos tempos, antes da independência, a Capitania conseguiu exportar cerca de £50.000 anualmente. É o que demonstra uma estatística publicada pelo Cônego André Fernandes e relativa ao ano de 1819:

5.045	arrobas de tabaco	40:360\$000
3.512	arrobas de salsaparrilha	31:608\$000
5.936	arrobas de café	18:995\$200
1.948	arrobas de cravo fino	12:467\$200
1.800	arrobas de cacau	2:880\$000
10.425	arrobas de peixe	13:344\$000
8.034	potes de manteiga de tartaruga	25:737\$600
11	potes de mixira	22\$000
17	potes de copaíba	51\$000
733	polegadas de piaçaba	2:199\$000
10	arrobas de anil	320\$000
350	arrobas de quina	22:400\$000
18	arrobas de breu	64\$000
128	arrobas de estopa	64\$000
5	arrobas de carajuru	192\$000
166	alqueires de castanha	32\$000
190	arrobas de algodão em caroço	152\$000
220	redes de palha, por outro nome maquiras	70\$400
		170:958\$400

Representava esse total um terço da exportação do Pará e apenas cinco por cento do comércio maranhense da mesma época.

A partir da segunda metade do século XVIII, haviam-se alterado, pois, e profundamente, as condições relativas das diferentes regiões compreendidas dentro do antigo Estado do Maranhão.

A indústria extrativa, com o aparecimento da borracha, iria dar, no século imediato, um novo impulso e uma nova redistribuição de valores no vale amazônico.

A exportação regular da preciosa hévea iniciou-se, de fato, no Brasil independente. Avolumaram-se as remessas na segunda metade do século XIX, e, entre 1905 e 1910, atingiram o seu apogeu, declinando, a seguir, desbaratadas pela concorrência das plantações industriais feitas no Oriente.

A efetiva integração, na vida econômica nacional, das possibilidades e da vida do portentoso vale, que os nossos maiores souberam tão tenazmente ocupar, constitui um outro grande problema que ainda desafia, presentemente, a sagacidade dos nossos homens públicos.

Com a incorporação do Amazonas e suas ligações com o Planalto Central, fica concluída e explicada a trama social e a infra-estrutura econômica, que se formou no Brasil no período colonial e a que nos referimos no Capítulo VIII.

Ocupada a costa pelo comércio do açúcar e do pau-brasil, invadidos e dominados os sertões pelas formas já expostas, houve ainda outros elementos, além dos de ordem econômica, que facilitaram a formação unitária do país.

De fato, a direção administrativa, a colonização portuguesa e o trabalho dos missionários, a identidade de língua e a compressão dos países vizinhos, filiados à América espanhola, inimiga tradicional do Velho Portugal, também concorreram para a unidade política da América portuguesa. Mas além dos fatores de ordem econômica, que vêm sendo objeto de nosso estudo, não nos parece que estes últimos pudessem ter sido suficientes para a manutenção dessa unidade; haja vista o que sucedeu com a América espanhola, que, sem os mesmos elos de ordem econômica, não pôde evitar o desmembramento, que se processou por ocasião de sua independência.

Teremos ainda oportunidade de verificar que o comércio de cabotagem, durante a era colonial, e, finalmente, a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro foram outros elementos ponderáveis na formação dessa unidade

.....

Capítulo XIII

O COMÉRCIO DO BRASIL NA ERA COLONIAL

ASPECTOS GERAIS. AS COMPANHIAS PRIVILEGIADAS. FROTAS DE COMÉRCIO. O COMÉRCIO LUSO-BRASILEIRO. O MONOPÓLIO E A LIBERDADE DE COMÉRCIO. OS SISTEMAS COLONIAIS DE PORTUGAL E DE ESPANHA. OS RENDIMENTOS DAS AMÉRICAS, PORTUGUESA E ESPANHOLA. VÁRIAS ATIVIDADES NO BRASIL: O TABACO, O ALGODÃO, O ANIL, A PESCA DA BALEIA, O CAFÉ, A MANDIOCA E AS ESPECIARIAS. AS INDÚSTRIAS. POMBAL E O BRASIL. AS REGIÕES ECONÔMICAS. DADOS ESTATÍSTICOS. O VALOR DAS EXPORTAÇÕES NA ÉPOCA COLONIAL.

A

COLONIZAÇÃO do Brasil coincidiu com o início da chamada “Revolução Comercial”. Era pela intensificação mercantil que os grandes povos europeus procuravam a conquista de riquezas e daí a disputa pelo comércio das Índias orientais e ocidentais. Na Ásia, encontrando velhas civilizações com produção e intercâmbio próprios, puderam os europeus, por um sistema de feitorias e pelo domínio militar, aproveitar as linhas comerciais, já aí existentes, e obrigar os povos submetidos a um escambo de que auferiram formidáveis lucros.

Na América, passado o período dos saques nas civilizações incas e mexicanas, tiveram os europeus que proceder à colonização efetiva, procurando pela mineração, na América Espanhola, e pela agricultura, em terras brasileiras, criar os elementos necessários ao estabelecimento de correntes exportadoras.

Ao contrário do que acontecia desde o princípio com as possessões espanholas, e com o que se verificava no comércio das Índias orientais, não estabeleceu Portugal, após a divisão do Brasil em capitânias, monopólios do comércio em geral.¹ Guardando para si o estanco do pau-brasil, nem aos donatários outorgou o governo lusita-

1 *Sistema Colonial da Espanha.* – Uma das características da política colonial era, no passado, o monopólio do comércio, reservado às metrópoles. Assim foi com a inglesa, holandesa, francesa e espanhola.

A Espanha teve essa política excessivamente regulamentada. Em toda a América espanhola, durante quase três séculos, só três portos puderam receber mercadorias: Cartagena e Porto Belo, na América central e meridional, e Vera Cruz, em Nova Espanha (México).

De Porto Belo e Cartagena, distribuía-se para o Peru, Chile e Buenos Aires as mercadorias vindas da Espanha. Buenos Aires esteve praticamente fechado ao comércio internacional até 1778.

De começo, só espanhóis de Leão e Castela podiam negociar com as Índias; mais tarde, estenderam a autorização aos navarrenses e aragoneses. A estrangeiros, era proibido, não só a entrada, como o comércio nas Índias de Castela. Somente em 1722 é que foi permitido a espanhóis agirem como representantes de firmas estrangeiras no comércio com as colônias.

O Conselho das Índias, a Casa de Contractación, o Consulado de Sevilha mantinham um severo controle em todo o comércio.

“O privilégio dos castelhanos tornou-se uma máxima do direito internacional convencional, e, como tal, foi especificado nos tratados de paz”. (Georges Scelle)

Depois de 1561, todos os navios mercantes só podiam se dirigir para a América em frotas comboiadas. Saíam duas frotas anualmente, uma para o porto do Norte, outra para os de Tierra Firme.

O comércio constituiu ainda, por muito tempo, um privilégio do Consulado de Sevilha, Câmara dos negociantes locais, que usufruíam com isso lucros exagerados. Os galeões e frotas foram suprimidos em 1740 e renovados em 1754.

Em Porto Belo, havia uma feira anual, por ocasião da chegada das frotas; para aí afluíam as produções da América espanhola, destinadas à exportação.

A pólvora, o sal, o tabaco e o mercúrio eram monopólios do estado. Nas colônias, era proibida a cultura da azeitona, vinha, fumo e linho.

A exportação colonial consistia em prata, ouro, couros, açúcar, cacau e plantas medicinais. Com a expulsão dos mouros, dos judeus, com a emigração e as guerras e visando apenas obter o máximo dos metais preciosos da América e viver desses metais, a Espanha descuroou-se do seu desenvolvimento agrícola e manufatureiro.

Nos demais países da Europa, em que não havia a abundância do numerário existente na Espanha, os salários eram muito mais baixos e daí a concorrência que esses podiam fazer às manufaturas e às produções espanholas dentro da própria Espanha. Em 1784, a Espanha exportou para a América, pelos seus diversos portos de Cádiz, Málaga, Sevilha, Barcelona e outros (cerca de 74% de Cádiz) mercadorias valendo 434.808.580 reais de velon, ou 21.740.428 de piastras fortes.

Desses valores, 195.885.361 eram em mercadorias espanholas, 238.923.219 em mercadorias estrangeiras. Os direitos que a Espanha cobrou foram de 17.080.414 reais de velon.

no o exclusivo comércio exportador das capitanias. Em São Vicente,

Nesse mesmo ano, a Espanha recebeu da América, das quais 90% em Cádiz, mercadorias valendo 1.263.517.782 reais de velon ou 63.175.889 piastras fortes, sendo em metais preciosos 929.123.894 e em outros produtos 334.393.886. Os metais preciosos representavam, portanto, 2/3 dessa importação.

A unidade econômica era a *encomienda* – trato de terra concedido aos *encomenderos*, juntamente com a servidão de um determinado número de índios.

Em 1574, conforme Velasco, havia na América Espanhola 200 cidades, vilas e estabelecimentos mineradores, com 160.000 ocupantes de origem espanhola, dos quais 4.000 *encomenderos*; os restantes, mineradores, funcionários, soldados e negociantes – que controlavam 5.000.000 de índios espalhados em 900 vilas.

O sistema de exploração colonial girava em torno da *encomienda*, onde senhores espanhóis dirigiam seus índios em trabalhos de extração da prata e criação de gado ou produção agrícola, tudo controlado em benefício da Espanha.

O sistema do comércio exterior era altamente artificial e fomentava o contrabando, principalmente depois que os holandeses, ingleses e franceses ocuparam as Antilhas e que os britânicos ficaram com o *asiento* do fornecimento de escravos, pelo Tratado de Utrecht, em 1713.

Até 1774, era proibida a intercomunicação entre as colônias americanas. Em fevereiro de 1778, abriu-se o porto de Buenos Aires para os portos da Espanha. Em outubro do mesmo ano estendeu-se essa liberdade aos demais portos da América espanhola, com exceção dos do México.

Quanto à composição das frotas, sabemos, por exemplo, que de Cádiz saíram para a América, em

1775 – 79	navios
1776 – 68	”
1777 – 81	”
1778 – 87	”
1779 – 49	”

A frota que chegou a Cádiz, vinda do México, em 1778, trouxe 18.840.316 piastras fortes em prata amoedada e 558,576 piastras em ouro amoedado; 9.470 castelhanos (peso de que 50 fazem um marco) em ouro bruto; 12.901 marcos de prata bruta; 29,534 arrobas de cochonilha; 6.523 quintais de cobre, valendo tudo 22.048.410 piastras fortes, ou seja, cerca de £ 5.000.000. Isto tudo transportado em 17 navios.

De começo, havia só um vice-reinado das Índias espanholas. Em 1542, foram desdobrados em dois: o de Nova Espanha (México) e o de Peru (Lima). Em 1776, foram criadas o de Nova Granada e Buenos Aires.

Em 1780, a renda pública do México era de 11 milhões de piastras, a do Peru de 5½ milhões, a de Guatemala, Chile e Paraguai de 1.800.000. A renda total seria, portanto, de 18.000.000. As despesas locais da administração espanhola importavam em 11.000.000, o que daria um saldo de 7.000.000 de piastras.

Temos que acrescentar a esse saldo a importância de 4.000.000 de piastras que se arrecadavam na Europa sobre os objetos enviados às colônias, o que elevava o total da renda para 11.000.000 de piastras, ou cerca de £ 2.200.000.

Nas guerras da independência, a reação violenta dos “crioulos”, em muitas regiões, contra os seus antigos dominadores, demonstrou a falta de fusão suficiente de raças e interesses locais.

havia o caso característico do engenho dos Schetz, pertencente a uma firma flamenga, que aí mandava buscar os seus açúcares.²

As primeiras restrições ao livre comércio com o estrangeiro surgiram já no tempo em que Portugal se encontrava sob o domínio da Coroa espanhola. Seguiram-se às proibições do comércio com os holandeses e, mais tarde, a de qualquer intercâmbio que não fosse por meio de Portugal.

Restaurada a Coroa portuguesa, viu-se praticamente compelida a abrir os portos do reino ao comércio estrangeiro (provisão de 21 de janeiro de 1641) e a negociar tratados de paz, aliança e comércio com a França, Holanda e Inglaterra.

Carlos I, da Inglaterra, exigiu de Portugal, em 1642, um tratado mais favorável do que o elaborado com a Holanda em 1640. Mais tarde, Cromwell, em 1654, exigiu maiores privilégios e vantagens comerciais a favor da Inglaterra, alegando o auxílio português prestado àquele rei deposto.

Os negociantes ingleses, estabelecidos em Portugal, poderiam negociar com o Brasil e demais colônias. Seriam admitidas quatro famílias inglesas em Pernambuco, Bahia e Rio. As mercadorias inglesas pagariam 23% de direitos (10% de dízimos, 10% de sisa e 3% de consulado). Seria assegurada à Inglaterra a preferência para o fornecimento dos navios que Portugal necessitasse do exterior. O tratado de 1661, de comércio e aliança, assinado com Carlos II da Inglaterra, confirmou os favores anteriores, dotando a Infanta de Portugal com a ilha de Bombaim, possessão de grande valor nas Índias Orientais.³

Casa Carlos II de Inglaterra com D. Catarina, irmã de D. Afonso VI de Portugal, que leva em dote a praça de Tânger, e mais Bombaim, e Ceilão, e 800.000 libras de ouro... O rei da Inglaterra vendeu o dote da esposa a seu país (dele)... Creio conviria não esquecer isto, numa História Econômica.

2 Durante o período colonial, estancou a Coroa o comércio de pau-brasil, da pesca da baleia, do sal, dos diamantes, bem como o da distribuição do tabaco em Portugal.

3 Houve ainda um dote em dinheiro para o qual a colônia brasileira teve que concorrer por mais de um decênio com 20.000 cruzados anuais.

Em 1666, reafirmou-se a exigência de ser o comércio exterior do Brasil sempre exercido por meio de Portugal. Houve exceções em relação ao comércio do rio da Prata ou da admissão de navios espanhóis que buscavam refrescos nos portos brasileiros, quando em demanda daquele rio.⁴ Mas a exclusividade do comércio com a Metrópole foi praticamente mantida até 1808, quando D. João VI decretou a abertura dos portos brasileiros às nações estrangeiras amigas.⁵

Proibiu-se o comércio de fronteiras com Quito, com as possessões francesas na Guiana, bem como com o Suriname holandês.

Assim agiu Portugal para defender a sua colônia da cobiça estrangeira, bem como para auferir os maiores lucros possíveis, decorrentes de sua produção colonial.

As companhias privilegiadas

O comércio português com a Índia era feito, principalmente, pelo estado. A distribuição dos produtos pela Europa era entregue a outros povos navegantes, entre os quais sobressaíam os holandeses.

4 Registrou-se sempre comércio permitido ou de contrabando com as possessões espanholas do Prata. Existe uma carta de um negociante Soares, escrita do Rio de Janeiro, em 1597, em que descreve as operações comerciais que praticava com o Prata.

Brandônio informa que o comércio com o rio da Prata principiou no governo de Manuel Teles Barreto (1583-1587) e faz referência aos “peruleiros” – que traziam ouro e prata do Peru, através do rio da Prata, para adquirir artigos no Rio, Bahia e Pernambuco.

François Pyrard de Laval em sua viagem à Bahia, em 1612, espantou-se da quantidade de moedas espanholas de prata, aí em circulação.

Com o ato da Espanha fechando Buenos Aires para o comércio exterior, fazia-se intenso comércio de contrabando com o rio da Prata, por meio da costa brasileira e da Colônia do Sacramento, na maior parte da era colonial.

5 “Como à Bahia e ao Rio de Janeiro concorressem navios ingleses que para o Brasil levavam mercadorias da Europa e da Índia e de lá tiravam muito ouro e tabaco, determinou-se, pelo Alvará de 8 de fevereiro de 1711, que os governadores das conquistas não admittissem nos portos delas navio algum inglês ou de qualquer outra nação estrangeira, a não ser que fossem incorporados nas frotas do reino e com elas voltassem, na forma dos tratados, ou quando entrassem abrigando-se de alguma tempestade ou falta de mantimentos.” (Fortunato de Almeida – *Subsídios para a História Econômica de Portugal*.)

A Lisboa afluíam os navios desta nacionalidade em busca das especiarias, transportando-as para Amsterdã – porto distribuidor do Norte da Europa.

Reunido Portugal à Coroa espanhola, e proclamada a independência dos Estados Gerais do Império de Castela, foi proibido o comércio luso-holandês, com o intuito de arruinar esta praça. A princípio, o contrabando superou a proibição; tornada esta mais severa, promoveram os batavos o abastecimento direto – de começo, tentando, em vão, acesso pelo Norte; mais tarde, pela própria rota de Vasco da Gama.

Acentua-se, então, o declínio do comércio português e Amsterdã substituiu Lisboa em importância comercial. Nas pegadas dos holandeses seguiram os ingleses, e, mais tarde, outros povos.⁶

À iniciativa particular, em expedições isoladas às Índias orientais, deparavam-se dificuldades sem conta – luta com os concorrentes europeus, agressões de piratas europeus e muçulmanos, incerteza do acolhimento da Ásia, insuficiência de concentrações de mercadorias em pontos determinados, desconhecimento das regiões para onde se dirigiam e gastos excessivos para empreendimentos isolados. Surgiu, então, a idéia da cooperação entre os negociantes interessados, no mesmo país, promovendo concentrações e organizações capazes de enfrentar tantos óbices.

Na Inglaterra, os “negociantes aventureiros” reuniram-se, em número de cento e um, formando uma companhia, que obteve da Rainha Elizabeth uma carta de privilégio, assegurando-lhes por 15 anos o direito exclusivo de negociar com a Índia oriental, com permissão de manter força de mar e terra, de promulgar leis, etc. Foi esta a origem da Companhia Inglesa das Índias Orientais.

6 Com a incorporação de Portugal à Coroa espanhola, adquiriu aquele reino os grandes inimigos de Castela: a Inglaterra, Holanda e França – que lhes destruíram as esquadras, apossaram-se de muitas de suas colônias e atacaram o Brasil. Corsários ingleses investiam contra portos brasileiros; os franceses ocuparam o Maranhão, os holandeses instalaram-se nas zonas mais produtivas do Brasil. As perturbações que tais fatos trouxeram à evolução econômica da colônia já foram devidamente apreciadas.

Na guerra de sucessão de Espanha, sofremos investidas no Sul e o ataque ao Rio de Janeiro pelos franceses (Duclerc e Duguay-Trouin – 1710, 1711), que custaram à colônia prejuízos superiores a £ 155.500. Em 1762 e 1801, viu-se novamente Portugal envolvido em guerra com a França e Espanha, sempre com repercussões nas fronteiras brasileiras.

As expedições particulares holandesas mostraram a necessidade inadiável da cooperação de todos os interessados, que navegavam sob a mesma bandeira.

Formou-se, em 1602, a célebre Companhia Holandesa das Índias Orientais, que se pode considerar como o modelo de todas as companhias privilegiadas, que as diversas nações da Europa constituíram mais tarde.

De princípio, houve certa liberdade de ação para os membros que a compunham. Era como que uma reunião de várias sociedades similares, que, sob o nome de câmaras, conservavam certa autonomia, com direitos próprios, e procedendo, por conta própria, ao equipamento de navios e à compra de mercadorias. “Dezessete diretores estavam à testa do que era comum a todas elas, como a administração propriamente dita das colônias nas relações políticas com os indígenas, no que dizia respeito aos tratados de comércio ou de aliança, à conservação do exército e das fortalezas e também à direção geral do comércio.”

Os privilégios da companhia abrangiam, além do monopólio do comércio, direitos de soberania sobre os territórios que adquirisse, o direito de paz e de guerra com os príncipes indígenas, etc., direitos que todos deviam ser exercidos em nome dos Estados Gerais. “Os privilégios, primitivamente concedidos pelo prazo de 21 anos, foram sucessivamente prorrogados na expiração de cada período de sua renovação.”⁷

A prosperidade dessa Companhia induziu os Estados Gerais a promoverem a fundação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, que obteve, em 1621, o privilégio do comércio com a América e costa ocidental da África, desde o trópico de Câncer até ao Cabo da Boa Esperança, assim como o direito de fundar estabelecimentos e fortes nos países desabitados.

A Companhia tinha, de fato, como fins: fazer o contrabando com as possessões espanholas, apresamento das barcas luso-espanholas e fundar colônias. Os lucros obtidos pela companhia, nos primeiros anos, foram simplesmente fabulosos. Fundou o Brasil holandês (1630) e, expulsos os batavos em 1654, não pôde mais, após esta data, dar dividendos, foi dissolvida em 1674.

7 A. de Morais Carvalho – *Companhias de Colonização*.

Nas lutas que se processaram nos séculos XVII e XVIII, para a conquista e comércio das Antilhas e supremacia no comércio da Ásia, porfiaram holandeses, ingleses, franceses, dinamarqueses e suecos, formando várias companhias, cujo exame permite a reconstituição da história da expansão da economia européia dessa época. “O abade Morellet contou 55 companhias estabelecidas em diversas regiões da Europa.”⁸

Em Portugal, Filipe II pensou em criar, em 1587, uma Companhia Portuguesa das Índias, que substituísse o Estado na execução do seu comércio. Não vingou a iniciativa.

Filipe III encarregou, em 1624, D. Jorge de Mascarenhas, com a cooperação de elementos lusos e castelhanos, de fundar uma nova Companhia do Comércio da Índia, que pudesse enfrentar com mais eficiência os métodos de outros povos, atalhando a decadência do comércio português. Teve, também, vida efêmera tal empreendimento.

Após a restauração da Coroa portuguesa, resolveu D. João IV, por instigação do padre Vieira, promover a formação da Companhia Geral do Comércio do Brasil. Pensou o Governo português com esse objetivo encaminhar capitais judeus. O Alvará de 6 de fevereiro de 1649 estabeleceu que a Coroa, sem abdicar do direito de confisco “demitia de si os bens apreendidos aos cristãos-novos, condenados pelo Santo Ofício, com a condição de que os utilizassem na formação de uma companhia comercial – a Companhia do Brasil”.⁹

Os estatutos foram aprovados em 10 de março de 1649. Obrigava-se a Companhia “a aprestar, dentro de dois anos, 36 navios de guerra, armados pelo menos de 20 até 30 peças de artilharia, guarnecidos de gente de mar e guerra, com tudo o mais necessário, com que daria comboio, na ida e volta, aos barcos mercantes que ligavam comercialmente a metrópole com o Brasil”. Auxiliaria, ainda à Coroa, na defesa da costa e dos portos nacionais e na restauração das praças do Brasil e de Angola.

Foi outorgado à Companhia, nas terras do Brasil, o monopólio do comércio de vinhos, azeites, farinhas e bacalhau, tudo por preços

8 Charles Coquelin – *Companhias Privilegiadas*.

9 Damião Peres – *História de Portugal*.

devidamente taxados nos estatutos, e, mais tarde, lhe foi, por igual, concedido o estanco do comércio do pau-brasil.

Proibiu-se, aos moradores do território brasileiro, o fabrico de vinho de mel e aguardente de açúcar e cachaça.

Surgindo dificuldades à integralização do capital necessário, houve ação coercitiva sobre alguns judeus recalcitrantes. O prazo do privilégio de que gozava a Companhia era de 20 anos. A diretoria era composta de 9 membros, e foram outorgadas imunidades e privilégios aos diretores e grandes acionistas. Ficava a empresa diretamente sujeita à Coroa, gozando de tribunal de exceção, com juiz conservador. Suas armadas não estavam sujeitas às ordens de ministros, governadores-gerais ou autoridades da colônia. Cobraria, pelo acompanhamento das frotas de comércio, uma taxa de 10% sobre o valor das mercadorias comboiadas.

As concessões outorgadas à Companhia colocaram-na acima das leis do país, tornando-a instituição soberana, em conflito com a própria soberania do Estado.

A primeira frota organizada pela empresa partiu de Lisboa em dezembro de 1649.

Não respeitou, porém, a Coroa os compromissos assumidos, e o Alvará de 9 de março de 1658 extinguiu o estanco outorgado à Companhia, reduzindo-lhe a 10 o número obrigatório de navios de guerra que deveria manter. Já em 1654 houvera permissão à navegação de quaisquer navios fora da frota, desde que não procedessem de Lisboa e que não carregassem gêneros estancados. Parece que nessa empresa foram aplicados capitais particulares superiores a 400.000 cruzados (cerca de £ 70.000).

Atendendo a reclamações da colônia, foram progressivamente infringidas as concessões outorgadas à Companhia Geral do Comércio, sendo, pelos regimentos de 21 de setembro de 1663 e 19 de setembro de 1672, sua diretoria convertida em junta com caráter de tribunal régio. Finalmente, por decreto de 19 de agosto de 1694, o Governo apropriou-se de seus fundos, sendo os acionistas indenizados com uma consignação no contrato do tabaco, que lhes garantia rendimento de 5% sobre os capitais investidos.

A Companhia tornou-se, assim, entidade meramente oficial, administrada por uma junta de nomeação régia. A essa junta competia a organização das frotas para o Brasil. “Por generais das referidas frotas, vinham cabos ilustres e dos mais experimentados na milícia marítima, e conduziam portentosas naus, cujo comboio se reduziu depois ao número de dez, existindo com grandes despesas muitos anos. Porém, tendo cessado a causa por que a junta se instituía, e achando-a com vários empenhos de que pagava muitos juros, por consultas do mesmo tribunal do ano de 1715 e 1719 a el-Rei nosso senhor D. João V, que Deus guarde, foi servido no de 1720 ordenar que se extinguisse, obviando as despesas que se faziam com os ministros e oficiais desta intendência, e as dívidas, que de novo se iam sempre contraindo. Para pagamento de todas e dos juros que venciam, mandou Sua Majestade consignar diferentes efeitos, por onde se vão cobrando com satisfação mais pronta da que se experimentara no tempo em que aquele tribunal existira e encarregou ao Conselho de sua real fazenda toda a administração que tivera, ordenando que pelos armazéns da Coroa corresse o apresto dos comboios, que constam hoje de duas naus de guerra para a Bahia, duas para o Rio de Janeiro e uma para Pernambuco.”¹⁰

O segundo empreendimento, visando à exploração do comércio colonial, foi a Companhia do Maranhão, derivada do contrato negociado em 1678 e 1679, entre o Governo português e um grupo de acionistas, para a exploração do tráfico comercial entre o Pará, o Maranhão e a metrópole. Partiu a iniciativa da idéia de se introduzirem braços africanos no Estado do Maranhão, em consequência da grande crise de mão-de-obra, que aí reinava, agravada pela oposição dos jesuítas à escravidão vermelha.

Tomaram os acionistas o compromisso da introdução de 500 negros por ano, ficando, durante 20 anos, com o monopólio absoluto de comércio no Estado do Maranhão, devendo partir, anualmente, para a Metrópole, no mínimo, 1 navio de São Luís e outro do Pará.

Os abusos que cometeram os acionistas e a compressão que se operou sobre os colonos, levaram estes a atos de desespero e à revolução de Beckmann. E o estanco foi afinal abolido em 1684.

10 Rocha Pita – *História da América Portuguesa*.

A terceira empresa que se formou para o comércio do Brasil foi a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, fundada em 1755, no Governo de Pombal. Seu capital foi de 1.200.000 cruzados. Para favorecer sua formação, enquanto aquele não se integralizava, ficaram proibidos, no reino os empréstimos a juros, de quantias superiores a 300 mil-réis.¹¹

O Alvará de 5 janeiro de 1757 concedeu aos funcionários do Estado licença para serem acionistas das Companhias de Comércio. Como favor fundamental, foi outorgado o monopólio da importação e exportação do Estado do Maranhão. “Que nenhuma pessoa possa mandar ou levar às sobreditas duas capitâneas e seus portos nem delas extrair mercadorias, gêneros ou frete algum.” Houve, porém, restrição quanto ao vinho e seus derivados, que já eram objetos do monopólio de outra empresa em Portugal.

Era vedada à Companhia qualquer venda a retalho, reservada aos pequenos comerciantes. A Companhia se obrigava, ainda, a manter os preços tabelados, a vender com importantes abatimentos alguns produtos coloniais e a auxiliar a formação de esquadra em caso de guerra. A diretoria devia ser formada por elementos portugueses.

O Alvará de 13 de agosto de 1759 dava a base da constituição de outra empresa, a quarta, a Companhia de Pernambuco e Paraíba, que deveria ter um capital de 2 milhões de cruzados. Houve projeto de uma outra companhia para o Rio de Janeiro, que não foi levado a efeito. O Alvará de 23 de julho de 1761 autorizou o Tesouro a fornecer vultosos empréstimos à Companhia de Pernambuco e Paraíba.

A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão prestou, como vimos, grandes serviços àquelas capitâneas.

Lutando com deficiências de produção, ausência de capitais, falta de mão-de-obra e de transportes, os colonos na costa daquelas regiões jaziam em profundo estado de penúria, que já perdurava por mais de um século. A companhia introduziu abundante mão-de-obra e avultados capitais, promovendo a intensificação da cultura do arroz e do algodão, que iriam constituir, mais tarde, a base do enriquecimento da zona.

11 Alvará de 30 de outubro de 1756.

A Companhia de Pernambuco e Paraíba se chocou com empreendimentos já estabelecidos e com linhas e relações comerciais já instaladas. Motivou sua ação numerosos protestos dos que se julgavam prejudicados. Ambos os contratos foram declarados extintos em 1778 e 1779, no reinado de D. Maria I.

Das quatro companhias privilegiadas, que se formaram para explorar o comércio dos Estados do Brasil e do Maranhão, duas prestaram reais serviços ao progresso da colônia, ainda que por espaço limitado de tempo. Não se justificam as críticas que se fazem hoje às grandes companhias de colonização e de comércio, que operaram em diversas partes do mundo nos séculos XVII e XVIII. Num tempo de insegurança nos mares, de insuficiência de capitais e de falta de recursos dos governos dos estados, a braços com graves problemas políticos, esses empreendimentos, reunindo capitais particulares, proporcionavam os elementos necessários à garantia do comércio e da ocupação de regiões longínquas. Explicam-se, dessa forma, as companhias de carta, às quais os estados outorgavam concessões, monopólios e mesmo delegações de soberania. Grandes domínios, hoje incorporados a vários impérios europeus, tiveram origem na atuação dessas empresas de comércio e colonização.

As frotas de comércio

Já no final do século XVI, acentuando-se os riscos da navegação, recomendava D. Sebastião a navegação em comboios, para maior segurança dos transportes.

“A Lei de 1571, de D. Sebastião, mandou dar preferência aos navios portugueses, no comércio entre as colônias de Portugal. Mandava, também, armar os navios, e que estes viajassem em comboios. Outorgou, também, prêmios para a construção de navios.”¹²

Parece que, nesse primeiro século, “os navios mercantes saíam de Portugal com destino ao Brasil em três épocas, reduzidas, mais tarde, a duas, mais favoráveis à viagem – nos meses de janeiro, março e setembro, escalando na Madeira e nos Açores algumas vezes, conduzindo, além de mantimentos, armas, plantas, animais e produtos de indús-

12 Francisco Antônio Correia – *História Econômica de Portugal*.

tria de Portugal, muitos outros artigos que este comprava nos países do norte da Europa”.¹³

Mas o sistema de frotas deve ter entrado em vigor em fins do século XVI. As guerras freqüentes e as piratarías que se processavam na costa da África obrigavam a essa precaução. Tratando do período de 1611 a 1612, escrevia Severim de Faria: “Do Brasil chegou a frota a salvamento e foi das maiores que este ano vieram. Eram 74 navios, afora os galeões em que vinha a fazenda da nau que o ano passado lá foi aportar. Trouxeram 21.000 caixas de açúcar.”

No século XVIII as frotas deveriam compreender bem acima de uma centena de embarcações.¹⁴

Em 1644, houve um regimento mais completo sobre a organização dessas frotas, cabendo ao seu comandante a patente de general-das-frotas. Salvador Correia de Sá e Benevides ocupou algum tempo esse alto posto.

Determinou a Coroa portuguesa que as despesas de comboio fossem pagas por um suplemento nos fretes marítimos e estabeleceu que só aos capitães dos navios de capacidade superior a 200 toneladas e devidamente armados, assistiriam patentes de comando e o direito de auferir essa sobretaxa no exercício de comboiamento. O navio capitânia deveria ter 600 toneladas, no mínimo, armado com 30 peças. Lutando o erário, após a restauração, com grandes dificuldades financeiras, recorreu o Governo português à formação da Companhia Geral do Comércio do Brasil, com o fim especial de assegurar a regularidade de transportes com a colônia.

Rocha Pita faz notar que, para general-das-frotas “nomeava sempre el-Rei pessoas de muita suposição, valor e prática de exercícios militares e marítimos. Com este emprego vieram ao Brasil talentos grandes”.

As datas das partidas e regressos sofreram algumas modificações, mas visavam sempre aproveitar as monções mais favoráveis. As épocas que parecem ter prevalecido foram: partidas de Lisboa, em março ou abril, e regresso da Bahia, em setembro ou outubro.

13 Rosa Lagoa – *O Brasil, Estudo Econômico*.

14 A frota de 1709 partiu de Lisboa com 97 navios e 8 naus de guerra.

O Alvará de 1753, do tempo de Pombal, determinou que os navios saíssem de Lisboa a 1^o de fevereiro e dos portos do Brasil por todo o mês de julho de cada ano.¹⁵

Pombal fez um grande esforço para regularizar a partida e a chegada das frotas, a fim de diminuir os prejuízos do comércio com os retardamentos exagerados, mas foram de tal ordem as dificuldades surgidas, e os grandes inconvenientes que se acentuavam, resultantes de não serem mais freqüentes os meios de comunicação entre a metrópole e a sua colônia, que, finalmente, em 1765, resolveu abolir as frotas.

“Como, porém, convinha defender do assalto no mar as cargas preciosas de ouro e diamantes da Coroa, estabeleceu-se, depois, que cada ano viessem 2 naus de guerra ao Brasil, uma em abril e outra em outubro, a fim de transportarem aqueles tesouros, sendo facultado aos particulares utilizarem-se das mesmas como meio de defesa (1776).”¹⁶

Acentuando-se os perigos da pirataria na costa africana, e os decorrentes da guerra com a França, voltou-se, em 1797, ao regime das frotas, que foi, finalmente, abolido definitivamente, em 1801.

Comércio luso-brasileiro

Referindo-se às grandes oscilações verificadas na evolução econômica de Portugal, Adriano Balbi faz notar que a época compreendida entre 1500 e 1595 foi o período brilhante do comércio e do poderio por-

15 A chegada das frotas ao Rio de Janeiro dava grande animação ao comércio, principalmente quando era a de Lisboa. A proveniente do Porto, carregada com vinhos, aguardente, vinagres, etc., trazia artigos menos interessantes.

“Desde que as comunicações entre a Colônia de Sacramento e Buenos Aires passaram a ser severamente interceptadas, os direitos aduaneiros no Rio de Janeiro baixaram consideravelmente. Quase todos os artigos de maior valor, importados, eram reenviados, por meio da Colônia do Sacramento, para o rio da Prata, Chile e Peru. Esse comércio fraudulento valia anualmente, para os portugueses, 1.500.000 piastras, ou seja, 300 mil libras esterlinas. As minas do Brasil não produzindo prata, todo este metal em circulação na colônia provinha desse contrabando. O tráfico negreiro era ainda objeto de um comércio intenso, havendo grandes prejuízos com a supressão; ocupavam-se nada menos de 30 embarcações de cabotagem entre o Brasil e o Prata neste contrabando. As mercadorias importadas de Portugal pagavam nas alfândegas 10% de direito e mais 2¹/₂% de ‘don gratuito’ para a reconstrução de Lisboa. Este último imposto era pago à saída das mercadorias das alfândegas, enquanto que os direitos, mediante caução, poderiam ser liquidados dentro de seis meses.” (Bougainville, *Voyage autour du Monde*, 1766-1769.)

16 Damião Peres – *História de Portugal*.

tuguês, que espantara os orientais pelas suas incomparáveis riquezas e pela expansão de suas conquistas. O poderio lusitano causou tal impressão em todos os povos dessas longínquas regiões que uma geografia antiga, composta na Pérsia, dava o Reino de Portugal como capital da Europa.

Os portugueses, durante esse período, fizeram o comércio exclusivo da Europa com a Ásia. Não existiam ainda as manufaturas francesas e inglesas; as manufaturas de lã, na Inglaterra, estavam apenas iniciadas. Os fabricantes de seda da Itália não podiam rivalizar com os da Ásia, e a Índia era o único país que possuía fábricas de tecidos de algodão.

A fase seguinte, compreendida entre 1595 e 1640, foi fatal ao poderio e comércio de Portugal, que foi perdendo suas colônias e sua marinha, destruídas pelos inimigos de Espanha, à cuja Coroa estava submetido.

Segue-se o penoso período de restauração. Entre 1668 e 1750 se registram os esforços empregados pelo Conde de Ericeira, D. Luís de Meneses, o primeiro Colbert português, para levantar as manufaturas do país (1677), a ponto de ser possível, em 1684, a proibição da importação de panos estrangeiros.

Nesse período, verificaram-se, também, o Tratado de Methuen, em 1703, e os descobertos das minas brasileiras, que tão funda repercussão iam ter no reino lusitano.

Segue-se o longo reinado de D. José, de 1750 a 1777, em que atuou o Marquês de Pombal, o segundo Colbert português, que empregou esforços prodigiosos para fazer um governo eficiente e enérgico.

Foi, porém, no reinado de D. Maria I que Portugal alcançou notável reflorescimento.

“Excetuados o reinado de D. Manuel, o Venturoso, e de D. João III, a história portuguesa não apresenta, em época alguma, comércio tão brilhante como o desse período. As exportações excediam cada ano às importações, a navegação, a população e a agricultura progrediam e as manufaturas de Portugal, se bem que sem alcançar o aperfeiçoamento que seria de desejar, tinham, no entanto, apresentado considerável progresso. Toda essa prosperidade desapareceu por ocasião da primeira invasão francesa, verificada em 1807, e pela partida do Rei para o Brasil”.*

* Adrien Balbi – *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal*.

Em 1749, a frota do Rio de Janeiro transportara valores alcançando £1.850.000, das quais £1.750.000 eram em ouro e diamantes.¹⁷ No mesmo ano, a frota de Pernambuco transportava cerca de £500.000, cujos maiores valores eram representados pelo açúcar e pelos couros. (Anexos 1 e 2). Mas, à medida que iam decaindo as exportações do ouro e diamantes pelo porto do Rio, foram surgindo as de produtos agrícolas que, no final do século, iriam compensar em boa parte o desfalque nas exportações do metal e das pedras preciosas.

Depois de proporcionar à MetrÓpole grandes elementos de fartura, com suas minas, ia o Brasil assegurar-lhe um florescimento no comércio, baseado em seus produtos de agricultura tropical. Assim, no ano de 1777 (V. documento na Biblioteca Nacional) o comércio internacional português acusou uma exportação de R\$4.904:627\$352, e uma importação de R\$6.397:084\$457. O déficit na balança de comércio foi de R\$1.492:457\$105, ou em libras: importação £1.750.000; exportação £1.360.000 déficit... £390.000. Não são computadas nesse balanço as exportações de ouro e diamantes do Brasil. Na exportação figuram os seguintes produtos originários da colônia brasileira:

Aguardente	39:674\$400
Algodão em rama	270:765\$660
Anil da América	1068\$000
Arroz da América	785\$200
Açúcar branco	665:156\$040
dito mascavado	135:508\$320
Azeite de peixe	870\$000
Barba de baleia	25:874\$640
Borrachas de couro	372\$280
Borrachinhas de nervo	98\$280
Cacau	298:884\$900
Café	2:224\$540
Canela fina	4:607\$680
dita grossa	11:195\$440
Chocolate	621\$800
Couros de bezerro	1:163\$700

17 V. documento existente na Biblioteca Municipal de São Paulo, anexo ao Códice Costa Matoso.

Couros em cabelo	541:665\$780
Cravo do Maranhão	10:413\$272
Goma copal	143\$520
Pau-brasil	114:474\$650
Raízes medicinais	10:615\$840
Raspas de couro	3:548\$800
Salsaparrilha	25:882\$750
Sola	796\$000
dita cortada em pedaços	4:613\$175
Tabaco	540:794\$520
dito em pó	4:654\$800
Topázios brutos	288\$000
	<hr/>
	2.715:799\$987

Verifica-se que a esse tempo cerca de 55% dos produtos, que figuravam no ativo da balança de comércio internacional de Portugal, já provinham do Brasil. Essa situação ficou consolidada com o incremento da exportação de arroz e algodão do Norte, com a alta do açúcar, e com o aumento da exportação do café, açúcar e couro pelo Rio de Janeiro.

O porto da Bahia, em 1780, exportou valores alcançando £300.000; em 1789, £260.000; em 1790, £360.000; em 1791, £500.000 e em 1801, £1.000.000.

Já tivemos ocasião de nos referir aos Algarismos do Pará e Maranhão no mesmo período.

A exportação de produtos agrícolas do Brasil triplicou neste último quartel do século, ultrapassando de £3.000.000, em princípios do século XIX.¹⁸ Esse período foi, incontestavelmente, o da predominância econômica do norte do país. A exportação por Santos era praticamente nula, e pelo Rio de Janeiro orçou por 1/3 do total brasileiro, cabendo aos portos da Bahia para o norte os restantes 2/3. O sul se debatia

18 De acordo com a informação do Abade Guilherme Tomás Raynal, em sua *Histoire Philosophique et Politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les Deux Indes* (1792), as exportações das colônias espanholas, dinamarquesas, holandesas, inglesas, e francesas nas Índias Ocidentais montariam, nessa época, acerca de £10.000.000, sendo £800.000 das possessões espanholas; £300.000 das dinamarquesas; £800.000 das holandesas; £3.300.000 das inglesas e £5.000.000 das francesas.

numa crise de reajustamento, vivendo, principalmente, de pecuária, até que surgisse o café para lhe dar grande elemento de vida.

Portugal conheceu novo período de grandeza entre 1780 e 1806, havendo ali notável florescimento, baseado principalmente nos produtos brasileiros, que davam, por igual, vida às indústrias, que a política de Pombal soubera implantar no reino peninsular.

De 1796 a 1807, inclusive, a exportação do Brasil para Portugal foi, em média, superior a 3 milhões de libras. Em 1808 caiu a £151.880 conservando-se até 1814 abaixo de £2.000.000, e nunca mais alcançando, nos tempos coloniais, as cifras anteriores.

A balança de comércio entre Portugal e Brasil era quase sempre favorável a este último. (Balbi, “Quadro geral do comércio entre Portugal e Brasil”, de 1796 a 1819 – Anexos 4, 5 e 6.)

Mas, enquanto a média das importações portuguesas do Brasil foi, entre 1796 e 1819, de 22.293.709 cruzados, a média da importação das demais colônias foi apenas de 4.596.700 cruzados. A importação do Brasil representava, pois, mais de 80% do escambo colonial da metrópole portuguesa. (V. Balbi, “Quadro geral do Comércio de Portugal com suas possessões de além do Cabo da Boa Esperança”.)

A exportação brasileira se processava pelos portos do Rio, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará. Dos portos do Ceará, Paraíba e Santos pouco saía.

Em 1796, a ordem de importância comercial foi: Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão e Pará; enquanto a Bahia e Rio de Janeiro exportavam mais de £1.000.000, a Paraíba exportava £42.000 e Santos, £15.000.

Mas na exportação do Rio de Janeiro o ouro concorria com quase 50%, ao passo que, na Bahia, entrava com pouco mais de 1¹/₂%.

Entre 1795 e 1815, o Rio de Janeiro conseguiu a primazia como porto exportador, alcançando remeter, em 1801, £1.700.000.

A verba de víveres na exportação entra em rápido crescimento, ao passo que decai, consideravelmente, a do ouro.

Em 1815, 1816 e 1817, a Bahia novamente ultrapassou ligeiramente o Rio, tendo quase que se anulado a exportação do ouro. Foi se acentuando, porém, no Rio, a exportação de outros gêneros, principal-

mente o café, que iria, dentro em breve, assegurar a posição de vanguarda para o porto sulino.

Pernambuco, que se conservava habitualmente em terceiro lugar, conseguiu, em 1805, 1815, 1816, 1818 e 1819, ultrapassar o Rio e Bahia, devido à alta verificada nos preços do açúcar e à crescente exportação de algodão. No final do regime colonial, a exportação do Brasil devia alcançar mais de £4.000.000.

No século XVIII, foi, portanto, o Brasil um grande suporte econômico do império português:

“Na realidade a América era não só manancial perene de recursos para o tesouro régio, senão também o centro em torno do qual gravitava a vida econômica de toda a monarquia. De lá vinham o ouro, e os diamantes; pau-brasil, monopólio do Estado; o tabaco, que já em 1716 produzia o quinto das rendas do soberano; o açúcar e a courama, que nessa época concorriam para as receitas do Estado com mais de 200 contos. Soma a que acresciam os direitos de fazendas estrangeiras exportadas para a colônia. Para o Brasil iam os produtos do Portugal europeu, e das ilhas do Atlântico; os que se importavam da Índia, e os escravos de que Angola se sustentava. Da escravatura e do tráfico para a América se mantinha a navegação decaída no tocante às demais possessões, e sem defesa possível na Europa, contra a concorrência britânica, e de outras marinhas do Norte.”¹⁹

As estatísticas portuguesas indicam que, da exportação para as colônias, mais de 80% eram destinados ao Brasil. Ainda, cerca de 50% dos produtos de exportação para o estrangeiro eram provenientes dessa colônia.

O valor das exportações de produtos brasileiros tinha subido de 1777 a 1796. Na receita de Portugal, orçada em 1607 em Rs. 1.672:270\$030²⁰ figura o Brasil com Rs. 66:000\$000, sendo Rs. 24:000\$000 do estanco do pau-brasil e Rs. 42:000\$000 dos rendimentos dos dízimos. Verdade é que haveria a contribuição, não discriminada, das rendas das alfândegas, consulados e algumas outras.

Na receita de 1618, ainda figura o Brasil com Rs. 78:000\$000, pelas duas verbas acima referidas. No entanto, já na referente ao ano

19 João Lúcio de Azevedo – *Aspectos de Portugal Econômico*.

20 Luís Figueiredo Falcão – *Livro de toda a Fazenda e Real Patrimônio*.

de 1716,²¹ num total de Rs. 3.942:000\$000, figuravam verbas diretamente ligadas ao Brasil de cerca de Rs. 1.200:000\$000. Confirma este dado a informação de Antonil, que, em 1711, avaliava essa contribuição em 1.000 contos. A receita da colônia era, assim, cerca de 25% da atribuída ao orçamento geral do Reino.

Na segunda metade do século XVIII, as receitas do Erário português alcançaram, em média, 6 mil contos anuais. As suas principais rubricas, referentes às alfândegas e ao tabaco, baseavam-se na produção e comércio da colônia brasileira.²²

21 VISCONDE DE SANTARÉM – *Quadro Elementar das Relações Diplomáticas*.

22 No final do século XVI, o Brasil era ainda deficitário ao reino, não usufruindo este nenhum lucro direto com a colônia.

Em 1617, a folha geral do Estado do Brasil montava a Rs. 54:138\$298 – dividido em 4 rubricas: igreja, justiça, milícia e fazenda. Já a receita ultrapassava a despesa.

Em parte do século XVII, com as guerras contra os holandeses e a baixa dos artigos coloniais, a administração financeira da colônia deve ter sido deficitária. A crise comercial teve seu reflexo na crise monetária, que já foi objeto de referências nossas.

Os descobertos, no final do século, vieram transformar, em definitivo, a situação, tornando-se o Brasil a maior jóia da Coroa portuguesa. “Todas as despesas que o Rei de Portugal faz no Rio de Janeiro com suas tropas, funcionalismo civil, inspeção das minas, edifícios públicos e custeio de embarcações, atingem a 600 mil piastras anuais, sem levar em conta a construção de navios de linha e fragatas.”

Os rendimentos do Erário Régio seriam:

150 arrobas de ouro provenientes da cobrança dos quintos	1.125.000	piastras
Direitos sobre diamantes	240.000	”
Senhoriagem de moedas	400.000	”
10% de renda aduaneira	350.000	”
2 1/20% don gratuito	87.000	”
Direitos de passagem, venda de empregos, ofícios e rendimentos diversos nas zonas de mineração	225.000	”
Rendas de impostos sobre escravos	110.000	”
Direitos sobre óleo de peixe, sal, sabão e dízimos sobre a produção do país	130.000	”
	<u>2.667.000</u>	piastras

(ou seja, cerca de 2.100 contos da época).

Deduzidas as despesas, verifica-se que os rendimentos líquidos, no Rio, alcançariam, pois, 10 milhões de libras francesas, ou seja, £ 400.000. (Bougainville – *Voyage autour du Monde sur la Frigate La Bosdeuse et la Flute L’Etoile*, 1771).

Sendo Portugal o entreposto de todo esse comércio, ganhava na importação das manufaturas estrangeiras que iam ser consumidas no Brasil; ganhava novamente nos tributos que esses artigos pagavam na colônia; ganhava nos impostos dos produtos que a colônia exportava em pagamento dos que consumia. Já tivemos oportunidade de demonstrar que os artigos estrangeiros consumidos no Brasil estavam, dessa forma, gravados em mais de 40% sobre o seu valor inicial. Era natural que uma situação de tal ordem despertasse, na maioria dos colonos, a consciência de uma autonomia econômica que já existia, em princípios do século XIX.²³

O grande acontecimento político, que representou a mudança da Família Real para o Brasil, ia proporcionar aos brasileiros uma fase de maior autonomia política, já em harmonia com o poderio econômico. Mas não seria, dentro de pouco tempo, suficiente para satisfazer as suas aspirações.

Várias atividades

Sem nos alongarmos em demasia, devemos fazer ainda algumas referências a diversos artigos explorados no Brasil, na era colonial, e que constituíram elementos ponderáveis na sua evolução econômica: o tabaco, o algodão, a mandioca, o cacau, a baunilha, o cravo e outras especiarias, a pesca da baleia, o anil e o café.

TABACO

Artigo originário da América, a sua própria denominação deriva de nome indígena das Índias de Castela, o aparelho de fumar. Os selva-

23 Um dos aspectos do comércio luso-brasileiro, que muito prejudicou a colônia, foi o das transferências de fundos. Avolumando-se as relações comerciais, aumentaram as necessidades dessas transferências, que se operavam, do Brasil para Portugal, por letras de câmbio e do reino para a colônia, pela remessa de saques contra as Provedorias Reais. Aconteceu que estas, por insuficiência de fundos, deixavam em grande atraso o cumprimento das ordens de pagamento avolumando-se por essa forma as dívidas do Tesouro Régio para com as praças de comércio do Brasil.

No final do século XVIII, esses saques eram aceitos, no Brasil, em pagamento da aquisição dos bens que pertenceram aos jesuítas. Isso não impediu, porém, que ascendessem tais dívidas a cifras consideráveis, com grande prejuízo para o comércio da colônia.

gens brasileiros chamavam ao fumo “Petum” ou ”Petym”, daí “Petiguares”, tribos de mascaradores de fumo e as expressões “pito” e “pitar”.

Combatido a princípio, pela religião e pelos governos, como um vício abominável, o seu uso foi pouco a pouco se fixando nos costumes europeus. A partir dos meados do século XVII, tornou-se um vício generalizado.

De início, “beber fumo”, como faziam os selvagens que se utilizavam do tabaco queimando-o em canudos de palma, era considerado costume bárbaro. Os civilizados usavam o tabaco em pó, em forma de rapé. Os ingleses e holandeses divulgaram o uso do cachimbo. Portugal passou, mais tarde, a usar os charutos, e o vício do fumo, tornando-se universal, fez, no dizer de Antonil, a América conhecida nas outras quatro partes do mundo.

Foi na metade do século XVII que se iniciou o comércio do produto. A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais deu-lhe novos mercados. A paixão que despertou o seu uso entre os africanos tornou o fumo um dos artigos prediletos no tráfico de escravos, e, daí, o intenso comércio que se estabeleceu entre a Bahia e a Costa da Mina, a Angola e a Benguela, tornando-se São Salvador, por esse fato, importante mercado de escravos.

De acordo com as informações de Antonil em princípios do século XVIII, um rolo de 8 arrobas de tabaco comum da Bahia ficava, posto em Lisboa, em 12\$124, e em Rs. 16\$620 o de Pernambuco e Alagoas. A exportação, nessa época, atingia cerca de 400 contos de réis, ou seja, pouco mais de £ 100.000.

Para o comércio africano, era usado o fumo de qualidade inferior, que se embarcava em pequenos rolos de 3 arrobas.

Numerosas informações existem em documentos do arquivo da Marinha e Ultramar, de Lisboa, dando cifras precisas sobre a exportação do fumo em diversas épocas.

Em 1757, por exemplo, a exportação foi de 248.702 arrobas; de 1761 a 1763, atingiu 248.197 arrobas, sendo 185.000 para a África e 56.500 para Lisboa. Em 1767, a frota levou 209.245 arrobas. Em 1797, de acordo com o relatório do administrador da Alfândega ao governador da Bahia, a safra de tabaco era de cerca de 30.000 rolos anuais, ou

seja, 240 mil arrobas. O valor da exportação girou, pois, durante o século XVIII, ao redor de 100.000 libras esterlinas. Em 1796, a exportação do produto alcançou £ 160.000; em 1797, £ 120.000; em 1799, devido a grande alta nos preços, se elevou a £ 350.000, voltando a £ 100.000 entre 1800 e 1818. Na Bahia, Cachoeira foi afamado centro de sua cultura.

Não será exagerado avaliar em cerca de £ 12.000.000 o valor aproximado da exportação total do tabaco brasileiro na época colonial. Sendo uma cultura que podia ser exercida em pequena escala, em terras inapropriadas à cana-de-açúcar, e exigindo despesas de custeio relativamente pequenas, tornou-se uma ponderável fonte de riqueza para os pequenos agricultores. Gozava, igualmente, de grandes facilidades de transporte, sendo uma das cargas preferidas pelos navios.

Em 1761, com a baixa do produto e seu afluxo para a costa africana, Pombal, a fim de evitar o encarecimento do braço escravo, fez limitar a 3.000 rolos a carga anual de cada navio.

Mas ainda nesse artigo estaríamos condenados a perder os mercados internacionais assim pela política fiscal, como pela dos pactos coloniais das grandes nações. A Inglaterra passou a dar preferência aos fumos da Virgínia; a França, aos das suas Antilhas e a Holanda aos das suas colônias. Por outro lado, a Coroa, vislumbrando a grande fonte de renda que poderia ter na exploração, tornou a distribuição do fumo um monopólio do Estado, e de tal forma, que a renda auferida pelo Tesouro, que orçou em certas épocas por três ou quatro vezes o valor do produto posto em Lisboa, passou a constituir uma das principais receitas do Erário português.

Em 1642, durante a ocupação espanhola, o comércio do tabaco foi monopolizado e o estanco arrendado por 32.000 cruzados, ou seja, cerca de £ 3.000. Mais tarde, tornou-se comércio livre, mas foram dobrados os direitos alfandegários em Portugal. Voltou a ser monopolizado em 1659, em que o contrato renderia cerca de £ 7.200. Em 1716, esteve o seu contrato arrendado por 1.400.000 cruzados, ou seja, £ 160.000. De acordo com o depoimento de Antonil, a renda do tabaco, nessa época, em dízimos, direitos alfandegários e arrendamento do estanco, foi de cerca de 2.200.000 cruzados, ou

seja, £ 240.000. Em 1722, esteve arrendado por 1.800.000 cruzados; em 1753 a 1781, por 2.200.000; em 1807, por 2.160.000, ou seja, £ 320.000; em 1808, o arrendamento foi de Rs. 1.100:000\$000; em 1820, juntamente com o sabão, rendeu Rs. 1.440:000\$000, ou seja, £ 400.000. “É já, depois das alfândegas, a principal receita do Estado. As décimas não renderam mais de 174 contos e 350 o imposto de sisas; em nenhum ano deram mais à Coroa as minas de ouro e dos diamantes do Brasil.”²⁴

De fato, os quintos do ouro, entre 1741 e 1760, deveriam ter dado, nos melhores anos, pouco mais de £ 400.000.

ALGODÃO

Nativo do Brasil, e conhecido dos indígenas desde os primeiros tempos coloniais, há notícias de remessas esporádicas para o reino. Cultivado, mais tarde, em pequena escala, em várias capitanias, para consumo local, só se tornou artigo importante de comércio na segunda metade do século XVIII.

No Maranhão, era uma das culturas prediletas dos colonos, e funcionou ali algum tempo como moeda. É de notar que foi somente no século XVIII que a Europa começou a empregá-lo em maior escala, para o fabrico de panos. Até então, eram as lãs as matérias-primas com que ingleses, flamengos, bretões e venezianos porfiavam na concorrência do fabrico de tecidos. Divulgado o uso do algodão para o fabrico de panos, tomou sua cultura grande incremento no Norte e no Nordeste brasileiro. Em Pernambuco, no final do século XVIII, alcançou em certos anos tanta importância como o açúcar. No Maranhão, já tivemos oportunidade de verificar que em 1771 a sua exportação atingiu cerca de £ 50.000. Em 1778, alcançou mais de £ 120.000. No começo do século XIX, ultrapassou de £ 200.000, atingindo, mesmo em 1818, cerca de £ 800.000. Foi o período áureo dessa antiga capitania. No Pará, sem atingir a cifras que tais, passou também a figurar, após 1780, como elemento ponderável no ativo da exportação.

24 João Lúcio de Azevedo – *Op. cit.*

Não será exagerado computar-se em £ 12.000.000 o seu valor, na época colonial.²⁵

25 Em suas notas nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, observa Capistrano: “O algodão, *maniú* dos índios, já era deles conhecido antes do descobrimento. Gândavo, *História da Província de Santa Cruz*, diz que na Bahia e especialmente em Pernambuco se dava infinito algodão e mais sem comparação que em nenhuma das outras Capitanias.”

Gabriel Soares, em *Tratado Descritivo*, descreve a planta e sua cultura. Esta, no tempo de Brandônio, já estava diminuída: “... tratarei primeiro dos algodões que já foram tidos em mais reputações, e deram mais proveito aos que nele tratavam do que ao presente dão.”

“Planta-se a semente, e em breve tempo leva fruto, o qual se colhe depois de estar maduro e de vez, e tirado do cóculo. aonde se cria, o põem em rimas e deste modo se chama algodão sujo o que se aparta da semente é o limpo.

“E para se haver de partar dele usam de uma invenção de dois eixos, que andam à roda, e passado por eles o algodão larga uma parte, que é por onde se mete a semente, e pela outra vai lançando por entre os eixos o algodão, que se costumava a vender na terra a dois mil-réis a arroba (cerca de £ 2), com deixar muito proveito aos que o lavram, pelo pouco custo que na lavoura dele faziam e no reino se vendia a quatro mil-réis a arroba, mas já agora, pelo respeito que disse, se vende tanto em uma parte como em outra por muito menos preço.”

O grande consumo de algodão na Inglaterra começou na segunda metade do século XVIII, avultando a exportação brasileira após 1770.

Em 1788, o algodão valia 7\$200 a arroba (cerca de £ 2 como em 1600 !), já em 1809 valia 3\$400; em 1813 subiu a 4\$000; em 1814 a 5\$500; em 1815 a 6\$000; em 1816-1818, 8\$000; em 1819 caiu a 6\$500; em 1820 a 6\$000; em 1821 a 4\$500.

Em 1796, representava 20% da exportação brasileira (2.200 contos em 11.400). Em 1805, 28% (4.000 contos em 14.000); em 1819, 18% (1.800 contos em 13.400). Em 1805 ultrapassou, em Pernambuco, a exportação do açúcar, fato também registrado por Koster. Nesse tempo, a renda da Capitania chegou a dobrar, em 15 anos.

Mas no princípio do século XIX, a produção brasileira foi desbancada pela norte-americana, se bem que continuasse a figurar como artigo importante na exportação, até à Independência.

Normando publica o seguinte quadro, mostrando a época em que o comércio americano ultrapassou o brasileiro:

Quantidade de algodão importada na Inglaterra:

	SACAS	
	DO BRASIL	DOS E. UNIDOS
1800.....	30.593	40.342
1801.....	37.900	51.447
1802.....	72.660	105.187
1803.....	70.263	103.063
1804.....	45.739	102.174
1805.....	52.141	122.078
1806.....	47.802	124.092
1807.....	18.981	171.267

MANDIOCA

Algumas tribos indígenas do Brasil, que alcançaram a etapa agrícola, usavam como alimento fundamental a mandioca.

Da família das Euforbiáceas, a mandioca se apresentou no Brasil com muitas variedades. A mandioca, *maniot utilissima* (Pohl), compreende mais de dez espécies, ou variedades, das quais umas são mais tóxicas, outras inócuas (aipim). A mandioca foi e ainda é cultivada pelos nossos indígenas. Uns chamavam-na de “mani”, outros de “yuca”, alguns de mandiva, que, na língua tupi significa árvore do beiju (mandi-iba).²⁶

Os principais subprodutos extraídos das raízes tuberosas da mandioca são a farinha, a tapioca e o polvilho. A farinha-d’água, do Norte, a farinha de guerra, dos bandeirantes, a farinha comum eram todas fabricadas com a mandioca, e serviam de larga base para a alimentação nos tempos coloniais, constituindo ainda objeto de intenso comércio com a África e Portugal.

Em 1796, o Rio exportou 16.684 alqueires no valor de 82:696\$000 para Pernambuco e Benguela: 15.962 arrobas de polvilho para Portugal, no valor de 11:948\$000.²⁷

Sem possuir as qualidades de alimentação integral do trigo, por falta de matérias albuminóides, tais como o glúten, constituiu, no entanto, a base do sustento na era colonial e hoje ainda é usada em grandes zonas do país.

ARROZ

O arroz vermelho, o arroz da terra, foi encontrado nativo no Brasil e sua cultura foi adotada pelos colonos passando a ser uma das bases de sua alimentação. No 3^o século introduziu-se o arroz branco, de

O algodão passou a ser um grande produto norte-americano. Em 1800 representava 12% de sua exportação total; em 1820, 35%; em 1830, 52%; em 1850, 60%.

Em 1793 o americano Eli Whitney inventou a máquina de descaroçar algodão herbáceo, que até então era feito à mão e demandava avultado pessoal. Foi um grande fator da vitória americana e a causa da grande importação de escravos para o plantio do algodão no Sul dos Estados Unidos.

26 Entre as várias lendas indígenas ligadas à mandioca, uma atribui como “trazida por um anão de longas barbas brancas, chamado Zomé ou Tszomé”.

27 CONTREIRAS Rodrigues – *Traços da Economia do Brasil Colonial*.

Carolina, e aperfeiçoaram-se os processos de descasque – passando o artigo a constituir, principalmente no Norte, elemento importante no ativo da exportação.²⁸

CACAU E BAUNILHA

Cultura praticada pelos antigos povoadores do México e do Peru, foi o cacau um importante artigo do comércio espanhol, que o introduziu nos hábitos europeus. Portugal procurou também incentivar a sua cultura nas regiões do Brasil tropical. A Carta Régia de 8 de dezembro de 1677 e o Alvará de 3 de março de 1680 concediam prêmios e favores aos que a ela se aplicavam.

Descobriu-se mais tarde em larga escala o cacau silvestre nos afluentes do Amazonas. Passou também o artigo a ser bastante cultivado, não somente pelos colonos do Maranhão e do Grão-Pará, como pelos missionários do Amazonas. A Coroa portuguesa, interessada no desenvolvimento de seu comércio, estabeleceu, em 1684, penalidades para os seus fraudadores, os que, colhendo o cacau ainda verde, procuravam, por uma pintura externa, enganar os importadores.

Várias das missões, além de mandar colher o cacau silvestre, mantinham cultura dele nas proximidades das aldeias.

A falta de mão-de-obra, para as lavouras dos colonos portugueses, foi objeto de muitas das reclamações contra os jesuítas e outras ordens religiosas.

Em 1734, vemos Francisco de Melo Palheta, o mesmo que introduziu o café no Brasil, e que explorou o rio Madeira até às missões espanholas, recorrer ao rei de Portugal, para que lhe mandasse fornecer

28 Em 1765 foi introduzido no Maranhão o arroz branco de Carolina, pelo administrador da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, José Vieira de Sousa, que repartiu sementes pelos lavradores.

Resolvido o problema do descasque, em máquinas primitivas, foi iniciada, no último quartel do século XVIII, a sua exportação pelos portos do Pará, S. Luís e Rio de Janeiro. Do Pará, de 1770 a 1822, deve ter saído arroz no valor aproximado de £ 906.000; de S. Luís do Maranhão, mais de £ 2.000.000. Do Rio de Janeiro, acima de £ 1.000.000, no mesmo período. Não será exagero avaliar-se em £ 4.500.000 o valor das exportações do arroz na era colonial.

mão-de-obra indígena para 3 mil pés de cacau, que possuía, e dos quais não podia proceder à colheita.

A exploração da baunilha foi, por igual, estimulada por várias Cartas Régias. A de 1676 procurava fomentar a exportação; as de 1680 e 1684 prometiam honras e mercês aos que se dedicassem à cultura dela.

CRAVO E CANELA

O cravo era a mais apreciada das especiarias e a sua existência no Brasil já tinha sido constatada esporadicamente, tanto que no regimento fornecido a André Vidal de Negreiros, quando nomeado governador do Estado do Maranhão, em 1655, há uma referência expressa à busca de cravo e noz-moscada.

Em grandes porções, parece ter sido a canela-cravo descoberta no Tocantins, em 1659.

O cravo-silvestre parece, também, ter sido encontrado, pois que, sob a alegação de que os pássaros faziam grandes destruições em suas flores, recomendava a Coroa, em diferentes Cartas Régias, que se lhe procedesse à cultura junto aos aldeamentos.

A canela, outra especiaria de grande procura, era oriunda do aproveitamento da casca do arbusto.

A canela-cravo produzia droga que muito se assemelhava, em gosto e odor, ao cravo-da-índia.

Verificamos a existência de várias Cartas Régias estimulando-lhe o comércio, isentando-o de direitos por decênios sucessivos, mandando fazer entradas no Tocantins em busca dele, dispondo sobre a cultura e colheita do cravo, e, finalmente, limitando a exportação de 3 para 4 mil arrobas anuais, que era o consumo, em 1686, no reino de Portugal. Procurava o governo português evitar baixa excessiva no preço e devastação desnecessária das plantas nativas, como já se estava verificando com o pau-brasil.

PIMENTA

Foi, por igual, cultivada no Brasil, onde também existia em estado nativo. Os jesuítas do Maranhão mantinham viveiros dessa planta e chamaram, da Índia, Frei João de Assunção, especialmente para cuidar

de sua cultura. A Carta Régia de 1686 se refere à descoberta da pimenta nativa e ao prosseguimento das buscas do precioso artigo.

GOMA COPAL

Foi também aqui encontrada; muito parecida com a estrangeira, cuja importação se tornou proibida em Portugal. Era a goma extraída do jatobá e do jutaicica, exportada pela primeira vez em 1669 e objeto do Alvará real de 1670.

Várias outras especiarias e plantas medicinais constituíram objeto de comércio, alinhando-se, porém, como as mais valiosas, o cacau e o cravo, cujas arrobas valiam, no começo do século XVII, cerca de 3\$600 e 5\$400, respectivamente.

ANIL

O anil (índigo) explorado pelos espanhóis na Venezuela, Nova Andaluzia e outras regiões da América equatorial, teve sua cultura permitida pela provisão de 24 de abril de 1642, nas terras impróprias ao cultivo da cana. Antes era proibida a extração, para não concorrer com o produto asiático. Dado o grande desenvolvimento que essa indústria assumiu nas Índias ocidentais, procurou o governo português desenvolvê-la em sua colônia. Somente depois do descobrimento do indigueiro nativo é que começou a ser essa riqueza aproveitada, e isto em princípio do século XVIII. A indústria só teve, porém, maior importância na zona subtropical brasileira, após 1770, em tempos do Vice-Rei Marquês do Lavradio, que fundara uma fábrica no Rio de Janeiro. Com o seu bom resultado surgiram outras, estabelecendo-se algumas centenas de pequenas fábricas, que permitiram que a exportação do produto, nesse porto, em 1796, atingisse a 5.000 arrobas. Declinou nos últimos tempos coloniais, com a baixa de preços determinada pelo grande incremento que voltou a ter o produto nas colônias inglesas da Ásia.

PESCA DA BALEIA

Constituiu indústria importante, dado o grande valor do azeite para a iluminação, alimentação e uso industrial, e o aproveitamento das barbatanas.

O governo português tornou essa indústria monopólio do estado fazendo sua exploração por contrato de arrendamento.²⁹

Demeunier, em 1784, escrevia: “A pesca da baleia é desde há muito tempo estabelecida no Brasil. Livre no começo, foi privilegiada posteriormente. Sua produção anual é atualmente de 3.530 pipas de óleo e o preço é de 175 libras a pipa, rendendo 617.650 libras (£22.000); 2.000 quintais de barbatanas a 150 libras o quintal, 313.500 libras (£11.000); os dois produtos juntos dão 931.950 libras. Os arrendatários pagavam 300.000 libras ao governo (£10.500) e, sendo suas despesas não excedentes de 268.750 libras, os lucros alcançavam 362.500 libras (£14.000)”.³⁰

São de Contreiras Rodrigues as seguintes explicações:

“Declarada a venda do azeite da baleia renda do estado e do seu comércio exclusivo, e tendo sido administrado por diversos, Inácio Pedro Quintela, em sociedade com outros sete negociantes da praça de Lisboa, arrematou o contrato da pesca das baleias no 1º de abril de 1765, por doze anos, compreendidas as armações das capitânicas da Bahia tendo nesse período despesas avultadíssimas em escravos, utensílios, embarcações, fundação de novas armações, reedificação das antigas. Ainda assim, lucrou a sociedade nestes doze anos quatro milhões de cruzados, sendo as pessoas tão abundantes que só na armação da Piedade na ilha de S. Catarina, se arpoaram quinhentas e vinte e três baleias. Os mesmos – Quintela e Companhia – renovaram o contrato por outros doze anos pela quantia de 100.000 cruzados anuais, apesar de perderem pela ocupação dos espanhóis em 1777, a pesca nesta ilha. Já pelo maior

29 “Em 1603, favoreceu a introdução da indústria da pesca da baleia, à qual deu nesse ano princípio, na Bahia, um biscainho chamado Pedro de Urecha, que trouxe para isso duas barcas e alguma gente de Biscaia. Esta indústria desenvolveu-se de tal modo que, logo daí a poucos anos, começou a arrematar-se o contrato dela a 600 e 700\$000 por ano.” (Porto Seguro – *História Geral do Brasil*)

30 “Em 1798, foi abolido o privilégio do contrato das baleias, ordenando que todos pudessem ir à pesca delas, preparar o seu azeite, etc., e concedendo carta de naturalização aos estrangeiros que durante dez anos servissem a baleeiros portugueses. O monopólio chegou a produzir 100.000 cruzados anuais. Cada baleia dava um conto de réis em 16 pipas de azeite e 16 arrobas de barbatanas. Entretanto, o monopólio deixou de ser possível desde que as baleias perseguidas, primeiro na Bahia, e depois em Cabo Frio e em Santa Catarina, começavam a emigrar do Brasil, refugindo-se nas Malvinas, com o que já perderam os últimos contratantes. As armações eram do estado e em 1789 se avaliavam em mais de 116 contos, com os competentes escravos e armazéns.” (Porto Seguro – *História Geral do Brasil*.)

número de armações, já pela sua posição – a primeira a facilitar o encontro das baleias que, corridas dos mares do Sul, pelo rigor do frio, vinham parar junto a estas costas da ilha de St^a Catarina – parecia o centro da atividade deste negócio. Contudo, acontecendo haver ano em que se pescaram, em outras, mais de mil baleias, neste segundo prazo lucraram ainda os contratadores acima de 4.000.000 de cruzados. Calculava-se o rendimento de cada baleia em 1:000\$000, com dezesseis pipas de azeite, 14 e 16 arrobas de barbatana, vendendo o azeite a 320 réis a medida, e barbatana a 5\$000 a arroba, e deduzida a despesa de 136\$000 por pipa. No terceiro contrato, à razão de 120.000 cruzados por ano, pouco ganharam já, em conseqüência da extinção do produto; pois que, parindo a baleia um baleote de cada vez, foi maior a pesca que a reprodução. Tendo começado em Lisboa uma campanha contra os monopólios da baleia e do sal, foram eles extintos ao fim desse contrato, em 4 de abril de 1801, e ordenada a venda das armações, avaliadas em réis 116:854\$139, o que, não tendo sido conseguido, foram afinal, depois da Independência, incorporadas ao patrimônio nacional.”

CAFÉ

Muito antes de ser iniciada esta cultura no Brasil, já estava em moda, na Europa, o consumo do café.

Francisco de Melo Palheta trouxe de Caiena as primeiras sementes para o Pará, em 1723. Ali e no Amazonas cultivou-se o produto e exportou-se algum café no período colonial.

João Alberto Castelo Branco transportou, em 1770, as primeiras mudas para o Rio de Janeiro – e dali se espalhou a cultura para o vale do Paraíba e sul de Minas, onde encontrou condições muito mais favoráveis que as do Norte. Em 1809, formou-se o primeiro cafezal no município de Campinas. Em 1796, a exportação do Rio foi de 105.000 quilos.

A exportação do café só se tornou importante a partir de 1816. Entre esse ano e o de 1822, saíram, pelo porto do Rio de Janeiro, cerca de 2.600.000 arrobas. Não será exagerado, portanto, avaliar em cerca de 4 milhões de libras o valor total da exportação do café na era colonial, das quais mais de 80% pertencem ao período compreendido entre 1810 e 1822.

A evolução que tomou a cultura, acarretando a transformação econômica do país, e o florescimento de uma larga zona, que se debatia, há mais de 70 anos, em profunda crise, já é matéria pertencente à História do Brasil independente.³¹

As indústrias

Na era colonial, afora os estaleiros navais, que os houve, importantes e produtivos, e os engenhos, rara foi a indústria instalada no país. No século XVIII proibiram-se os ourives – para evitar o contrabando do ouro ou a exportação das moedas. Mais tarde, em 1785, houve o célebre decreto da Rainha D. Maria, mandando abolir as indústrias e fábricas do país – para não distrair braços da lavoura – e para assegurar uma diferenciação na produção entre a metrópole e a colônia, que permitisse o fomento do comércio e o aumento do consumo dos produtos industriais da metrópole. Era essa, aliás, a política seguida pelos demais países europeus – não consentindo a Inglaterra, em seu regime colonial, que nos Estados Unidos se fabricassem simples pregos!

Pombal e o Brasil

Raras serão as personagens da História Moderna tão discutidas quanto Pombal. Sem nos atermos ao comentário da sua atuação na política econômica portuguesa, desejamos acentuar que todos os autores são uniformes em constatar a situação difícil dessa economia em 1750, ao findar o reinado de D. João V.

O ouro do Brasil tinha provocado uma grave perturbação no velho reino, transformando-o em grande produtor de vinhos e entreposto de comércio, sem outras atividades agrícolas ou manufactureiras. Notável importador de artigos ingleses, pagava o seu déficit da balança de comércio com esse ouro. O Tratado de Methuen e o afluxo de emigrantes para a colônia, com a esperança de um rápido enriquecimento, tinham desviado classes inteiras de um trabalho produtivo em Portugal.

31 O erudito Sr. Dr. Afonso Taunay, a quem o Brasil deve tão assinalados estudos sobre a sua História, publicou em 1936 um completo trabalho sobre a *História do Café no Brasil Colonial*.

Pombal resolveu atuar energeticamente na economia portuguesa, procurando libertá-la do jugo inglês e criando para Portugal fontes estáveis de enriquecimento. Repousou muitas de suas esperanças na grande colônia sul-americana. A luta que manteve, sem tréguas, contra os jesuítas, durante todo o seu governo, se originou da ilusão de poder integrar a grande zona econômica do vale do Amazonas na economia portuguesa. Neste ponto, confundiu os resultados de uma prodigiosa organização missioneira com os fatores naturais de produção e enriquecimento. Em compensação, o apoio decidido que deu à Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão permitiu que, pela infiltração de braços e capitais, essa grande região brasileira alcançasse, posteriormente, notável progresso.

Mereceram a sua atenção os grandes inconvenientes que resultavam da organização do comércio colonial com o sistema de frotas anuais e com o oneroso sistema fiscal imposto à reexportação dos seus produtos. De fato, as frotas permaneciam nos portos brasileiros mais tempo do que o necessário, por falta de observância das épocas de embarque, e traziam, a um só tempo, aos portos portugueses, massa considerável de produtos coloniais. As armazenagens difíceis, a deterioração de produtos, a dificuldade de controle da qualidade, a irregularidade nos preços em detrimento dos interesses dos produtores e intermediários portugueses, e vários outros inconvenientes, derivavam de tal organização. Estabeleceu datas certas para as partidas das frotas; criou Mesas de Inspeção para os açúcares e tabacos, evitando, dessa forma, a desmoralização dos produtos brasileiros, que já se ia acentuando nos mercados europeus. Mandou instalar indústrias de refinaria em Portugal, facilitando, destarte, o aumento do consumo do artigo. Proibiu, sob pena de cadeia e açoite, aos agricultores do Estado do Maranhão que cultivassem o arroz vermelho, ao invés do arroz branco de Carolina. Mandou à Bahia um perito para aperfeiçoar a cultura e o preparo do fumo, impressionado com a preferência que se ia acentuando pelo artigo havanês. Proibiu que as frotas transportassem ao Brasil comissários volantes, “retagões transatlânticos que iam de passagem negociar e regressavam com pecúlio à metrópole, em prejuízo do comércio sedentário”. Mandou dar preferência, nos carregamentos, aos navios construídos no Brasil e que pertencessem aos moradores deste estado, sendo essa preferência só para a primeira viagem, quando o proprietário residisse em Portugal. Proclamou a liberdade dos negros em Portugal,

com o intuito de facilitar braços aos agricultores nas colônias, e dar serviço, no reino, “aos moços de servir, que ficando sem comando, se entregam à ociosidade”. Proibiu o corte de manguê para lenha, a fim de sua casca ser reservada aos curtumes. Instituiu reduções de direitos e simplificação de despesas e um bônus de 50% para a reexportação dos produtos coloniais. A fim de evitar especulações, fixou o preço das mercadorias coloniais e seus fretes. Com o intuito de combater o contrabando do ouro e a exportação de moedas, proibiu a indústria de ourivesaria no Brasil. Verificando que suas providências quanto às frotas não eram suficientes para a intensificação do comércio com o Brasil, aboliu-as em 1765, declarando livre a navegação entre Portugal e a colônia. Em relação à mineração, fez abolir o imposto de capitação. Deu nova orientação aos contratos de diamantes, pesca da baleia e monopólio do tabaco, com o objetivo de proporcionar maiores rendimentos à Coroa.

Teve uma preocupação predominante durante o seu longo governo: defender, a todo o transe, a colônia da cobiça estrangeira e assegurar a posse e o alargamento de suas fronteiras.

É verdade que várias de suas leis foram contraditórias e que nem sempre acertou em relação às medidas mais adequadas ao progresso brasileiro, mas o período de paz que proporcionou a Portugal refletiu-se, com vantagem, nas relações de comércio com o Brasil; e o reerguimento econômico que preparou para o reino veio permitir enorme florescimento na expansão comercial do Brasil, no final do século XVIII.

As regiões econômicas

Foi no século XVIII que, com o rápido aumento da população, mais se acentuaram as diferenciações das várias regiões econômicas do Brasil.

O vale do Amazonas constituía uma região à parte, organizada pelas ordens religiosas, onde, lentamente, evoluía a catequese dos índios; os missionários, contrariando os hábitos de nomadismo dessa gente, procuravam fixá-la em aldeias, orientando-a numa produção econômica estável, capaz de lhe assegurar uma subsistência regular, base de integração progressiva na civilização.

Na exportação do cacau, de especiarias e de alguns outros gêneros, iam buscar os recursos para fazer face aos artigos de importação de que careciam.

Econômica e administrativamente, essa vasta região escapava ao conjunto da vida colonial. Era um estado dentro do estado e talvez tivesse sido esta feição a que mais feriu o espírito centralizador e despótico de Pombal.

As regiões da costa noroeste conseguiram um acentuado progresso com a cultura do cacau, do algodão e do arroz.

Seguia-se a costa do açúcar, abrangendo principalmente o Nordeste brasileiro, uma das mais ricas e das mais antigas regiões cultivadas do país.

Na zona baiana, ao lado do açúcar, alinhavam-se o algodão, o tabaco, e vários outros produtos.

O Rio de Janeiro, que cresceu como entreposto da zona de mineração, feito em 1763 capital da colônia, por conveniência de ordem política relacionada com as fronteiras do sul, tornou-se, no final do século XVIII, importante porto exportador de açúcar, couros, tabaco, anil e café.

“Nos distritos do Sul da colônia, só o Rio Grande do Sul fornecia excelentes couros, farinhas e boas carnes salgadas”, escrevia, em 1784, Demeunier, na *Enciclopédia Metódica*.³²

32 O Rio Grande do Sul foi, a princípio, colonizado pelos paulistas e, mais tarde, pelos reinóis e açorianos, tal o empenho que a Coroa portuguesa fazia em promover o povoamento dessa zona fronteira às possessões de Castela.

Com o desenvolvimento da mineração e a conseqüente valorização do gado, tornou-se este o principal objeto de comércio da capitania.

Os ilhéus dedicaram-se ao plantio do trigo e a outras culturas, alcançando a zona entre 1780 e 1822 uma notável produção, que declinou, após 1811, com o aparecimento da “ferrugem” nos trigais.

O gado e seus subprodutos tornaram-se o esteio da região e mesmo a principal fonte de rendimentos de todo o Sul do país, estando a produção rio-grandense intimamente ligada ao surto e importância da Feira de Sorocaba.

Em 1808, saíam da capitania de 230 a 240 barcos de ‘seis, oito, dez e doze mil arrobas’. Exportavam-se farinhas, couros, cabelos, charques, queijos, etc.

Entre 1804 e 1807, essa exportação alcançou, em média, mais de £300.000 anuais. O boi, no princípio do século XIX, valia ali 1\$200. O charque, 480 réis a arroba; a farinha, 1\$200; o trigo, 1\$000 o alqueire (36 litros); o couro, 1\$000 a unidade; o sal, 800 réis a arroba; queijos, 200 réis cada um.

Nos tempos coloniais, teve o Rio Grande do Sul sua evolução profundamente prejudicada, com as lutas incessantes mantidas com as províncias espanholas vizinhas.

As Cartas Régias de 11 de agosto de 1738 e 4 de janeiro de 1742 desligaram de São Paulo os territórios que hoje formam os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul agregando-se ao Rio de Janeiro. Em 1807, foi a província de São Pedro do Rio Grande do Sul elevada a Capitania Geral independente.

As demais regiões do interior viviam da mineração, e, na segunda metade do século XVIII, em franca decadência.

A pecuária se infiltrava do Nordeste ao Sul, envolvendo também as zonas de mineração.

As ligações comerciais entre essas várias regiões se processavam, na parte central, pelo comércio de gado e de tropas. A administração portuguesa procurou obstar que nas zonas de mineração se criasse o gado muar, a fim de que não sofresse diminuição o tráfico das tropas vindas do Sul.

A proibição de várias atividades na zona de mineração aumentava o comércio entre esta região e o litoral. À introdução das manufaturas importadas de Portugal, somavam-se correntes desse tráfico. Pelos afluentes da margem meridional do Amazonas, praticava-se algum intercâmbio, ligando Belém às proximidades das zonas mineradoras do centro.

Mas eram as correntes de gado que mais concorriam, sob o ponto de vista econômico, para a permanência de comunicações interiores entre vastas regiões do país.

As frotas de comércio constituíam, ainda, um grande elo econômico, no litoral brasileiro. As concentrações dos artigos de exportação em poucos portos, obrigavam a um intenso movimento de pequena cabotagem para a acumulação, aí, dos produtos exportáveis. A obrigação das frotas, provenientes dos diversos portos, de se concentrarem na Bahia, para daí partirem devidamente comboiadas, incrementava, de alguma forma, o estabelecimento de um laço de interesses, ligando tão variadas regiões.

Numa economia essencialmente colonial, num regime escravocrata, com a ausência quase completa de manufaturas locais e com as fracas linhas de escambo interno, era na exportação que as principais regiões do país teriam que obter os recursos para seu enriquecimento e aprovisionamento de elementos de progresso.

Pará e Maranhão conheceram, no final do século XVIII, uma fase de enriquecimento. A zona açucareira do Brasil, salvo as já referidas depressões nos preços e na exportação, foi a que concentrou as mais vultosas correntes de comércio no período colonial. A região baiana participou das oscilações da economia açucareira, mas teve sempre a seu

ativo uma compensadora exportação de couros, tabacos, algodões e vários outros artigos.³³

O porto do Rio de Janeiro concentrou, na primeira metade do século XVIII, os maiores ativos na exportação brasileira, pelos consideráveis valores de ouro e diamantes por ali remetidos.

Dado o afluxo da população para as regiões mineradoras tornou-se, também, o Rio o grande porto importador, pois através dele é que as maiores regiões mineradoras se supriam de artigos estrangeiros.

Em 1749, ao passo que a exportação do Rio de Janeiro atingia a £1.750.000, a de Pernambuco alcançava apenas £300.000 e os portos do Pará e Maranhão, £30.000.

Os gráficos sobre a exportação na era colonial apresentam dois ápices, em meados dos séculos XVII e XVIII. No XVII, com uma população inferior a 200 mil habitantes, chegamos a exportar 4 milhões de libras. Em meados do XVIII, quase 5 milhões de libras, com população superior a 2 milhões de habitantes. Até então o açúcar e a mineração preponderaram de modo absoluto.

Em princípio do século XIX, a nossa exportação foi mais diversificada, equilibrando-se entre 3 e 4 milhões de libras anuais, concorrendo, para isso, principalmente, o açúcar, o algodão, o arroz, o couro e vários outros artigos.

O Rio de Janeiro, isoladamente, em meados do século XVIII, mantinha comércio exterior superior, talvez, aos dos demais portos do país. Essa situação se alterou profundamente no final do século. Assim é

33 A cidade do Salvador, da Bahia, teve importante papel, que até hoje não foi convenientemente salientado, na evolução social e econômica do Brasil. Construída expressamente para sede do primeiro governo geral, manteve, como centro administrativo da colônia, relações e ligações com todo o país. Ali se processavam caldeamento de raças e civilizações e assimilações de hábitos que se espraiavam pelo Brasil, concorrendo para o fortalecimento da sua unidade política, social e econômica. Grande produtora de fumo, tornou-se, por isso mesmo, um importante mercado do tráfico de escravos, que eram, em boa parte, adquiridos com esse produto. De São Salvador irradiavam importantes caminhos em demanda dos sertões do norte, oeste e sudoeste. Era notável, a Bahia, pela fertilidade de suas terras e pela variedade dos produtos que exportava. No recôncavo, o acesso pela água facilitava a agricultura, sendo elevado o número de embarcações de todo o gênero que ali serviam à produção e à exportação. Seus estaleiros navais exerceram grande atividade em toda a era colonial.

que, em 1796, numa exportação total de Rs. 11.474:863\$935, o Rio de Janeiro aparece com Rs.3.702:181\$721, 1/3 da exportação brasileira. O ouro ainda aí figura com Rs.1.790:505\$201. Já em 1800, para uma exportação total de Rs.12.528:146\$356, o Rio de Janeiro figura com Rs.4.840:455\$180; o ouro representado por Rs.2.151:524\$630. Em 1805, para uma exportação total de Rs.13.948:658\$601, couberam ao Rio de Janeiro Rs.3.960:238\$153, apesar de o ouro ter baixado para Rs.731:481\$263.

Processava-se, nessa época, a grande crise de reajustamento no Sul, onde estava concentrada mais de metade da população brasileira, que se apoiava, economicamente, na pecuária.

O Rio representava como que um oásis nas grandes zonas sulinas, amarguradas por extrema pobreza. O eixo econômico do Brasil deslocara-se de novo para as regiões do Nordeste. As despesas do corpo administrativo da colônia e a concentração de recursos para fazer face às ameaças dos espanhóis ao sul, contribuía também, para o progresso do Rio. A vinda de D. João VI veio trazer novos e decisivos elementos de estímulo ao progresso à capital brasileira; mas teria de ser o café o elemento principal que, no século XIX, iria não só deslocar novamente o eixo econômico para as regiões do Sul, como lhes dar estabilidade e volume de riquezas ainda não conhecidos.

Exportação colonial

Podemos fazer agora uma síntese aproximada do valor da exportação geral do Brasil na era colonial. Nesse quadro, se podem aquilatar as posições relativas de suas várias regiões econômicas.

Açúcar – valor de sua exportação	£300.000.000
Minação: ouro e diamantes – idem, idem	£170.000.000
Couros – idem, idem	£ 15.000.000
Pau-Brasil e outras madeiras – idem, idem	£ 15.000.000
Tabaco – idem, idem	£ 12.000.000
Algodão – idem, idem	£ 12.000.000
Arroz – idem, idem	£ 4.500.000
Café – idem, idem.	£ 4.000.000
Cacau, especiarias e várias outras drogas – idem, idem . .	£ 3.500.000
	<hr/>
	£ 536.000.000

Considerando-se que a exportação total do Brasil, após 1822, excluindo o café, ainda não alcançou um e meio bilhões de libras esterlinas, não podemos deixar de apreciar, como vultoso, o valor total da exportação na era colonial, tendo-se em vista, principalmente, as exigências da população, dos capitais então disponíveis e a variação do poder aquisitivo do ouro.³⁴

34 A exportação total do Brasil independente ainda não alcançou £3.500.000.000 nas quais o café figura com pouco mais de £2.000.000.000.

A exportação por homem-ano no Brasil colonial atingiu cerca de £2,5, a do Brasil independente, £1,2.

A distribuição desse rendimento bruto variou profundamente na vida colonial e independente do Brasil.

Nos primeiros tempos, o grosso do rendimento deveria ter ficado com os negociantes e capitalistas da metrópole. À medida que se foram fixando capitais e se criando o espírito nativista, aumentou a proporção do rendimento fixado na colônia. Dentro desta, no regime escravocrata, a participação à maior parte dos rendimentos caberia, em determinadas zonas, a reduzido número de habitantes.

VALORES APROXIMADOS DA EXPORTAÇÃO E DO MIL REIS NO PERÍODO COLONIAL

ORGANIZADO POR A DIRECÇÃO DO ENCE ROBERTO JIMON/EN

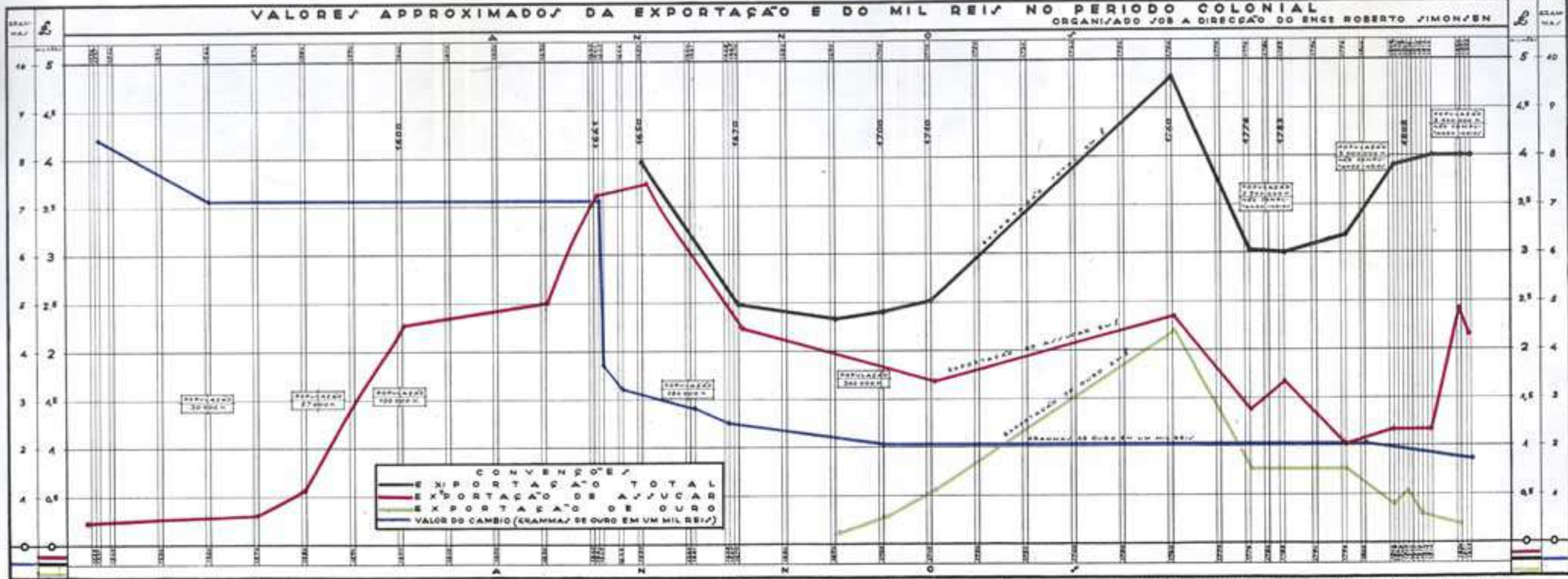


Gráfico da exportação total aproximada na era colonial, dos valores do açúcar e da mineração no mesmo período. Linha mostrando a desvalorização do real português entre 1550 e 1822. Na fase áurea do açúcar, em que Portugal esteve também ligado à Espanha, enriquecida com o açúcar dos metais preciosos, o câmbio português conservou-se praticamente estável. No período da restauração, coincidindo com a queda do valor do açúcar exportado, o câmbio desvaloriza bruscamente, estabilizando-se após, em todo o período da mineração. No mesmo quadro acham-se as indicações conhecidas referentes à população do Brasil entre 1550 e 1820.

.....

Anexos

I RELAÇÃO

DO CABEDAL e efeitos de que consta a carga dos 39 navios mercantes de que se compõe a frota de Pernambuco, comboiada pela nau de guerra *Nossa Senhora da Lampadosa*, comandada pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra José Gonçalves Laje, que saiu daquela praça em 1º de maio de 1749 e entrou no porto desta cidade de Lisboa a 20 de julho do mesmo ano.

- 15U056 cruzados em 6:022U400, em dinheiro do donativo.
- 30U460 cruzados, e 320 réis em 8.122 oitavas, e 64 grãos de ouro em pó.
- 2U140 cruzados, e 220 réis em 570 oitavas, e 60 grãos de ouro em barra.
- 8U512 cruzados em 3:404U800, réis em dinheiro para a bula.
- U751 cruzados, em 200 oitavas, e 24 grãos de ouro em pó para a dita.

PARA PARTES

- 787U487 cruzados, em dinheiro para particulares.
- 87U900 cruzados, em 23U440, oitavas de ouro em pó.
- U696 cruzados, em 199 oitavas de ouro em peças.
- 50U830 cruzados, e 300 réis em 20:332U300 réis em dinheiro do manifesto.
Importa tudo um milhão e 13U735 cruzados.

EM EFEITOS

- 13U290 caixas de açúcar
- 1U221 fechos de açúcar
- U022 caras de açúcar

98U266	meios de sola
37U360	couros de atanado
16U251	couros em cabelo
U528	couros de veado
U553	çoçoeriras
U753	barris de doce
U399	barris de melaço
U359	barris de farinha
U004	barris de pacaonha
7U090	quintais de pau-brasil
U045	quintais de pau-violete
U060	quintais de tatajuba
1U128	varas de parreira
U023	varais de sege
U025	vigas
U140	escravos

LISBOA

Na oficina de Pedro Ferreira, impressor da Rainha N. Senhora. Ano de 1749. Com todas as licenças necessárias dos efeitos e cabedal de que consta a carga dos 20 navios e duas naus de guerra, de que se compõe a frota do Rio de Janeiro, que de lá saiu em 26 de março e entrou no porto desta cidade em 23 de junho de 1749, comandada por D. Manuel Henriques de Noronha na nau *N. S. das Necessidades*, Capitânia da frota.

II
 RELAÇÃO

Dos efeitos e cabedal de que se consta a carga dos 20 navios e duas naus de guerra, de que se compõem a frota do Rio de Janeiro, que de lá saiu em 26 de março, e entrou no porto desta cidade em 23 de junho de 1749. Comandada por D. Manuel Henriques de Noronha em a nau *N. S. das Necessidades*, Capitânia da frota.

137U585	cruzados em 55:034U000 em dinheiro na capitânia.
106U567	cruzados e meio em 42:627U000 em dinheiro, na almirante.
1:432U931	cruzados e três quartos em 573U172 oitavas de ouro em pó na capitânia.
1:42813300	cruzados em 571U290 oitavas de ouro em pó na almirante.
173U403	cruzados em 46U241 oitavas de ouro em barra, na capitânia.
179U062	cruzados em 47U750 oitavas de ouro em barra, na almirante.

CABEDAL PARA AS PARTES, EM AMBAS AS NAUS

- 9:971U886 cruzados em 3998:754U411, em dinheiro.
1:190U018 cruzados em 317U445 oitavas de ouro em pó.
479U865 cruzados em 127U964 oitavas de ouro em barra.
Neste cabedal 13 milhões e 784U1655 cruzados e 294 rs.

DIAMANTES

- 2U185 oitavas, 6 grãos e 6 avos na capitânia.
2U186 oitavas e 3 quartos, em a almirante.

EFEITOS

- 3U057 caixas de açúcar
U640 fechos de açúcar
U247 caras de açúcar
41U305 couros em cabelo
4U746 meios de sola
1U043 couçoeriras
U692 dúzias de tabuado de tapinhoã
1U516 barris de mel, e farinha
U873 curvas, e vários panos
U150 pipas de azeite de peixe
1U870 pontas de marfim
1U753 toros de paus de jacarandá
U661 fardos de barbas de baleia
U311 surrões de lã.
2U851 toros de pau-brasil
1U191 varas de manguê para parreiras
U860 varais para seges
U230 escravos

III
RELAÇÃO

Dos efeitos, de que se compõem a carga dos cinco navios, que saíram do Maranhão, a *Grã-Pará* em 28 de junho de 1749 que principia a entrar no porto desta cidade de Lisboa desde 15 até 20 de agosto de 1749.

A SABER:

- 48U148 arrobas, e 19 arráteis de cacau.
- 1U022 arrobas, e 19 arráteis de cravo grosso.
- U234 arrobas, e 16 arráteis de cravo fino.
- 2U355 arrobas, e 9 arráteis de salsa.
- 2U307 arrobas, e 27 arráteis de café.
- 8U047 arrobas, e 4 arráteis de açúcar.
- U245 arrobas, e 12 arráteis de algodão.
- U170 arrobas, e 4 arráteis de algodão em fio.
- U020 arrobas, e 20 arráteis de courocu, para tinta.
- U002 arrobas de chocolate.
- U005 arrobas de casca preciosa.
- U024 cascos de tartarugas.
- U015 arrobas de quina-quina.
- 8U000 couros em cabelo.

Quadro geral do valor das mercadorias importadas no reino de Portugal de suas possessões d'além mar no ano de 1796 (1)

(BALBI)

	VIVERES (2)	OURO (3)	ALGODÃO	COURO	PRODUTOS DA ÁRVA (4)	DROGAS (5)	MADERAS	TABACOS E OUTROS ARTIGOS (6)	TOTAL
BRASIL									
Rio de Janeiro	1.457.142\$632	1.790:50\$201	28:501\$600	233:403\$628	—	133:452\$240	5:964\$130	53:122\$390	3.702:181\$721
Bahia	2.721.347\$987	50:367\$440	245:840\$000	242:296\$005	—	15:761\$020	9:024\$310	575:864\$300	3.990:806\$162
Pernambuco	1.207:448\$945	283\$000	827:018\$200	199:452\$250	—	4:413\$850	9:240\$880	2:250:86\$835	2.250:86\$835
Maranhão	171:504\$460	800\$000	54:5:908\$800	28:677\$300	—	696\$140	460\$250	1:055:35\$510	1.055:35\$510
Pará	186:064\$225	8:141\$739	71:056\$320	22:640\$800	—	7:776\$353	992\$000	7:588\$950	297:429\$127
Paraná	65:933\$202	—	82:405\$320	4:914\$180	—	—	238\$760	153:387\$722	153:387\$722
Santos (7)	41:804\$458	5:992\$000	54:23\$800	7:028\$400	1.687:063\$372	—	245\$000	288\$800	55:641\$458
ÁRVA									
ÁFRICA									
Angola	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Verdes, Bengala e Cachelu	—	—	—	40\$000	—	8:840\$000	—	16:408\$250	16:408\$250
Bessau	239:019\$235	—	—	—	—	432\$000	5:044\$000	1:554\$200	246:046\$185
MADERA E ÁRVORES									
TOTAL	8.090:264\$284	1.856:094\$380	2.201:208\$950	738:042\$363	1.687:063\$372	171:368\$403	31:081\$770	657:568\$620	13.413:265\$142

(1) Os valores dos artigos de importação foram deduzidos dos preços médios do custo nos portos de proveniência, aumentados dos direitos de saída, despesas de comissão e frete, mas sem constar os direitos pagos na entrada dos portos de Portugal. Os preços das mercadorias exportadas foram calculados juntamente ao preço médio do custo, as despesas de comissão, os direitos de saída e outras despesas até o embarque. Neste quadro, estão também compreendidos todos os artigos que, importados para os arsenais de terra e mar, casa da moeda e fábricas do reino, são isentos de quaisquer direitos. Todos os valores deste quadro e dos seguintes são expressos em réis.

(2) Sob essa denominação, se compreendem o arroz, a feijinha, o cacau, o algodão, o café, as frutas, a aguardente, o azeite, os vinhos, etc., etc.

(3) O ouro pertencente ao Rei nunca está compreendido neste artigo. A grande quantidade de ouro importada neste ano resulta de que não se tenha nos últimos dois anos feito as remessas ordinárias por causa da guerra.

(4) Neste artigo, além do arroz, do chá, da canela, da pimenta, do cravo, das drogas medicinais, etc., compreendem-se também os produtos das fábricas e manufaturas, tais como as porcelanas, marquinhas, etc.

(5) Compreendem-se, neste artigo, o Indigo, a l'pecacuana, a quinquina, o óleo de castor, o bálsamo de copaíba, a salsaparilha, o pau-brasil, a urubella, os medecamentos, as óras, os fósforos, os espiritos, etc.

(6) Compreendem-se, neste artigo, além do tabaco, o sebo, o nobre, o estanho, a goma, a li, a crina, chifres, obra, etc.

(7) Esta capitania, nos quadros de 1806 e 1819, está reunida à de Pernambuco.

(8) Esta capitania, nos quadros de 1808 e 1819, está reunida à do Rio de Janeiro, que compreendida, também, a de Santa Catarina, São Pedro do Rio Grande do Sul, que foram separadas ultimamente.

5

Quadro geral do valor das mercadorias importadas no reino de Portugal de suas possessões
d'além mar, no ano de 1806 (9)

	VIVERES	OURO	ALGODÃO	COFFEO	PRODUTOS DA AGRICULTURA	DROGAS	MADREIRAS	CABIAÇO E OUTROS ARTIGOS	TOTAL
BRASIL									
Rio de Janeiro	2.108.502\$550	865.005\$355	26.883\$940	1.888.288\$480	—	174.906\$300	14.790\$400	97.885\$885	4.670.210\$810
Bahia.....	1.794.853\$400	46.009\$943	398.702\$400	670.023\$855	—	17.148\$700	10.218\$000	448.780\$540	3.284.864\$808
Pernambuco..	1.067.386\$175	26.005\$747	1.844.310\$080	227.655\$900	—	12.505\$400	8.277\$650	1.554\$650	3.817.755\$682
Maranhão....	316.568\$560	8.753\$290	1.148.153\$600	82.477\$360	—	2.205\$800	201\$120	19.366\$400	1.527.719\$040
Pará.....	614.219\$920	5.600\$981	71.030\$400	16.362\$960	—	76.263\$200	1.812\$600	638\$680	785.925\$941
Ceará.....	1.697\$100	454\$400	54.218\$200	9.404\$750	—	1.147\$200	380\$000	—	67.565\$650
ÁFRICA									
África.....	—	—	—	—	1.704.679\$145	—	—	—	1.794.679\$145
África.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Angola.....	—	14.791\$200	—	—	—	—	—	2.148\$000	16.940\$200
Cabo Verde...	585\$900	—	—	1.095\$900	—	8.498\$300	—	720\$000	9.877\$000
Bissau e Cacheu	—	—	—	—	—	—	—	11.897\$800	11.897\$800
Mad. e Açores	112.522\$194	—	—	—	—	629\$600	538\$600	4.333\$620	118.016\$014
Total.....	6.647.566\$469	954.770\$826	3.544.399\$520	2.250.368\$356	1.794.679\$145	291.291\$000	36.210\$650	684.580\$376	16.103.966\$250

(9) Neste ano, os portos brasileiros exportaram mais do que importaram de Portugal.

Tabela geral do valor das mercadorias importadas no reino de Portugal de suas possessões d'além mar, no ano de 1819 (10) (BALEI)

	VÍVERES	OURO	ALGODÃO	COURO	PRODUTOS DA ÁSIA	DROGAS	MADRIEIRAS	TABACO E OUTROS ARTIGOS	ARTIGOS ESTRANGEIROS DO BRASIL VIA LISBOA	TOTAL
BRASIL										
R. de Janeiro	850.915\$000	2.368\$276	7.494\$400	403.737\$000	—	2.589\$400	4.389\$940	29.612\$800	55.444\$640	1.366.861\$856
Esbia.....	1.368.241\$800	17.641\$800	137.263\$360	122.110\$880	—	332\$750	1.207\$180	927.868\$740	5.830\$600	2.015.694\$280
Pernambuco.	1.535.487\$210	5.775\$800	562.293\$760	76.486\$300	—	833\$000	6.296\$820	837\$700	678\$000	2.230.693\$190
Maranhão....	432.723\$000	—	782.679\$400	25.013\$600	—	1.568\$900	629\$350	3.166\$700	—	1.245.810\$650
Pará.....	319.411\$580	196\$833	82.873\$520	1.750\$500	—	46.337\$600	746\$000	794\$900	—	452.718\$633
Ceará.....	6.413\$900	—	211.685\$760	2.178\$000	—	—	—	170\$000	—	220.453\$560
ÁSIA.....	—	—	—	—	1.685.490\$637	—	—	—	—	1.685.490\$637
ÁFRICA (11)...	—	—	—	906\$000	—	—	—	—	—	906\$000
MADREIRA E Açores.....	298.619\$257	—	—	—	—	7.712\$000	54\$800	4.007\$820	—	310.393\$877
TOTAL.....	4.880.820\$247	25.982\$709	1.784.291\$840	625.398\$890	1.685.490\$637	60.274\$710	13.417\$160	396.872\$660	61.874\$240	9.413.068\$583

(10) Neste mesmo ano, o pórtio do Rio de Janeiro importou de Portugal o duplo do que exportou para aquelle país, enquanto que os demais portos do Brasil importaram muito menos do que exportaram. Nesta importação, os víveres alcançaram mais de 50%.

(11) Por esta denominação, se comprehendem os estabelecimentos de Angola, Cabo-Verde, Bissau e Cacheu.

.....

Capítulo XIV

D. JOÃO VI NO BRASIL

A SITUAÇÃO ECONÔMICA LUSO-BRASILEIRA EM FINS DO SÉCULO XVIII. AS EXPORTAÇÕES DO BRASIL E AS EXPORTAÇÕES DE PORTUGAL PARA O ESTRANGEIRO. OS PORTOS PORTUGUESES COMO ENTREPOSTOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS BRASILEIROS. O CONCEITO DE ECONOMIA COLONIAL. A MUDANÇA DA SEDE DA MONARQUIA PORTUGUESA PARA O BRASIL. VALORES TRAZIDOS POR D. JOÃO VI. VALORES QUE RETIROU EM SEU REGRESSO. SALDO CONTRA PORTUGAL. A ABERTURA DOS PORTOS BRASILEIROS AO COMÉRCIO ESTRANGEIRO ACENTUANDO A NOSSA AUTONOMIA ECONÔMICA. TRATADOS DE 1810. CIRCUNSTÂNCIAS POLÍTICAS ATUANDO CONTRA O DESENVOLVIMENTO DOS INTERESSES ECONÔMICOS PORTUGUESES. PERÍODO EM QUE OS TRATADOS FORAM BENÉFICOS AO BRASIL; FASE EM QUE FORAM PREJUDICIAIS. O MEIO CIRCULANTE; A CIRCULAÇÃO FIDUCIÁRIA E A FUNDAÇÃO DO PRIMEIRO BANCO DO BRASIL. O SISTEMA TRIBUTÁRIO. A IMIGRAÇÃO. RECEITAS E DESPESAS ENTRE 1808 E 1822. OS RECURSOS CRIADOS PELO ERÁRIO RÉGIO PARA FAZER FACE ÀS DESPESAS CRESCENTES DA ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL. AS RENDAS PROVINCIAIS. AS RENDAS ADUANEIRAS. A INFLAÇÃO.

A O ALVORECER do século XIX, a política econômica do império português repousava, em boa parte, na produção de sua colônia americana. Não importa que as verbas do orçamento do Erário Régio indicassem como rendas diretas do Brasil menos de 25%. O

comércio internacional português era feito, em magna parte, com a produção brasileira.¹ Portugal, além de consumidor, era o entreposto de distribuição de todo o comércio exterior do Brasil. Ganhavam os navios portugueses com os seus fretes marítimos; ganhavam as alfândegas de Lisboa com as importações brasileiras; ganhavam os comissários portugueses com a armazenagem e a revenda desses produtos; ganhavam novamente as alfândegas portuguesas com a entrada das manufaturas estrangeiras, para o consumo do reino e da colônia, trocadas em elevada proporção por artigos brasileiros.

As rendas das alfândegas (portuguesas) constituíam as rubricas principais de receita. E a renda dos capitais lusitanos investidos no Brasil oferecia larga base para extensa tributação.

São característicos da economia colonial: a direção das principais atividades econômicas nas mãos de elementos alienígenas; a posse, por estes elementos, dos principais capitais aplicados na produção local; a orientação dessa produção, visando mais aos interesses da metrópole do que ao bem-estar dos colonos; subordinação, quanto à legislação, administração, transporte e distribuição, a elementos estranhos aos que se entregam diretamente ao trabalho produtivo local.

Essa economia ainda se caracteriza pela natureza dos próprios artigos produzidos, indicadores, em geral, de um estágio de elaboração elementar, a que não se acham ainda integrados fatores econômicos de

1 Nesse sentido, são interessantes as seguintes informações comparativas entre a exportação do Brasil para Portugal e a de Portugal para o estrangeiro:

ANOS	EXPORT. DO BRASIL (Cruzados)	EXPORT. DE PORTUGAL (Cruzados)
1796.....	28.687.000	40.033.000
1800.....	31.320.000	51.712.000
1805.....	34.871.000	56.635.000
1807.....	34.819.000	52.498.000
1810.....	9.208.000	31.304.000
1815.....	22.648.000	48.961.000
1819.....	18.792.000	28.228.000

alta importância, preponderando no ciclo final da produção e consumo.²

Os primeiros sentimentos de nativismo brasileiro se formaram pela ocupação dos sertões pelos elementos colonizadores que se integraram, assim, no país, sem a preocupação de voltar à pátria de origem. A prosperidade verificada no século XVIII permitiu a formação e acumulação de alguns capitais na colônia. O papel preponderante que passou a ter a economia brasileira na economia geral do império português foi despertando nos brasileiros o sentimento de sua capacidade e autonomia econômica.

A pequena exportação de toda a região meridional, durante todo o ciclo de reajustamento, da fase da mineração à do café, obrigou as populações sulinas a se amoldarem aos recursos locais, vivendo uma existência pobre, mas independente. Duas situações profundamente diferentes, caminhando para um mesmo fim: a riqueza e a produção do Norte dando a consciência de uma possível autonomia econômica e a pobreza e a economia autárquica do Sul, forçando, também, a formação da mesma consciência.

Nesse estado de coisas, a mudança da família real para o Brasil, em 1808, transplantando para o Rio de Janeiro a sede do império português, representou inestimável serviço prestado à colônia, que passou a gozar dos benefícios decorrentes da coincidência das diretivas políticas do império com o do núcleo econômico, já localizado na colônia. Deu-se o fenômeno que alguns historiadores denominam, com justeza, da inversão política

2 Com a evolução do capitalismo e a situação criada pelas relações internacionais, são hoje elementos característicos de uma formação econômica colonial ou que se apresenta em condições de inferioridade, na permuta dos valores internacionais:

1^o) Condições de vida dependendo essencialmente da exportação de produtos agrícolas e da indústria extrativa, com poucas reservas, ou valores próprios acumulados;

2^o) Natureza da produção exportável, formada de artigos com pouca elaboração e sujeitos à concorrência de povos cujas condições de trabalho são reconhecidamente inferiores aos padrões internacionais médios;

3^o) Insuficiência de capitais próprios para elaboração, transporte e distribuição dos artigos produzidos;

4^o) Iniciativa da exportação e distribuição dos produtos nas mãos de elementos estranhos aos de sua origem e, de preferência, pertencentes à nacionalidade dos próprios mercados consumidores;

5^o) Inferioridade de aparelhamento técnico, econômico e financeiro para defesa da produção, em relação aos demais países, com cujos mercados se efetuam as permutas.

brasileira. E pelo fato de o velho reino ter sido invadido e ocupado pelos franceses, transformando-se por anos sucessivos em teatro de guerra, até a expulsão final dos invasores, foi a Coroa portuguesa forçada, por uma série de atos, a promover a sobrevivência dos elos econômicos que prendiam o Brasil aos mercados mundiais, sem passar pela metrópole.

Numa época de poder absoluto dos reis, perdeu a um só tempo a velha Lusitânia a sede do governo, a sua independência política e um grande esteio econômico. E toda a administração portuguesa passou a fazer um esforço considerável no sentido de erguer o Brasil à altura de um grande império, para que continuassem, nas terras americanas, as tradições que tanto enobreciam seu passado.

Essa mudança veio suprimir, portanto, muitos dos aspectos meramente coloniais que caracterizavam a economia brasileira. Sob o ponto de vista político e administrativo, criou mesmo no país organizações marcantes de uma monarquia absoluta, necessárias ao funcionamento de nação política e administrativamente independente.

Razão assiste, portanto, a Roberto Southey, o erudito autor inglês de uma proficiente história do Brasil, quando diz, referindo-se a esse ato: “*Fecha esse sucesso os anais coloniais do Brasil.*”

Mudança da Corte

Não era nova a idéia de se implantar, em terras brasileiras, a sede da monarquia portuguesa.

“Meado o século XVI, por 1550, Martim Afonso de Sousa aconselhara a D. João III assim proceder. Em 1580, quando Filipe II de Espanha tratava de obter, de armas na mão, sua aceitação por Portugal como seu legítimo soberano, na qualidade de herdeiro do cardeal-rei D. Henrique, era de fato a primeira na ordem dos titulares do direito hereditário D. Catarina, duquesa de Bragança, a mais próxima parenta do monarca falecido. O soberano espanhol tentou convencê-la e propiciá-la, pela oferta de elevar o Brasil a reino independente sobre o qual ela assentaria seu trono. Após a Restauração de 1640, D. João IV sentira quão fraca era a sua posição, e tratou de se defender das ameaças que o rodeavam por parte de Castela, e para isso procurou alianças por toda a Europa. Um dos planos então formados seria casar o desventurado herdeiro da coroa D. Teodósio com uma princesa francesa; o casal reinaria

sobre Portugal, enquanto D. João seguiria para o Novo Mundo e aí fundaria novo reino no Brasil. Finalmente, após o terrível terremoto de Lisboa, de 1755, o grande ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, teve o projeto de abandonar a Europa e criar no Brasil um poderoso império.”³

Deve e haver

Referem as crônicas que D. João VI deixou Lisboa a 7 de novembro de 1807, quando já as tropas francesas de Junot estavam à vista da capital, partindo para o Brasil com toda a sua corte, com os grandes homens do reino e com todas as riquezas e haveres de que pôde dispor. Formariam nessa comitiva cerca de 15.000 pessoas. Oliveira Martins informa que seria de 200 milhões de cruzados o valor dos haveres que a Corte transportou. Apesar dos esforços que temos empregado, não conseguimos até hoje encontrar uma relação de tais bens. Nada mais natural, porém, que ante uma ameaça de ocupação e saque por nação estrangeira, tivessem procurado os emigrantes transportar todas as riquezas móveis, de que pudessem lançar mão.

Portugal já se refizera da crise da restauração e vivia, como vimos, um dos seus períodos de esplendor. Curial, portanto, que houvesse tesouros e riquezas acumulados e que, tendo-se incorporado à comitiva real grandes nomes de Portugal, somassem vultosa importância os valores transportados. Assegura-se que mais da metade do numerário português fora conduzido. Como quer que seja, teria orçado por 15 mil pessoas, 16 navios e 200 milhões de cruzados, valendo, ao câmbio da época, mais de 22 milhões de libras esterlinas.

Por ocasião do regresso da família real a Portugal, em 1821, foram retirados, do Banco do Brasil, valores em ouro e diamantes, alcançando cerca de 1.100 contos, pouco mais de 300 mil libras esterlinas.

Varnhagen diz que se mandaram embarcar valores consideráveis provenientes dos tesouros públicos e até fundos de estabelecimentos de caridade.

3 Calógeras – *Formação Histórica do Brasil*.

Segundo se refere, declara ainda esse autor, os que acompanharam D. João VI, em seu regresso, levaram consigo 50 milhões de cruzados, ou seja, 20 mil contos, menos de seis milhões de libras esterlinas. De qualquer forma, não deixa de ser profundamente injusta a alegação que se faz comumente sobre os prejuízos causados ao país pela apropriação, pela Coroa, de bens e tesouros brasileiros. Entre o que trouxe e o que levou D. João VI, o saldo, e considerável, foi a favor do Brasil.

Aliás, como observa Francisco Antônio Correia, em sua *História Econômica de Portugal*, “uma das causas do agravamento da crise econômica em que Portugal se debateu durante a estada da Corte no Rio de Janeiro era a que derivava das constantes remessas de numerários para o Rei e fidalgos que o acompanharam ao Brasil e ali gastavam o produto de suas rendas”.

Lemos de Brito, em seus *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, comenta o acontecimento nestes termos: “Aqui sim, não há como negar, assume esta viagem proporções de verdadeira revolução social, política e econômica.”

Acentua o desequilíbrio material que isso ia provocar entre Portugal e o Brasil. Portugal, ocupado por exército invasor, lutando com enormes dificuldades de toda a espécie; o Brasil com sua enorme extensão territorial, oferecendo vasto campo para múltiplas iniciativas, com população tão numerosa quanto a metrópole, e com uma considerável produção exportável. A transmigração da Corte importava na ruptura de um equilíbrio, que só a força da tradição e os vínculos da raça manteriam.

A abertura dos portos

Da grande série de atos, criando aqui a máquina administrativa e fomentando o nosso progresso, destacam-se, sob o ponto de vista econômico, a abertura dos portos do Brasil às nações estrangeiras amigas, a liberdade da fundação de fábricas no país, os tratados de comércio com a Inglaterra em 1810 e a instalação do primeiro Banco do Brasil.

Constituindo monopólio de Portugal o comércio externo da colônia, era evidente que a ocupação do velho reino pelas tropas francesas ia arruinar, por completo, esse intercâmbio e privar a Coroa das grandes rendas que dele auferia.

Alcançando a Bahia, recebeu desde logo o Príncipe Regente as representações que por intermédio do seu capitão-geral, Conde da Ponte, faziam os exportadores da terra sobre a necessidade da manutenção das correntes de comércio externo; dessa aspiração foi avisado e autorizado intérprete, José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, que se notabilizara no estudo de assuntos econômicos. Aliás, refletindo bem essa ânsia de expansão e de progresso, já se haviam processado, na Bahia, vários inquéritos entre os homens notáveis sobre uma possível melhoria das condições econômicas da terra.⁴

A 28 de janeiro de 1808, cinco dias apenas após o seu contato com as terras do Brasil, dirigiu D. João VI ao Conde da Ponte a célebre Carta Régia que ia alterar de vez as condições do intercâmbio brasileiro.

Ei-la na íntegra:

“Conde da Ponte, do meu Conselho, Governador, e Capitão-General da Capitania da Bahia, Amigo. Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar como aquele que Amo. Atendendo à representação que fizeste subir à Minha Real Presença, sobre se achar interrompido, e suspenso o comércio desta Capitania, com grave prejuízo dos Meus Vassallos, e da Minha Real Fazenda, em razão das críticas, e públicas circunstâncias da Europa; e Querendo dar sobre este importante objeto alguma providência pronta, e capaz de melhorar o progresso de tais danos: Sou Servido Ordenar interina e provisoriamente, enquanto não Consolido um Sistema geral, que efetivamente regule semelhantes matérias, o seguinte: Primo: Que sejam admissíveis nas Alfândegas do Brasil todos, e quaisquer Gêneros, Fazendas e Mercadorias, transportados ou em Navios Estrangeiros das Potências, que se conservam em Paz, e Harmonia com a Minha Real Coroa, ou em Navios dos Meus Vassallos, pagando por entrada vinte e quatro por cento; a saber: vinte de Direitos grossos, e quatro do Donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes direitos pelas Pautas ou Aforamentos, porque até o presente se regulam cada uma das ditas Alfândegas, ficando os Vinhos, e Águas Ardentes, e Azeites doces, que se denominam Molhados, pagando o dobro

4 Nesse sentido existem publicadas as cartas ecônomo-políticas sobre a agricultura e comércio da Bahia pelo Desembargador João Rodrigues de Brito e outros, respondendo ao inquérito promovido pelo Governador Conde da Ponte, em maio de 1807. Foram reimpressas pelo governo da Bahia em 1924.

dos direitos, que até agora nelas satisfaziam. Segundo: Que não só os Meus Vassalos, mas também os sobreditos Estrangeiros, possam exportar para os Portos que bem lhes parecer a benefício do Comércio, e Agricultura, que tanto Desejo promover, todos e quaisquer Gêneros, e Produções Coloniais, à exceção do Pau-brasil, ou outros notoriamente estancados, pagando por saída os mesmos Direitos já estabelecidos nas respectivas Capitânicas, ficando entretanto como em suspenso, e sem vigor todas as Leis, Cartas Régias, ou outras Ordens, que até aqui proibiam neste Estado do Brasil o recíproco Comércio, e Navegação entre os Meus Vassalos, e Estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zelo, e atividade, que de vós Espero. Escrita na Bahia aos vinte e oito de janeiro de mil oitocentos e oito. – PRÍNCIPE – Para o Conde da Ponte”.

Estando em vigor o bloqueio continental contra a Inglaterra e sendo esta senhora dos mares, era de fato a Grã-Bretanha a grande nação estrangeira beneficiada com tal ato. A braços com a guerra contra Napoleão, não pôde, nos dois primeiros anos, fazer afluir grande número de seus navios aos portos brasileiros. Tendo-se em vista, porém, as condições em que se processava todo o comércio exterior do país, compreende-se o grande avanço que representou, para a nossa autonomia econômica, tal ato, que em muito ia também facilitar a decretação de nossa independência política.

Como se ateriam o país, sem esquadra e sem representação próprias, para evitar que se partissem de chofre as ligações internacionais de comércio, numa guerra de independência contra sua antiga metrópole, se não houvessem sido estabelecidos esses elos econômicos com a cooperação do próprio Portugal?

Mas no momento não podia o Príncipe Regente deixar de tomar tal iniciativa, sob pena de levar à ruína o império que ia fundar e de não obter recursos para a sua própria manutenção, sabido que as rendas principais do Real Erário provinham das tarifas aduaneiras.

Tratados de 1810

Portugal, comprimido contra o oceano, no extremo ocidental europeu, teve sempre no seu secular inimigo, o Reino de Castela, ameaça constante à sua independência política.

Fundando sua expansão política e econômica no comércio marítimo e no império colonial, viu-se face a face com as grandes po-

tências marítimas que ambicionavam, por igual, a implantação de colônias e de linhas de comércio oceânicas. Para não perecer, em guerras continentais, foi forçado a procurar aliança com a Inglaterra. E em torno desta aliança gira a política portuguesa desde 1644.⁵

A mudança da família real para o Brasil operou-se sob o conselho e proteção da esquadra inglesa, de Sir Sidney Smith. Num de seus barcos, partiu, localizando-se no Rio de Janeiro, o embaixador, Lord Stranford, que representava em Portugal a política do gabinete de Saint James. Permaneceu vários anos, na Guanabara, a esquadra inglesa, para garantir a autoridade e fazer a defesa do Príncipe Regente.

A ascendência britânica não tardou a manifestar-se pelos tratados de aliança e comércio que impôs, ainda em 1810, a Portugal e que refletiam a política imperialista, que Pitt, em um de seus memoráveis discursos na Câmara britânica, deixou claramente delineada.

Nesses tratados, os direitos aduaneiros sobre as mercadorias inglesas eram reduzidos a 15%; 1% menos do que os que incidiam sobre os próprios artigos portugueses. Foi instituído, em benefício dos negociantes ingleses, o juízo conservador, para dirimir, no país, as questões em que se encontrassem envolvidos os súditos britânicos. Não obstante o caráter de reciprocidade de que se dizia revestir-se a letra desses tratados, idênticas condições não foram outorgadas aos súditos portugueses na Grã-Bretanha.

Aos navios ingleses era concedido, nos portos do Brasil, o mesmo tratamento que aos portugueses. Favor igual deveria ser outorgado, nos portos ingleses, aos navios portugueses.

A reciprocidade, como observa Oliveira Lima, era inteiramente aparente, pois que melhor aparelhada que a esquadra portuguesa, não poderia esta enfrentar, em igualdade de condições, a concorrência da marinha britânica.

Negociou o tratado por parte de Portugal D. Rodrigo Sousa Coutinho, o futuro Conde de Linhares, incontestavelmente o chefe do

5 A. K. Manchester, num recente livro, *The British Preeminence in Brazil, and its Decline*, estuda as origens das ligações comerciais da Inglaterra com Portugal e o período em que a Grã-Bretanha dominou os mercados da América portuguesa. Aprecia as interrelações entre a política comercial inglesa e a situação política anglo-portuguesa, assim como a reação que se foi processando, no Brasil independente, contra o tratado de 1810.

partido português mais simpático à Inglaterra. Não obstante seus grandes dotes de estadista e o conhecimento que tinha das questões internacionais, não estava ao seu alcance melhor defender os interesses lusitanos, dada a pressão das circunstâncias políticas da época. O Príncipe Regente mostrava-se profundamente grato aos ingleses pela proteção que estes lhe haviam dispensado. Com justeza, observou Calógeras:

“Sua simpatia primitiva cresceu e ascendeu a níveis inesperados; agiu neles, de modo a lhes arrancar a anuência a medidas que tinham de trazer conseqüências, sob o influxo das quais o Brasil gemeu durante 40 anos. Como atenuante, talvez se possa dizer, para diminuir a gravidade do erro cometido, que o governo lusitano se achava inteiramente nas mãos da Inglaterra, e entre esta e a ameaça francesa figurava como casca de noz entre o malho e a bigorna.”

Com o represamento das mercadorias inglesas, provocado pelo bloqueio napoleônico, e com as facilidades assim outorgadas à exportação para os portos brasileiros, verificou-se rápido incremento na remessa de toda a sorte de manufaturas britânicas para o Brasil. Não permitiu a Inglaterra que o favor de reciprocidade abrangesse produtos de origem colonial, como o café e o açúcar, que já eram produzidos em colônias inglesas, continuando a ser praticamente vedada a penetração desses artigos portugueses nos mercados britânicos. Aos vinhos e azeites e aos produtos coloniais brasileiros, como o algodão e paus de tinturaria, de que careciam as manufaturas inglesas, era estendido aquele favor.

Não exportou, portanto, o Brasil produtos em quantidades suficientes para pagar o que importava da Inglaterra. Como resultado, a balança comercial do novo império se tornou deficitária, as taxas cambiais sentiram o reflexo e os negociantes ingleses sofreram, aí, grandes prejuízos, não conseguindo receber o pagamento de boa parte do que tinham vendido.⁶ Muito mais do que possíveis desmandos governamentais, iam influir doravante, na política monetária brasileira, os déficits de sua balança comercial.

O tratado de 1810 aniquilava ainda o surto manufatureiro, que se ia verificando no país, após a revogação, em 1808, do célebre decreto de D. Maria I, que proibia as indústrias no Brasil. Este estaria, por dezenas de

6 Referem-se autores britânicos que eram enviadas anualmente ao Brasil cerca de £3.000.000 de produtos das manufaturas inglesas.

anos, condenado a uma evolução econômica, baseada exclusivamente em política agrária, oferecendo, nos mercados europeus, já então sem o apoio de uma metrópole situada naquele continente, produtos tropicais em concorrência com os dos domínios dos grandes países continentais e de outras regiões dotadas, na época, de condições econômicas mais favoráveis.

Os tratados de 1810, assinados por Lorde Stranford e pelo Conde de Linhares, plenipotenciários do Rei Jorge III, da Inglaterra, e do Príncipe Regente, de Portugal, eram, um de amizade e aliança, outro de comércio e navegação e mais uma convenção sobre o estabelecimento das relações postais entre os domínios de Portugal e os da Grã-Bretanha.⁷

7 É interessante transcrever aqui a introdução desses três documentos, que mostram, até certo ponto, o espírito com que foram promulgados.

“I – Tratado de Aliança e Amizade entre o Príncipe Regente de Portugal o Senhor D. João e Jorge III da Grã-Bretanha, assinado no Rio de Janeiro, em 19 de fevereiro de 1810, e ratificado por parte de Portugal em 26 do dito mês, e pela Grã-Bretanha em 18 de junho do mesmo ano.

Em nome da Santíssima e Indivisível Trindade:

“Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal e Sua Majestade el-Rei do Reino Unido da Grande-Bretanha e Irlanda, estando convencidos das vantagens que as duas Coroas têm tirado da perfeita harmonia e amizade, que entre elas subsiste há quatro séculos, de uma maneira igualmente honrosa à boa fé, moderação e justiça de ambas as partes, e reconhecendo os importantes, e felizes efeitos, que a sua mútua aliança tem produzido na presente crise, durante a qual Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal (firmemente unido à causa da Grande-Bretanha, tanto pelos seus próprios princípios, como pelo exemplo de seus augustos antepassados) tem constantemente recebido de Sua Majestade Britânica o mais generoso, e desinteressado socorro, e ajuda tanto em Portugal como nos seus outros domínios, determinarão, em benefício de seus respectivos estados, e vassallos, fazer um solene Tratado de Amizade e Aliança”, etc.

II – Tratado de Comércio e Navegação entre o Príncipe Regente de Portugal o Senhor D. João e Jorge III Rei da Grã-Bretanha, assinado no Rio de Janeiro, em 19 de fevereiro de 1810, e ratificado por parte de Portugal em 26 do dito mês, e pela Grã-Bretanha em 18 de junho do mesmo ano.

Em nome da Santíssima, e Indivisível Trindade:

“Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal e Sua Majestade el-Rei do Reino Unido da Grande-Bretanha e Irlanda, estando igualmente animados com o desejo não somente de consolidar e estreitar a antiga amizade e boa inteligência que tão felizmente subsistem, e têm subsistido por tantos séculos entre as duas Coroas, mas também de aumentar e estender os benéficos efeitos dela em mútua vantagem dos seus respectivos vassallos, julgarão que os mais eficazes meios para conseguir estes fins senão os de adaptar um sistema liberal de comércio fundado sobre as bases de reciprocidade, e mútua conveniência, que pela descontinuação de certas proibições, e direitos proibitivos, pudesse procurar as mais sólidas vantagens de ambas as partes, as produções e indústrias nacionais, e dar ao mesmo tempo a devida proteção tanto à renda pública como aos interesses do comércio justo e legal”, etc.

O primeiro se compunha de 11 artigos públicos e dois decretos, o segundo de 34 e a convenção de 13.

Pelo artigo 6º do primeiro tratado, a Inglaterra ficou autorizada a comprar e cortar madeiras de construção nas florestas do Brasil. Toda a esquadra enviada em socorro para qualquer das partes contratantes receberia provisões frescas da parte socorrida e os navios de guerra, em qualquer momento, poderiam entrar livre e reciprocamente nos portos das nações aliadas. (Artigos 7º e 8º)

O Príncipe Regente se obrigava, por si e pelos seus sucessores, a não consentir jamais no estabelecimento da Inquisição nos

III – Convenção entre o Príncipe Regente de Portugal, o Sr. D. João, e Jorge III Rei da Grã-Bretanha, sobre o estabelecimento de paquetes entre os domínios de Portugal, e a Grã-Bretanha, assinada no Rio de Janeiro, em 19 de fevereiro de 1810, e ratificada por parte de Portugal em 26 do dito mês, e pela Grã-Bretanha, em 18 de junho do mesmo ano.

“Sendo necessário para o serviço público das Cortes de Portugal e da Grã-Bretanha, e para as relações comerciais dos seus respectivos vassallos, que se estabelecerão paquetes entre os domínios de Portugal e a Grande-Bretanha, e sendo além disso conveniente que se conclua para este fim um arrançamento definitivo sobre os princípios de exata reciprocidade, que as duas Coroas têm resolvido adotar por base de suas mútuas relações”, etc.

No primeiro tratado, não obstante o disposto em seu cabeçalho, foi incluída a seguinte cláusula, de grande alcance numa época em que se construíam os barcos de madeira:

IV – Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal, conservando grata lembrança do serviço e assistência que a Sua Corte e Família receberam da Marinha Real de Inglaterra, e estando convencido que tem sido pelos poderosos esforços daquela Marinha, em apoio dos direitos, e independência da Europa, que até aqui se tem oposto a barreira mais eficaz à ambição e injustiça de outros estados, e desejando dar uma prova de confiança, e de perfeita amizade ao seu verdadeiro e antigo aliado el-Rei do Reino Unido da Grande-Bretanha e Irlanda, há por bem conceder a Sua Majestade Britânica o privilégio de fazer comprar e cortar madeiras para construção de navios de guerra nos bosques, florestas, e matas do Brasil (excetuando-se as florestas reais, que são designadas para uso da Marinha portuguesa), juntamente com permissão de poder fazer construir, prover ou reparar navios de guerra nos portos e baías daquele Império; fazendo de cada vez (por formalidade) uma prévia representação à Corte de Portugal, que nomeará imediatamente um oficial da Marinha Real para assistir e vigiar nestas ocasiões. E expressamente declara e promete que estes privilégios não serão concedidos a outra alguma nação ou estado, seja qual for”, etc.

(Conforme Pereira Pinto – *Apontamentos para o Direito Internacional*).

estados da América Meridional pertencentes à Coroa de Portugal. (Artigo 9º)

O Príncipe consentia na abolição gradual do comércio de escravos e ficavam determinados os limites nas costas da África em que ainda se poderia operar em tal tráfico. (Artigo 10º)

Pelo artigo 2º, do tratado de comércio e navegação, era permitido aos súditos das duas nações aliadas negociar, viajar, residir ou estabelecer-se nos portos, cidades, vilas ou lugares dos estados respectivos, com exceção daqueles em que eram estritamente excluídos todos os estrangeiros.

Era estabelecida uma perfeita reciprocidade de tratamento dos súditos, produtos e navios das duas nações, com referência a quaisquer impostos, tributos e aos direitos alfandegários e despesas nos portos. (Artigos 3º, 4º, 5º e 7º)

Portugal conservaria dentro de seus próprios domínios os monopólios da venda de marfim, madeira tintorial, urzela, diamantes, ouro em pó, pólvora e tabaco manufaturado. (Artigo 8º)

Os súditos ingleses, residentes nos estados portugueses, poderiam nomear magistrados especiais, juízes conservadores, eleitos pelos residentes e confirmados pelo Regente. Nos domínios britânicos, os súditos portugueses, em comum com todos os outros estrangeiros, gozavam do benefício da “reconhecida equidade da jurisprudência britânica e excelência de sua constituição”. (Artigo 10º)

Seria assegurado aos ingleses, assim como aos demais súditos estrangeiros residentes nesses estados, plena liberdade de consciência e de culto religioso. (Artigo 12º)

Os negociantes ingleses teriam a vantagem de ser assinantes, isto é, de dar caução para pagar os direitos nas alfândegas, dentro dos prazos de três a seis meses, nas mesmas condições asseguradas aos vassallos de Portugal. (Artigo 18º)

Assegurava-se, reciprocamente, às duas potências o tratamento de nação mais favorecida.

Certos artigos da produção do Brasil (café e açúcar), cuja entrada não era permitida na Inglaterra, poderiam ser ali admitidos em depósito para reexportação. (Artigo 20^o)⁸

Os produtos das colônias inglesas das Índias orientais e ocidentais poderiam também ser sujeitos a direitos pesados e até proibitivos nos estados de Portugal, “por causa do mesmo princípio de Política Colonial”. (Artigo 21^o)

A expressão inglesa *Colonial Policy* – Política Colonial – está aí traduzida por “Política Colonial”.

O artigo 22^o estava assim redigido:

“Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal, a fim de facilitar e animar o legítimo comércio, não somente dos vassallos da Grande-Bretanha, mas também dos de Portugal, com outros estados adjacentes aos seus próprios domínios; e também com vistas de aumentar, e segurar aquela parte de sua própria renda, que é derivada da percepção dos direitos de Porto Franco sobre as mercadorias, há por bem declarar o porto de Santa Catarina por Porto Franco, conforme os termos mencionados no precedente artigo do presente tratado.”

Visava esse dispositivo XXII facilitar o comércio britânico com Buenos Aires.

As obrigações existentes, em relação às entradas dos vinhos de Portugal na Grã-Bretanha e dos panos ingleses em Portugal, seriam mantidas. (Artigo 26^o)

O tratado era declarado ilimitado em sua duração; as obrigações e condições nele estabelecidas seriam perpétuas e não seriam alte-

8 É o seguinte o artigo 20:

“Mas como há alguns artigos da criação, e produção do Brasil, que são excluídos dos mercados, e do consumo interior dos domínios britânicos, tais como o açúcar, café, e outros artigos, semelhantes aos produtos das colônias britânicas; Sua Majestade Britânica querendo favorecer, e proteger (quanto é possível) o comércio dos vassallos de Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal, consente, e permite, que os ditos artigos, assim como todos os outros da criação, e produção do Brasil, e de todas as outras partes dos domínios portugueses, possam ser recebidos e guardados em armazéns em todos os portos de seus domínios, que forem designados pela lei por Warehousing Ports para semelhantes artigos, a fim de serem reexportados, debaixo da devida regulação, isentos dos maiores direitos, com que seriam carregados se fossem destinados para o consumo dentro dos domínios britânicos, e somente sujeitos aos direitos para reduzidos, e despesas de reexportação e guarda nos armazéns.”

radas mesmo no caso em que o Príncipe Regente ou seus herdeiros estabelecessem, de novo, a sede da monarquia na Europa. (Artigo 32º)

A convenção assinada na mesma data visava estabelecer uma linha mensal de pacotes transatlânticos rápidos, para o serviço postal, entre os portos de Falmouth e Rio de Janeiro. Os portes seriam de 3 s. 8 d. para cada carta. O Governo português cobraria o porte sobre toda a correspondência, menos a oficial, vinda dos domínios britânicos.

O ato do Príncipe Regente, franqueando os portos brasileiros, em 1808, às nações amigas, já representara quase que um privilégio à Inglaterra, por ser ela então a única potência da Europa capaz de manter e proteger possante marinha mercante e pelo fato de estar quase todo o continente sob o jugo de Napoleão.

Somente após a grande pacificação, presidida por Metternich, é que os portos brasileiros foram de fato abertos a todo o comércio internacional.

Durante seis anos, pôde, pois, a Grã-Bretanha, favorecida ainda mais pelo tratado de 1810, ocupar e conquistar o mercado brasileiro.

“O tratado de 1810 foi franca e inequivocamente favorável à Grã-Bretanha, se bem que diga o preâmbulo ter ele por fito adotar um sistema liberal de comércio, fundado sobre as bases de reciprocidade, e mútua conveniência, que pela descontinuação de certas proibições, e direitos proibitivos, pudesse procurar as mais sólidas vantagens de ambas as partes, às produções e indústrias nacionais, e dar ao mesmo tempo a devida proteção tanto à renda pública, como aos interesses do comércio justo, e legal.”⁹

Não era empresa fácil a conclusão de um tratado equitativo entre o Brasil e a Inglaterra, pelo que tocasse às relações mercantis. Interesses havia que eram irreconciliáveis. Hipólito da Costa¹⁰ expôs lucidamente as condições do caso. “Em primeiro lugar, alguns dos gêneros

9 Oliveira Lima – *D. João VI no Brasil, 1808-1821*.

10 Hipólito José da Costa imprimiu, em Londres, desde 1808 até 1822, o *Correio Brasiliense*. Os serviços prestados por este ilustre jornalista estão descritos no Tomo V da 3ª edição de Porto Seguro, tão eruditamente anotada por Rodolfo Garcia. “Não cremos que nenhum estadista concorresse mais, para preparar a formação do Brasil em um império constitucional, do que o ilustre redator do *Correio Brasiliense*.”

Hipólito José da Costa fugira de Lisboa, onde estava preso pela Inquisição e de Londres fazia farta distribuição do *Correio Brasiliense* ao Brasil e a Portugal.

brasileiros, como o açúcar e o café, entravam em concorrência com as produções das colônias inglesas e, por este fato, estavam virtualmente excluídos do mercado britânico; outros não encontravam na Inglaterra consumo considerável, o contrário do que acontecia com os vinhos e azeites portugueses, de cuja avultada exportação a metrópole precisava zelar.

“Depois, pela sua situação geográfica, distância dos centros de intrigas políticas, magnitude territorial, dispersão dos núcleos de povoação, não era o Brasil um país que tivesse de recear pela sua independência, tanto quanto acontecia com Portugal, sempre ameaçado de absorção pela vizinha Espanha: daí, a desnecessidade de fazer favores comerciais por motivos políticos. Além de que, quaisquer favores concedidos seriam em detrimento do futuro eventual das indústrias brasileiras, pois, sendo ainda muito pouco conhecidos no próprio Brasil os produtos naturais da terra, impossível se tornava dizer se muitos deles não se prestariam a fins industriais.

“Finalmente o regime exclusivo outorgado às manufaturas da Grã-Bretanha arredava a contingência de se entabularem outras ligações mercantis, com os Estados Unidos, por exemplo, cujas indústrias entravam, por esse tempo, a florescer e, porventura, estariam no caso de alimentar o mercado brasileiro com alguns artigos mais em conta ou mais apropriados às suas exigências.

“O ministro americano chegara com as melhores intenções de promover o desenvolvimento do comércio de seu país, e logo de começo nutria certas esperanças, achando que o acolhimento cordial que tivera na primeira hora, provinha tanto da satisfação natural a uma Corte de ver aumentada a representação diplomática nela acreditada, como do interesse no alargamento do tráfico nacional.” “O tratado celebrado com Lord Stanford pronto veio, porém, ceifar todas as esperanças americanas.”¹¹

“As condições exaradas no convênio de 1810 significavam a transplantação do protetorado britânico, cuja situação privilegiada na metrópole se consagrava na nossa esfera econômica e até se consignava imprudentemente como perpétua. A falta de genuína reciprocidade era

11 Oliveira Lima – *D. João VI no Brasil*.

absoluta e dava-se em todos os terrenos, parecendo mesmo difícilíssima de estabelecer-se pela carência de artigos que se equilibrassem nas necessidades do consumo, sendo mais preciosos no Brasil os artigos manufaturados ingleses do que à Inglaterra as matérias-primas brasileiras. Dava-se ainda a desigualdade na importância que respectivamente representavam suas exportações para os países produtores, constituindo a Inglaterra o mercado quase único do Brasil, ao passo que aquela nação dividia por muitos países os seus interesses mercantis; e finalmente dava-se na natureza dos meios de transporte com que chegavam os gêneros aos mercados, não podendo competir um fardo de algodão descido de Minas em costa de mula, com uma peça de tecido carregada por excelente estrada de Manchester a Londres ou Southampton.”¹²

“Por último, como eram idênticos os direitos e equivalentes os adicionais a impor, quer fossem os gêneros transportados em navios portugueses, quer em navios ingleses – assim se considerando tanto os construídos nos dois países respectivos como os apresados e legalmente condenados – (O tratado não encerrava expressamente esta especificação com relação aos navios ingleses, mas foi dada tal inteligência por uma nota do Marquês de Wellesley ao cavalheiro de Sousa Coutinho, de 17 de junho de 1810) – lucrava evidentemente com semelhante disposição a marinha mercante britânica, já anteriormente e superiormente aparelhada para o tráfico.”

“Também na Ásia – e a esse tempo não era destituído de importância o intercâmbio entre Brasil, Índia e China – a Inglaterra apenas concedia a Portugal o tratamento de nação mais favorecida, enquanto Portugal se obrigava a não fazer regulação alguma que pudesse ser inconveniente ou prejudicial ao comércio e navegação dos ingleses nos portos, mares e domínios que pelo tratado lhes eram franqueados. Nem era esta a mais palpável contradição em matéria de reciprocidade, cuja falta nada teria contudo de estranhável, se se reconhecesse desassombradamente que as vantagens comerciais e outras atribuídas aos ingleses tinham por fim corresponder ao apoio eficaz, sob a forma de socorros de tropas e de empréstimos em dinheiro, que Portugal estava recebendo da

12 *Correio Brasiliense*.

Grã-Bretanha para garantia e salvaguarda da sua existência como nação independente.”¹³

“A disparidade mais flagrante consistia, sobretudo, no fato da Inglaterra somente garantir comercialmente a Portugal o tratamento todo platônico de nação mais favorecida, quando os produtos ingleses iam gozar nos portos portugueses, se importados por ingleses, de um favor singular e exclusivo. Após o tratado, pelo regime de virtual privilégio do comércio britânico, ficou sendo o seguinte o estado legal das relações mercantis do Brasil; livres, as mercadorias estrangeiras que já tivessem pago direitos em Portugal, e bem assim os produtos da maior parte das colônias portuguesas; sujeitas à taxa de 24 por cento *ad valorem* as mercadorias estrangeiras diretamente transportadas em navios estrangeiros; sujeitas à taxa de 16 por cento as mercadorias portuguesas e também as estrangeiras, importadas sob o pavilhão português; sujeitas à taxa de 15 por cento as mercadorias britânicas importadas sob o pavilhão britânico ou português. Esta última disposição ainda foi posterior ao tratado, tomada por decreto de 18 de outubro de 1810 (o tratado de comércio e navegação era de 19 de fevereiro e igual data trazia o de paz e amizade) para não prejudicar mais a navegação mercante do reino, contra a qual todavia se atentava gravemente pela disposição anterior.”¹⁴

Os efeitos imediatos do tratado foram, no entanto, benéficos ao Brasil, baixando de princípio o custo da vida. Por isso ponderava o ministro Thomas Sunter, em carta de 5 de fevereiro de 1811 existente no arquivo do Departamento de Estado, em Washington; que em resumo e tudo considerado, portugueses e ingleses julgavam, e ele próprio concordava, ser o tratado favorável ao Brasil.

Somente pelo Decreto de 2 de maio de 1818 é que foram tomadas providências pelo Governo português para melhorar a situação do comércio luso-brasileiro. Os vinhos e aguardente estrangeiros foram fortemente taxados. Os direitos sobre as mercadorias portuguesas baixaram de 16 a 15%, ficando, assim, equiparados às inglesas. E até entraram as manufaturas da Metrópole a gozar, na sua exportação para o

13 Oliveira Lima – *Op. cit.*

14 Oliveira Lima – *Op. cit.*

Brasil, de uma redução de 5%, a título de prêmio. As produções asiáticas passaram a pagar 3%, ao invés de 8%.

Fazendo considerações sobre os negócios realizados, chega o representante nos Estados Unidos a afirmar que a Inglaterra não usufruía, de começo, muito lucro no seu tráfego comercial com o Brasil. Mas o comércio brasileiro ficou de fato nas mãos dos ingleses e o contrato constituía um sério obstáculo ao estabelecimento de relações comerciais com outros países. Fracassaram, pois, os trabalhos de várias embaixadas, entre as quais o da Missão Luxemburgo, que em 1816 veio procurar estabelecer o tráfico entre a França e o Reino Unido de Portugal e Brasil. Só em 1826 foi estendida à França e, em 1828, a outras nações, a igualdade de direitos pagos pelas importações inglesas. A cobrança nas alfândegas dos 15% era feita de acordo com um preço estipulado na pauta, e não de conformidade com o valor corrente dos gêneros.

“Em 1820, ano que precedeu o regresso à corte, existiam no Rio de Janeiro uns sessenta estabelecimentos ingleses e muito naturalmente a concorrência entre eles determinava maiores prazos para os créditos, chegando alguns a dezoito meses.”¹⁵

“Considerada isoladamente da de Portugal, a situação comercial do Brasil lucraria com qualquer acordo mercantil que se tornasse o complemento da profícua abertura dos seus portos ao tráfico estrangeiro. À colônia egoisticamente tanto importava que com tal tráfico enriquecessem ingleses como portugueses da Metrópole, e estes eram os que verdadeiramente sofriam com a perda do antigo monopólio, cuja conservação razoavelmente consideravam vital.

Para o Brasil, o essencial era estabelecer relações comerciais diretas com outros países e ativá-las o mais possível, melhor lhe resultando ainda assim de toda a falta de reciprocidade do convênio Stranford-Linhares do que da decaída tutela nacional, que obstava a qualquer desafio autônomo.

15 Henderson – *A History of the Brazil*, 1821.

O fato feria os próprios observadores do tempo mais interessados no prolongar, senão perpetuar a condição de vassalagem econômica da possessão. Ao mencionar como uma medida altamente vantajosa o decreto emancipador da Bahia, de 28 de janeiro de 1808, não pôde esquivar-se a admitir um cronista do tempo:

“Deste modo não intervindo os negociantes, e as barras de Lisboa e do Porto, chegavam as coisas de fora mais baratas, e saíam as da terra mais caras, do que antigamente. Por outra parte com a chegada de muitos navios mercantes não podia haver falta dos artigos comerciais estranhos e aumentando-se com a esperança do maior lucro a agricultura do país, devia ser grande a abundância dos 7 gêneros destas. Tudo assim logo sucedeu. Foi mais o tabaco da Bahia, o café do Pará e do Rio de Janeiro, o arroz do Maranhão, o algodão deste e da Bahia, e a madeira, e courama das capitanias marítimas.”¹⁶

Mas este seria um aspecto imediatista da questão. Veremos, quando tratarmos da política comercial do império, as grandes repercussões que teve esse tratado em nossa evolução econômica posterior.

O desequilíbrio monetário provocado pelos excessos de importação se traduzia nas flutuações cambiais, com todas as suas penosas consequências, tornando aleatório o barateamento da vida, verificado de começo.

A impossibilidade de se montarem indústrias no país, conjugada com a insuficiência de nossas exportações, traduzia-se num abaixamento considerável do poder aquisitivo da população em geral.

A ruína da navegação portuguesa, os tratados de comércio elaborados com as nações européias em geral, na mesma base tarifária que o realizado com a Inglaterra e a separação de Portugal do modo por que foi realizada, nos fizeram perder boa parte do único mercado seguro, o português, que tínhamos para os produtos do Norte. Disso se ressentiram todas aquelas regiões, que experimentaram pelo século afora uma considerável depressão.

O Sul foi economicamente salvo pelo café, e com ele o Brasil. O manifesto com que D. João VI procurou justificar aos seus vassalos

16 *História do Brasil desde 1807 até ao presente, etc.*, Lisboa, 1819. R.I.H.,R.J.

de Portugal e do Brasil os tratados que acabara de assinar,¹⁷ demonstra a assinalada intervenção que sobre esse e outros atos de governo tiveram na época os economistas da Escola Liberal. É o que também deixa

17 “Obrigado pelas imperiosas circunstâncias, de que infelizmente guardareis por longos anos a mais triste lembrança, a separar-me por algum tempo de vós, e a transportar a sede do império temporariamente para outra parte de meus domínios, enquanto não há meio de parar a torrente devastadora da mais ilimitada ambição, foi necessário procurar elevar a prosperidade daquelas partes do império livres da opressão, a fim de achar não só os meios de satisfazer aquela parte de meus vassallos, onde vim estabelecer-me; mas ainda para que eles pudessem concorrer às despesas necessárias para sustentar o lustro, o esplendor do trono, e para segurar a sua defesa contra a invasão de um poderoso inimigo. Para este fim, e para criar um império nascente, foi servido adotar os princípios mais demonstrados de sã economia política, quais o da liberdade, e franqueza do comércio, o de diminuição dos direitos das alfândegas, unidos aos princípios mais liberais, de maneira que, promovendo-se o comércio, pudessem os cultivadores do Brasil achar o melhor consumo para os seus produtos, e que daí resultasse o maior adiantamento na geral cultura, e povoação deste vasto território do Brasil, que é o mais essencial modo de o fazer prosperar, e de muito superior ao sistema restrito, e mercantil, pouco aplicável a um país, onde mal podem cultivar-se por ora as manufaturas, exceto as mais grosseiras, e as que seguram a navegação e a defesa do Estado. Nem mesmo, em tais momentos me esqueci de ligar entre si as partes remotas da monarquia, a de procurar segurar aos meus vassallos do reino todo aquele bem que podiam de mim esperar; e conhecendo que no reino as manufaturas deviam prosperar, isentei-as debaixo dos mais liberais princípios (do que aqueles que antes eram adotados) de todo e qualquer direito de entrada nos portos dos meus domínios. Os mesmos princípios de um sistema grande, e liberal de comércio são muito aplicáveis ao reino, e só eles combinados com os que adotei para os outros meus domínios, é que puderam elevar a sua prosperidade àquele alto ponto a que a sua situação e as suas produções parecem chamá-lo. Estes mesmos princípios ficam corroborados com o sistema liberal de comércio, que de acordo com o meu antigo, fiel e grande aliado Sua Majestade Britânica, adotei nos tratados de aliança e comércio, que acabo de ajustar com o mesmo soberano, e nos quais vereis que ambos os soberanos procuramos igualizar as vantagens concedidas às duas nações, e promover o seu recíproco comércio, de que tanto bem deve resultar. Não cuideis que a introdução das manufaturas britânicas haja de prejudicar a vossa indústria. É hoje verdade demonstrada que toda a manufatura que nada paga pelas matérias-primas, que emprega, e que tem fora parte disto os quinze por cento dos direitos das alfândegas a seu favor, só se não sustenta, quando ou o país não é próprio para ela, ou quando ainda não tem aquela acumulação de cabedais, que exige o estabelecimento de uma semelhante manufatura. O emprego dos vossos cabedais é por agora justamente aplicado na cultura das vossas terras, no melhoramento das vossas vinhas, na bem entendida manufatura do azeite, na cultura dos prados artificiais, na produção das melhores lãs, na cultura das amoreiras, e produção das sedas, que já vos mostrei pelos meus esforços paternais, serem comparáveis às melhores da Europa; sucessivamente, depois ireis adiantando as manufaturas, que nunca até aqui no reino, apesar dos gloriosos esforços dos senhores reis meus predecessores, prosperaram ao ponto que deviam pelo sistema restrito, que se adotou, e então conhecereis que esta indústria na aparência tardia,

acentuado Vítor Viana, no seu erudito trabalho sobre a *Formação Econômica do Brasil*.

Não era essa, infelizmente, a política comercial que conviria a um país como o nosso, que apenas iniciava a sua economia independente.

Tínhamos que abraçar, àquele tempo, política semelhante à que a nação norte-americana seguiu no período de sua formação econômica. Produtores de artigos coloniais, diante de um mundo fechado por “policias coloniais”, tornamo-nos, no entanto, campeões de um liberalismo econômico na América. E os resultados de tal política estão registrados

é a única sólida, e a que toma fortes raízes, e que progredindo pelos devidos passos intermediários, chega ao maior auge e lança então aqueles luminosos raios, que ferem os olhos do vulgo, e que ainda a homens de superiores luzes fizeram crer que as manufaturas eram tudo, e que para consegui-las, o sacrifício da mesma agricultura era útil, e conveniente. Para fazer que os vossos cabedais achem útil emprego na agricultura; e que assim se organize o sistema da vossa futura prosperidade, tenho dado ordens aos governadores do reino, para que se ocupem dos meios com que se poderão fixar os dízimos, a fim de que as terras não sofram um gravame intolerável; com que se poderão minorar, ou alterar o sistema das jogadas, quartos e terços; com que se poderão fazer resgatáveis os foros, que tanto peso fazem as terras, depois de postas em cultura; com que poderão minorar-se ou suprimir-se os forais, que são em algumas partes do reino de um peso intolerável, o que tudo deve fazer-se lentamente, para que de tais operações resulte todo o bem sem se sentir inconveniente algum. A diminuição dos direitos das alfândegas há de produzir uma grande entrada de manufaturas estrangeiras; mas quem vende muito, também necessariamente, compra muito, e para ter um grande comércio de exportação é necessário também permitir uma grande importação e a experiência nos fará ver, que aumentando-se a vossa agricultura, não hão de arruinar as vossas manufaturas da sua totalidade; e se alguma houver que se abandone, podeis estar certos, que é uma prova que esta manufatura não tinha bases sólidas, nem dava uma vantagem real ao estado.

“Além das facilidades concedidas pelas isenções de direitos, às fábricas do reino, também lhe conservei o de aprovisionarem as minhas tropas; no que vereis a minha particular atenção a dirigir sempre o sistema liberal, adotado para o fim de sustentar, e promover a indústria dos meus vassalos. Assim vereis prosperar a vossa agricultura; progressivamente formar-se uma indústria sólida, e que nada tema da rivalidade das outras nações; levantar-se um grande comércio e uma proporcional marinha e vireis a servir de depósito aos imensos produtos do Brasil, que crescerão em razão dos princípios liberais, que adotei, de que enfim resultará uma grandeza da prosperidade nacional de muito superior a toda aquela que antes se vos podia procurar, apesar dos esforços que sempre fiz para conseguir o mesmo fim, e que eram contrariados pelo vício radical do sistema restritivo que então se julgava favorável, quando realmente era sobremaneira danoso à prosperidade nacional.”

em nossa História Econômica. Parece-nos, porém, que até hoje ainda não soubemos aproveitar as lições desse passado.¹⁸

Meio circulante

Em terra onde as indústrias, à exceção de tecidos grosseiros de algodão, eram proibidas, onde a atividade principal se concentrava na agricultura e o comércio externo se encontrava em mãos de Portugal, deveria ser restrito o meio circulante, como restritas seriam as suas necessidades.

Amaro Cavalcanti estima em 9 a 10 mil contos todo o numérico do país, naquela época, sendo 2/3 em ouro e 1/3 em prata. O cobre era em pequena quantidade, estando o seu poder liberatório limitado a 100 réis. Somente no final da era colonial é que passou esta moeda a ter papel preponderante nos centros provinciais.

“O ouro e a prata tinham cunho e giro ilimitado; o cobre era empregado como moeda divisionária.

“O padrão legal vigente no Brasil era regulado pela lei de 4 de agosto de 1688, modificada pela de 4 de abril de 1722. A relação estabelecida entre os dois metais, o ouro e a prata, era de 1 para 16, sendo o preço legal de uma oitava de ouro amoadado 1\$600 e de prata 100 réis.

“Até o ano de 1810 – disse o Ministro da Fazenda Araújo Viana, no seu relatório sobre o meio circulante, apresentado à Câmara em 1833 – a nossa moeda legal era, de fato, a de ouro, e a de prata fazia então ofícios de troco a essa moeda, pelo seu limitado giro; convindo aqui notar que as moedas de ouro de 6\$400 e de 4\$000 e a moeda de prata representavam três diferentes padrões, – pois que, sendo a senhoreagem nas moedas de 6\$400 na razão de 6-2/3%, esta era nas de 4\$000 de 18-1/2% proximamente, e nas de prata de 15% – sendo a relação legal do valor do ouro para o da prata de 1 para 13-1/2 proximamente; quando a relação indicada pelo mercado era, termo médio, de 1 para 16.

“O par metálico entre a libra esterlina e a moeda de 6\$400 era de 67½ pence por 1\$000; relativamente à moeda de 4\$000, de 60¼ pence;

18 Roberto Simonsen – *Aspectos da Política Econômica Nacional*, 1935.

e quanto à moeda de prata, pode fixar-se em 54 pence; porém o par mercantil era então o meio entre estes três, a saber: 60 pence por 1\$000, pouco mais ou menos.”

Observa Calógeras que, em princípios do século XIX, sob o ponto de vista da circulação, podia o Brasil ser dividido em três zonas distintas: as cidades comerciais da costa, onde se centralizavam as transações e numerário; a região agrícola, sem necessidade de dinheiro, vivendo de seus próprios recursos, onde se lançava mão do gado para as liquidações das diferenças das permutas efetuadas numa economia naturista; os distritos mineradores, onde era quase nulo o trabalho agrícola e onde os meios de subsistência eram quase todos importados das grandes propriedades das regiões vizinhas, pagos em pó de ouro única produção local.¹⁹

O padrão de vida colonial, mesmo nas classes mais abastadas, era, em geral, bem inferior ao que usufruíam os componentes da comitiva real que aportou ao Rio de Janeiro em 1808. A chegada dos novos 15 mil habitantes, acrescidos aos 60 mil de todas as classes, com que contava a cidade, obrigou a uma intensificação nas importações, tanto maior quanto o consumo dos recém-chegados avultava de muito comparativamente com o estalão de vida pobre da colônia. A propagação dos hábitos dos novos habitantes à outra parte da população ainda mais fez crescer esse comércio.

A abertura dos portos, o abaixamento dos direitos a 15%, a guerra continental, facilitaram, também, essas importações, criando, para o Brasil, um período de crise em sua balança comercial, que perdurou por mais de 40 anos.

Refletiu-se esse estado de coisas na moeda circulante. Em tempos passados, anteriores à época da mineração brasileira, lançavam mão os reis portugueses de sucessivas quebras da moeda para enfrentar situações semelhantes à que então se verificava no Brasil.

As disparidades entre os valores locais da moeda em circulação fizeram com que, a princípio, as espécies de ouro provinciais expulsassem as nacionais, em obediência à conhecida lei de Gresham. A prata, sendo escassa por não ser produto do país e pela errada paridade legal adotada em

19 Calógeras – *La politique monétaire du Brésil*.

todos os valores das duas moedas, contribuiu ainda para a manutenção da circulação da moeda provincial. Mas a política de inflação do valor da prata, pela carimbagem dos pesos espanhóis, cuja aquisição e lançamento na circulação nacional se tornou negócio rendoso, ia facilitar o êxodo do ouro, decorrente da situação deficitária da balança do comércio.²⁰

As emissões de papel-moeda e a inflação da moeda divisionária de cobre iriam completar o êxodo do ouro e expelir, por sua vez, a circulação da prata. O câmbio sobre Londres não se ressentiu, desde logo, de um tal estado de coisas, porque a libra havia se enfraquecido com as campanhas napoleônicas; mas, depois de 1815, com o restabelecimento do padrão ouro na Inglaterra, declinaram rapidamente as taxas de câmbio luso-brasileiras, conforme evidencia a seguinte tabela:

TAXAS DE CÂMBIO SOBRE LONDRES

1808.....	70	
1809.....	70	a 74
1810.....	71½	a 74½
1812.....	72	a 76
1813.....	75½	a 80
1814.....	80	a 96
1815.....	71½	a 77
1816.....	56½	a 59
1817.....	57	a 68
1818.....	69	a 74
1819.....	59	a 73
1820.....	54½	a 60
1821.....	48	a 54
1822.....	47	a 51

As necessidades da circulação, para fazer face aos encargos do Erário Régio e às transações comerciais que se avolumavam, levaram a administração portuguesa a criar outros meios de pagamento que não as moedas metálicas.

20 “As mercadorias importadas são de maior valor que as exportadas, resultando que os negociantes são obrigados a completar suas trocas com uma porção de espécie amoedada; isto se explica porque as peças de ouro de 6.400 réis valem 8% mais no Rio de Janeiro do que em Lisboa.” (Freycinet).

Circulação fiduciária

“Desde 1771 que a administração do distrito diamantífero de Minas Gerais tinha a faculdade de sacar títulos pagáveis na chegada dos fundos enviados pela administração de Lisboa. Os ‘bilhetes de extração’, como eram chamados, sempre foram pontualmente reembolsados e até 1776 circulavam como moeda e eram mesmo recebidos pelo fisco para quitação de impostos. Mas a partir dessa data o reembolso foi feito de modo irregular e seguiu-se a depreciação dos bilhetes; baixaram de 20% de seu valor, em 1816.

“Os bilhetes das casas de fundição, criados pelo decreto de 1803, sacados contra as Juntas da Fazenda e o Tesouro Real, estabeleceram uma nova circulação fiduciária. Se bem que sujeitos a numerosas falsificações, tinham curso em toda a Capitania e ficavam, por vezes, por muito tempo, nas mãos do público, antes de serem apresentados às repartições para reembolso. Chamavam-se ‘bilhetes de permuta’. Os ‘bilhetes de extração’, assim como os ‘bilhetes de permuta’, eram, ao menos em sua origem, certificados de depósito negociáveis. Com o correr dos tempos, verdadeiros títulos de empréstimos, lastreados, não por um determinado depósito, mas pela massa geral do ativo das administrações contra as quais eram sacados. Daí ao papel-moeda propriamente dito, o passo era fácil de transpor.”²¹

O ato do governo, que ia instituir a circulação fiduciária, foi a Lei de 12 de outubro de 1808, criando o primeiro Banco do Brasil.

Banco do Brasil

“A origem do papel-moeda em Portugal está ligada à emissão dos empréstimos em apólices, efetuados pelo Erário Régio, entre 1796 e 1797, para fazer face às despesas da guerra com a França. Pelos primeiros decretos, os títulos não seriam inferiores a 100 mil-réis e venceriam juros de 5%, mas corriam na praça como se fossem letras de câmbio, sujeitas a endosso.

“Esses empréstimos, primitivamente de 10 milhões de cruzados, foram elevados, em 1797, a 12 milhões, com juros de 6%. Permitti-

21 Calógeras – *Op. cit.*

ram-se apólices de menor valor, até de 50 mil-réis, e, além disso, “mandaram-se distribuir 3 milhões em apólices, de valor diminuto, com curso forçado, para entrarem pelo seu valor nominal, sem juros, em metade de todos os pagamentos, mesmo entre particulares, salvo o ajuste das partes, em contrário. Desde essa época, passaram a correr estes papéis como moeda, sem necessidade de endosso ou cessão. A impossibilidade de amortizar os empréstimos contraídos determinou uma desvalorização do papel-moeda, que não pôde deixar de se refletir nos preços do mercado”.²²

Os portugueses, que apresentavam notáveis qualidades como navegadores, guerreiros e colonizadores, atrasaram-se na arte e processos da boa técnica comercial.

Depois da restauração, D. João IV tolerou os judeus em Portugal, para que a direção do comércio não passasse às mãos de estrangeiros, mais habilitados que os naturais da terra nas lides do intercâmbio internacional.

Pombal, abrindo as aulas de comércio, esforçou-se pelo aperfeiçoamento da cultura lusitana nessa atividade. No entanto, o primeiro Banco de Portugal, fundado como regularizador da circulação monetária, só foi criado em 1821, oito anos após a iniciativa da fundação de seu congênere no Brasil.

Nos tempos coloniais eram praticamente inexistentes, no Brasil, os créditos mercantis para negócio de exportação. Em princípios do século XIX, com o incremento dos negócios, tornou-se necessário um estabelecimento que facultasse tais operações.

“Segundo referem Spix e Martius (*Reise in Brasilien*) antes mesmo da chegada da Corte portuguesa, funcionava no Rio um banco, nascido da união de alguns dos principais negociantes e capitalistas da praça efetuada com o fim de contribuírem para um fundo comum, em proporção com as notas por eles emitidas debaixo da sua garantia conjunta, visto a moeda de ouro e prata em circulação não ser suficiente para representar o grande volume de capital em ação. Este banco particular chegou, no dizer dos mesmos viajantes, a gozar de tanta confiança que muitos funcionários públicos ali colocavam seus salários e os proprietários do inte-

22 Francisco Antônio Correia – *História Econômica de Portugal*.

rior, em correspondência com a praça, ali depositavam suas economias.”²³ Mas seria, antes, uma simples casa bancária.

O primeiro Banco do Brasil foi fundado principalmente pela iniciativa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. As razões de sua fundação, deu-as o Príncipe Regente no seguinte alvará:

“Eu, o Príncipe Regente, faço saber aos que este alvará com força de lei virem que, atendendo a não permitirem as circunstâncias atuais do Estado, que o Meu Real Erário possa realizar os fundos de que depende a manutenção da Monarquia, e o bem comum dos meus fiéis vassallos, sem as delongas que as diferentes partes, em que se acham, fazem necessárias para a sua efetiva entrada, e que os bilhetes dos direitos das Alfândegas, tendo certos prazos nos seus pagamentos, ainda que sejam de um crédito estabelecido, não são próprios para o pagamento dos soldos, ordenados, juros, e pensões, que constituem os alimentos do corpo político do Estado, os quais devem ser pagos, nos seus vencimentos, em moeda corrente, e a que os obstáculos, que a falta dos sinais representativos dos valores põe ao comércio, devem quanto antes ser removidos, animando, e provendo as transações mercantis dos negociantes desta, e das mais praças dos Meus Domínios, e Senhorios, com as estrangeiras.”

A nova instituição foi coberta de favores, tudo se fazendo para lhe dar vida e crédito. Era um banco de depósitos, descontos e emissão. Seu capital seria de 1.200 contos, dividido em 1.200 ações. Sua duração de 20 anos, não podendo o Banco funcionar senão após haver realizado 100 contos de seu capital. Poderiam ser os acionistas nacionais ou estrangeiros, ficando as ações isentas de penhoras e execuções. Seus bilhetes teriam curso forçado. As operações do Banco consistiriam:

- “1º) No desconto mercantil de letras de câmbio, sacadas ou aceitas por negociantes de crédito, nacionais ou estrangeiros;
- 2º) em atuação como comissário, na percepção dos cálculos, que por conta de particulares, ou dos estabelecimentos públicos, arrecadar, ou adiantar, debaixo de seguras hipotecas;
- 3º) no depósito geral de toda e qualquer coisa de prata, ouro, diamantes, ou dinheiro; recebendo segundo o valor do depósito, ao tempo da entrada, o competente prêmio;

23 Oliveira Lima – *Op. cit.*

- 4º) na emissão de letras ou bilhetes pagáveis ao portador à vista, ou a um certo prazo de tempo, com a necessária cautela, para que jamais estas letras ou bilhetes deixem de ser pagos no ato da apresentação; sendo a menor quantia por que o Banco poderá emitir uma letra ou bilhete, de trinta mil-réis;
- 5º) na comissão dos saques, por conta dos particulares, ou do Real Erário, a fim de realizarem os fundos, que tenham em país estrangeiro, ou nacional, remoto;
- 6º) em receber toda a soma, que se lhe oferecer a juro da lei, pagável em certo prazo em bilhetes à vista, ou à ordem do portador ou mostrador;
- 7º) na comissão da venda dos gêneros privativos dos contratos e administrações reais, quais sejam os diamantes, pau-brasil, marfim e urzela;
- 8º) no comércio das espécies de ouro e prata, que o banco possa fazer, sem que se intrometa em outro algum ramo de comércio ou de indústria estabelecido, ou por estabelecer, que não esteja compreendido no detalhe das operações, que ficam referidas neste artigo.”

Em sua administração, observar-se-iam os seguintes preceitos:

“A assembléia geral no Banco será composta de quarenta dos seus maiores capitalistas; a junta dele de dez; e a diretoria de quatro dos seus mais hábeis, de entre todos. Em cada ano elegerá a assembléia cinco novos deputados da junta e dois diretores; e os que saírem destes empregos poderão ser reeleitos.

“Os quarenta dos maiores capitalistas, que hão de formar a assembléia geral do Banco, devem ser portugueses, mas qualquer português, que mostrar a necessária procuração de um estrangeiro, que seja do número dos maiores capitalistas, pode representá-lo, e entrar na assembléia geral; e no caso de haver capitalistas de igual número de ações, preferirão aqueles, ou aquele, que pelos livros mostrar maior antiguidade na subscrição.”

O desconhecimento de tal organização e a conseqüente desconfiança do meio fizeram com que se tivesse de esperar mais de um ano, até que fossem subscritos os primeiros 100 contos. O banco come-

çou a trabalhar a 11 de dezembro de 1809. Tudo fez o governo para desenvolver a novel instituição. Promoveu a colocação de ações e criou impostos em seu favor.²⁴ Os créditos do banco teriam o privilégio da cobrança executiva, como créditos de estado. Autorizou-se a fundação de sucursais, sendo estabelecidas duas: uma na Bahia, outra em São Paulo. Em 1810, o capital do banco atingia a 120 contos. Em 1812, a 172 contos. Um apelo do governo e os novos e grandes favores que lhe foram outorgados, em 1812, elevaram o seu capital a 398 contos. Em 1817, já atingia 1.189 contos. Em 1820, 2.215 contos.

Quanto às emissões efetuadas, até 1813 houve relativo equilíbrio entre elas e os cancelamentos de bilhetes. Mas de 1814 a 1820 elevou-se a emissão a 8.566:450\$000, sem que se fizesse resgate algum. Já então a circulação fiduciária era excessiva em relação às transações correntes, mas a maioria dessas emissões tinha sido feita para atender às necessidades do tesouro.

Um resumo do balanço apresentado por um de seus diretores, em 23 de março de 1821, indica, de acordo com Calógeras, as seguintes cifras:

ATIVO	3.302:730\$000
Numerário metálico	<u>1.315:439\$000</u>
Total	4.618:169\$000
Saldo contra o Banco	<u>6.015:543\$000</u>
Total	10.633:712\$000
PASSIVO	
Bilhetes em circulação	8.872:450\$000
Contas diversas	<u>1.761:262\$000</u>
Total	10.633:712\$000

A causa do *déficit* era a emissão para o Erário Régio, pois que as operações comerciais propriamente ditas apresentavam um saldo favorável ao banco de 2.856:903\$000. O governo, como sempre, correu

24 Em 1812, pelo Alvará de 20 de outubro, era o Banco do Brasil favorecido com cem contos anuais de imposições criadas por espaço de dez anos sobre seges, lojas, armazéns, oficinas e navios. A Real Fazenda deste modo entrava como acionista para auxiliar o estabelecimento montado debaixo de tantas esperanças; mas das entradas realizadas nos cinco primeiros anos não queria receber lucro algum, destinando tudo quanto lhe pudesse caber para proveito dos acionistas particulares.

em auxílio do banco e decretou que os adiantamentos feitos ao Tesouro seriam considerados como dívida nacional, garantida pela junta das receitas, pelos monopólios reais dos metais preciosos e das jóias da Coroa. Como prova de confiança, o rei fez transportar para as caixas do banco todas as suas jóias, convidando seus súditos a seguirem o seu exemplo.

“Alguns dias mais tarde, D. João VI partiu para Lisboa. Sua corte e os que o acompanharam retiraram toda a espécie amoedada do banco, apresentando a resgate os bilhetes de que eram portadores. Em 21 de julho de 1821, o reembolso contra as espécies tinha sido praticamente suspenso e substituído pela proporção seguinte: 75% pagos em notas representativas do ouro das casas de fundição; 15% em moeda de prata e 10% em moeda divisionária.”²⁵

Os gastos extraordinários, a que obrigava a criação de uma administração nova, a insuficiência das arrecadações de impostos, as guerras externas e as revoluções internas, os dispêndios da Corte e tantos outros fatores, tinham conduzido o Tesouro a essa situação deficitária.

A política emissionista e a continuação dos saldos desfavoráveis, na balança do comércio brasileiro, refletiram-se nas taxas de câmbio, em declínio após 1815.

Para honra da administração portuguesa, convém acentuar que o governo, reconhecendo como dívida nacional os seus compromissos para com o Banco do Brasil, determinou o levantamento de um empréstimo na Europa, de 2.400 contos, que foi reprovado pelas Cortes, as quais resolveram até pedir contas ao rei da entrega de jóias da Coroa.²⁶

Tendo-se em consideração que o banco fora formado por um governo absoluto, numa fase inteiramente anormal, e as grandes necessidades da administração, não pôde ser passível de uma crítica ligeira a administração de um tal aparelhamento, que prestou inolvidáveis serviços à economia da época. Teremos oportunidade de estudar a evolução do instituto até à sua liquidação, em 1829, que Calógeras aponta, com razão, como um grande erro dos primeiros tempos da independência.

25 Calógeras – *Op. cit.*

26 Oliveira Lima – *Op. cit.*

Os dividendos que pôde distribuir e a alta proporção a que atingiu o reembolso dos acionistas, por ocasião da liquidação, são outros índices a crédito de sua administração.

Os impostos

No início do século XIX, o contribuinte brasileiro, além do dízimo tradicional de todos os produtos agrícolas, pescarias e gado, que pertencia ao monarca, como Grão-Mestre da Ordem de Cristo, dos direitos aduaneiros de exportação sobre todos os gêneros²⁷ dos direitos de importação sobre quaisquer mercadorias, segundo a pauta já conhecida²⁸ estava sujeito a uma porção de impostos especiais, que compreendiam nos últimos anos do reinado, salvo algumas pequenas modificações locais:

- 1º) o subsídio real ou nacional, representado por direitos sobre a carne verde, os couros crus ou curtidos, a aguardente de cana e as lãs grosseiras manufaturadas no país;
- 2º) o subsídio literário, para custeio dos mestres-escola, incidindo sobre cada rês abatida, aguardente destilada e, em algumas províncias, como o Maranhão, sobre a carne-seca no interior, à razão de 1 pataca por 6 arrobas;
- 3º) o imposto em benefício do Banco do Brasil, de 12.800 réis, recaindo sobre cada negociante, livreiro e boticário, loja de ouro, prata, estanho e artigos de cobre, tabaco, etc., e do qual estavam isentas somente as lojas de barbeiro e sapateiro;
- 4º) a taxa santuária, também em benefício do banco, sobre cada carruagem de quatro e de duas rodas;²⁹

27 Os direitos de exportação não eram os mesmos nos diferentes portos. O algodão pagava, em 1812, 600 réis por arroba. O açúcar branco pagava, no Recife, 60 réis por arroba e o mascavado, 30 réis. No Rio, todos os produtos embarcados sofriam a taxa uniforme de 2 por cento. Os direitos cobrados em Pernambuco regulavam, com os preços ali correntes, 6 a 10 por cento sobre o valor do gênero exportado. Noutros casos a proporção era contudo menor.

28 A alfândega do Rio de Janeiro, segundo a informação de Henderson, que no Brasil exerceu funções consulares e lidava, portanto, com estes algarismos, rendia nos últimos tempos da estada de D. João VI, 500 a 600 mil libras esterlinas por ano, das quais o comércio inglês pagava mais de metade.

29 No Maranhão este imposto era de 12 e 10.000 réis respectivamente.

- 5º) a taxa sobre engenhos de açúcar e destilações, maior ou menor segundo a província;³⁰
- 6º) a décima do rendimento anual das casas e quaisquer imóveis urbanos, taxa somente cobrada no litoral e lugares mais populosos do interior e que não atingia propriamente o sertão;
- 7º) a sisa, que era um imposto de 10 por cento percebido sobre a venda das casas e outros imóveis urbanos;
- 8º) a meia-sisa, que era um imposto de 5 por cento percebido sobre a venda de um escravo que fosse *negro ladino*, isto é, já tendo aprendido ofício;
- 9º) os chamados *novos direitos*, representados por uma taxa de 10 por cento sobre os salários dos empregados nos departamentos da Fazenda e Justiça.

Afora esses impostos gerais e outros muitos, abrangendo selos, foros de patentes, direitos de chancelaria, taxas de correio, sal, sesmarias, ancoragens, etc., pesavam sobre o contribuinte os impostos particulares cobrados pelos magistrados em certos lugares e que entravam para o tesouro local, figurando como taxas municipais.³¹

Imigração

Um dos grandes problemas para a metrópole foi o da regulamentação da emigração para as províncias ultramarinas, que por várias vezes afetou seriamente a vida e o desenvolvimento do reino.

No século XVI, com a grande expansão marítima; no século XVIII, com a mineração no Brasil, e em princípios do século XIX com a invasão napoleônica e com a política de D. João VI, sofreu Portugal forte êxodo em benefício do Brasil.

Por diversas vezes a remessa de colonos constituiu iniciativa do próprio governo português.³² Assim foi com a emigração dos açorianos

30 No Maranhão a taxa era de 3.200 réis sobre cada engenho de moer cana, e, na Bahia, de 4.000 réis sobre cada alambique. (Oliveira Lima – *D. João VI no Brasil*.)

31 Deste gênero era o direito de 320 réis pago por cabeça de gado exportada da comarca de Paracatu, ou o de 80 réis sobre cada carga de algodão exportado da vila de Caieté. (Oliveira Lima – *D. João VI no Brasil*.)

32

para o Maranhão, no século XVIII, com as partidas de grandes levas de habitantes das ilhas, após crises e erupções vulcânicas e com a remessa de 2.000 casais de açorianos, feita de acordo com a Ordem Régia de 9 de agosto de 1747, para o Rio Grande do Sul.³³

Mas, enquanto se procedia por esta forma em relação aos súditos portugueses, vedava-se rigorosamente a entrada de estrangeiros. Toda essa política foi, porém, profundamente alterada por D. João VI.

“Data, no Brasil, do reinado de Dom João VI a política liberal para com os estrangeiros, a mais antiga afirmação da concepção de que o homem é cidadão do mundo. Um dos primeiros decretos do Príncipe Regente (25 de novembro de 1808) concedia aos estrangeiros que se viessem estabelecer na colônia o direito a datas de terras por sesmaria, na mesma forma por que eram concedidas aos súditos portugueses, o que era o melhor meio de chamar braços e energias para desenvolver a agricultura estacionária, a mineração decadente e a indústria em perspectiva, a qual tanto se queria fomentar que logo se isentaram de direitos as matérias-primas que servissem de base a quaisquer manufaturas (Alvará de 28 de abril de 1809).

“Razões múltiplas e sobretudo a falta de correspondência entre esse programa progressivo e a atmosfera social do Brasil, obstaram que a imigração fosse desde o seu início um fator importante do novo adiantamento, mas o inquestionável é que então se inaugurou uma nova ordem de coisas.”³⁴

“A legislação portuguesa não favoreceu sempre essa emigração, conforme se pode verificar das Cartas Régias de 3 de setembro de 1667, 28 de abril de 1674, 14 de fevereiro e 21 de março de 1694, Decretos de 26 de novembro de 1709 e 19 de fevereiro de 1711, e Provisões de 28 de março e 12 de agosto de 1709, 24 de março de 1713 e 24 de fevereiro de 1774.” A Lei de 1720 era mais explícita nessa tendência. Ainda em 1732, o Conselho Ultramarino dirigia uma consulta ao rei, onde se lia: “Por este modo se despovoará o Reino, e em poucos anos virá a ter o Brasil tantos vassallos brancos como tem o mesmo reino.”

33 Sobre o povoamento do Rio Grande do sul, o General Borges Fortes escreveu uma interessante monografia, *Troncos Seculares*, 1931.

“O Sistema de colonização por casais ia produzir os melhores resultados, pois não só as Capitânicas do Rio Grande de São Pedro e de Santa Catarina, ao sul, foram povoadas por esta forma, em virtude do contrato para este fim elaborado entre o governo de Lisboa e Feliciano Velho de Oldenberg, em 7 de agosto de 1747, senão que também as do Pará e Maranhão, ao norte, deveram àquele sistema o máximo de seus habitantes, mais estáveis e laboriosos.” (Augusto de Carvalho – *Brasil, Colonização e Imigração*.)

34 Oliveira Lima – *Op. cit.*

Independente das imigrações portuguesas, procurou D. João VI favorecer a entrada dos estrangeiros em geral, permitindo a outorga de sesmarias a colonos de qualquer nacionalidade. Ainda mais, fez entrar colonos suíços e sicilianos subvencionados.

O contrato celebrado com Luís Nicolau Gachet marca o início da colonização brasileira pelo elemento estrangeiro, em 1818. Por esse contrato, vieram para o Brasil cerca de 2 mil colonos. O governo obrigou-se a pagar a passagem até o porto do Rio de Janeiro; a dar-lhes víveres e transportes até o distrito de Cantagalo; alojamentos provisórios, enquanto os suíços não tivessem edificado sua vila ou aldeia; animais do país, como cavalos, machos, vacas, ovelhas, cabras e porcos; sementes de trigo, batatas, milho, linhaça, etc.; víveres e dinheiro durante os primeiros dois anos do seu estabelecimento. Cada colono suíço receberia, *per capita*, no Brasil, no primeiro ano, 160 réis por dia e, nos seguintes, 80 réis; isenções de impostos durante 10 anos e vários outros favores.

No contrato feito com o governo de Nápoles, obrigou-se este a mandar 2 mil colonos, que deveriam ser tirados dos campos e das indústrias; no entanto, vieram indivíduos retirados das prisões, tipos criminosos e vagabundos, que se portaram muito mal no país, provocando repulsa nacional contra a imigração estrangeira.

O Ministro Tomás Antônio da Vila Nova Portugal, partidário decidido da colonização estrangeira, projetara outros núcleos suíços e alemães, mas não conseguiu a aprovação real. D. João VI achara muito dispendiosa a experiência de Friburgo, na qual veio a sair cada imigrante por 1.500 francos, ou seja, 60 libras esterlinas, acima de 10 contos de réis, em valor aquisitivo de hoje.

“O pior efeito do ensaio de Friburgo fora na verdade o de ser imigração subsidiada, recolhidos os emigrantes à matroca entre gente pouco apta para tal fim e enganada por promessas miríficas. Diz von Leithold (*Meine Ausflug nach Brasilien*, Berlim, 1820) que muitos dos colonos vieram na idéia de serem senhores de terras e de negros, e outros tantos na esperança de reconstituírem suas fortunas e voltarem em pouco tempo, todos eles, como ricos para suas terras. O desapontamento foi grande quando se encontraram sem escravos e com a terra em frente para cultivá-la com os próprios braços. Desanimados, não poucos, os

alemães – pois que esses imigrantes suíços e católicos eram em boa parte alemães do Sul e protestantes – fizeram-se soldados.

“Da imigração portuguesa, também foi Tomás Antônio protetor, fundando em Santa Catarina uma colônia de pescadores de Ericeira e outras colônias em diversos pontos, para as quais se serviu dos soldados portugueses a que ia dando baixa, substituindo-os por praças destacadas das forças que as guerras tinham acabado por acumular em Portugal e que o governo do Rio canalizara para o Brasil e para Montevidéu.”³⁵

“A imigração em geral cada ano se fazia maior, e não se cifrava somente nos suíços relegados à sua colônia de Nova Friburgo e nos ilhéus distribuídos pelo país com provisão de instrumentos agrícolas, ou enraizados nas imediações da capital, suprimindo o seu mercado cada vez mais exigente porque, crescendo o conforto e surgindo o luxo, a mesa tinha fatalmente que se tornar mais variada e esmerada. Abrangia ela crescido número de outros portugueses do reino e estrangeiros, entre os quais elementos pouco desejáveis que a polícia arbitrária, quando não abusiva, de Paulo Fernandes Viana e Vidigal trazia sob a sua rigorosa fiscalização, sobretudo depois do inesperado se bem que explicável rebentar da revolução de 1817 e da descoberta de numerosas sociedades secretas.”³⁶

A política imigratória de D. João VI tinha o intuito não só de procurar povoar o país, inoculando-lhe sangue europeu e idéias européias, como também preparar a abolição da escravidão.

“Linhares tivera um projeto de colonização chinesa, com o fito sobretudo de ir substituindo o braço servil, cuja fonte a Inglaterra ameaçava estancar pela supressão do tráfico. O objetivo do Governo do Rio talvez fosse – segundo dispunham as instruções dadas ao coronel Maler por ocasião de sua nomeação para o Brasil (Arq. do Min. dos Neg. Estrangeiros de França) – nacionalizar alguns estabelecimentos de indústria, ou mesmo mais do que adquirir cultivadores.

“A França preferia, naturalmente, que qualquer corrente imigratória se dirigisse para as suas colônias, mas não deixava de encarar a hipótese de a escolha recair no Brasil, insinuando que o governo português devia animar, por meio de concessões de terras ou outras vantagens, a

35 Oliveira Lima – *Op. cit.*

36 Oliveira Lima – *Op. cit.*

colonização européia. E tanto parecia esse governo disposto a aceitar essas sugestões, que fez em Cantagalo uma experiência de colonização suíça, denominando-se o lugar ‘Nova Friburgo’.

“Todos sabem, porém, que o ensaio foi na prática um fracasso. Antes mesmo da chegada, devido às péssimas acomodações a bordo e à falta de higiene, cerca de 80 imigrantes morreram durante a travessia. Friburgo vingou, como uma aprazível estação climatérica, mas dos pontos de vista agrícola e econômico, foi uma colônia sem nenhum valor. Debret (*Voyage Pittoresque*) particulariza as razões do malogro, assim as catalogando: 1^a) dos fundos destinados pelo governo para o conveniente estabelecimento dos imigrantes, alguns foram distraídos, malgrado a existência de uma comissão nomeada especialmente para superintender sua aplicação; 2^a) os extravios e roubos ocorridos por ocasião dos transportes dos objetos de propriedade dos colonos, entre eles utensílios indispensáveis de lavoura, que tinham vindo em caixotes demasiado volumosos para serem carregados às costas de mula, tornando-se preciso abri-los a fim de dividir os fardos; 3^a) a falta de previsão administrativa, revelada na escolha infeliz do local comprado por bom preço numa difícil região montanhosa, do que resultou mais tarde ficarem os colonos privados, por falta de comunicações fáceis, da exportação dos seus produtos agrícolas, quando havia em Minas e São Paulo tanta extensão desocupada, acessível e de clima igualmente sadio e agradável.

“Além de tudo, havia a circunstância, referida por Palmela,³⁷ de não serem satisfatórias as levas dos colonos, entre os quais avultavam velhos, crianças e mulheres. Aliás, segundo a informação de Maler,³⁸ nem sequer se achavam, então, as terras prontas para a distribuição em lotes, de sorte que anos depois estavam ainda os bem-aventurados colonos comendo dos víveres que o governo diariamente lhes fornecia.

37 Correspondente da Legação em Londres, no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Este ofício foi escrito quando arribou à costa inglesa um dos navios que transportavam os suíços contratados por um agente de nome Grasset. (Oliveira Lima – *Op. cit.*)

38 Ofício de 26 de janeiro de 1820, no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França. *Il serait impossible*, escreve o encarregado de negócios de França, *de faire plus de dépense pour une colonie quelconque, et on ne peut être plus ingénieux à en perdre le fruit.*

“Melhor, ainda assim, aquela inferioridade numérica de homens úteis para o cultivo dos campos, do que o rebotalho das galés de Nápoles, cedido à Corte do Rio para ser colocado como elemento de trabalho no Brasil e cuja passagem por Lisboa em duas fragatas napolitanas, carregadas com 200 dos três mil prometidos, é mencionada pelo Cônsul-Geral Lesseps.³⁹ Era um gênero cuja exportação não podia prudentemente se efetuar por atacado.

“Sorte mais próspera que os suíços, tiveram os numerosos imigrantes da mesma raça portuguesa que afluíram, engajados ou mais comumente espontâneos, entre eles os novos casais de açorianos mandados expressamente vir para fomento da agricultura e espalhados da Bahia para o sul, fornecendo-se-lhes instrumentos de lavoura, sementes, casas de habitações, gado para os trabalhos rurais e subsídio pecuniário para sustento dos dois primeiros anos. Favores superiores a estes lhes foram outorgados e aos filhos, e bem assim aos casais, que de futuro se transportassem dos Açores para o Brasil, isenção do recrutamento para a tropa de linha e do serviço nos corpos da milícia.⁴⁰

“A comunidade de língua, religião e origem, constituía uma grande vantagem para semelhantes colonos, tornava-os nacionais no outro continente, quando não fossem súditos de um mesmo monarca.”

Em 1811, mandaram-se distribuir aos portugueses que quisessem emigrar para o Brasil, e ali se fixarem como agricultores, lotes de terra, instrumentos de lavoura, gado e uma mesada nos primeiros tempos; acolhimento franco e benévolo se estendia aos estrangeiros, não só aos que se destinassem à lavoura, como aos que professassem as ordens liberais e mecânicas. Acabava, dessa forma, a exclusão dos estrangeiros, que se iniciara no domínio dos Filipines.

Desejando o príncipe dar aos arsenais uma organização nova, determinou-lhes que aprestassem as indústrias de fundição de armas e outros engenhos de guerra. Para isso, mandou vir de Portugal numerosos trabalhadores especializados, que ali sofriam privações por

39 Ofício de 5 de abril de 1820, no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de França.

40 Decreto de 16 de fevereiro de 1813. (Oliveira Lima – *Op. cit.*)

falta de trabalho. Num edital, publicado em Lisboa, em 11 de junho de 1811, assinado por Manuel Joaquim Oliveira Laje, em nome da Real Junta da Fazenda, se fez público “a todos operários e artífices das diferentes oficinas de carpintaria, de marcenaria, de ferreiro, de forja, de lima; de latoaria, de cordoaria e que entendam de estufa – que queiram, voluntariamente, passar para o Rio de Janeiro, dirigindo seus requerimentos dos mesmos trabalhos para sua classificação; se lhes fará pagamento de tudo que tiveram vencido e de 4 meses de avanço de seus gêneros, pagando-se logo um aqui e os três na sua chegada àquela capital, passando para isso o despacho necessário e dando-se-lhes a passagem e de suas respectivas famílias, à razão de porão para cada uma. Outrossim, se declara que esta deliberação se estende igualmente a artistas operários que se ocupam das oficinas e se destinam aos serviços públicos e particulares”.

A propaganda que se fez na Europa decorrente da fundação de um novo reino na América e as medidas liberais adotadas por D. João VI abriram o país à curiosidade estrangeira e, então, assistiu-se à afluência de notáveis viajantes e homens de ciência, a que iríamos dever a divulgação de ensinamentos sobre os nossos recursos naturais, concorrendo para que a terra ficasse melhor conhecida dos próprios brasileiros.

Receitas e despesas

Pela organização fiscal do reino, eram os impostos indiretos os que maiores receitas proporcionavam ao orçamento real, sendo difícil discriminar a participação do Brasil.

De acordo com Balbi, a maior renda dos anos imediatamente anteriores à partida do Rei para o Brasil foi a de 1805, que alcançou 28 milhões de cruzados, ou sejam, 11.200 contos de réis. Estavam aí compreendidos os rendimentos líquidos das possessões ultramarinas. As alfândegas de Portugal rendiam cerca de 4 mil contos. As décimas, 730 contos. O rendimento anual líquido das capitâneas ultramarinas não aparecia aí com mais de 760 contos. A despesa da Casa Real ultrapassava 1.200 contos, assim dividida:

Particulares do serviço	299:658\$219
Ucharia	352:502\$551

Cavaliarias.	347:328\$575
Tesouraria	82:976\$700
Cera e outros artigos.	143:568\$580
	<hr/>
	1.226:034\$625 ⁴¹

Mudada a sede da monarquia para o Brasil e entregue Portugal a uma regência, dividiram-se os orçamentos, passando os gastos da Casa Real a ser custeados pelo orçamento brasileiro.

A contabilidade real era muito bem feita. Balbi arrecadou preciosas informações estatísticas, de que publicou boa parte, não chegando, infelizmente, a editar o livro planejado sobre o Brasil. Entregou, porém, a Freycinet muitos elementos,⁴² de que nos vamos aproveitar em nosso estudo.

Para o ano de 1808, a *Receita Geral* estava assim orçada:

Rendimentos aduaneiros

24% sobre as mercadorias secas, 16% sobre as mercadorias portuguesas, dízimos e donativos para reedificação de Lisboa, imposto sobre líquidos e pólvora de guerra, sobre tabaco, direitos de consulados, etc.	785:056\$352
---	--------------

Rendimentos arrecadados pela Mesa de Inspeção

Estanco do tabaco, imposto sobre aguardente do Brasil, sal e donativos voluntários	144:110\$545
--	--------------

Diversos rendimentos reais

Venda de pólvora de guerra, direitos de ancoragem, capatazias, aguada e venda de madeiras de construção	1:930\$640
---	------------

Rendas arrecadadas pela Grande Chancelaria

Direitos sobre cargos e ofícios, selos reais, etc.	25:759\$559
--	-------------

Cobranças feitas pelo Erário Régio

Donativos dos empregados, direitos sobre escravos enviados às minas, dízimos reais, propinas, etc.	154:228\$300
--	--------------

<i>Casa da Moeda</i>	79:463\$372
--------------------------------	-------------

Receitas arrendadas ou estancadas

41 Balbi, em *Essai Statistique du Royaume de Portugal et Algarves*, 1822, faz um estudo comparativo entre as despesas das casas reais da Europa, mostrando que as relativas a Portugal não eram tão elevadas como as demais.

42 Louis de Freycinet – *Voyage autour du Monde*, Paris, 1825.

Imposto sobre cabarés e cafés, passagem de rios, subsídio literário, correio, etc. 79:7005362

Receitas extraordinárias

Caixa de depósitos, caixa de defuntos e ausentes, dispensas eclesiásticas (bula da Santa Cruzada), caixas militares, contribuições das províncias, etc. 585:942\$358

Receitas diversas

Casas de fundição, bens dos jesuítas, lucros sobre as piastras espanholas, etc. 401:981\$011

Total da receita 2.258:172\$499

Saldo em caixa 39:731\$600

Total 2.297:904\$099

As despesas para o mesmo ano de 1808 estariam orçadas em Rs. 2.234:985\$204 assim divididas:

Despesas com a Casa Real

Ucharia, cavalaria, pagadoria, portaria, guarda-jóia, etc. 456:724\$059

Exército

Soldos das tropas de terra e mar, hospital militar, compra de cavalos, trem de guerra, fortificações 454:638\$515

Armaçéns Reais e da Marinha

Saldos à Casa Real, navios de guerra, etc. 603:854\$176

Erário Régio

Saldos, pensões, despesas administrativas, justiça, diplomacia, obras públicas, etc. 633:470\$818

Despesas extraordinárias

Ajudas de custo, juntas da fazenda nas províncias, gratificações, aquisição de próprios reais, etc. 86:297\$636

Total 2.234 :985\$204

Saldo 62:918\$895

Total 2.297:904\$099

Verifica-se que a despesa com a Administração Real ultrapassava de 1.000 contos, anualmente.

Havia autonomia financeira quanto às províncias, estando apenas ligadas diretamente ao Erário Régio as arrecadações relativas à do Rio de Janeiro, sobre a qual recaía o maior encargo.

O Dr. Manuel Jacinto Nogueira da Gama (depois conselheiro de Estado, senador do Império e mais tarde marquês de Baependi) apresentou em 5 de fevereiro de 1812 notável exposição, em que dá salutareos conselhos sobre a organização e equilíbrio orçamentário.⁴³

Mostrou esse estadista brasileiro que as rendas ordinárias diretamente arrecadadas pelo Real Erário eram:

Em 1810.	1.764:250\$191	
Em 1811.	<u>1.604:270\$950</u>	
Rendimento médio	1.684:265\$075	
(Bahia 600:000\$, Pernambuco 310, demais 505:734\$925)	<u>1.415:734\$925</u>	3.100:000\$000

Nogueira da Gama registrou, como gastos médios:

Despesas da Casa Real	963:758\$225
Erário, segundo as folhas	375:000\$000
Exército	674:000\$000
Marinha	848:000\$000
Despesas com o expediente dos Tribunais	51:229\$477
Despesas extraordinárias	<u>102:012\$298</u>
	3.014:000\$000

Assim, para 1810, e 1811, a situação era de um pequeno saldo.

Concluía o futuro marquês de Baependi:

“Creio ter mostrado claramente que não é deplorável o estado da Real Fazenda desde que se exijam impreterivelmente as sobras das capitánias, e que as despesas públicas não excedam consideravelmente às que ficam indicadas, principalmente na marinha e guerra; assim acontecendo elas serão realizadas sem novas imposições, sem papel-moeda, do que devemos absolutamente fugir, sem abusos de emissões de moeda provincial, que, passando dos estreitos limites, se assemelha em suas conseqüências ao papel-moeda; sem bilhetes de circulação de crédito

43 Castro Carreira – *História Financeira do Império do Brasil*.

para os quais a nação não está disposta por falta de confiança no Real Erário, e por falta de luzes confundindo tais bilhetes com papel-moeda; se pode facilmente conseguir adotando-se o que tenho proposto, que as rendas públicas excedem às despesas, e que por consequência se possam fazer com a maior exação todos os pagamentos, cessando a atual penúria e o progresso da dívida do Estado, cessando a dependência terrível, e o mais fatal inimigo do crédito público.”

Em sua obra já referida, informa Balbi que em 1814 a receita total das províncias ultramaras representava 3 mil contos, dos quais 1.600 eram arrecadados no Rio de Janeiro, 600 contos de réis representavam o excedente dos rendimentos sobre as despesas da Capitania da Bahia, 480 contos, verba igual de Pernambuco, 300 contos do Maranhão, 150 contos referentes a Minas Gerais, Ceará e Angola. O que confirma os dados de Nogueira da Gama.

É interessante verificar a previsão orçamentária para as contribuições provinciais, constantes dos dados oficiais:

SOBRAS PROVINCIAIS PREVISTAS
NOS ORÇAMENTOS OFICIAIS

1808	184:771\$668
1809	444:022\$123
1810	1.286:927\$722
1811	1.249:286\$143
1812	778:210\$984
1813	1.426:414\$311
1814	1.271:305\$507
1815	1.346:296\$749
1816	1.778:001\$823
1817	1.658:542\$163
1818	1.956:811\$620
1819	1.514:471\$635
1820	1.551:475\$981

A discriminação prevista para esta rubrica, no ano de 1820, foi a seguinte:

Pernambuco	489:259\$292
Bahia	473:380\$000

Maranhão.	456:530\$776
Angola.	68:440\$225
Ceará, incluindo 14 contos de restituição	35:600\$000
São Paulo.	11:681\$880
Goa.	8:139\$588
Minas Gerais.	5:469\$410
Goiás.	500\$000
Alagoas.	2:474\$810
	<hr/>
	1.551:475\$981

Não possuímos as receitas brutas de cada província nesse ano.

Castro Carreira publica, porém, um quadro demonstrativo do estado financeiro das províncias do Brasil em 1823, que dá uma idéia aproximada da ordem em que se classificavam, quanto à prosperidade econômica nessa época.

PROVÍNCIAS	RECEITA	DESPESAS	DÍVIDA ATIVA	DÍVIDA PASSIVA
Pará.	332:972\$808	312:186\$519	205:511\$842	342:158\$627
Maranhão.	767:837\$338	749:523\$746	363:219\$060	51:757\$759
Piauí.	72:558\$037	58:686\$929	348:319\$360	
Ceará.	138:784\$437	104:749\$640	185:390\$025	2:557\$995
Rio Gr. do Norte.	42:222\$235	39:263\$266	8:318\$370	78:898\$806
Paraíba.	247:711\$203	217:220\$059	58:671\$366	8:931\$640
Pernambuco.	1.436:726\$265	1.321:060\$718	257:961\$841	57:681\$327
Alagoas.	123:444\$795	114:614\$586		
Sergipe.	34:477\$127	32:224\$384		
Bahia.	1.644:413\$934	1.595:872\$207	112:088\$885	404:217\$949
Esptº Santo.	17:726\$994	66:000\$000		
R. de Janeiro.	6.580:112\$166	6.336:748\$216	285:997\$412	12.055:580\$456
São Paulo.	279:788\$445	265:174\$889	128:269\$745	211:473\$432
Sta. Catarina.	29:203\$941	107:524\$580		45:356:053
Rio Gr. do Sul.	530:816\$392	434:049\$071	434:611\$076	244:147\$036
Cisplatina.	456:091\$025	437:414\$750	17:024\$150	54:318\$325
Goiás.	56:676\$310	54:833\$546	153:186\$018	158:853\$331
Mato Grosso.	117:530\$000	116:971\$720	28:167\$700	785:439\$331
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Totais.	12.908:793\$452	12.364:218\$826	2.586:736\$850	14.502:372\$067

Nesse ano de 1823, a receita ordinária e extraordinária do Tesouro Imperial foi apenas de Rs.3.802:434\$204.

O orçamento da Receita Geral de 1820 foi de Rs.9.762:891\$116, e a despesa prevista foi de Rs.9.715:628\$699.

Constituíam as suas rubricas:

*Receita Geral orçada para o Brasil em 1820**Rendimento aduaneiro*

Compreendendo os tributos taxados a 24%, a 16%, a 15% e a 11%; os tributos sobre vinhos e aguardentes, sobre escravos; sobre baldeação, consulados, sobre café, trigo, sal e direitos de reexportação⁴⁴. 1.719:762\$084

Casa da Moeda

Direitos de cunhagem, equiparação e reconstituição. 148:101\$487

Receitas diversas

Correio, passagens de rios, registro de Parati, descontos das terças, papéis selados, imposto territorial, pesca da baleia, novas e antigas, taxas, etc. 364:701\$681

Estancos e monopólios

Dízimo real sobre o açúcar, sobre as miunças, Sisa e meia-sisa do templo, etc 262:857\$939

Rendimentos contratados

Direitos sobre a carne verde, subsídio literário, sobre café e fumo em rolo, sobre cartas de jogar, dízimo das chancelarias, taxas sobre cafés e cabarés, barcos de pesca, donativos de oficiais com por cento para obras pias, etc. 167:096\$605

Contribuição das Províncias

(Compreendendo também Angola e Goa). 1.551:475\$981

Receita extraordinária

Suprimento extraordinário do Banco do Brasil,⁴⁵ remessas dos banqueiros estrangeiros, restituições, caixas dos defuntos e ausentes, quinto do pó de ouro, venda da pólvora de guerra, produto da venda de 15.000 quilates de diamantes brutos,⁴⁶ somas tiradas da caixa de reserva⁴⁷. 1.544:977\$839

Lucros diversos

44 Os direitos na razão de 15 e 16 % rendiam mais de 50 % sobre todos os demais; a renda sobre escravos atingia 195 contos.

45 O suprimento do banco estava orçado em 1.155:000\$000.

46 O produto dessa rubrica estava avaliado em 120:000\$000.

47 Previstas em 99:000\$000.

Cunhagem de piastras espanholas em moedas provinciais, a) recunhagem das piastras para 960 réis, b) venda de barras de cobre para a Casa da Moeda, etc	3.956:655\$083
Total	9.715:628\$699
Saldo anterior	55:482\$176
Total geral.....	9.771:110\$875

Verifica-se desse orçamento que a receita ordinária montaria, de fato, a Rs. 4.500:000\$000. O saldo da receita prevista resultava de recursos extraordinários de que lançava mão o Erário Régio para fazer face às suas despesas. Não obstante a receita ordinária de 1810 a 1820 ter variado entre 3.000 e 4.500 contos, os orçamentos oficiais para todo esse período assinalam cifras muito mais elevadas, conforme se verifica do seguinte quadro:

QUADRO COMPARATIVO DOS ORÇAMENTOS DAS RECEITAS E DESPESAS GERAIS DO BRASIL DESDE 1808 ATÉ 1820

ORÇAMENTO DE	RECEITA	DEPESA	SALDO
1808.....	2.258:172\$499	2.234:985\$204	23:187\$295
1809.....	2.884:982\$183	2.916:206\$687	31:224\$504
1810.....	5.251:200\$524	5.254:291\$164	3:090\$640
1811.....	3.691:884\$485	3.689:416\$406	2:468\$079
1812.....	3.237:541\$397	3.240:295\$820	2:754\$423
1813.....	4.891:884\$932	4.899:782\$139	7:897\$207
1814.....	4.367:316\$580	4.354:157\$650	13:158\$930
1815.....	4.897:343\$597	4.909:282\$441	11:938\$844
1816.....	5.949:760\$503	5.923:823\$069	25:928\$434
1817.....	7.140:109\$873	7.169:944\$406	29:834\$533
1818.....	7.949:415\$607	7.923:798\$561	25:617\$046
1819.....	8.673:109\$122	8.660:978\$179	12:130\$943
1820.....	9.762:891\$116	9.715:628\$699	47:262\$417

As rendas aduaneiras, previstas para esse período, foram as seguintes:

1808	785:056\$352
1809	810:981\$608
1810	927:150\$288

1811	852:690\$571
1812	738:384\$786
1813	845:502\$690
1814	815:908\$849
1815	843:636\$179
1816	1.067:340\$581
1817	1.094:809\$251
1818	1.549:123\$250
1819	1.976:528\$046
1820	1.719:762\$084

O exame de todas essas verbas demonstra que não tinha havido no período da permanência da corte no Rio de Janeiro um aumento de arrecadação de impostos no Brasil, que fizesse face às despesas criadas com o novo reino. O país não havia valorizado suas fontes de produção com a rapidez com que sonharam D. João VI e seus ministros. O orçamento real constituía um milagre de equilíbrio sendo notáveis os processos utilizados para criação artificial de recursos. Os déficits reais se acumulavam, lançando mão o Erário Régio, para cobri-los, da recunhagem das piastras espanholas, o que representava uma inflação, das emissões do Banco do Brasil, de créditos externos, da venda dos diamantes da Coroa e, finalmente, dos fundos de várias caixas de depósitos.

Explica-se, assim, após a partida de seu Augusto Pai, a situação aflitiva em que se encontrou D. Pedro, para conseguir recursos suficientes com que fizesse face aos compromissos do Erário Régio. Compreende-se, também, por essa época a origem de parte da queda aparente das receitas do primeiro império.

Em 1826, a receita arrecadada alcançou Rs. 5.393:944\$911; em 1827, Rs. 6.611:718\$576.

O exame da situação financeira esclarece ainda as rubricas relativas aos gastos previstos para 1820:

Orçamento da despesa do Brasil em 1820

Casa Real

Compreendendo a ucharia,⁴⁸ grande esmoler, guarda-roupa, te-
souraria da casa real, biblioteca, cavalaria,⁴⁹ intendência, cape-
la real,⁵⁰ linho e prataria, o reembolso ao Visconde do Rio
Seco, reparos nos palácios reais,⁵¹ etc. 1.706:035\$630

Erário Régio

Compreendendo ministros de Estado, desembargadores do paço,
mesa da consciência, ordens, casa da suplicação, alfândegas,
magistérios, chancelaria, correios, pensões, cõngruas, juros de
empréstimos, etc. 447:777\$130

Expediente da Corte de Justiça, imprensa real, casa da moeda, etc . . 163:774\$869

Obras Públicas 81:540\$716

Exército

Soldos, caixa geral das tropas, aquisição de cavalos, arsenal de
guerra, hospital militar, pólvora, munições, inclusive para
Montevideú 996:744\$774

Marinha Real 1.034:581\$746

Despesas extraordinárias

Pagamentos diversos, juros e amortizações de empréstimos, paga-
mentos à alfândega, suprimento às caixas de províncias, supri-
mento ao Tesouro português,⁵² etc. 788:145\$227

Despesas para a fabricação de moedas provinciais

Compreendendo a compra das piastras espanholas, de barras de
cobre, etc 3.870:305\$182

Total. 9.762:891\$116

Saldo 8:219\$759

Total geral 9.771:110\$875

48 436 contos.
49 273 contos.
50 83 contos.
51 86 contos.
52 220 contos.

As rubricas referentes às forças armadas, alcançando, com os extraordinários, mais de 2.000 contos, contra uma receita ordinária de cerca de 4.500 contos (44%), contribuía, em muito, para o desequilíbrio orçamentário.

As guerras do Sul, a revolução de Pernambuco⁵³ e outras causas tinham concorrido para o agravamento dessas despesas extraordinárias.

Por ocasião da independência, devia o Erário Régio soldos atrasados, contas na praça e mais de 8.000 contos ao Banco do Brasil.

Enquanto se verificavam tais cifras para o Brasil, é interessante observar que o orçamento organizado para Portugal, em 1821, alcançava cerca de 9.800 contos de réis (Balbi).

Para 1822, a receita do reino foi orçada em 7.232 contos, o que demonstra o exagero da previsão do ano anterior.

Aliás, os orçamentos portugueses em todo o período de 1808-1820 foram fortemente deficitários.

O papel-moeda em circulação, em Portugal, em 1821, já atingia a 8 mil contos e a dívida pública total do Reino, compreendendo essa emissão, alcançava 95 milhões de cruzados, ou seja, 38 mil contos, mais de £.10.500.000 (Balbi).

No Brasil, na mesma época, a dívida pública, além do débito ao Banco do Brasil, estava representada por mais de 5 mil contos e a circulação fiduciária já ultrapassava 8 mil contos.

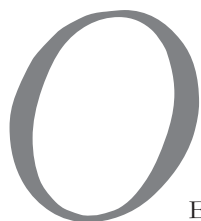
53 A revolução pernambucana de 1817 foi estimulada em boa parte pela irritação causada com as sucessivas remessas de saldos da renda provincial para o Rio, sem que se atendessem a reclamos locais para melhoramentos indispensáveis, enquanto que na Bahia o Conde dos Arcos gastava a renda em serviços regionais.

.....

Capítulo XV

AUTONOMIA ECONÔMICA E SOBERANIA POLÍTICA

PRODUÇÃO E COMÉRCIO NOS ÚLTIMOS TEMPOS COLONIAIS. O PERÍODO DE RENOVAÇÃO EM PORTUGAL. OS ESTADISTAS E OS HOMENS DE CIÊNCIA. O FOMENTO ECONÔMICO. O COMÉRCIO LUSO-BRASILEIRO COM SALDOS A FAVOR DA COLÔNIA. VALORES DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA EM PRINCÍPIOS DO SÉCULO XIX, ANTES E DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA DA ECONOMIA BRASILEIRA. A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA ADUANEIRA. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM FACE DA NORTE-AMERICANA. AS GRANDES INICIATIVAS DA CORTE PORTUGUESA EM FAVOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL. VIAS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES. A NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM E PARA O EXTERIOR. OS ESTALEIROS NAVAIS. A MINERAÇÃO. A CRIAÇÃO DA SIDERURGIA NO BRASIL. VARNHAGEN E ESCHWEGE. A POPULAÇÃO E SUA DISTRIBUIÇÃO. A ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA NO RIO DE JANEIRO. A INFLUÊNCIA DOS FATORES POLÍTICOS NA CORREÇÃO DA CRISE ECONÔMICA DO SUL. A UNIDADE POLÍTICA INFLUINDO NA FORMAÇÃO DA UNIDADE ECONÔMICA. A EVOLUÇÃO DA SOBERANIA ECONÔMICA INFLUINDO NA CRIAÇÃO DA SOBERANIA POLÍTICA. INDEPENDÊNCIA.



Produção e comércio

ESTUDO da evolução econômica luso-brasileira nos últimos 70 anos dos tempos coloniais oferece um campo de observação, de que se poderiam tirar proveitosas lições, mesmo para os nossos dias.

Pombal fez tudo para que o império lusitano, ao invés de flutuar, em matéria econômica, ao sabor das políticas comerciais de outros povos, mantivesse em suas mãos as diretrizes de sua própria política.

Com este ponto de vista, foram notáveis suas múltiplas iniciativas e seus tenazes esforços. O apreço que deu ao preparo dos nacionais em matéria de cultura ecônomo-científica, os aprendizados práticos que estabeleceu com as indústrias do Estado, pela importação de técnicos e peritos estrangeiros, quando as nações dificultavam sobremodo tal emigração, são fatos relevantes na história portuguesa.

Continuou, no reinado de D. Maria, a preocupação do reerguimento do império.

Fortunato de Almeida, em seus *Subsídios para a História Econômica de Portugal*, salienta vários aspectos da tremenda luta econômica, que se travava na Europa, no século XVIII, e as diligências que Portugal empregou em sua própria defesa. Visando demonstrar que esses esforços não ficaram adstritos à época de Pombal, enumera Fortunato de Almeida uma série de fatos, acentuando que “no grande movimento de renovação econômica, operado em Portugal, nos fins do século XVIII e nos primeiros anos do século XIX, empenharam-se todas as classes”.

A reforma da Universidade, feita pelo Marquês de Pombal, animou uma corrente que já se esboçava, no sentido do estudo dos recursos naturais do reino e dos meios de seu eficiente aproveitamento.

Esta corrente ainda mais se acentuou no final do século, verificando-se uma grande atividade científica “com mira no desenvolvimento econômico”.

Nessa atividade universitária, distinguiram-se eminentes brasileiros ou nomes portugueses que mais tarde vieram a prestar relevantes serviços ao Brasil: Visconde de Barbacena, Doutor Alexandre Ferreira, José da Silva Lisboa, José Bonifácio de Andrade e Silva,¹ além

1 “A Academia Real de Ciências de Lisboa, depois de admitir no seu grêmio, como distinto naturalista, a José Bonifácio de Andrada e Silva, propôs ao governo de D. Maria I que lhe desse uma pensão como encargo de se aperfeiçoar em seus estudos nos países estrangeiros. Durante 10 anos, de 1790 a 1800, José Bonifácio visitou meios e estabelecimentos metalúrgicos e instruiu-se teórica e praticamente em todos aqueles trabalhos. Voltando a Portugal, foi nomeado intendente geral das minas e metais do reino; encarregado de reger, na universidade, a nova cadeira de metalurgia; de dirigir e administrar as minas de fundição e ferro de Figueiró das Vinhas, e de propor todas as providências e regulamentos que julgasse necessários para valorizar aquelas ferrarias.” (Fortunato de Almeida – *Op. cit.*) José Bonifácio, no Brasil, agiu ainda em condições semelhantes. Já se encontrava publicado o relatório da viagem mineralógica na província de S. Paulo, efetuada em 1820, por José Bonifácio e Martim Francisco. Agora, Rodolfo Garcia, na 3ª edição da *História do Brasil*, de Porto Seguro, acaba de desvendar o relatório de José Bonifácio sob o Ipanema, que ainda estava inédito.

de muitos outros. São notáveis as publicações e circulares da Real Academia de Ciências de Lisboa nessa época.

Todo esse zelo não foi em pura perda. Portugal usufruiu, no final do século XVIII e princípios do XIX, um período áureo em sua história econômica.

Desde 1780 que a balança de comércio com a Inglaterra, há tanto tempo deficitária, apresentou saldos. As fábricas do reino, privilegiadas ou não, concorriam com grandes fornecimentos para o Brasil. O algodão brasileiro já se ia avolumando no ativo do comércio lusitano. O Norte da colônia tinha se enriquecido com o algodão e com o arroz.²

Em 1792, o câmbio sobre Londres estava a 72¹/₂ dinheiros, quando o par era 67¹/₂.

Nos fornecimentos de Portugal ao Brasil, no final do século XVIII, os produtos de fabricação do reino ultrapassavam 3.000 contos, dos quais mais de 1.500 em tecidos de algodão, seda e lã; talvez não alcançando tanto os produtos das manufaturas estrangeiras.³

O comércio luso-brasileiro, de 1796 a 1807, apresentou, em média, uma exportação do Brasil superior a £ 3.000.000. Em 1801, a exportação subiu mais de £ 4.000.000.

Salvo raras exceções, o saldo da balança de comércio foi quase sempre favorável ao Brasil (V. quadro abaixo).

O comércio de Portugal com as demais nações européias apresentava, nesse período, um ativo de exportação de £ 6.000.000 (V. anexos 1, 2 e 3), em média. Nesse total os produtos brasileiros figura-

2 Para favorecer a agricultura nacional, D. Maria I, por Alvará de 24 de julho de 1871, proibira a entrada de arroz que não fosse produzido em territórios portugueses.

3 Valor das manufaturas enviadas pela Metrópole portuguesa às suas colônias: De 1796 a 1800, a exportação das fábricas portuguesas alcançou 48.281.000 cruzados, mais de £1.000.000 anuais. No quinquênio de 1801 a 1805 – 40.317.000 cruzados, cerca de £ 900.000 anuais. Em 1806 – 4.799.000 cruzados; Em 1807 – 2.936.000 cruzados; Em 1808 – 568.000 cruzados; Em 1809 – 1.129.000 cruzados.

(Henrique Pinheiro de Vasconcelos – *Primeiros passos do Brasil-econômico.*)

vam com cerca de 50%. Os vinhos, azeites, sal, laranjas e outros produtos do reino representavam o saldo.

QUADRO DO COMÉRCIO DO BRASIL COM PORTUGAL DE 1796 A 1819				
ANOS	EXPORTAÇÃO (em libras)	IMPORTAÇÃO (em libras)	LUCROS (em libras)	PERDAS (em libras)
1796	3.187.440	1.939.440	1.248.000	–
1797	1.183.000	2.368.230	–	1.185.230
1798	3.004.560	2.963.340	41.220	–
1799	3.495.670	4.389.110	–	893.440
1800	3.480.000	2.620.000	860.000	–
1801	4.104.560	2.966.670	1.137.890	–
1802	2.875.890	2.819.890	56.000	–
1803	3.147.770	2.757.880	389.890	–
1804	3.110.990	3.161.990	–	51.000
1805	3.74.550	2.640.330	1.234.220	–
1806	3.931.550	2.340.550	1.591.000	–
1807	3.868.770	1.931.330	1.937.440	–
1808	151.880	419.660	–	267.70
1809	1.338.660	954.880	383.780	–
1810	1.023.110	814.550	208.560	–
1811	1.009.220	875.660	233.560	–
1812	1.107.660	684.330	423.330	–
1813	1.332.330	996.440	335.890	–
1814	1.945.990	1.580.880	365.110	–
1815	2.516.440	2.287.770	228.670	–
1816	2.684.330	2.862.220	–	177.890
1817	2.307.990	2.379.880	–	71.890
1818	2.679.440	2.05.4409	474.000	–
1819	2.087.990	1.818.440	69.550	–

Entrepasto obrigatório de todo o comércio brasileiro, fazia encarecer sobremodo os artigos produzidos e consumidos na colônia. Mas, como contrapartida, Portugal era um mercado certo para muitos dos produtos exportados do Brasil.

O açúcar, o arroz, o couro, o tabaco, e vários outros produtos e especiarias, que não fossem provenientes da colônia, tinham sua entrada praticamente vedada no reino.

No final do século XVIII, e princípios do XIX, a guerra da independência americana e as revoluções da América Espanhola favoreceram a expansão brasileira. O Embargo Act americano, de 1807-1808, e a nova guerra dos Estados Unidos com a Inglaterra, 1812-1814, incrementaram também a nossa exportação de couros, algodão, fumo e cacau.

A revolução industrial, o aperfeiçoamento dos processos técnicos e dos transportes, as diretrizes do capitalismo e da política comercial dos grandes povos iam, porém, criar uma situação de tal modo desfavorável à produção brasileira que todos os acontecimentos de ordem política, que favoreceram o país, não seriam compensações suficientes.

A mudança da família real para o Brasil e a série de atos praticados em benefício da colônia não puderam, por essas circunstâncias, ter a repercussão que seria de esperar. O meio não pôde reagir à altura das emulações recebidas.

Num regime de poder absoluto, como era o português, essa mudança representava, de fato, o estabelecimento da efetiva direção do Império no Rio de Janeiro, com todos os seus reflexos de ordem econômica, social e política.

Faziam parte da Corte portuguesa estadistas experimentados, homens de grande valor e alguns profundos conhecedores das coisas brasileiras.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, que tão acentuada influência teve nos primeiros quatro anos de governo no Rio, já em 1803 havia abraçado a idéia da mudança da Corte e nesse sentido apresentara um memorial ao Regente.

“Portugal não formava a parte essencial e melhor da monarquia. No Brasil, havia a possibilidade de se criar um poderoso império.”⁴

Os atos de D. João VI demonstraram a sua intenção de aqui fundar, sem restrições, esse império.

A abertura dos portos, a revogação da lei que proibia indústrias no Brasil, a fundação do nosso primeiro banco, a isenção de direi-

4 J. Lúcio de Azevedo – *Épocas de Portugal Econômico*.

tos para as matérias-primas, de que necessitasse a indústria nacional, a isenção de impostos para novas culturas de especiarias e lavouras às margens das novas estradas, a introdução de colonos estrangeiros e a extensão aos alienígenas do direito de propriedade e outros, o fomento à mineração do ouro e do ferro, a abertura de novas estradas, a concessão aos lavradores “do privilégio de não serem executados na propriedade de seus engenhos, fábricas e lavouras e somente em uma parte de seus rendimentos” (Alvará de 21 de janeiro de 1809), tudo isso, foram demonstrações inequívocas de tão alevantado desígnio.⁵

A criação de jardins botânicos, em que se introduziram novas culturas no país, a intensificação do estudo dos recursos naturais por homens de ciência, e até a importação de uma notável missão artística chefiada por Le Breton⁶ são provas incontestáveis da determinação governamental de valorizar o Brasil, fazendo-o sede de um grande império.

A administração portuguesa transportou para o país o espírito de renovação, que a distinguiu no reino, dotando-o de novos talentos e novas energias, que a grandeza do meio facilitava e estava a exigir.⁷

Mas, ao contrário do que se poderia esperar da abertura dos portos brasileiros às nações amigas estrangeiras, dos tratados com a Inglaterra, do aumento considerável da importação, resultante

5 V. relação dos principais atos praticados por D. João VI, interessando à economia brasileira.

6 O Conde da Barca incumbiu, em fins de 1815, ao marquês de Marialva, então encarregado dos negócios de Portugal em França, de contratar o secretário do Instituto de França, Joaquim Le Breton, e outros hábeis professores de pintura, escultura e arquitetura, que a queda de Bonaparte fez emigrar do país natal, para aqui fundarem a nossa Academia de Belas-Artes. Veio a missão artística em 1816, composta de Le Breton, João Batista Debret, Nicolau Antônio e Augusto Taunay, Granjean de Montigny, Simão Pradier, Francisco Ovide, C. H. Lavoisier, Louis Meunier, Francisco Bonrepos, Pedro Dillon, e, posteriormente, Marcos e Zeferino Ferres. (Max Fleiuss – *História Administrativa do Brasil*.)

7 O Alvará de 23 de agosto de 1808 – criando a Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação acentua a importância desses problemas – “Pelos muitos proveitos que produzem a bem do interesse do Estado, multiplicando a riqueza, e aumentando a população; merecendo por isso dos Senhores Reis, meus Augustos Predecessores, mais vigilantes cuidados, especialmente do Senhor Rei D. José, Meu Augusto Avô, de muito gloriosa memória, que ordenou a este fim os mais sábios estabelecimentos.”

do estabelecimento da sede da monarquia portuguesa no Brasil, e de tantas e tão variadas providências para o fomento da produção nacional, o comércio exportador brasileiro se conservou relativamente estabilizado.

O quadro da pág. 431 demonstra que nossa exportação estava próxima à casa das £4.000.000, nos primeiros anos do século XIX. Pois, durante as guerras peninsulares, e até à época da independência, ela não ultrapassou as cifras anteriores, verificadas no nosso comércio com Portugal.

O comércio direto com as nações estrangeiras mal terá compensado o desfalque sofrido com o comércio português. Apuraram-se, de fato, maiores valores para os produtores, pela dispensa do entreposto lusitano. A comparação das exportações totais do porto do Maranhão, por exemplo, que publicamos à pág. 344 com os elementos extraídos da Balança Geral do Reino de Portugal em suas relações com os seus domínios, existentes na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, demonstra que dali passaram, após 1810, diretamente à Inglaterra, grandes partidas de algodão, cuja exportação em volume e preço aumentou consideravelmente, entre 1815 e 1820, elevando a mais de £1.000.000 os valores totais exportados por aquele porto, em 1818.

Os quadros da navegação que publicamos em outra parte levam-nos às mesmas conclusões. Outra prova, tiramo-la ainda dos fatos verificados imediatamente após a proclamação de nossa independência.

Neste ano, exportamos pouco mais de £ 4.000.000, e em redor dessa cifra nos conservamos até 1827, quando a exportação caiu, novamente, a £3.000.000. Depois de pequena melhoria, baixou novamente para a casa das £3.000.000, até 1832!

Desta data em diante, o café passou a influir, decisivamente, na exportação brasileira, e em 1850 alcançávamos um total de £10.000.000.

A importação no Brasil foi sempre maior que a exportação de 1808 até 1846, quando a política tarifária Alves Branco principiou a atuar disciplinadamente sobre esses excessos, para cujos pagamentos não tínhamos poder aquisitivo para saldar.

Como consequência de todos esses fatos, o câmbio brasileiro, após 1818 e até 1831, declinou sempre.

Foi essa situação deficitária da sua balança comercial que contribuiu para o êxodo de nossa moeda metálica, nos últimos anos da era colonial e nos primeiros tempos da independência. Não foram as migalhas retiradas pela Corte, ao sair do Brasil, que nos atiraram à circulação fiduciária, como erroneamente tem sido publicado, e nós mesmos já o repetimos, fundados numa injusta apreciação de Armitage.⁸

O exame da natureza de nossa exportação explica grande parte da situação desvantajosa em que o Brasil se via colocado, justamente quando se registraram grandes progressos em outros povos.

Nossos principais produtos eram os chamados tropicais: açúcar, algodão, couro, tabaco, arroz e especiarias. Pelos sistemas coloniais em voga nas grandes nações, elas buscavam tais artigos em seus próprios domínios. Não obstante o Tratado de 1810, o nosso açúcar e o nosso fumo não eram admitidos na Grã-Bretanha, que os recebia de suas Antilhas. Não pudemos, tampouco, concorrer com o couro e o algodão norte-americanos, e com o açúcar de Cuba.

O clima, mais favorável ao desenvolvimento da pecuária na América Setentrional, e as condições mais propícias à cultura do algodão – facilidade de plantações em grande escala, menor distância dos mercados consumidores, inversão de capitais ingleses – os grandes consumidores do artigo – e as invenções de ordem técnica ali verificadas, tudo isso colocava os colonos americanos em situação privilegiada.

A nossa maior exportação do artigo, nos tempos coloniais, entre 1802 e 1805, mal alcançou £ 1.000.000. Os norte-americanos, entre 1815 e 1820, exportaram, anualmente e em média, £ 5.000.000.

Com referência às nossas exportações; fonte principal de nosso enriquecimento, a supressão do atrasado “sistema colonial” e a adoção do avançado “sistema econômico liberal”, no qual tantas esperanças

8 “Como uso final à sua administração das finanças do Brasil, o Sr. D. João VI, ao retirar-se, em 1821, para Portugal, deixou aos seus leais e amados súditos do Brasil uma prova de sua real e paternal solicitude pelo seu bem-estar, esvaziando o Tesouro, o Banco e até o Museu, levando consigo todo o artigo de valor, inclusive os espécimes de ouro e diamantes que há anos pertenciam a este último estabelecimento nacional.” (Armitage – *History of Brazil*.)

depositava o Visconde de Cairu⁹ não deram, portanto, os resultados que se anunciavam e eram esperados.

Enquanto assim sucedia na América portuguesa, vejamos o que ocorria na América continental inglesa.

Em 1700, suas exportações não alcançariam £ 800.000 das quais a metade destinada à Grã-Bretanha. No século XVIII, esse comércio duplicou. Mostram as estatísticas que, na década compreendida entre 1760 e 1770, a exportação anual para a Inglaterra foi na média £ 1.044.591. Evidente a supremacia das exportações brasileiras até essa época.

O principal produto americano de exportação era o tabaco, que, mesmo após a independência, conservou durante algum tempo essa primazia.

Em 1791, o volume da exportação deste artigo alcançou quase 4.000.0000 de arrobas, valendo £ 900.000 2 mas depois de 1800, declinou, com a concorrência das Antilhas inglesas e da Colômbia. Nessa época, o Brasil exportou menos de 300.000 arrobas de fumo.

Mas as guerras européias e a revolução industrial iam proporcionar aos Estados Unidos elementos de enriquecimento. Os europeus, absorvidos por essas lutas, teriam que adquirir nos mercados norte-americanos provisões de boca – grãos e carne – assim como matérias-primas: lã, couros e algodão. Exceção dos anos de 1807, 1808, 1812 e 1814, nos demais a ascendência da exportação americana se manifestou incessantemente.

Em	1800	atingiu	£14.000.000
	„	„	£13.000.000
	„	„	£14.000.000

9 “Toda a geração intelectual, que fez a nossa independência econômica e política, estava cheia de Gournay, Adam Smith e Say.

“A influência de Adam Smith naquela geração é notável. As suas idéias estão em José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu), no desembargador João Rodrigues de Brito (*Cartas Econômico-Políticas sobre a agricultura e comércio da Bahia*), em Janeiro da Cunha Barbosa, em Gonçalves Ledo. Mais tarde, em Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça (*O Correio Brasiliense*, publicado em Londres, de 1808 a 1821), nos irmãos Andrada. etc. O conde de Linhares, ministro e conselheiro de D. João, era um entusiasta das idéias de Adam Smith.” (Vitor Viana – *Formação Econômica do Brasil*.)

„	1830	„	£15.000.000
„	1840	„	£26.000.000
„	1850	„	£30.000.000
„	1860	„	£67.000.000

Nos séculos XVI, XVII e XVIII os países da Europa produziam os gêneros agrícolas de alimentação e o seu comércio importador se fazia, principalmente, de artigos tropicais. No século XIX – surgindo a revolução industrial e aumentando as facilidades de transportes, as populações da Europa passaram a importar produtos de climas frios e temperados, que dantes produziam. Daí a valorização rápida dos Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Austrália e, posteriormente, do Rio da Prata.

Contra tais determinismos de ordem econômica, agravados pelas políticas comerciais que adotaram esses grandes povos, o que poderia fazer o Brasil, produtor de artigos tropicais e coloniais, mas sem metrópole, e campeão da política econômica liberal na América?

Fixado o europeu no Brasil pelo açúcar; ocupado o sertão e povoado o Sul pelo surto minerador – seu eixo econômico se deslocou, de acordo com as procuras dos mercados, as políticas comerciais e a evolução econômica dos grandes povos do continente europeu.

Precisamente na época em que necessitávamos de maior expansão comercial, a política colonial dessas nações, a concorrência norte-americana e o progresso da técnica nos restringiram os mercados do açúcar, do fumo, do algodão, do couro e dos vegetais para tinturaria – baixando assustadoramente a exportação *per capita* em vastas regiões do país.

A ausência de capitais, de organizações técnicas e a política de livre-câmbio, que fomos forçados a adotar até 1844 – impediram aqui a implantação de indústrias e a possível melhoria do nosso padrão de vida, por um intenso intercâmbio interno.

Foi quando surgiu, salvadoramente, o café a manter um afluxo de riquezas do exterior, deslocando, novamente, o eixo econômico para

o Centro-Sul e permitindo ainda o grau de prosperidade que alcançamos.¹⁰

Vias de comunicação e transportes

Aos atalhos trilhados pelos bandeirantes no ciclo da caça aos índios, sucedeu a construção de caminhos para servir às zonas de mineração. Não surgisse esta e a ocupação dos sertões, na escala em que foi feita, não se teria efetuado – por desnecessária à exploração agrícola e extrativa da colônia.¹¹

10 Afonso de E. Taunay n’*A Propagação da Cultura Cafeeira* salienta a contribuição de D. João VI no desenvolvimento do plantio da nossa rubiácea:

“Acentuou um escritor a circunstância de que a transplantação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro foi um incentivo à cultura cafeeira. Com D. João VI fugido às hostes napoleônicas vieram como se sabe, entre milhares de pessoas, muitos nobres sem recursos. E o monarca então príncipe regente ainda para lhes valer e remediar a situação precária, distribuiu largamente sesmarias na região então semideserta entre o litoral, o Paraíba e a fronteira de Minas Gerais, dádiva aliás naquela época de relativo valor. Mas dentro em poucos anos nasceria o *rush* cafeeiro e daí a enorme valorização de tais terras. Muitos destes fidalgos e outras pessoas distintas, portugueses e brasileiros, se beneficiaram, e muito largamente, de tal medida.

“Nestas condições se cita, por exemplo, o coronel José Inácio Nogueira da Gama, que chegou a receber 14 sesmarias, o que lhe permitiu aquinhoar fartamente a grande descendência.

“Contou o conde de Baependi, senador do Império, e sobrinho desse latifundiário, a um autor, Elói de Andrade, certo fato curioso. Em 1817, recebeu D. João VI abundantes sementes de cafeeiro, remetidas de Moçambique. Chamou a palácio os grandes proprietários de terras e com o seu ar bonachão, mas apesar de tudo majestático, próprio daqueles anos, ‘em que dois joelhos em terra se deviam um a Deus e um a el-Rei’, convidou-os, quase intimativamente a plantar café e na maior escala possível.

“Distribuiu-lhes as sementes aos pacotes, recomendando-lhes que fizessem viveiros, em seus pomares, para depois transplantá-los às lavouras.

“Afirmou ainda o mesmo conde de Baependi, homem de alta respeitabilidade, que a Dom João VI devia a nossa agricultura o ensinamento do plantio de cafeeiro em viveiros.

“Entre estes aconselhados estivera exatamente seu tio o coronel Nogueira da Gama.

“Tão à risca seguiu este a advertência real que começara a fazer canteiros na sua grande fazenda de S. Mateus em Juiz de Fora e com a prática desses viveiros obtivera excelente resultado chegando a ter, vinte e dois anos mais tarde, um cafezal com cerca de quatrocentas mil árvores todas provenientes de seu ensaio.”

11 O mapa a pág. 258 mostra a expansão aproximada da ocupação efetiva das terras pelos portugueses, no século XVII.

Era, porém, a rede fluvial o grande meio preferido para o tráfego – tantas as insuficiências e a primitividade dessas estradas e as dificuldades de sua conservação. As mercadorias de exportação, observa Oliveira Lima, desciam geralmente por água até os portos de desembarque, e as propriedades rurais só tinham algum valor quando situadas perto das vias navegáveis, ou, então, quando tinham ouro em seu subsolo.

Havia, porém, algumas estradas mais trafegadas, como as que demandavam as Minas, onde amiúde se cruzavam caravanas.¹²

O mapa que publicamos entre à pág. 323 mostra a pobreza da viação terrestre em relação à grandeza do país. Além das dificuldades topográficas, ficavam esses caminhos praticamente intransitáveis nos tempos das chuvas.

O tráfego se processava pelas tropas, conduzindo, cada tropeiro, freqüentemente, de 30 a 50 animais. Nas proximidades do Rio de Janeiro, era comum encontrarem-se nas estradas principais comboios de muitos animais e mulas, carregando mercadorias para o abastecimento da cidade. Cada mula carregava de 6 a 12 arrobas. O preço comum de transportes do Rio a Vila Rica (Ouro Preto), mais de 300 quilômetros, seria de 1\$000 por arroba. Regresso, a 800 réis.¹³

A esse tempo, quando ainda não havia estradas de ferro e outros meios mais adiantados de transporte, a penetração para o interior tinha de ser feita pela abertura dos caminhos para tropas, e, principalmente, pela utilização dos rios navegáveis. Este problema foi compreendido pelos estadistas portugueses, na era de renovação econômica, a que já nos referimos.

Antes de trasladada a sede da monarquia, já D. Rodrigo de Sousa Coutinho afagava, como um de seus planos favoritos, a criação de um vasto sistema de comunicações pelo dilatado interior do Brasil, aproveitando sua admirável rede fluvial.

“Do Pará ao Mato Grosso pelas cachoeiras do rio Madeira, e do Pará ao Goiás pelo Tocantins e Tapajós”; aconselhando ainda ao príncipe regente, em dezembro de 1801, que guarnecesse de tropas o

12 Luccok observou que em alguns destes caminhos passavam diariamente mais de 400 mulas.

13 Freycinet – *Op. cit.*

Pará, colonizasse com soldados e degredados a linha de continuidade pelo interior e protegesse a costa com uma marinha ligeira e ativa, e, ao mesmo tempo, que se propagassem novas culturas “furtadas habilmente do governo de Caiena”.¹⁴

No Governo do Brasil, agindo por ordens da Corte, mandou, em 1809, que o governador de Goiás abrisse em sua capitania uma estrada de 121 léguas, do Registro de Santa Maria ao Porto Real de Pontal, na comarca do norte, “construindo pontes nos ribeirões, pondo canoas nos rios caudalosos e invadeáveis, mantendo cavalgaduras nos postos”.

A notícia da queda de Caiena já vem por essa estrada, alcançando Vila Rica e Rio de Janeiro.

Era uma estrada de penetração, que só se manteria pelo tráfego comercial: o príncipe regente determinou que se promovesse o cultivo do trigo e cereais, nos férteis planaltos goianos, a fim de constituírem objetos de comércio entre essa zona e o Pará.

A Carta Régia de 5 de setembro de 1811, dirigida ao governador de Goiás, continha a aprovação ao plano de uma sociedade de comércio entre aquela capitania e a do Pará.

Mandou ainda o governo estudar e explorar vários tributários do Amazonas, visando a ligação efetiva de Mato Grosso e Goiás com o norte do país.

As antigas Capitanias do Espírito Santo, Ilhéus e Porto Seguro estavam em grande atraso. Procurou, a Regência, estabelecer caminhos diretos de Minas ao mar, atravessando essas regiões. E para fomentar o progresso, concedia isenção de impostos por 10 anos às mercadorias que transitassem por tais caminhos e a produção dos agricultores que se estabelecessem em suas margens.

Sendo uma zona infestada por vários silvícolas, foram estabelecidos postos militares de proteção e declarada guerra aos botocudos, que se mostravam resistentes a essa penetração, repelindo a colonização.

14 Oliveira Lima – *Op. cit.*: “Os franceses procuravam aclimatar em Caiena muitas plantas e especiarias que ensaiavam nas Antilhas e na Guiana. O café foi dali transplantado para o Brasil. O Governo português, quando ocupou Caiena, fez vir, em 1811, acompanhadas do agricultor Estêvão Paulo Germain, várias mudas ali aclimatadas como o cravo-da-índia, a moscadeira, a canforeira, o abacate, a caneleira e a chamada árvore de carvão.”

O aproveitamento do vale do rio Doce mereceu também a atenção do governo imperial; e data desse tempo o início da colonização agrícola de toda esta vasta região do Espírito Santo à Bahia.

A ligação de Minas à Bahia pela estrada do Tejuco e Cachoeira passou a ser regularmente feita. Da Bahia passou-se a se comunicar normalmente com Minas e com as capitanias do Norte por caminhos do sertão.

A política da Coroa era agora diametralmente oposta à que, em 1733, proibia, por motivos fiscais, novos caminhos e acesso às minas. Aos governadores, recomendava o governo que intensificassem o trabalho de beneficiamento das vias de comunicação existentes e a abertura de novas.

Compreendeu, porém, a administração portuguesa que não seria possível levar por diante essa empresa útil, sem associá-la ao interesse particular. Estradas sem tráfego e sem povoados estariam condenadas ao desaparecimento. Onde, a autorização constante da Carta Régia de 4 de dezembro de 1816 para que os capitães-generais e governadores pudessem oferecer tratos de terra às margens das estradas aos que ali quisessem residir e cultivá-las.¹⁵

Mas os transportes por água eram mais fáceis e menos custosos que os terrestres. Se bem que o tropeiro constituísse um poderoso fator econômico, no Centro-Sul e sertões do país, sendo o canoeiro o seu equivalente na vasta hiléia amazônica, preponderava ainda, em todo o país, o transporte sobre água, em relação aos produtos coloniais que mais avultavam em nosso ativo de exportação.

Para a navegação interior usavam-se canoas, jangadas, pirogas e saveiros a remo ou a vela; para a cabotagem de pequena distância, as sumacas e outros pequenos navios.

A trasladação da Corte para o Rio veio aumentar em muito o tráfego marítimo, principalmente em relação à cabotagem.

Conforme Calógeras,¹⁶ em 1816 entraram no Rio 1.460 navios, sendo 398 de longo curso e 1.062 de cabotagem. Daqueles, 181 eram

15 Lemos Brito – *Pontos de partida para a História Econômica do Brasil*.

16 *La Politique Monétaire du Brésil*.

portugueses e 217 estrangeiros, sendo 113 ingleses. Na Bahia, no mesmo ano, em 519 navios entrados, 229 eram de longo curso e 290 de cabotagem. Daqueles, 128 eram portugueses e 101 estrangeiros. Os de cabotagem eram todos portugueses.

Ressalta logo à primeira vista o considerável aumento da cabotagem.

A tonelagem dos navios estrangeiros logo se igualou e mesmo excedeu, após 1815, à dos navios portugueses de longo curso.

NÚMERO DE NAVIOS ENTRADOS NO RIO DE JANEIRO

ANOS	TOTAL	ESTRANGEIROS
(Até 1807 só portugueses)		
1805.....	810	
1806.....	642	
1807.....	777	1
1808.....	765	90
1809.....	822	83
1810.....	1214	122
1811	} Durante este período (5 anos) conservaram-se, em média, os mesmos números que em 1810	
1812		
1813		
1814		
1815		
1819.....	1313	340
1820.....	1311	354

Obs. – Os navios de guerra compunham-se de fragatas, brigues, escunas, corvetas e charruas. Os navios mercantes transatlânticos compreendiam os três mastros, brigues e escunas. Os de cabotagem abrangiam ainda as sumacas.

Considerando-se os dados relativos aos vários portos do país, nessa época, chega-se à conclusão de que a exportação transportada em navios estrangeiros praticamente igualou à que deixou de ser efetivada através de Portugal – com acréscimos de valor nos anos em que se verificou a grande alta no algodão. Dos navios estrangeiros, mais de 50% seriam britânicos. Seguiam-se os norte-americanos, espanhóis e franceses. Os portugueses foram se concentrando na cabotagem.

De 1810 a 1820, o número total de navios de longo curso que entrava anualmente no Rio de Janeiro, variava entre 350 e 450. No período compreendido entre 1821 e 1830, esse número variou, de 400 a

500. Mas na distribuição por nacionalidades, foram rapidamente descendo os que arvoravam o pavilhão de Portugal, que já em 1821 não atingiam 30% sobre o total de longo curso.¹⁷

A navegação portuguesa havia, entretanto, tomado algum incremento no final do século XVIII. Os favores concedidos aos navios que se construísssem no Brasil estimulavam o trabalho de nossos estaleiros.

A guerra com a França destruiu, no começo do século XIX, grande número de navios portugueses. O tratado com a Inglaterra, dando igual tratamento aos navios ingleses e portugueses nos portos do Brasil e nos demais do império, concorreu para o rápido declínio da navegação portuguesa, ante o superior aparelhamento dos ingleses, e face à concorrência desigual que se estabeleceu.

Procurou a Regência atenuar esse estado de coisas, garantindo a cabotagem à navegação portuguesa e estimulando os trabalhos nos estaleiros brasileiros. Para isso, fez aliciar técnicos e oficiais peritos, em Portugal, publicando editais em que se anunciavam as facilidades e os favores concedidos. Fez-se grande redução nos direitos sobre os aparelhamentos necessários aos arsenais e estimulou-se, no país, a instalação de fábricas de cordoalhas e vários artigos concernentes.

Os trabalhos dos nossos estaleiros aumentaram e com estas medidas muito se favoreceu a cabotagem nacional, que apresentou de fato importância considerável.

Warden refere que só do arraial de S. José de Porto Alegre, que servia de porto à capitania de S. Pedro do Rio Grande do Sul, partiram, em 1814, 333 embarcações carregadas de trigo, queijos, couros, sebo e charque.¹⁸

Em 1811, conforme o *Correio Brasiliense* só o Arsenal Real da Marinha da Bahia lançava ao mar uma fragata, um bergantim de guerra, duas barcas, duas escunas, um iate, duas lanchas e várias embarcações menores. De outros estaleiros particulares, saíam três galeras, oito brigues, três sumacas.

Reformaram-se os estaleiros da Bahia, Rio e Pernambuco.

17 Horace Say – *Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil.*

18 Warden – *Histoire de l'Empire du Brésil.*

Para melhorar as condições da navegação, mandou ainda o governo levantar cartas hidrográficas da costa, melhorar o porto do Recife e dar várias outras providências. Aliás, nessa mesma ordem de idéias, já o decreto de 7 de abril de 1808, criando o Arquivo Militar, mandava aí reunir todos os mapas, cartas e levantamentos conhecidos das regiões brasileiras.

Cabe-nos ainda aqui fazer referência ao primeiro barco a vapor que viajou no Brasil. Fulton, após seus primeiros ensaios em Paris, em 1803, deu o início realmente experimental à navegação a vapor, no rio Hudson, em 1807.

D. João VI, pelo decreto de 3 de agosto de 1818, autorizou a incorporação de uma empresa destinada a explorar barcos a vapor na cabotagem e na navegação fluvial da Capitania da Bahia. Pôs-se à testa da empresa o marquês de Barbacena, que, importando o motor e aparelhos de propulsão da Inglaterra, montou a primeira embarcação a vapor no Brasil. A sua viagem inaugural foi a 4 de outubro de 1819, sobre o rio Paraguaçu, com rumo a Cachoeira. Trabalhou essa barca, ao que parece, até 1823.

O grande sonho da administração portuguesa no Brasil, de dotá-lo de um largo plano de viação, que permitisse a rápida valorização, intercomunicação e exploração de suas grandes regiões, esbarrou nos mesmos óbices com que ainda hoje deparamos na maior parte do país: dificuldades geotopográficas, impossibilidade de culturas rendosas, que remunerem o custeio dessas iniciativas e deficiências de população e de capitais disponíveis.

Mas os grandes benefícios que, nessa esfera, redundaram das providências governamentais ficaram, indelevelmente, marcados na História do Brasil.

Mineração

Registra a nossa história a fabricação de ferro na Capitania de São Paulo por Afonso Sardinha, em fins do século XVI. Montou dois engenhos junto aos morros de Biraçoiaba ou Araçoiaba, perto de Sorocaba. Pouco mais tarde (1609) instalou-se outra forja em Santo Amaro, próxima ao rio Jurubatuba.

“Ambas as fábricas eram, seguramente, fornos catalães, únicos conhecidos por esses mineiros ibéricos, ou portugueses ensinados por esses. Moviam-se a braço uns foles de couro que sopravam ar úmido na forja; faziam-se as reações e formava-se a bola de metal, recoberta e entremeada de escórias.

“A golpes violentos de malho purificava-se e estirava-se o ferro, assim transformado em barras. A um canto da tenda amontoavam-se as escórias, ricas de ferro, sempre mais ricas aqui, como em Ipanema, pela natureza refratária do minério tratado.”¹⁹

Os primeiros engenhos tinham cessado o trabalho em 1609; o último, em 1629. Findavam, assim, após 30 anos de reduzida atividade, os primeiros episódios da siderurgia no Brasil.

Uma Carta Régia, de 5 de maio de 1682, autorizava a fundação de uma fábrica de ferro em Araçoiaba, que, parece, não foi levada a efeito.

Em 1698, há referências a novas tentativas no mesmo sentido. O ferro não tinha, então, o valor econômico que veio a atingir.

A política de diferenciação de produção, que a Metrópole abraçou, e que mais tarde culminaria na proibição, em 1785, de quaisquer fábricas na colônia, concorreu, naturalmente, para que, por largo tempo, não se cogitasse mais do assunto.

Mas na Capitania de São Paulo, na época de Pombal, voltou-se a explorar o ferro em Sorocaba. Uma Carta Régia de 28 de fevereiro de 1765 concedia a Domingos Ferreira Pereira, morador na Capitania do Rio, privilégio por 10 anos, para minerar ferro, chumbo e estanho, na comarca de São Paulo, autorizando-o a estabelecer uma ou mais fábricas para caldear esses metais. O privilégio ficaria isento dos direitos senhoriais dos quintos, por cinco anos, depois de montada a fábrica.

Governava São Paulo, nessa ocasião, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, que muito auxiliou a tentativa, interessado em que se fabricassem munições para as guerras do Sul contra os espanhóis. Existem várias correspondências desse capitão-general com o Marquês de Pombal, cientificando-o das grandes dificuldades encontradas para a redução do minério e pedindo mesmo a remessa de

19 Pandiá Calógeras – *As Minas do Brasil*.

mestres, porque haviam perdido a receita. Parece que acertaram, afinal, com a fabricação, e a instalação pelo método dos cadinhos funcionou durante 7 anos, até 1776 ou 1777.

Em 1780, D. Rodrigo José de Meneses, mais tarde Conde de Cavaleiros, apresentou ao Ministro Martinho de Melo e Castro uma exposição sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais, em que se encontram várias e sábias sugestões.

Estudava aí o capitão-general o problema do ferro, fazendo a primeira referência oficial aos minérios de Minas Gerais; anteriormente, as atenções só se concentraram nas minas paulistas. Esta nova orientação foi seguidamente abraçada por várias autoridades coloniais.

Observa Calógeras que as primeiras tentativas paulistas tinham sido puramente comerciais. A de 1765 obedecia, no auxílio prestado pelo elemento oficial, a considerações de ordem estratégica. Pela primeira vez, advogava, um representante de Portugal, D. Rodrigo de Meneses, a criação desta indústria com argumentos econômicos e políticos.

“E pela primeira vez, também, esses conselhos, tão lógicos e verdadeiros, que até hoje conservam sua atualidade, encontraram eco na alta administração metropolitana.”²⁰

Operava-se em Portugal o movimento renovador, a que já fizemos referências, e que se acentuou após D. João VI ter assumido a regência, em 1792.

20 Eis um trecho da exposição de D. Rodrigo José de Meneses:

“É bem verdade, que conhecendo eu de qual importância são estas Minas, a felicidade que elas procuram não só a Portugal, mas ao mundo inteiro onde o seu ouro passa pelo giro do comércio não posso deixar de considerar o mineiro que passa a sua vida, e arrisca seu cabedal a desentranhar da terra este precioso metal, como um homem muito respeitável, e digno que o estado se interesse imediatamente na sua particular felicidade, a qual é tão intimamente ligada o bem público, e o aumento do Real Erário. Eu tenho a fortuna de eles conhecerem já em mim estes sentimentos, e persuadidos que os meus bons ofícios lhes serão sempre favoráveis: os vejo animados, e dispostos a tudo emprenderem.

“Para principiar a corresponder à idéia que de mim têm formado, e convencido da grande utilidade, que resultara tanto à Real Fazenda, como à mineração, sou obrigado a propor bom novo estabelecimento, que à primeira vista parece oposto ao espírito e sistema da administração da Capitania, mas que bem examinado se conhece pelas razões, quanto a mim, as mais sólidas, e convenientes, a sua utilidade.

Em 1795, Luís Pinto de Sousa, em nome de el-Rei, manda aos governadores das capitanias instruções para remover dois dos mais pesados tributos pagos pela colônia: o monopólio do sal e o imposto de importação sobre o ferro. Concedia, também, liberdade para o estabeleci-

“É no estabelecimento de uma fábrica de ferro. Se em toda a parte do mundo é este metal necessário, em nenhum o é mais, que nestas minas; qualquer falta que dele se experimenta cessa toda qualidade de trabalho; seguem-se prejuízos irreparáveis, e é uma perdição total. Fabricando-se aqui pode custar bom preço, muito mais módico, não obstante os direitos que se lhe devem impor, como baixo direi facilitasse deste modo a compra dele, concorre este artigo para que faça mais conta do mineiro extrair o ouro, tendo barato o ferro. Para o termos aqui excessivamente caro somos obrigados a comprá-lo e pagar por ele avultadas somas aos succos, hamburgueses e biscainhos. A este inconveniente, já em si mesmo bem prejudicial, podem acrescer outros muito mais essenciais, que não saem da ordem da natureza das coisas. Aquelas nações podem simultânea ou separadamente ter uma guerra, que dificulte a sua navegação mercante e as impossibilite de carregar para os nossos portos este precioso metal sem que se possa dizer que os navios portugueses o irão exportar, havendo poucos mais, além dos necessários para a navegação das colônias: Nós mesmos, apesar de toda a prudência, e política com que possamos conduzirmos, alguma vez não estamos livres, pelos nossos próprios interesses, de entrar nas agitações da Europa, e sendo-nos então muito difícil ganhar os portos da América, que perda não resultaria ao Real Erário, se por falta de ferro parasse o trabalho das Minas!

“Estas considerações tão importantes, e dignas da maior atenção me obrigaram a ouvir um homem, que aqui me veio falar, e me assegurou ter achado um segredo para o fabricar. Eu lhe dei licença para fazer uma amostra, com proibição expressa de ampliar essa permissão na mínima quantidade para pessoa alguma, até que eu recebesse a este respeito as ordens necessárias. Pouco depois de ter feito nela todas as experiências que me persuadiram ser verdadeiro e bom ferro, ou talvez composição com todas as suas propriedades, e capaz de ser empregado em todas as obras em que se necessita daquele metal. Não me contentando com esta primeira experiência, para mais me capacitar das suas verdadeiras propriedades, mandei fazer a fechadura, que também remeto, a qual tira toda a dúvida da sua bondade e préstimo.

“A única objeção que julgo se podia pôr com alguma sombra de bem fundada contra este estabelecimento, seria que não entrando de fora, nesta Capitania, o mesmo metal diminuiria o Régio rendimento no ramo que constitui o contrato das Entradas.

“A este inconveniente, porém, se pode remediar facilmente por diversos modos: primeiro tendo a mesma fábrica o contratador, ou a Real Fazenda, segundo parecer mais conveniente, um homem de confiança que vá marcando o ferro à medida que se for fabricando, e contando iguais direitos aos que paga quando entra; segundo, sendo a mesma Real Fazenda a principal interessada na sobredita fábrica, ficando o descobridor do Segredo administrando-a com o lucro de um tanto por cento sobre as vendas, que se fizerem; terceiro, tomado a Fazenda a administrador por sua conta, e recompensando o inventor com bom ofício de Justiça, ou Fazenda; pois na verdade julgo merece ser bem premiado, e deste modo em lugar de diminuir, estou persuadido crescerão as rendas reais.”

mento de fábricas de ferro, antes mesmo da revogação da lei proibitiva de 1785:

“Sua Majde. tem observado com desgosto que umas colônias tão extensas, e férteis, como as do Brasil, não tenham prosperado proporcionalmente em povoação, agricultura, indústria, e devendo persuadir-se que alguns defeitos políticos, e restrições fiscais se têm oposto até agora aos seus progressos, tais que o monopólio do sal, os grandes direitos impostos sobre o ferro &.

“Tem Sua Majde. resolvido segundo lugar que em todo o continente do Brasil se possam abrir Minas do Ferro, se possam manufaturar todos e quaisquer instrumentos deste gênero, mas para suprir o desfalque que uma semelhante liberdade possa ocasionar nos reais direitos: É a Mesma Snra outrossim servida ordenar, que ouvindo V. S. as Câmaras dessa capitania, haja de assentar com elas em uma tarifa moderada, dos direitos que um semelhante gênero deverá pagar nas fabricas do país, logo que ali se puser em venda, tanto pelo que respeita ao ferro em bruto, ou em barra, com daquele que se vender já manufaturado para instrumentos de agricultura, e outros utensílios domésticos.

“E persuadida S. Majde, de que a tarifa atual que regula a entrada deste gênero para o interior do país, é sumamente defeituosa, pagando um quintal de ferro o mesmo que costumam pagar fazendas finas, de grande valor, em igual proporção de peso: É a Mesma Snra servida ordenar, que examinando V. S. a dita tarifa com pessoas inteligentes do comércio, lhe haja de propor os meios mais próprios de se emendar uma semelhante irregularidade aliviando-se quanto for possível os direitos do ferro, e removendo-se esta imposição sobre os mais gêneros de menor necessidade, que prudentemente possam ressarcir o desfalque que haja de ocasionar aquele benefício.”

Continuando a se agitar, improficuamente, o importante problema, sem que ninguém se abalançasse a tomar uma nova iniciativa de execução, resolveu o governo português consultar, em 1797, o Dr. José Vieira Couto, notável naturalista, antigo lente de Coimbra, e que estava residindo no Tejuco.

A sua resposta – “Memória sobre a Capitania de Minas Gerais, seu território, clima e produção metálica; sobre a necessidade de se estabelecer e animar a mineração decadente no Brasil; sobre o comércio e

exportação dos metais e interesses régios, com um apêndice sobre os diamantes e nitro natural” – constitui um notável trabalho.

“Este trabalho serviu de norma para toda a história administrativa da fundação permanente da siderurgia no Brasil, glória do governo de D. João VI, com as modificações, de processos apenas, que lhe fizeram em 1810 e 1817 os dois sábios alemães, Eschwege e Varnhagen.”²¹

Vieira Couto era partidário da fundação de vastas usinas, localizadas em Minas, pregando a necessidade de se construir caminhos,²² ligando-a ao litoral, com o aproveitamento dos vales do rio Doce, Jequitinhonha e São Francisco.

Nessa ocasião, o regente concedeu ao negociante baiano, Francisco Agostinho Gomes, vários favores entre os quais isenção de direitos de importação para o aparelhamento e escravos, concessão de sesmarias, isenção dos impostos sobre o ferro e sobre o que produzisse nos 10 primeiros anos, contribuição do Erário apenas de uma percentagem sobre o lucro líquido, decorridos os primeiros 10 anos, etc., etc.

Concedendo todos esses favores, justifica a Carta Régia:

“na grande utilidade que necessariamente há de resultar do mesmo estabelecimento ao Meu Real Serviço, e ao bem público não só da Capitania da Bahia, mas de todo o Brasil e mais Domínios de Minha Real Coroa, principalmente na ocasião atual, em que tem subido a um alto preço o valor destes metais, que são tão necessários, à agricultura, às artes e à navegação.”²³

Este projeto, grandioso demais, não pôde ser levado a efeito. O documento mostra, porém, a orientação, que, sobre o assunto, já ia tomando o regente português.

Em 19 de agosto do mesmo ano de 1799, uma Carta Régia ordenava ao governador da capitania paulista, Bernardo José de Lorena, que instalasse, em local adequado, uma fábrica de ferro, a expensas da

21 Pandiá Calógeras – *Op. cit.*

22 A produção direta do ferro era primitivamente obtida em pequenos fornos. A grande produção só começou a ser conseguida pelo uso dos altos-fornos, em que se empregava o processo indireto, isto é, a obtenção do ferro-gusa, obrigando à subsequente operação de refino.

23 Carta Régia de 12 de julho de 1799.

Fazenda Real, e que o ferro produzido fosse vendido com 10% apenas acima do seu custo.

Em obediência a essa ordem, foi construído em Ipanema um forno alto, com um fole movido a braço. Montado erradamente e com insuficiência de pessoal habilitado, não se conseguiu o seu funcionamento.

Mas sob a influência da autorização Régia de 1795, já haviam sido montadas, no final do século, várias pequenas ferrarias, em que se preparava o ferro pelo processo africano, ali ensinado por escravos daquela procedência. Que havia ferro, prova-o o fato de o governo real ter resolvido, em 1811, a instalação, em Minas, de uma fábrica de espingardas e baionetas, contando com esse minério.

Instalado no Brasil o governo português, mandou, por Carta Régia de 4 de dezembro de 1810, que montasse imediatamente uma usina em Ipanema, capaz de abastecer o Brasil de ferro, exportando as sobras.

O programa para Ipanema era montar fornos suecos, produzindo 600 toneladas por ano, e, mais tarde, dois altos-fornos.

Uma Carta de 10 de outubro de 1808 já havia autorizado o Intendente da Câmara a despender 10:000\$000 – dos 120:000\$000 da consignação anual feita aos trabalhos da extração de diamantes, para promover a instalação de três fornos altos com 12 forjas de refino.

O Intendente da Câmara, homem de largas idéias e grandes iniciativas, não tinha os conhecimentos técnicos suficientes – e após grandes esforços e contrariedades de toda a sorte, conseguiu fazer funcionar no morro do Pilar, em Gaspar Soares, duas pequenas forjas suecas, ficando praticamente abandonada a dispendiosa tentativa para os altos-fornos.

O único alto-forno que funcionou produziu 530 arrobas de ferro. Os fornos suecos produziam 6.500 arrobas de ferro em barra – a partir de outubro de 1815 até 1821 – quando cessaram os trabalhos. Mostra Calógeras que o Real Erário gastou 300.000 cruzados nesta tentativa – ou seja, 120:000\$000.

O ferro valia, na época, 2\$000 por arroba. O *déficit* do custeio da usina, nesses 5 anos, ultrapassou de 30 contos de réis.²⁴

O Conde de Linhares tinha dado ordens a Portugal para que dali remetesse para o Brasil 3 oficiais que haviam sido engajados, por 10 anos, entre os mais distintos discípulos das escolas técnicas e práticas de Freiberg. E, ao mesmo tempo, deu suas ordens para que no norte da Europa se engajassem também mestres fundidores e de refino, etc.²⁵

Nessa época, a escolha do pessoal perito estava limitada aos três povos produtores: alemães, suecos e biscainhos. Estes últimos, em luta permanente com os portugueses, não podiam ser chamados a colaborar.

Frederico Luís Guilherme de Varnhagen foi o primeiro oficial a chegar. As instruções que lhe foram dadas por Linhares para ir, na companhia do inspetor das minas de São Paulo, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, examinar as minas de ferro de Sorocaba e a possibilidade de seu aproveitamento, impressionam pela sua segura orientação.²⁶

Varnhagen organizou o plano para o novo estabelecimento consistente na construção, na fábrica velha, de “dois fornos biscainhos, assoprados por trombas d’água, que deviam dar ferro no prazo de três meses, e fornecer dele o necessário para construção da fábrica em grande, devendo esta constar de um ou dois fornos altos, refinarias e o mais aparelho correspondente; orçou a despesa da obra em 32 contos e os braços para a sua laboração em 100 escravos; escolheu para o açude da fábrica os lugares das precedentes observações e designou o distrito mineiro que foi o próprio que afinal se adotou, depois de diversas alterações”.²⁷

Para a sociedade que então se projetou, parte das ações foram tomadas por capitalistas de S. Paulo, ficando o governo com a metade delas. Com as notícias, porém, do contrato da missão sueca, chefiada por Hedberg, quis o Conde de Linhares entregar a este a direção da fábrica.

A Carta Régia de 4 de dezembro de 1810 criou o estabelecimento montanístico de extração de ferro das minas de Sorocaba.

24 Pandiá Calógeras – *Op. cit.*

25 Porto Seguro – *História Geral do Brasil.*

26 Estão publicadas em Porto Seguro – *Op. cit.*

27 Porto Seguro – *Op. cit.*

Mas Hedberg era um incompetente, como quase a totalidade da missão. Calógeras descreve a burla que seu engajamento representou, por abuso de confiança do cônsul português na Suécia.

Varnhagen, nomeado procurador dos acionistas, teve logo que se afastar da fábrica, por discordar por completo da orientação seguida. A missão sueca foi um fracasso e gastou em Ipanema cerca de 112:000\$000.

Em setembro de 1814, Varnhagen foi chamado a reorganizá-la. Conseguiu, modificando os fornos suecos, obter bom ferro. Construiu altos-fornos e, após várias peripécias, pôde iniciar o aquecimento do primeiro alto-forno em outubro de 1818.

“Em 1º de novembro de 1818, pela primeira vez no Brasil sangrava-se o cadinho e obtinha-se corrida de fonte, de modo industrial.”²⁸

A nova fábrica e os reparos da antiga tinham custado 26:160\$166

Entre 1815 e 1821, foram fabricados em Ipanema:

Ferro em barra	16.085 arrobas
Fonte moldada	12.589 arrobas
Fonte em lingotes	18.087 arrobas

verificando-se nesses cinco anos um déficit total de 27:289\$172 contra um saldo apurado em 1820 e 1821.

“Varnhagen, molestado pelo governo provisório, de que faziam parte o antigo Capitão-General João Carlos Augusto de Oeynhausens, José Bonifácio e Martim Francisco, pediu e obteve sua demissão em setembro de 1821.”²⁹

Ipanema passou a ter uma série de diretores incompetentes, com algumas honrosas exceções, entre as quais: o Major João Bloem, em 1836, e o Dr. Joaquim de Sousa Moura, durante a guerra do Paraguai. A fábrica foi fechada em 1895.

Eschwege, ao tempo em que se processavam as instalações das usinas oficiais do morro do Pilar e do Ipanema, planejou obter ferro pela sua extração direta dos minérios. Aquelas usinas, como vimos, visa-

28 Calógeras – *Op. cit.*

29 Calógeras – *Op. cit.*

vam preparar o ferro pelo processo indireto, isto é, passando pela fonte e refinando-o.

Montou a fábrica de Congonhas do Campo, apoiado pelo Capitão-General das Minas, D. Francisco de Assis Mascarenhas.

Eschwege, nesta instalação, industrializou o processo local já usado pelos ferreiros mineiros – pois o *stück-ofen*, que empregou, não é senão um modelo aumentado do modesto “cadinho”, dos negros africanos, e adotou as trompas hidráulicas, cujo emprego ia ser disseminado daí por diante em Minas, com real proveito para a economia local.³⁰

A *Fábrica Patriótica* de Congonhas, dirigida pelo Barão de Eschwege, produziu, entre 1813 e 1820, mais de 8.000 arrobas de ferro e funcionou com lucros para seus acionistas.

“O exemplo dessa fábrica fez com que aumentasse de muito o número das forjas em Minas. O malho mecânico e a trompa solviam todos os problemas com que até então tinham lutado os metalúrgicos indígenas, e quem podia construir aquele aparelho de compressão de ar, logo estabelecia uma tenda e forjava ferro.”³¹

Em 1818, Francisco de Monlevade fundava, associado ao capitão Luís Soares de Gouveia, um alto-forno em Caeté.

Referindo-se às vicissitudes por que daí em diante passou a indústria do ferro no Brasil, usa Calógeras da seguinte expressão:

“De que viveu, portanto, a siderurgia brasileira até 1870? Tão-somente do impulso adquirido sob a poderosa e inteligente ação de D. João VI e de seus ministros.”

Depois da independência, se tivesse havido continuidade no trato do problema, talvez tivesse sido a siderurgia brasileira uma questão resolvida com enorme proveito para a nação. Após 1837, quando se começaram a construir os barcos de ferro, foram sucessivamente se fechando os grandes estaleiros que o Brasil possuía para construções navais e que tanto tinham produzido no passado; acabara a era da madeira, iniciando-se a do ferro.

30 Calógeras – *Op. cit.*

31 Calógeras – *Op. cit.*

Já nos referimos aos trabalhos de Eschwege³² quanto à mineração de ouro. Ele, Varnhagen e Carlos Antônio Nacion foram três notáveis engenheiros, que prestaram assinalados serviços ao conhecimento dos problemas de mineração no Brasil.

População

Oliveira Viana foi um dos precursores, entre nós, dos estudos sobre a formação do povo brasileiro. Baseados principalmente em seus trabalhos, nos de Euclides da Cunha, Afrânio Peixoto, Gilberto Freire, Pedro Calmon e outros, procuraremos, na apreciação dos primeiros tempos do Brasil independente, acentuar as interrelações econômico-social que aí se poderiam observar, fixando o valor do nosso homem, como fator de produção.

Em princípios do século XIX, já alcançava a nossa população mais de 3.000.000 de habitantes.

Além das estimativas mencionadas (fls. 271), aqui reproduzimos a dos bispados do Brasil, confirmando as anteriores.

RESUMO DA POPULAÇÃO DOS BISPADOS DO BRASIL, CONFORME OS DADOS ENTREGUES AO DESEMBARGADOR DO PAÇO E À MESA DA CONSCIÊNCIA E ORDENS PELOS PRELADOS,³³ ETC.

NOME DA DIOCESE	POPULAÇÃO		SOMA
	<i>Livre</i>	<i>Escrava</i>	
Pará	121.246	51.840	173.086
Maranhão	261.220	201.176	462.396
Pernambuco	455.248	192.559	647.807
Bahia	419.432	173.476	592.908*
Rio de Janeiro	505.543	200.506	706.049

32 O Barão de Eschwege, após uma série de viagens e observações em Minas, publicou os monumentais trabalhos que até hoje desafiam a admiração dos estudiosos: *Geognostisches Gemalde, Pluto Brasiliensis, Beiträge sur Gebirgskunde Brasiliens*.

33 Freycinet – *Op. cit.*, corrigido com os dados constantes da memória *A Igreja do Brasil*, apresentada pelo Conselheiro A. R. Veloso de Oliveira, em 1819. (R. I. H. R. J.) Tomo 29.

* A cidade de Todos os Santos, capital da província da Bahia, continha cerca de 80.000 habitantes.

NOME DA DIOCESE	POPULAÇÃO		SOMA
	<i>Livre</i>	<i>Escrava</i>	
São Paulo	269.379	122.622	392.001**
Mato Grosso	33.806	13.280	47.086
Goiás.	21.250	16.000	37.250
Minas Gerais	456.675	165.210	621.885
Total da população conhecida.	2.543.799	1.136.669	3.680.468
índios ou selvagens	–	–	800.000***
Total da população do Brasil.	–	–	4.480.468

Administração portuguesa no Rio

O estudo do período compreendido entre 1808 e 1821 demonstra o enorme esforço desenvolvido pelo governo português para erguer a colônia e elevá-la à categoria de um grande império. Em contacto direto com o meio, verificando suas necessidades e conhecendo o problema político e econômico do mundo europeu – a Corte portuguesa, onde se contavam estadistas de “elite”, não poupou esforço para estimular, em todos os sentidos, os valores nacionais.

Esse zelo foi a ponto de sacrificar o comércio, a indústria e até as finanças do velho Portugal, em benefício de sua antiga colônia.

Não fossem as circunstâncias de ordem política e a evolução da economia internacional, que passou a valorizar produtos de outras regiões, e muito mais apreciáveis teriam sido os resultados da grande série de medidas então tomadas. Houvesse o país evoluído mais rapidamente e talvez aqui ficasse, em definitivo, a sede da monarquia portuguesa.

José da Silva Lisboa, na “Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rei Nosso Senhor D. João VI”, enumera, circunstanciadamente, todas as iniciativas tomadas em benefício do Brasil.

** Em 1766 a população da província de São Paulo, incluindo os índios civilizados, era de cerca de 62.000 almas.

*** É impossível precisar esta população, mas acredito não ser exagerada esta avaliação. Spix e Martius estimavam em 1.000.000 os selvagens brasileiros. A população da cidade do Rio de Janeiro era, conforme Southey, de 24.397 habitantes, em 1749. Em 1808, era de 60.000. Em 1818, já deveria ser de 180.000 – tal a influência resultante da instalação da corte.

Porto Seguro salienta que entre muitos outros institutos criados, “a academia de marinha, a de artilharia e fortificações, o arquivo militar, a tipografia régia, a fábrica de pólvora, o jardim botânico,³⁴ o novo teatro, a biblioteca nacional, dada pelo próprio príncipe e aberta ao público em 1814, e por fim a academia de belas-artes, o banco e os estabelecimentos ferríferos de Itapena, tudo isso, foram instituições mais que suficientes para que, por todo o sempre, o Brasil bendiga a memória desse governo”.

Depois da permanência da sede da monarquia, não mais fora possível conservar a feição política anterior; a Carta Régia de 16 de dezembro de 1815 elevou o principado do Brasil ao “predicamento de reino e o declarou unido ao de Portugal e dos Algarves”.

A autonomia econômica, que já se vinha processando com a evolução verificada no final do século XVIII; o espírito de soberania que se desenvolvia rapidamente com as medidas administrativas de D. João VI, haviam de conduzir o país à necessidade de sua autonomia política. A reação portuguesa contra a posição de inferioridade em que jazia a antiga Metrópole,³⁵ querendo de alguma forma “recolonizar” o país – precipitou a separação política, levando-o ao 7 de setembro de 1822.

34 Observa Fernandes Pinheiro que foram quatro os jardins botânicos fundados no Brasil nessa época.

35 São, nesse sentido, muito sugestivos os termos do Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa, Lisboa, 15 de dezembro de 1820, explicando os acontecimentos registrados no reino peninsular e a necessidade do regresso do Rei a Portugal.

Após descrever os fatos desde 1807, os prejuízos do comércio e indústria portuguesa pela abertura dos portos, as consequências do tratado de 1810 e a necessidade do regresso do Rei a Portugal, tem conceitos como este:

“Sua população, já esgotada pelas causas acima descritas, tinha continuado a se empobrecer pelo envio forçado ao Brasil de alguns milhares de homens que, depois de haverem exposto suas vidas pela pátria e pelo trono, após terem merecido gozar repouso na tranqüilidade da paz, no seio de suas famílias, ou de gozá-la no seu país natal, como prêmio de seu devotamento e de sua coragem, foram continuar, na América Meridional, os duros trabalhos da guerra – e uma guerra que, feita a uma tão grande distância de Portugal, parece que só vibra seus golpes sobre este reino, atacando de muitos modos as fontes essenciais de seu vigor e o expondo, ao mesmo tempo, aos empreendimentos de uma nação poderosa, sua vizinha, sempre sua rival, e agora picada, e, mesmo, de acordo com sua opinião, ofendida e ultrajada.

.....
.....

Um estudo imparcial que se faça, porém, desse período, não pode, sem injustiça, deixar de reconhecer os extraordinários serviços prestados por D. João VI e seus ministros à nossa formação econômica unitária e a sua contribuição à própria independência do país.

A administração portuguesa organizou a superestrutura de um país soberano, criou internamente o prestígio do poder central e tornou o Brasil muito mais conhecido no exterior.

Os gastos demasiados que, porventura, tenha feito, em sua maior parte visando ao bem do país, desaparecem ante o custo de uma guerra de independência e os perigos de desmembramento que nos ameaçariam.

A História Econômica, que é objetiva e possui escalas – tem que fazer justiça à atuação de Portugal e de seus governantes no que concerne à formação brasileira.

Os grandes problemas que ainda hoje desafiam a argúcia de nossos estadistas, foram abordados pelas suas administrações. Faça-se a transposição dos tempos, computem-se os elementos de ação de uma e outra época, os recursos de capitais e de homens – e nada resultará de desairoso aos dirigentes lusitanos.

Razão assiste, por isso, a Euclides da Cunha, quando aprecia nestes termos o último governo português:

“Um estudo pormenorizado revelaria o excepcional descortino dessa administração onímoda. Nada lhe escapou ao influxo: as questões mais altas e os casos mais ao parecer despiciendos revezam-se aclarando todos os aspectos do existir da nacionalidade nascente, onde tudo estava

“O numerário tinha desaparecido da circulação, pela estagnação do comércio, pela ruína da indústria, pelas somas consideráveis que todos os dias passavam, sem voltar, ao estrangeiro, em troca dos artigos indispensáveis ao consumo do país, e pelas remessas regulares ou eventuais que se fazem ao Brasil, sob diferentes pretextos, e para diversas aplicações

“Entre as remessas de dinheiro para o Brasil, avultam o empréstimo forçado, lançado em Lisboa, em 1817, para o bloqueio de Pernambuco, a outras despesas; custeio de parte da expedição para Montevidéu; custeio da comitiva que foi buscar a princesa consorte, etc.

“Quanto à remessa de soldados, só o Conde da Barca fez embarcar, em 1816, 4.000 homens de tropas escolhidas, sob o comando do General Carlos Frederico Lecór para a campanha de Montevidéu.”

por fazer. Os atos administrativos vão, de terra em terra, das medidas mais simples às resoluções mais complexas.”

.....
.....

“Analisando mais intimamente essa administração surpreendente, ver-se-ia que aquela figura histórica tão deselegante e vulgar, de D. João VI, lançou todos os fundamentos essenciais do nosso destino.”

“Pelos mais diversos pontos do país irradiava a influência governamental com uma intensidade que nunca mais se desenvolveu em toda a nossa existência político-administrativa”.³⁶

Estudemos, pois, a História de Portugal, que aí estão as raízes mais profundas da nossa formação, e honremo-la com o justo conceito de que pelo seu estudo é que devemos iniciar o da nossa História.

Acentuamos, de início, que o nascimento do Brasil coincidiu com as primeiras manifestações da era capitalista. Quase todo o período colonial se processou dentro de uma de suas etapas, a chamada revolução comercial. Nessa fase, assistimos a sucessivas mutações do predomínio, no comércio internacional, de diferentes produtos.

Ao predomínio das especiarias dos “séculos XV e XVI, sucederam-se, nos XVII e XVIII, os metais preciosos, o açúcar, o fumo, as madeiras e os couros. O alto custo do transporte e a sua pequena capacidade obrigavam os estados europeus, quanto aos gêneros alimentícios, a se bastarem a si próprios”.

A partir do fim do século XVIII, cresceram rapidamente os progressos da técnica. O emprego do algodão começou a avultar; a navegação principiou a alcançar maior envergadura, permitindo maiores migrações humanas, e grandes transportes de cereais, carnes salgadas e várias manufaturas industriais.

As zonas temperadas da América e de outros continentes passaram a ter maior comércio com as nações européias. Estas, com o surto do industrialismo, necessitaram importar cereais e vários outros artigos que dantes produziam dentro de suas próprias fronteiras, valorizando, dessa forma, a América setentrional e a região platina. Este fenômeno ia ser muito mais acentuado no curso do século XIX, quando boa parte das

36 Euclides da Cunha – *Da Independência à República*.

populações dos campos, nos países industriais, emigrariam para as cidades. Foi também no início deste século, que mais se pronunciou a ascensão acelerada do capitalismo, que ia atingir, mais tarde, o seu apogeu.

A acumulação de capitais, os progressos técnicos e os produtos das zonas temperadas teriam, pois, saliente preponderância na economia desse período.

O Brasil colônia nascera com a revolução comercial; o Brasil independente iniciaria seus passos paralelamente com a revolução industrial. Não seria fácil, como comprova a história, o nosso progresso econômico no último centenário, face a outros povos e outras regiões, que tiveram seus elementos básicos valorizados com esse aspecto da evolução econômica mundial e tendo como concorrentes produtores de artigos similares aos nossos, amparados, porém, nos mercados mundiais, por poderosas metrópoles.

A trama social que sobre o nosso vasto território se havia estabelecido nos tempos coloniais, apresentava, porém, laços de tal solidez que, com essas dificuldades e mais o arrefecimento periódico das relações comerciais entre as várias regiões econômicas do país, não se produziriam fraturas em nossa unidade política.

A fixação do papel preponderante que tiveram os fatores econômicos na formação dessa trama, consubstanciada no Brasil-Nação, foi o objetivo desta primeira parte de nosso curso. O exame aprofundado desses fatores e a sua comparação, em paralelo com os que preponderaram na criação de outras nacionalidades no continente americano, assim como sua apreciação comparativa com vários elementos da economia internacional, facilitarão uma melhor compreensão do que somos, por nós mesmos, e da situação que desfrutamos no concerto mundial das nações civilizadas.

Afagamos a esperança de ter contribuído, neste estudo, com uma pequena parcela para o grande problema da compreensão do Brasil, cooperando, destarte, para a formação da consciência coletiva de nossas necessidades, consciência que será a geradora dos esforços que todos devemos empregar, sem desfalecimentos, para o surto e para o progresso de nossa terra.

.....

Anexos

I

**Quadro do comércio do Brasil com Portugal
de 1796 a 1819**

A N O	EXPORTAÇÃO (Em mil-réis)	IMPORTAÇÃO (Em mil-réis)	L U C R O S	P E R D A S
1796.....	11.474:800\$000	6.982:000\$000	4.492:800\$000	—
1797.....	4.258:800\$000	8.525:600\$000	—	4.266:800\$000
1798.....	10.816:400\$000	10.668:000\$000	148:400\$000	—
1799.....	12.584:400\$000	15.800:800\$000	—	3.216:400\$000
1800.....	12.528:000\$000	9.432:000\$000	3.096:000\$000	—
1801.....	14.776:400\$000	10.680:000\$000	4.096:400\$000	—
1802.....	10.353:200\$000	10.151:600\$000	201:600\$000	—
1803.....	11.332:000\$000	9.928:400\$000	1.403:600\$000	—
1804.....	11.199:600\$000	11.383:200\$000	—	183:600\$000
1805.....	13.948:400\$000	9.505:200\$000	4.443:200\$000	—
1806.....	14.153:600\$000	8.426:000\$000	5.727:600\$000	—
1807.....	13.927:600\$000	6.952:800\$000	6.974:800\$000	—
1808.....	546:800\$000	1.510:800\$000	—	964:000\$000
1809.....	4.819:200\$000	3.437:600\$000	1.381:600\$000	—
1810.....	3.683:200\$000	2.932:400\$000	750:800\$000	—
1811.....	3.633:200\$000	2.792:400\$000	840:800\$000	—
1812.....	3.987:600\$000	2.463:600\$000	1.524:000\$000	—
1813.....	4.796:400\$000	3.587:200\$000	1.209:200\$000	—
1814.....	7.005:600\$000	5.691:200\$000	1.314:600\$000	—
1815.....	9.059:200\$000	8.233:600\$000	825:600\$000	—
1816.....	9.663:600\$000	10.304:000\$000	—	640:400\$000
1817.....	8.308:800\$000	8.567:600\$000	—	258:800\$000
1818.....	9.646:000\$000	7.939:600\$000	1.707:000\$000	—
1819.....	7.516:800\$000	6.546:400\$000	970:400\$000	—

(Conforme BALBI).

II

**Quadro do comércio de Portugal com as nações
estrangeiras de 1796 a 1819**

A N O	IMPORTAÇÕES (Em mil-réis)	EXPORTAÇÕES (Em mil-réis)	PERDAS	LUCROS
1796. . . .	12.652:400\$000	16.013:200\$000	—	3.360:800\$000
1797. . . .	14.498:000\$000	11.822:800\$000	2.675:200\$000	—
1798. . . .	14.729:200\$000	15.053:600\$000	—	324:400\$000
1799. . . .	19.755:200\$000	17.688:000\$000	2.067:200\$000	—
1800. . . .	20.031:200\$000	20.684:800\$000	—	653:600\$000
1801. . . .	19.337:200\$000	25.103:600\$000	—	5.766:400\$000
1802. . . .	17.942:000\$000	21.405:200\$000	—	3.463:200\$000
1803. . . .	15.068:000\$000	21.528:000\$000	—	6.460:000\$000
1804. . . .	17.840:800\$000	21.060:800\$000	—	3.220:000\$000
1805. . . .	19.656:400\$000	22.654:000\$000	—	2.997:200\$000
1806. . . .	16.440:800\$000	23.255:200\$000	—	6.814:400\$000
1807. . . .	13.896:000\$000	20.999:200\$000	—	7.103:200\$000
1808. . . .	2.740:400\$000	5.810:800\$000	—	3.070:400\$000
1809. . . .	8.833:600\$000	9.858:000\$000	—	1.024:400\$000
1810. . . .	17.051:600\$000	12.521:600\$000	4.530:000\$000	—
1811. . . .	38.704:000\$000	6.913:600\$000	31.790:400\$000	—
1812. . . .	34.402:000\$000	10.458:400\$000	23.943:600\$000	—
1813. . . .	30.980:800\$000	9.930:400\$000	21.050:400\$000	—
1814. . . .	22.659:200\$000	17.566:800\$000	5.092:400\$000	—
1815. . . .	24.674:800\$000	19.584:400\$000	5.150:400\$000	—
1816. . . .	17.869:600\$000	16.178:400\$000	1.691:200\$000	—
1817. . . .	15.808:400\$000	15.770:000\$000	38:400\$000	—
1818. . . .	19.680:000\$000	16.928:000\$000	2.752:000\$000	—
1819. . . .	14.883:600\$000	11.291:200\$000	3.592:400\$000	—

(Conforme BALBI).

III

Quadro geral do valor das mercadorias estrangeiras importadas e exportadas no reino de Portugal

	1 7 9 6		1 8 0 6		1 8 1 9	
	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
Inglaterra.....	4.951.737\$334	4.887.076\$129	6.587.150\$282	8.201.110\$990	7.406.150\$836	4.209.087\$085
Holanda.....	807.440\$109	495.378\$415	874.672\$543	1.058.386\$020	517.451\$403	594.670\$362
França.....	245.057\$388	23.260\$800	1.286.680\$057	5.395.402\$285	307.249\$522	649.586\$773
Hamburgo.....	1.634.468\$644	5.474.545\$984	1.241.804\$660	2.608.950\$772	708.784\$502	1.286.402\$516
Espanha.....	382.168\$601	633.987\$731	1.204.506\$810	1.481.863\$875	1.121.762\$068	1.945.514\$869
Rússia.....	1.644.090\$744	158.966\$038	2.385.011\$124	316.717\$510	601.198\$306	123.392\$645
Suécia.....	673.064\$648	165.236\$356	481.462\$548	126.963\$265	400.413\$439	97.928\$130
Dinamarca.....	13.053\$865	143.667\$546	92.602\$092	54.000\$410	189.230\$758	53.991\$375
Itália.....	1.134.532\$268	2.598.271\$614	1.234.184\$812	3.386.274\$054	2.165.976\$459	1.573.292\$195
Alemanha.....	45.766\$392	69.504\$000	—	—	—	—
Prússia.....	201.240\$986	106.437\$180	66.798\$848	7.536\$200	482.681\$217	46.177\$210
Estados Unidos.....	105.928\$130	440.985\$322	915.999\$641	458.354\$635	543.376\$820	189.791\$260
Barbrie.....	814.218\$582	789.030\$379	120.042\$354	179.969\$115	19.354\$960	48.977\$380
Malta.....	—	27.008\$604	—	—	—	—
Áustria.....	—	—	—	—	360.073\$727	472.583\$985
	12.652.771\$691	16.013.356\$598	16.440.921\$781	23.255.505\$131	14.883.740\$017	11.281.405\$295

(Conforme Balan)

IV

Os principais atos do governo de D. João VI, que se relacionam com a vida econômica do país, constam das seguintes Cartas Régias, mencionadas no trabalho de Max Fleuiss, *História Administrativa do Brasil*.

1808

28 de janeiro – Carta Régia do governador da Bahia, abrindo os portos do Brasil ao comércio livre das nações amigas, com exceção dos gêneros estancados e o pau-brasil.

23 de fevereiro – Decreto criando no Rio de Janeiro uma cadeira de Economia Política e nomeando regente o Dr. José da Silva Lisboa, com o ordenado anual de 400\$000, e sem prejuízo dos cargos que exercia, de deputado e secretário da Mesa da Inspeção da Agricultura e Comércio da Bahia.

1º de abril – Alvará promovendo a liberdade de manufaturas e indústrias em todo o Estado do Brasil e nos Domínios Ultramarinos.

13 de maio – Decreto regulando a fábrica de pólvora do Rio de Janeiro.

28 de maio – Alvará mandando estancar as cartas de jogar no Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos.

22 de junho – Decreto regulando as sesmarias no Brasil.

23 de agosto – Alvará criando a Junta do Comércio, Agricultura e Navegação do Brasil.

1º de setembro – Alvará determinando que em todas as capitânicas circulem moedas de ouro, prata e cobre e proibindo a circulação de ouro em pó, como moeda, ainda nas capitânicas do interior do Brasil.

12 de outubro – Alvará estabelecendo no Rio de Janeiro o Banco do Brasil e dando-lhe estatutos.

20 de outubro – Decretos acerca dos direitos nas alfândegas do Brasil para os gêneros molhados, importados de Portugal e ilhas.

5 de novembro – Alvará sobre o troco de ouro em pó e para correrem patacas espanholas em Minas Gerais.

25 de novembro – Decreto para que no Brasil possam conceder-se sesmarias a estrangeiros.

1809

21 de janeiro – Alvará concedendo aos habitantes do Brasil o privilégio de não serem executados na propriedade dos seus engenhos, fábrica e lavoura, e sim em uma parte dos rendimentos.

21 de janeiro – Alvará mandando demarcar os terrenos e praias da Gamboa e Saco do Alferes, no Rio, que mais próprios fossem para serem arrendados, ou aforados a quem mais desse, para neles se construírem armazéns e trapiches aptos a receberem gêneros de comércio.

25 de janeiro – Alvará acerca das sesmarias do Brasil e forma de sua concessão, juízes e oficiais dela.

25 de janeiro – Alvará determinando que à concessão das sesmarias precedessem as respectivas medições judiciárias e, sob estas condições e forma, fossem passadas cartas aos sesmeiros, a fim de evitarem-se questões entre os mesmos.

28 de janeiro – Decreto isentando dos direitos de importação as mercadorias estrangeiras procedentes de Lisboa e Porto, que aí tivessem pago o referido imposto.

18 de abril – Alvará igualando o valor das moedas de prata e cobre em todo o Estado do Brasil.

28 de abril – Alvará isentando de direitos as matérias-primas que servissem de base a quaisquer indústrias manufatureiras nacionais ou estrangeiras, introduzidas no Brasil, e bem assim, aos fabricantes, armadores e introdutores de madeiras úteis ao país.

3 de junho – Alvará impondo o tributo de décimos aos prédios urbanos do Brasil.

3 de junho – Alvará estabelecendo o direito de sisa no Brasil.

15 de junho – Alvará estabelecendo alguns impostos para as despesas da Junta de Comércio do Brasil e forma de sua arrecadação.

6 de outubro – Alvará isentando de direitos de entrada e saída os tecidos que se fabricarem no Estado do Brasil.

20 de novembro – Alvará para se cunhar, na Bahia e no Rio de Janeiro, uma moeda de prata no valor de \$960.

1810

12 de fevereiro – Alvará acerca da importação do ouro em pó no Brasil.

8 de maio – Alvará fixando as dívidas antigas da Real Fazenda, na Capitania do Rio de Janeiro, e o espaço de tempo para os credores a pedirem.

13 de maio – Decreto concedendo aos habitantes de Macau comércio direto para o Brasil e isenção de direitos.

7 de junho – Alvará concedendo isenção às especiarias e mais produtos de plantação novamente estabelecidas no Brasil.

7 de agosto – Decreto acerca dos direitos das mercadorias exportadas para Portugal depois de os pagarem nas alfândegas do Brasil.

6 de outubro – Alvará isentando de direitos o fio e tecidos de algodão, seda ou lã, fabricados no Brasil; e outros favores às fábricas do Brasil.

3 de dezembro – Alvará acerca do lançamento e cobrança da décima no Brasil.

1811

25 de fevereiro – Aviso sobre direito de baldeação dos gêneros no Brasil.

1º de março – Alvará de criação da Junta de Fazenda, dos arsenais, fábricas e fundições do Rio de Janeiro.

26 de abril – Decreto isentando de décima por 10 anos aos que edificarem casas na Cidade Nova do Rio de Janeiro.

5 de setembro – Carta Régia aprovando a subscrição para o estabelecimento de uma fábrica de ferro na Capitania de Minas Gerais.

2 de outubro – Alvará declarando o de 3 de junho de 1809 para que a sisa das compras dos bens de raiz do Brasil se pague a prazos, como se pagar a preços.

1812

25 de janeiro – Decreto criando um laboratório químico-prático no Rio.

6 de junho – Decreto mandando estabelecer uma fábrica de lapidar diamantes.

25 de junho – Carta Régia criando na Bahia um curso de Agricultura.

7 de dezembro – Decreto mandando que, no pagamento em moeda estrangeira, se regule o câmbio ao par de 61 1/2 por 1\$000.

1813

16 de fevereiro – Decreto de isenção do serviço militar e de milícias aos ilhéus dos Açores e seus filhos, que se estabelecerem nas diversas capitanias do Brasil.

27 de fevereiro – Decreto concedendo privilégio aos empregados nas fábricas de cartas de jogar no Brasil.

24 de novembro – Decreto mandando estabelecer o subsídio literário na Capitania de S. Pedro do Rio Grande do Sul, sendo isento deste imposto o gado que se cortar para salgar ou secar.

1814

17 de janeiro – Carta Régia autorizando a concessão de sesmarias e isentando de pagamento do dízimo as culturas do trigo e linho na Capitania do Espírito Santo.

5 de maio – Alvará declarando compreendidas nos privilégios dos engenhos de açúcar e lavradores de canas as dívidas e execuções fiscais.

24 de setembro – Alvará concedendo ao Banco do Brasil o privilégio executivo contra seus devedores, como dívidas fiscais.

10 de dezembro – Decreto isentando as canoas pequenas de pesca do Brasil da contribuição do alvará de 20 de outubro de 1812.

1815

28 de abril – Alvará impondo uma contribuição aos navios, que entrarem em Pernambuco, para as obras do Porto de Recife.

16 de dezembro – Lei elevando o Estado do Brasil à dignidade de Reino.

1816

16 de fevereiro – Cartas de lei mandando que na cidade da Bahia e outras cidades e vilas do Reino se estabeleçam caixas de descontos filiais da caixa central do Banco do Brasil.

5 de março – Decreto e portaria mandando fazer no Banco do Brasil um registro dos subscritores, para a fundação dos estabelecimentos que promovam a instrução pública.

2 de junho – Decreto mandando convocar conferências, para nelas se discutirem os pontos mais interessantes ao bem e aumento das relações comerciais da Monarquia.

29 de julho – Decreto ordenando que se não permita às embarcações estrangeiras fazer o comércio costeiro entre uns e outros portos do Brasil.

12 de agosto – Decreto criando “uma escola real de ciências, artes e ofícios”, autorizado o Governo a contratar, por seis anos, pelo menos, com os vencimentos que estabelece, os artistas franceses vindos ao Rio de Janeiro com a missão de 1816.

4 de dezembro – Cartas Régias promovendo, nas capitanias de Minas Gerais e do Espírito Santo, a abertura de estradas no interior dos seus territórios.

1817

12 de agosto – Carta Régia e estatutos para as sociedades de lavras de minas de ouro, em Minas Gerais.

30 de agosto – Decreto que faz privativo do Real Teatro de S. João o dar espetáculos durante 10 anos e conceder-lhe, pelo mesmo tempo, duas loterias anuais.

24 de setembro – Carta Régia mandando estabelecer um correio regular entre as províncias de S. Pedro do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

1818

28 de fevereiro – Decreto promovendo o estabelecimento de um hospital das águas termais do Cubatão da ilha de Santa Catarina.

16 de maio – Decreto aprovando as condições para o estabelecimento de uma colônia de suíços no Brasil.

26 de maio – Decreto criando um museu nesta corte e mandando que ele seja estabelecido em um prédio do Campo de Santana, mandando comprar e incorporar aos próprios da Coroa.

22 de outubro – Decreto para não pagarem os 2% do consulado as contribuições para as despesas da Junta do Comércio do Brasil.

29 de outubro – Decreto a favor do Banco do Brasil.

19 de novembro – Decreto suspendendo por oito meses a saída de moeda da província do Rio de Janeiro.

1819

14 de janeiro – Resolução mandando isentar dos direitos de importação os livros impressos.

26 de janeiro – Alvará declarando livres de direitos os livros importados no Rio de Janeiro.

29 de março – Carta Régia concedendo à Companhia de Mineração de Cuiabá, na Província de Mato Grosso, privilégio exclusivo para extrair e fundir ferro.

11 de maio – Decreto mandando destinar lugar, no jardim da Lagoa Rodrigo de Freitas, para a plantação de especiarias e anexando este estabelecimento ao Museu Real, ficando sob a inspeção do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino.

22 de junho – Carta Régia mandando criar na capital de São Paulo um estabelecimento de coudelaria para melhoramento das raças cavалares.

29 de julho – Carta Régia mandando fazer, nos campos da Cachoeira, Capitania de Minas Gerais, um estabelecimento de manadas reais para o melhoramento da raça cavalар.

27 de outubro – Decreto criando nesta corte um laboratório de química para análise dos produtos das províncias do Brasil.

1820

3 de fevereiro – Decreto criando uma casa de inspeção para os algodões da Cidade de Natal, na Província do Rio Grande do Norte.

6 de abril – Resolução mandando estabelecer correios entre as diversas províncias do reino.

20 de junho – Decreto prorrogando o de 19 de novembro de 1818 com a suspensão da remessa de moeda provincial para fora do distrito do Rio de Janeiro

23 de novembro – Decreto mandando principiar, com o nome de Academia das Artes, as aulas de Pintura, Desenho, Escultura e Gravura, estabelecidas nesta corte.

23 de novembro – Decreto criando nesta cidade uma Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, e dando-lhe estatutos.

V

Quadro geral das principais medidas e moedas utilizadas nos últimos tempos do Brasil colonial (*)

	EQUIVALÊNCIA NO SISTEMA MÉTRICO	
<i>Medidas lineares</i>		
Légua (1/18 de grau).....	6.172	m.
Légua (1/20 de grau).....	5.555	m.
Milha marítima (1/60 de grau).....	1.851	m.
Légua de sesmaria (3.000 braças)....	6.600	m.
Braça.....	2,20	m.
Vara.....	1,10	m.
Côvado.....	0,66	m.
Palmo.....	0,22	m.
Pé.....	0,33	m.
Polegada.....	0,0275	m.
Linha.....	0,00229	m.
<i>Medidas agrárias</i>		
Légua quadrada (1/18 de grau).....	38.103.947	m ² .
Braça quadrada.....	4,84	m ² .
Légua quadrada (de sesmaria).....	43.560.000	m ² .
Alqueire mineiro (100×100 braças)...	48.400	m ² .
Alqueire paulista (100×50 braças)....	24.200	m ² .
Tarefa da Bahia (30×30 braças).....	4.350	m ² .
<i>Medidas de capacidade para grãos e artigos secos</i> (Conforme Borja Castro)		
Moio.....	21,762	hectolitros
Alqueire.....	36,27	litros
½ alqueire.....	18,135	litros
¼ de alqueire ou quarta.....	9,07	litros
1/8 de alqueire ou meia quarta.....	4,535	litros
Selamin.....	1,14	litros
<i>Medidas de capacidade para líquidos</i> (Conforme Borja Castro)		
Tonel (2 pipas comuns).....	848	litros
Pipa comum (300 canadas de Lisboa)	424	litros
Pipa de conta, no Rio de Janeiro (180 canadas do Rio de Janeiro).....	480	litros
Almudo (12 canadas).....	31,944	litros
Canada ou medida, no Rio de Janeiro (4 quartilhos).....	2,662	litros
Quartilho.....	0,665	litros
½ quartilho.....	0,3325	litros
¼ quartilho.....	0,16625	litros
<i>Medidas de peso</i> (Conforme Freycinet)		
Tonelada marítima.....	921,600	quilos
Quintal.....	58,982	quilos
Arroba.....	14,74560	quilos
Libra ou arrátel (libra de comércio)...	0,46080	quilos
Libra (de farmácia).....	0,34560	quilos
Marco.....	0,23040	quilos
Onça.....	28,800	gramas
Oitava.....	3,600	gramas
Escrúpulo ou dinheiro.....	1,200	gramas
Quilate.....	0,900	gramas
Quilate para pedras preciosas e pérolas	0,200	gramas
Grão.....	0,0500	gramas

* As medidas lineares, agrárias e de peso eram idênticas no Rio de Janeiro e em Lisboa. As medidas de capacidade utilizadas no Rio de Janeiro diferenciavam das usadas em Lisboa. Assim, o *moio*, o *alqueire*, a *canada* e o *quartilho*, portugueses, eram bem menores dos que os utilizados no Rio.

O tonel português, quanto aos líquidos, tinha cerca de 840 litros; dividia-se em 2 pipas e cada pipa, em 30 almudes. O almude valia 12 canadas e a canada, 4 quartilhos.

Quanto às medidas de capacidade para os grãos, o moio português dividia-se em 15 fangas, a fanga em 4 alqueires e cada alqueire em 4 quartas e cada quarta, em 8 selamins.

Quanto aos pesos, no Brasil, o tonel marítimo ou tonelada marítima valia 2.000 arráteis comuns ou libras portuguesas; a tonelada usual, com 1.728 arráteis, correspondia a 796,280 kg. O quintal valia 4 arrobas ou 128 arráteis; a arroba valia 32 arráteis; o arrátel 2 marcos, o marco 8 onças – o arrátel comum ou libra portuguesa tinha 16 onças – a onça 8 oitavas, a oitava 3 escrópulos ou 4 quilates e o escrópulo 24 grãos. O quilate de peso comum era dividido em 18 grãos, enquanto que o quilate para moedas e pedras preciosas valia 4 grãos.

Não obstante as Ordenações do reino determinarem que todas as medidas portuguesas se regulassem pelas de Lisboa, variavam aquelas nos diferentes conselhos. No Brasil, da mesma forma.

Daí, a disparidade de informações. A canada, por exemplo, aparece como tendo 4,180 l, 2,66 l, ou 1,375 l, e, ainda a canada velha, com 6,890 l!

No Brasil, a lei de 28 de junho de 1862 ordenou que o sistema métrico começasse a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1872; mas o decreto de 18 de setembro deste ano a que estabeleceu, definitivamente, a adoção do sistema, legal, a partir de 1º de janeiro de 1874.

MOEDAS EM CURSO NO RIO DE JANEIRO

ESPÉCIE	VALOR
<i>Moedas de conta ou ideais</i>	
Conto de réis.....	2.500 cruzados (ou 1 milhão de réis)
Mil cruzados.....	400.000 réis
Dobra ou dobrão.....	12.800 réis
Cruzado.....	400 réis
Real.....	1 real
<i>Moedas de ouro portuguesas</i>	
Peça ou meia dobra.....	6.400 réis
Moeda de ouro.....	4.800 réis
½ moeda.....	2.400 réis
Quartinho.....	1.200 réis
½ peça.....	3.200 réis
Oitava de dobra.....	1.600 réis
8 tostões.....	800 réis
Cruzado novo.....	480 réis
<i>Moedas de ouro do Brasil</i>	
Moeda.....	4.000 réis
Meia moeda.....	2.000 réis
Quarto de moeda.....	1.000 réis
<i>Moedas de prata portuguesas</i>	
Cruzado novo.....	480 réis
½ cruzado novo.....	240 réis
6 vinténs.....	120 réis
3 vinténs.....	60 réis
Tostão.....	100 réis
½ tostão.....	50 réis
<i>Moedas de prata brasileiras</i>	
3 patacas.....	960 réis
2 patacas.....	640 réis
Pataca.....	320 réis
½ pataca.....	160 réis
4 vinténs.....	80 réis
6 tostões.....	600 réis
3 tostões.....	300 réis
1 ½ tostão.....	150 réis
¾ de tostão.....	75 réis
<i>Moedas de cobre brasileiras</i>	
4 vinténs.....	80 réis
2 vinténs.....	40 réis
1 vintém.....	20 réis
½ vintém.....	10 réis
¼ vintém.....	5 réis

.....

Teses

PARA OS EXAMES DA CADEIRA DE HISTÓRIA ECONÔMICA
DO BRASIL, CURSO DE 1936

1)

PERÍODO COLONIAL

QUAIS OS produtos exportados nas proximidades de 1620 e seus presumíveis valores, em moedas do tempo?

Quais os valores correspondentes, em moedas de hoje?

2) Rendimentos que Portugal usufruía com sua colônia brasileira durante o primeiro quarto do século XVII.

Valor aproximado dos capitais investidos no Brasil, nessa época, e dos aplicados em seu comércio.

3) Em quantas zonas econômicas poderia ser dividido o Brasil em 1680 e quais seus valores relativos?

4) Populações aplicadas na produção do açúcar, na pecuária, em vários ramos agrícolas, na indústria extrativa e na exploração de ouro, nas proximidades de 1750.

Distribuição presumível entre os produtores, intermediários e governo dos rendimentos resultantes dessas explorações.

5) Correntes de comércio interno e externo no Brasil, em 1750.

6) As moedas em circulação nas várias regiões da colônia, nos séculos XVII e XVIII.

Razões de sua diferenciação, na mesma época, nas diversas regiões.

7) Influência da pecuária na formação econômico-unitária do Brasil.

8) Rendimentos do trabalho escravo e do trabalho livre na era colonial.

9) Aspectos gerais do comércio externo do Brasil na era colonial.

10) Quais os rendimentos da colônia que nela ficavam incorporados e quais os exportados para Portugal?

11) Como se diferenciavam as condições de vida dos fazendeiros paulistas das dos colonos nordestinos e das regiões setentrionais do Brasil, durante o século XVII?

12) Quais as interferências de ordem econômica existentes entre as várias regiões da colônia, nos séculos XVII e XVIII?

Quais as ligações de ordem política na mesma época?

História Econômica do Brasil (1500-1820),
de Roberto C. Simonsen, foi composto em Garamond,
corpo 12, e impresso em papel vergê areia 85g/m², nas oficinas
da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do Senado
Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em dezembro
de 2005, de acordo com o programa editorial e projeto
gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal.